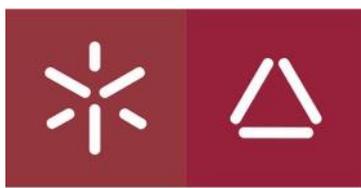


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Thais Luciana Corrêa Braga

**Narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo
na Amazônia (2019-2020): o caso da Folha
de S. Paulo (Brasil) e do Público (Portugal)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Thaís Luciana Corrêa Braga

**Narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo
na Amazônia (2019-2020): o caso da *Folha
de S. Paulo* (Brasil) e do *Público* (Portugal)**

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação

Linha de pesquisa: Média e Jornalismo

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora **Sandra Cristina dos Santos Monteiro
Marinho**

julho de 2021

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho acadêmico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador ou a utilizadora necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar a autora, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial

CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, por me conceder licença remunerada para perseguir um sonho.

À professora Alda Cristina Costa, por me acompanhar desde a graduação e por me incentivar a alcançar a excelência acadêmica.

À professora Sandra Marinho, por me ajudar a atravessar a jornada do doutoramento sem jamais duvidar de que eu seria capaz de concluí-la.

Aos amigos que ficaram do lado de lá do Atlântico, Welber, Rose e companhia, pela torcida.

Aos amigos que reconheci do lado de cá, Luana, Gutemberg e José, por tornar os dias menos difíceis.

À Taiana, pelos cafés, *croissants*, livros e mapas astrais.

Ao Leandro, por pedalar ao meu lado.

À minha mãe, Conceição, pelo apoio incondicional e por ter sido a primeira a sugerir que, tal como Catherine Morland, a heroína de Jane Austen, eu fosse buscar aventuras no estrangeiro.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática do plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em quaisquer etapas da investigação.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 31 de julho de 2021



Graziela Luciana Corvêa Braga

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE O DIA DO FOGO NA AMAZÔNIA (2019-2020):

O CASO DA *FOLHA DE S. PAULO* (BRASIL) E DO *PÚBLICO* (PORTUGAL)

RESUMO

Como palavra social que promove a interlocução mediada entre diferentes atores, o jornalismo permite a observação da sociedade e o compartilhamento de determinadas concepções. Como profissão, forja-se com base em valores, rotinas e práticas, geralmente instituídos em torno da redação, cujo produto é um discurso específico (objetivo, singular, autoral e ideológico). Apreendido ao longo do tempo, este discurso faculta a construção de narrativas. Em concordância com estas premissas, objetivou-se identificar e compreender quais foram as estratégias de construção das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia. O cenário refere-se aos incêndios florestais de agosto de 2019, que se espalharam da Amazônia Legal para além das fronteiras brasileiras. Inserida no paradigma interpretativo, adotou-se a fenomenologia hermenêutica, desenvolvida pelo filósofo Paul Ricoeur, como postura epistêmica e teórico-metodológica. A ideia de tripla *mimesis* estruturou a investigação, desde a articulação dos principais conceitos até a apresentação do caso. Selecionaram-se os jornais de língua portuguesa *Folha de S. Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal) para a observação e análise do dia do fogo na Amazônia. Por meio de amostragem não probabilística por casos típicos, constituiu-se um *corpus* com 60 textos do jornal brasileiro e 61 textos do jornal português. Utilizaram-se a observação direta (grelha de análise) e observação indireta (entrevistas semiestruturadas em profundidade com os principais jornalistas envolvidos no caso) como instrumentos de recolha dos dados. Apoiou-se nas técnicas análise de enquadramento e análise pragmática da narrativa jornalística para o exame das informações. Concluiu-se que, para construir seus discursos sobre o dia do fogo na Amazônia, ambos os jornais se apoiaram maioritariamente em fontes de informações rotineiras, como as instituições de pesquisa brasileiras e os perfis nos *media* sociais (*Twitter* e *Instagram*) de líderes mundiais. Igualmente, as práticas jornalísticas da *Folha de S. Paulo* e do *Público* reforçaram a importância da objetividade para a interpretação dos fenômenos sociais, bem como a dependência das agências de notícias para a obtenção de imagens. No periódico brasileiro, prevaleceu o sentido de que os crimes ambientais na Amazônia são impunes, sobretudo com o consentimento do presidente Jair Bolsonaro (2019-atual). Já, no periódico português, evidenciou-se a ideia de que é preciso salvar a Amazônia para as gerações seguintes.

Palavras-chave: Amazônia, *Folha de S. Paulo*, narrativas jornalísticas, *Público*, tripla *mimesis*.

**JOURNALISTIC NARRATIVES ABOUT THE DAY OF THE FIRE IN THE AMAZON (2019-2020):
THE CASE OF *FOLHA DE S. PAULO* (BRAZIL) AND *PÚBLICO* (PORTUGAL)**

ABSTRACT

As a social word that promotes mediated dialogue between different actors, journalism allows the observation of society and the sharing of certain conceptions. As a profession, it is forged based on values, routines and practices, generally established around the newsroom, whose product is a specific discourse (objective, singular, authored and ideological). Seized over time, this discourse allows for the construction of narratives. In accordance with these premises, the objective was to identify and understand what the construction strategies of journalistic narratives about the day of fire in the Amazon were. The scenario refers to the forest fires of August 10, 2019, which spread from the Legal Amazon beyond the Brazilian borders. Inserted in the interpretive paradigm, the hermeneutic phenomenology, developed by the philosopher Paul Ricoeur, was adopted as an epistemic and theoretical-methodological posture. The idea of triple *mimesis* structured the investigation, from the articulation of the main concepts to the presentation of the case. The Portuguese-language newspapers *Folha de S. Paulo* (Brazil) and *Público* (Portugal) were selected for the observation and analysis of the day of fire in the Amazon. Through non-probabilistic sampling of typical cases, a *corpus* with 60 texts from the Brazilian newspaper and 61 texts from the Portuguese newspaper was constituted. Direct observation (analysis grid) and indirect observation (in-depth semi-structured interviews with the main journalists involved in the case) were used as data collection instruments. The techniques of framing analysis and pragmatic analysis of journalistic narrative were used to examine the information. It was concluded that, to build their discourses on the day of fire in the Amazon, both newspapers relied mostly on routine news sources, such as Brazilian research institutions and the profiles on social networks (Twitter and Instagram) of world leaders. Likewise, the journalistic practices of *Folha de S. Paulo* and *Público* reinforced the importance of objectivity for the interpretation of social phenomena, as well as the dependence of news agencies to obtain images. In the Brazilian newspaper, the sense that environmental crimes in the Amazon go unpunished prevailed, especially with the consent of President Jair Bolsonaro (2019-present). In the Portuguese newspaper, however, the idea that it is necessary to save the Amazon for the following generations became evident.

Keywords: Amazon, *Folha de S. Paulo*, journalistic narratives, *Público*, triple *mimesis*.

ÍNDICE

RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
Primeiras palavras.....	14
1. O jornalismo e a narrativa hermenêutica.....	21
1.1 No princípio eram os boletins e os boletins eram jornalismo.....	21
1.2 Entre os paradigmas normativo e crítico.....	30
1.3 Afinal, o que se entende por jornalismo?.....	36
1.4 Paul Ricoeur e a tripla <i>mimesis</i>	39
2. Acontecimento.....	47
2.1 Contribuições da Escola de Chicago.....	47
2.2 Pragmatismo e fenomenologia hermenêutica: um diálogo possível.....	53
2.3 O dia do fogo na Amazônia.....	58
3. Discurso.....	72
3.1 Evento de linguagem, advento de contexto.....	72
3.2 Características do discurso jornalístico.....	76
3.3 Redação: o lugar (não só) dos jornalistas.....	78
3.4 Práticas, rotinas e valores jornalísticos.....	81
3.4.1 As fontes de informação.....	86
3.5 A objetividade e o discurso jornalístico.....	94
3.5.1 Particularidades do discurso jornalístico ambiental.....	99
3.6 Amazônia e os estudos de jornalismo: estado da arte.....	109
4. Narrativa.....	114
4.1 Ideologias: tentativa de controle do discurso.....	114
4.2 Da experiência ao enquadramento.....	119
4.3 Narrativas jornalísticas: mais do que histórias.....	128
4.3.1 Personagens jornalísticas e a identidade narrativa.....	130
4.3.2 O outro generalizado e a outridade.....	133
4.4 A história socioeconômica da Amazônia: do <i>boom</i> ao colapso.....	136

5.	Procedimentos metodológicos	148
5.1	Problemas de investigação e objetivos	148
5.2	Paradigma e metodologia hermenêuticos	150
5.3	Modelo de análise.....	152
5.4	O estudo de caso como método.....	157
5.4.1	O processo de amostragem: a constituição do <i>corpus</i> de textos jornalísticos e da amostra de entrevistados (jornalistas)	162
5.4.2	Técnicas e instrumentos de recolha de dados	167
5.4.3	Técnicas de análise	172
6.	O dia do fogo na Amazônia em análise (2019-2020).....	183
6.1	Dimensão sócio-histórica.....	183
6.1.1	Trajectoria do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	184
6.1.2	Estrutura da redação da <i>Folha de S. Paulo</i>	189
6.1.3	Normas e valores jornalísticos da <i>Folha de S. Paulo</i>	190
6.1.4	Trajectoria do jornal <i>Público</i>	193
6.1.5	Estrutura da redação do <i>Público</i>	196
6.1.6	Normas e valores jornalísticos do <i>Público</i>	198
6.2	Dimensão discursiva	201
6.2.1	Editorias e gêneros jornalísticos da <i>Folha de S. Paulo</i>	202
6.2.2	Enquadramentos da <i>Folha de S. Paulo</i>	206
6.2.3	Editorias e gêneros jornalísticos do <i>Público</i>	216
6.2.4	Enquadramentos do <i>Público</i>	219
6.3	Dimensão (re)interpretativa	226
6.3.1	Recomposição da intriga ou acontecimento jornalístico, segundo a <i>Folha de S. Paulo</i> . 226	
6.3.2	Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios na <i>Folha de S. Paulo</i>	230
6.3.3	Construção de personagens jornalísticas (discursivas) na <i>Folha de S. Paulo</i>	235
6.3.4	Estratégias comunicativas da <i>Folha de S. Paulo</i>	238
6.3.5	A relação comunicativa e o “contrato cognitivo” na <i>Folha de S. Paulo</i>	246
6.3.6	Metanarrativas da <i>Folha de S. Paulo</i>	250
6.3.7	Recomposição da intriga ou acontecimento jornalístico, segundo o <i>Público</i>	252

6.3.8	Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios no <i>Público</i>	255
6.3.9	Construção de personagens jornalísticas (discursivas) no <i>Público</i>	261
6.3.10	Estratégias comunicativas do <i>Público</i>	264
6.3.11	A relação comunicativa e o “contrato cognitivo” no <i>Público</i>	269
6.3.12	Metanarrativas do <i>Público</i>	275
7.	Narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia.....	278
7.1	Aproximações e distanciamentos entre <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Público</i>	278
	Considerações finais.....	290
	Bibliografia.....	294
	Apêndice I – Desafios atuais da <i>Folha de S. Paulo</i>	322
	Apêndice II – Contribuições do jornalismo de dados.....	324
	Apêndice III – Os primeiros anos do <i>Público</i>	329
	Apêndice IV – Um ano de jornalismo no <i>Público</i>	336
	Anexo I – Termos de consentimento livre e esclarecido.....	342
	345
	Anexo II – Lista de textos da <i>Folha de S. Paulo</i> e do <i>Público</i>	346

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFP	<i>Agence France-Press</i>
BE	Bloco de Esquerda
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CICB	Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil
Conama	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CTG-F	Centro Tecnológico Gráfico-Folha
EUA	Estados Unidos da América
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
MapBiomass	Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
Nasa	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCP	Partido Comunista Português
PGC	Programa Grande Carajás
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social-Democrata
STF	Supremo Tribunal Federal
UE	União Europeia
UOL	Universo On-line

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Apreensão teórico-metodológica da investigação conforme a tripla <i>mimesis</i> ricoeuriana	20
Figura 2: Máscara do desmatamento na Amazônia	61
Figura 3: Os elementos da prática	83
Figura 4: Canais e fontes de informação divididos a partir de dois agrupamentos primários	90
Figura 5: O processo de enquadramento em quatro níveis	124
Figura 6: Modelo de processo de enquadramento em investigações	127
Figura 7: Inserção teórico-metodológica desta investigação	161
Figura 8: Frequência mensal de textos sobre o dia do fogo na Amazônia nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Público</i>	166
Figura 9: Procedimentos metodológicos adotados nesta investigação	174
Figura 10: Seis movimentos da análise pragmática da narrativa jornalística	180
Figura 11: Nuvem de palavras gerada pela plataforma <i>Infogram</i> a partir dos tópicos sobre o dia do fogo na Amazônia, no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	201
Figura 12: Ilustração que acompanhou o texto do ator e escritor Gregório Duvivier	208
Figura 13: “Toco na floresta” é a charge de João Montanaro publicada na <i>Folha de S. Paulo</i>	209
Figura 14: “Nação biruta”, de Benett, satirizou a postura do presidente Jair Bolsonaro	209
Figura 15: As acusações do presidente Jair Bolsonaro contra o ator Leonardo DiCaprio renderam memes	209
Figura 16: Galeria de imagens “Fogo na Amazônia” publicada frequentemente no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	210
Figura 17: Galeria de imagens “As queimadas de agosto” mostra a cronologia do dia do fogo na Amazônia	211
Figura 18: Enquadramentos produzidos pela <i>Folha de S. Paulo</i> sobre o dia do fogo na Amazônia	216
Figura 19: Nuvem de palavras gerada pela plataforma <i>Infogram</i> a partir de tópicos sobre o dia do fogo na Amazônia, no <i>Público</i>	217
Figura 20: Galeria de ilustrações reunidas pela seção “P3”, do <i>Público</i> , sobre o dia do fogo na Amazônia	221
Figura 21: Infografia produzida pelo <i>Público</i> sobre o dia do fogo na Amazônia	222
Figura 22: Enquadramentos produzidos pelo <i>Público</i> sobre o dia do fogo na Amazônia	225
Figura 23: Personagens jornalísticas envolvidas no dia do fogo na Amazônia, segundo a <i>Folha de S. Paulo</i>	235

Figura 24: Imagem de satélite utilizada pela <i>Folha de S. Paulo</i> reforçou elementos da realidade empírica	239
Figura 25: <i>Folha de S. Paulo</i> utilizou imagem de satélite como recurso para se contrapor às afirmações de Jair Bolsonaro de que a floresta amazônica não estava a arder	239
Figura 26: Mapa mostrou que o fogo afetou vários países e não só a Amazônia	240
Figura 27: Protesto na cidade de São Paulo reforçou o envolvimento nacional no dia do fogo na Amazônia	242
Figura 28: Agência Reuters registrou o protesto da Greenpeace na sede do Parlamento Europeu	242
Figura 29: Imagem inicial da galeria “As queimadas de agosto” destacou os fogos na Amazônia durante o dia	243
Figura 30: Galeria “As queimadas de agosto” também destaca para os fogos durante a noite	243
Figura 31: Expressões faciais de Emmanuel Macron e Jair Bolsonaro ressaltam os efeitos de subjetivação	244
Figura 32: <i>Folha de S. Paulo</i> utilizou recursos poéticos para opor Emmanuel Macron a Jair Bolsonaro	244
Figura 33: Imagem em preto e branco enfatizou a tragédia ambiental	245
Figura 34: Sentido de tragédia foi reforçado pela <i>Folha de S. Paulo</i>	245
Figura 35: Personagens jornalísticas envolvidas no dia do fogo na Amazônia, segundo o Público	262
Figura 36: Fotografia da agência Reuters, utilizada pelo <i>Público</i> , realçou a desflorestação da floresta amazônica	264
Figura 37: Registro da Nasa evidenciou a gravidade dos fogos na Amazônia	265
Figura 38: Registro do protesto no Largo Camões, em Lisboa, reforçou os efeitos de real	265
Figura 39: Polícia acompanhou de perto o protesto da Greenpeace, em Bruxelas	265
Figura 40: Contraste entre o fogo e a escuridão produziu efeitos subjetivos sobre os fogos na Amazônia	267
Figura 41: Fogos na Amazônia durante o dia produziram efeito poético ao se opor às imagens feitas à noite	267
Figura 42: Vídeo reforçou as estratégias de subjetivação do acontecimento jornalístico	269
Figura 43: Fotografia da Reuters utilizada pela <i>Folha de S. Paulo</i> e pelo <i>Público</i>	283
Figura 44: Reuters foi uma das principais fornecedoras de imagens para a <i>Folha de S. Paulo</i> e para o <i>Público</i>	283

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo de análise (parte 1)	153
Quadro 2: Modelo de análise (parte 2)	154

PRIMEIRAS PALAVRAS

“Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra.
E te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?”

- *Carlos Drummond de Andrade*

“As palavras têm corpo e alma, mas são diferentes das pessoas em vários pontos.
As palavras dizem o que querem, está dito, e pronto,
as palavras são sinceras, as segundas intenções são sempre das pessoas.
A palavra juro não mente. A palavra mando não rouba. A palavra cor não destoa.
A palavra sou não vira casaca. A palavra liberdade não se prende. A palavra amor não se acaba.
A palavra ideia não muda. Palavras nunca mudam de ideia. Palavras sempre sabem o que querem.
Quero não será desisto. Sim nunca jamais será não.”

- *Adriana Falcão*

“Words are, in my not-so-humble opinion, our most inexhaustible source of magic.
Capable of both inflicting injury and remedying it.”

- *Albus Dumbledore (J.K. Rowling)*

O universo das palavras sempre me foi caro. Desde a infância, estive cercada de livros e de literatura. Tenho apreço especial pelos dicionários. Fascina-me a ideia de utilizar palavras para explicar palavras; de brincar com os sentidos possíveis. Entretanto, somente após a primeira volta de Saturno, ou seja, na vida adulta, é que passei não apenas a contemplar seus significados, mas também a desvelar as relações de poder que se escondem por trás das palavras.

A leitora ou o leitor perceberá que esta tese contém muitas palavras. Porém, se apenas duas pudessem descrever a essência da investigação, essas palavras seriam, em pé de igualdade, Amazônia e jornalismo. A escolha de duas palavras remete-me ao paradoxo presente na canção *Parabólica*, de Humberto Gessinger: paralelas que se cruzam. Interessa-me a imagem de traços individuais que, por

algum motivo, desafiam a lógica e a própria natureza para se encontrar. Neste trabalho, Amazônia e jornalismo são as paralelas com as quais questiono juízos pré-estabelecidos.

Nasci e vivi na Amazônia brasileira por 30 anos, todavia, antes de iniciar os estudos de pós-graduação, em 2013, não concebia esta realidade. Acreditava que Amazônia era sinônimo de floresta, de animais silvestres, de povos indígenas, de incomunicabilidade com o resto do mundo. De alguma maneira, reproduzia o pensamento colonial de que a Amazônia representava o atraso. Eu sempre vivi em médias e grandes cidades, portanto julgava que não fazia parte da Amazônia. Tinha acesso à internet e a produtos tecnológicos, como computador e telemóvel; locomovia-me de automóvel; comunicava-me em inglês; viajava de avião; fazia compras pela *Amazon* – logo, pensava ser moderna demais para fazer parte da Amazônia. Essas crenças foram abaladas quando entrei em contato com o trabalho de Gondim (1994), que contesta a ideia de “paraíso perdido” cunhada pelos colonizadores europeus; de Becker (1996), que descreve as políticas de expansão da fronteira amazônica pelo governo federal brasileiro, sobretudo na segunda metade do século XX; de Paes Loureiro (1995), que discute o isolamento da Amazônia em relação aos demais centros econômicos do Brasil, da América Latina e da Europa; de Trindade Jr. (2013), que explora a dinâmica entre as cidades e a floresta amazônica, principalmente no contexto dos grandes projetos de infraestrutura incentivados pelo executivo nacional e da exploração mineral, também na segunda metade do século XX. Esses pesquisadores e pesquisadoras, ao quais se unem muitos outros, não apenas me ajudaram a repensar a concepção de Amazônia, como também me instigaram a lutar contra a visão colonial que persiste.

O jornalismo, como profissão e como objeto de estudo, tornou-se o instrumento por meio do qual passei a contestar as estruturas de poder que buscam manter a Amazônia neste lugar de atraso. Trabalhei entre 2011 e 2013 numa das principais empresas midiáticas de Belém, a capital do Estado do Pará (Brasil), portanto conheci de perto os valores, as rotinas e as práticas em torno de jornais impressos. Ainda que esta materialidade seja atualmente colocada em xeque, sobretudo pela pressão ambiental para evitar o desperdício de recursos naturais, o discurso jornalístico produzido pelos jornais tradicionais mantém sua importância para a observação e compreensão da sociedade a propósito dela própria, bem como demonstra capacidade de coexistir com as informações que circulam no ambiente digital. Com isto, enfatizo que os profissionais envolvidos na produção noticiosa são, antes de tudo, pessoas que também estão a tentar perceber o fluxo da vida. Não são heroínas ou heróis, tampouco paladinos. São humanos. Esta noção orienta o presente trabalho, pois em vez de julgar se determinado discurso jornalístico é certo ou errado, busca-se perceber como e por que foram produzidos daquela maneira.

À Amazônia e ao jornalismo, cruza-se mais uma importante reta. O conceito de narrativa é aqui acionado como resultado do meu envolvimento no grupo de pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia), entre 2015 e 2017. Na época, éramos estudantes de mestrado e de graduação empenhados em compreender a obra *Tempo e Narrativa*, do filósofo Paul Ricoeur (1983). Naturalmente, as reflexões estimuladas despertaram no grupo a necessidade de mais qualificação. Alguns colegas seguiram os estudos doutorais em universidades brasileiras. Eu precisei me distanciar, espacial e temporalmente, para conseguir ver melhor as paralelas traçadas. Força do destino ou da casualidade, Portugal acolheu-me nos últimos quatro anos. De 2017 para cá, tantas outras certezas foram abaladas e o questionamento aos padrões estabelecidos segue iluminado por novos matizes.

Deste contexto pessoal e profissional advém o presente trabalho. Partiu-se da premissa que, precisamente porque são construídas consoante contextos sócio-histórico específicos, é possível a coexistência de diferentes narrativas jornalísticas sobre os mesmos acontecimentos – sem que uma seja correta e verdadeira, enquanto as demais são equivocadas. Há muito já não se admite o jornalismo como espelho ou retrato fiel da realidade.

De maneira geral, objetivou-se identificar e compreender as estratégias de construção das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia – este que foi um dos principais acontecimentos de 2019, não apenas do ponto de vista ambiental, pois afetou o maior celeiro de biodiversidade da Terra, mas também da perspectiva político-internacional, uma vez que evidenciou o conflito de interesses entre os presidentes francês e brasileiro, Emmanuel Macron (2017-atual) e Jair Bolsonaro (2019-atual), nesta ordem. Inevitavelmente, como cidadã, senti tristeza e impotência ao acompanhar as imagens da floresta a arder. Na mesma medida, senti revolta ao perceber o despreço dos principais representantes do executivo federal brasileiro. Diferente dos incêndios florestais que vitimaram dezenas portugueses, em 2017, ou da temporada de incêndios na Austrália (2019-2020), o caráter intencional da queima e o aparente incentivo do presidente Jair Bolsonaro ao desmatamento da floresta particularizam o dia do fogo na Amazônia. Pela capacidade de promover a interlocução entre os diferentes atores sociais e de formar consensos, o jornalismo revelou-se um rico instrumento para observação e compreensão do caso.

De maneira específica, objetivou-se:

- mostrar o processo de produção de notícias sobre o dia do fogo na Amazônia, de acordo com as práticas e as rotinas jornalísticas;
- identificar e perceber como foram acionados, na construção discursiva, os quadros de sentido sobre o dia do fogo na Amazônia;

- ser capaz de observar como a experiência dos jornalistas envolvidos na cobertura do dia do fogo na Amazônia contribuiu para a construção das narrativas.

Houve, ainda, um objetivo específico de natureza eminentemente teórica:

- identificar as principais técnicas para a execução da análise narrativa em investigações que envolvem o jornalismo e contribuir para a clarificação do uso desta abordagem dos estudos do discurso.

Ao mergulhar na literatura acadêmica sobre narrativas jornalísticas, percebeu-se certa fragilidade no aspecto metodológico. Muitos são os trabalhos que discutem narrativas, no entanto, poucos são os que o fazem em interface com o jornalismo. Menos ainda são os que explicitam os procedimentos metodológicos adotados. A leitora ou o leitor perceberá que o conceito de narrativas jornalísticas construído ao longo desta investigação não se assemelha aos princípios do jornalismo literário, portanto têm zero relação com a ideia de construção criativa de uma reportagem. As narrativas jornalísticas aqui exploradas, em diálogo com Ricoeur (1983, 1991), só fazem sentido porque evidenciam a produção e o compartilhamento de sentidos ao longo do tempo. Os textos jornalísticos importam como um todo. É possível que esta seja uma das principais dificuldades para se operacionalizar a análise de narrativas jornalísticas, visto que, em certa medida, cada texto carrega em si uma significação e uma estrutura própria. Assim, esta tese procura contribuir para solidificar o uso da análise narrativa nos estudos de jornalismo ao expor em detalhe suas opções metodológicas e a aplicação da técnica de análise (ainda que, por vezes, como se perceberá, possa resultar na repetição de ideias).

Além de somar ao campo, o rigor metodológico revelou-se fundamental para que o conhecimento científico sobre o dia do fogo na Amazônia não fosse contaminado pelo meu inegável descontentamento com o presidente Jair Bolsonaro. Impus, ainda, outras distâncias ao objeto de estudo, nomeadamente a residência em terras lusitanas (uma espécie de autoexílio) e a orientação da professora Sandra Marinho (com que, em princípio, compartilho a língua de Camões). A relação entre Brasil e Portugal revelou-se não apenas na análise das narrativas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Público*, mas também na dinâmica que se estabeleceu entre minha orientadora e eu. Uma dinâmica particularmente desafiadora, porque fez eu me perceber pelas lentes portuguesas. Em concordância com Babbie (1992, p. 481), é permitido aos cientistas ter opiniões políticas, bem como aquilo que se decide investigar está entrelaçado na vida social. Entretanto, os procedimentos metodológicos funcionam justamente para “colocar sob vigilância as nossas falhas humanas, especialmente aquelas de que não temos consciência”. Ao identificar minhas crenças e valores, tal como o cavalo Boxer, de *Animal Farm* (George Orwell), trabalhei para colocá-los

sob vigilância. Não são apenas os jornalistas: eu também, antes de investigadora, sou humana e, no máximo, heroína da minha própria vida.

Alerta-se que esta tese não apenas discute narrativas jornalísticas como ela própria se apresenta como narrativa. Por isso, está estruturada em sete capítulos, em concordância com a tripla *mímesis* (*triple mimésis*) ricoeuriana e, também, com o pragmatismo. Ligeiramente diferente do que é mais comum na academia, em que os trabalhos apresentam a seção empírica somente após a seção teórica, a leitora ou o leitor observará que, desde os primeiros capítulos, discute-se o dia do fogo na Amazônia. O caso é apresentado progressivamente, do capítulo dois ao capítulo quatro, consoante os aspectos estruturais, simbólicos e temporais que caracterizam a prefiguração narrativa (*mímesis* I). Isto significa que cada um desses capítulos se inicia com uma discussão teórica e se encerra com a exposição do cenário, que é o dia do fogo na Amazônia, de acordo com o que foi discutido.

O pragmatismo enriquece esta perspectiva, dado que “o método não é dado *a priori*, mas se constrói em função (e a serviço) do problema de pesquisa” (França, 2016, p. 154). Segundo a autora, o terreno da empiria consiste no ponto de partida e de retorno da pesquisa, uma vez que se observa o cenário dos indivíduos em ação, o lugar da prática, o fazer no mundo. A teoria não é utilizada para “explicar” a realidade, tampouco a empiria é convocada para exemplificar a teoria: “são os elementos de realidade, as características dos objetos e do problema a ser analisado que suscitam e convocam as teorias e ajudam a construir a reflexão” (França, 2016, p. 170). Assim, nesta investigação, teoria e empiria caminham juntos e gozam de igual importância para a compreensão do caso.

O percurso teórico-epistemológico (figura 1) começa a ser traçado no capítulo um, com a apresentação dos alicerces da pesquisa: o jornalismo e a narrativa hermenêutica. Destacam-se as origens do jornalismo enquanto profissão moderna que se estrutura em torno da redação; o debate em torno dos paradigmas normativo e crítico; o entendimento de jornalismo que norteia a investigação; e o conceito de tripla *mímesis*, que equivale ao cerne da narrativa hermenêutica. Evidencia-se, neste capítulo, a relevância científica e social do trabalho. Científica, porque procura demonstrar, por meio da fenomenologia hermenêutica, como se articula o processo de construção de narrativas a partir do jornalismo. Como produto de uma atividade que permite a interlocução mediada entre diferentes atores, o discurso jornalístico não apenas dá visibilidade a certos acontecimentos, como cristaliza juízos. Isto evidencia os jogos de poder que envolvem a produção noticiosa com o objetivo de fazer certas interpretações predominarem sobre outras. Deste entendimento, decorre a relevância social, porque contribui para o fortalecimento dos valores democráticos. A partir do momento em que se consegue perceber que as narrativas compartilhadas em sociedade advêm de pontos de vista distintos e que

nenhuma delas é absoluta ou total, dado o contexto em que foram produzidas, caminha-se em direção à formação de cidadãos mais críticos (com sorte, menos propensos a acreditar em notícias falsas). Como procurarmos mostrar nesta tese, não existe (tampouco se deseja que exista) interpretação única dos acontecimentos. Contudo, deve-se sempre perguntar-se como e por que certas narrativas têm mais força ou visibilidade do que outras.

No capítulo dois, a partir da Escola de Chicago, discute-se o conceito de acontecimento, seu poder de afetação e seu poder hermenêutico, bem como se apresenta o dia do fogo na Amazônia como o acontecimento por excelência da investigação. Uma vez compreendido que os acontecimentos podem ser apreendidos por meio do discurso (primeiro pela descrição, depois pela narração), o capítulo três reflete acerca das características do discurso jornalístico, em especial a objetividade (também chamada de verdade), que adquire uma nuance própria no discurso jornalístico ambiental e convoca, de novo, a discussão acerca da perspectiva normativa. Também, são detalhadas questões acerca da prática, da rotina e dos valores jornalísticos, além da apresentação dos profissionais da redação e sua relação com as fontes de informação. Nesta linha de pensamento, apresentam-se alguns trabalhos (reunidos de forma não sistemática) que envolvem Amazônia e jornalismo: ou seja, os “discursos acadêmicos” sobre a Amazônia.

O capítulo quatro aborda as particularidades do processo narrativo no jornalismo: as ideologias, a experiência e o enquadramento (*framing*), as personagens e a alteridade. A história social da Amazônia completa a prefiguração narrativa (*mimesis I*), dado que o dia do fogo na Amazônia, no entender desta investigação, resultou da apropriação conflituosa do território amazônico pelos diversos atores sociais: população nativa; migrantes de outras regiões brasileiras, principalmente o Nordeste; latifundiários e grandes produtores rurais – uma dinâmica fruto, em grande parte, das políticas de expansão da fronteira amazônica estimuladas pelo governo central brasileiro desde o século XX.

O capítulo cinco, de natureza teórico-metodológica, dá início à configuração narrativa (*mimesis II*), estabelecendo uma ponte entre a prefiguração narrativa (capítulos dois ao quatro) e a análise narrativa do dia do fogo na Amazônia, no capítulo seis. Portanto, ainda no capítulo cinco, é situada a investigação dentro do paradigma e da metodologia hermenêutico-fenomenológica, bem como é estruturado o modelo de análise a ser aplicado com vistas a alcançar os objetivos estabelecidos. Da mesma forma, estabelece-se o estudo de caso como método e justifica-se a escolha dos jornais selecionados, *Folha de S. Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal), considerando suas trajetórias histórico-institucionais nos respectivos países. Explicam-se, ainda, o processo de amostragem (não probabilística por casos típicos); as técnicas e os instrumentos de recolha (grelha de análise e entrevista semiestruturada em profundidade com os

principais jornalistas envolvidos no caso); além das técnicas de análise – enquadramento e análise pragmática da narrativa jornalística.

O capítulo seis, com base nas dimensões, nos componentes e nos indicadores previstos no modelo de análise, esmiúça como o dia do fogo na Amazônia foi construído discursivamente pelos jornais. Trata-se do capítulo mais extenso da investigação. Alerta-se que, por vezes, algumas informações podem se repetir e a leitura certamente não será fácil. Isto ocorre porque se buscou detalhar todo o percurso previsto na análise pragmática da narrativa jornalística (Motta, 2007). Procurou-se não repetir a fragilidade de alguns trabalhos, que afirmam usar a análise narrativa, porém não dizem exatamente como procederam e, por isso, chegam a soar parciais ou “pouco científicos”. Uma das forças desta investigação é, justamente, abrir caminho para que outros investigadores possam replicar o percurso narrativo em suas investigações, bem como questionar os resultados aqui encontrados.

Por fim, a refiguração narrativa (*mimesis* III), que encerra o círculo hermenêutico, encontra-se no capítulo sete, que responde aos problemas de investigação e sintetiza as narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia, com atenção para as aproximações e os afastamentos entre os jornais selecionados.

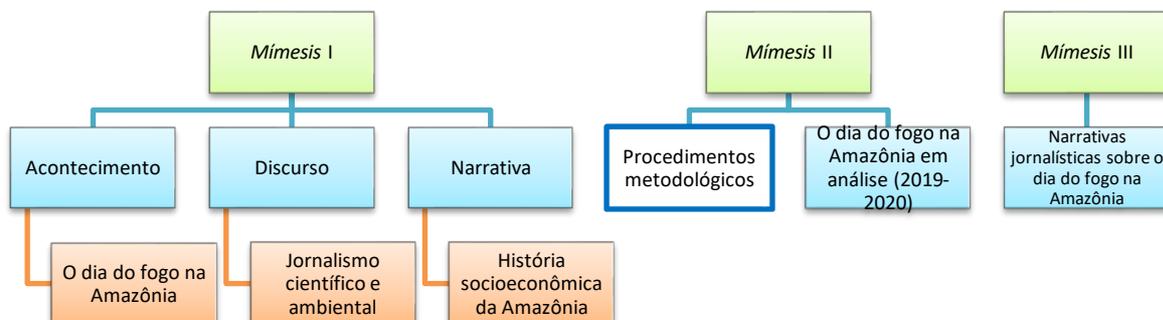


Figura 1: Apreensão teórico-metodológica da investigação conforme a tripla *mimesis* ricœuriana

1. O JORNALISMO E A NARRATIVA HERMENÊUTICA

A fim de estabelecer os alicerces e as delimitações desta investigação, o capítulo tem o objetivo de definir o jornalismo como profissão, inserindo-o numa perspectiva histórica que vai do mercantilismo, no século XVI, à fase comercial, estabelecida sob a dianteira de países anglo-americanos, como Estados Unidos da América (EUA) e Reino Unido, no século XIX. Também, serão discutidas as características dos estudos de jornalismo em interface com as Ciências da Comunicação, bem como as diferenças entre os paradigmas normativo e crítico, demarcando que esta tese transita entre as duas vertentes. Por fim, será explicado que a apreensão narrativa do discurso jornalístico dar-se-á partir da fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur (1983), cujo conceito de tripla *mimesis* servirá de estrutura teórico-metodológica para os capítulos seguintes.

1.1 No princípio eram os boletins e os boletins eram jornalismo

Na obra *Alerta de risco*, Neil Gaiman (2016, p. 10) afirma: “construímos as histórias na nossa mente. Pegamos palavras e lhes conferimos poder, e nos colocamos atrás de outros olhos, enxergando e vivenciando o que os outros veem”. O escritor britânico assenta-se no reino da ficção, entretanto suas palavras exprimem a natureza desta investigação: com base em procedimentos científicos, busca-se compreender as histórias produzidas por jornalistas considerando sua experiência sócio-histórica.

De acordo com Roeh (1989), contar histórias é tão antigo quanto a história humana e o impulso de narrar parece ser inteiramente natural e não problemático, dado que a narrativa está presente em todas as culturas conhecidas. Histórias contadas por jornalistas, por defeito, revelam características das pessoas e da sociedade, de acordo com um tempo e um espaço específicos; dizem acerca de quem as vive e do mundo onde se encontram; falam, enfim, sobre a realidade.

Couldry e Andreas (2017) lembram que o mundo social e a sua realidade cotidiana não são apenas um dado, mas sim socialmente construídos pelos seres humanos. Isto significa que não são aleatórios ou idiossincráticos. Ao contrário, a construção do mundo social baseia-se em muitos padrões de prática cuja validade é geralmente aceite, porém igualmente contestada. Trata-se de um paradoxo, pois as características específicas e relativamente estáveis do mundo social são parte da construção que as diversas instituições (entre as quais, os *media*) se esforçam para sustentar, no contexto de um fluxo mais complexo e incerto de estados possíveis do mundo social. Couldry e Andreas (2017) destacam que a comunicação, entendida como qualquer forma de interação (isto é, de ação mutuamente orientada)

simbólica consciente e planejada ou habitualizada e situada, é fundamental para que haja um mundo social – embora a construção da realidade cotidiana também envolva muitos processos não comunicativos.

Em diálogo com o sociólogo Pierre Bourdieu, Martins, M. (2017, p. 116) entende a realidade não como um espelho, mas sim como representações, isto é, como classificações e/ou (di)visões, como um lugar de luta permanente: “a realidade social não é apenas aquilo que está instituído (e não nos podemos esquecer que o que está instituído é apenas um estado momentâneo e provisório da luta para fazer existir ou ‘inexistir’ o que existe)”. Para Motta (2002, p. 319), as notícias, o produto por excelência do trabalho jornalístico, contam o fato real de acordo com certa representação da realidade: “na notícia, o fato significa a notícia, enquanto novo fato, constrói o seu próprio sentido, e a publicação cotidiana de notícias ajuda a construir as imagens culturais que edificam todas as sociedades”.

Ainda de acordo com Motta (2002), organizadas de forma narrativa, as notícias não se tornam apenas representações da realidade, mas também se configuram como ações desenvolvidas em função de estratégias culturais em contexto. Um conjunto de notícias, publicadas em diferentes edições, podem ser reunidas na forma de uma narrativa singular, pois “ao ler/ver/ouvir as notícias de hoje as pessoas associam os fatos, causas e consequências, põem os episódios de hoje nas histórias de ontem, relacionam pontos, associam antecedentes e consequentes, demarcam começos, meios e finais de histórias temáticas” (Motta, 2007, p. 146).

Para Barkin (1984), os narradores, em geral, compreendem o mundo; organizam os fenômenos em cenários, identificando as razões para o que aconteceu. Os jornalistas, como narradores, desempenham um importante papel na afirmação e manutenção da ordem social, bem como reforçam uma visão particular da realidade social. Trata-se não só de narrar acontecimentos, mas também valores, crenças, ideologias. Entretanto, o autor reforça que o jornalismo consiste num ambiente simbólico que sofre restrições institucionais, a exemplo de competição entre colegas, divisão do trabalho, prazos e tecnologia.

Se o jornalismo consiste no aspecto fundamental desta investigação, é necessário discorrer sobre tal. Para Bakhtin (1986, p. 152), o jornalista é (obrigado a ser) um contemporâneo, porque vive na esfera de questões que podem ser resolvidas hoje (ou num futuro próximo), bem como “participa de um diálogo que pode ser encerrado e até finalizado, pode ser traduzido em ação e pode se tornar uma força empírica”. No célebre discurso *Jornalismo: o melhor ofício do mundo*, o colombiano Gabriel García Márquez (2011) afirma que o jornalismo só se consegue digerir e humanizar pela sua confrontação descarnada com a realidade. Esta dimensão parece ser o denominador comum de profissionais e

acadêmicos, ainda que ambos possuam diferentes definições para o jornalismo. Zelizer (2004) enumera, inicialmente, cinco entendimentos frequentes entre os jornalistas acerca do próprio ofício:

- o jornalismo como um sexto sentido e os jornalistas com um faro especial para as notícias;
- o jornalismo como um contendor e a notícia como um fenômeno com volume, materialidade, dimensão, profundidade e complexidade. Isto significa que o jornalismo contém (no sentido de guardar ou manter) as notícias do dia até que possa divulgá-las para o público;
- o jornalismo como espelho, reduzido a contemplar a realidade ou acontecimentos objetivos no mundo real. As notícias são vistas como tudo o que acontece, sem nenhuma atividade de filtragem por parte dos jornalistas;
- o jornalismo como uma criança e os jornalistas como cuidadores das notícias. Esta perspectiva identifica o jornalismo como um fenômeno que necessita de carinho, atenção, supervisão e cuidado, bem como implica uma fragilidade e vulnerabilidade do jornalismo, além de pressupor que os jornalistas adotem uma posição parental contínua;
- o jornalismo como serviço, que o posiciona no interesse público e em conjunto com as necessidades da cidadania.

Zelizer (2017) acrescenta duas metáforas na conceituação dos jornalistas sobre sua atividade:

- o jornalismo como história, ou seja, uma forma narrativa de apresentação das notícias, a qual varia de acordo com cada *medium*. Em geral, os profissionais distinguem as histórias em notícias duras (*hard news*), ou seja, aquelas que informam e que, amiúde, localizam-se nas primeiras páginas ou com algum destaque no *medium*, e notícias leves (*soft news*), isto é, aquelas que contam uma história emocionante. Às notícias duras os jornalistas associam a ausência de narrativa, ao passo que às notícias leves associam o uso de técnicas narrativas que produzem histórias dramáticas e comoventes, lições morais e enredos convincentes;
- o jornalismo como engajamento, ou seja, como uma plataforma que possibilita a distribuição de informações em conjunto com outras pessoas. Em vez de se concentrar na visualização de páginas e em cliques, a metáfora do engajamento ajuda a conectar os meios de comunicação social ao objetivo de longa data do jornalismo de servir o público, além de relacionar as notícias aos impulsos pensados para gerar envolvimento e conexão em todo o ambiente digital, na forma de listas, imagens, memes, mapas, arquivos de áudio, gráficos, vídeos, tuites etc.:

No cerne da metáfora do engajamento está a atividade de compartilhar, que, nesta visão, constitui o ato primário pelo qual o público experimenta a notícia. (...) Compartilhar não só permite que os usuários organizem a informação por aqueles

cujas opiniões consideram valiosas, mas facilita a criação de espaços personalizados onde as notícias recebidas são coerentes com temas já valorizados. O compartilhamento gerou uma série de práticas geralmente não associadas ao jornalismo – comentários, seguidores, fãs, amigos, retuites, curtidas, republicações, *pins* e favoritos entre eles. (Zelizer, 2017, p. 64)

Segundo a autora, estas percepções sugerem um forte senso de responsabilidade para com as notícias, o que se torna complicado tanto pela materialidade quanto pela natureza contínua e em constante mudança do jornalismo. Os acadêmicos, por sua vez, definem o jornalismo de maneira diferente. Novamente, Zelizer (2004) indica:

- o jornalismo como profissão, ou seja, como um conjunto de atividades pela quais se qualifica o jornalista. Profissão, aqui, refere-se a um conhecimento corporal que instrui os indivíduos sobre o que fazer e o que evitar em determinadas circunstâncias, bem como salvaguarda contra tremores, falhas e contravenções de vida coletiva;
- o jornalismo como instituição, visto que existe ou funciona como um ambiente institucional caracterizado por privilégios sociais, políticos, econômicos e culturais. Esta acepção entende o jornalismo como um fenômeno de larga escala, cujo principal efeito é o poder de manobra, primeiramente para moldar a opinião pública e controlar a distribuição de recursos informativos ou simbólicos na sociedade;
- o jornalismo como texto, pois se considera o uso público de palavras, imagens e sons de maneira padronizada. A noção de notícias e o foco na “história” (*story*) como uma maneira de explicar o que os jornalistas produzem ao coletar e apresentar as notícias são questões-chave. Assim, o que é notícia é tornado explícito na forma de um relatório, um registro ou uma prestação de contas, e as notícias assumem os atributos do documento escrito ou da história oral;
- o jornalismo como pessoas, embora esta interpretação baseie-se mais na elite convencional e bem-sucedida do jornalismo do que no total de pessoas envolvidas no processo de produção de notícias, a exemplo dos revisores (*proofreaders*), dos editores de cópia (*copyeditors*), dos responsáveis pela impressão (*print setters*), pelo formato (*layout*) da página, pelo *design* gráfico, pela edição de vídeo ou pela verificação dos fatos (*fact checking*);
- o jornalismo como um conjunto de práticas, cujas dimensões são simbólicas e operacionais. Esta acepção, além dos efeitos de retransmissão e agenda (*agenda setting*), também discute o papel crucial do jornalismo na formação de consensos a partir de rotinas, práticas e fórmulas testadas para coletar e apresentar as notícias.

Na percepção de Lewis (2019), definir o jornalismo e quem se qualifica como jornalista revela mais do que uma disputa discursiva: trata-se do ponto de partida fundamental para a compreensão dos papéis e dos significados sociais do jornalismo como uma característica do mundo do século XXI. Portanto, não se pode dissociar o jornalismo da perspectiva histórica. Conforme o autor, contar aos outros acerca de eventos e informações novas tem sido uma atividade comum ao longo da humanidade, porém, a partir do momento em que estes eventos e informações passaram a ser transmitidos não mais de forma oral, mas sim no formato de boletins impressos (*newsletters*), a atividade tornou-se restrita ao ambiente social e físico de pessoas alfabetizadas. Mais: transformou-se numa forma de lazer, na medida em que agrega valor aos destinatários que adquirem uma cópia do trabalho. Em outras palavras, o jornalismo, que se definia pelas características de uma prática cultural, como contar eventos, fornecer novidades e estabelecer uma verdade comum com base em fatos, a partir dos boletins (inicialmente, manuscritos; depois, com o processo de mecanização, impressos), passou a permitir a circulação de notícias em grande escala, incluindo sistemas de produção e distribuição.

Convém lembrar Natali (2004), para quem o jornalismo não nasceu com o capitalismo, mas sim com o mercantilismo, no século XVI. Ao banqueiro alemão Jakob Függer von der Lilie é atribuída a criação dos boletins informativos, visto que os agentes por ele contratados enviavam-lhe, regularmente, informações úteis para seus negócios. Estas informações poderiam ser de caráter econômico, como a cotação de determinadas mercadorias nas feiras, mas também de caráter político, a exemplo dos conflitos regionais que afetavam o tráfego pelas estradas, as cotações dos pedágios nas alfândegas senhoriais ou o preço das apólices de seguro. A partir do século XVII, a produção destes boletins informativos proliferou, principalmente, pelas atuais Holanda e Bélgica.

Em consonância, Carey (2007) afirma que as notícias e o ato de reportar (*reporting*), num sentido conceitual e histórico, representam uma fome particular e particularmente moderna de experiência – em direção ao novo, e não ao antigo; para o surpreendente e o original, em vez do inesperado e imprevisível; para a originalidade, e não para reprodução do passado. O apetite pelos novos, pelos mais recentes e pelos mais confiáveis registros verídicos dos acontecimentos iniciara-se entre a classe dos comerciantes e banqueiros, que necessitava das informações mais recentes e mais confiáveis, o mais rápido possível, dado que suas fortunas aumentavam ou diminuía de acordo com as condições dos mercados, bem como entre os políticos, que precisavam saber quais prováveis ações das autoridades reais poderiam determinar oportunidade dentro dos mercados. No entanto, a partir do século XIX, transforma-se num apetite cultural dominante, pois a aquisição de informações torna-se sistemática e cumulativa (em princípio, sempre confiável), bem como o registro de eventos e ocorrências fixa-se como prática. Os

próprios registros tornam-se permanentes, ou seja, relativamente protegidos contra calamidades comuns, a exemplo de falhas de memória e desastres naturais.

Ainda de acordo com Carey (2007), por mais que notícias, reportagens e jornalismo sejam tomados como sinônimos nesta discussão, é importante demarcar que a palavra jornalismo vem do francês *jour* (dia) e refere-se à prática de manter um diário. Pelo menos três condições fizeram com que tal prática fosse projetada a uma dimensão mais ampla:

- a capacidade generalizada de ler e escrever;
- a disponibilidade, de maneira fácil e barata, de papéis e instrumentos de escrita;
- a crença de que a vida do indivíduo era importante o suficiente para que valesse a pena ser registrada na forma de eventos, humores, acontecimentos e emoções, ou seja, os detalhes passageiros da própria vida. Portanto, para este autor, o jornalismo registra a biografia de uma comunidade de maneira mais ou menos fixa e periódica:

O jornalismo transfere um hábito privado para a comunidade: manter um registro coletivo dos fatos e eventos, importantes ou meramente interessantes, na vida coletiva de uma comunidade – clima, desastres, preços, ocorrências estranhas e desconcertantes, idas e vindas na corte ou congresso, eventos ameaçadores (guerra, fome, falha na colheita), fofocas e boatos. O jornalismo fixou a memória social em uma nova forma e dependeu, conseqüentemente, não apenas de sistemas de escrita acessíveis e papel barato, mas também de novos meios de produção (prensas de impressão e manuscritos feitos com facilidade), novos meios de armazenamento ou arquivo (bibliotecas amplamente dispersas e escritórios governamentais) e novos meios de distribuição (correios públicos, estradas e outras rotas fixas de entrega). Muitos desses elementos estavam disponíveis há algum tempo, mas formaram uma nova conjuntura no século XVIII, com modos alterados de política e organização social que se mostraram decisivos. (Carey, 2007, p. 8)

Chalaby (1996, 2001) concorda com a ideia de que o jornalismo é uma invenção do século XIX, porém demarca que se trata de uma invenção anglo-americana. Para este autor, a profissão do jornalista e o discurso jornalístico resultam do surgimento, durante este período, de um campo especializado e cada vez mais autônomo de produção discursiva, denominado campo jornalístico. De maneira progressiva, o discurso jornalístico tornou-se uma classe distinta de textos, uma vez que os agentes do campo jornalístico desenvolveram suas próprias normas e valores discursivos, a exemplo da objetividade e da neutralidade. Assim, o modo jornalístico de escrever passou a ser caracterizado por estratégias discursivas particulares, distintas da natureza literária ou da natureza política: “os textos jornalísticos começaram a possuir características filológicas distintas, e os mesmos fenômenos discursivos puderam ser identificados nos textos que formaram o discurso jornalístico” (Chalaby, 1996, p. 304).

Da mesma forma, o autor afirma que é nos EUA, e em menor grau no Reino Unido, que as práticas discursivas e estratégias que caracterizam o jornalismo foram inventadas, dado que, nestes países, a imprensa se industrializou mais rapidamente, tornando-se um campo autônomo de produção discursiva. Esta concepção moderna de jornalismo tornou as informações o material básico da vida cotidiana, bem como desenvolveu sua capacidade de coletar e gerenciar estas informações. Ademais, práticas discursivas estritamente jornalísticas, como reportar e entrevistar, desenvolvidas por jornalistas anglo-americanos, foram, progressivamente, importadas e adaptadas por outros países, como a França:

Desde o início do século XIX nos Estados Unidos, e em meados do século na Inglaterra, os jornais ampliaram seu campo de investigação. Eles contrataram correspondentes especializados em finanças e vários tribunais e também enviaram repórteres para cobrir reuniões da alta sociedade (o início das *society news*) e reuniões esportivas. A extensão do campo da informação favoreceu o desenvolvimento da profissão de repórter. Na década de 1850, um jornal de Nova York empregava entre 10 e 20 repórteres. Seu número nos editores aumentou ainda consideravelmente durante as décadas seguintes, a ponto de um contemporâneo chamar o final do século de “a era do repórter”. (Chalaby, 2001, p. 284)

Ainda de acordo com este autor, a partir da tradição anglo-americana, entendeu-se que a reportagem envolve uma dupla dissociação, pelo menos no nível discursivo: entre informações e opiniões, por um lado; entre informações e emoções dos narradores, por outro. No início do século XIX, nos EUA e no Reino Unido, começou a ser estabelecida a diferença entre informação e seu comentário, entre fatos e sua interpretação, de forma que os jornalistas passaram a se especializar em uma ou outra das atividades. Também, opiniões e comentários explicitamente partidários foram gradualmente confinados aos editoriais: “a reportagem tornou-se a forma discursiva usada principalmente para expor fatos dos quais julgamentos de valor e comentários obviamente subjetivos são em princípio excluídos” (Chalaby, 2001, p. 286). Para o autor, a dissociação imposta pela reportagem entre as informações e as emoções do narrador trata-se de uma característica essencialmente moderna, dado que implica uma distância entre o jornalista e sua produção discursiva: “há, na reportagem, ao mesmo tempo a força da modernidade, que impõe uma racionalização da prática discursiva, e a força do campo, que é inserida entre o escritor e sua palavra” (Chalaby, 2001, p. 287).

Portanto, o jornalismo contemporâneo desenvolve-se nomeadamente a partir do século XIX, após separar-se dos partidos políticos, bem como com o crescimento da alfabetização, do nacionalismo e dos sistemas de informação do governo, a exemplo dos correios. Lewis (2019) afirma que, com a industrialização dos jornais, o jornalismo passa a se referir à atividade econômica engajada em elaborar e divulgar notícias – com os jornalistas, em particular, tornando-se “chefes dos trabalhadores” por seu papel visível como repórteres e escritores. Prática profissionalizada no século XX, com altas aspirações

modernas de atuar no interesse público, os jornalistas colocam-se como observadores éticos, autônomos, neutros e baseados em fatos. Assim, o autor define o jornalismo como uma prática social complexa e consequente, que tem um significado particular porque busca observar e comunicar o que é importante para a vida social, ou seja, as notícias. Ao fazê-lo, cria um público e envolve-o numa conversa sincronizada consigo próprio.

Zelizer (2017) lembra que, embora o termo jornalista, a princípio, designasse alguém que sistematicamente mantinha um registro público de eventos em um determinado período, atualmente é aplicado a pessoas com as mais diversas habilidades, por exemplo, editores, repórteres fotográficos, produtores, criadores de conteúdo digital, espectadores, fixadores, cidadãos jornalistas e blogueiros. Amplamente associado à natureza criadora e/ou artesanal do ofício, o termo jornalista tende a fazer referência às habilidades em evolução, rotinas e convenções envolvidas na produção de notícias. Porém, entre o que o jornalista deveria ser e o que, de fato, consegue ser há um emaranhado de possibilidades.

Ainda que diferentes disciplinas possam se dedicar ao estudo do jornalismo, é do âmbito das Ciências da Comunicação a busca pela compreensão da globalidade do processo – este em que os interlocutores (jornalistas e o público), inseridos em dada situação, produzem e estabelecem sentidos por meio da linguagem, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela. Em diálogo com Mead (1934), França (2016) explica que perceber o jornalismo como objeto comunicacional não significa reduzi-lo a uma dinâmica de transmissão, mas sim apreendê-lo como interação, ou seja, como ação reciprocamente referenciada, estabelecida pela mediação do simbólico, da linguagem.

Novamente em Zelizer (2011, p. 15), percebe-se que o jornalismo soma às Ciências da Comunicação não apenas pelo apego disciplinar às ideias, mas sobretudo “ao terreno – à confusão da prática, às hesitações do mundo real e às inconsistências e brutalidades da vida social, econômica, política, cultural e pública”. Carlson, Robinson, Lewis e Berkowitz (2018) reforçam o elo entre o jornalismo e as Ciências da Comunicação, dado que as investigações não se limitam ao exame de textos públicos informativos, mas também contemplam a análise de notícias e de pessoas, de organizações, de profissões, de instituições, de artefatos e de tecnologias materiais que produzem esses textos, bem como de indivíduos e de forças multivariadas que moldam sua circulação e consumo:

Os estudos de jornalismo abrangem um conjunto intermediário de teorias extraídas não apenas da sociologia dos *media*, mas também da antropologia, psicologia, gênero, raça e estudos étnicos, economia política, estudos globais, pós-modernismo, estudos de ciência e tecnologia e outras disciplinas e perspectivas. Essa combinação de hibridez teórica com um foco crítico no poder comunicativo das notícias define os estudos de jornalismo. Por isso, os estudos de jornalismo são, em essência, uma investigação conduzida empiricamente para compreender e explicar as maneiras pelas quais o jornalismo reifica estruturas de poder, identidades sociais e hierarquias.

Ele se concentra em como as pessoas constroem significado e se situam no mundo por meio do jornalismo, bem como como a democracia e outros regimes políticos são reforçados (e minados) por meio de fluxos de informação. (Carlson, Robinson, Lewis & Berkowitz, 2018, p. 4)

Os autores destacam seis compromissos inter-relacionados que evidenciam as dimensões centrais dos estudos de jornalismo:

- sensibilidade contextual, pois posiciona o objeto de estudo numa ambiência político-econômica, sociocultural e organizacional. Isto significa que a notícia nunca é vista como um texto flutuante, mas sim como o produto de complexos arranjos humanos, organizacionais, sociais e tecnológicos. Também, que há diferenças locais quanto ao que significa jornalismo ou como é praticado, especialmente em geografias globais e em reinos físico-virtuais: “ao deixar de lado os pressupostos da universalidade jornalística, a sensibilidade contextual interroga como os jornalistas e outros atores dão sentido ao jornalismo, bem como as condições em que essa criação de sentido ocorre” (Carlson et al., 2018, p. 6). Ainda, este compromisso demanda que os pesquisadores e as pesquisadoras confrontem seus próprios entendimentos e preconceitos;
- relacionalidade holística, porque entende o jornalismo como inerentemente situado dentro e formado por um sistema de atores, artefatos e atividades em interação. Como cocriação, a redação (*newsroom*) representa o lugar onde os jornalistas interagem não apenas com gestores, fontes de informação (*news sources*), técnicos e o público, mas também com forças externas (político-econômicas e/ou ideológicas), cujas formas e hierarquias de influência são diversas. Os autores enfatizam que a relacionalidade holística exige a inclusão de públicos não apenas como consumidores influenciados pelo conteúdo da notícia, mas como componentes ativos e intrínsecos do jornalismo como prática cultural;
- inclinação comparativa, dado o interesse permanente na pesquisa empírica que identifica e delinea semelhanças e diferenças entre locais e níveis de análise, em vez da busca pela universalidade. Por exemplo, as diferenças por nação ou região destacam as contingências de lugar enquanto buscam reconhecer padrões transnacionais;
- consciência normativa, uma vez que, sob a égide da representação da realidade, a adesão a um padrão universal de comportamento dá sentido e legitima o jornalismo. Segundo os investigadores, os protocolos normativos na produção de notícias incluem a coleta objetiva de “fatos”, a confiança na autoridade do oficial e da especialidade, além do “trabalho de reparo” quando repórteres desonestos fogem das rotinas aceitas. Contudo, o compromisso com a consciência normativa se recusa a aceitar, de maneira automática, a noção de que as notícias

cumprem um papel indispensável nas sociedades democráticas. Em vez disso, trata a norma como um arranjo complexo e recíproco entre o ideal e a prática: “ao enfatizar a ‘consciência’, este compromisso exige uma reconciliação entre o que foi aceito como dogma e o que é fluido e sujeito à transformação de muitas forças diferentes” (Carlson et al., 2018, p. 11);

- poder comunicativo embutido, visto que examina as crenças e práticas jornalísticas (ou seja, como as normas e rotinas dos jornalistas produzem as notícias), já que toma como ponto de partida a importância cultural do jornalismo na organização do mundo social. Em vez de caracterizar uma pesquisa excessivamente descritiva ou administrativa, o poder comunicativo destaca a articulação mais ampla entre o jornalismo e a sociedade com as forças que atuam nesta relação;
- pluralismo metodológico, uma vez que os estudos de jornalismo são orientados por perguntas, e não por métodos. A matriz interdisciplinar de arenas conceituais e metodológicas, em vez de objetivar a generalização, busca o desenho de conexões entre fenômenos relacionados.

Carlson et al. (2018) destacam que nenhum dos seis compromissos é exclusivo dos estudos de jornalismo, entretanto, como um todo, constituem o cerne da questão. Também, pelo fato de que os compromissos mencionados são construções e, portanto, podem variar, mudar e conflitar de acordo com cada investigação, trata-se de um ponto forte, e não de um ponto fraco para as Ciências da Comunicação.

1.2 Entre os paradigmas normativo e crítico

Segundo McNair (1998), o debate acerca do jornalismo na organização social do mundo centra-se em torno de duas concepções: de um lado, busca-se perceber o impacto e a contribuição do jornalismo para o funcionamento das sociedades capitalistas contemporâneas, em especial, as democracias liberais do ocidente¹; do outro, tenta-se compreender o jornalismo como resultado de características do ambiente social, por exemplo sua forma, sua influência e seus constrangimentos. O

¹ Na visão de Hallin & Giles (2005), há pelo menos três grandes modelos de sistemas midiáticos no ocidente: 1) o modelo liberal, cuja expressão mais pura encontra-se nos EUA, mas também, de forma modificada, na Grã-Bretanha e em suas antigas colônias, como Irlanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia; 2) o modelo pluralista polarizado, que prevalece nos países do sul da Europa, onde houve longa e conflituosa transição do feudalismo e patrimonialismo para o capitalismo e democracia representativa; 3) o modelo de democracia corporativista, predominante no norte e no centro dos países europeus, que se caracteriza pelo forte estado de bem-estar social e sistemas políticos baseados em compromissos junto a grupos sociais altamente organizados. Entretanto, Brüggemann, Engesser, Büchel, Humprecht e Castro (2014) atualizaram a discussão ao propor quatro tipos empíricos de sistemas midiáticos ocidentais: 1) central, formado por Áustria, Alemanha, Suíça e Grã-Bretanha; 2) norte, onde predominam os países nórdicos (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia); 3) ocidental, que inclui Bélgica, Holanda, Irlanda, Estados Unidos e Portugal; 4) sul, constituído por Espanha, França, Grécia e Itália. Percebe-se que McNair (1998) dialoga com o modelo liberal, porém não se deve perder de vista que os conceitos, tais como a sociedade, possuem limitações e estão em permanente transformação. Brüggemann et al. (2014) reconhecem, inclusive, que suas análises não incluem países como o Brasil.

autor refere-se a esses dois debates, respectivamente, como normativo (que expressa o ideal ou como as coisas deveriam ser) e crítico (cuja abordagem concentra-se em como as coisas são, bem como nas lacunas entre o que é real e o que é ideal).

Esta tese, em princípio, associa-se ao paradigma crítico, dado que entende o jornalismo por meio das “rotinas, interações e relações de trabalho entre indivíduos/grupos envolvidos na produção de notícias, juntamente com organizações, instituições, estruturas, normas profissionais e valores que fazem parte da produção de notícias” (Belair-Gagnon, 2019, p. 1). Em outras palavras, reconhece-se que os jornalistas são comunicadores que interagem com a estrutura de seu ambiente, tradicionalmente representado pela redação (*newsroom*), relacionam-se com editores e fontes de informação (*news sources*), bem como desenvolvem técnicas de contar histórias (por exemplo, a pirâmide invertida). Em nível individual, os jornalistas negociam definições e dimensões de informações e fatos com base em demarcações pessoais, situacionais e organizacionais. Entretanto, conforme mencionado na seção introdutória, o cenário de pesquisa, que é o dia do fogo na Amazônia, caminha lado a lado com as articulações teóricas. Com isso, o próprio caso convocou ao diálogo as contribuições do paradigma normativo. Portanto, convém explorar o que significa o paradigma de competição.

Christians, Glasser, McQuail, Nordenstreng e White (2009) definem a teoria normativa da comunicação pública como a explicação fundamentada de como o discurso público deve ser conduzido para que uma comunidade ou nação encontre soluções para seus problemas. Trata-se de uma teoria, porque tenta explicar como certas formas de discurso público levam a boas decisões coletivas. Sua característica mais fundamental reside na relação entre a concepção de democracia em uma sociedade particular e os papéis concretos dos atores no discurso público. Para Christians et al. (2009), democracia significa soberania popular. Ainda que a soberania popular possa ser definida consoante diferentes critérios, os autores defendem que, pelo menos, dois são básicos: igualdade e liberdade:

A igualdade implica oportunidades idênticas ou substancialmente semelhantes de participar dos processos de tomada de decisão por meio dos quais as pessoas governam a si mesmas – todos podem votar, por exemplo, e um voto não vale mais do que outro. Liberdade denota o direito de influência mútua – a liberdade de comunicação, por exemplo, oferece a todos, falantes e ouvintes, os benefícios do debate e da discussão não coagidos. (Christians, Glasser, McQuail, Nordenstreng & White, 2009, p. 91)

Hanitzsch (2019) lembra que a maioria dos papéis normativos dos jornalistas deriva de uma visão que enfatiza a contribuição (potencial) do jornalismo para o funcionamento adequado da democracia, isto é, há uma conexão estreita com a cidadania e a vida democrática. Espera-se que os *media* forneçam vigilância e informações sobre eventos potencialmente relevantes e seus contextos; comentários,

orientações e conselhos sobre questões complexas; os meios para acesso, expressão e participação política; contribua para a consciência compartilhada; aja como crítico e vigilante para responsabilizar os poderosos. Este autor afirma que, em geral, atribuem-se quatro papéis principais aos jornalistas no âmbito normativo:

- monitoração (coleta, publicação e distribuição de informações de interesse do público);
- facilitação (promoção do diálogo social e participação ativa na vida política);
- radical (fornecendo uma plataforma para críticas com o objetivo de apoiar mudanças e reformas);
- colaboração (apoio das autoridades em defesa da ordem social).

Próximo do paradigma normativa, encontra-se o entendimento de Martins, M. (2010), para quem, enquanto prática discursiva, o jornalismo funda o espaço público alargado, de forma que experiência coletiva e discurso tornam-se indissociáveis. Mais: para este autor, o jornalismo tem como razão de ser o exercício da cidadania e a construção da memória pública, apenas se justificando como capacitação para uma prática mais sustentada de participação cívica. Trata-se

de comprometimento, e não de compromisso; de combatividade, e não de atonia; de desassossego crítico, e não de acomodação; de diversidade que afirme diferenças e se constitua tanto pelo consenso como pelo dissenso, e não de homogeneidade que aplane diferenças e tudo empape numa indistinção consensual. (Martins, M., 2010, p. 9)

Ainda consoante Martins, M. (2010), o jornalismo dispõe de valores que sustentam a ordem democrática, a saber a liberdade, a justiça social, a equidade e o bem público. Traquina (2005) acrescenta que a democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade. Portanto, o jornalismo assume, na teoria democrática, o papel de informar o público sem censura, bem como, num quadro de divisão do poder entre os poderes, a responsabilidade de ser o guardião do governo. No seio da mesma teoria, a liberdade no exercício do jornalismo torna-se útil aos cidadãos que buscam se informar o suficiente para desempenhar suas responsabilidades cívicas. Dissociado, por defeito, dos laços políticos, os jornais devem servir aos leitores, apresentando-lhes fatos, e não opiniões.

Reforça-se, em Carey (2007), que o jornalismo se desenvolve, inicialmente, como um dispositivo para tornar realidade um arranjo social real, uma forma de discurso e uma esfera de influência política independente. Ou seja, procura fornecer um modo pelo qual a opinião pública possa se formar e se expressar. O valor do jornalismo, por princípio, baseia-se na existência de uma formação social mais ampla, que é o público. Com o crescimento do estado-nação e o espírito do nacionalismo, o jornalismo

desenvolve-se de forma mais sistemática e torna-se inseparável, também, de um novo modo de vida, que é a democracia:

As origens do jornalismo são as mesmas das formas republicanas ou democráticas de governança – sem jornalismo, sem democracia. Mas é igualmente verdade que sem democracia, não pode haver jornalismo. Quando a democracia vacila, o jornalismo vacila, e quando o jornalismo dá errado, a democracia dá errado. O destino do jornalismo, do estado-nação e da esfera pública está intimamente entrelaçado e não pode ser facilmente separado. (Carey, 2007, p. 13)

Neste ínterim, os jornalistas podem ser independentes ou objetivos acerca de qualquer aspecto, menos a democracia, sob pena de abandonar o ofício: “sobre as instituições democráticas, sobre o modo de vida da democracia, os jornalistas não podem ser indiferentes, apatridários ou objetivos. É a sua única paixão obrigatória, pois forma a condição fundamental de sua prática” (Carey, 2007, p. 13). Na visão deste autor, o entusiasmo pela democracia consiste no vínculo necessário entre jornalistas e o público. Sem ele, os jornalistas facilmente reduzem-se a propagandistas ou artistas.

Thomas (2019) afirma que o jornalismo ajuda os indivíduos a se orientar para o mundo ao seu redor. Também, considera o jornalismo como central para o funcionamento de uma democracia, bem como um agente de controle e mudança social. Isto porque, para este autor, o primeiro e mais básico objetivo do jornalismo é ser útil, o que significa expandir e melhorar as oportunidades dos outros. Verifica-se a utilidade como âncora normativa do jornalismo a partir das seguintes formas:

- o jornalismo cria uma arquitetura de escolha que fornece contexto para a tomada de decisões. Esta arquitetura manifesta-se na escolha das notícias, na maneira como cobri-las, por quanto tempo e com quais recursos, bem como assume a forma literal, por exemplo, nas páginas de um jornal;
- o valor desta arquitetura de escolha reside na extensão em que é útil: “a utilidade deve ser considerada a cola geradora que une o conjunto de práticas que constituem o jornalismo e lhes confere significado” (Thomas, 2019, p. 374);
- o jornalismo é útil quando expande ou melhora as oportunidades dos cidadãos, tanto acerca das grandes questões quanto sobre aspectos do dia a dia;
- a utilidade pode ocorrer em contextos jornalísticos e satisfazer necessidades públicas e privadas;
- os jornalistas obtêm utilidade buscando a excelência em relação ao seu papel, embora o ambiente de produção de notícias imponha restrições à capacidade do jornalismo ser útil;
- o jornalismo não é obrigado a ajudar a atingir fins contrários à igualdade cívica, a exemplo de grupos fascistas, pelo contrário: deve combatê-los.

Do exposto até aqui, convém lembrar a crítica de Hanitzsch (2019): o paradigma normativo articula-se dentro das noções ocidentais de democracia, uma vez que enfatiza a liberdade e a liberdade individual. Mesmo Thomas (2019) destaca que suas considerações acerca da utilidade como âncora normativa do jornalismo restringem-se a uma estrutura democrática de governo. Josephi (2013) argumenta que a relação entre o jornalismo e a democracia resulta nomeadamente dos EUA, entre o final do século XIX e o início do século XX. Contudo, na contemporaneidade, o jornalismo desenvolveu-se “além do estágio em que um país pode assumir o paradigma certo para todos os outros países” (Josephi, 2013, p. 445).

De acordo com Hallin & Giles (2005), o modelo liberal estadunidense começou a se desenvolver nos anos 1830 – mais cedo do que em qualquer outro país do mundo – com a indústria de jornais comerciais (ou seja, o mundo dos negócios) assumindo o protagonismo no lugar de jornais relacionados a partidos políticos ou a outros grupos sociais organizados. No século XX, os EUA foram o único país a desenvolver um sistema de transmissão principalmente comercial, enquanto a maioria das outras democracias economicamente avançadas seguia na dependência de sistemas de transmissão público. Ainda consoante Hallin & Giles (2005), nos EUA, o papel do governo como proprietário, financiador e regulador dos *media* é limitado – o que não significa, necessariamente, menos influência no conteúdo. Sobretudo, no modelo liberal estadunidense, desenvolveu-se uma forte forma de profissionalismo jornalístico, centrada em normas como equilíbrio, justiça e objetividade – esta última, a ideia de que os jornalistas devem ser politicamente neutros e separados dos laços com partidos políticos e grupos sociais organizados.

Para McQuail (2010, p. 159), o paradigma normativo do jornalismo pressupõe um tipo de “boa sociedade”, que seria “democrática (eleições, sufrágio universal, representação), liberal (secular, condições de livre mercado, individualista, liberdade de expressão), plural (competição institucionalizada entre partidos e interesses), consensual e ordenada (pacífica, socialmente integrada, justa, legítima) e também bem informada”. As desigualdades socioeconômicas não são vistas como essencialmente problemáticas ou injustas, uma vez que as tensões e conflitos podem ser resolvidos pelos meios institucionais existentes. Contudo, o próprio autor reconhece que esta visão pressupõe uma sociedade idealizada – o chamado “modo de vida ocidental” –, dado que não contempla as contradições vividas pelos países em desenvolvimento ou de Terceiro Mundo.

Ainda, a perspectiva normativa erige-se, num primeiro momento, como alternativa ao comunismo, no qual os *media* são utilizados como ferramentas para suprimir a democracia; depois, como forma de combater outros inimigos, nomeadamente “o terrorismo internacional, algumas vezes vinculado (pelos

meios de comunicação social e pelas autoridades) ao fundamentalismo religioso ou a outros movimentos ‘extremistas’ ou revolucionários” (McQuail, 2010, p. 160). É preciso ter em mente que o paradigma normativo, por si só, não contempla os desafios do jornalismo contemporâneo, principalmente quando observada em países onde se espera que o jornalismo atue como agente de empoderamento e/ou de construtor da nação.

Zelizer (2017) argumenta que, embora historicamente o jornalismo tenha sido necessário para a democracia, o contrário não se aplica, dado que a ideia de democracia como tábua de salvação do jornalismo não foi apoiada na prática. Isto não nega o fato de que ser jornalista em sociedades democráticas pode ser menos perigoso do que ser jornalista em regimes não democráticos, entretanto a autora sugere que o jornalismo, de alguma forma, floresceu em lugares onde a democracia não: “em quase todas as regiões do mundo, o jornalismo tem operado regularmente em condições em que a modernidade está ligada à repressão e ao respeito pela ordem, consenso e autoridade, ao invés da liberdade de expressão” (Zelizer, 2017, p. 174).

Schudson (2011) não nega a importância da imprensa para a democracia, contudo defende que a imprensa, por si só, não representa, tampouco cria a democracia: “as notícias são democráticas em todos os lugares apenas no sentido de serem informações publicadas não exclusivas e potencialmente disponíveis para qualquer pessoa que as deseje. Não necessariamente promovem ou buscam promover uma cidadania ativa e empoderada” (Schudson, 2011, p. 188). O autor critica de forma direta o estudioso James Carey, mencionado anteriormente:

Carey gostaria que houvesse (e ainda haja) uma prática chamada jornalismo que se dedique a fazer circular as vozes de cidadãos engajados que debatem o bem comum e, assim, geram novos argumentos, envolvem novas vozes e regeneram a sociedade por meio da política. (Schudson, 2011, p. 189)

Albuquerque (2005) observa que, nas últimas décadas do século XX, o jornalismo estadunidense estabeleceu-se como um padrão quase universal em relação ao qual o jornalismo de outros países é avaliado. Na maioria dos casos, a influência é avaliada positivamente, pois se associa a valores como profissionalismo, independência e democracia. Todavia, o Brasil apropriou-se da retórica e das práticas jornalísticas dos EUA, adaptando-as (em vez de adotá-las) ao seu próprio ambiente cultural. Albuquerque (2019b) explica, ainda, que a democracia brasileira era tida como a mais sólida da América do Sul, por ter sido capaz de desenvolver uma rede de sistema de prestação de contas que envolve instituições que operam nos três ramos do governo (o Ministério Público, os *media* e as organizações da sociedade civil), bem como pela evolução positiva nos *media* brasileiros em direção a um comportamento mais autônomo e investigativo. No entanto, o golpe parlamentar contra a presidente eleita Dilma Rouseff (2011-2016)

revelou que, sendo um produto da história, não há garantias de que o equilíbrio de poder que fornece a base para as democracias ocidentais dure para sempre:

O ângulo “central” ocidental é incapaz de lidar com alguns problemas enfrentados pelas sociedades periféricas, por exemplo, o engajamento ativo de instituições que deveriam garantir a democracia e, em particular, a liberdade de imprensa em submergir-la, como demonstrado pelo golpe de 2016 no Brasil. (Albuquerque, 2019b, p. 13)

Reitera-se que esta tese, conforme explicado no início da seção, transita entre os paradigmas normativo e crítico: admite-se que as notícias e as normas de produção das notícias resultam de estruturas organizacionais, restrições técnicas e rotinas – esta última necessária para que os jornalistas consigam gerenciar o inesperado. Porém, considerando o dia do fogo na Amazônia, não se perde de vista os ideais normativos do jornalismo, dada a ameaça aos valores democráticos evidenciadas no caso.

1.3 Afinal, o que se entende por jornalismo?

Schudson (2011) afirma que o jornalismo consiste no negócio ou na prática de, regularmente, produzir e disseminar informações sobre assuntos contemporâneos de interesse e importância públicos. Trata-se de um conjunto de instituições que, periodicamente, divulga notícias e comentários sobre temas atuais, normalmente apresentados como verdadeiros e sinceros, a um público disperso e, em geral, anônimo, de modo a incluí-los num discurso publicamente importante.

Para McNair (1998, p. 3), o jornalismo consiste no “produto de uma variedade de forças culturais, tecnológicas, políticas e econômicas, específicas de determinada sociedade num tempo particular”. Assume, portanto, a forma de qualquer texto autoral (em forma escrita, áudio ou visual) que afirma ser (ou seja, é apresentado ao público como) uma declaração verdadeira sobre, ou um registro de, uma até então desconhecida (nova) característica do mundo real, do mundo social. Nota-se o destaque do autor, de que o mundo natural só adquire relevância quando em interação com o mundo social.

Em Pinto (1999), o jornalismo consiste na prática de difusão cotidiana de informação. O autor explica que, originalmente, jornal remete à vida, ao ritmo diurno. Portanto, reporta ao que ocorre de significativo e de interessante no espaço de um dia: “por extensão semântica, acaba por designar toda a atividade de produção e divulgação da informação de atualidade, marcada por um certo período temporal, de maior ou menor extensão” (Pinto, 1999, p. 78). Chama-se a atenção para duas questões:

- o jornalismo enquanto profissão e atividade que envolve técnicas de recolha, de elaboração, de difusão de informação atual através de meios de difusão coletiva, no quadro de organizações/instituições próprias e em contextos socioculturais e políticos determinados;
- o produto dessa profissão e dessa atividade, que representa, que enuncia e que interpreta aspectos e realidades da vida social. O discurso jornalístico, assim, torna-se alvo de escrutínio e de constante disputa acerca da sua legitimidade social e simbólica:

Se os fatos falassem por si, a tarefa dos jornalistas talvez fosse mais fácil de levar a cabo, mas também seria por certo mais técnica e burocratizada. Mas os fatos [...] não são por si informação e não podem ser colocados ao dispor dos interessados se não for através da sua enunciação, isto é, através da linguagem, através de códigos e convenções socioculturais. Os profissionais do jornalismo têm necessariamente de, em cada momento, mediante complicados processos de seleção e avaliação, construir relatos e interpretações, a partir de dados e informações que procuram e recolhem de diferentes modos e em diversas fontes. O processo produtivo ocorre frequentemente em condições de pressão – desde logo de espaço e de tempo – que exigem a definição de critérios de classificação e a implementação de rotinas de produção, para fazer face a imprevisibilidade e multiplicidade de áreas das ocorrências da vida social. (Pinto, 1999, p. 84)

Pinto (1999) defende a busca incessante pela verdade como uma dimensão fundamental do jornalismo. Contudo, mais importante do que determinar a suposta verdade é o processo de procura, de aproximação, de percepção, de construção, de versões da realidade – o que só se torna possível por meio de estratégias de indagação, de relacionamento dos fatos, de contextualização histórica e sociocultural.

Em Deuze & Witschge (2018), percebe-se o jornalismo como processo e como produto do trabalho dos jornalistas, que requer uma ontologia de se tornar, e não de ser. As redações e o processo de produção de notícias fazem parte do jornalismo, o qual pode ser mais bem visto como um sistema social auto-organizado em que coalizões de participantes relacionam-se de maneira interdependente de uma variedade de outros sistemas, como vendas, *marketing*, *design*, serviços de programação e codificação, publicação e distribuição: “é também um campo com uma materialidade distinta da práxis – por exemplo, o que é o jornalismo e o que os jornalistas fazem não pode ser significativamente separado de seu contexto material (como, tecnologias e ambientes de trabalho)” (Deuze & Witschge, 2018, p. 167). Estes pesquisadores relacionam o jornalismo a uma profissão com ideologia ocupacional e cultura específica. Significa dizer que os jornalistas, em geral, autorreferenciam suas ações e atitudes utilizando padrões tipicamente ideais, como:

- a prestação de serviços;

- a objetividade, a justiça e, portanto, a confiabilidade;
- o trabalho autônomo, comprometido com uma lógica operacional de atualidade e de velocidade (preeminente em conceitos como reportar notícias de última hora e obter as informações primeiro);
- responsabilidade social e sensibilidade ética.

Por meio da ideologia ocupacional do jornalismo, torna-se possível definir o campo de dentro para fora, de forma a entender como a profissão faz sentido em si mesma. Dias (2017, p. 113) enfatiza que a imagem que o jornalismo constrói de si não necessariamente representa a realidade do fazer jornalístico, porém se trata de um poderoso instrumento para cristalizar identidades e, conseqüentemente, legitimar sua autoridade, uma vez que se nomeia a partir de estratégias de autorreferenciação: “estas estratégias delimitam e negociam espaços, reforçam valores, configuram e reconfiguram memórias. São fundamentais para definir aquilo que a instituição é e como deve, acima de tudo, ser identificada”.

Deuze (2007, p. 278) define ideologia ocupacional “como um sistema de crenças e de ações sociais característico de um grupo particular, incluindo – mas não limitado a – o processo geral de reproduzir significados e ideias (dentro desse grupo)”. Para este autor, a ideologia ocupacional do jornalismo consiste num conjunto de valores (também definidos como estratégias e códigos formais característicos) que definem a profissão e são amplamente compartilhados pelos profissionais. Esta ideologia é, geralmente, referida como a maneira dominante pela qual os jornalistas validam e dão sentido ao contexto em que trabalham. Mais: trata-se de uma forma de legitimar e de dar credibilidade à posição dos jornalistas na sociedade. As principais características dessa ideologia ocupacional são identificadas como um conjunto de valores típicos-ideais construídos discursivamente, a saber: serviço público, objetividade, autonomia, imediatismo e ética:

Esses valores recebem significado na linguagem de uma cultura jornalística na qual a ação é constituída. Essa cultura – que se cruza com o “objetivo” e o “subjetivo”, o “indivíduo” e o “social” – é atualmente desafiada por muitas questões [...]. É estudando como os jornalistas negociam seus valores centrais nessas mudanças de configurações que se pode ver a ideologia do jornalismo em ação. (Deuze, 2007, p. 285)

Numa maneira de superar a oposição entre os paradigmas normativo e crítico, mencionadas na seção anterior, McNair (1998) propõe que se observe o jornalismo a partir do viés ideológico, sem perder de vista as diversas formas de interpretação dos fatos – interpretações estas que lutam para predominar sobre outras. Zelizer (2017) sugere a compreensão do jornalismo para além das pistas fornecidas pela

própria profissão. Na visão da autora, o discurso, os contatos informais, a narrativa e a narração de histórias são dimensões importantes da prática jornalística, que ajudam a compreender por que os profissionais agem de tal maneira. Trata-se da criação de um passado coletivo por meio do qual os jornalistas discursivamente estabelecem e negociam padrões preferenciais de ação. Ao confiar em interpretações mnemônicas compartilhadas, eles constroem autoridade para práticas não necessariamente reconhecidas por pontos de vista do jornalismo como uma profissão. Percebe-se, assim, o jornalismo como uma comunidade interpretativa, unida por meio de seu discurso compartilhado e de interpretações coletivas acerca de acontecimentos públicos importantes.

Sem ignorar que, atualmente, o jornalismo pode ser exercido nos mais diferentes ambientes, tais como nas plataformas digitais, esta tese concentra-se no trabalho das redações. Admite-se que o discurso jornalístico produzido neste ambiente consiste numa interpretação entre tantas outras possíveis e cuja fidedignidade e força estão atreladas ao compromisso ético de dialogar com diferentes fontes para, então, tornar pública a informação mais próxima da realidade possível. Esta realidade social, construída pelo jornalismo exercido nas redações, será aqui investigada por meio das narrativas. De maneira mais específica: por meio da narrativa hermenêutica ou círculo hermenêutico. Fundamental, então, é perceber as origens de tal perspectiva filosófica.

1.4 Paul Ricoeur e a tripla *mimesis*

Josgrilberg (2017) lembra que a palavra fenomenologia é formada a partir dos termos gregos *phainómenon*, que significam o que é trazido à luz (*phôs*), ou seja, o que se manifesta, e *logos*, compreendido como “colheita de sentido” em alusão à atividade agrária de produzir e colher. Isto significa que o sentido produzido é, da mesma forma, colhido de diferentes maneiras – em especial, pela linguagem e pela atribuição de significado aos signos linguísticos. A fenomenologia trabalha, portanto, com a experiência do sentido das coisas: “a fenomenologia enquanto aproximação do sentido e das significações associada à necessidade de compreensão passou a ser entendida como fenomenologia hermenêutica. A fenomenologia e hermenêutica são momentos de uma mesma atividade interpretativa do mundo e de si mesmo” (Josgrilberg, 2017, p. 76).

Em consonância, Rapport (2005) afirma que a fenomenologia hermenêutica enfatiza a “linguagem comum” da experiência cotidiana, ou seja, as palavras que se usam no dia a dia para descrever e explicar costumes culturais, comportamentos, eventos e ações, bem como a relação entre a “linguagem comum” e a vida social diária. Há, aqui, o esforço para entender a natureza dos seres humanos e os significados

que eles conferem ao mundo, examinando a linguagem em seu contexto cultural; a maneira como a linguagem recebe significado e é interpretada.

O trabalho de Palmer (2011) segue como referência no assunto por, pelo menos, dois motivos. Primeiro, o autor define a hermenêutica como o estudo da compreensão essencialmente de textos escritos, atentando para a diferença entre interpretar e compreender. Na interpretação, fenômeno complexo e universal, revela-se o ato essencial do pensamento humano. Isto significa que a própria existência se trata de um constante processo de interpretação, dado que ultrapassa o mundo linguístico. Já a compreensão, como fenômeno epistemológico e ontológico, trata-se de um encontro histórico que recorre à existência pessoal de quem está no mundo. Segundo, Palmer (2011) identifica as seis definições modernas para a hermenêutica, a partir de determinados pontos de vista:

- ênfase bíblica, que se preocupa não apenas da exegese dos textos bíblicos, mas também com as regras, métodos e teorias que orientam os referidos textos, a exemplo da gramática, da história, do pietismo, entre outras escolas;
- ênfase filológica, que, a fim de tornar a Bíblia relevante para o homem racional do Iluminismo, extrapola os métodos interpretativos aplicados aos textos bíblicos para outras obras;
- ênfase científica, que dá início a uma hermenêutica não disciplinar, cujos princípios servem de base a todos os tipos de interpretação de texto. Destaca-se o esforço do filósofo Friedrich Schleiermacher em conferir uma base universal e sistemática para o processo de interpretação;
- *geisteswissenschaftliche*, evidenciada a partir dos estudos de Wilhelm Dilthey, para quem a interpretação das expressões essenciais da vida humana implica um ato de compreensão histórica, isto é, um conhecimento pessoal do que significa ser humano. Trata-se de uma operação fundamentalmente diferente da quantificação, do domínio científico do mundo natural;
- ênfase existencial, que encara a hermenêutica como fenomenologia do *Dasein* e da compreensão existencial. Martin Heidegger indicou que a compreensão e a interpretação são modos fundantes da existência humana, todavia é Hans-Georg Gadamer, seu discípulo e principal seguidor, que sistematiza a hermenêutica filosófica. Para Palmer (2011, p. 51), “de Schleiermacher até Dilthey e Heidegger”, é Gadamer quem fornece “o primeiro relato histórico adequado da hermenêutica englobando a perspectiva do contributo revolucionário de Heidegger e refletindo sobre ele”.

Gadamer (1999), cuja obra original data de 1960, contribui para a abordagem linguística da hermenêutica, ao destacar a estrutura especulativa da linguagem, ou seja, um vir-à-fala, onde se anuncia um todo de sentido: “o ser que pode ser compreendido é linguagem. O fenômeno hermenêutico devolve

aqui a sua própria universalidade à constituição ôntica do compreendido, quando a determina, num sentido universal, como linguagem, e determina sua própria referência ao ente, como interpretação” (Gadamer, 1999, p. 687). Para este filósofo, a hermenêutica consiste num encontro do ser por meio da linguagem. Logo, há de compreender-se o caráter linguístico da própria realidade humana.

Na avaliação de Rapport (2005), Gadamer concentrou-se em como a linguagem revela o ser, construindo a ideia de que todo entendimento é fenomenológico e que o entendimento só pode surgir por meio da linguagem. Desta forma, linguagem, compreensão e interpretação estão intrinsecamente relacionadas;

- ênfase cultural, que admite a hermenêutica como um sistema de interpretação. Paul Ricoeur centra a discussão na exegese textual, considerando-a o elemento distinto e central na hermenêutica – esta definida como “o processo de decifração que vai de um conteúdo e de um significado manifestos para um significado latente ou escondido” (Palmer, 2011, p. 52). Para o filósofo, o sentido de um texto não está atrás por trás, mas sim na frente dele, da mesma forma que não é algo escondido, mas sim revelado. Por isso, a compreensão tem menos a ver com o autor e sua situação e mais com a apreensão das proposições de mundo abertas pela referência do texto: “compreender um texto é seguir seu movimento do sentido à referência: do que diz, para o que fala” (Ricoeur, 1976, p. 87).

Nesta investigação, dialoga-se com a fenomenologia hermenêutica ricoeuriana, cuja especificidade reside na escolha do significado. Davidson e Vallée (2016) explicam que, para a fenomenologia, toda pergunta sobre o ser trata-se de uma questão sobre o significado do ser. O mesmo ocorre na hermenêutica, na medida em que considera toda a experiência significativa, bem como procura desvelar significados ocultos ou latentes. Portanto, ao exigir um enxerto hermenêutico na fenomenologia, o pensamento de Ricoeur é colocado sob uma dupla demanda – entre o rigor do texto e os requisitos do fenômeno:

Como a ‘fenomenologia hermenêutica’ de Ricoeur lembra-nos, esses dois movimentos são de fato reconciliáveis. Há um componente hermenêutico da fenomenologia em sua tentativa de ir além da superfície das coisas para um significado mais profundo, assim como há um componente fenomenológico da hermenêutica na sua tentativa de estabelecer uma distância crítica em relação ao mundo ao qual pertencemos. Por esse motivo, o pensamento de Ricoeur envolve um duplo movimento que vai do texto ao fenômeno e do fenômeno de volta ao texto. (Davidson & Vallée, 2016, p. xiii)

Na explanação de Josgrilberg (2017, p. 76), a fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur trata-se de uma teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos, pois

“coloca o ser humano como aquele que se vê no círculo de compreender a si mesmo (com os outros) desdobrando seu modo de ser diante do mundo através de mediações, entre as quais os textos escritos”. Ainda de acordo com o autor, a hermenêutica tem seu primeiro lugar no mundo da vida, ou seja, narrativas, mundos e personagens começam e terminam no mundo vivido por mais que tragam sistemas e estruturas com eles. Não se trata, apenas, de observar as características textuais, mas também sua mensagem ou elaboração de sentido, bem como suas ramificações com a vida: “o texto aparece, pois, em sua textura com a vida antes de sua formação, a textura com vida implícita no texto, e com a textura com a vida depois do texto” (Josgrilberg, 2017, p. 80).

As narrativas, assim, assumem um modo privilegiado da linguagem se entrelaçar com a vida e entrelaçar a vida com o tempo. Por meio da fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur, torna-se possível entender as narrativas a partir da ação das personagens: “narrar é dizer quem fez o quê, por quê e como, estendendo no tempo a conexão entre esses pontos de vista” (Ricoeur, 1990, p. 174). São as personagens, inseridas em experiências, quem iniciam os acontecimentos. O filósofo define o acontecimento narrativo por sua relação com a própria operação de configuração: “ele participa da estrutura instável de concordância discordante característica da própria intriga; é uma fonte de discordância, na medida em que surge, e uma fonte de concordância, na medida em que faz avançar a história” (Ricoeur, 1990, p. 169).

Ainda que os escritos do filósofo tenham objetivado, em princípio, compreender a narrativa de ficção histórica, esta investigação apropria-se da perspectiva ricoeuriana não para compreender convenções narrativas e suas estruturas, mas sim o trabalho jornalístico a partir da experiência prática, bem como de esquemas interpretativos dos acontecimentos, das ações dos indivíduos e do mundo em que se vive. Costa, A., Costa, V., Kabuenge, Ferreira Junior e Braga (2018, p. 211) caracterizam as narrativas jornalísticas como um processo de mediação que convoca a compreensão da realidade, que mobiliza falas, que dá a entender aspectos da vida social, que faz parte de disputas e tentativas de estabilizar sentidos. Para os autores, as narrativas jornalísticas processam-se no bojo de relações sociais complexas, que não podem ser reduzidas a concepções excessivamente construtivistas.

Lage (2018) explica que a fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur consiste numa atividade, numa operação de mediação, de modelização da experiência prática a partir de um contexto cultural que ajuda a evidenciar. Significa dizer que as narrativas jornalísticas “são constituídas em realidades culturais e relações sociais específicas, carregando as marcas desse ‘mundo temporal ético’, isto é, de nossa experiência social cotidiana, ao mesmo tempo em que integram essa mesma experiência como parte de fenômenos comunicacionais” (Lage, 2018, p. 12).

Assim, o objetivo geral desta investigação consiste em compreender as estratégias de construção das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia, tendo em vista, pelo menos, duas questões:

- em Paul Ricoeur, a personagem conserva, ao longo de toda a história narrada, uma identidade correlativa à ação, isto é, à composição do enredo. Significa dizer que a personagem tem “o poder de iniciar uma série de acontecimentos, sem que esse começo constitua um começo absoluto, um começo do tempo; por outro lado, dando ao narrador como tal o poder de determinar o começo, o meio e o fim de uma ação” (Ricoeur, 1990, p. 175);
- os narradores tratam-se mesmo dos jornalistas, os quais, com a habilidade de reconstituir os acontecimentos por meio do discurso, permitem conhecer o mundo em que se vive e as pessoas que nele habitam. Para Freitas, C. e Benetti (2017, p. 11), “a dinâmica centrada na percepção e na experiência do ‘eu-sujeito-jornalista/veículo’ frente aos ‘outros- sujeitos’ é o que explica narrativamente o modo de existência dos sujeitos percebidos”.

A tripla *mimesis*, proposta por Ricoeur (1983), estabelece que o eixo da análise narrativa se dá pela composição da intriga, isto é, pelo agenciamento dos fatos iniciados pela personagem, na *mimesis* II (também chamada de configuração), por meio da síntese do heterogêneo. Lage (2018, p. 14) explica que a composição da intriga pressupõe coerência e concordância entre o que era, outrora, discordante: “por esse motivo, tecer uma intriga é fazer surgir o inteligível, o universal, o necessário e o verossímil do que é disperso, acidental, irregular, episódico”. Para tanto, torna-se necessário um estágio da experiência anterior e outro, posterior – as *mimesis* I e III (também chamadas de prefiguração e refiguração), respectivamente.

Na fase de prefiguração, Ricoeur (1983) convida a pré-compreender o mundo da ação a partir de três instâncias progressivas:

- suas estruturas inteligíveis, isto é, a linguagem do “fazer” e a tradição cultural da qual procede a intriga/ação;
- seus recursos simbólicos, ou seja, as regras de significação em função das quais a intriga/ação pode ser interpretada;
- seu caráter temporal, que rompe com a representação linear do tempo, entendida como uma simples sucessão de agoras.

A refiguração, por sua vez, consiste no encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor.

Já foi dito que a fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur se apresenta como forma de compreensão da experiência prática através das mediações narrativas, e não apenas como um modelo

de análise das estruturas narrativas. Carvalho, C. A. e Lage (2014, p. 154) explicam que as mediações consistem nas operações segundo as quais “uma narrativa se destaca do viver, do agir e do sofrer para ser ativada, por assim dizer, por um leitor que projeta ‘o mundo do texto’ pelo ato de leitura, e o funde a seu próprio mundo”. Por conseguinte, a mediação narrativa torna-se indispensável para a configuração dos acontecimentos, os quais não podem ser analisados como partes de um encadeamento sequencial, sujeito às leis da casualidade, mas sim sob o espectro da compreensão narrativa, de forma teórica e metodológica. Esta perspectiva implica duas questões:

- a articulação de diferentes agentes sociais como personagens do acontecimento narrado;
- o conhecimento do mundo da ação, isto é, o modo como tal acontecimento é configurado pelas diversas narrativas mediáticas e, principalmente, a maneira com que é refigurado/interpretado.

Nas palavras de Carvalho, C. A. e Lage (2014, p. 167), “o esquema ricoeuriano da compreensão narrativa estabelece parâmetros importantes para o exame da comunicabilidade dos acontecimentos, resguardando seu caráter fenomenológico, mas inscrevendo-os na dinâmica do círculo hermenêutico a partir do qual adquirem sentido e contribuem para o desenrolar das intrigas”.

De acordo com Babo-Lança (2006), diferentes atores configuram os acontecimentos, ou seja, os atores sociais têm competências que os habilitam a descrever, compreender, explicar e problematizar o que acontece; a integrar o trabalho de descrição e de categorização de um acontecimento num sistema de ação; a instituir um sistema de responsabilidades; e a atribuir um valor de problema geral a certas ocorrências que os afetam. “Os *media*, que são suporte de uma *accountability* pública, surgem como lugares privilegiados para apreender este trabalho de construção pública do acontecimento e de estabilização de uma definição comum” (Babo-Lança, 2006, p. 20).

Carvalho, C. A. (2012, p. 184) explica que o estudo de narrativas jornalísticas a partir do esquema hermenêutico ricoeuriano permite “apontar as temáticas mais relevantes de acordo com cada momento histórico, fornecendo pistas para que os pesquisadores busquem o para além implicado em cada acontecimento narrado pelo jornalismo”. Para este autor, a potencialidade das narrativas jornalísticas não se resume às análises textuais, cujo ponto de partida metodológico implica o reconhecimento de gêneros textuais informativos, e sim avança mesmo para formas de colocar em cena as disputas de sentido e os jogos de poder implicados na definição do que são os acontecimentos configurados pelos meios de comunicação social.

Em síntese

O capítulo apresentou os conceitos norteadores da investigação: jornalismo e narrativa hermenêutica. Lembrou-se que as origens do jornalismo se voltam para a Europa do século XVI, com a criação dos boletins impressos. A versão moderna da atividade profissional, que se estrutura em torno da redação, resulta do modelo liberal estadunidense, impulsionado sobretudo no século XX, por práticas específicas de produção discursiva e pela dissociação do setor público.

Discutiu-se os dois principais pontos de vista das investigações sobre jornalismo e *media*: o paradigma normativo, que se ampara em valores democráticos, e o paradigma crítico, que evidencia as relações hierárquicas de trabalho. Demarcou-se que o presente trabalho transita entre as duas vertentes, pois o cenário de estudo, que é o dia do fogo na Amazônia, obriga à adoção da perspectiva normativa como norte ou guia a se ter em mente, dado que não se rejeita a importância da profissão, principalmente na contemporaneidade, em que democracias são ameaçadas por notícias falsas e atos fascistas. Também, quando se considera a cobertura sobre meio ambiente, diante de tantos perigos à própria vida dos jornalistas, torna-se imperativo alinhar-se a ideais democráticos e de justiça social. Contudo, não se esquece de que os constrangimentos, as rotinas e as práticas jornalísticas moldam a profissão dentro das redações, as quais são caracterizadas não apenas por relações de trabalho, mas também pelas ideologias dos próprios jornalistas e dos meios de comunicação social para o qual trabalham.

Explicou-se, por fim, que se adotará a compreensão do jornalismo a partir da narrativa hermenêutica (Ricoeur, 1983, 1991). Segundo esta perspectiva filosófica, as narrativas são capazes de revelar a experiência humana no mundo por meio da linguagem. A partir do conceito de tripla *mimesis*, propõe-se que os acontecimentos, desencadeados pelas personagens, sejam apanhados numa intriga única por meio da síntese do heterogêneo. Neste sentido, os jornalistas equivalem aos narradores. A tessitura narrativa desdobra-se em três instâncias progressivas (prefiguração, configuração e refiguração). A primeira delas, também chamada de *mimesis* I, desvela os aspectos estruturais, simbólicos e temporais da narrativa. O capítulo a seguir marca o início da compreensão das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia consoante a fenomenologia hermenêutica.

Mimesis I



A prefiguração narrativa

2. ACONTECIMENTO

Como convite à tessitura da intriga, o presente capítulo visa compreender estruturalmente o domínio da ação. Para Ricoeur (1983), as ações remetem a motivos, que explicam por que alguém faz ou fez algo dentro de um campo prático. Esta postura torna-se mais bem compreendida a partir do pragmatismo, segundo o qual “as ideias não vêm em primeiro lugar, movendo nossa ação, mas é o inverso: a ação aciona o pensamento, que por sua vez volta para ela” (França, 2016, p. 169).

Para atingir o objetivo geral desta investigação, que é compreender as estratégias de construção das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia, associa-se o pragmatismo à fenomenologia hermenêutica a fim de perceber o acontecimento como algo que irrompe no presente, recuperando um passado e projetando um futuro. Serão invocados os autores da Escola de Chicago para consolidar as características principais de um acontecimento, que são o poder de afetação e o poder hermenêutico – poderes estes potencializado pelos meios de comunicação social, que descrevem e narram os acontecimentos vividos em sociedade. Ao fim, discutir-se-á o acontecimento que norteia este estudo: o dia do fogo na Amazônia.

2.1 Contribuições da Escola de Chicago

Recorre-se ao pragmatismo, perspectiva filosófica iniciada nos EUA, no final do século XIX, para a compreensão do acontecimento. Joas (1996) explica que o sentido cotidiano do termo pragmático se orienta para a satisfação de necessidade imediatas, afastando-se de princípios teóricos ou morais para tratar as características de determinada situação tão somente como parte de um cálculo. No entanto, na tradição sociológica, pragmatismo consiste no alicerce teórico que sustenta as reflexões da Escola de Chicago. Ainda que seja questionável a reunião de diversos autores, com pontos de vista distintos, sob um único movimento, “existe um núcleo de ideias comuns suficiente para justificar que se fale do ‘pragmatismo’ como uma orientação filosófica distinta” (Joas, 1996, p. 599).

De acordo com Legg & Hookway (2019), o pragmatismo consiste numa tradição filosófica que, muito amplamente, busca conhecer o mundo de forma inseparável da ação dentro dele. Originou-se por volta de 1870, nos EUA, com Charles Sanders Peirce e William James – ambos tidos como os “pragmatistas clássicos”: “durante este período inicial, os pragmatistas concentraram-se significativamente na investigação teorizada, no significado e na natureza da verdade, embora James tenha colocado estes temas para trabalhar explorando a verdade na religião” (Legg & Hookway, 2019,

p. 1). A segunda geração de pragmatistas, também denominada “clássica”, formada por John Dewey e Jane Addams, aplicou a filosofia pragmatista a questões políticas, educacionais e de melhoria social. Neste contexto, também se destaca a contribuição de George Herbert Mead acerca das relações entre o eu e a comunidade.

Para os objetivos desta investigação, interessa reconhecer que, no estudo intitulado *How to make our ideas clear*, publicado originalmente em 1878, Peirce (1995) defende sua máxima pragmatista: a ação do pensamento é exercitada pela irritação de uma dúvida, a qual só cessa quando a crença é alcançada. Na visão do autor, a produção da crença consiste na única função do pensamento. Entretanto, sendo a crença uma regra da ação, sua aplicação requer mais reflexão e mais dúvidas, de modo que “ao mesmo tempo que é um lugar de paragem é também um novo lugar de recomeço para o pensamento. O resultado final do pensar é o exercício da volição” (Peirce, 1995, p. 9). Legg & Hookway (2019) lembram que a máxima pragmatista de Peirce (1995) consiste numa ferramenta para esclarecer o significado; não se trata, propriamente, da teoria do significado (semiótica) desenvolvida pelo autor.

As ideias de Peirce (1995) são mais bem explanadas por James (2004), no estudo *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking*, publicado pela primeira vez em 1907: ao voltar-se para a concretude e para adequação, para os fatos, para ação e para o poder, o pragmatismo liberta-se da abstração e da insuficiência, dos princípios fixos, dos sistemas fechados e dos pretensos absolutos e origens. Trata-se, assim, de um método e, também, de uma teoria do que se entende por verdade. Nas palavras do próprio pragmatista: “a verdade de uma ideia não é uma propriedade estagnada inerente a ela. A verdade acontece com uma ideia. Torna-se verdadeira, é feita verdadeira por meio dos acontecimentos” (James, 2004, p. 211). De acordo com esta visão, a verdade representa um nome coletivo para processos de verificação, estes feitos no curso da experiência.

Hildebrand (2018) explica que Dewey (2012), com a obra *Essays in experimental logic*, originalmente publicada em 1916, consolida uma postura radicalmente empírica da filosofia, pois insiste que a experiência prospectiva, incluindo a chamada pessoal, emocional ou temperamental, é relevante e merece ser considerada em teorias abstratas e lógicas. Mais: avança com a visão de que a experiência deve ser levada em consideração nos relatos metafísicos da existência e da natureza, bem como caracteriza a experiência como processual, transacional e socialmente mediada. Consoante o próprio Dewey (2012), o pragmatismo observa as consequências futuras a partir das ideias (estas tidas como ação dentro do fluxo da experiência), e não dos objetos. Desta forma, o conhecimento relaciona-se, literalmente, a algo que se faz no mundo físico: “os significados, em sua qualidade lógica, são pontos de

vista, atitudes e métodos de comportamento em relação aos fatos”; da mesma forma, “a experimentação ativa é essencial para a verificação” (Dewey, 2012, p. 444).

Dewey (2012) influencia o trabalho de Mead (1934), para quem o desenvolvimento do indivíduo (*self*) está intimamente ligado ao desenvolvimento da linguagem. Ou seja, a linguagem faz parte do comportamento social:

A internalização em nossa experiência das conversas externas de gestos que mantemos com outras pessoas no processo social é a essência do pensamento; e os gestos assim internalizados são símbolos significativos, porque têm os mesmos significados para todos os membros individuais de uma sociedade ou grupo social. (Mead, 1934, p. 25)

A partir dos pragmatistas clássicos, França e Simões (2014) entendem que tal perspectiva filosófica enfatiza a ação como fundadora do pensamento. Com vista ao entendimento das condições em que se cria o pensamento, ou seja, como surge a ação, o pragmatismo recusa a ideia de verdade e certeza absolutas para enfatizar o caráter contextual do pensamento filosófico, que se realiza a ação. O pragmatismo rompe com a visão linear, transmissiva e mecanicista que marca o modelo informacional de comunicação de teorias distintas, a exemplo da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, da Teoria Matemática da Comunicação e da Teoria da Comunicação de Massa. A perspectiva da Escola de Chicago contribui para a construção de um modelo comunicacional assentado no viés relacional “ao atentar à dimensão interacional da comunicação, à reflexividade que marca a atuação dos sujeitos em relação, bem como à significação que dela emerge” (França & Simões, 2014, p. 146).

Pelo menos três características do pragmatismo fornecem pistas para as investigações em Ciências da Comunicação: antifundacionalismo, consequencialismo e contextualismo. Segundo França (2016), o antifundacionalismo recusa verdades ou teorias definitivas, da mesma forma que não utiliza a teoria para explicar a empiria, pois são os elementos da realidade que suscitam e convocam teorias, ajudam a construir a reflexão. O consequencialismo revela que uma ação não se dá isoladamente e de forma pontual, mas sim em cadeia, portanto se desdobra e tem consequências. Em vez de descrever um ato e suas causas, busca-se o que este ato provoca, quais as possibilidades abertas. O contextualismo ressalta que objetos, práticas e produtos não existem de forma isolada, nem se explicam em si próprios, uma vez que são inseridos numa ambiência. Trabalha-se com “recorte de situações e objetos, mas é necessário pensá-los no quadro mais amplo onde se inscrevem; resgatar a realidade que o cerca e que se manifesta (refletindo e sendo também afetada) por aquela ocorrência específica” (França, 2016, p. 170).

As contribuições dos pragmatistas clássicos são essenciais para que Louis Quéré desenvolva sua perspectiva acerca do acontecimento. Em entrevista concedida a Lage e Salgado (2011, p. 183), Quéré explica que a experiência advém da resistência: “não é possível ter experiência sem esse aspecto de sofrê-la, ser tocado por ela. Se ninguém resiste, se não somos afetados... nada acontece”. Para Quéré, a todo instante, as pessoas são confrontadas com ocorrências não previstas e, portanto, precisam organizar sua conduta, isto é, reagir àquilo que escapa ao controle. Os acontecimentos tornam-se, assim, componentes importantes para a organização da experiência.

Simões (2014, p. 176) afirma que, de acordo com o pragmatismo clássico, “o acontecimento é uma emergência na experiência, um existente saliente que irrompe em um contexto e neste sofre mudanças e contingências. Ele emerge no presente e, com isso, constrói tanto um passado como um futuro”. Quéré (2012, p. 21), por sua vez, defende que o acontecimento se trata de numa emergência que instaura sentidos, bem como rompe com a continuidade da experiência: “acontecimento é o que vem de fora, o que surge, o que acontece, o que se produz, o excepcional que se desconecta da duração”. Outrossim, o acontecimento inscreve-se num contexto e ganha nova dimensão na medida em que é descrito e narrado pelos meios de comunicação social. Entretanto, o acontecimento não se limita à representação ou ao relato feito pelos *media*, da mesma forma que não pode ser inscrito numa atemporalidade, pois afeta a vida dos sujeitos:

Os sentidos desencadeados pelo acontecimento afetam os sujeitos e, ao mesmo tempo, são afetados por estes. A duração temporal desta afetação é proporcional à duração do próprio acontecimento. Esta pode ultrapassar os limites escritos da ocorrência espaço-temporal, não coincidindo com sua ocorrência empírica. [...] O acontecimento, portanto, não deve ser tomado como algo isolado do curso social da ação, mas deve ser apreendido a partir de seu aspecto processual, ou seja, “acontecimental”. (Simões, 2014, p. 181)

Dos sentidos articulados pelo movimento do passado, do presente e do futuro, tem-se o poder hermenêutico do acontecimento. Simões (2014) explica que, em Quéré, o acontecimento traz em si os elementos para sua própria compreensão, de forma que não pode ser simplesmente explicado por causas e consequências no mundo, tampouco por fatores externos a ele. Há uma dimensão temporal, pois o acontecimento constrói e ilumina acepções. Mais: o acontecimento não se reduz ao fato, uma vez que os sentidos ultrapassam a ocorrência empírica pontual. Quéré explica a Lage e Salgado (2011) que os acontecimentos reais e concretos transformam-se em objetos de pensamento, aos quais são atribuídos significados de acordo com as consequências que podem ter. Trata-se de uma domesticação, ou seja, de um processo para tornar os acontecimentos inteligíveis, para compreender por que aconteceram, conferindo-lhes um passado e vislumbrando um futuro possível.

Com base em Queré, França (2012b) define o acontecimento a partir de três características:

- são fatos que ocorrem a alguém;
- provocam ruptura e desorganização, portanto introduzem uma diferença;
- fazem pensar, suscitam sentidos e fazem agir (têm uma dimensão pragmática).

Desta forma, na visão desta autora, os acontecimentos rompem com a ideia de um tempo linear, uma vez que ocorrem no presente, no entanto convocam um passado e reposicionam o futuro. Ao serem transformados em narrativas, os acontecimentos passam a existir como discurso, como representação: “a realização do acontecimento na forma do simbólico (o acontecimento como narrativa) traz as marcas do vivido. A experiência do narrador traduz-se na criação simbólica, na construção discursiva” (França, 2012b, p. 14). Esta mesma autora explica que “um acontecimento acontece, e acontece com pessoas, na organização da vida de uma sociedade ou de um grupo” (França, 2012a, p. 45). Significa dizer que o acontecimento se dá no domínio da experiência e transforma-se em discurso a partir do poder de afetar os sujeitos, bem como da capacidade de interferir no quadro de normalidade, provocando expectativas. Portanto, a potencialidade do acontecimento reside mesmo na identificação, através dele, de tendências que apontam para a preservação e/ou renovação da vida social:

Assumir plenamente a natureza relacional do acontecimento significa pensá-lo na convergência entre fatos e sentidos, discursos e ações, afetando e sendo conformado pelos indivíduos no contexto de sua experiência. E essa experiência não é individual (ainda que sentida e vivida individualmente): ela é social, moldada pelo social, pela presença de muitos, e pelos valores que impulsionam os sujeitos e dão inteligibilidade e sentido às coisas com as quais eles lidam, às ações que empreendem. Dessa maneira, a pauta de acontecimentos de uma sociedade – daquelas ocorrências que explodem, congregam, fazem falar – nos fornece o seu retrato. Ela nos diz dessa sociedade naquele momento; do seu conjunto de valores, da maneira como vive, exprime e cobra o cumprimento desses valores. (França, 2012b, p. 19)

Babo-Lança (2006) defende que toda ação feita é um acontecimento no mundo, contanto que seja improvável, inesperada e surpreendente. Por isso, a ideia de acontecimento remete à emergência: “o acontecimento é ao mesmo tempo irrupção e transição, contendo a continuidade e a descontinuidade, a semelhança e a diferença” (Babo-Lança, 2006, p. 63). Já, Martins, M. (2005, p. 123) lembra que o acontecimento se trata de fato singular e acepção nova, ou seja, “uma fonte autônoma de sentido e de inteligibilidade, sendo portador de um poder hermenêutico, um poder de revelação”. Assim, o acontecimento abre uma descontinuidade no tempo e no espaço, pois se impõe aos sujeitos e às suas razões de agir, seus motivos e seus interesses, para, então, prevalecer a ideia conciliação:

Está implícita na ideia de acontecimento de Queré um ideal de harmonia, de regularidade e de unidade, orgânica e cósmica. Embora fato disruptor e gerador de

conflito, luta e dor, o acontecimento em Quéré supõe uma paz vindoura, um momento irénico, em que o conflito, se não é definitivamente suprimido, é pelo menos temporariamente suspenso. (Martins, M., 2005, p. 123)

Na explicação de Simões (2014), o percurso interpretativo do acontecimento – isto é, o processo de individuação, de determinação, de especificação de um acontecimento, tornando-o particular e diferente dos demais – dá-se por, pelo menos, dois processos²: descrição e narração. A identificação da ocorrência, de forma a distinguir um acontecimento de outros, caracteriza o processo de descrição. O conceito de quadro (*frame*), desenvolvido por Goffman (1974), é aqui fundamental e será tratado com melhor propriedade no capítulo quatro. Por ora, é suficiente compreender que, na perspectiva do referido sociólogo, quadros tratam-se de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e o envolvimento dos interlocutores, de forma responder à pergunta: “o que está acontecendo aqui?”: “são esses princípios conformadores dos quadros que permitem a definição da situação pelos sujeitos, assim como o posicionamento deles nas diferentes interpretações” (Simões, 2014, p. 183). Já, o processo de narração implica inscrever o acontecimento numa linha temporal, articulando-o com o passado e o futuro na construção da intriga, bem como identificar e compreender as ações e os agentes que configuram o acontecimento.

Por conseguinte, reflete-se acerca do acontecimento em duas etapas: como acontecimento-existencial, que se refere ao acontecimento tal como emerge e ganha concretude na experiência do mundo; e como acontecimento-objeto, que passa por um processo de simbolização, marcado pela descrição e pela narração, e que adquire uma dimensão discursiva. As duas etapas, por mais distintas que pareçam, não são dicotômicas. Quéré (2012) defende a coexistência entre o acontecimento-existencial e o acontecimento-objeto – este último, em especial, constitui-se por meio dos processos comunicativos. A propósito, a grande contribuição da perspectiva de Louis Quéré para as Ciências da Comunicação consiste em evidenciar o poder de afetação e o poder hermenêutico do acontecimento:

O poder de afetação de um acontecimento [...] diz respeito à sua passibilidade, ou seja, ao modo como ele afeta, toca, sensibiliza a experiência dos sujeitos. A partir de sua emergência, o acontecimento configura seus públicos, que não existem previamente, mas se constituem justamente a partir desse processo de afetação. O poder hermenêutico do acontecimento, por sua vez, exhibe o seu potencial de revelação. Isso significa que o acontecimento é fonte de sentido e pode iluminar problemas públicos, desvendar questões e evidenciar aspectos importantes do contexto social em que ele se inscreve. (...) Essa dupla dimensão do poder de um

² Há, ainda, o terceiro processo no percurso interpretativo do acontecimento: a configuração de um pano de fundo pragmático. De acordo com Simões (2014), trata-se de articular e movimentar práticas instituídas e hábitos de ação, de forma que o acontecimento não se configure como entidade abstrata. Crenças e desejos presentes nas estruturas normativas da cultura orientam as ações dos indivíduos em relação ao acontecimento. Assim, a identificação deste pano de fundo pragmático sugere a percepção dos públicos. Dadas as limitações da presente investigação, este terceiro aspecto não será discutido.

acontecimento permite apreender a natureza comunicacional de inúmeros fenômenos. (Simões, 2014, p. 189)

Ainda acerca da dupla vida do acontecimento, França & Lopes, S. (2017, p. 79) explicam que a primeira vida “evidencia o momento de erupção e irrupção do acontecimento, sua forma vivenciada na experiência, a maneira como afeta o cotidiano coletivo e a sensibilidade dos sujeitos”, ao passo que a segunda vida surge a partir dos sentidos que emergem na busca de definir, apreender, narrar e compreender o acontecimento. Nesta segunda acepção, o acontecimento revela sua “alta potencialidade simbólica, que faz de um fenômeno existencial um objeto de conhecimento, no sentido de ser passível de identificação (delimitação, mesmo que não definitiva) e interpretação” (França & Lopes, S., 2017, p. 79). Estas autoras destacam que o poder hermenêutico do acontecimento torna perceptível a movimentação de temporalidades, ou seja, localizado no presente, o acontecimento convoca e (re)constrói passados, bem como aponta futuros possíveis.

Analiticamente, a partir do acontecimento, é possível indagar-se acerca dos sentidos sociais produzidos e colocados em circulação pelos meios de comunicação social, assim como suas variações e suas contradições nas diferentes materialidades. Martins, M. (2005) lembra que os meios de comunicação social desempenham um papel essencial, embora não exclusivo, na identificação e exploração dos acontecimentos, bem como do debate público: “o acontecimento irrompe no tempo e no espaço e a nossa redenção está em acolhê-lo, aqui e agora, como um dom, tendo como horizonte a construção do espaço público democrático” (Martins, M., 2005, p. 124).

Em suma, a apreensão do acontecimento consiste num processo de construção permanente pelos indivíduos afetados, dadas as possibilidades inscritas no horizonte. Os meios de comunicação social, ao mobilizarem diferentes discursos, tornam-se espaços privilegiados não só de materialização de narrativas que resultam do encadeamento e da interpretação dos acontecimentos, como de diferentes pontos de vista possíveis. Conhecedores da obra de Paul Ricoeur, Carvalho, C. A. e Lage (2012) afirmam que a hermenêutica soma ao pragmatismo, de maneira não excludente, para entender como o jornalismo afeta e é afetado pelos acontecimentos.

2.2 Pragmatismo e fenomenologia hermenêutica: um diálogo possível

Benetti (2010) percebe o acontecimento dentro de uma ordem hermenêutica de grande complexidade, mediante um regime discursivo. Para a autora, a compreensão de si e do mundo, por meio do que acontece, implica que algo acontece se acontece a alguém: “não necessariamente de um

modo direto ou pragmático, mas também subjetivamente, como um eixo ao longo do qual o sujeito organiza sua inscrição no tempo, reinstaurando passado, a atualidade e o futuro possível ou imaginado” (Benetti, 2010, p. 149). O acontecimento revelado pela materialidade do discurso jornalístico constrói sentidos sociais. O texto, neste caso, resulta de um processo de reconhecimento, apuração e relato sobre os fatos brutos. A partir do momento em que se considera o acontecimento jornalístico como parte da construção da experiência, inserindo-o numa ordem hermenêutica, fala-se em acontecimento discursivo. Ainda conforme Benetti (2010), o acontecimento jornalístico instaura a ideia de contemporaneidade, uma vez que o tempo jornalístico consiste num tempo social, propositor de condutas tidas como adequadas ao presente. Essa postura normativa, além de estabelecer os saberes dignos de serem denominados contemporâneos, está intrinsecamente relacionada à formação de consensos:

A força do discurso jornalístico não está apenas na singularidade das notícias, característica dos fenômenos transitórios ou impermanentes. O maior poder deste discurso está naquilo que se repete, definindo como é o mundo, quais são os valores contemporâneos e sobre como agir neste mundo narrado. [...] Os acontecimentos jornalísticos ajudam a definir historicamente uma sociedade porque o seu próprio processo de produção está imbuído de valores que circulam nesta mesma sociedade. Nesse caso, o jornalismo pode ser compreendido como acontecimento, pois através dele é possível avaliar o sistema de valores hegemônico naquela sociedade e naquele momento histórico. (Benetti, 2010, p. 160)

Convém lembrar a distinção proposta por Arquembourg (2006), entre fato e acontecimento. Para esta autora, ambos não existem em si próprios. Certas ocorrências podem ser determinadas como fatos se mobilizam uma atividade de entendimento que possibilita explicá-las e deduzi-las de seu passado. Já, as ocorrências como acontecimentos contêm uma parcela de indeterminação que desafia o entendimento; obriga a produzir novas estruturas interpretativas; organiza um passado e um futuro possível: “se o fato está no final de um processo explicativo, o acontecimento abre essa falha de significado que nos obriga a olhar para o que aconteceu” (Arquembourg, 2006, p. 15).

Assim, os sujeitos que tentam interpretar o significado do que está acontecendo com eles o fazem à luz do acontecimento e de suas consequências. Afinal, o acontecimento causa uma ruptura na inteligibilidade, ou seja, uma agitação na ordem das coisas; surge inesperadamente e, por sua capacidade de desordem, distribui um antes e um depois, bem como obriga os sujeitos a reconfigurar o curso da própria existência. Compreender o acontecimento vai além dos processos de seleção e hierarquia dos *media*, contudo estes tornam-se importantes dispositivos de reflexão, uma vez que dispõem de estruturas interpretativas que aqueles que experimentam a ruptura no exato momento em que ela ocorre não dispõem.

Em consonância, Mercier (2006) afirma que o acontecimento produz uma modificação no estado do mundo que é perceptível para os sujeitos. Contudo, destaca que alguns acontecimentos existem sem, necessariamente, aparecer nas páginas dos jornais; bem como, muitas vezes, persistem no corpo social para além do tempo do seu surgimento, ainda que os meios de comunicação social não lhes deem mais visibilidade. Não se nega que os *media* tornem públicos os acontecimentos, fornecendo ou retransmitindo contextos de interpretação. Enfatiza-se, porém, a necessidade de compreender como o processo é feito. Afinal, os jornalistas, ao optarem por dar atenção a determinados acontecimentos, em vez de outros, contribuem na construção de uma comunidade interpretativa acerca de acontecimentos que envolveram, em princípio, um coletivo específico. Para Mercier (2006), em geral, os acontecimentos apreendidos pelos meios de comunicação social envolvem situações ou fenômenos dramáticos, espetaculares, particularmente ilustrativos ou em ruptura:

Deve ser fácil transpor, por imitação ou paralelo, para o universo nacional, unindo as preocupações do país ou uma certa forma de moralidade considerada universal. Deve permitir mobilizar as categorias de julgamento dos jornalistas e permitir interpretações baseadas em esquemas canônicos, como valores democráticos (a queda de um regime ditatorial é um acontecimento internacional), bons sentimentos (ecumenismo, fraternidade universal, pacifismo), fatalidade humana (epidemias, desastres naturais) ou a passagem do homem (façanhas tecnológicas ou esportivas, desde o homem que anda na lua até aquele que corre mais rapidamente a 100 metros). (Mercier, 2006, p. 32)

Conforme Dias (2011, p. 174), o jornalista representa um agente ativo na construção do acontecimento, dado que as notícias não se constroem “sob a ótica de um profissional meramente observador que se ‘anula’ e apenas ‘reproduz’ o acontecimento”, mas sim a partir de uma máquina burocrática, cujos interesses particulares e critérios de noticiabilidade “perpassam relações de poder, seleção e enquadramento que, direta ou indiretamente, atuam na constituição de nossas lembranças e esquecimentos”. Este autor admite os acontecimentos como resultado de uma apreensão estratégica feita pelo jornalista, consoante o suporte em que está inserido, ou seja, o discurso não está solto no tempo; antes, relaciona-se com o sentido ao qual o jornal pretende dar enunciado.

Neveu e Quéré (1997) consideram que a lógica mediática dispõe de uma insaciável fome por acontecimentos, o que acaba por incentivar a constante criação de novidade, bem como por estabelecer um sistema gigantesco para detectar tudo o que provavelmente chamaria a atenção do público. Isto significa que os acontecimentos públicos são produto ou resultado das atividades, práticas e estratégias de rotina de diversos atores sociais interessados, entre os quais, os jornalistas e os meios de comunicação social.

Para Babo-Lança (2006), não há acontecimento social sem descrição, tampouco sem narrativa. A descrição pode ser tratada como sinal ou testemunho da realidade, enquanto a narrativa dá conta das operações pelas quais os diferentes atores sociais configuram os acontecimentos, isto é, as maneiras de designá-lo, relatá-lo e caracterizá-lo, bem como os procedimentos empregados para o anunciar, denunciar, tematizar e construir em problema. Portanto, o jornalismo torna-se capital para a descrição, explicação, categorização e narração dos acontecimentos, na medida em que reúne “maneiras de dizer” próprias dos jornalistas e de todos os que se ocupam em descrever, relatar e explicar o que aconteceu.

Babo-Lança (2006) destaca, ainda, que os acontecimentos públicos são compostos por diferentes ocorrências. Significa dizer que, do ponto de vista empírico, o encadeamento de várias ocorrências constitui um acontecimento, da mesma forma que, do ponto de vista lógico, a pertença comum a uma totalidade o faz. Assim, tanto se fala em microacontecimentos quanto em macroacontecimentos: “os acontecimentos sociais são frequentemente constituídos por uma pluralidade de ações ou ocorrências encadeadas, que ao introduzirem uma descontinuidade e um novo estado de coisas formam um acontecimento” (Babo-Lança, 2006, p. 26). Em termos narrativos, as ocorrências ligadas sob uma mesma trama ou intriga, bem como sob uma mesma identidade, formam um acontecimento único – cuja individualidade, para além do aspecto linguístico, advém do ponto de vista adotado e, também, da sua ocorrência localizada no tempo e no espaço. Desta forma, a narrativa não se trata apenas de uma lista de acontecimentos sem ligação. Por meio da intriga, opera-se uma conexão de tipo casual entre os acontecimentos, efetuando a transição entre contar e explicar:

Contar o que aconteceu é já explicar por que é que aconteceu. Como Ricoeur demonstrou, nas nossas comunidades a narrativa é um modo absolutamente insubstituível da compreensão mútua e da compreensão da existência temporal, ao mesmo tempo que contar é também explicar como as coisas foram feitas, por quem, por que, em que circunstâncias, etc. (Babo-Lança, 2006, p. 271)

A intriga sintetiza elementos heterogêneos numa mesma trama, ou seja, ordena uma série de acontecimentos de maneira específica. Também, organiza a experiência temporal com vistas à ordenação da situação vivida. De acordo com Babo-Lança (2006), a experiência que se tem de uma série de ocorrências, de acasos, de circunstâncias, de resultados pretendidos ou inesperados, é compreendida quando se consegue estabelecer uma ligação entre os vários elementos, conferindo-lhes uma ordenação e um significado. Por isso, o acontecimento reporta-se ao passado e, ao mesmo tempo, introduz um novo estado de coisas ou irrompe uma nova situação. A narrativa ordena os acontecimentos em função do devir, uma vez que o passado é relativo ao surgimento dos acontecimentos no presente. Mesmo quando um acontecimento termina, o ponto final narrativo é, amiúde, provisório, pois o acontecimento

pode ser reinterpretado de acordo com a maneira como será recebido; versões diferentes poderão ser propostas. Por conseguinte, para Babo-Lança (2006), os meios de comunicação social são lugares privilegiados onde se configuram os acontecimentos. Numa perspectiva sociológica, o discurso mediático, ainda que não se resume ao acontecimento-objeto, uma vez que a linguagem e a experiência daquilo que acontece se incorporam à realidade do acontecimento, revela-o sob descrições e definições dos diversos atores sociais, reconstruindo e ampliando sentidos.

Carvalho, C. A. e Lage (2012) lembram que, em *Temps et récit* (1983), Paul Ricoeur desenvolve o conceito de acontecimento em função da tessitura da intriga, isto é, caracteriza a intriga pela operação de organizar um conjunto disperso de fatos e ações. Para o filósofo, a intriga trata-se de uma operação, e não de uma estrutura, uma vez que sua dinâmica consiste na síntese do heterogêneo, ou seja, no movimento de integração de acontecimentos, personagens, circunstâncias, entre outras:

O acontecimento surge, então, para Ricoeur, sempre mediado pela narrativa, no sentido em que é prefigurado porque faz parte de nossa rede conceitual acerca do mundo das ações, do campo prático; é configurado numa intriga, sendo enredado a outros acontecimentos, agentes e circunstâncias; e é refigurado por aqueles que tiveram sua experiência atravessada e marcada pelo acontecimento. Assim, segundo o autor, não há um em si do acontecimento. A ontologia do acontecimento advém de seu pertencimento à intriga. (Carvalho, C. A. & Lage, 2012, p. 210)

Segundo os autores, mais do que parte constituinte de uma intriga, o acontecimento é estabelecido nela, visto que a narrativa substitui a dimensão episódica dos acontecimentos e a amarra ao fio da história, isto é, constitui uma história tomada como todo, e não uma mera reunião de ocorrências individuais. A partir da obra *Soi-même comme un autre* (1990), Ricoeur avança no argumento de que, uma vez narrado, o acontecimento é explicado e confrontado a outros acontecimentos, bem como a agentes e pacientes. Portanto, perde qualquer impessoalidade.

No esquema ricoeuriano de concordância discordante, o acontecimento tanto é fonte de discordância quando irrompe, quando surge na experiência, como é fonte de concordância, pois faz a história contada avançar em direção a um desfecho: “o acontecimento é o que recorta e, ao mesmo tempo, o que remenda” (Carvalho, C. A. & Lage, 2012, p. 211). Ao ingressar num percurso narrativo de causas e consequências, de agentes e pacientes, de contingência e necessidade, o acontecimento demanda compreensão. Os autores concluem que, na perspectiva ricoeuriana, o acontecimento não nasce fundador, e sim revela-se no percurso de tessitura da intriga. Desta forma, a narrativa exerce tanto a função de integração quanto de constituição do acontecimento: “se o acontecimento não está dado *a priori*, não basta que ele aconteça, no sentido mais urgente da palavra. Ele precisa ser revelado,

promovido e identificado, o que, para o filósofo, só é possível a partir de sua tessitura numa intriga” (Carvalho, C. A. & Lage, 2012, p. 213).

Nesta investigação, destaca-se o dia do fogo na Amazônia como importante acontecimento tornado público pelos meios de comunicação social, uma vez que, num único dia (10 de agosto de 2019), parte da floresta foi tomada por incêndios supostamente criminosos. O fogo espalhou-se para além das fronteiras brasileiras, causando comoção internacional (de manifestações pelos *media* sociais a incidentes diplomáticos entre Brasil e França). Ao colocar em xeque a percepção da floresta como “patrimônio mundial” e reservatório de biodiversidade, o dia do fogo na Amazônia reativou uma memória de problemas ambientais, uma vez que o bioma consiste num dos poucos espaços mundiais onde ainda há predominância de cobertura vegetal, ao mesmo tempo em que se produziram questionamentos acerca do futuro da humanidade.

2.3 O dia do fogo na Amazônia

Quando se pensa em Amazônia, em geral, pensa-se na bacia hidrográfica e/ou na província botânica. Segundo Paes Loureiro (1995), esses dois sentidos, que relacionam, principalmente, rios e florestas, têm como referência a Bacia Amazônica, o conjunto fluvial que se inicia a 100 quilômetros do oceano Pacífico e segue por cinco mil quilômetros para o leste até o oceano Atlântico. Sua extensão supera seis milhões e 800 mil quilômetros quadrados, bem como atravessa nove países da América do Sul: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Guiana, Guiana Francesa, Venezuela, Suriname e Equador (Souza, M., 2009).

Nesta linha de argumentação, a Amazônia associa-se ao rio Amazonas, o maior rio deste sistema de águas fluviais. As florestas são os principais ecossistemas da Bacia Amazônica, embora existam outros, como as savanas. Vieira Junior, Buainain e Contini (2019, p. 135) explicam que a floresta amazônica produz imensas quantidades de água, o que a torna essencial para a regulação do clima global: “os chamados ‘rios voadores’, formados por massas de ar carregadas de vapor de água, gerados pela evapotranspiração na Amazônia, levam umidade para o centro-oeste, sudeste e sul do Brasil, afetando significativamente o regime de chuvas e o clima dessas regiões”.

Na descrição de Becker (1996), na Amazônia distinguem-se dois grandes grupos de cobertura vegetal: a vegetação dos terrenos inundáveis (5% a 10% da Amazônia), que compreende as matas de várzea, de igapó e das áreas litorâneas, bem como os campos de várzea; e a vegetação de terra firme, onde predomina a mata alta (matas de cipó, bambu e mata seca que formam a hileia), além de incluir

campos e cerrados. Segundo a autora, ainda não foram catalogadas todas as espécies vegetais e animais da Amazônia:

Para uns, metade das espécies animais do planeta estariam na Amazônia; para outros, as plantas medicinais são estimadas em 4.000, mas o seu número pode ser muito maior. [...] A grande variação vertical de ambientes na floresta pluvial é de fundamental importância para os diversos organismos que a compõem. O clima, quente e úmido, é favorável ao crescimento da densa vegetação e à sua diversidade de espécies, e é também responsável pela intensa lixiviação dos solos e rápido desenvolvimento de pragas e doenças. Os efeitos de insetos e fungos são, contudo, reduzidos pela própria diversidade biológica, o elemento fundamental para o alto grau de eficiência da reciclagem de nutrientes minerais da floresta. (Becker, 1996, p. 85)

Estas concepções acerca da Amazônia se tornam mais complexas, ou seja, demandam mais explicações na medida que determinados acontecimentos eclodem, a exemplo do que ocorreu em 10 de agosto de 2019, conhecido como o dia do fogo, quando produtores rurais e entidades ligadas ao setor primário articularam-se para, num único dia, incendiar áreas desmatadas e fazer a limpeza de pastos. A ação supostamente criminosa iniciou-se nos municípios de Novo Progresso, Altamira e São Félix do Xingu, localizados no sudoeste do Estado do Pará, no norte brasileiro, contudo ultrapassou as divisas estaduais, bem como a própria fronteira brasileira, pois houve registro de fogo em outros países da Amazônia internacional, como Peru, Bolívia e Venezuela.

Esta breve descrição permite observar que, além de milhares de espécies vegetais e animais, a Amazônia abriga diversos atores sociais. Portanto, deve-se considerá-la, também, como conjunto político. Bueno, M. (2002) explica que os países atravessados pela Bacia Amazônica compõem a Amazônia internacional ou Pan-Amazônia, ao passo que a Amazônia brasileira, também chamada de Amazônia Legal, é definida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, bem como pelos municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°. Tratam-se de definições que enquadram as fronteiras e divisas ao recobrimento da floresta amazônica.

Se se puder atribuir um começo, o dia do fogo na Amazônia inicia-se alguns dias antes de 10 de agosto de 2019. Uma notícia publicada cinco dias antes no jornal *Folha do Progresso*, do município de Novo Progresso, no Estado do Pará, no Brasil, anteviu os incêndios florestais na Amazônia, em diálogo com a política de devastação ambiental implantada pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo o jornal, eis o que argumentavam os agropecuaristas: “o avanço da produção acontece sem apoio do governo. Precisamos mostrar para o presidente que queremos trabalhar e único jeito é derrubando. Para formar e limpar nossas pastagens é com fogo” (Piran, 2019). Ou seja, sem apoio do governo, as lideranças locais viam-se “obrigadas” a utilizar o fogo para limpar as pastagens. Conforme previsto pela *Folha do*

Progresso, o dia do fogo deu início a uma série de incêndios florestais na Amazônia, que se estendeu por todo o mês de agosto de 2019.

De acordo com as investigações da Polícia Federal, a ação foi estimulada e organizada por fazendeiros, madeireiros e empresários do entorno da BR-163, também chamada de rodovia Santarém-Cuiabá e que representa um dos principais eixos de integração entre a Amazônia e as regiões sul e centro-oeste brasileiras. Os acusados, por meio de um grupo de *WhatsApp* com 70 integrantes intitulado *Sertão*, arrecadaram dinheiro entre si a fim de arcar com os custos do combustível, bem como contrataram os “motoqueiros” para entrar nas estradas de terras próximas à floresta e espalhar o líquido inflamável. Dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)³, apontam que, no mês de agosto de 2019, foram registrados 39.176 focos ativos de incêndio na Amazônia Legal. Deste total, 30.900 foram registrados somente no bioma amazônico e 10.185 (ou seja, quase 26% do total da Amazônia Legal) foram registrados só no Estado do Pará.

Ainda que, nos últimos 20 anos, estes números não tenham sido os maiores já registrados pelo Inpe, o dia do fogo na Amazônia rompeu com um suposto controle do desmatamento, nomeadamente entre os anos de 2005 e 2012. Na avaliação de Silvério, Silva, S., Alencar e Moutinho (2019), a floresta amazônica ardeu mais em 2019 e o caráter dos incêndios foi intencional, pois o fogo concentrou-se em áreas recém-desmatadas e com estiagem branda. Klanovicz (2019) afirma que o dia do fogo na Amazônia reposicionou o bioma no centro da política internacional, visto que a ação coordenada pelos agropecuaristas do Estado do Pará tratou-se do manifesto materializado contra o que o governo de Jair Bolsonaro chama de “inimigos do país”: ambientalistas, organizações não governamentais (ONG), europeus, cientistas, universidades, mulheres, povos indígenas, pessoas negras e pobres. Ainda segundo o autor, evidenciaram-se conjunturas opostas:

De um lado, o consenso global sobre a importância do bioma amazônico para a preservação de megabiodiversidade, para a regulação do clima e das águas e para a preservação de culturas milenares e seus usos de recursos genéticos vegetais e, de outro, posturas autoritárias de domínio e posse sobre recursos ambientais e identidades. Tudo isso acontece, ainda, em meio à emergência de violência diversas, tais como o reforço de negacionismos científicos, de posturas reacionárias e monoculturais acerca da Amazônia e suas gentes. (Klanovicz, 2019, p. 2)

A [figura 2](#), obtida a partir do mapa interativo disponibilizado pelo Inpe, mostra que o desmatamento na Amazônia, representado pelas áreas em amarelo, avança sob pressão das demais regiões brasileiras:

³ Ver: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/

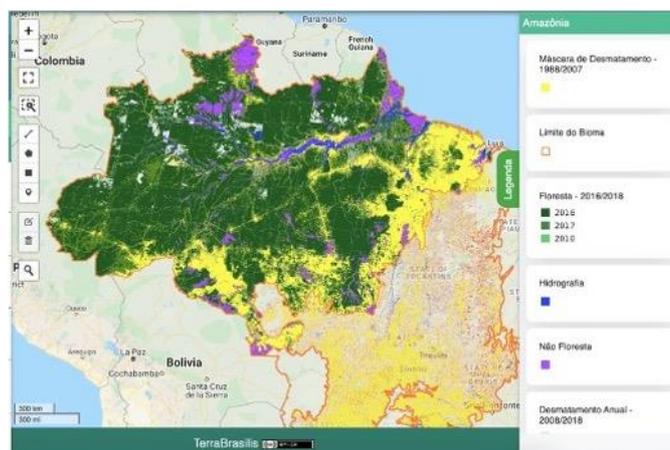


Figura 2: Máscara do desmatamento na Amazônia

Fonte: TerraBrasilis (Inpe)⁴

As principais lideranças europeias reagiram negativamente ao dia do fogo na Amazônia e cobraram responsabilidade do governo central brasileiro. O governo alemão foi o primeiro a suspender o repasse de 35 milhões de euros destinado ao financiamento de projetos de proteção da Amazônia. Em seguida, foi a vez do governo da Noruega congelar o repasse de 300 milhões de coroas norueguesas. Oyama (2020) explica que os recursos destes dois países compunham a maioria do Fundo Amazônia, criado em 2008 e administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com o objetivo de financiar projetos ambientais e comprar carros para a fiscalização de derrubadas ilegais da mata e a prevenção de incêndios.

O presidente da França, Emmanuel Macron, também criticou o governo brasileiro por meio do *Twitter*: “Nossa casa está queimando. Literalmente. A floresta amazônica, pulmão que produz 20% do oxigênio do nosso planeta, está em chamas. Isso é uma crise internacional”⁵. Ainda de acordo com Oyama (2020), Macron tentou incluir os incêndios florestais da Amazônia como pauta da reunião do G7 (grupo que reúne Alemanha, Canadá, França, EUA, Itália, Japão e Reino Unido) de 2019, da qual seria o anfitrião. O presidente francês acabou por reforçar o mito científico de que a floresta amazônica é produtora de 20% do oxigênio do mundo. Como se sabe, o mérito é das algas marinhas, que respondem por 55% do oxigênio lançado no planeta Terra:

Bolsonaro virou o vilão ambiental. O jornal francês *Libération* escreveu que o presidente brasileiro era “o câncer do pulmão verde”. Pouco antes, a revista britânica *The Economist* havia publicado que “o mundo tem de deixar claro para Bolsonaro que não vai tolerar seu vandalismo”. E pontificava, em editorial: “As empresas de alimentos, pressionadas pelos consumidores, devem renegar a soja e a carne

⁴ Ver: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br>

⁵ Ver: <https://twitter.com/EmmanuelMacron/status/1164617008962527232>

produzidas em terras da Amazônia ilegalmente exploradas [...]. Os parceiros comerciais do Brasil devem condicionar os acordos ao bom comportamento do país”. (Oyama, 2020, p. 166)

Segundo Oliveira, N. (1991), a ideia de Amazônia como “pulmão do mundo” remonta à entrevista concedida pelo biólogo alemão Harald Sioli a um repórter estadunidense, em novembro de 1971, na qual o investigador estimou que a floresta amazônica absorvia em torno de 25% do gás carbônico da atmosfera terrestre. Entretanto, o repórter trocou o símbolo do gás carbônico (CO₂) pelo do oxigênio (O₂) ao escrever o texto jornalístico:

O equívoco (ou ignorância) do repórter transformou assim os 25% de CO₂ em 25% de O₂... e a Amazônia passou a ser o “pulmão do mundo” (...). Provavelmente, essa figura retórica quer dizer que “a Terra respira pela Amazônia”. Mas essa analogia é uma tolice, uma infeliz figura de seu autor: o pulmão só presta benefícios se consumir O₂ e expelir CO₂ (produto da queima orgânica do ser vivo). O benefício da Amazônia, como de qualquer floresta, é exatamente o inverso: fixa CO₂ e libera O₂. Aliás, Harald Sioli queria caracterizar a importância das florestas amazônicas precisamente pelo fato delas absorverem (fixarem) cerca de 25% do CO₂, da atmosfera (...). Assim, o autor dessa contraditória figura deveria ter dito: “Amazônia, filtro do mundo”. (Oliveira, N., 1991, p. 14)

Investigações recentes apontam que, inclusive, a Amazônia tem perdido essa capacidade de retirar gás carbônico da atmosfera. Pivetta (2020, p. 49) explica que, entre 2010 e 2017, pesquisadores do Inpe observaram que “a maior floresta tropical do planeta liberou anualmente, em média, algumas centenas de milhões de toneladas a mais de carbono do que retirou do ar e estocou em sua vegetação e solo”. Segundo o autor, o avanço das queimadas (que libera diretamente para a atmosfera o gás carbônico estocado na vegetação) e a maior mortalidade das árvores (por conta de secas mais severas e prolongadas) foram os principais fatores que tornaram a Amazônia uma fonte de carbono, nos oito anos analisados:

Com menos vegetação por causa do desflorestamento ou com plantas menos saudáveis em razão da degradação florestal e das mudanças climáticas, as árvores fazem menos fotossíntese. Esse processo converte luz e dióxido de carbono em energia para as plantas, cuja biomassa é formada por compostos orgânicos à base de carbono, e libera oxigênio para a atmosfera. Do ponto de vista das mudanças climáticas, o efeito da fotossíntese é diminuir a quantidade de CO₂ presente na atmosfera e direcionar o carbono desse gás de efeito estufa para o interior das plantas. Esse elemento químico permanece aprisionado na biomassa até que a vegetação seja queimada ou morra e se decomponha. Quando isso ocorre, o carbono volta para o ar na forma de CO₂. (Pivetta, 2020, p. 49)

De volta ao dia do fogo na Amazônia, várias empresas e investidores ameaçaram aplicar sanções aos produtos brasileiros, a exemplo do couro, sob a justificativa de que não poderiam negociar com um

país que não correspondia aos critérios de *compliance* ambiental. De agosto de 2019 até hoje, ainda não houve responsabilização dos envolvidos, tampouco desenvolvimento de estratégias claras para combater os incêndios criminosos na Amazônia. Mais: em 2020, outro bioma brasileiro, o Pantanal, foi alvo de incêndios intencionais. Investigações ainda não concluídas pelas autoridades brasileiras apontam como supostos responsáveis quatro fazendeiros do Estado do Mato Grosso, dado que, na residência deles, foram apreendidas armas e munições, bem como, segundo testemunhas, eles haviam ordenado aos funcionários que retirassem o gado da propriedade antes de atear fogo.

Todavia, deve ter-se em mente que a utilização do fogo pelos atores sociais da floresta amazônica não se limita à destruição da natureza e/ou expulsão da população tradicional de terras onde há concentração de minérios. Homma (2020) lembra que as queimadas feitas pelos povos indígenas são sustentáveis, integradas com práticas de manejo e visam à própria sobrevivência. Trata-se, portanto, de uma prática milenar. Lima (2019) indica que os registros de queimada na Amazônia datam do século XIX, quando o naturalista britânico Alfred Russel Wallace, que esteve no Arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, em 1849, confrontou-se com um “curioso” fenômeno: áreas de campo incendiadas propositalmente todo verão para dar espaço ao nascimento de vegetação própria para pastagem nas primeiras chuvas do ano seguinte:

Embora Wallace ressalte ao longo da narrativa de viagem sua visão sobre os “benefícios” de transformar a região amazônica em um verdadeiro “celeiro” de produção agrícola para o mundo, supondo haver uma vocação “natural” da região para tal atividade, nessa cena, sua apreciação evidencia um sentimento de perda da natureza, conjecturando os efeitos da utilização desse método de exploração do solo como promotores de um cenário com “aspecto desolador”, de “completa tristeza” e “absoluta esterilidade”. (Lima, 2019, p. 2)

Esta autora observa que os aspectos denunciados por Wallace estavam alinhados à herança cultural deixada pelo colonialismo português no Brasil, ou seja, uma mentalidade de elogio retórico e desprezo prático pela natureza. Costa, L. (2004) revela que o sistema de corte e queima da floresta converte de 200 a 300 toneladas/hectare de biomassa de floresta em área agrícola, o que reduz a incidência de pragas e doenças, bem como detém as plantas invasoras:

A queimada é utilizada como o método mais barato na manutenção de pastagens e para fertilizar o solo de novas áreas agrícolas. O fogo converte as árvores abatidas no desmatamento em cinzas ricas em nutrientes (como fósforo, potássio e magnésio) que são incorporadas ao solo, além de limpar o terreno de troncos e galhos derrubados. Sem o fogo, os proprietários e ocupantes de terra teriam que investir em máquinas pesadas para remover as árvores derrubadas, deixando de aproveitar o aumento a curto prazo da fertilidade do solo que a incorporação de cinzas promove. Além disso, o fogo também elimina parasitas (insetos, fungos, nematoides e bactérias patogênicas), reduz a incidência de ervas invasoras e contribui para o aumento da atividade das bactérias anaeróbicas, fixadoras de nitrogênio. (Costa, L., 2004, p. 35)

Sodré (2019) explica que, do ponto de vista econômico, a queima representa para o produtor uma técnica rápida e barata para a limpeza e fertilização do solo, uma vez que envolve uma tecnologia de baixo custo; do ponto de vista cultural, o uso do fogo relaciona-se a práticas agrícolas artesanais, passadas de geração em geração. O autor reforça que o fogo é, tradicionalmente, utilizado em pequenas propriedades por caboclos amazônicos e indígenas. Contudo, pequenos e médios proprietários de terra apropriaram-se da técnica (em alguns casos, sem o devido controle) com o objetivo de estimular o crescimento de gramíneas forrageiras de pastagens, bem como matar as plantas invasoras lenhosas que invadem estas pastagens: “sem o fogo, certamente os proprietários rurais teriam que investir na compra de máquinas pesadas para remover as árvores caídas e despender tempo roçando com facões as ervas daninhas que invadem as pastagens” (Sodré, 2019, p. 17). Diante da restrição de recursos financeiros, da baixa rentabilidade agrícola, da baixa oferta de mão de obra, da inexistência de alternativas economicamente viáveis e da baixa qualidade do solo para a agricultura, as queimadas tornaram-se o instrumento predominante nas atividades agropecuárias na Amazônia, sobretudo em pequenas e médias propriedades.

Costa, L. (2004) aponta que o fogo na Amazônia se classifica em três tipos principais, de acordo com a natureza:

- queimadas para desmatamento, que são intencionais e se associam à derrubada e queima da floresta;
- incêndios florestais rasteiros, provenientes de queimadas que fogem ao controle humano e acabam por invadir florestas primárias ou previamente exploradas pelo setor madeireiro;
- queimadas e incêndios em áreas já desmatadas, que resultam do fogo intencional ou acidental em pastagens, lavouras e capoeiras.

Esta autora esclarece que, na queimada intencional, espera-se que o fogo prepare ou limpe a área para roça e pasto. Já, na queimada acidental, o objetivo permanece o mesmo, porém o fogo escapa ao controle do produtor, o que pode causar desastres. Por sua vez, Barlow, Berenguer, Carmenta e França (2020) afirmam que existem três grandes tipos de fogo na Amazônia:

- incêndios de desmatamento, que começam com a derrubada da floresta primária e consequente seca desta vegetação. O fogo é aqui usado para preparar a área para a agricultura;
- incêndios em áreas que foram previamente eliminadas. Barlow et al. (2020) enfatizam que, neste caso, nem todos os incêndios são intencionais, embora possam escapar além do limite

pretendido. São exemplo os pecuaristas, que usam o fogo para livrar as pastagens de ervas daninhas, e os pequenos proprietários e povos indígenas, que usam o fogo em sistemas de pousio (isto é, de descanso ou repouso proporcionado às terras cultiváveis);

- incêndios que podem invadir florestas em pé – pela primeira vez, quando as chamas estão principalmente restritas ao sub-bosque, ou como eventos repetidos, resultando em incêndios mais intensos.

Conforme Costa, L. (2004), o fogo representa um problema para os ecossistemas amazônicos, uma vez que a urbanização da Amazônia e consequente pressão demográfica alterou a forma de utilização dos recursos naturais. Entre as principais consequências das queimadas, destacam-se: o solo fica menos protegido, sujeito à ação das intempéries, e a matéria orgânica decompõe-se de forma mais acelerada. Ou seja, os elementos químicos que ficam no solo e disponibilizam-se para a flora amazônica, ao serem mineralizados pelo fogo, ficam suscetíveis à ação do vento e das enxurradas, o que provoca considerável queda na fertilidade do solo, bem como acelera seu processo de degradação.

No mesmo estudo, Costa, L. (2004) lembra que uma das principais importâncias da floresta consiste no equilíbrio da distribuição das chuvas, já que metade da água que circula na Bacia Amazônica é reaproveitada pela própria floresta. Quando ocorrem grandes desmatamentos, não somente se altera a paisagem da própria Amazônia, mas também de outras regiões brasileiras e de países vizinhos. Mais: reforça-se o efeito estufa. Isto porque florestas tropicais úmidas, como a Amazônia, caracterizam-se pela alta taxa de produtividade primária, o que permite a acumulação de um estoque de carbono. Ao se eliminar a floresta, por meio da queimada, o elemento químico carbono libera-se para a atmosfera na forma de gás (dióxido de carbono), cuja principal peculiaridade é bloquear o calor. Uma vez acumulado na atmosfera, o dióxido de carbono pode alterar o balanço de energia do planeta e aumentar a temperatura média da Terra.

Na avaliação de Barlow et al. (2020), para gerenciar os incêndios na Amazônia é necessário o entendimento claro acerca do que está queimando, o que leva ao contágio e extensão, bem como os diferentes fatores se combinam para tornar a Amazônia inflamável:

Combater o desmatamento é fundamental – o desmatamento é uma importante fonte de ignição e aumenta a inflamabilidade das florestas remanescentes, aumentando a densidade das bordas, aumentando as temperaturas regionais e reduzindo as chuvas. O plano de ação de desmatamento bem-sucedido do Brasil de 2004–2012 fornece um plano claro de ação, mas é contrário à abordagem do governo atual [de Jair Bolsonaro] de minar o monitoramento florestal e cortar recursos para a aplicação da lei. (Barlow et al., 2020, p. 320)

Por conseguinte, o dia do fogo leva à reflexão da Amazônia como um espaço econômico. Ou seja, parte-se do pressuposto que a floresta não se trata apenas de um recurso natural, mas também consiste num espaço socialmente produzido pelas dimensões ecológica, econômica, lúdica, funcional e, também, pelas representações simbólico-culturais (Trindade Jr., 2013). A Amazônia, como espaço econômico, constitui-se por áreas protegidas, que somam em torno de 26% do território, mas também por áreas urbanas. Becker (2009) explica que as áreas protegidas se trata de terras indígenas demarcadas e de unidades de conservação diversas, as quais se dividem em:

- de proteção integral, como parques nacionais, reservas biológicas ou Estações Ecológicas, cujo objetivo prioritário é a preservação e, desta forma, possuem um regime de proteção restrita, que proíbe atividades produtivas e exploração de recursos naturais;
- de uso sustentável, como reservas extrativistas ou reservas de desenvolvimento sustentável, que permitem a exploração e a utilização direta dos recursos naturais de acordo com as condições estabelecidas em um plano de manejo.

Já, as áreas urbanas são classificadas de duas formas:

- como “cidades na floresta”, que, para se articular às demandas externas, tendem a não integrar o ecossistema florestal aos valores da vida urbana, bem como utilizam-no, principalmente, como espaço de exploração econômica, por meio da extração de madeiras e minérios, da criação de animais e vegetais, do turismo, entre outros;
- como “cidades da floresta”, predominantes até a década de 1960, que se associam à circulação fluvial e à dinâmica da natureza: “tais cidades sempre estabeleceram densas articulações com os seus respectivos entornos ou localidades relativamente próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.)” (Trindade Jr., 2013, p. 6).

O objetivo aqui não é tratar a classificação proposta como excludente e dual, mas sim ressaltar a complexidade de apreensão teórica da Amazônia, sobretudo quando se considera a natureza econômica da floresta, o que remete à coexistência de diversas temporalidades e espacialidades, marcadas uma pela outra:

Em função da pluralidade de relações, de temporalidades e de espacialidades que na região se apresentam, o espaço amazônico tende a se dinamizar em função de ser uma sociedade diversamente territorializada e que cada vez mais se caracteriza pela multiplicidade de apropriações, de acréscimos, de subtrações e também de resistências, sejam elas operárias, indígenas, caboclas ou camponesas. (Trindade Jr., 2013, p. 6)

Observar o caráter econômico da Amazônia permite colocar em xeque a pressão das lideranças europeias para que a floresta seja “protegida a todo custo, preservando o máximo da sua biodiversidade, produzindo o menor impacto possível ao meio ambiente” (Sodré, 2019, p. 16). Esta visão, que torna o uso do fogo um vilão para o meio ambiente, embora legítima, não considera que a realidade social da Amazônia, cuja população agrícola, na maioria, é formada por pessoas de baixo poder aquisitivo e baixo grau de escolaridade – o que compromete a absorção de novas tecnologias que possam elevar o potencial agrícola e reduzir o uso de queimadas.

Da mesma forma, é preciso ter em mente que o dia do fogo na Amazônia resulta da política de ocupação de terras, via urbanização, com base na ideia de “vocação regional” e de ocupação do “espaço vazio”, posta em prática pelo governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945) (Bueno, M., 2002) e intensificada pelos governos militares, a partir do golpe de 1964, com o argumento de defesa da soberania nacional, modernização da indústria brasileira e redistribuição territorial de investimento de mão de obra, sob forte controle social (Becker, 1996). Significa dizer que a criação de “cidades na floresta”, em dinâmica com as “cidades da floresta” e com as áreas protegidas, revela o caráter urbano da fronteira, entendida como espaço não plenamente estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas, cuja especificidade consiste na virtualidade histórica (Becker, 2009). Isto para reconhecer que, na Amazônia, coexistem várias fronteiras, entre as quais destacam-se, pelo menos, três:

- em condição global, representa uma fronteira de preservação para a sobrevivência do planeta Terra. Para (Becker, 2009, p. 21), esta percepção agrega interesses ambientalistas legítimos, mas também “interesses econômicos e geopolíticos, expressos respectivamente num processo de mercantilização da natureza e de apropriação do poder de decisão dos Estados sobre o uso do território”. Bentes (2005) afirma que as elites europeias e norte-americanas veem a territorialidade da Amazônia como um privilégio e o querem para si. Conforme manifesto na Conferência das Nações Unidas de 1972, desejam controlar a Amazônia, transformando os problemas ambientais do território em um problema político internacional, ao apostarem na ideia de soberania relativa do Brasil. Lima (2019) afirma que há grande preocupação internacional acerca das fronteiras agrícolas em curso na Amazônia (criação de gado, monocultura da soja, extração de madeira e de minérios), entretanto os países que se destacam na defesa da preservação da floresta amazônica são contraditórios: por exemplo, a Alemanha, cuja política energética baseia-se em carvão, e a Noruega, que é a maior acionista da mineradora Hydro – esta que é envolvida em processos judiciais por contaminação dos rios do município de

Barcarena, no Estado do Pará. De um lado, vê-se que “governos europeus participantes do G7 têm contribuído com o Fundo Amazônia de preservação ambiental, por outro, empresas multinacionais estão muito implicadas com ações predatórias em todo mundo, inclusive, envolvidas em atividades de biopirataria” (Lima, 2019, p. 5);

- em condição nacional, também com interesses ambientalistas e desenvolvimentistas diversos, atribui-se à Amazônia a ideia de fronteira de recursos, ou seja, uma área de expansão do povoamento e da economia nacionais a fim de garantir a soberania do Brasil sobre o território;
- em condição regional, a Amazônia trata-se de uma fronteira de projeção para o futuro. Paes Loureiro (1995) lembra que a identidade e o isolamento⁶ da Amazônia criaram não só uma separação espacial em relação à Europa, à América Latina e aos tradicionais centros econômicos do Brasil, a exemplo dos Estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A distância no espaço passou a ser entendida como distância no tempo, de forma que estar longe dos grandes centros significa estar num tempo passado, primitivo, folclórico até. Superar este quadro de atraso, de pobreza e de abandono, no ponto de vista de Dutra (1999), é mister para desenvolver a Amazônia e colocá-la em patamar de igualdade com as sociedades modernas, no pensamento das elites regionais.

Campelo (2018) observa que a Amazônia tem sofrido profundas transformações do ponto de vista econômico, demográfico e territorial, estimuladas principalmente pelas ações do governo central brasileiro, a exemplo das políticas de desenvolvimento regional e de integração nacional, bem como pela própria dinâmica da fronteira de recursos naturais. O dia do fogo na Amazônia deixa de ser somente um fato para se revelar como acontecimento na medida que se entende a queima como resultado da expansão agropecuária (o rebanho bovino e o cultivo da soja), do crescimento populacional e das dinâmicas econômicas e territoriais que se manifestam nos Estados da Amazônia Legal, porém com maior intensidade no Estado do Pará. Não à toa o dia do fogo iniciou-se a partir de municípios do sudoeste paraense (Novo Progresso, Altamira e São Félix do Xingu).

⁶ A cultura amazônica define-se pelo isolamento, uma vez que o norte e o sul brasileiros constituíram-se de maneira desarticulada. O Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado em 1621, com sede em São Luís, posteriormente transformado em Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, com sede em Belém, compreendia “o mundo amazônico sob a soberania portuguesa” (Paes Loureiro, 1995, p. 18). Tratava-se de uma organização político administrativa autônoma, sem vínculos de subordinação com o Brasil e que se relacionava diretamente com Lisboa. A dificuldade de acesso à Amazônia, imposta pelos rios, só foi rompida a partir de 1961, com a criação da rodovia Belém-Brasília. Por sua vez, a identidade da cultura amazônica dá-se pela predominância de índios e caboclos, bem como pela economia apoiada no extrativismo da floresta (exploração das drogas do sertão, isto é, de certas plantas da floresta que atendiam a finalidades diversas e que eram exportadas para a Europa, como cravo, canela, pimenta, cacau, além da borracha) em vez da criação de gado ou das minas de ouro e prata, que se desenvolviam no restante do Brasil apoiadas na mão de obra escrava. Segundo Paes Loureiro (1995), o trabalho escravo foi residual na Amazônia.

Localizado na região Norte do Brasil, o Estado do Pará consiste na segunda maior unidade federativa brasileira em extensão territorial: de acordo com o IBGE, são 1.245.759,305 quilômetros quadrados, dos quais, pelo menos, 55% são áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação). Ao todo, 144 municípios compõem o Estado do Pará, cuja população estimada em 2020 era de 8.690.7455 pessoas com renda *per capita* mensal de R\$ 883 (pouco mais de 142 euros⁷). O indicador econômico corrobora a tese de que a Amazônia gera riqueza, porém não a fixa:

A Amazônia foi no passado “um lugar com um bom estoque de índios” para servirem de escravos, no dizer dos cronistas da época; uma fonte de lucros no período das “drogas do sertão”, enriquecendo a Metrópole; ou ainda a maior produtora e exportadora de borracha, tornando-se uma das regiões mais rentáveis do mundo, numa certa fase. Na Segunda Guerra Mundial, fez um monumental esforço para produzir borracha para as tropas e equipamentos dos Aliados. Mas é mais recentemente que ela tem sido mais explorada: seja como fonte de ouro, como em Serra Pelada, que serviu para pagar parte da dívida nacional, deixando na região apenas as belas reproduções das fotografias que percorreram o mundo, mostrando a condição subumana do trabalho dos homens no garimpo; seja como geradora de energia elétrica para exportar para outras regiões do Brasil e para os grandes projetos, que a consomem a preços subsidiados, enquanto o morador da região paga pela mesma energia um preço bem mais elevado; seja como última fronteira econômica para a qual milhões de brasileiros têm acorrido nas últimas décadas, com vistas a fugirem da persistente crise econômica do país, buscando na Amazônia um destino melhor (o que, infelizmente, poucos encontram). (Loureiro, 2002, p. 107)

De acordo com Castro, E. (2005), o Estado do Pará faz parte de um conjunto de 174 municípios que compõem o Arco do Desmatamento, isto é, uma área que soma as maiores taxas de queimada da Amazônia em função, em grande parte, da atividade pecuária seguida da atividade de grãos (soja). Destacam-se, pelo menos, duas áreas críticas de desmatamento da Amazônia paraense, na contemporaneidade: São Félix do Xingu (e Terra do meio) e BR-163, entre os municípios de Santarém e Novo Progresso. Nos dois casos, “há intensificação da pecuária e da exploração madeireira, além de uma projeção futura de expansão de grãos”, bem como, “nos últimos anos, houve uma devastação criminosa da floresta. Uma imensidão de áreas desmatadas e fazendas que se colam umas às outras” (Castro, E., 2005, p. 24). Ainda de acordo com a autora, para os grupos que migraram para a Amazônia, com vistas à exploração extrativa, mineral e florestal, ou mesmo à pecuária, a abertura de estradas orientou a configuração de novas áreas, com conseqüente redefinição do espaço urbano dos municípios. Além das alterações ambientais, as queimadas na Amazônia também revelam outros problemas sociais, nomeadamente a violência. Castro, E. (2005, p. 12) afirma que os conflitos e as tensões territoriais, por

⁷ De acordo com cotação feita pelo Banco Central do Brasil em 29 de julho de 2021, o euro estava a ser comercializado por R\$ 6,22 (impostos incluídos).

conta da disputa de terra e de recursos naturais, acabaram por associar à Amazônia a ideia de “um lugar de pistolagem, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas”.

O estudo de Machado (2019) revela que muitos dos atores envolvidos na luta por terra na Amazônia são pobres, negros e populações indígenas – os quais, em geral, representam a periferia da população brasileira. Celentano e Veríssimo (2007) lembram que o avanço da fronteira amazônica tem sido marcado pela posse da terra, pela violência (no campo e nas cidades) e pelo uso predatório dos recursos naturais, além das maiores vítimas desses conflitos serem os povos indígenas, as populações tradicionais e os pequenos agricultores. Destacam-se, igualmente, os casos de trabalho em condição de escravidão: “o Pará lidera o número de conflitos pela terra, assassinatos rurais e casos de trabalho em condição de escravidão, enquanto os Estados de Roraima, Amazonas e Acre têm a menor pressão de violência pela terra” (Celentano & Veríssimo, 2007, p. 12).

Como acontecimento, o dia do fogo na Amazônia não se limita às ocorrências registradas em agosto de 2019. Conforme explicado nas seções anteriores, ao eclodir no presente, o acontecimento recupera um passado e projeta um futuro. Sendo as queimadas parte do processo de manejo da terra, pelos produtores rurais, naturalmente a cobertura vegetal é eliminada de tempos em tempos. Da mesma forma, o crescimento urbano ameaça a floresta na medida que não é acompanhado de políticas públicas. Isto torna-se claro quando se pensa na Amazônia como espaço econômico. No entanto, a natureza intencional e criminosa é o que mesmo preocupa e ameaça o futuro.

Os dados do Inpe apontam que o desmatamento, em 2020, foi ainda maior do que em 2019. De fato, não só os focos de incêndios seguiram ativos, como foram intencionalmente espalhados para outro bioma, o Pantanal. A imagem do Brasil perante as lideranças europeias não melhorou em 2020, pelo contrário. Isto revela que o dia do fogo na Amazônia, como acontecimento, por mais que tenha ocorrido em agosto de 2019, ainda revela consequências muito tempo depois de ter eclodido e, principalmente, quando os meios de comunicação social já se preocupam com outros acontecimentos, mais atuais.

Em síntese

Neste capítulo, as contribuições do pragmatismo clássico foram convocadas a fim de apresentar o acontecimento como um fenômeno que eclode no seio social e demanda reflexão, dado que não se trata de um fato isolado. Pelo contrário, convoca um passado e imagina um futuro possível, pois os elementos para sua compreensão não estão colocados *a priori*.

O discurso materializa o percurso interpretativo do acontecimento – num primeiro momento, pelo processo de descrição; depois, pelo processo de narração. O pragmatismo soma à fenomenologia hermenêutica ao mostrar que a apreensão do acontecimento de maneira discursiva não tem sentido em si própria, isto é, o discurso não se torna relevante somente pelas características e estruturas da língua, mas também porque resulta da experiência dos sujeitos envolvidos na ambiência sociocultural. Os meios de comunicação social, portanto, surgem como espaços privilegiados para a observação dos acontecimentos. Não somente por tornar determinadas preocupações públicas, mas também por mediar o debate entre diferentes sujeitos; por colocar em perspectiva diferentes alteridades. O discurso jornalístico, que revela os acontecimentos importantes para a sociedade, tece uma narrativa a partir das notícias publicadas de maneira periódica.

O dia do fogo na Amazônia, caracterizado como uma série de incêndios florestais intencionais e supostamente criminosos, é exemplo de um acontecimento iniciado quando um grupo de produtores rurais do sudoeste do Estado do Pará, no norte do Brasil, promoveu a queima generalizada da floresta amazônica. Isto não apenas porque os incêndios ultrapassaram as divisas estaduais e a própria fronteira brasileira, tampouco porque foram motivo de atrito entre lideranças mundiais. Como acontecimento, o dia do fogo na Amazônia demandou ser compreendido, principalmente, a partir da natureza socioeconômica, ou seja, como consequência das políticas de urbanização e ocupação territorial desenvolvidas pelo governo central brasileiro desde, pelo menos, 1930, bem como pela expansão da fronteira agropecuária, nomeadamente, no Estado do Pará.

Em concordância com o objetivo geral desta investigação, que é compreender as estratégias de construção das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia, o capítulo seguinte avança na discussão acerca das condições de produção do discurso jornalístico.

3. DISCURSO

Ainda nesta etapa de pré-compreensão da intriga, é necessário considerar os recursos simbólicos da narrativa hermenêutica. Na perspectiva ricoeuriana, se a ação pode ser narrada é porque está simbolicamente mediatizada, ou seja, os significados atribuídos à ação podem ser decifrados pelos envolvidos no jogo social: “se podemos falar da ação como um quase-texto, é na medida em que os símbolos, entendidos como interpretantes, fornecem as regras de significação segundo as quais tal comportamento pode ser interpretado” (Ricoeur, 1983, p. 93). Portanto, a ação narrada não pode ser eticamente neutra.

Nesta investigação, o discurso jornalístico consiste na ação simbolicamente mediatizada, dado que suas especificidades (objetividade, singularidade, autoria e ideologia) são erigidas num contexto específico, que são as redações, onde se intercalam a prática, as rotinas e os valores individuais e institucionais, além das relações de hierarquia e com as fontes de informação. Esses aspectos serão discutidos neste capítulo, que também contemplará a forma pela qual se concebe a objetividade no discurso jornalístico ambiental, reposicionando a perspectiva normativa no debate acerca das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia. Ao fim, serão apresentadas pesquisas (reunidas de forma não sistemática) que se debruçaram sobre questões caras à Amazônia (como incêndios e desmatamento) e ao jornalismo com o intuito de buscar referências para a etapa seguinte, de configuração narrativa (*mimesis II*).

3.1 Evento de linguagem, advento de contexto

De acordo com Meinhof (1996), amiúde, associa-se discurso à linguagem “em uso”, conforme textos que ocorrem num contexto comunicativo genuíno. Para o autor, não há um único conceito que defina discurso, cujo entendimento costuma ser usado alternadamente ao conceito de texto: “onde se faz uma distinção, esta é às vezes de perspectiva metodológica (texto = produto material; discurso = processo comunicativo), ou então para explicar a interligação de textos no diálogo” (Meinhof, 1996, p. 214). Assim, o conceito de discurso, caro a diversas disciplinas das Artes e das Ciências Sociais, vai desde a mais estrita descrição linguística-textual até formações ideológicas que organizam o conhecimento e a experiência dos sujeitos.

Na metáfora de Guimarães, Paula e Hirai (2020), como disciplina da interpretação, o discurso pode ser entendido como um guarda-chuva cujas estruturas abrigam diferentes correntes epistemológicas que partilham a ideia de discurso como prática social. Em geral, costuma-se referir a

obra *Cours de linguistique générale*, de Ferdinand de Saussure (1931), originalmente publicada em 1916, como gênese do debate em torno do discurso. Para o linguista, a linguagem possui um lado individual e um lado social, de forma que não se podia apreender um sem apreender o outro. Entretanto, a língua representa a estrutura interna de um sistema fechado em si mesmo, ou seja, sem interação com o mundo social. Nesta percepção, a língua (como unidade de linguagem) consiste num todo homogêneo em si, distinto da fala.

Ferreira, M. (2003) esclarece que, naquele contexto, a linguística servia como ciência-piloto das Ciências Humanas, uma vez que fornecia os instrumentos essenciais para a análise da língua, enquanto estrutura formal, submetida ao rigor do método e aos preceitos científicos. Lešić (2017) corrobora que Saussure, ao reconhecer a dualidade entre a língua e a fala, abriu um caminho fértil para novas discussões nas Ciências da Linguagem, pois destacou a natureza autônoma do sistema linguístico, isto é, a língua com coerência própria em relação ao ser humano e ao contexto, ao mesmo tempo em que introduziu o ser humano no sistema de forma implícita.

A partir de Volosinov (1973), percebe-se que a palavra representa o meio mais puro e sensível de relacionamento social. Para se observar o fenômeno da linguagem – o enunciado –, falante e ouvinte devem pertencer à mesma comunidade linguística, bem como devem estar envolvidos pela unidade da situação social imediata. Significa dizer que, por meio do contexto, as palavras adquirem significação. O autor explica que a enunciação consiste no produto da interação social, pois é construída entre duas pessoas socialmente organizadas e, na ausência de um destinatário real, um destinatário é pressuposto na pessoa: “cada palavra expressa o ‘um’ em relação ao ‘outro’. (...) Uma palavra é uma ponte lançada entre mim e outra pessoa. Se uma ponta da ponte depende de mim, a outra depende do meu destinatário” (Volosinov, 1973, p. 86).

Mais: a enunciação revela a natureza social das palavras, do mesmo modo que supõe um certo horizonte social definido e estabelecido, que determina a criação ideológica do grupo social e da época à qual as pessoas pertencem. Em Bakhtin (1986), percebe-se que o discurso se molda à forma do enunciado, da mesma forma que cada enunciado, determinado pela alternância entre os falantes, une-se a uma cadeia muito complexa de outros enunciados:

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, nem são autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. Essas reflexões mútuas determinam-lhes o caráter. Cada enunciado está preenchido com ecos e reverberações de outros enunciados aos quais está relacionado no interior da esfera da comunicação por fala. Cada enunciado deve ser considerado principalmente como uma resposta a enunciados anteriores da esfera dada (entendemos a palavra “resposta” aqui no sentido mais amplo). Cada enunciado refuta, afirma, complementa e confia nos outros, pressupõe que sejam conhecidos e, de alguma forma, os leva em

consideração. Afinal, no que diz respeito a uma dada questão, em um determinado assunto, e assim por diante, o enunciado ocupa uma posição definida particular em uma determinada esfera de comunicação. (Bakhtin, 1986, p. 91)

Na definição de Ricoeur (1976), a linguagem não se refere à capacidade geral ou competência comum de falar, mas sim à estrutura particular de determinado sistema linguístico, isto é, ao processo pelo qual a experiência privada se torna pública. O filósofo explica que a linguagem não é um mundo próprio, no entanto, como as pessoas estão no mundo, são afetadas pelas situações e comprometem-se de forma abrangente nessas situações; elas têm algo a dizer, têm experiência para trazer para a linguagem. Neste âmbito, discurso consiste no evento de linguagem, ou seja, trata-se de uma abstração que depende do todo concreto, que é a unidade dialética de evento e significação da frase, e que se realiza temporalmente, no momento presente. O que se busca compreender não é o evento, enquanto transitório, mas a sua significação.

Ricoeur (1976) destaca que o evento não é apenas a experiência vivida (de maneira privada) expressa e comunicada, mas também a própria troca intersubjetiva, isto é, o acontecer do diálogo: “a instância do discurso é a instância do diálogo. O diálogo é um evento que conecta dois eventos, o de falar e o de ouvir” (Ricoeur, 1976, p. 16). O discurso em ação refere-se, simultaneamente, aos falantes/ouvintes e ao mundo. Entretanto, o diálogo tem a função de filtrar o contexto, uma vez que, em função da natureza polissêmica das palavras, o discurso pode assumir uma pluralidade de interpretações. O papel contextual do diálogo reduz, assim, a ambiguidade. Também, o sentido é atravessado pela intenção de referência do falante: “é porque primeiro há algo a dizer, porque temos uma experiência a trazer para a linguagem, que, inversamente, a linguagem não é apenas direcionada para significados ideais, mas também se refere ao que é” (Ricoeur, 1976, p. 21). Por isso, o que se deve compreender não é a situação inicial do discurso, mas sim o que aponta para um mundo possível, graças à referência não ostensiva do texto.

De acordo com Rodrigues, A. D. (2000), é na enunciação que se elabora o processo de mediação discursiva da experiência. Não se trata de transmissão de uma mensagem, mas de um processo pelo qual a experiência humana do mundo acede ao domínio da representação, do simbólico: “é o simbólico que constitui a maneira propriamente humana da experiência do mundo e é na linguagem que se processa a sua constituição” (Rodrigues, A. D., 2000, p. 3). Para o autor, o sentido consiste na dimensão propriamente comunicacional da troca simbólica:

A enunciação é, por conseguinte, a constituição de um espaço simbólico, de natureza tensional, delimitado pelo horizonte constituído pela relação do sujeito ao olhar do outro e pela teia de relações ou pela rede de percursos que essa relação torna possíveis. Se a enunciação é a maneira de colocação do sentido em discurso é porque

há sentido naquilo que os interlocutores se dizem, sentido que procede deste espaço formado pela tensão de olhares recíprocos e pelo conjunto das evidências mutuamente manifestas. É por isso que a enunciação não é uma troca de mensagens, mas de sentidos. (Rodrigues, A. D., 2000, p. 4)

Charaudeau (2006) explica que a linguagem não se trata apenas dos sistemas de signos internos a uma língua; trata-se, também, dos sistemas de valores que conduzem o uso desses signos em determinados contextos de comunicação. A linguagem, enquanto ato de discurso, direciona a forma como se organiza a circulação da fala, na sociedade, ao produzir sentido. O discurso não se equivale a língua, pois está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Na explicação do autor, o discurso advém da associação “das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas de troca) com a maneira pela qual se fala” (Charaudeau, 2006, p. 40). O sentido, portanto, nasce pela combinação das condições extradiscursivas com as realizações intradiscursivas.

Brandão (2002) reforça que o discurso advém da articulação entre os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos. Enquanto discurso, a linguagem não apenas constitui um universo de signos a fim de comunicar ou suportar o pensamento, mas também se manifesta em interação, em um modo de produção social; não é neutra, não é inocente, uma vez que está engajada numa intencionalidade, tampouco natural – por conseguinte, o lugar privilegiado de manifestação da ideologia:

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é o lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado das condições de produção. (Brandão, 2002, p. 12)

De acordo com os estudos críticos, discurso consiste num evento comunicativo complexo e específico, que envolve atores sociais num contexto específico (tempo, lugar, circunstâncias) (Van Dijk, 1998). Desse modo, discurso não consiste, apenas, num evento cognitivo, mas também num evento social. Van Dijk e Kihitsch (1983) afirmam que os discursos são produzidos e recebidos, por falantes e ouvintes, em situações específicas dentro de um contexto sociocultural mais amplo. Assim, os interlocutores constroem uma representação não apenas do texto, mas também do contexto social, isto é, do resultado de alguma ação social. Ademais, essas duas representações (cognitiva e sociocultural) interagem, uma vez que as intenções estão envolvidas no discurso: “o processamento do discurso [...] é um processo estratégico no qual uma representação mental é construída do discurso na memória, usando tipos internos e externos de informação, com o objetivo de interpretar (compreender) o discurso” (Van Dijk & Kihitsch, 1983, p. 6).

Convém lembrar Martins, M. (2017), para quem um discurso tem mais ou menos força, mais ou menos poder quando organizado e autorizado socialmente, de acordo com linhas de força de um campo de posições sociais assimétricas. Para este autor, os fenômenos discursivos são fatos sociais, ou seja, caracterizam-se pelo conjunto de propriedades sociais referidas (propriedades legítimas) que, fazendo sistema, produzem acessibilidade social da linguagem. Da mesma forma, a linguagem torna-se palavra de ordem, signo de autoridade, pois cumpre uma função institucional: “os agentes que interagem não o fazem à vontade; fazem-nos como podem, no interior de um campo de posições sociais assimétricas” (Martins, M., 2017, p. 97).

3.2 Características do discurso jornalístico

Para Rodrigues, A. D. (2002), discurso consiste no principal produto dos meios de comunicação social. As principais características do discurso mediático são a apresentação como um discurso acabado, bem como o funcionamento aparente sem intermitências, tampouco vazios. Significa dizer que o discurso mediático flui, constante e ininterruptamente, de forma a encadear enunciados que se apresentam de forma acabada e a esconder os processos de gestação. Observa-se este efeito de completude por meio de uma camuflagem do processo de enunciação: o uso predominante da terceira pessoa, isto é, da forma verbal da não-pessoa. Nas palavras de Rodrigues, A. D. (2002, p. 217), trata-se de uma “estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar e da fala do enunciador”.

O despreendimento das circunstâncias de enunciação consiste mesmo numa das principais características do discurso jornalístico, tornando-o uma palavra de mediação entre interlocutores e com o seu tempo: “no jornalismo, os interlocutores, aqueles que dizem, aqueles que recebem, reorientam seus papéis e se inscrevem numa rede complexa de relações em torno de um ‘terceiro’ (o real, o Outro)” (França, 1998, p. 29). Na explicação da autora, o jornalismo possibilita a observação da sociedade por ela mesma e, enquanto prática discursiva, adquire três características próprias, a saber:

- objetividade, entendida não como a leitura objetiva do real, mas sim a partir das relações com o mundo concreto; do reino da experiência; do vivido social. Para França (1998), a objetividade consiste num movimento permanente do jornalismo em direção a um real objetivo, externo, cuja existência independe da volição dos sujeitos;
- singularidade, na medida em que o discurso jornalístico ativa o sentido, contraria a regularidade e surge como novo e único, selando o contrato de palavra. Também, a singularidade dos

acontecimentos narrados remete à particularidade, que, segundo Carvalho, C. A. (2012, p. 170), pode vir na própria notícia ou pode ser sugerida, “tornando a narrativa jornalística capaz de contextualizar aquele acontecimento em uma classe de eventos mais amplos à qual se vincularia”;

- atualidade, pois a informação dura somente o tempo do consumo: “o presente marca a vida e a morte do jornal a cada dia; a atualidade se opõe à tradição e à permanência, e se inscreve no domínio da sensação” (França, 1998, p. 33).

Já, em McNair (1998), pelo menos três características distinguem o discurso jornalístico de outras formas de discursos culturais:

- também reconhecido pelo termo objetividade, o discurso jornalístico apresenta-se como verdadeiro e preciso, isto é, reivindica-se como, no mínimo, uma aproximação da verdade – certamente próxima o suficiente para ser digno da confiança em sua integridade;
- o discurso jornalístico deve conter novidade – se não nos fatos apresentados, pelo menos na interpretação deles, isto é, na atribuição de contexto e de significado a fim de se tornem narrativas. Em suma, o jornalismo deve dizer coisas sobre as quais ainda não se sabe;
- como uma narrativa autoral e, ao mesmo tempo, ideológica, o discurso jornalístico comunica não apenas fatos, mas uma forma de entender esses fatos de forma que façam sentido. A natureza das narrativas necessita da contextualização sobre um conjunto de suposições, atitudes, crenças e valores, que resultam de e expressam uma visão de mundo particular. Neste sentido, o discurso jornalístico pode ser visto como índice do equilíbrio de forças sociais em uma sociedade, ou seja,

uma arena para a luta entre formas concorrentes de fazer sentido; uma expressão e o reflexo do “equilíbrio de forças” ideológico numa determinada sociedade, um equilíbrio que muda com o tempo, em função, pelo menos em parte, da exposição que o jornalismo pode dar a ideias alternativas, até mesmo opostas às ideias atualmente dominantes. (McNair, 1998, p. 7)

No entendimento deste autor, o jornalismo é, ou aspira ser, uma verdade revelada; uma realidade mediada; um relato do mundo real existente, os quais são disseminados para uma parte do público e os quais resultam da apropriação e do processamento das informações, pelo jornalista, de acordo com as exigências particulares do meio jornalístico.

Apesar de diferentes, as perspectivas de McNair (1998) e de França (1998) revelam que o discurso jornalístico, por sua especificidade, assegura a identificação do acontecimento – ainda que o

acontecimento, pela sua própria natureza, não ocorra apenas por conta dos meios de comunicação de social; mas sim porque demanda compreensão ao desorganizar o presente, reconvocar o passado e reposicionar o futuro. Antunes (2007, p. 6) afirma que “o discurso da informação se constitui como uma maneira de expressar, mas também fazer circular o acontecimento. Coloca-o em movimento e, ao fazê-lo, alimenta a reinterpretação do próprio acontecimento”.

Outrossim, o discurso jornalístico distingue-se por ser produzido dentro de um quadro institucional ou mediático. Charron e Bonville (2016) explicam que, enquanto prática de comunicação pública, o discurso jornalístico implica ostensivamente muitos interlocutores acerca de uma parte da realidade que interessa a todos. Prática esta mais ou menos institucionalizada, porque as convenções que a regem têm relativa coerência no tempo e no espaço; mas sempre organizacional, pois situa-se dentro ou em torno de uma organização permanente, que regula as relações entre os agentes da comunicação, cujas regras das práticas são atualizadas.

Assim, faz-se necessário perceber o discurso jornalístico como uma forma de produção cultural expressa a partir de códigos e convenções que atuam como disciplinas e restrições formais. Conforme lembra McNair (1998), deve-se reconhecer que, por vezes, o jornalista é uma roda dentada sobre cuja velocidade e direção pode ter pouco ou nenhum controle. Igualmente, deve-se perceber que o discurso jornalístico não depende exclusivamente do trabalho do jornalista. Ao contrário, resulta das diversas interações dentro e fora das redações.

3.3 Redação: o lugar (não só) dos jornalistas

A prática do jornalismo, na contemporaneidade, vincula-se a uma estrutura organizacional específica. Segundo Deuze e Witschge (2018), a redação consiste na forma dominante de emprego e de organização do trabalho jornalístico. Ao longo do século XX, a redação serviu para estabilizar a indústria, isto é, tornou-se o lugar, por excelência, para ser jornalista; para ser reconhecido como tal. Entretanto, a produção de notícias deve ser compreendida como uma rede que transcende as fronteiras organizacionais, uma vez que o jornalismo não se trata de algo sólido e estável, mas sim de um processo e de um produto em constante mudança aplicada de forma diferente, dependendo do contexto.

Atualmente, os jornalistas profissionais vão além do jornalismo, uma vez que trabalham em ambientes que exigem um comprometimento muito maior do que qualquer outra profissão – sem a maioria dos valores mobiliários, confortos e benefícios. Ainda de acordo com Deuze & Witschge (2018), espera-se que os jornalistas se requalifiquem, se reorganizem e melhorem suas práticas e rotinas de trabalho, geralmente sem qualquer opinião direta sobre a maneira como as organizações com as quais

se envolvem operam. Ao fazê-lo, eles se movem de forma vulnerável dentro e fora das redações e das organizações de notícias, grandes e pequenas, tentando fazer a diferença e fazer face às despesas num mercado extremamente competitivo. Para compreender o jornalismo, no mundo contemporâneo, é preciso apreciar o impulso pessoal dos jornalistas além das proteções e privilégios institucionais da profissão, ou seja, deve-se estar atento ao envolvimento afetivo e, às vezes, apaixonado com o trabalho, num contexto profundamente precário.

Deve-se aqui observar que a pandemia de covid-19⁸ realçou alguns desafios e dilemas enfrentados no dia a dia das redações. Os diferentes processos de confinamento adotados pelos países (com mais ou menos rigidez) conduziram à adoção do teletrabalho pelos jornalistas, ou seja, o domicílio dos profissionais passou a ser, também, o seu ambiente de trabalho. Entre as consequências do distanciamento social, Miranda, J., Fidalgo e Martins, P. (2021) apontam para a diminuição das possibilidades de participação coletiva e de interação no espaço de debate que é uma redação, bem como a maior fragilização dos jornalistas, dado que muitos sofreram redução salarial ou foram despedidos. O estudo desenvolvido pelos autores com jornalistas portugueses revelou que, não obstante a inovação tecnológica e a emergência de novas dinâmicas de produção informativa, a redação continua a ser o ambiente de trabalho regular dos jornalistas.

Neveu (2005) aponta três figuras centrais na estrutura hierárquica de uma redação. Ainda que os títulos dos cargos possam mudar conforme a publicação ou o boletim informativo: a redatora ou o redator-chefe; a secretária ou o secretário de redação; as editoras e os editores de seção são quem revelam o funcionamento de uma redação. O autor explica que a redatora ou o redator-chefe exerce um cargo político, pois lida diretamente com os acionistas, com a administração ou com a sociedade redatorial, bem como define a linha editorial da publicação. Questões como a escolha do tipo de informação e do tratamento que a publicação privilegia, bem como a seleção dos acontecimentos a valorizar e o ângulo de cobertura dos mesmos são de responsabilidade da redatora ou do redator-chefe. Já, à secretária ou ao secretário de redação compete a gestão das limitações impostas pelas orientações redatoriais e pelas escolhas que decorrem do fluxo dos acontecimentos na atualidade. Significa dizer que lhes cabem traduzir nos trabalhos as escolhas feitas na reunião dos redatores:

⁸ Desde 2020, a população mundial tem sofrido infecções pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). A covid-19 (*coronavirus disease*) foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, na China, em 1 de dezembro de 2019, entretanto alguns estudos apontam que o primeiro caso de covid-19, na verdade, ocorreu entre outubro e novembro daquele ano (Serafim, 2021). A situação epidemiológica só foi reportada pelo governo chinês à Organização Mundial da Saúde em 31 de dezembro de 2019. Da Ásia, a doença espalhou-se primeiro para a Europa e para a América do Norte antes de atingir os demais continentes. Até meados de julho de 2021, haviam sido contabilizados mais de 184 milhões de casos da doença em todo o mundo, além de quatro milhões de vítimas fatais, segundo o *Johns Hopkins Coronavirus Resource Center*. Os países mais atingidos pela covid-19, em números absolutos, foram EUA, Índia, Brasil, França e Rússia.

O seu trabalho [da secretária ou do secretário redação], ingrato e essencial, consiste em gerir a distribuição do espaço redatorial, acompanhar a entrega dos trabalhos dentro dos prazos, controlar a sua formatação e qualidade, fazer face aos imprevistos decidindo o adiantamento da publicação de um artigo devido ao excesso de assuntos de atualidade mais prementes ou, pelo contrário, o preenchimento de um espaço em branco com a publicação de um texto menos bom. (Neveu, 2005, p. 56)

Por fim, as editoras e os editores de seção são responsáveis pela temática especializada. Logo, dirigem um grupo de jornalistas e defendem, quando das reuniões de redação, as propostas de suas equipes: o número de artigos, as necessidades de espaço, notícias que podem justificar uma manchete, entre outros. Ainda sobre a esfera organizacional, Neveu (2005) propõe uma diferenciação entre os jornalistas de secretária (*processors*) e os jornalistas de rua (*gatherers*). Estes têm como função primeira a recolha de informação, a deslocação ao terreno, à rua, de onde recolhem a matéria-prima da informação, enquanto aqueles fazem o tratamento de material informativo produzido por outros. Segundo o autor, os jornalistas de secretária visam à revisão e à harmonização dos conteúdos redatoriais, bem como à produção de um metadiscorso de comentário ou editorial. Por estarem livres de tarefas modestas e limitadas, concentram-se no contato com interlocutores de prestígio. Há, ainda, as rubricas, que estão a cargo de jornalistas especializados e, por isso, dispõem de espaço fixo no periódico: “as rubricas funcionam como filtro em função das definições implícitas e explícitas que os jornalistas fazem de seus objetos” (Neveu, 2005, p. 62).

Figaro (2014) aponta a metáfora dos jornalistas em pé e dos jornalistas sentados – chamados por Neveu (2005) de jornalistas de rua e jornalistas de secretária, respectivamente – como um dilema do exercício profissional presente nas redações desde o final dos anos 1990. Segundo a autora, a comparação não só permanece válida, como tornou-se ainda mais radical, uma vez que sair das redações para produzir uma reportagem, atualmente, é considerado um privilégio e somente é autorizado quando o assunto garante retorno comercial certo. Isto é assegurado pela confiança nas fontes, previamente fornecidas pelas assessorias de comunicação, pelos dossiês de denúncia que demandam apuração ou pela cobertura da atividade de personalidades com grande influência mediática, econômica ou política.

Importa aqui destacar que não apenas jornalistas fazem parte de uma redação. Neveu (2005) cita o departamento de publicidade e o departamento jurídico, por exemplo, como instâncias que influenciam no espaço de determinada informação. Já, Pereira (2009) afirma que a informação produzida no interior de uma redação depende de uma variedade de atores sociais, que não apenas os jornalistas: *office boys*, secretárias, técnicos de informática, seguranças, gerentes e diretores de empresa de comunicação. Da mesma forma, há a colaboração externa, como as fontes, o público, os articulistas, os cronistas, os

assessores de comunicação, os anunciantes, os publicitários, os donos das bancas de revista, os gráficos, os produtores de papel e tinta, entre tantos outros.

O estudo de Canavilhas et al. (2016), desenvolvido em três redações do Brasil e três redações de Portugal, revela que, na contemporaneidade, os jornalistas precisam estabelecer negociações com novos atores, como os *designers* e os programadores informáticos, denominados “tecnatores”. Estes distinguem-se dos jornalistas por conta da atuação condicionada pelo domínio tecnológico, ou seja, obedecem a lógicas distintas: “jornalistas, *designers* e programadores pensam diferente e agem de acordo com outras referências, mas, quando trabalham juntos em uma mesma redação, passam a integrar um propósito comum: produzir informação” (Canavilhas et al., 2016, p. 3). Os autores explicam que a produção das notícias, antes domínio exclusivo dos jornalistas, atualmente é influenciada por outros profissionais. Isto obriga a se repensar não apenas a noção de notícia, mas também de rotinas profissionais e dos produtos.

Neste trabalho, olhar para a redação representa mesmo um ponto fundamental para a compreensão das narrativas jornalísticas, uma vez que os textos produzidos neste ambiente resultam da dinâmica entre os diversos profissionais. Dinâmicas estas que envolvem, além dos valores individuais, questões hierárquicas, institucionais e mercadológicas. Os recursos físicos disponíveis nas redações também moldam a produção discursiva, dado que os jornalistas precisam de uma infraestrutura adequada para desenvolver suas atividades. A relação entre a materialidade e o fazer jornalístico será mais bem explorada a seguir.

3.4 Práticas, rotinas e valores jornalísticos

Em McNair (1998), o discurso jornalístico, como construção social, resulta sobretudo do processo de produção centrado na redação, cujo ambiente de trabalho forma as rotinas e as limitações para a atividade de cada jornalista. Este faz o que precisa ser feito, dentro dos limites estabelecidos pelos prazos e pelas pressões competitivas. Percebe-se, assim, que um regime de práticas se forma a partir de procedimentos regulares, repetidos cotidianamente, de forma a estruturar e organizar rotinas, bem como determinar o fazer. Para Zamim e Schwaab (2017, p. 164), “é no exercício em organizações jornalísticas, com suas políticas editoriais e controles e em meio a valores profissionais e a regras que disciplinam a recolha e o relato dos acontecimentos que os jornalistas forjam-se enquanto tal”.

Raetzsch (2015) afirma que o jornal não apenas divulga informações, comentários e notícias, mas também publicidade. Para este autor, a conexão entre as notícias, como um recurso diário para o público, e a publicidade, como um canal diário de comunicação para negócios, está plenamente estabelecida.

Por conseguinte, a partir do sociólogo Pierre Bourdieu, Raetzsch (2015) entende as práticas como modos estruturados e estruturantes de percepção e de ação, aprendidos por meio da repetição. As práticas são responsáveis pela estabilidade das estruturas sociais, bem como pela sua existência ao longo do tempo. Todavia, além da noção comum de prática como algo que é feito meramente, o autor destaca que uma dimensão central da prática é sua reflexividade, isto é, uma oscilação contraditória entre mudança e estabilidade.

Ahva (2017) define as práticas como encenações socialmente reconhecidas, rotinizadas e incorporadas, nas quais os corpos são movidos, os objetos são manipulados, as coisas são descritas e o mundo é compreendido. A autora esclarece as três questões principais:

- por serem socialmente reconhecidas e identificáveis para mais do que indivíduos separados, as práticas são alvo de avaliação, ou seja, podem ser realizadas de forma boa ou má. Esta característica diferencia a prática do hábito;
- por serem rotinizadas, as práticas relacionam-se à regularidade. Ao se tornarem repetíveis, tornam-se coletivas e compartilhadas;
- por serem personificadas, as práticas são encenadas pelos seres humanos, ainda que também se relacionem intimamente com elementos não-humanos.

Além de ser uma manifestação reconhecida, regular e personificada, Ahva (2017) defende a prática como uma encenação que combina atividade (movimentação, manuseio), materialidade (coisas, objetos) e reflexividade discursiva (descrição, compreensão), conforme mostra a [figura 3](#). Atividade refere-se à maneira pela qual as pessoas se comportam, fazem coisas ou se movimentam. Em geral, as ações relacionam-se entre si. Para que uma atividade (ou feixe de atividades) se torne uma prática, é necessário estar conectada à reflexividade e à materialidade. A materialidade refere-se aos objetos, ferramentas, tecnologias ou lugares que fazem parte da prática, bem como a materialidade do corpo humano – o principal lugar de ação e de discurso. A reflexividade trata-se da discursividade autorreferencial: dizer, descrever, nomear e avaliar encenações. Significa dizer que, na realização de práticas, as pessoas também dão significados simbólicos para seus atos e os objetos que usam – elas interpretam e avaliam. Uma vez que nunca é fixa, a reflexividade interpretativa consiste num importante *locus* de mudança nas práticas e, portanto, nas estruturas: “em resumo, a prática pode ser entendida como um nexo de ações, objetos e discursos” (Ahva, 2017, p. 1526). Na avaliação da autora, todos os vértices (atividade, materialidade e reflexividade) são igualmente importantes para se compreender a ideia de prática:

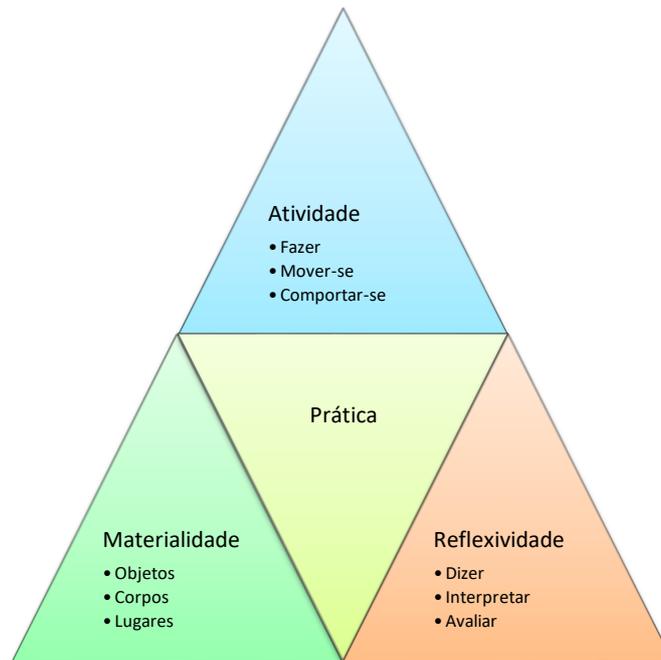


Figura 3: Os elementos da prática

Fonte: Ahva (2017)

O jornalismo, caracterizado por encenações de rotina, revela-se por meio de práticas centrais regulares de seleção, produção e distribuição de informações para um público não conhecido anteriormente pelos jornalistas. Ahva (2017), no entanto, observa que as práticas jornalísticas têm ocorrido em lugares os mais diversos, não apenas nas redações, bem como são implementadas por atores que não exclusivamente os jornalistas. Isto se deve, em grande parte, à digitalização das tecnologias de comunicação e ao surgimento de novas culturas de usuários. Figaro (2014) observa que o leitor também se tornou parte da produção de notícias, uma vez que, ajudado pelos algoritmos, recebe pacotes de notícias pré-formatadas, conforme seu perfil de consumo, e modifica-as de acordo com suas crenças, valores e interpretações próprias:

Os relatos curtos e informativos das notícias factuais são/serão produzidos pela escrita coletiva que vai pelas redes sociais, assinados pela grife de uma empresa jornalística. Ao mesmo tempo em que se amplia a possibilidade de todos produzirem as notícias que querem fazer circular nas redes, mais se buscam os *sites* oficiais das grandes empresas mediáticas para se certificar de que a notícia é aquela mesma e merece credibilidade. (Figaro, 2014, p. 34)

Embora não se perca de vista a ambiência sociocultural contemporânea, no âmbito desta investigação, recorda-se que um dos trabalhos mais conhecidos acerca das modalidades concretas de trabalho, dos métodos de seleção e de produção da informação dentro da redação consiste na abordagem sociológica sugerida por Rieffel (2003), a partir de três instâncias:

- esfera subjetiva, que revela as motivações e a percepção de missão dos jornalistas;
- esfera organizacional, que identifica as rotinas profissionais que presidem a construção da informação;
- esfera exterior, que analisa a relação dos jornalistas com suas fontes e com o público, em geral.

Neveu (2005, p. 55), para quem as interações no seio da redação e as relações com as fontes de informação fazem do jornalismo uma profissão de rotinas, lembra que “a competência de todo jornalista se constrói no seio das limitações impostas por uma estrutura de interdependências com a hierarquia, os colegas, as fontes”. Para este autor, o jornalismo reflete problemáticas weberianas da racionalização burocrática, uma vez que, para transformar os contributos de serviços e de profissionais os mais diversos num todo coerente e organizado, a produção diária ou semanal de uma publicação ou boletim informativo demanda uma coordenação de nível superior, na medida em que a atividade jornalística se define, da mesma forma, por uma relação com o tempo, que impede decisões demoradas. A estrutura deste forte enquadramento traduz-se numa hierarquia organizacional, bem como na rigidez de sequências temporais.

Por conseguinte, os acontecimentos são o alvo de atenção constante dos jornalistas, bem como seus aprisionadores. Neveu (2005, p. 63) lembra que a urgência da profissão “constitui uma relação permanente com o tempo, quer se trate de fazer funcionar de forma rápida e racionalizada uma organização de tratamento de notícias, de antecipar quase as falhas técnicas e humanas ou de se adaptar à irrupção do imprevisível”. O estresse, decorrente desta urgência, tanto atrai uns, quanto desgasta outros. Ainda que a atualidade mais “quente” conduza a cobertura, a exemplo de escândalos ou acidentes, o que ocorre de maneira mais frequente no trabalho jornalístico é a cobertura de acontecimentos rotineiros previsíveis. As fontes de informação, neste sentido, ajudam a antecipar os acontecimentos e a estabelecer a rotina jornalística:

O termo [rotina jornalística] não visa ocultar o ritmo, o *stress* ou o imprevisto, mas comporta dois contrapontos principais. Um é o de mostrar a importância de um assunto preparado previamente em relação à sucessão dos acontecimentos e o outro é o de sublinhar que a competência do jornalista – sem nunca “esquecer o acaso” – se mede também pela capacidade de antecipação do imprevisto. (Neveu, 2005, p. 65)

Ainda de acordo com este autor, ao dominar o imprevisto com a ajuda de rotinas, o jornalista demonstra, da mesma forma, capacidade intuitiva e eficaz em matéria de triagem do fluxo de informação, ou seja, em detectar o valor da informação (*news-worthiness*) e transformá-la em notícia. Portanto, adotar

rotinas, automatismos de classificação, um sentido prático ligado à experiência, de forma a hierarquizar rapidamente o caos da informação, consiste no ofício do jornalista.

Em concordância, Berkowitz (2009) afirma que o trabalho do jornalista trata-se de uma tarefa cotidiana de agendamento: as fontes de informação são o que deve ser agendado. Alguns casos, por conta do prazo limitado ou da disponibilidade da fonte, são mais complicados do que outros, no entanto os repórteres, por defeito, precisam encontrar fontes de informação que possam ser prontamente programadas e que sejam capazes de fornecer as informações procuradas de forma concisa e gerenciável. Após esta etapa, “os repórteres podem então mudar para um novo modo de trabalho, interpretando as informações que receberam, privilegiando as informações de algumas fontes em detrimento de outras e elaborando uma notícia que corresponda às regras do paradigma” (Berkowitz, 2009, p. 104).

Contribuições recentes apontam mudanças drásticas nas condições comerciais e tecnológicas da produção de notícias. Bunce (2019) questiona a influência contínua da socialização, das rotinas e do profissionalismo da redação, considerando que as restrições econômicas do jornalismo (evidenciadas, principalmente, a partir do século XXI) levaram ao fechamento ou redução considerável de algumas redações, a cortes no orçamento e à casualização do trabalho jornalístico. Isto significa que, em vez de trabalhar em período integral numa redação tradicional, os jornalistas têm se acostumado, cada vez mais, a “trabalhar como *freelancers* para vários canais, trabalhar remotamente e ter ‘meia-vida’ nos *media*, além de empregos em outros setores. Eles podem se envolver em múltiplas (e conflitantes) normas da redação num único dia; e conciliar vários objetivos para sua carreira” (Bunce, 2019, p. 6). Segundo esta autora, o profissionalismo parcial revela-se particularmente comum no sistema internacional de notícias, que se apoia fortemente em correspondentes locais, os quais, em geral, não são treinados como jornalistas profissionais. Assim, profissionalismos cada vez mais fragmentados ou híbridos levantam questões sobre a influência contínua das normas da indústria em geral.

Já, o estudo de Agarwal & Barthel (2015), a partir do contexto estadunidense, mostra que diferentes práticas profissionais e percepções acerca do papel do jornalismo, nas redações on-line, produzem um conjunto diferente de normas profissionais daquelas forjadas pelas redações tradicionais. Estes autores indicam que a falta de uma estrutura organizacional formal nas organizações de notícias contemporâneas, onde são raras as reuniões com todos os funcionários, pois se dá preferência às reuniões virtuais, bem como a grande dependência de *freelancers*, torna o processo de internalização das rotinas e normas jornalísticas muito menos padronizado, bem como se torna menos rígida a orientação editorial. Todavia, mais do que defender os padrões e práticas tradicionais de maneira

estranque, o jornalismo, em geral, pode se beneficiar pelo aprendizado de novas habilidades proporcionadas pelos ambientes digitais, a exemplo do maior acesso a novas fontes e das multihabilidades.

Consoante citado anteriormente, no contexto particular introduzido pela pandemia de covid-19, o estudo de Miranda, J. et al. (2021) revelou que a generalização forçada do teletrabalho entre os jornalistas portugueses acentuou a dependência de instrumentos de comunicação à distância, caracterizando, ainda mais, um trabalho jornalístico “sentado” ou “em segunda mão”, dada a prioridade às informações que circulam na internet (*sites* ou *media* sociais) em desfavor do contato personalizado com as fontes de informação. Contudo, os autores destacam que a substituição de modos mais presenciais de interação com as fontes de informação por formas remotas de contato não se trata de um fenômeno inédito ou efêmero, mas sim corresponde a uma tendência de reorganização do trabalho que reflete, de maneira implícita, a reorganização tecnológica e econômica da indústria dos *media*.

3.4.1 As fontes de informação

Conforme mencionado na seção anterior, a relação dos jornalistas com suas fontes e com o público em geral consiste num importante aspecto que molda o discurso jornalístico. Sundar e Nass (2001) lembram que o conceito de fonte serviu como alicerce para vários modelos, teorias e variáveis nas Ciências da Comunicação, no entanto, de alguma forma, as fontes ainda precisam ser mais bem investigadas, sobretudo quando se considera a produção de notícias on-line, em que se revela tênue a linha entre o que ou quem é a fonte de informação. Para os autores, do ponto de vista psicológico, a fonte consiste naquilo que o receptor imagina que ela seja (neste sentido, o computador ou a internet podem ser considerados fonte). Porém, do ponto de vista ontológico, fonte é aquilo que ela faz.

Não se pretende, aqui, adotar uma definição própria de fontes. Para os objetivos desta investigação, importa visitar diferentes perspectivas sobre o tema. Em concordância com Tiffen et al. (2014), entende-se que o discurso jornalístico resulta das ações e das palavras de outros. Por isso, compreende-se sua construção discursiva não apenas segundo o valor das informações, mas também consoante quais informações chegam ao conhecimento dos jornalistas e por meio de quais canais de produção. Os autores apoiam-se na máxima de Sigal (1986): as fontes de informação guardam estreita relação com o que são as notícias, e as notícias não são o que acontece, mas o que alguém diz que aconteceu ou irá acontecer.

Lopes, F. (2016) afirma que as fontes de informação jornalística consistem no aspecto fundamental para a compreensão dos discursos jornalísticos e, por extensão, do espaço público

construído pelos *media*. Para Pinto (2000), fontes consistem em vestígios na forma de falas, de documentos e/ou de dados produzidos por pessoas, grupos ou instituições sociais. Da mesma forma, as fontes remetem a posições e a relações sociais, a interesses e a pontos de vista, bem como a quadros espaço-temporais: “as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas são entidades interessadas, quer dizer, estão implicadas e desenvolvem a sua atividade a partir de estratégias e com táticas bem determinadas” (Pinto, 2000, p. 278).

Em Neveu (2005), reconhece-se a profissionalização das fontes de informação, isto é, a capacidade que têm de desenvolver uma racionalidade estratégica na antecipação das rotinas e das práticas jornalísticas com objetivos os mais diversos: controle, sedução ou mesmo aproveitamento das debilidades de uma publicação. Segundo o autor, para controlar a influência dessas fontes que fornecem, de pronto, materiais para divulgar, são necessários meios materiais, financeiros e humanos com vistas à recolha de informações originais:

Individualmente, cada jornalista desempenha uma variedade de papéis e participa num quádruplo registro de funções. Ele é, em proporções variáveis, um compilador de informações e um produtor de textos. É, depois, um assalariado de uma empresa de comunicação social e da sua hierarquia que o obriga a ter em conta a sua posição, os recursos que pode (ou não) utilizar estrategicamente na empresa, quer seja por uma questão de carreira ou para preservar a sua autonomia face às restrições da organização (pelo capital de contatos personalizados que o tornam ‘indispensável’ ou de participações exteriores sob forma de colaborações). Ao deixar a empresa, todo jornalista se torna, na relação com os seus pares, um associado-rival. (Neveu, 2005, p. 76)

Pinto (2000) concorda com o argumento de que, ao longo do tempo, foram-se constituindo instituições diversificadas com o objetivo de se posicionar estrategicamente no raio de ação dos media para lhes oferecer informações privilegiadas. São exemplo as diversas formas de comunicação institucional, de assessorias de comunicação, de gabinetes de imprensa, de conselheiros de imagem, de porta-vozes e agregados. Trata-se de uma associação delicada, esta entre jornalistas e as fontes profissionais de informação, uma vez que os objetivos de ambas obedecem a lógicas díspares. As fontes de informação “elaboraram a sua proposta na adequada gestão da exposição e do encobrimento, da divulgação e do segredo, do palco e dos bastidores” (Pinto, 2000, p. 284). Segundo este autor, o discurso jornalístico advém da habilidade do jornalista em construir um “patrimônio” de fontes confiáveis – que é do próprio jornalista, e não do periódico para o qual trabalha –, porém distanciando-se criticamente delas. Questões relativas ao tempo dado pelas chefias para a apresentação dos trabalhos, bem como constrangimentos e interesses dos grupos a que os órgãos de comunicação social pertencem são fatores

que podem limitar ou potencializar o posicionamento crítico dos jornalistas em relação às suas fontes de informação.

O estudo de Berkowitz e Beach (1993) revelou que a interação entre jornalistas e fontes de informação consiste numa força importante que molda as notícias, dado que por meio das fontes é que os jornalistas conseguem apreender os acontecimentos. Para os autores, as fontes são capazes de formatar as notícias muito mais do que os próprios jornalistas, pois boa parte do conteúdo noticioso resulta dos esforços de comunicação das próprias fontes para que sejam ouvidas. São exemplos desta situação as fontes governamentais, bem como as fontes afiliadas a empresas e grupos de interesse. Mais: uma estratégia comum dos jornalistas consiste em contar com notícias diretamente das fontes acerca de eventos planejados.

Do ponto de vista das fontes de informação, Berkowitz e Beach (1993) consideram que elas também enfrentam pressões de suas organizações, partidos políticos e constituintes para expressar seus valores, crenças e informações por meio dos *media*. Dependendo da situação, pode ser conveniente que as fontes de informação evitem a cobertura mediática. Em outros casos, porém, devem se antecipar para criar condições favoráveis para os jornalistas de forma a ganhar espaço no noticiário.

Notícias relacionadas a conflitos podem trazer à tona uma mistura de fontes. Em geral, temas não conflituosos são unidimensionais, por isso os jornalistas conseguem produzir a notícia por meio das fontes oficiais: “especialmente no nível da comunidade, os jornais tendem a apoiar o *status quo*, em vez de introduzir intencionalmente controvérsia” (Berkowitz & Beach, 1993, p. 6). Quando se trata de uma situação conflituosa, uma gama mais diversificada de fontes tende a ser ouvida – muito por conta da norma da objetividade, que tenta mostrar todos os lados de determinada questão.

Na visão dos autores, os jornalistas sentem-se mais à vontade para cobrir uma questão controversa “primeiro, porque a comunidade já reconheceu a existência de uma disparidade e, segundo, porque cobrir notícias de conflito pode beneficiar uma organização mediática, atraindo mais leitores” (Berkowitz & Beach, 1993, p. 6). Não obstante as fontes de informação ligadas ao governo ou a empresários, os autores ressaltam a capacidade dos jornalistas de também se familiarizar com outras pessoas que podem fornecer informações, principalmente quando o acontecimento lhes é próximo. Ao contrário, quanto mais as notícias acontecem longe da área de circulação principal de um jornal, maior a tendência de se recorrer às fontes oficiais.

Contribuições recentes evidenciam outro fenômeno: os *media* sociais e os canais digitais como fontes de informação. O estudo de Zhang e Li (2019) revela que a popularização dos *media* sociais tem fornecido mais canais de informação para os jornalistas, principalmente quando os profissionais se

encontram em dificuldade para acessar a situação mais recente no local, em tempos de crise ou durante eventos de última hora, ou quando se faz necessário ampliar a diversidade de vozes dos informantes sobre celebridades ou políticos. Entretanto, na mesma medida, tem sido desafiador para os jornalistas o processo de verificação deste enorme conjunto de informações que circula on-line. Mais: embora os jornalistas atinjam um público mais amplo com a ajuda dos *media* sociais, eles não podem eliminar a possibilidade de viés de notícias: “os *media* sociais tocam uma faca de dois gumes: fornece um canal conveniente para buscar informações para notícias; ao passo que também apresenta desafios ao profissionalismo das notícias tradicionais” (Zhang & Li, 2019, p. 2).

Não se deve esquecer, também, que as agências de notícias, na era da internet, têm aumentado consideravelmente suas bases de clientes e usuários, da mesma forma que seu papel de geradoras de notícias torna-se mais visível. Boyd-Barrett (2012) afirma que, tradicionalmente, as agências de notícias consolidaram-se sob o viés da neutralidade em relação a seus clientes, o que contribuiu positivamente para sua imagem como fontes de informação. No entanto, conforme Boumans, Trilling, Vliegthart e Boomgaarden (2018, p. 1772), os jornalistas habitualmente incorporam conteúdo subsidiado de agências de notícias, outros *media* ou profissionais de relações públicas em suas notícias, o que revela um declínio na diversidade de pontos de vista, já que vozes com menos recursos não conseguem se fazer ouvir: “o tempo limitado para avaliar a sobrecarga de informações combinada com o objetivo principal da agência de fornecer informações factuais e confiáveis torna os jornalistas das agências de notícias particularmente suscetíveis a depender de fontes estabelecidas”.

Bielsa (2008) concorda que as agências de notícias produzem informações brutas, mas também peças mais elaboradas, como análises e comentários, que as organizações de notícias assinantes podem reproduzir livremente, total ou parcialmente, introduzindo quaisquer alterações que considerem necessárias, mesmo sem reconhecer a fonte. Isto implica certa homogeneização de notícias internacionais de várias maneiras. Para a autora, as agências de notícias não apenas espalharam para o mundo todo os valores mediáticos adotados no ocidente, como imparcialidade, objetividade e neutralidade, mas também moldaram o conteúdo das notícias: de maneira indireta, por meio de certas imposições, tais como o que é considerado digno de ser noticiado, quais áreas são priorizadas, a partir de qual ângulo os acontecimentos são retratados (seus vastos poderes de definição de agenda); ou diretamente, via fornecimento de produtos jornalísticos aos seus assinantes.

Para Wheatley (2020), o jornalismo tenta rotinizar o imprevisível ao mesmo tempo em que incorpora assuntos e materiais que costumam ser familiares e decididamente previsíveis. O autor reavalia alguns elementos da rotinização do trabalho jornalístico, visto que tendências diferentes – por exemplo,

comunicados à imprensa “agitados”, a canibalização de conteúdo de outros *media* ou a divulgação de eventos programados – têm vários requisitos e são afetados por diferentes fatores, restrições e motivações. No contexto das organizações profissionais convencionais (locais ou nacionais) que produzem notícias diariamente sobre os mais diversos assuntos, Wheatley (2020) desenvolveu uma tipologia de análise da rotinização das notícias e das práticas jornalísticas diárias, cuja estrutura compreende oito categorias de fontes de informação a partir de dois agrupamentos primários: canais rotineiros e não rotineiros. Cada um destes, compreendem quatro subcanais (figura 4): pelos canais rotineiros, destacam-se os promocionais ou comunicados de assessoria de comunicação, subsídios de informações não promocionais, outros *media* e acontecimentos previsíveis; já pelos canais não rotineiros, acentuam-se os acontecimentos inesperados, vazamentos (*leaks*), empreendimento e análises/relatórios especiais.

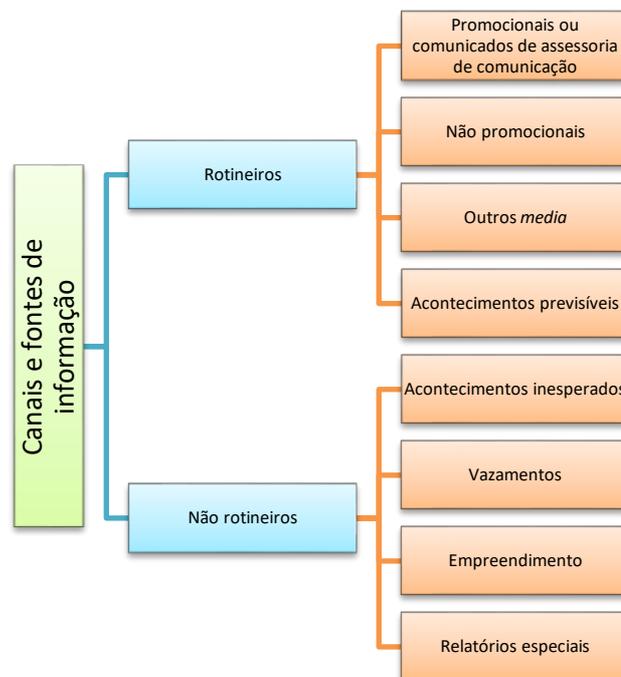


Figura 4: Canais e fontes de informação divididos a partir de dois agrupamentos primários

Fonte: Wheatley (2020)

Em concordância os objetivos desta investigação, percebeu-se que a tipologia proposta por Wheatley (2020) é particularmente útil para a análise das estratégias de construção do discurso jornalístico, porque, dada a natureza das notícias, muitas vezes são utilizadas as mesmas fontes por meio de canais diferentes. A força da tipologia está em evidenciar não quem foi a fonte de informação, mas por meio de quais procedimentos os jornalistas construíram as notícias. Isto significa que uma

mesma pessoa ou organização pode tanto ser classificada como fonte de informação rotineira quanto não rotineira, dependendo das suas intenções.

Pelos canais de fontes de informação rotineiros, os promocionais ou comunicados de assessoria de comunicação são os conteúdos fornecidos por um indivíduo ou organização de forma a subsidiar a informação. Aqui, o autor observa a clara tentativa de atores externos em influenciar a cobertura mediática. Para os repórteres e editores, são vantagens o baixo custo, a facilidade no acesso, a velocidade com que o material pode ser republicado e a facilidade no processamento, principalmente por jornalistas não especialistas. Mais: a associação direta da organização de notícias com terceiros representa um baixo risco para os primeiros em termos de conteúdo verificado, pois se evitam informações difamatórias ou imprecisas. Por outro lado, há a desvantagem da resistência que muitos editores têm em relação às assessorias de comunicação, o risco potencial à credibilidade e à integridade da marca, bem como a semelhança do noticiário com as versões publicadas pelas empresas rivais.

Os materiais não promocionais representam, por exemplo, a divulgação de dados oficiais do censo sobre saúde da população, da publicação de valores mensais para listas de espera de cirurgias ou superlotação dos serviços de emergência. Este tipo de conteúdo, também fornecido por terceiros, é considerado relativamente neutro, já que não é tão orientado para a agenda quanto os comunicados de assessoria de comunicação. A ênfase consiste nas principais conclusões acerca de dado relatório de forma a direcionar a cobertura mediática. Ou seja, os dados são abertos à interpretação. Como vantagens, destacam-se o baixo custo para a organização de notícias, a facilidade de acesso e o pouco investimento temporal. Numa perspectiva normativa, Wheatley (2020) destaca que o caráter neutro deste tipo de informação pode ajudar os editores ou as editoras a sentir que estão a cumprir a função de divulgação e de serviço público do jornalismo ao fornecer aos cidadãos e às cidadãs informações oficiais sobre o Estado e seus serviços. Contudo, as desvantagens são a potencial similaridade com as versões publicadas pelas organizações de notícias concorrentes, bem como o fato deste tipo de fonte de informação demandar experiência para encontrar o melhor ângulo para tal notícia de forma a contextualizá-la (o que pode exigir mais tempo e recursos).

Os outros *media* são observados quando pessoas contribuem para programas de rádio por telefone, nos estudos de caso de interesse humano que aparecem em uma publicação e são replicados em outra, entre outras situações. Trata-se da “canibalização” do conteúdo, isto é, quando uma organização de notícias produz uma reportagem a partir do conteúdo publicado por organizações rivais, por exemplo outro jornal ou *site*, programas de televisão ou entrevistas realizadas em estações de rádio. Novamente, como vantagem destacam-se o baixo custo e facilidade de acesso, como nos comunicados

de assessoria de comunicação e nos materiais não promocionais. Numa perspectiva competitiva, ao encerrar a exclusividade de uma notícia, a contribuição dos rivais acaba por ser considerada confiável e precisa, sugerindo uma legitimidade e valor inerentes, portanto, com baixo risco. Por outro lado, há a desvantagem de uma possível ameaça à credibilidade da organização de notícias, por usar repetidamente informações dos rivais: “Este último ponto está ligado a questões de atribuição, assim levantando mais questões sobre como creditar adequadamente as fontes originais” (Wheatley, 2020, p. 287).

Os acontecimentos previsíveis correspondem, por exemplo, aos relatórios sobre atividades parlamentares ou relatórios de tribunais. O autor pontua que o conteúdo deste tipo de fonte de informação pode ser um pouco previsível, dado que o evento e o contexto são agendados, contudo os acontecimentos exatos podem ser desconhecidos. Ademais, situações, como debates parlamentares, demandam interpretação, o que varia de acordo com o jornalista e/ou organização de notícias. As vantagens são que, pela natureza planejada e programada, este tipo de acontecimento consiste numa fonte garantida de conteúdo. Mais: pela variedade de interpretações possíveis, torna-se possível orientar a cobertura a partir de determinados atores ou ângulos alternativos. Como desvantagens, há a possível semelhança na cobertura de organizações de notícias rivais, já que se faz necessária a experiência para analisar minuciosamente a situação. Outro inconveniente é a dependência desta fonte de informação, o que acaba por minimizar oportunidades, recursos e demanda editorial para acontecimentos não diários e não programados.

Ainda de acordo com Wheatley (2020), pelos canais de fontes de informação não rotineiros, os acontecimentos inesperados são percebidos quando há a morte de uma pessoa por conta do atraso na chegada do serviço de ambulância ou porque um paciente no hospital demorou a ser acomodado num leito, por conta da superlotação, entre outros. Neste caso, são situações não planejadas e, em geral, associadas a acontecimentos de última hora. As fontes de informação variam, dependendo de quem estiver disponível após o incidente, contudo há a possibilidade de mesclar respostas e contribuições oficiais de testemunhas, bem como reações coletadas pelos *media* sociais. Como vantagens, evidenciam-se as oportunidades de mostrar competitividade/relevância entre as organizações de notícias ao não só divulgar o acontecimento, mas também em ser o primeiro contato do público com o próprio acontecimento. Como desvantagens, há a necessidade de manter a presença e atualização constantes, os riscos de divulgar informações não verificadas ou imprecisas, bem como a dependência total das reações/contribuições externas para fornecer conteúdo nos estágios iniciais do acontecimento.

Os vazamentos revelam, por exemplo, detalhes de um documento não publicado enviado entre funcionários do serviço de saúde, um denunciante falando com um jornalista, entre outros. O jornalista

obtem o conteúdo, baseado em informações não disponíveis ao público em geral, por meio de canais ou contatos informais com a fonte. Como vantagens para as organizações de notícias destacam-se que o material obtido por meio desta fonte de informação reveste-se de prestígio e exclusividade, bem como há o potencial para definir a agenda e, também, para liberar as informações de maneira estratégica, por exemplo, salvando as histórias para um período de notícias mais calmo. Por outro lado, é necessário que tais denúncias sejam trabalhadas por repórteres confiáveis e experientes: “Também requer uma verificação completa, que exige vários recursos e pode representar riscos legais” (Wheatley, 2020, p. 289).

No empreendimento, as informações são obtidas por meio de uma solicitação de liberdade de informação ou reportagem investigativa com base no trabalho secreto, entre outros. O autor afirma que, neste caso, há a ênfase na coleta original de informações e, da mesma forma, na autonomia do jornalista em reunir os acontecimentos sem influência dos atores externos. Também, inclui-se o uso de entrevistas individuais a fim de destacar o interesse humano. Prestígio, exclusividade, potencial para definir uma agenda e menos pressão para publicar o material imediatamente são algumas vantagens, ao passo que os recursos necessários, o fato de não haver garantia de que o trabalho dos jornalistas resultará em uma matéria publicável, mais apuração e verificações legais do que os canais de rotina estão entre as desvantagens.

Enfim, as análises ou relatórios especiais correspondem, por exemplo, a colunas de análise e opinião e ao jornalismo de dados. Este conteúdo, normalmente, não consiste numa notícia, porém inclui recursos, opiniões/análises ou qualquer tipo de narrativa não textual, como análise de dados ou um projeto multimídia de formato mais longo. Embora o conteúdo não se baseie em informações recém-obtidas, apresenta uma nova perspectiva. As vantagens para as organizações de notícias são o prestígio associado a esse trabalho e sua originalidade e exclusividade, principalmente se novas ferramentas de narrativa forem utilizadas ou se os contribuintes forem de alto nível, bem como o potencial de definir a agenda e referenciar o trabalho em outro lugar. As desvantagens estão relacionadas às habilidades técnicas necessárias para determinados formatos e ao custo potencial, além de outros recursos, como tempo, conhecimento e esclarecimentos legais.

Wheatley (2020) afirma que a classificação das fontes de informação não rotineiras é, por vezes, de difícil compreensão, uma vez que há trocas não estruturadas entre jornalistas e os atores com quem eles interagem, e muitas destas ações não são necessariamente visíveis para o público ou pesquisadores. Contudo, a natureza prática do jornalismo, com suas rotinas estabelecidas e repetidas, permite a

identificação de alguns padrões aparentes, cujo desafio é aplicar alguma forma analítica a essas tendências.

Em concordância com o início da seção, as fontes de informação são elementos importantes na produção discursiva dos jornalistas, dado que representam o primeiro passo em direção à interpretação dos acontecimentos. Muitas vezes, as próprias fontes se antecipam para dar aos jornalistas aquilo que procuram. É por isso que os profissionais precisam ser críticos o bastante para equilibrar o jogo de interesses que se revela. Na contemporaneidade, em que os jornalistas pouco se deslocam das redações, a interação com as fontes de informação torna-se mais bem percebida por meio dos canais de produção, conforme observado na tipologia de Wheatley (2020). O discurso e, por consequência, as narrativas jornalísticas serão diferentes, de acordo as fontes acionadas. Recorrer a uma fonte e não a outra dependerá das condições de produção, ou seja, das relações que se estabelecem na redação.

3.5 A objetividade e o discurso jornalístico

Já foi mencionado, nas seções anteriores, que a objetividade (por vezes, também entendida como verdade) consiste numa característica fundamental do discurso jornalístico. Schudson (2001) explica que a objetividade representa, ao mesmo tempo um ideal moral, um conjunto de relatórios e edição práticas, bem como um padrão observável de redação de notícias. Por norma, a objetividade orienta os jornalistas a separar fatos de valores, relatando apenas os primeiros. Mais: numa controvérsia, deve-se apresentar de maneira justa cada lado principal.

Ainda consoante Schudson (2001), a objetividade desenvolveu-se como norma a partir do jornalismo estadunidense, no final do século XIX, embora não seja possível precisar um momento ou incidente que deu início a tal. Em geral, acredita-se que a objetividade se consolidou quando os proprietários de jornais dos EUA viram mais oportunidades de sucesso comercial ao se divorciar dos subscritores de partidos políticos. Também, que a mudança tecnológica, especificamente a invenção do telégrafo, valorizou a economia de estilo, trouxe hábitos de reportar que enfatizavam a factualidade básica em vez de comentários discursivos.

Para Calcutt e Hammond (2011), a objetividade no jornalismo refere-se a, pelo menos, três conceitos distintos, porém, em princípio, inter-relacionados:

- envolve, principalmente, um compromisso com a veracidade, ou seja, relatar informações factualmente precisas;

- implica neutralidade, no sentido de justiça e equilíbrio; por conseguinte, o jornalista deve ser imparcial e, quando houver interpretações conflitantes, deve apresentar os diferentes pontos de vista;
- frequentemente, entende-se que deve haver desapego emocional, isto é, uma abordagem desapaixonada que separa fato de comentário e permite que o público de notícias decida sobre os eventos em vez de receber a resposta do próprio jornalista.

Numa perspectiva histórica mais ampla, Calcutt e Hammond (2011) afirmam que o surgimento da esfera pública burguesa no século XVIII; o desenvolvimento da imprensa de circulação de massa como um negócio na segunda metade do século XIX; a institucionalização de normas profissionais de objetividade e imparcialidade no jornalismo; bem como o desenvolvimento do jornalismo de rádio no início do século XX, contribuíram para a consolidação da objetividade como norma jornalística. Em Gomes (2018), percebe-se que a objetividade advém do positivismo e encontra-se ancorada à época das ciências experimentais. Também, que resulta da tradição anglo-americana:

Essas práticas informativas fundamentam-se em procedimentos profissionais (técnicas, saber fazer) e na ideia de um campo especializado e autónomo, dotado de valores e normas. Um campo jornalístico norteado por princípios como a separação entre factos (relatos) e opiniões, a imparcialidade (vários pontos de vista), a verificação de informações, a identificação das fontes, a recorrência à citação de fontes autorizadas, a restituição dos factos, as competências de pesquisa e a escrita de tipo descritiva, para todos os públicos. (Gomes, 2018, p. 107)

O estudo de Tuchman (2018), originalmente publicado em 1972, permanece como uma das principais referências acerca do tema. Para a autora, os jornalistas clamam pela objetividade a fim de processar os acontecimentos da realidade social. De maneira estratégica, trata-se de uma forma de lidar com as pressões da redação, bem como evitar os processos por difamação ao tratar as notícias de forma objetiva, isto é, ao estruturar os fatos de maneira imparcial. Isto se dá, em geral, de quatro formas:

- apresentação as possibilidades conflitantes, de forma que o leitor decida qual versão acerca do acontecimento relata a verdade;
- revelação de evidências de suporte, que, em geral, são fatos adicionais aceitos como verdadeiros;
- uso criterioso de aspas, pois os jornalistas veem as citações das opiniões de outras pessoas como uma forma de evidência de apoio. Ou seja, acreditam retirar-se da participação na história para deixar os fatos falarem;

- estruturação das informações em uma sequência apropriada, o que significa que as informações mais importantes a respeito de um acontecimento devem ser apresentadas no primeiro parágrafo, de forma que cada novo parágrafo contenha informações com menos importância. Trata-se da famosa estrutura de pirâmide invertida.

Raeijmaekers e Maesele (2017) explicam que, com a profissionalização do jornalismo, consolidou-se a ideia de que os profissionais, despersonalizados e com práticas racionalizadas, trabalhariam numa rotina alinhada à objetividade – o que resultaria numa verdade imparcial e numa representação mais ou menos mimética da sociedade. Deste entendimento, resulta uma série de diretrizes éticas, como “obter os dois lados da história” e “não favorecer um lado ao outro”, as quais são, muitas vezes, operacionalizadas em dois componentes essenciais da objetividade: equilíbrio e imparcialidade (ou neutralidade). O questionamento feito pelos autores é que este ideal de objetividade não apenas reflete e molda um determinado consenso social acerca de questões sociopolíticas, como também incorpora a crença genuína no próprio consenso social: “ao fazer do equilíbrio uma norma para a cobertura jornalística objetiva, a suposição subjacente é que a sociedade – como referência final para uma representação mimética dos *media* – também é equilibrada” (Raeijmaekers & Maesele, 2017, p. 4). Ou seja, ainda que haja conflito e competição na sociedade, sob a égide normativa da objetividade, tratar-se-iam apenas de diferentes formas de solucionar os problemas. Mais: a imparcialidade faria do jornalista um profissional sem julgamentos ideológicos ou emocionais, que utiliza apenas fatos e argumentos racionais para construir uma reportagem.

Já Wien (2017) afirma que muita da legitimidade do jornalismo advém da ideia de ser capaz de apresentar imagens verdadeiras da realidade. É por isto que conceitos como verdade e realidade são indissociáveis do conceito de objetividade – este, o grande paradigma da divulgação de notícias. A tradição positivista molda o conceito de objetividade de maneira subjetiva, ao entender que as próprias avaliações (atitudes e valores) são capazes de influenciar o conhecimento, mas também de maneira objetiva, ao dizer que é suficiente apresentar aquilo que não é afetado pelas próprias avaliações, ou seja, os fatos:

Fatos são o que pode ser experimentado diretamente, o que outros poderiam saber exatamente da mesma maneira. E o valor verdadeiro de um fato não está em discussão. Se alguém se contenta em comunicar um fato, é por definição objetivo. Portanto, é uma pré-condição do positivismo que se possa distinguir entre fatos e opiniões. (Wien, 2017, p. 4)

De acordo com a autora, sob o viés positivista, a objetividade preconiza que o jornalista pode e deve escrever somente aquilo que observa diretamente, ou seja, o que é factual, de forma a manter suas

próprias opiniões fora do produto (no caso, a reportagem) e permitir que os leitores formem suas próprias opiniões com base nos fatos apresentados. Todavia, entre ter a objetividade como farol e operacionalizar a objetividade na tarefa cotidiana do jornalismo há um longo caminho. O jornalismo interpretativo e o jornalismo literário são exemplos de que a objetividade, ainda amplamente tida como uma das bases fundamentais para o jornalismo, tem sido colocada em xeque.

Em diálogo com o paradigma normativo, Fox (2013) argumenta que não há base para confiança, a menos que os jornalistas operem com uma metodologia que seja conhecida pelo público e facilmente avaliada. Por isto, a objetividade deve ser compreendida como compromisso metodológico com a razão pública a fim de facilitar a comunicação, excluindo o recurso a valores e crenças irreconciliáveis. Exige-se, aqui, um esforço deliberado e reflexivo da parte dos cidadãos não apenas para examinar seus próprios sistemas de crenças e eliminar as proposições que eles não podem razoavelmente esperar que outras pessoas endossem, mas também um respeito mútuo entre as pessoas em suas relações políticas: “a objetividade, entendida como um compromisso metodológico com a razão pública, fundamenta a prática do jornalismo em uma preocupação com a cidadania política e se esforça para acomodar suas várias funções com o fato bruto do pluralismo razoável” (Fox, 2013, p. 266).

Entretanto, conforme tem se argumentado, o paradigma normativo não acomoda todas as democracias liberais do ocidente, quando muito apenas o contexto estadunidense. Por isso, em concordância com Boudana (2011), não se nega que a objetividade no jornalismo seja alvo de questionamentos, porém não se adota extremos: renegá-la ou entendê-la como absoluta. Para esta autora, se se entender o jornalismo como performance, observar-se-á que a prática (que vai desde a coleta de dados, a verificação cruzada de informações até a seleção de fatos e citações na construção da reportagem, entre outros) sempre pode ser melhorada. Como o discurso tornado público para uma audiência, a abertura a crítica é essencial na permanente busca por uma melhor performance.

Da mesma forma, McNair (2017) argumenta que a proliferação de fontes on-line de conteúdo, muitas de confiabilidade e veracidade desconhecidas, reforçam a importância da objetividade para o jornalismo, diferenciando-o no mercado da informação. Para tanto, tão necessário quanto a apresentação dos fatos é a transparência no processo de construção da reportagem, bem como a autorreflexão jornalística. Somente assim, na visão McNair (2017), o público pode decidir em quem acreditar, com base em suas perspectivas, experiências e julgamentos individuais.

Schudson (2020) afirma que, em função das transformações tecnológicas que atravessam o jornalismo contemporâneo, pode-se pensar num movimento de objetividade 1.0, consoante os valores

difundidos pelo modelo anglo-americano, em direção à objetividade 2.0, que mantém o compromisso de apresentar os fatos verificados manualmente, porém de maneira analítica:

O que eu vejo é que a objetividade 1.0 – a devida consideração pela reportagem baseada em fatos – é parte do que os jornalistas fazem, mas a objetividade 2.0 também aceita a necessidade de estruturar as reportagens para que o público esteja equipado com contexto suficiente para compreender os fatos. Às vezes, isso pode subordinar a necessidade central do relato factual, mas não o esconde. A objetividade 3.0, para que surja, deve reconhecer tanto os requisitos da reportagem quanto a necessidade de contar uma história compreensível. O jornalismo que permanece profissionalmente confiável deve ser “baseado em evidências” no coração. E não pode cortar fora os avanços que a análise e investigação, como enfatizado na objetividade 2.0, têm contribuído. Mas uma objetividade 3.0 pode adicionar a isso uma objetividade de empatia. (Schudson, 2020, p. 26)

Segundo o autor, o jornalismo praticado com a objetividade 3.0 deve aceitar que sua função é relatar histórias sobre a vida contemporânea. Portanto, os profissionais precisam se comprometer com um mundo factual (e em grande medida verificável) para produzir reportagens na forma de história, e não apenas de transcrições, informação e/ou instrução. As histórias podem emocionar as pessoas, desde que os repórteres tenham tentado se colocar na posição das pessoas sobre as quais escreveram – não por sentimentalismo, mas para tentar se afastar de seu próprio ponto de vista. Em vez da não expressão, o jornalismo pode optar pela honestidade e pela empatia.

Cunningham (2003) afirma que os jornalistas devem reconhecer, humilde e publicamente, que sua tarefa é muito mais subjetiva e muito menos desapegada do que a aura da objetividade implica – e o público quer acreditar. Isto permitirá defender a profissão de forma mais realista e menos hipócrita. Ademais, o autor reitera a necessidade de liberar (e incentivar) os jornalistas a desenvolver conhecimentos e utilizá-los para classificar reivindicações concorrentes, identificar e explicar as suposições subjacentes a essas reivindicações, bem como fazer julgamentos sobre o que leitores e espectadores precisam saber para entender o que está acontecendo. Não se trata de abrir porta para o partidarismo, mas sim de entender que os jornalistas “são pessoas imperfeitas, realizando um trabalho difícil, crucial para a sociedade. Deixá-los escrever o que sabem e incentivá-los a procurar uma compreensão mais profunda das coisas não é tendencioso, é essencial” (Cunningham, 2003, p. 13).

É oportuno lembrar a personagem do anão, criada pelo escritor Neil Gaiman (2016, p. 73), no conto *A verdade é uma caverna nas Montanhas Negras*, para quem a verdade assemelha-se a uma cidade: “pode haver uma centena de estradas, uma centena de caminhos que, no fim, vão nos levar ao mesmo lugar. Não importa de onde venhamos. Se seguirmos na direção da verdade, vamos alcançá-la, independentemente do rumo que tomarmos”. Inspirada por esta metáfora e pela reflexão dos autores mencionados nesta seção, reitera-se que, apesar da objetividade caracterizar, sim, o discurso jornalístico,

isto não significa que existirá uma interpretação única, verdadeira e inquestionável, dos acontecimentos. A objetividade não equivale a um escudo que protege o jornalista dos outros e de si próprio, tampouco representa um atestado de boa prática. A objetividade jornalística tem a ver com a honestidade em reconhecer o aspecto humano na compreensão do mundo. Quanto mais pontos de vista acerca de determinada questão, melhor se conseguirá apreendê-la. Reconhecer as limitações e as implicações envolvidas no discurso jornalístico são, em grande medida, procedimentos objetivos, dado que tornam públicas as condições de produção. As narrativas jornalísticas serão diferentes porque diferentes são as formas de entender a sociedade. O importante é não perder de vista os valores democráticos, sobretudo quando se observa a relação entre jornalismo e meio ambiente.

3.5.1 Particularidades do discurso jornalístico ambiental

Para Costa, L. (2004), meio ambiente não se trata de um conceito neutro, mas sim de uma construção histórica e social. Na definição de Bueno, W. (2007), meio ambiente consiste no conjunto de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida, no planeta Terra, em todas as suas formas. Este conjunto não se limita ao meio físico ou biológico, como solo, clima, ar, fauna, flora, recursos hídricos, nutrientes, fontes de energia, entre outros, mas também inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações político-econômicas que garantem a sobrevivência da natureza humana.

O estudo de Castelló e Montagut (2019) fornece pistas de que o relacionamento do homem com a natureza (em especial, com bosques e florestas) muda com o passar do tempo. O discurso jornalístico, que materializa o acontecimento, evidencia certos sentidos que resultam do diálogo com uma ampla gama de grupos sociais e/ou partes interessadas – de agricultores a proprietários privados, de brigadas de combate a incêndios a formuladores de políticas, de empresas privadas a comunidades científicas, bem como dos próprios *media* e jornalistas a sociedade civil: “seria um erro entender a narrativa sobre incêndios florestais como uma questão socionatural única e homogênea” (Castelló & Montagut, 2019, p. 303).

Acselrad (2010, p. 103) afirma que, na literatura sociológica, a causa ambiental advém da noção de ambientalização, que “pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.”. Teoricamente, a ambientalização fortalece-se pela possibilidade de caracterizar processos específicos de determinados lugares, contextos e momentos históricos. As disputas de legitimidade classificam estes processos e as diferentes práticas como

ambientalmente benignos ou danosos, bem como questionam os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, e a distribuição do poder sobre eles.

Benton (1996, p. 10) explica que a expressão ambientalismo adquiriu conotações específicas a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), passando a designar “todo um âmbito de movimentos sociais e políticos e de perspectivas de valor que partilham da preocupação em proteger ou melhorar a qualidade dos contextos rural, urbano, doméstico ou de trabalho da vida moderna social”. Para este autor, pelo menos até os anos 1960, o ambientalismo dividia-se entre os conservacionistas ambientais, que advogavam pela valorização estética e espiritual da natureza, bem como primavam por uma vida rural arcadiana em harmonia com o campo; e os progressistas, que almejavam o avanço tecnológico, o crescimento e o desenvolvimento econômico. A partir dos anos 1960, o ambientalismo transformou-se radicalmente por conta da integração da ecologia científica ao pensamento social e político e, também, pelo reconhecimento global da atividade econômica e social humana como ameaça à sobrevivência na Terra:

Tentou-se mostrar que as taxas atualmente predominantes de esgotamento de recursos, o impacto da poluição e o crescimento da população eram insustentáveis a longo prazo, dada a finitude da capacidade de sustento global. A “saturação” econômica e populacional em todo o mundo e a conseqüente catástrofe seriam, mais cedo ou mais tarde, inevitáveis, a não ser que fossem urgentemente implementadas mudanças radicais. “Ambientalismo” passara a designar não apenas a preocupação com a perda das cercas vivas ou da tranquilidade rural, mas um pânico generalizado diante da perspectiva da aniquilação global. (Benton, 1996, p. 11)

Ainda segundo este autor, desde 1970, as questões ambientais estão frequentemente presentes no debate público dada, pelo menos, três razões:

- desastres ambientais em larga escala, a exemplo de acidentes nucleares, processos de desertificação, de desmatamento e de contaminação de ecossistemas;
- alteração na qualidade de vida das principais cidades mundiais em função do desenvolvimento industrial acelerado e desregulado;
- conhecimento acerca dos fenômenos ambientais causados pela atividade humana, como aquecimento global, chuva ácida, buraco na camada de ozônio, entre outros.

Apesar do desenvolvimento de tecnologias para a mitigação dos impactos ambientais, Benton (1996) lembra que os protestos em defesa do meio ambiente expandiram-se em tamanho, influência e diversidade pelo mundo todo, assumindo a forma de grupos de pressão por reformas ambientais dentro de ou outro partido dominante; partidos políticos cujo foco e escopo residem na regulamentação e conservação ambiental; ou grupos de pressão não alinhados politicamente, a exemplo de especialistas.

Camana e Almeida (2017) lembram que, apesar de sempre ter existido problemas ambientais, é somente a partir de 1960 que o mundo parece ter adquirido uma “sensibilidade ecológica”, com especial crítica ao capitalismo e valorização da ciência e da tecnologia. Do final do século XX em diante, o meio ambiente adquiriu um caráter político, ou seja, configurou-se uma questão ambiental, a qual é ressignificada pelos diferentes atores sociais. Em termos mundiais, a criação do Dia da Terra, em 1970, representa um marco nas discussões ecológicas, principalmente nos países do Norte global. Somente no ano de 1972, as autoras destacam três importantes movimentos:

- o relatório *Meadows* (os limites do crescimento), patrocinado pelo Clube de Roma e redigido a partir de estudos do *Massachusetts Institute of Technology*, que apresentou uma estimativa do tempo necessário para o esgotamento dos recursos da Terra, caso permanecessem inalteradas as tendências de crescimento da produção e do consumo;
- a conferência das Nações Unidas, em Estocolmo (Suécia), que foi o primeiro encontro internacional a debater, com afinco, questões relacionadas ao meio ambiente;
- como consequência do segundo ponto, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que, em 1983, a partir do relatório *Our common future*⁹, cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável – a capacidade de uma geração de utilizar os recursos disponíveis no presente sem comprometer a mesma capacidade das gerações seguintes.

Neste íterim, comunicação e jornalismo representam processos capitais “que têm como objetivo a circulação e a troca de experiências, emoções, informações e conhecimentos” (Bueno, W., 2007, p. 33) sobre o meio ambiente. A comunicação ambiental, não exclusivamente desenvolvida por jornalistas, visa promover e fomentar o debate público acerca do meio ambiente a partir de ações, estratégias, planos e esforços de comunicação, por exemplo, o jornalismo. De maneira geral, a comunicação ambiental não tem compromisso com a atualidade, tampouco com um formato em particular. Mais recentemente, o estudo de Rögener e Wormer (2017) observou que a comunicação científica (na qual se incluem questões ambientais) tem ampliado sua influência para além dos media tradicionais, estabelecendo uma comunicação direta entre os cientistas e/ou as instituições científicas e o público em geral por meio de canais digitais.

Já o jornalismo ambiental conceitua-se “como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado” (Bueno, W., 2007, p.

⁹ Ver: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

35). Na visão de Camana (2018), o jornalismo não somente torna públicos os problemas ambientais, mas, também define o que caracteriza (ou não) um conflito ambiental, entendido a partir da relação de poder que envolve a apropriação de algo material e/ou simbólico. Esta definição advém da percepção de que os problemas sociais e ambientais, em geral, afetam os mesmos sujeitos.

Em Herte de Moraes (2017), percebe-se que o jornalismo tradicional, sem compromisso explícito com a defesa do meio ambiente e/ou da vida em todas as suas dimensões, trata-se simplesmente jornalismo de meio ambiente. Verdadeiramente, o jornalismo ambiental é exercido a partir da ideia de sustentabilidade – portanto, valoriza tanto a cultura e o meio ambiente quanto a economia e a política. Da mesma forma em que consiste numa especialização, não se trata, apenas, de uma especialidade, uma vez que se compromete claramente com a cidadania.

A partir do saber ambiental e com as lentes da visão sistêmica, o jornalismo ambiental aprofunda o processo de apuração da informação, em especial, com pluralidade de fontes. Nesta perspectiva, Bueno, W. (2007) afirma que o jornalismo ambiental desempenha, pelo menos, três funções essenciais:

- função informativa, pois torna público temas atuais que envolvem a causa ambiental, a exemplo de hábitos de consumo, contaminação do solo, do ar e da água, destruição da biodiversidade, fenômenos climáticos, entre outros;
- função pedagógica, uma vez que explica as causas dos problemas ambientais, bem como aponta soluções;
- função política, visto que mobiliza a sociedade para cobrar do poder público a elaboração e execução de políticas e práticas de prevenção e mitigação de impactos ambientais, também a fiscalização de empresas que, pela natureza de suas ações, possam causar danos ao meio ambiente.

Bueno, W. (2007) destaca, ainda, algumas singularidades do jornalismo ambiental, tais como: antes de tudo, trata-se de jornalismo, portanto deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento e com a ampliação do debate acerca do meio ambiente. Igualmente, não deve ser utilizado como representante de segmentos da sociedade cujos objetivos são a legitimação de poderes e privilégios, dado que articula múltiplos saberes: “as fontes no jornalismo ambiental devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente” (Bueno, W., 2007, p. 36). Por defeito, ao adotar uma postura inter e multidisciplinar, o jornalismo ambiental extrapola os limites dos cadernos e das editorias, ao mesmo tempo em que não se resume ao jornalismo científico tradicional:

O jornalismo ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses. O jornalismo ambiental não pode comprometer-se com a isenção porque participa de um jogo amplo (e nada limpo) de interesses. Não deve admitir-se utópico porque fundado na realidade concreta, na luta pela qualidade do solo, do ar, da água, da vida enfim. O jornalismo ambiental não deve, especialmente, ser visto apenas como o exercício de uma atividade produtiva e remunerada, como a maioria das que estão disponíveis para os profissionais liberais, em todo o mundo, inclusive para a categoria dos jornalistas. O jornalista ambiental (e é isso que precisa ser trabalhado nas escolas e nas redações junto aos profissionais de imprensa do futuro) tem um compromisso que se estende além da jornada de trabalho. Consciente e capacitado, ele será militante sempre. Qualquer outra alternativa conduz, inevitavelmente, à capitulação. (Bueno, W., 2007, p. 36)

Alinhada com o pensamento deste autor, Dornelles (2008, p. 125) afirma que o jornalismo deve defender explicitamente os interesses do povo, da sociedade como um todo, e não apenas de sua elite, uma vez que, sob o suposto viés da imparcialidade, da neutralidade e da objetividade, não raro o discurso acerca do meio ambiente revela “uma visão empresarial que contempla a própria sobrevivência e trata o meio ambiente como algo que, se não for agenciado adequadamente, pode prejudicar o bom andamento dos negócios”. A pesquisadora reforça a importância de a pauta jornalística evidenciar que algo precisa ser feito, que há problemas e desafios a serem enfrentados e que há interesses em jogo quando se trata de meio ambiente. A apreensão dos acontecimentos, em geral, não deve ser vista apenas do ângulo técnico ou científico, pois está atrelada a questões econômicas, vontades políticas, componentes socioculturais, entre outros fatores.

Na perspectiva de Schwaab (2018), não há espaço para a objetividade, no sentido tradicional do termo, no jornalismo ambiental:

Estamos falando de cidadania e de justiça. Isso perpassa saúde, educação, história, relações de poder, legislação, sobrevivência, diversidade, respeito e outras tantas temáticas daí derivadas. [...] Não há terreno para neutralidade ao se falar de poluição, do mesmo modo que nenhum jornalista defenderia a corrupção. Não há concepção humana ou ecológica que permita fechar os olhos aos danos que modificam a vida no planeta em escala jamais vista, impossível de ser pensada de forma fragmentada ao enfrentarmos o cenário que a humanidade costura em sua agricultura e seus modos de produção de alimentos, na sua fome, pobreza e riqueza, nas maneiras de exploração da vida em todas as suas manifestações, no acúmulo de resíduos, nas alterações do clima, em suas pressões e alterações na legislação de proteção, nas migrações, nos deslocamentos forçados de povos originários, nas catástrofes, nas doenças. Nenhuma dessas temáticas existe sem profunda interligação com a(s) outra(s). (Schwaab, 2018, p. 70)

Percebe-se que a definição de jornalismo ambiental soa muito próxima do paradigma normativo ou de um ativismo. O estudo de Rodrigues, A. S. & Costa, G. (2015) chega a apontar oito características que o jornalismo ambiental deve apresentar:

- diversidade de fontes;
- independência em relação às fontes;
- abertura de espaço para o debate;
- evitar o sensacionalismo;
- não resumir a pauta à questão económica;
- aliar jornalismo e educação;
- evitar a fragmentação da cobertura;
- ter um carácter revolucionário e engajamento.

A objetividade também é alvo de questionamento no jornalismo ambiental. Estudos de caso, a exemplo do realizado por Tong (2017), cujas percepções advêm do contexto chinês, revelam que a epistemologia do jornalismo ambiental não se centra em saber se a prática é ou não objetiva, mas sobre quando e como os significados e opiniões são gerados. Fahy (2018) observa a objetividade no jornalismo ambiental a partir de três pontos:

- a diferença entre objetividade e jornalismo de advocacia (*advocacy journalism*);
- do equilíbrio ao peso da evidência;
- a controvérsia de política científica.

De acordo com Fahy (2018), desde os anos 1920, a ideia de objetividade traduz-se na prática jornalística pela forma como os profissionais identificam e verificam os fatos, separam-nos dos valores, a fim de construir um relato equilibrado sobre um problema ou assunto público. Esta inspiração de neutralidade fora absorvida da atividade científica, que, no início do século XX, era vista como uma forma superior de conhecimento. Portanto, objetividade havia se tornado uma característica genérica que se refere ao código ético de um jornalista, conjunto de práticas profissionais e o núcleo de sua identidade profissional. O jornalismo ambiental, por sua vez, institucionalizou-se entre 1955 e 1975, período que os historiadores chamam de “longos anos 1960” por conta do exame crítico profundo ao papel social da ciência, especialmente quanto aos vínculos entre ciência e militarismo e ciência e degradação ambiental. Fahy (2018) explica que o jornalismo ambiental, como uma especialidade nova, surgia relacionado à ecologia, cuja abordagem holística, e não reducionista, afirmava que tudo no ambiente

estava conectado, de maneiras complexas e imprevisíveis, a todo o resto. O ambientalismo, como filosofia e como movimento social, dava o impulso necessário para o jornalismo ambiental:

A história da especialidade significava que objetividade era um conceito problemático para repórteres ambientais. Muitos deles simpatizavam com o movimento ambientalista e procuravam promover seus objetivos em seu jornalismo. Como resultado, eles foram criticados por fontes e por outros jornalistas por sua falta de objetividade; eles eram vistos, muitas vezes pejorativamente, como defensores do ambientalismo. (Fahy, 2018, p. 2)

Por conta das críticas ao jornalismo ambiental, este autor observa que a falta de objetividade, no sentido tradicional do termo, fez com que a especialidade se confundisse com jornalismo de advocacia (*advocacy journalism*), entendido como a apresentação de um relato carregado de valores, a partir de um ponto de vista distinto, frequentemente motivado por uma agenda política social. Isto conduz ao segundo ponto levantado por Fahy (2018) acerca da objetividade no jornalismo ambiental – do equilíbrio ao peso da evidência. Comprometidos em relatar conhecimentos confiáveis e verificáveis do mundo natural, bem como em dar voz a diferentes perspectivas da sociedade, o jornalismo ambiental, num primeiro momento, passou a incluir e dar peso igual ao relato de ambos os lados de determinadas questões. Esta postura causou um falso equilíbrio ou equivalência falsa, nomeadamente na cobertura acerca das alterações climáticas, uma vez que determinados cientistas, por representarem grupos de interesses apoiados pela indústria de combustíveis fósseis, descartavam a influência humana sobre o problema. Para sanar o impasse, substituiu-se a ideia de equilíbrio pelo peso da evidência, o que significa que se passou a discutir áreas em que os cientistas concordam amplamente, isto é, áreas de consenso profundo, em vez de focar em opiniões extremas:

Aplicando esse conceito, os jornalistas em seus relatórios informam ao público onde a proporção de conhecimento científico e opinião de especialistas se encontra em uma determinada questão. Os jornalistas podem apontar visões alternativas ou minoritárias, mas devem se esforçar para apresentá-las em relação ao consenso geral sobre o estado do conhecimento científico. (Fahy, 2018, p. 3)

Para fim, acerca da controvérsia de política científica – o terceiro ponto levantado por este autor acerca da objetividade no jornalismo científico e ambiental –, Fahy (2018) explica que uma questão envolve diferentes disciplinas e produz fatos válidos. No entanto, a mesma questão pode ser contestada tanto pela incerteza científica quanto por resultados científicos concorrentes. Por isso, uma controvérsia ambiental não será resolvida pela produção de mais e mais fatos, mas sim pela explicitação no debate público.

A partir dos questionamentos mencionados, Fahy (2018) sugere uma releitura da objetividade no jornalismo ambiental, em vez de declarar sua inexistência, por meio de três procedimentos:

- objetividade como aplicação de um julgamento treinado, ou seja, os jornalistas devem ser incentivados a desenvolver conhecimentos e a utilizá-los para classificar reivindicações concorrentes, identificar e explicar as premissas subjacentes a essas reivindicações;
- objetividade como a implementação de um método transparente, no sentido de declarar, tal como os acadêmicos na comunicação de trabalhos, os métodos que utilizaram para reunir sistematicamente evidências e os critérios e estruturas empregados para interpretar e avaliar essas evidências. Ainda de acordo com Fahy (2018), outra maneira de os jornalistas ambientais serem transparentes é explicitar em seus relatórios as motivações de suas fontes;
- objetividade como a busca pluralista de consenso, visto que o foco na negociação e no consenso pode abordar e resolver controvérsias científicas, bem como promover mudanças sociais.

A partir do contexto estadunidense, Van Witsen e Takahashi (2018) propõem que o jornalismo ambiental, bem como o jornalismo científico, em geral, se assuma baseado no conhecimento (*knowledge-based journalism*). Isto significa que os jornalistas devem funcionar menos como generalistas e mais como um profissional altamente treinado de forma a distinguir seu produto (no caso, as notícias) dentro do universo de informações (muitas das quais, não profissionalizadas). Para tanto, é necessário o desenvolvimento das seguintes competências:

- os jornalistas devem conhecer a história e o contexto intelectual em que ocorrem as notícias a fim de compreender os acontecimentos e questões contemporâneos;
- a partir de uma educação profunda o suficiente acerca dos temas sociais, os jornalistas devem ser capazes não só de identificar os especialistas, mas também de lhes fazer perguntas críticas e classificar suas respostas como relevantes, considerando o interesse público;
- ao entender como as ideias e as informações que circulam pela sociedade são afetadas por novas informações, os jornalistas devem estar conscientes dos possíveis efeitos de suas escolhas. Isto se chama competência de processo;
- os jornalistas devem desenvolver habilidades técnicas, julgamento editorial e flexibilidade para transmitir uma mensagem em várias plataformas;
- os jornalistas devem compreender seus papéis e suas responsabilidades, firmando onde devem estar suas lealdades profissionais.

Van Witsen e Takahashi (2018) observam, no entanto, que o jornalismo baseado no conhecimento é desafiado não apenas pelos padrões, funções e propósitos tradicionais das redações, mas também pela própria maneira como os jornalistas são formados. Por exemplo, em Portugal e no Brasil, atualmente

sequer é necessária a exigência de formação superior para o exercício da profissão. Isto não quer dizer que a perspectiva seja nula.

Em alternativa, Van Witsen e Takahashi (2018) propõem que os jornalistas ambientais se apropriem do conhecimento interacional para construir sua própria experiência, seu próprio saber (*interactional expertise*). Isto significa que os jornalistas, por conta do contato com os cientistas, deveriam ser capazes de compreender conceitos da linguagem científica e processos de pensamento, ainda que não sejam os responsáveis pela execução das investigações, o que lhes permitiria negociar diferentes tópicos científicos e colocar as reivindicações opostas no contexto. Mais: familiarizados com o ambiente científico, os jornalistas poderiam ser mais capazes de gerenciar estrategicamente as incertezas. O estudo de Schneider (2010) aponta que o contato mais próximo entre jornalistas e cientistas, por meio de *workshops*, por exemplo, é essencial para que os jornalistas não só percebam o lado humano dos cientistas, mas também entendam que toda verdade científica tem um matiz, ou seja, está sempre sujeita a questionamentos e quase nunca é definitiva.

O debate em torno do jornalismo ambiental envolve, ainda, questões acerca da segurança dos jornalistas. Segundo Freedman (2020), os jornalistas que cobrem questões ambientais correm maior risco de prisão, assassinato, agressão, ameaças, sequestro, autoexílio, ações judiciais e assédio do que os jornalistas que cobrem outros temas, principalmente em países de Terceiro Mundo ou em desenvolvimento. Isto porque as questões ambientais, geralmente, envolvem interesses comerciais e econômicos influentes, batalhas de poder político, atividades criminosas, insurgentes antigovernamentais e corrupção: “a vulnerabilidade dos jornalistas ambientais à violência, retaliação, obstrução e abuso de poder é perturbadora, assim como o fato de que os responsáveis costumam operar com impunidade” (Freedman, 2020, p. 13).

Para Takahashi, Pinto, Vigón e Chavez (2018), os jornalistas que reportam sobre o meio ambiente enfrentam uma variedade de restrições em seus trabalhos, tais como barreiras organizacionais, sociais, econômicas e políticas. Os autores afirmam que as principais organizações midiáticas dos EUA, como *New York Times*, CNN e *Washington Post*, fecharam suas seções ambientais e transferiram seus repórteres com base no argumento de que o meio ambiente é uma questão transversal que inclui política, economia, negócios e até entretenimento. No caso da América Latina e do Caribe, há de se considerar que condições únicas moldam claramente o ambiente de trabalho e as práticas dos jornalistas que cobrem o meio ambiente, a exemplo da violência contra repórteres, que se assemelha à violência contra ativistas ambientais.

Do ponto de vista das redações e das organizações midiáticas, Freedman (2020) aponta que determinados fatores influenciam na cobertura ambiental, como a disponibilidade de funcionários ou jornalistas *freelancers* com conhecimento de causa ou mesmo geográfico; as despesas de tempo e dinheiro em enviá-los para locais distantes de controvérsia ambiental; o grau de risco que as organizações estão dispostas a assumir por seus jornalistas; o grau de autonomia de seus jornalistas para escolher suas fontes de informação e enquadrar suas histórias; a capacidade de verificação de fatos; códigos ou expectativas éticas; e se as histórias e o conteúdo visual aparecerão impressos, on-line, na televisão, no rádio, em um documentário ou por meio de uma combinação de plataformas de midiáticas.

Anderson (2015) afirma que uma infinidade de fatores molda a representação midiática nas questões ambientais, além do papel e poder das fontes de informação:

Longe de espelhar a realidade, a cobertura de assuntos ambientais, como as notícias em geral, é altamente seletiva e reflete fatores econômicos, políticos e culturais. Notícias sobre o meio ambiente são o produto final de um complexo processo de construção. A decisão de quais questões ambientais são dignas de destaque e a cobertura por mérito é governada pelas ideias dos jornalistas e editores que são consideradas como certas sobre o que constitui 'notícias' e julgamentos sobre o apelo relativo dos itens de notícias concorrentes. (Anderson, 2015, p. 180)

Para a autora, fatores internos e externos ao jornalismo influenciam na cobertura ambiental. No âmbito interno, destacam-se, pelo menos, seis razões:

- as notícias ambientais são altamente orientadas por acontecimento e isto, em geral, determina se um problema atrai cobertura. Por exemplo, eventos dramáticos, como grandes vazamentos de petróleo, tendem a atrair intensa cobertura midiática, particularmente quando envolvem nações de elite: “Quanto mais raro ou repentino o acontecimento, maior a probabilidade de ganhar valor de novidade e chamar a atenção. As notícias rapidamente se tornam obsoletas e o inesperado e o novo são valorizados” (Anderson, 2015, p. 180);
- as questões ambientais que se prestam à visualização pronta, a exemplo da disponibilidade de imagens com qualidade, geralmente têm mais chances de serem detectadas, principalmente para os formatos digitais;
- as questões ambientais tendem a envolver processos longos e prolongados e, com frequência, há um longo período de incerteza científica. A não ser que os formuladores de reivindicações consigam chamar a atenção com bastante habilidade, estas questões permanecem relativamente invisíveis;
- a tendência midiática de se concentrar em conflitos e controvérsias, bem como de exagerar pontos de divergência pode influenciar a seleção de notícias;

- as pressões editoriais podem orientar fortemente a cobertura dos jornalistas sobre questões ambientais;
- diferentes formatos mediáticos afetam a quantidade de espaço que as questões ambientais recebem e como são enquadradas. Cada organização de notícias funciona de acordo com suas próprias restrições, culturas profissionais e ideologias.

Já no âmbito externo, a autora destaca três questões:

- a propriedade dos meios de comunicação social e a economia política, em geral, moldam claramente o conteúdo das notícias;
- poderosos interesses comerciais podem exercer pressão sobre a divulgação de assuntos ambientais, o que deixa os editores vulneráveis ao medo de que a execução de itens críticos possa resultar em perda de receita com publicidade;
- fatores culturais são altamente significativos ao explicar as diferenças na produção e no conteúdo das notícias. Isto significa que o enquadramento de questões ambientais específicas pode ressoar mais fortemente do que outros com pessoas em diferentes grupos sociais e em diferentes países.

Reitera-se, assim, a necessidade de mais investigações capazes de revelar as condições de trabalho específicas dos jornalistas ambientais dentro das redações. Conforme mostrado nesta seção, não se trata de defender que o jornalismo ambiental importa mais do que as outras especialidades, mas de pontuar que a diversidade discursiva advém, em certa medida, da adversidade de condições. Quando se afirma que esta investigação transita entre os paradigmas normativo e crítico, é porque não se admite que os jornalistas possam perder a vida simplesmente por buscar informar a sociedade acerca dos problemas ambientais.

3.6 Amazônia e os estudos de jornalismo: estado da arte

A relação entre a Amazônia e os estudos de Comunicação, com ênfase no discurso jornalístico, não é uma perspectiva necessariamente nova. Nos últimos anos, principalmente no Brasil, investigações (entre artigos, dissertações e teses) têm destacado o desmatamento da floresta amazônica a partir de diferentes premissas e posturas teórico-metodológicas. Conforme se mencionou no capítulo anterior, o dia do fogo na Amazônia não se tratou de um acontecimento isolado, mas sim resultou das estratégias do governo federal brasileiro, implantadas no último século, para a ocupação da fronteira amazônica. Com períodos de mais ou menos queimadas, a perda de cobertura vegetal da floresta tem sido uma

constante. Sem pretensão de esgotar o total de produções sobre os incêndios florestais ou desmatamento na Amazônia, apresentam-se algumas contribuições (reunidas de forma não sistemática).

Ao analisar os principais jornais brasileiros entre os anos 1970 e 2000 – aproximadamente 1.300 artigos e/ou reportagens publicados nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Época* e nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Liberal* –, Costa, L. (2008) revelou que, inicialmente, o discurso produzido tratava-se de um material descritivo e factual, cujas fontes de informação eram os órgãos governamentais. A partir dos anos 1980, no entanto, passaram a se constituir como fontes constantes de informações não apenas as instituições de pesquisa e organizações não governamentais, mas também, de maneira secundária, pequenos agricultores, fazendeiros, povos indígenas, madeireiros e seus respectivos órgãos de representação – ora como “vilões”, ora como “vítimas” do acentuado processo de desmatamento e queimadas na Amazônia: “A partir da década de 90, consolidam-se como vozes autorizadas e legitimadas pelo discurso jornalístico para ‘falar’ sobre a Amazônia as fontes do campo científico e ambiental (particularmente as ONG), além das vozes do já citado campo político” (Costa, L., 2008, p. 49). Os anos 2000 mantiveram a tendência da década anterior, bem como anteviram temáticas como efeito estufa, aquecimento global e sequestro de carbono ao lado dos desmatamentos e queimadas.

Coelho e Julião (2008) observaram a construção do discurso ambiental da revista semanal brasileira *Veja*, com especial atenção para a Amazônia, entre os anos de 1969 e 2008. Durante o período, apenas dez textos jornalísticos trouxeram a Amazônia como pauta. Foram analisadas as fotografias de capa, as chamadas de capa, os títulos da matéria e as linhas de apoio a fim de identificar a voz dominante nos enunciados. As autoras concluíram que o discurso ambiental da *Veja* se intensificou a partir de 1989, com a publicação de reportagens com conteúdo ambiental mais explícito, porém este mesmo discurso ambiental serviu de instrumento para criticar as instâncias políticas nos períodos históricos analisados (em especial, os governos militares, cuja ditadura durou de 1964 a 1985, e o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2011). A revista, portanto, agiu “de forma a legitimar sua orientação ideológica, configurando-se muito mais como político do que propriamente ambiental” (Coelho & Julião, 2008, p. 99).

Da mesma forma, as autoras revelam que as primeiras reportagens da revista *Veja* eram essencialmente descritivas, com a utilização de epígrafes, trechos bíblicos e narração em primeira pessoa – recursos estes inspirados no jornalismo literário. No entanto, com o passar do tempo, deu-se preferência à busca pela objetividade a partir do apoio em fontes autorizadas, como institutos de pesquisa e organizações especializadas. Ainda assim, era patente o caráter opinativo da *Veja*: “a revista acredita

que seu enunciatório necessita desses elementos para compreender o tema, mas não os utiliza apenas para uma compreensão neutra, ao contrário, ela circunscreve o assunto, moldando-o conforme sua própria orientação ideológica” (Coelho & Julião, 2008, p. 98).

Carvalho, C. P. (2009) avaliou a cobertura do desmatamento na Amazônia pelos jornais brasileiros *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* em três períodos de divulgação das taxas de desmatamento: 2005, 2007 e 2008. A premissa da investigação é que a Amazônia é tratada pelos meios de comunicação social brasileiros de forma isolada, fragmentada, bem como depende de acontecimentos especiais para alcançar a opinião pública. Nas palavras da autora, a Amazônia “vira notícia principalmente em momentos de crise, quando se divulgam as taxas que detectam o aumento do desmatamento e que geram conflitos entre atores importantes, ou quando são apresentadas denúncias graves de corrupção que impulsionam o desmatamento ilegal” (Carvalho, C. P., 2009, p. 22).

Foi utilizada a análise de conteúdo para analisar o universo de notícias veiculadas, as fontes de informação consultadas, os grupos de atores citados, os temas considerados, os focos principais e as causas do desmatamento abordadas. Os principais resultados demonstraram a predominância das fontes de informação governamentais, dado que “os grandes jornais não têm hábito de ouvir as comunidades locais, seja pelo difícil acesso ou porque os governantes estão mais disponíveis – muitas vezes aparecer na imprensa é do interesse deles” (Carvalho, C. P., 2009, p. 98). Ainda, revelou-se a dificuldade dos jornalistas em distinguir a informação ambiental relevante daquela produzida sob a influência da disputa de interesses. Em geral, a investigação observou que pelo menos três aspectos comprometem a qualidade da informação jornalística sobre a Amazônia:

- a falta de acompanhamento regular da evolução do contexto socioambiental na região;
- a participação inexpressiva de fontes e atores das áreas atingidas pelo desmatamento;
- a carência de conexões entre temas intrínsecos e relevantes ao debate.

De acordo com entrevistas a profissionais de comunicação e especialistas, Carvalho, C. P. (2009) observou algumas falhas na cobertura jornalística do desmatamento na Amazônia, como o tratamento descontínuo do assunto pelos jornais, a falta de qualificação dos jornalistas e a carência de investimentos dos meios de comunicação estudados para a realização de reportagens mais aprofundadas e qualificadas.

Luft (2010) concentra-se no exame da cobertura sobre os desmatamentos na Amazônia no jornal regional *O Liberal*, do Estado do Pará, no ano de 2008. A partir da premissa de que as notícias sobre o meio ambiente são construídas com base num sistema complexo de relações entre jornalistas e fontes de informação, em que as fontes oficiais predominam no processo, a investigação doutoral buscou

identificar as falas que melhor caracterizam o confronto de opiniões, sobre os desmatamentos, e como isso repercute na produção noticiosa. Pelo viés quantitativo, a autora observou a predominância das fontes ligadas aos setores políticos, ou seja, aquelas representadas, na maior parte das vezes, pelo governo federal – por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Ministério do Meio Ambiente. Pelo viés qualitativo, observou-se que madeireiros, políticos, pesquisadores e entidades sociais consideram a falta de regularização fundiária como a principal causa dos desmatamentos ilegais na Amazônia. Também, que as ações de fiscalização do governo federal, juntamente com a implementação de políticas públicas, incluindo a criação de unidades de conservação e o reflorestamento das áreas já degradadas, representam um avanço no combate aos desmatamentos na Amazônia. Luft (2010) concluiu que fontes ligadas aos meios científicos e políticos defendem a manutenção da “floresta em pé”, como a alternativa mais coerente, do ponto de vista socioeconômico e ambiental, para a preservação da Amazônia, enquanto maior patrimônio genético do planeta e, também, para assegurar a sobrevivência dos mais de 23 milhões de pessoas que vivem no território, principalmente, daquelas populações que dependem do extrativismo para o seu sustento.

A investigação de Silva, R. (2013) buscou revelar o discurso do *Jornal Pessoal*, periódico alternativo que circula em Belém, capital do Estado do Pará, acerca do desmatamento na Amazônia Legal, com especial atenção para o território paraense, no período de 1987 a 2012. A autora identifica o posicionamento crítico-reflexivo do *Jornal Pessoal*, uma vez que o discurso argumentativo se utiliza de estratégias discursivas, como a legitimidade da fala, a interpelação e a interação com o leitor. Mais: o periódico busca ampliar e aprofundar a integridade dos acontecimentos a partir da identificação de contextos socioeconômicos, não dissociados de problemas que envolvem o desmatamento: “A cobertura jornalística do *Jornal Pessoal* tem a função ativa na discussão da preservação das florestas, à medida que a Amazônia e o desmatamento são mostrados sob um olhar de dentro da região” (Silva, R., 2013, p. 155). Ao debater as ações implementadas pelo Estado para o combate do desmatamento no Pará, a investigação revelou que, de acordo com o discurso do *Jornal Pessoal*, tais ações não representam uma política ambiental comprometida e séria, o que mostra a inércia do Estado no combate às queimadas.

Percebe-se o predomínio das técnicas análise do discurso e análise de conteúdo nas investigações que envolvem Amazônia e jornalismo. Em alguns casos, o recorte temporal dos trabalhos que optaram pela análise de conteúdo volta ao período ditatorial, no Brasil. Os objetos empíricos são, amiúde, jornais (nacionais e regionais) e revistas. Em particular, a *Folha de S. Paulo*, foi analisada em dois estudos comparativos: o de Costa, L. (2008) e o de Carvalho, C. P. (2009). A análise narrativa não foi identificada em nenhum trabalho – e nisto consiste uma das mais-valias da presente investigação.

Em síntese

Partindo da ideia de que o acontecimento pode ser apreendido discursivamente, o capítulo definiu o discurso como um evento de linguagem, posto que permite o diálogo entre locutor e ouvinte, entretanto é o contexto que organiza a situação social, permitindo não só a compreensão das palavras (que, sendo polissêmicas, podem assumir várias acepções), mas também a referência à realidade social.

Quando este discurso é jornalístico, revelam-se características como: objetividade (ou verdade), singularidade e atualidade, de forma a criar uma narrativa autoral e ideológica. Longe de ser etéreo, o discurso jornalístico resulta de condições de produção da redação – embora, na atualidade, a profissão seja exercida em locais os mais diversos – em que se forja um regime de práticas, rotinas e valores. Passando pela esfera subjetiva, organizacional e exterior, os jornalistas não só incorporam os ideais e missões, como também precisam lidar com as hierarquias do ambiente de trabalho e com as fontes externas. A objetividade, estabelecida como norma do jornalismo a partir, principalmente, da influência estadunidense, foi discutida com mais detalhe, dado que, quando se trata do jornalismo ambiental, há uma nuance própria.

A objetividade pode ser entendida como procedimento metodológico que informa acerca dos processos de recolha das informações e das motivações na construção da reportagem sobre ciência e meio ambiente. Longe de ser um desvio dos princípios jornalísticos, trata-se de coerência e responsabilidade com os problemas sociais suscitados pela causa ambiental. Uma alternativa para a qualificação do jornalismo ambiental consiste no desenvolvimento do conhecimento interacional. Ainda que seja um desafio operacionalizar este princípio no dia a dia das redações, é somente a partir da intimidade com o universo científico que os jornalistas hão de desenvolver competências para selecionar os especialistas acerca de determinadas questões, bem como questioná-los de forma crítica. Porém, isto não elimina os riscos à vida dos jornalistas ambientais, principalmente nos países onde há vulnerabilidade socioeconômica. Ao contrário, as pressões internas e externas tornam ainda mais desafiador o trabalho dos jornalistas ambientais na contemporaneidade.

Ao fim do capítulo, apresentaram-se algumas investigações que discutiram questões sobre Amazônia (como incêndios e desmatamento) em interface com os estudos de jornalismo. A pesquisa não sistemática permitiu verificar que esta tese caminha por um viés pouco explorado, que é a partir do discurso jornalístico como narrativa.

4. NARRATIVA

Em continuidade com o percurso teórico-epistemológico que vai da compreensão prática à compreensão narrativa, faz-se necessário discutir um terceiro aspecto do círculo hermenêutico ricoeuriano, que são os caracteres temporais. Estes configuram a ação simbolicamente mediatizada por meio da intratemporalidade, definida como uma característica básica do Cuidado: “a condição de estar jogado entre as coisas tende a tornar a descrição de nossa temporalidade dependente da descrição das coisas de nosso Cuidado. Este aspecto reduz o Cuidado às dimensões da preocupação” (Ricoeur, 1983, p. 98). Esta perspectiva, que rompe com a concepção linear do tempo, pois privilegia o caráter datável e público do tempo da preocupação, representa a essência da narrativa hermenêutica de Paul Ricoeur, uma vez que, para o filósofo, “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (Ricoeur, 1983, p. 85).

A narrativa, assim, consiste numa operação de mediação, e não numa simples estrutura de começo, meio e fim, já que objetiva apanhar a ação das personagens numa mesma intriga. Ou seja, trata-se do “lugar de instância linguageira mediadora da experiência” (Lage, 2018, p. 12). Por conseguinte, o presente capítulo tratará de questões sobre ideologias, experiência e enquadramentos com vistas à compreensão das narrativas jornalísticas. Igualmente, aspectos como personagens, identidade narrativa e outridade serão contemplados. Ao final, a história social da Amazônia será discutida, dada as diferentes temporalidades que atravessam a fronteira.

4.1 Ideologias: tentativa de controle do discurso

Silva, J. (2014) explica que, apesar do uso original do termo remeter ao francês Antoine Destutt de Tracy, com os quatro volumes de *Éléments d'idéologie*, publicados entre 1801 e 1815, Karl Marx representa a grande influência nas investigações acerca de ideologia e poder. No sentido marxista, ideologia consiste no dispositivo de reprodução e aceitação da dominação. Algo como uma “matriz de pensamento inculcada pelas classes dominantes de modo a fazer que os dominados tomem por natural e indiscutível aquilo que é historicamente construído” (Silva, J., 2014, p. 314). De Marx até a contemporaneidade, muitas foram as leituras sobre ideologia, bem como as relações entre ideologia, poder e comunicação.

Convém destacar o trabalho do filósofo Louis Althusser (1970), *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, que retoma o materialismo histórico ao discutir os determinantes das condições de produção social:

- a infraestrutura ou base econômica, isto é, a unidade das forças produtivas e das relações de produção;
- a superestrutura, que se divide em dois níveis: o jurídico-político (as leis e o Estado) e a ideologia.

O filósofo recupera a metáfora do edifício, em que sobre uma base (a infraestrutura) erguem-se dois andares (a superestrutura), para explicar a determinação em última instância da base econômica. Isto significa que o que ocorre nos dois andares está em estreita relação com o que ocorre na base do edifício. Para Althusser (1970), o Estado é um aparelho repressivo que funciona pela violência e cuja ação é complementada pelas instituições (escola, religião, família etc.), ou seja, pelos aparelhos ideológicos. Em diálogo com a metáfora do edifício, o filósofo entende que as ideologias não são abstratas, mas sim que têm existência material. Logo, devem ser examinadas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Por meio da apreciação de suas práticas e de seus discursos, torna-se possível perceber como se estruturam e como agem os aparelhos ideológicos e, por consequência, como funcionam as ideologias dominantes. Mussalim (2000) reconhece que a linguagem se coloca no horizonte althusseriano como um lugar privilegiado para se perceber a materialização e o funcionamento da ideologia.

Silva, J. (2014) corrobora que a ideologia pode ser entendida, ao mesmo tempo, como doutrina, visão de mundo e crítica da negação ou encobrimento da realidade. O processo dá-se por meio de aparelhos ideológicos, tais como os meios de comunicação social. Neste sentido, Pierre Bourdieu (1989, p. 10) também contribui para o estudo da ideologia, uma vez que a entende como “produto coletivo e coletivamente apropriado” e que serve a “interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”. Para o sociólogo, os *media* são detentores de um poder simbólico, que é exercido ideologicamente. Bourdieu (1997), ao analisar as rotinas de produção e de apresentação dos produtos jornalísticos, concluiu que os jornalistas aderem à ideologia dominante e passam, por lógica de carreira e introjeção dos valores do campo jornalístico, a reproduzir uma visão justificadora do *status quo*. Silva, J. (2014) enfatiza que, em Bourdieu (1989, 1997), a ideologia consiste na visão de mundo que encobre a realidade e justifica o sistema dominante. Parciais, os jornalistas estão a serviço do poder pela dominação simbólica, manipulando a realidade a partir de mecanismos de seleção, organização e hierarquização das notícias:

A lógica comercial, primado da audiência, dita as regras do jornalismo que, por sua vez, exerce um poder sobre os outros campos culturais, sociais e comportamentais, sujeitando-se aos ditames dos patrocinadores, empresas privadas e publicidade de organismos estatais. [...] Nesse sentido, o jornalismo é instrumento de poder na medida em que é uma das bases da dominação simbólica e da reprodução dos valores dominantes. Os jornalistas submetem-se ainda mais na medida em que há concentração de meios, crescendo a perspectiva do desemprego e da insegurança no trabalho. A reprodução da ideologia dominante acontece por meio de uma série de procedimentos rotineiros, muitas vezes não percebidos nos seus efeitos pelos jornalistas. (Silva, J., 2014, p. 317)

Thompson (2011) estreita o entendimento entre ideologia e poder, definindo a primeira como uma forma de produzir a segunda em circunstâncias particulares a fim de estabelecer e sustentar relações de dominação. Para o sociólogo, ideologia consiste no sentido produzido a serviço do poder. Diferente da crítica pessimista de Bourdieu (1989, 1997), Thompson (2011) defende que os meios de comunicação social não são ideológicos em si mesmos, mas sim dependem da maneira como são utilizados e entendidos em contextos sociais específicos. Por conseguinte, analisa a ideologia como parte integrante de um interesse mais geral. Uma das formas por meio da qual a ideologia consegue legitimar as relações de dominação trata-se da narrativização. Os discursos (tais como o jornalístico) estruturados como narrativas conseguem retratar relações sociais de forma a estabelecer e sustentar relações de poder: “pelo fato de contar histórias e de recebê-las contadas por outros (escutando, lendo, olhando), podemos ser envolvidos em um processo simbólico que pode servir, em certas circunstâncias, para criar e sustentar relações de dominação” (Thompson, 2011, p. 83).

Por sua vez, na obra *The interpretation of cultures*, originalmente publicada em 1973, Geertz (2015) defende que os principais estudos dos determinantes sociais da ideologia são abordados por meio da teoria do interesse ou por meio da teoria da tensão. No primeiro caso, por conta da tradição marxista, os pronunciamentos ideológicos são vistos contra o pano de fundo da luta universal por vantagens. No segundo caso, contra um pano de fundo do esforço crônico para corrigir o desequilíbrio sociopsicológico. O antropólogo parte da teoria da tensão para definir a ideologia como fonte de significado e de atitudes sociopolíticas; como quadros simbólicos que surgem como resposta à tensão – por exemplo, os acontecimentos, responsáveis pela desorganização do presente:

É a tentativa das ideologias de dar sentido a situações sociais de outra forma incompreensíveis, de construí-las de tal forma a tornar possíveis a atuação propositada dentro delas, que dá conta tanto da natureza altamente figurativa das ideologias como da intensidade com que são mantidas, uma vez aceitas. (Geertz, 2015, p. 125)

Assim, numa dimensão apologética e justificadora, Geertz (2015) refere-se à ideologia como a parcela da cultura que se preocupa ativamente com o estabelecimento e a defesa de padrões de crença e de valor. É este entendimento que permite o diálogo com os estudos críticos do discurso, que definem as ideologias como o mecanismo básico das cognições sociais de um grupo, isto é, como sistemas de normas e valores que controlam a coerência e o desenvolvimento de atitudes sociais mais específicas (Van Dijk, 1995). Para este autor, as ideologias são capazes de organizar as crenças sociais das pessoas, como integrantes de um grupo, acerca do que está acontecendo, seja bom ou ruim, certo ou errado, de forma que ajam de acordo. Da mesma forma, as ideologias são sociocognitivas, pois, embora sejam sociais e políticas, bem como estejam relacionadas com grupos e estruturas sociais, possuem também uma importante dimensão cognitiva, isto é, incorporam ideias, pensamentos, crenças, apreciações e valores. Mais: não só os grupos dominantes, mas também os grupos dominados e, da mesma forma, outros grupos sociais (a exemplo dos profissionais, dos ativistas, das organizações e das instituições) possuem ideologias que controlam sua autoidentificação, seus objetivos e suas ações.

O trabalho de Van Dijk (1995) representa um modelo conceitual interpretativo específico com vistas à compreensão da realidade social, das práticas cotidianas e das relações com outros grupos: “as ideologias são simultaneamente cognitivas – pois implicam princípios básicos de conhecimento social, apreciação, compreensão e percepção – e sociais – porque são partilhadas por membros de grupos e instituições e estão relacionadas com os interesses socioeconômicos ou políticos destes grupos” (Van Dijk, 2017, p. 138). Não se trata de determinar se as ideologias são verdadeiras ou falsas. Para este autor, as ideologias representam a “verdade” – por vezes, preconceituosa – de um grupo social; consistem em modelos de interpretação e de ação, mais ou menos relevantes ou eficazes, que os grupos dominantes utilizam para atingir seus interesses. Gerais e abstratas, as ideologias têm graus variados de complexidade: vão das proposições mais básicas aos modelos mais abrangentes, como as ideologias da “democracia” ou do “socialismo”. Por isso, a manifestação da ideologia varia de acordo com o contexto:

Antes que as ideologias básicas se “expressem” nas práticas sociais, muitos outros fatores sociais, sociocognitivos e pessoais podem intervir para influenciar essa expressão. Isto significa igualmente que as ideologias não são deterministas: é possível que influenciem, orientem ou controlem o discurso e a ação sociais, mas não os “provocam” nem “determinam” e também não são os únicos sistemas mentais que controlam a produção e compreensão do discurso. (Van Dijk, 2017, p. 139)

Nos meios de comunicação social, as ideologias são expressas não só por meio do discurso jornalístico, mas, também, por meio de uma estratégia de controle do conhecimento, a saber: restrição seletiva de assuntos e, mais geralmente, reconstrução específica de realidades sociopolíticas. O processo

é dirigido por um sistema de valores e de ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia (Van Dijk, 2015).

Observa-se, assim, o poder social que reveste os meios de comunicação social, uma vez que colocam em relação grupos ou instituições de forma que os mais poderosos tentam exercer o controle sobre os menos poderosos a partir do discurso. Trata-se de um poder simbólico e persuasivo, pois o controle se dá até certo ponto sobre as mentes dos leitores, e não sobre as ações deles, bem como há a possibilidade de resistência à persuasão. O controle mental dos meios de comunicação torna-se particularmente eficaz quando os leitores não percebem a natureza ou as implicações de tal controle ou quando aceitam o discurso mediático como verdadeiro, legítimo e correto.

Para analisar o poder social e suas dimensões simbólicas, é necessário ir além de uma abordagem social ou política do poder. É preciso observar as representações mentais, incluindo as chamadas cognições sociais, como atitudes e ideologias, compartilhadas por grupos de leitores. Somente a partir dessa abordagem “noções bem conhecidas, porém vagas, como influência ou manipulação, podem finalmente ter um significado preciso” (Van Dijk, 1995, p. 11). Enquanto os tópicos ou macroestruturas semânticas representam o significado global do discurso, isto é, definem seu conteúdo, as estruturas ou superestruturas esquemáticas gerais representam sua forma global. As notícias, por exemplo, são organizadas por esquemas convencionais que definem a ordem e a posição hierárquica de tais categorias: “quais informações aparecem em uma manchete, o que é enfatizado em uma conclusão ou quais descrições de eventos contam como complicação ou resolução de uma história dependem da maneira como os acontecimentos são interpretados e, portanto, de posições ideologicamente variáveis” (Van Dijk, 1998, p. 207).

O autor destaca que a influência ideológica e a reprodução não são meramente uma função das estruturas discursivas, mas também dos modelos de contexto e das (outras) representações mentais dos receptores, a exemplo das ideologias, atitudes, conhecimentos, modelos de experiência já existentes. Isto significa que a influência ideológica nem sempre pode ter os efeitos pretendidos, pois os atores sociais são, em princípio, indivíduos autônomos e, por conseguinte, detêm o controle da própria opinião de acordo com seus interesses, metas e desejos pessoais. Van Dijk (1998) afirma que a influência ideológica e, logo, sua reprodução será mais bem sucedida se as ideologias forem consistentes com as experiências pessoais dos participantes envolvidos; se os atores sociais não tiverem (melhores) alternativas do que os modelos ideologicamente propostos para suas opiniões e ações; ou se puderem ser manipulados a acreditar e preferir informações (equivocadas), mesmo que não sejam do seu

interesse. Desta forma, a ideologia é uma noção-chave na produção de significado em todas as narrativas, inclusive as narrativas jornalísticas.

Roeh (1989) explica que há um contexto cultural em que as histórias são construídas, pois, ao produzir uma verdade contextual, o jornalismo combina o “real” com o “desejável”, o “poético” com o “retórico”; “inventa” linhas de história e sugere padrões de intriga. Aqui, “invenção” está relacionada à dimensão de recolha de informações, de seleção dos quadros interpretativos (*frames*) que vão permitir tratar uma questão. As ideologias pressupõem, ainda, a mobilização de “matrizes interpretativas sobre um assunto que pode ser imprevisível ou pouco familiar”, ou seja, consistem num “saber de senso comum que lhe confere inteligibilidade” (Neveu, 2005, p. 83).

4.2 Da experiência ao enquadramento

Castro, F. (2015) explica que a palavra experiência, por conta da variedade de acepções, permite contradições e usos deveras diferenciados entre si. Por exemplo, a experiência simples, “de algo” ou “de alguma coisa”, não significa a mesma ideia de “ter experiência”, no sentido de um conhecimento mais complexo e uma temporalidade mais ampla. Segundo o pesquisador, há aqui uma importante referência ao pensamento alemão, uma vez que, na língua germânica, são dois os verbos para “experimentar”:

- *erleben*, que decorre do verbo *leben* e seu resultado é a *Erlebniss*, uma experiência que tem um efeito intenso sobre o indivíduo que a experimenta, porém não necessariamente algum efeito externo, no entorno deste indivíduo. Evidencia-se a ideia de que não são necessários grandes esforços intelectivos, tampouco processos laboriosos para quaisquer definições ou conceituações, já que não concorre para grandes permanências;
- *erfahren*, que vem do verbo *fahren* (viajar ou, precisamente para alguns, “viajar caminhando”), que evoca a ideia de aprender, ouvir, encontrar. Também, o sentido de receber algo de outrem, de receber uma experiência, um aprendizado – portanto, necessariamente, há um vínculo com algo externo à consciência do indivíduo. Experiência, neste caso, relaciona-se à descoberta de um conhecimento, “algo que se produz mediante um esforço intelectualivo – de estudo, de investigação, de ação empírica, por exemplo – que se opera como uma travessia exploradora (*Erforschung, Durchwanderung*) do real, da realidade” (Castro, F., 2015, p. 61).

Em síntese, o segundo caso (*Erfahrung*) aproxima-se do que se afirma “ter experiência”, como um pressuposto de substância ou de conteúdo, ao passo que o primeiro caso (*Erlebniss*) seria algo próprio à vida cotidiana. Acerca deste sentido (*Erlebniss*), Kakkori (2010) explica que uma experiência não só

forma uma unidade de significado como é o próprio ato. Logo, não se trata de uma questão de conteúdo, mas de um ato de consciência: a experiência existe antes da separação sujeito-objeto. Mais: representa o tipo de contato direto com a vida, ou seja, a “experiência vivida imediata”: “a experiência também é intrinsecamente temporal e histórica, e é por isso que está constantemente mudando. Isso significa que só podemos entender o presente no horizonte do passado e do futuro” (Kakkori, 2010, p. 24).

Os dois autores mencionados identificam em Gadamer a ideia da *Erlebniss* como uma experiência de encontro de resíduos, isto é, uma experiência hermenêutica de escavar escombros. Na visão de Castro, F. (2015), Gadamer entende que o homem só tem uma experiência “propriamente dita” quando toma consciência de sua finitude (*Endlichkeit*). Isto equivaleria, no plano histórico da existência, à “experiência de sua própria historicidade” (*Geschichtlichkeit*). Consequentemente, a *Erlebniss* “conforma-se como uma experiência hermenêutica (*hermeneutische Erfahrung*) que se relaciona à tradição (*Überlieferung*) enquanto linguagem (*Sprache*), numa experiência que se refere ao nós como um “tu”, um “verdadeiro interlocutor” (*Kommunikationspartner*) ou, eventualmente, como uma “experiência de ti” (*Du-Erfahrung*)” (Castro, F., 2015, p. 62).

Para Kakkori (2010), um dos conceitos mais significativos na filosofia de Gadamer consiste, justamente, na experiência hermenêutica, a qual amplia o horizonte e permite ver algo diferente do que se tinha no passado. Trata-se, sempre, de uma negação – não como uma simples rejeição à visão anterior, mas sim como uma superação do viés conservador para um horizonte novo e mais amplo. Nas palavras do próprio Gadamer (1999, p. 528), a experiência hermenêutica tem a ver com a tradição, que “não é simplesmente um acontecer que se pode conhecer e dominar pela experiência, mas é linguagem, isto é, fala por si mesma, como faz um tu”. Por isso, a forma linguística e o conteúdo da tradição não podem ser separados na experiência hermenêutica. O filósofo enfatiza que, a partir da linguagem desenvolve-se toda a experiência no mundo e, em particular, a experiência hermenêutica, cujo sentido reside “no fato de que, face a todas as formas de experiência no mundo, a linguagem põe a descoberto uma dimensão completamente nova, uma dimensão de profundidade, a partir da qual a tradição alcança os que vivem no presente” Gadamer (1999, p. 670).

Por sua vez, França (2002) explana que, etimologicamente, a palavra experiência vem do latim, do substantivo *experientia*, do verbo *experire*: fazer um ensaio de; ato ou efeito de experimentar. O sentido de experiência ressalta, assim, a natureza da prática, da ação e da vivência, isto é, uma prática desenvolvida por alguém, por uma pessoa que está no mundo, que experimenta o mundo, que o vivencia por meio dos sentidos. A autora destaca, ainda, que a experiência no mundo se dá não só a partir de estruturas cognitivas, como também por meio de um conhecimento prévio, de referências. Essas

referências são o que Goffman (1974) chama de quadro ou enquadramento: a elaboração de situações de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e o envolvimento subjetivo neles; os elementos básicos que se consegue identificar; a organização da experiência.

Os primeiros estudos sobre enquadramento voltaram-se para Psicologia e para Sociologia. Na avaliação de Pan e Kosicki (1993), a concepção de enquadramento na literatura sociológica faz fortes suposições sobre os processos cognitivos individuais – estruturação de representações cognitivas e orientação teórica do processamento de informações. Este entendimento é compartilhado por psicólogos cognitivos e/ou outros pesquisadores cognitivamente orientados. Na Psicologia, o enquadramento pode ser visto como a alocação de informações em um contexto único, de modo que certos elementos da questão obtenham maior uso de recursos cognitivos de um indivíduo. Uma consequência significativa desta apreensão é que os elementos selecionados se tornam importantes para influenciar os julgamentos ou inferências dos indivíduos.

Scheufele e Tewksbury (2007) reiteram que os fundamentos sociológicos do enquadramento foram estabelecidos por Goffman (1974) e outros estudiosos que assumiram que os indivíduos não podem entender o mundo de forma plena, portanto, constantemente, lutam para interpretar suas experiências de vida e dar sentido ao mundo ao seu redor. A fim de processar eficientemente novas informações, os indivíduos aplicam esquemas interpretativos (os chamados esquemas primários) para classificar as informações e interpretá-las de maneira significativa.

Goffman (1974) explica que a análise de quadros objetiva isolar alguns esquemas fundamentais de compreensão disponíveis na sociedade com vistas à compreensão dos acontecimentos, bem como das vulnerabilidades especiais a que estão sujeitos estes quadros de referência. Mais: quando o indivíduo reconhece dado acontecimento na sociedade, tende a usar um ou mais esquemas de interpretação (os esquemas primários). Isto significa que convertem em algo significativo o que “de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação” (Goffman, 1974, p. 21). O sociólogo classifica os esquemas primários de duas formas:

- esquemas primários naturais, que são ocorrências puramente físicas, suscetíveis a determinantes da natureza;
- esquemas primários sociais, que são ações guiadas para a compreensão dos acontecimentos, as quais reúnem a vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência, de um agente vivo, sendo o principal deles o ser humano.

Nesta perspectiva, os esquemas primários de determinado grupo social constituem um elemento central da cultura. Portanto, é necessário compreender o estoque de esquemas de um grupo – seu

sistema de crenças, sua “cosmologia”, pois qualquer acontecimento que, à primeira vista, não possa ser administrado dentro da cosmologia tradicional, provocará uma agitação pública. Também, a tonalização desempenha papel fundamental para determinar o que realmente está ocorrendo, uma vez que permite a transformação da atividade, ou seja, por meio de um modelo, leva intencionalmente todos os participantes a terem a mesma visão daquilo que está ocorrendo. No entanto, caso este esforço intencional objetive manobrar uma atividade de modo que uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa convicção a respeito daquilo que está ocorrendo, trata-se de fabricação.

Em diálogo com Goffman (1974), França (2002) explica que o enquadramento, também chamado de quadro de sentido, é uma espécie de moldura com a qual são revestidos os diferentes objetos e práticas, encaixando-os numa estrutura ordenada. São diferentes maneiras de legitimar e ordenar as ações e discursos num todo coerente. A linguagem torna-se, dessa forma, o lugar de realização da experiência. Martino (2016) contribui ao afirmar que, primeiro, há a apreensão e a compreensão dos fatos que serão transformados nos elementos fundamentais das narrativas. De acordo o autor, essa apreensão ocorre exclusivamente segundo os próprios modos de conhecer, que, longe de serem exclusivos, são constituídos ao longo da vida, dos relacionamentos, da trajetória dentro da sociedade.

Para Rodrigues, A. D. (2000), não existe experiência de fato do mundo sem mediação da linguagem. Esta, por sua vez, sempre representa o mundo simbolicamente. Para se reconstituir a experiência efetivamente vivida, o autor afirma que determinados procedimentos se fazem necessários, tais como a averiguação dos fatos e dos fenômenos que ocorreram, da acreditação do testemunho de quem teve a experiência primeira, bem como da apreciação da fidelidade de cada um dos elos da cadeia de transmissão da experiência. Mais: uma das características fundamentais da experiência reside no fato de o seu sentido não ser determinado pela materialidade das expressões ou das ações, mas por um conjunto de pressupostos que a enquadram:

São os quadros do sentido que definem a razoabilidade de uma enunciação. São constituídos pela enciclopédia dos saberes comuns que formam o mundo das representações simbólicas dos interlocutores. Distinguem o conjunto dos referentes necessários e possíveis dos desnecessários e impossíveis, definindo deste modo as fronteiras dentro das quais se situa a troca comunicacional. (Rodrigues, A. D., 2000, p. 16)

Em Entman (1993), observa-se a distinção entre enquadramento e quadros. Segundo o autor, enquadramento envolve essencialmente a seleção de alguns aspectos de uma realidade percebida para, em seguida, tornar estes aspectos mais salientes em um texto de comunicação. Saliente, explica o autor, significa tornar uma informação mais perceptível, significativa ou memorável para o público. O objetivo

é promover a definição de um problema específico, a interpretação casual, a avaliação moral e/ou a recomendação de tratamento. Por conseguinte, os quadros atuam de quatro maneiras:

- definem problemas, ao determinar o que um agente casual está fazendo com que custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns;
- fazem o diagnóstico das causas, pois identificam as forças que estão criando o problema;
- fazem julgamentos morais a medida que avaliam agentes causais e seus efeitos;
- sugerem soluções, as quais justificam o tratamento para os problemas, bem como preveem seus efeitos prováveis.

Consoante De Vreese (2005), o enquadramento revela sua potencialidade a partir da observação dos processos comunicativos, uma vez que a comunicação não é estática, mas, sim, um processo dinâmico que envolve a construção de quadros (como eles emergem) e a definição desses quadros (a interação entre quadros mediáticos e predisposições de audiência). Chong e Druckman (2007) explicam que os indivíduos extraem suas opiniões do conjunto de crenças disponíveis armazenadas na memória, entretanto apenas algumas crenças se tornam acessíveis em determinado momento. Salvo o conjunto de crenças acessíveis, somente algumas são fortes o suficiente para serem julgadas relevantes ou aplicáveis ao assunto em questão: “o enquadramento pode funcionar em todos os três níveis, disponibilizando novas crenças sobre um problema, tornando certas crenças disponíveis acessíveis ou tornando as crenças aplicáveis ou ‘fortes’ nas avaliações das pessoas” (Chong & Druckman, 2007, p. 111).

Na explicação de Entman, Matthes e Pellicano (2009), os processos de enquadramento ocorrem em quatro níveis (figura 5):

- na cultura, onde não apenas se encontram o estoque de esquemas comumente encontrado nas mentes dos indivíduos de uma sociedade, mas também o estoque de quadros presentes nas comunicações do sistema, incluindo literatura, entretenimento, notícias, conversas e outros discursos políticos: “Por definição, esses esquemas comuns são os que formam a base das reações da maioria dos indivíduos ao enquadramento das comunicações” (Entman, Matthes & Pellicano, 2009, p. 176);
- nas mentes das elites e comunicadores políticos profissionais, os quais não têm autonomia irrestrita, porém são limitados a escolher dentro do estoque cultural, que registra os traços do enquadramento passado;

- nos textos das comunicações, que surgem a partir das redes de comunicadores profissionais envolvidos no enquadramento, ou seja, na seleção e definição de alguns aspectos de uma realidade percebida a fim de construir mensagens que destacam as conexões entre eles (realidade e mensagens) de maneira a promover uma interpretação específica;
- na mente de cidadãos e cidadãs individuais.

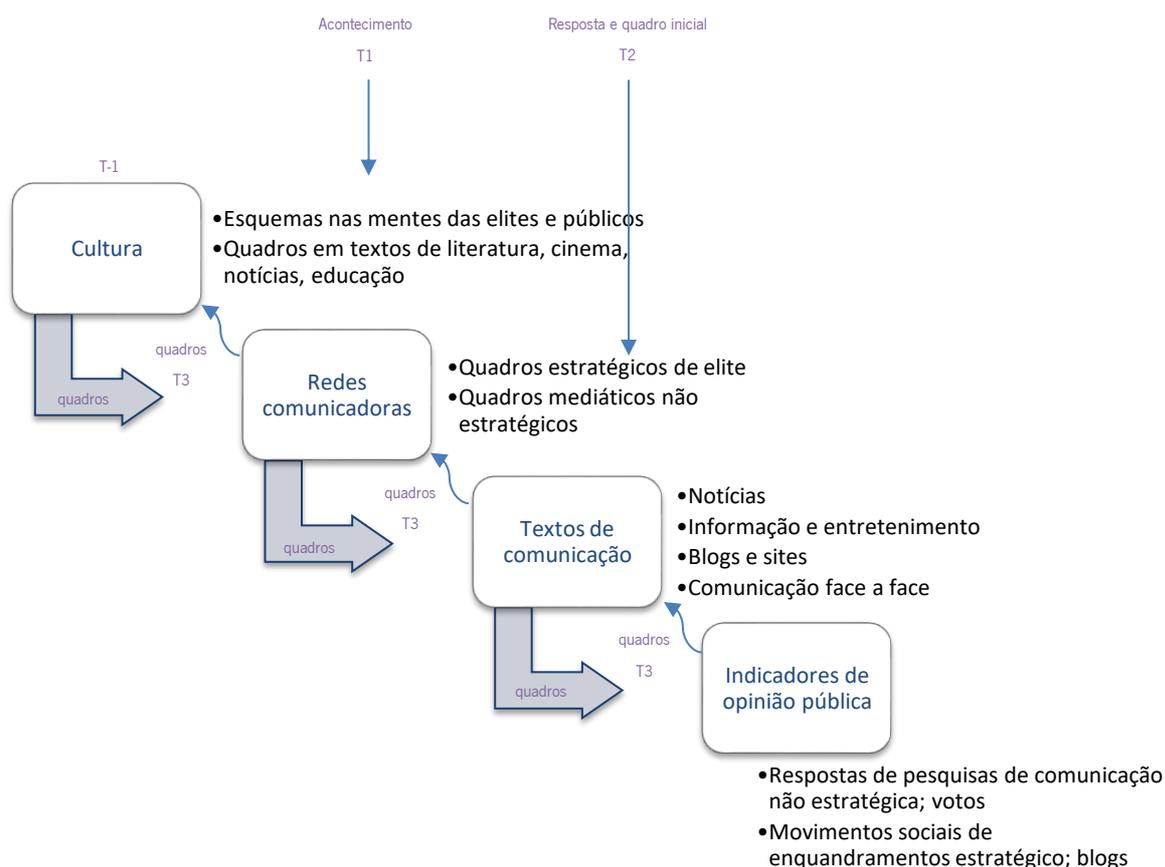


Figura 5: O processo de enquadramento em quatro níveis

Fonte: Entman et al. (2009)

Os autores enfatizam que, diferente de uma mensagem persuasiva clara ou simplesmente uma afirmação, um quadro invoca repetidamente os mesmos objetos e características, usando palavras e símbolos idênticos ou sinônimos em uma série de comunicações semelhantes que são concentradas no tempo: “se uma comunicação não exhibe repetidas palavras e símbolos que se conectam às associações culturais de muitos cidadãos, então, por esses padrões, não é um quadro” (Entman et al., 2009, p. 177). Os quadros funcionam para promover a interpretação de uma situação ou de um ator problemático e o apoio (implícito ou explícito) a uma resposta desejável, geralmente junto com um julgamento moral que fornece uma carga emocional. Mais: uma mensagem de enquadramento tem ressonância cultural

específica, pois lembra os elementos dos esquemas que foram armazenados no passado. De acordo com os autores, a repetição de quadros ao longo do tempo em vários textos oferece a uma proporção politicamente significativa dos cidadãos a chance de perceber, entender, armazenar e recuperar a associação mental para aplicação futura:

O enquadramento é, portanto, diacrônico, no sentido em que se presume que a exposição durante um determinado período aumenta as probabilidades de respostas específicas durante um período futuro, enquanto diminui a probabilidade de pensar em outros objetos ou características potencialmente relevantes. Finalmente, uma vez que um quadro tenha aparecido o suficiente para ser amplamente armazenado nos sistemas de esquemas dos cidadãos, ele não precisa mais ser repetido em rajadas concentradas, nem deve ser totalmente elaborado; os cidadãos podem convocar as associações armazenadas anos depois em resposta a um único componente vívido. (Entman et al., 2009, p. 177)

Nisbet (2010) corrobora que os quadros mediáticos conectam os pontos mentais do público, uma vez que sugerem uma conexão entre dois conceitos, questões ou coisas. Assim, após a exposição à mensagem emoldurada, o público aceita ou pelo menos está ciente da conexão: “uma questão foi enquadrada com sucesso quando há um ajuste entre a linha de raciocínio que uma mensagem ou notícia sugere sobre uma questão e a presença dessas associações mentais existentes dentro de um determinado público” (Nisbet, 2010, p. 49).

É pertinente a observação de Carvalho, A. (2000), para quem os estudos acerca dos quadros, iniciados por Goffman (1974), evidenciam os padrões que os indivíduos utilizam para organizar sua cognição da realidade, de forma que os acontecimentos não são percebidos pelos sujeitos a partir de seus componentes individuais, mas sim pela atribuição de uma estrutura geral e conhecida. Entretanto, a partir de Entman (1993), o quadro passa a ser visto como uma ideia central que subjaz e orienta a construção de textos e, em suma, a construção discursiva da realidade. A autora entende o enquadramento como um processo de perspectivação que resulta da seleção e composição: “seleção é um exercício de inclusão e exclusão de fatos, opiniões, juízos de valor. Composição é o arranjo destes elementos de forma a produzir um determinado sentido. Este processo ocorre sempre e necessariamente na produção de textos” (Carvalho, A., 2000, p. 145).

Na explicação de Van Gorp (2007), para que a complexidade de um acontecimento seja reduzida a um todo plausível compreensível, faz-se necessário recorrer ao pacote de enquadramento (*frame package*), o qual sugere uma definição, uma explicação, uma problematização e uma avaliação do acontecimento e, em última análise, resulta em várias conclusões lógicas – por exemplo, com relação a quem é responsável pelo problema percebido. Desta forma, os meios de comunicação fornecem ao público não apenas informações sobre o acontecimento em si, mas também sobre como ele deve ser

interpretado. O enquadramento torna-se uma forma de metacomunicação, dado que o quadro especifica a relação entre vários elementos conectados em um texto (neste caso, jornalístico) com base nos quais um problema ou tópico pode ser definido e entendido. Isto significa que há uma mensagem manifesta com um conteúdo específico e o quadro que indica como a mensagem deve ser interpretada: “a noção de metacomunicação implica que o significado que os leitores atribuem a um texto não é determinado meramente pelas informações concretas que ele contém, mas também pelas informações implícitas nas entrelinhas” (Van Gorp, 2007, p. 65).

A partir da discussão acerca da objetividade, empreendida no capítulo anterior, assume-se que a seleção de um quadro é uma decisão significativa por parte do jornalista, uma vez que não se pode determinar, a princípio, um quadro correto ou um quadro errado. A situação ou o item relatado é o que determina a escolha do profissional a fim de que o produto final (neste caso, o discurso jornalístico) alcance a maior precisão possível.

As investigações em Ciências da Comunicação têm usado o conceito de enquadramento a partir de duas perspectivas: a partir dos meios de comunicação (*media frames*) e a partir do público/da audiência (*audience frames*). Valkenburg, Semetko e De Vreese (1999) definem o enquadramento mediático como uma maneira particular pela qual os jornalistas, que dispõem de um tempo ou espaço limitado, compõem uma notícia a fim de otimizar a acessibilidade do público, enquanto o enquadramento da audiência pode ser definido como um esquema de interpretações que permite aos indivíduos perceber, organizar e compreender as informações recebidas. Por sua vez, Scheufele (2000) explica que o enquadramento mediático apresenta uma ideia organizadora central ou um enredo que fornece significado a uma faixa de eventos que se desdobra. O quadro sugere sobre o que é a controvérsia, a essência da questão. Serve, ainda, como rotina de trabalho para jornalistas, permitindo que eles identifiquem e classifiquem rapidamente as informações a fim de retransmiti-las, de maneira eficiente, para o público. Já o enquadramento da audiência trata-se do conjunto de ideias mentalmente armazenadas que orienta o processamento de informações por parte dos indivíduos.

As diferentes abordagens sobre o enquadramento podem, ainda, ser classificadas a partir de duas dimensões, segundo Scheufele (1999): uma dimensão entre níveis (*between-level*), que define o enquadramento mediático em um nível macroscópico e o enquadramento de audiência em um nível microscópico, conjecturando potenciais relações entre eles; e uma dimensão dentro do nível (*within-level*), que conceitua o enquadramento mediático e o enquadramento da audiência separadamente como variáveis independentes e dependentes. Estudos de enquadramento, amiúde, examinam um dos três processos distintos (figura 6):

- a construção dos quadros (*frame-building*), que evidencia os fatores que interferem na qualidade estrutural das notícias, a exemplo das normas e valores sociais, dos constrangimentos e pressões organizacionais, das pressões dos grupos de interesse, das rotinas jornalísticas e das orientações político-ideológicas dos jornalistas;
- a configuração dos quadros (*frame-setting*), que, conforme De Vreese (2005) e Scheufele (2000), se referem à interação entre o enquadramento mediático (variável independente) e conhecimento prévio e predisposições dos indivíduos (variável dependente), admitindo que o enquadramento das notícias pode afetar o aprendizado, a interpretação e a avaliação de problemas e eventos;
- consequências do enquadramento em nível individual (*individual-level consequences of framing*), a qual pode ser observada na alteração da atitude de um sujeito acerca de um problema, quando exposto a determinado enquadramento mediático.

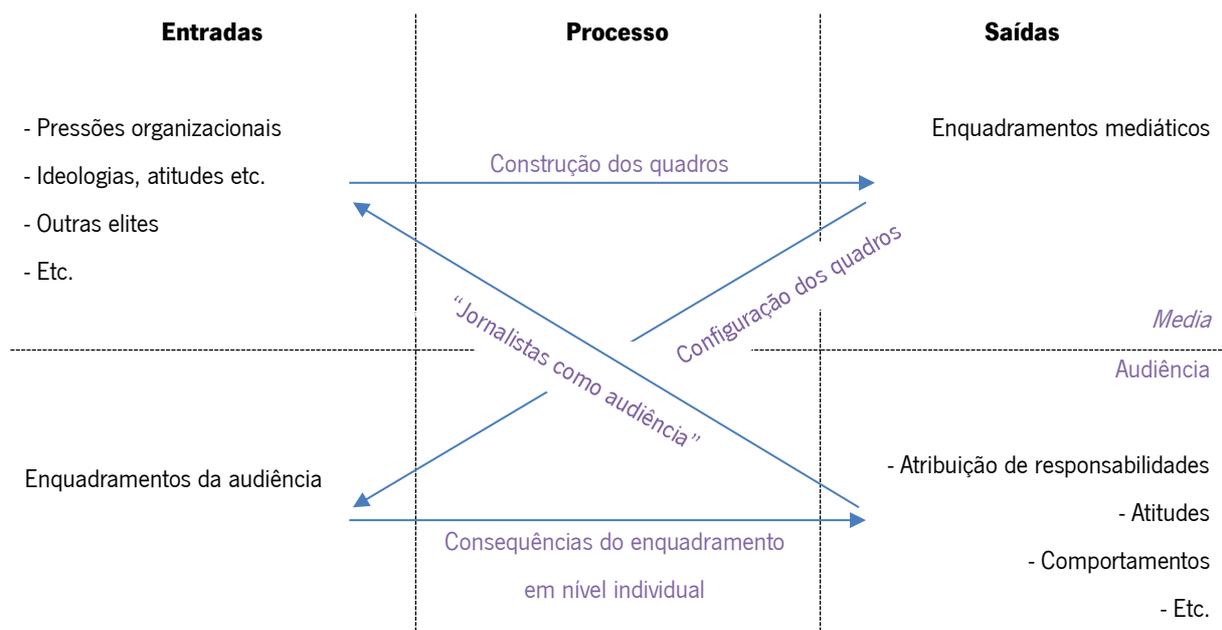


Figura 6: Modelo de processo de enquadramento em investigações

Fonte: Scheufele (1999)

De Vreese (2005) e Scheufele (2000) também chamam atenção para as consequências em nível social, uma vez que os enquadramentos mediáticos podem contribuir para moldar processos, tais como socialização política, tomada de decisão e ações coletivas. Há, pelo menos, quatro tipos de enquadramento mediático recorrentes nas notícias, conforme Valkenburg et al. (1999):

- quadro de conflito, que enfatiza a divergência entre indivíduos, grupos ou instituições;
- quadro de interesse humano, que se concentra numa história individual ou no ângulo emocional para apresentar os fatos, de forma a personalizá-los e a dramatizá-los;
- quadro de responsabilidade, que apresenta uma questão de forma a apontar indivíduos, grupos ou o governo como encarregados pela sua causa ou pela sua solução;
- quadro de consequências econômicas, que apresenta os fatos em termos de efeitos econômicos para os indivíduos, grupos, instituições, territórios ou países.

Tal como afirma Martino (2016), toda a classificação da realidade é fundamentalmente arbitrária. Sem embargo, a classificação configura-se como ponto de partida para a construção de qualquer narrativa:

Os atos de classificar e narrar parecem estar intrinsecamente ligados. Só é possível narrar a partir das classificações que se tem para entender o mundo. O exercício de decodificação da realidade é feito dentro das categorias, dos “enquadramentos” possíveis em um determinado momento, enquadramentos esses que se impõem no momento da (re)codificação do mundo efetuada na narrativa. É a partir dessa apreensão prévia da realidade que se formam as narrativas – que, por sua vez, se tornam parte do que entendemos por “realidade”. (Martino, 2016, p. 15)

Conforme explicado na seção anterior, as ideologias não apenas podem ser produzidas e reproduzidas pelos atores sociais, enquanto participantes de um grupo social, por meio do discurso, como também formam os quadros básicos organizadores das cognições sociais partilhadas pelos integrantes de grupos sociais, organizações ou instituições, uma vez que “funcionam essencialmente como a interface entre as representações cognitivas e os processos subjacentes ao discurso e à ação, por um lado, e a posição societal e os grupos dos interesses sociais, por outro” (Van Dijk, 2017, p. 118). Logo, as ideologias representam um importante elemento na construção dos quadros de sentido mobilizados pelos meios de comunicação social. Por sua vez, os quadros orientam a produção de narrativas.

4.3 Narrativas jornalísticas: mais do que histórias

Para Schudson (2011), as notícias (*news story*) obedecem a uma estrutura de começo, meio e fim, de acordo com convenções-padrão da prosa literária. Contudo, diferente desta última, narram fatos que, de fato, ocorreram. Este autor afirma que os jornalistas contam histórias profissionalmente e não como parte da vida cotidiana, porém fazem uso de todas essas possibilidades a fim de despertar, na audiência, emoções diversas: calma, ânimo, honra, coragem, paixão, entre outras. Tentam, ainda, fazê-

lo melhor do que os colegas de profissão, vistos como rivais. Ainda que Schudson (2011) se refira, em princípio, à estrutura textual – pois afirma que a notícia deve responder às questões “quem”, “o que”, “quando”, “onde” e, às vezes, “por quê” –, abre caminho para uma discussão maior ao propor que contar histórias faz parte da construção de uma comunidade: “esta visão narrativa do jornalismo vê as notícias como parte de um processo de produção de significados coletivos, e não como um processo de transmissão de informações. Enfatiza a característica social, e não a mecânica do processo de notícias” (Schudson, 2011, p. 186).

Para Tuchman (1993), as notícias publicadas no jornal aproximam-se de uma forma de literatura popular, no sentido de ser uma realidade construída que possui sua própria validade interna. Entretanto, não se trata de acusar a notícia de ser fictícia. Machill, Köhler e Waldhauser (2007) explicam que as mensagens comunicadas por meio de “esquemas de história” parecem ser prontamente compreensíveis e reproduzíveis por humanos, pois tais atos de comunicação apelam e desenvolvem aspectos emocionais e racionais (linguístico-cognitivos) dentro de nós.

Na explanação de Leal (2006), as narrativas estabelecem um encadeamento e uma direção, bem como investem o sujeito de papéis e criam personagens, indicam uma solução. Ao tecer a experiência dos seres humanos que as contam, cotidianamente, as narrativas ajudam-nos a viver, agrupando-os e distinguindo-os, delimitando seus lugares e possibilitando a criação de comunidades. A elaboração de um “olhar narrativizante”, na visão do autor, é o que permite a articulação entre os diversos fragmentos em circulação. Por isso, a importância de se estabelecer procedimentos analíticos, os quais implicam categorias e pressupostos: “As narrativas emergem como resultado da interrelação das forças sociais, as mais diversas; caracterizam equacionamentos possíveis dessas forças, em pontos peculiares do fluxo histórico e social” (Leal, 2006, p. 22).

Entende-se, assim, que as narrativas jornalísticas envolvem determinados pontos de vista, bem como pressupõem determinados contextos de comunicação e de produção de significado. Roeh (1989) explica que as histórias contadas pelos jornalistas sobre a realidade representam construções expressivas que procuram, como todas as narrativas, estabelecer um fechamento significativo de alcance moral. Portanto, criam-se linhas de história e são sugeridos padrões de narração “a fim de produzir verdade contextual, fornecer sentido à existência e respostas significativas a questões assombrosas” (Roeh, 1989, p. 165).

Da ordem das dinâmicas socioculturais, das disputas de sentido, dos jogos de poder e das complexas redes de construção textual, as narrativas jornalísticas permitem a verificação do contexto em que a ação humana se desenvolve. Carvalho, C. A. (2012) afirma que as narrativas jornalísticas são

antecedidas por pressupostos ontológicos e ideológicos que orientam a produção da notícia. Isto significa que sempre é possível identificar marcas do social, do cultural, do político-econômico, enfim, de diversas características do ambiente em que se inscrevem as narrativas. Destaca-se, ainda, que toda narrativa é reapropriada no ato de leitura, “pois aquilo que vem configurado em uma determinada narrativa receberá novas configurações a partir da perspectiva de quem lê, propiciando, assim, a criação/recriação da realidade” (Carvalho, C. A., 2012, p. 171). Consoante este autor, as narrativas fornecem explicações racionais para a realidade. Por isso, não apenas o tempo consiste numa dimensão fundamental de todo ato de narrar, pois contar uma história não se limita à atualização dos acontecimentos descritos. Estes somente terão sentido completo à medida em forem apanhados em forem construídos a partir de uma intriga: “o ato de compor é, assim, a própria tessitura da lógica do que é narrado, tornando possível o todo onde aparentemente reinava somente fragmentos” Carvalho, C. A. (2012, p. 173).

Motta (2013) concorda que as narrativas jornalísticas se revelam a partir da forma como as notícias do dia a dia lidam com o tempo e o organizam. Este autor explica que, no relato jornalístico, o tempo é difuso, anárquico, invertido. Por isso, o olhar narrativizante reconfigura os relatos como unidades temáticas, isto é, intrigas com princípio, meio e final de uma história única. A narrativa hermenêutica permite uma especulação sobre o tempo, ou seja uma “ruminação inconclusiva cuja única réplica é a atividade narrativa” (Ricoeur, 1983, p. 21). Desta forma, na perspectiva do filósofo, a narrativa não é caracterizada pelo “modo”, isto é, pela atitude do autor, mas sim pelo “objeto” – ou seja, pelo agenciamento dos fatos.

4.3.1 Personagens jornalísticas e a identidade narrativa

Conforme já mencionado, em Ricoeur (1990) é a personagem quem executa a ação na narrativa. A identidade, entendida narrativamente, pode ser chamada de identidade da personagem. Isto significa que é na história narrada, com suas características de unidade, articulação interna e completude, conferidos pela operação de composição do enredo, que a personagem conserva ao longo de toda a história uma identidade correlativa à identidade da própria história: “a pessoa, entendida como personagem da história, não é uma entidade distinta de suas ‘vivências’. Muito pelo contrário: partilha o regime de identidade da personagem, a que podemos chamar a sua identidade narrativa, ao construir o da história contada” (Ricoeur, 1990, p. 175).

Na explicação de Reichert do Nascimento (2011), em Paul Ricoeur, a identidade é considerada uma categoria da prática, uma vez que expressar a identidade de um indivíduo é responder à pergunta: Quem fez tal ação? Para tal, é necessário contar uma história – a partir da qual surge a identidade

narrativa: “considerada como algo distintivamente humano a ação é o que revela e constitui o si-mesmo” (Reichert do Nascimento, 2011, p. 48). Ainda de acordo com este autor, a perspectiva ricoeuriana desenvolve-se contrariamente à tradição moderna de permanência de um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade de seus estados. Na perspectiva de Paul Ricoeur, a identidade narrativa revela-se na dialética entre ipseidade e mesmidade.

Plummer (1996) explica que identidade deriva da raiz latina *idem*, que implica igualdade e continuidade; que examina a permanência em meio à mudança, a unidade em meio à diversidade. Segundo o autor, a tradição sociológica de investigações acerca da identidade remete ao interacionismo simbólico, a partir da teoria pragmática, segundo a qual as pessoas constroem suas identidades pessoais a partir da cultura em que vivem. Entretanto, nesta investigação, em concordância com Ricoeur (1990), percebe-se que a distinção entre a identidade pessoal e a identidade narrativa. Segundo o filósofo, a identidade pessoal, entendida como mesmidade ou identidade-*idem*, possui um caráter numérico e qualitativo: significa unicidade, ao contrário de pluralidade, e corresponde a reidentificação do mesmo várias vezes, além de ser associada à semelhança extrema. Além disso, a identidade pessoal deve ter continuidade ininterrupta entre o primeiro e o último estágio do desenvolvimento do mesmo indivíduo, bem como apresentar um princípio de permanência no tempo.

Ao propor o estudo da ipseidade, Ricoeur (1990) reflete sobre alguma forma de permanência no tempo que não se reduza à determinação de um substrato. A intervenção da identidade narrativa trata-se de uma constituição conceitual da identidade pessoal, ao modo de uma medianidade específica entre o polo do caráter – isto é, o conjunto das marcas distintivas que possibilitam reidentificar um indivíduo humano como sendo o mesmo –, em que *idem* e *ipse* tendem a coincidir, e o polo da manutenção do si mesmo, em que a ipseidade se desvencilha da mesmidade. A identidade pessoal, considerada em sua duração, pode ser definida como identidade narrativa, no cruzamento da coerência conferida pelo pôr em intriga com a discordância suscitada pelas peripécias da ação narrada. A identidade narrativa não elimina a identidade pessoal, mas a coloca em relação dialética com a identidade *ipse* – do si, considerada em sua condição histórica; contraposta à identidade imutável do *idem*, do mesmo.

Treanor (2006, p. 220) reitera que, em Paul Ricoeur, a identidade pessoal evidencia-se no caráter, ou seja, no conjunto de disposições duradoras pelas quais uma pessoa é reconhecida, ao passo que se reconhece a identidade *ipse* na autoconstância exigida pelo cumprimento de promessas: “embora *idem* e *ipse* sejam importantes, é claro que a identidade *ipse* é o que é essencial em termos de identidade narrativa pessoal e em termos de ética”. Novamente, Reichert do Nascimento (2011, p. 49) afirma que o filósofo articula a identidade narrativa por meio da configuração de uma trama que agencia os fatos “a

fim de extrair uma história sensata de uma pluralidade de acontecimentos ou acasos, tendo por objetivo transformá-los em uma história, isto é, em um todo inteligível, na qual as ações são adscritas aos agentes”.

Desta forma, as personagens, construídas a partir do discurso jornalístico, consistem em representações dinâmicas que, ao serem colocadas em intriga, no tempo presente, convocam um passado, uma memória, e projetam um futuro, uma promessa. A dialética entre essas duas instâncias caracteriza a identidade narrativa. Cabe ao narrador, na figura do jornalista, determiná-la. Voltada para o passado, a ênfase da memória é posta na mesmidade, sem que a característica da ipseidade esteja totalmente ausente; voltada para o futuro, na promessa prevalece a ipseidade de forma tão maciça que, facilmente, a promessa é evocada como paradigma da ipseidade.

Peixinho (2014) defende duas formas de compreender a personagem:

- a forma mimética ou representacional, que trata a personagem como uma representação mediada do humano;
- a forma não-mimética, fundamentada pelos estudos estruturalistas de Roland Barthes, que entende a personagem como uma unidade compositiva e funcional do texto.

Na visão desta autora, é a partir da abordagem mimética ou representacional que se pode perceber a personagem como um modelo que a projeta como pessoa, como ideia e como construção. Um paradoxo, pois se a personagem “é baseada em pessoas reais, ou, dito de outro modo, se tem um pendor antropomórfico declarado, [...] por outro lado, é inquestionável que ela resulta de um processo de construção, em que intervêm signos e códigos mais ou menos complexos” (Peixinho, 2014, p. 239). Portanto, entende-se que a personagem jornalística não equivale à pessoa real; mas sim à construção que o jornalista faz a fim de identificá-la de forma célere e eficaz:

Quando as diversas figuras que povoam o nosso universo social deslizam para as narrativas mediáticas, adquirindo o estatuto de personagens, perdem a dimensão humana e complexa que ontologicamente possuem, para se verem reduzidas a uma soma de traços identificadores, que compõem os seus perfis esquemáticos e incompletos, a partir dos quais os leitores formarão a sua opinião. (...) A atividade de construir personagens pelos *media* é de uma enorme responsabilidade, pois, na maioria dos casos, são eles as únicas fontes de conhecimento que o público tem ao seu dispor. O mesmo é dizer que, quando falamos em pessoa/ator social e personagem jornalística estamos, na verdade, a falar de duas realidades distintas, pese embora a obrigatoriedade de referencialidade à qual o jornalista se submete, pois o leitor apenas acede a essa figura construída pela imprensa. (Peixinho, 2014, p. 333)

O estudo de Marques (2016) corrobora a ideia de que, no jornalismo, as personagens consistem em construções textuais que representam, contextualmente, seres humanos com existência empírica, inseridos nas narrativas com um objetivo específico, a saber: ilustrar determinada situação e/ou provocar reação na audiência. Para a pesquisadora, ao passar por um processo de figuração, a pessoa apresentada pelo discurso jornalístico transforma-se em personagem a partir do conjunto de características que os *media* lhe atribuem. Significa dizer que a pessoa se torna objeto semiótico, construção, signo narrativo com base no referente real cujo significado corresponde ao conjunto das suas propriedades:

A personagem jornalística é qualquer figura – individual ou coletiva – constante de uma narrativa jornalística, ao serviço de objetivos informativos e comunicacionais, construída de acordo com uma seleção de características de uma pessoa com existência empírica. Essa seleção decorre de critérios deontológicos, estilísticos e discursivos, característicos da comunicação jornalística, nomeadamente: a necessidade de proporcionar à audiência uma compreensão fácil da informação, a linha editorial do órgão de comunicação, a relação com as fontes e os acordos que se faz com elas, o tempo de que o jornalista dispõe para a construção da peça e o espaço que tem disponível para a publicar. Dessa seleção, resultará: i) uma construção discursiva marcadamente simplificada, redutora, funcionalista e simbólica; ii) e uma imagem mental, construída pelo leitor, com base naquilo que os *media* de informação dizem sobre as suas figuras, nascendo, dessa forma, a personagem. Esta entidade funciona, portanto, como representante de determinada realidade. (Marques, 2016, p. 54)

Na visão de Casadei (2010), na narrativa jornalística, a personagem não é definida apenas pela posição que ocupa no tempo presente, ou no momento em que eclodem os acontecimentos, mas também por meio da relação entre o tempo presente e o tempo passado. Esta movimentação de temporalidades coloca em evidência não somente as identidades narrativas, cuja natureza, na perspectiva de Paul Ricoeur, revela a dialética entre ipseidade e mesmidade, mas também a alteridade, a diferença, o par indissociável “nós” e o “outro”.

4.3.2 O outro generalizado e a outridade

França (1998) afirma que o jornalista, enquanto observador e narrador, constrói um discurso que trata não apenas da sua experiência, mas também da sua atração pelo outro. Desta forma, identifica-se com um segundo observador, o leitor. Juntos, jornalista e leitor “não compartilham uma experiência comum, não realizam uma troca ou investimento pessoal, mas promovem uma convergência no papel de observadores de um terceiro que os atrai, os seduz e os aproxima” (França, 1998, p. 29). Mais: jornalista e leitor somente falam deste terceiro porque algo acontece fora de ambos, porque existe uma

distância e uma diferença entre os dois, uma separação clara entre o “outro” e “nós”. O discurso jornalístico, antes de anular a alteridade, ocupa-a.

Deve mencionar-se que a referida autora baseia-se em Mead (1934), cujos estudos haviam explicado que a atitude deste terceiro observado por “nós” e pelo “outro” representa a atitude de toda a comunidade, ou seja, a atitude do “outro generalizado” (*generalized other*). Significa dizer que, em termos abstratos, o indivíduo toma consigo a atitude do outro generalizado, sem referência à sua expressão em quaisquer outros indivíduos em particular. Porém, em concreto, comporta-se a partir daqueles outros indivíduos com quem está envolvido em qualquer situação ou ato social. No caso do jornalismo, são os acontecimentos que hão de criar a situação ou o ato social. É sob a forma do outro generalizado, portanto, que o processo social influencia o comportamento dos indivíduos envolvidos. Somente quando os indivíduos tomam as atitudes do outro generalizado em relação a si próprios é que se torna possível a existência do universo do discurso, entendido “como sistema de significados comuns ou sociais que o pensamento pressupõe em seu contexto” (Mead, 1934, p. 156).

A relação mediada pela linguagem entre “nós”, o “outro” e o “outro generalizado” faculta a permanente construção de identidades, já que que o processo nunca se completa. França (2002, p. 28) afirma que a identidade posiciona os sujeitos no mundo, ou seja, diz acerca do lugar que ocupam em relação ao outro (outros pontos de referência, outro lugar):

Ao fazer isto, a identidade também marca e estabelece uma posição, o lugar que efetivamente construímos e no qual nos inserimos. Ela se constrói assim – nessa interseção entres os discursos que nos posicionam e o nosso movimento de nos posicionarmos enquanto sujeitos no mundo. (França, 2002, p. 28)

Nessa constante construção e nesse constante reposicionamento do “nós” e do “outro”, as narrativas conservam-se capazes de articular o estar-num-mundo aberto, em fluxo, tecido no entremear de imagens, falares, tradições, saberes. Martino (2016) lembra que a dimensão estética da narrativa se mostra como um modo de abertura reflexiva para a alteridade, ou seja, uma possibilidade de experimentar, no espaço dos afetos, o que são as vivências do outro. Para Lobato & Lobato (2018), alteridade e identidade compõem um mesmo processo vivido no seio das representações e das narrativas: as identificações e conexões por elas estabelecidas entre interlocutores, culturas e comunidades. Em Silva, T. (2000), observa-se, que a identidade e a diferença representam criações socioculturais instituídas por meio de atos de linguagem. Como tais, estão sujeitas a vetores de força, a relações de poder e, numa instância mais ampla, a disputa de recursos simbólicos e materiais da sociedade. Mais: identidade e diferença demarcam fronteiras, distinguem o “nós” e o “outro”: “elas não

são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (Silva, T., 2000, p. 81).

Na explicação de Dionízio (2011), a figura da alteridade está cristalizada na face do estrangeiro, não no sentido de apátrida, mas no sentido de diferente, de marginal, de desviante, de desconhecido, ou seja, no que é fundamental para que o “eu” possa dizer quem é:

Dizer que sou este e não aquele me permite traçar uma linha fronteira entre eu e o outro, na configuração de um processo relacional de demarcação e constituição de identidades e outridades. É, então, através de um processo de diferenciação que a unidade parece se constituir. O par identidade/diferença se revela indissociável, na medida em que o outro, ainda que calado, à sombra, ou em seu reverso, habita a figura do um. (Dionízio, 2011, p. 19)

Treanor (2006) explica que a similitude representa o aspecto das coisas ou das pessoas que é, de alguma forma, familiar ou compreensível, enquanto a alteridade remete ao que é absolutamente desconhecido, estranho ou obscuro. Da relação cruzada e dinâmica entre a similitude e a alteridade, cuja particularidade é nunca chegar a um ponto final e confortável, dado que constantemente exige ajuste e reavaliação, surge a outridade (*otherness*): “Enquanto alteridade, o outro é aquilo que pode revelar ou fazer surgir algo novo e imprevisível; entretanto, enquanto semelhança, o outro também é suscetível a alguma medida, por mais imperfeito que seja, de compreensão” (Treanor, 2006, p. 229).

Em concordância, Freitas, C. e Benetti (2017) observam que o jornalismo possui um papel fundamental na construção do conhecimento sobre a diferença e a semelhança entre os seres humanos. As autoras pensam a alteridade como fenômeno que envolve o “eu” e o “outro” em relação de interdependência no mundo, a partir da qual é possível perceber a outridade, ou seja, a explanação do modo de existência desse “outro” para o “eu”. Explicam, ainda: o fenômeno da alteridade permite que o outro se revele ou mostre algo novo e imprevisível, ao passo que a outridade consiste no ponto de encontro do fenômeno da alteridade com a similitude, “resultando em uma tensão que não tende ao equilíbrio, mas ao balanço entre semelhanças e diferenças a cada vez que o ‘eu’ e o ‘outro’ se encontram” (Freitas, C. & Benetti, 2017, p. 15). Por este entendimento, a similitude do “outro” apresenta-se como um semelhante ou um familiar, passível de ser compreendido. Contudo, há sempre algo para além daquilo que se pode compreender, de forma que o “outro” seja inapreensível em sua totalidade.

As autoras refletem que o discurso jornalístico evidencia o fenômeno da alteridade e, em seguida, da outridade mimetizada e narrada. Afinal, o discurso jornalístico articula uma pluralidade de vozes que desejam comunicar algo, bem como recriar e reproduzir os conhecimentos gerados por outros atores, que não os jornalistas. Trata-se de uma dinâmica que correlaciona o “eu-sujeito-jornalista/veículo” com

os “outros-sujeitos”, conforme já mencionado: “o princípio do jornalismo está justamente em perceber o ‘outro’, tornando-o visível e compreensível, seja pelo processo de assimilação (tal como um semelhante), seja pelo de diferenciação entre os sujeitos postos em relação (dentro e fora do texto) na narrativa” (Freitas, C. & Benetti, 2017, p. 20). Ainda de acordo com as autoras, o fenômeno da alteridade, no jornalismo, ocorre pela manifestação de, pelo menos, três identidades:

- do jornalista;
- do público;
- do “outro” narrado – este último pode ser tanto a fonte de informação quanto o objeto da narrativa jornalística.

Ao narrar a existência do “outro”, o jornalista acaba por mimetizar a outridade desse sujeito, condicionando-a à própria construção da narrativa e às características do discurso jornalístico como um gênero específico:

A identidade do “outro” passa a ser uma identidade essencialmente narrativa, que se recria no texto e se diferencia de sua condição fenomênica original. Embora essa identidade resguarde aspectos da singularidade do sujeito, já não é ele em si mesmo (pessoa corporificada) que se apresenta (...), mas um “outro” do e no texto – o “outro” ideal e mimetizado pelo jornalismo, manifestando-se como fenômeno próprio do texto que o conforma. E como nesse processo há uma ação interpretativa que depende do público ao qual se destina a narrativa, quando este público tiver acesso ao texto vai conhecer o “outro” narrado a partir da reconfiguração do acontecimento jornalístico, no qual a outridade está “diluída” (Freitas, C. & Benetti, 2017, p. 22).

As autoras explicam que a narrativa jornalística tanto reduz a outridade a estereótipos e a tipificações a fim de compreendê-la e descrevê-la, como também, por meio da *mimesis*, recompõe a singularidade que pertence ao sujeito narrado ao inscrevê-lo em seu contexto particular. Portanto, pelo ato de refiguração, o público pode, constantemente, reinterpretar o que foi apresentado pelo jornalista: “a reconstrução narrativa da outridade é uma forma de acessar e de conhecer esse sujeito pelo texto – pois, mesmo que a cada nova ação hermenêutica a outridade se refaça, traços de sua singularidade permanecem no texto que a encerra” (Freitas, C. & Benetti, 2017, p. 22). Em função da capacidade mimética, é possível afirmar que, no discurso jornalístico, toda a outridade apresenta-se de forma relativa, historicizada, interpretada, reconstruída e ressignificada.

4.4 A história socioeconômica da Amazônia: do boom ao colapso

Na Amazônia, tempo e espaço não são apenas específicos, são também inerentes. A fronteira “tem um tempo diferente do resto do território nacional, mais acelerado, nela sucedendo rapidamente

as inovações” (Becker, 1996, p. 8). A autora explica que, a partir de 1930, com a política de integração nacional desenvolvida pelo governo federal, a abertura de grandes eixos transversais, a exemplo das rodovias Transamazônica e Perimetral Norte, e intrarregionais, das rodovias Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus, alterou drasticamente o espaço e o tempo na Amazônia. Isto porque as relações, antes, davam-se por via fluvial¹⁰ ao longo de meses. Com as estradas, passaram a ser contadas a partir de horas. Mais: a terra adquiriu valor como mercadoria e os atores sociais passaram a disputar sua apropriação, definindo territórios, dada a ausência de organizações sociais pré-existentes capazes de resistir às novas apropriações. Assim, não apenas a dimensão econômica caracteriza a fronteira amazônica, mas também elementos socioculturais, o que a leva a constituir-se no espaço do conflito social e, portanto, da identidade e da diferença.

Para Cunha (2007), as fronteiras ajudam a revelar quadros de permanência de mudança e, portanto, de dinâmicas sociais amplas. Trindade Jr. (2013) explica que, em vez de uma linearidade histórica, na Amazônia há o (des)encontro de temporalidades, visto que os diferentes sujeitos que passaram a ocupá-la têm diferentes concepções de vida e visões de mundo. Nesta investigação, compreende-se a Amazônia principalmente a partir do espaço socioeconômico da floresta. Justifica-se a escolha não somente pelo senso de lugar, que, na definição de Gutsche Jr e Hess (2019, p. 25), trata-se de “uma profunda sensação de conforto, facilidade e familiaridade ou uma conexão que nem sempre podemos explicar”. Sim, nasci e vivi por mais de 30 anos entre a capital Belém e o interior do Estado do Pará, na Amazônia. Logo, não se pode, tampouco se deseja negar o sentimento de pertença àquela localidade.

No entanto, percebe-se que o bioma amazônico envolve, também, problemáticas de caráter político ou a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas, configurando-o como território (Haesbaert, 2010). Para Elden (2011), embora não possa ser reduzido à terra, há de ser considerado uma série de elementos político-econômicos na maneira como o território é concebido, disputado e distribuído. Em concordância, Souza, M. L. (2018) afirma que as características geocológicas ou os recursos naturais interessam para a compreensão do território na medida em que se identifica quem exerce domínio ou influência sobre quem, em determinado espaço e de que forma.

Por conseguinte, recorre-se à história socioeconômica da floresta para se compreender as narrativas jornalísticas produzidas sobre o dia do fogo na Amazônia. De acordo com Gondim (1994),

¹⁰ De acordo com Paes Loureiro (1995), a integração da Amazônia ao restante do Brasil deu-se por meio de rodovias, porque os rios que a separavam do território nacional, como o Gurupi, entre o Estado do Pará e o Estado do Maranhão, e o Tocantins, que nasce no Estado de Goiás e atravessa o Estado do Pará no sentido sul-norte em direção à foz do rio Amazonas, não eram navegáveis. O primeiro, por conta das cachoeiras e dos ataques indígenas, era navegável até a metade inferior. O segundo, por conta das pedras e das corredeiras, era intransitável num grande trecho, no verão.

foram os europeus, especialmente os portugueses e os espanhóis, quem primeiro lançaram um olhar sobre a Amazônia, no século XVI, por meio dos relatos de viagem. Estas histórias eram influenciadas pelos imaginários pagão e cristão:

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes. Nesse bojo, inclui-se, ainda, a mitologia indiana que, a par de uma natureza variada, delicia e apavora os homens medievais. A tal conjunto de maravilhas anexam-se as monstruosidades animais e corporais, incluídas tão-somente enquanto oposição ao homem considerado como admita normal e habitante de um mundo delimitado por fronteiras orientadas por tradições religiosas. (Gondim, 1994, p. 9)

Na explicação da autora, pressionados pelas adversidades da época, os europeus viajaram para o Novo Mundo no afã de encontrar o “paraíso” e a fonte da eterna juventude – onde, segundo a tradição religiosa, nascia um grande rio cujas águas encobriam riquezas e suprimiam totalmente todos os males sociais, como fome, doenças e pestes. Este local foi encontrado pelos expedicionários do espanhol Francisco de Orellana, entre 1541 e 1542, e foi sucessivamente visitado por outros viajantes, principalmente depois que o governo português liberou a navegabilidade do rio Amazonas. Assim, para aquele lugar de enormes rios e florestas compactas, dirigiram-se as atenções e erigiram-se verdades, bem como confrontaram-se teorias e refutaram-se ou confirmaram-se hipóteses:

Como justificar a presença de animais pequenos em meio a tão prodigiosa natureza, se na África esturricada animais gigantes ali tinham seu *habitat*? Possivelmente havia gigantes entre o intrincado vegetal; não havia, outrossim, homens com rabo? E as mulheres brancas, altas e guerreiras, não guardavam a prodigiosa cidade de ouro, próxima a um lago duradouro, onde se banhava um rei muito rico? Certamente, o clima deveria ser o responsável pelos atos bestiais, endurecimento do caráter e envelhecimento precoce do autóctone. Essas perguntas geralmente acompanhavam os viajantes, e as respostas ora encaixavam-se na vertente infernista, ora na edênica, ou ainda justificavam a catequese. (Gondim, 1994, p. 10)

Em concordância, Bueno, M. (2002) afirma que, nos relatos de viagem sobre o Novo Mundo feitos pelos europeus, no século XVI, associava-se amiúde a Amazônia ao inferno. Esta visão contribuiu para o estigma da população que habita o território, sobretudo por relacioná-la à imagem e aos costumes dos povos indígenas, os quais eram incompreendidos pelos europeus, mas também à própria floresta, vista como um inimigo a ser vencido por meio da exploração das riquezas naturais. Gondim (1994) afirma que somente entre o final do século XIX e início do século XX, impulsionado principalmente pela inclusão da Amazônia como fornecedora de produtos regionais, a exemplo da borracha, para o mercado de consumo europeu e norte-americano, o dualismo paraíso/inferno foi superado no relato dos prosadores,

como Jules Verne, Conan Doyle e Vicki Baum. Portanto, é mesmo a dimensão econômica que alça a o bioma amazônico às preocupações internacionais contemporâneas.

Observa-se em Petit (2003) a subdivisão da história econômica da Amazônia em três períodos:

- o ciclo da borracha¹¹, de 1850 a 1912;
- a fase de declínio e posterior crescimento moderado da economia regional, de 1912 a 1965;
- a época das grandes transformações socioeconômicas da Amazônia, a partir da segunda metade dos anos 1960 até os dias atuais.

Segundo este autor, a produção da borracha fortaleceu-se entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX em função da mão de obra nordestina que migrara para a Amazônia por conta da crise do sistema escravista, cuja abolição havia se dado em 1888, além da repercussão econômica provocada pela crise da cultura do algodão e das periódicas secas que atingiram a região Nordeste, entre 1870 e 1909. Os trabalhadores recém-chegados à Amazônia sujeitavam-se à imposição dos comerciantes e/ou seringalistas, que controlavam a produção e comercialização da borracha, por meio do sistema de aviamento. Tratava-se de um sistema econômico similar ao utilizado, anteriormente, pelos portugueses em relação aos indígenas: troca de produtos da floresta por mercadorias. No sistema de aviamento, concedia-se um crédito informal, do aviador ao produtor, na forma de bens de consumo (alimentos, roupas, material de caça e de trabalho, entre outros), bem como algum dinheiro para que o produtor utilizasse durante o período de espera da safra extrativa. Consolidava-se, assim, a total dependência do produtor ao seringal, principalmente porque os produtores eram proibidos de exercer qualquer outra atividade de subsistência:

O resultado foi a sujeição permanente do seringueiro ao seringal, por não poder abandoná-lo sem antes sufragar as “dívidas contraídas”, dívidas que aumentavam progressivamente pelo aumento dos preços das mercadorias entregues pelos comerciantes/seringalistas e do valor que os mesmos ofereciam pelo látex convertido em borracha. Tratava-se de uma espécie, parafraseando Marx, de acumulação originária de dívida que escravizava os seringueiros, que eram impedidos de abandonar o seringal sem antes ter liquidado “suas dívidas” o que favorecia a acumulação de capital dos aviadores nacionais e estrangeiros. (Petit, 2003, p. 55)

Na avaliação de Schmink e Wood (2012), as relações sociais fundamentavam-se na imobilização por débito, pois os salários eram completamente desconhecidos nesta economia que se sustentava na troca: “sob o sistema de aviamento, a segurança não era dada pela quantidade de ganhos, mas pela

¹¹ Em 1839, a Goodyear havia descoberto como processar o látex natural de maneira a manter a consistência, apesar das mudanças de temperatura, por meio do processo de vulcanização. A partir de 1888, com a invenção da roda pneumática por John Dunlop, as câmaras infláveis eram produzidas para as bicicletas, na Europa e nos EUA. Posteriormente, fabricantes de carro passaram a demandar látex natural para rodas e acessórios. (Schmink & Wood, 2012)

continuidade no relacionamento, baseado em débitos e obrigações, que asseguravam a sobrevivência e o contato indireto com a economia mundial monetarizada” (Schmink & Wood, 2012, p. 85).

Capital do Estado do Pará, Belém experimentou, nas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, um acelerado crescimento demográfico, bem como consolidou-se como principal centro comercial, financeiro e político da Amazônia. Entretanto, o setor industrial não acompanhou o mesmo ritmo de expansão, pois a moeda estrangeira ganha com o comércio da borracha subsidiou os custos da industrialização no sul do Brasil, especialmente em São Paulo. Em 1910, a borracha da Amazônia atingiu o ápice no preço (sete dólares por quilo) seguido de queda, da qual jamais se recuperou totalmente. Isto porque, naquele ano, foram colhidas as primeiras plantações de seringa bem-sucedidas na Ásia, de forma que “o baixo preço do produto asiático roubou do Brasil o mercado mundial da borracha” (Schmink & Wood, 2012, p. 86).

Essas circunstâncias, somadas à crescente demanda por matérias-primas por parte da industrialização no sul do Brasil, levaram à diversificação da economia na Amazônia, com a castanha-do-pará assumindo a liderança nas exportações, seguida pelo arroz, pela madeira e pela pimenta-do-reino. Trata-se do segundo período da história econômica da Amazônia: a fase de declínio e posterior crescimento moderado da economia regional, de 1912 a 1965 (Petit, 2003). De um lado, o sistema de aviação foi adaptado para sustentar novas atividades extrativas, principalmente no sul do Estado do Pará, em torno de cidades como Marabá e Conceição do Araguaia, bem como a economia tornou-se mais monetizada. De outro, o governo federal adotou iniciativas de desenvolvimento, a exemplo da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em 1953, cujo objetivo era “estimular a modernização das atividades agropecuárias e do pequeno parque industrial e a subsidiar a instalação de novas indústrias” (Petit, 2003, p. 69).

Estabeleceu-se, desta forma, uma mudança fundamental na organização sociopolítica e econômica da Amazônia. Schmink e Wood (2012) explicam que os incentivos fiscais possibilitaram a apropriação de terras, pelas elites regionais, bem como o investimento em novas atividades agropecuárias – as quais, em determinados locais, competiam com as atividades extrativistas. Além disso, os comerciantes passaram a cobrar de seus clientes o pagamento de dívidas consideráveis, apropriando-se de suas terras como forma de pagamento e, então, cobrando renda ao produtor pela continuidade no uso da terra ou sobre os seus produtos. Ao contrário dos barões da borracha, a nova elite econômica do sul do Pará buscou garantir direitos legais sobre vastas áreas, consolidando imensos latifúndios e defendendo-os com violência, quando necessário – tanto para vincular os trabalhadores aos patrões, quanto para proteger-se dos ataques dos povos indígenas. A questão é que, de acordo com a

legislação agrária estadual aprovada na década de 1920 e, de novo, em 1954, o acesso legal a grandes áreas na Amazônia dava-se por meio de concessões de longo prazo, chamadas de aforamento perpétuo. Para Schmink & Wood (2012), o foro não classifica a terra como propriedade pública, tampouco privada – razão pela qual o sul do Pará tornou-se palco de vários conflitos fundiários e ambientais, desde a década de 1970, uma vez que os diferentes atores sociais possuíam diferentes estratégias de uso da terra, bem como diferentes conceitos sobre propriedade de terra.

Há de se considerar, ainda neste período de crescimento moderado da economia regional, o início da atividade mineradora, no território ao longo do rio Tapajós, principalmente nas cidades de Santarém e de Itaituba, bem como em Serra Pelada, próxima à cidade de Marabá. Segundo Schmink e Wood (2012), as áreas de mineração de ouro tratavam-se de “garimpos fechados”, uma vez que o acesso à terra era controlado pelo dono (geralmente um comprador, comerciante, fornecedor ou piloto), que poderia convidar outros para montar um negócio, a exemplo da construção de uma pista de pouso. O “dono da pista”, como era chamado o construtor da pista de pouso, cobrava uma taxa pelo seu uso. Desta forma, os pilotos não apenas transportavam pessoas e mercadorias, mas desempenhavam o papel de patrão, ao construir as pistas de pouso, comprar o ouro dos garimpeiros e assisti-los, num sistema semelhante ao sistema de aviamento:

O eixo central do garimpo era o relacionamento entre o fornecedor e os garimpeiros. O primeiro fornecia o capital e os últimos, a mão de obra (e ocasionalmente algumas ferramentas) para extrair ouro, cassiterita e outros minerais valiosos. O fornecedor provia alimentos básicos e um lugar para os trabalhadores pendurarem suas redes durante o tempo em que estavam no campo. Por tradição, o fornecedor era o responsável pelas necessidades dos garimpeiros, tais como cuidados no caso de um deles adoecer. Em troca de suas respectivas contribuições, fornecedor e garimpeiro dividiam entre si quaisquer que fossem os resultados obtidos por sua associação. O fornecedor tinha direito à metade do produto. A outra metade era igualmente dividida entre todos os garimpeiros em uma turma. O termo meia-praça foi inicialmente utilizado devido a esse relacionamento entre fornecedor e garimpeiro. O termo também se referia à própria pessoa do minerador sob esse sistema. Nos anos posteriores, fornecedor e meia-praça foram substituídos por dono e peão. (Schmink & Wood, 2012, p. 97)

Ainda de acordo com os autores, Serra Pelada diferenciava-se dos garimpos tradicionais, uma vez que apenas uma minoria de garimpeiros trabalhava no regime de meia-praça. Por conta da abundância de ouro no território, os proprietários preferiam pagar os garimpeiros, neste local chamado de “formigas” (porque usavam treliça de escadas precárias, feitas à mão, para subir as íngremes ladeiras com o carregamento de minério do dia), na forma de diária ou de percentual (1 a 5% da produção). Esta dinâmica socioeconômica fez com que Serra Pelada ficasse conhecida como o garimpo “da burguesia e

das formigas”, já que não raro eram os casos de enriquecimento (“bamburra”), contudo as fortunas mudavam de mãos constantemente.

Portanto, uma das diferenças entre o sistema de aviamento e o sistema de garimpo é que neste, além do garimpeiro operar de modo ligeiramente mais independente que o seringueiro, sem obrigações para com o fornecedor, o elemento de incerteza e sorte mantinha a possibilidade de enriquecimento súbito. Para Schmink & Wood (2012), os garimpeiros formam um grupo social distinto na Amazônia, dado que vivem em enclaves isolados do resto da população, contudo, tal como os pequenos agricultores, também se envolveram nas disputas fundiárias e no confronto com os povos indígenas e com as tropas federais. Este cenário conduz à última etapa da classificação proposta por Petit (2003) acerca da história econômica da Amazônia: dos anos 1960 em diante, quando ocorreram imensas transformações socioeconômicas por conta dos grandes projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricos implantados na região Norte a fim de viabilizar a extração e o transporte das riquezas minerais descobertas na Serra dos Carajás.

Localizada no sul do Estado do Pará, a mais ou menos 850 quilômetros da capital Belém, a Serra dos Carajás trata-se da maior província mineral do mundo, onde há importantes reservas de minério de ferro de alto teor, bem como alumínio, cobre, manganês, ouro, níquel, estanho, bauxita, caulim, prata e diamante. O Programa Grande Carajás (PGC), também conhecido como “Carajazão”, consistiu numa intervenção dos governos militares, por meio da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – hoje, Vale S/A¹² –, com apoio do governo do Estado do Pará, para extrair minério da Amazônia. A ideia era construir um gigantesco corredor de exportação na região Norte do Brasil, já que as jazidas de ferro no Estado de Minas Gerais estavam à beira da exaustão, tornando o custo da exploração elevado.

Três grandes projetos integraram o Carajazão: a Estrada de Ferro Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, e Porto Ponta de Madeira, no Estado do Maranhão. Segundo Petit (2003, p. 99), o PGC não se restringiu à pesquisa, extração, beneficiamento, exploração primária ou industrialização e transporte do minério, mas também se destinou “ao incentivo de atividades agropecuárias e agroindustriais, reflorestamento e beneficiamento e industrialização de madeiras e

¹² O estudo de Rodarte (2017) trata, entre outras questões, das relações conflituosas entre a Vale S/A, o governo do Estado do Pará e a sociedade local, desde os impactos ambientais causados pela implantação dos projetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, até a privatização da empresa, em 1997, que não sofreu resistência política. Atualmente, a Vale S/A é uma das maiores mineradoras do mundo e funciona como um poder paralelo ao poder do Estado do Pará, ao qual não presta contas. Beneficia-se, inclusive, da Lei Kandir (n. 87/1996), que isenta os impostos de produtos e serviços destinados à exportação. Ou seja, a empresa explora minério da Amazônia e sequer é tributada pelos cofres públicos. Na avaliação da autora, a Vale S/A tem a liberdade de capital privado e as vantagens de uma empresa estatal. Em 2012, foi eleita pelo *Public Eye Awards* (“prêmio” mundial criado pela *Greenpeace*) como a pior corporação do mundo. Nos últimos dez anos, pelo menos duas grandes catástrofes ambientais envolveram a empresa mineradora: os rompimentos das barragens Fundão, no distrito de Bento Ribeiro, em Mariana, em 2015, e Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019, ambos no Estado de Minas Gerais. Armada (2020) observa que, entre os dois acontecimentos, em vez de maior engajamento político para garantir a segurança da população que vive no entorno das barragens de mineração, houve afrouxamento e flexibilização de alguns dispositivos legais.

aproveitamento de fontes energéticas”. Para a Estrada de Ferro Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí, foram construídos núcleos urbanos com objetivo de abrigar os funcionários envolvidos diretamente nos projetos: a Vila de Carajás, no topo da serra homônima, e a Vila Permanente, em Tucuruí, nesta ordem.

Trindade Jr. e Madeira (2016) explicam que, embora planejadas, essas duas cidades foram concebidas sob modelos de interações diferenciados. Na Vila de Carajás, são rígidos a interdição, o controle e a vigilância, de forma que, no sopé da serra, formou-se a cidade de Parauapebas como depósito de mão de obra. Já em Tucuruí há mais interação entre a cidade e a Vila Permanente. De todo modo, caracteriza-se um urbanismo de enclave, “de pouca troca favorável à população do entorno e de clara conexão com espaços extra locais, em que pese o discurso de interação e de atendimento das demandas regionais” (Trindade Júnior & Madeira, 2016, p. 45). Mais: a expansão da fronteira amazônica, por meio do “Carajazão”, implicou violentos conflitos decorrentes da disputa não apenas pela terra, mas por territórios onde se localizam as jazidas. Os principais atores envolvidos nesta disputa de territorialidade são as empresas, os garimpeiros e os povos indígenas.

Em suma, Celentano e Veríssimo (2007) observam que o avanço da fronteira amazônica segue o padrão “boom-colapso”, uma vez que a inserção da Amazônia na economia brasileira, consoante os três períodos sistematizados por Petit (2003), caracterizaram-se pelo rápido e efêmero crescimento na renda e no emprego (*boom*) durante os primeiros anos da atividade econômica ao que, frequentemente, se seguiu um colapso socioeconômico e ambiental, evidenciados pelos conflitos no campo e pelos assassinatos de lideranças rurais por conta da disputa pela terra, além do desmatamento e da abertura da fronteira agropecuária e madeireira.

Ainda consoante Celentano e Veríssimo (2007), foram retomados os investimentos públicos na Amazônia por meio do Programa Avança Brasil, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Entretanto, foi mesmo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado na segunda gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), em 2007, que novos grandes investimentos, sobretudo em infraestrutura (como a construção de hidrelétricas, pavimentação e recuperação de estradas), foram feitos na Amazônia e no Brasil, em geral.

Na visão de Nascimento (2017), o PAC não só orientou-se para a retomada do planejamento e da execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país, como também permitiu o enraizamento definitivo do capitalismo extrativista no Brasil. Mais: a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura deu-se por meio de um conjunto de medidas de estímulo ao investimento privado por meio da desoneração de tributos. Nascimento (2017) demonstra que, neste

período, foi retomada a construção de grandes projetos na Amazônia com a usina hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no sudoeste do Estado do Pará.

Segundo a autora, o governo federal e o setor elétrico brasileiro argumentavam que as hidrelétricas eram fontes de energia limpa e que Belo Monte, em particular, havia sido amplamente debatida e estudada. Isto para difundir a ideia de que a construção da hidrelétrica havia sido decidida de forma democrática e que se tratava de um empreendimento social e ambientalmente responsável. Todavia, entre os processos de licenciamento e a execução da obra, travou-se uma intensa batalha judicial, sob a égide da segurança nacional, marcada pela prática de ilegalidades no âmbito do sistema de controle socioambiental pelas empresas estatais e órgãos públicos, além da suspensão das normas. Para Nascimento (2017), era contraditório que, ao mesmo tempo em que os governantes evocavam os princípios da sustentabilidade para construir Belo Monte, reconheciam que as características do projeto impossibilitavam o cumprimento das regras ambientais estabelecidas. A contradição era mediada pelo discurso do bem público necessário para se combater novos racionamentos de eletricidade e, também, do estímulo ao desenvolvimento econômico por meio de novos investimentos que emergem com a ampliação da oferta de energia, sobretudo na Amazônia:

As narrativas, oposições e contradições que se deram ao longo de uma década desde que Belo Monte voltou a figurar entre os planos nacionais e setoriais de expansão da geração de energia constituíram vigorosas ações no plano decisório que tiveram impacto direto no licenciamento ambiental com a produção de consecutivas ilegalidades reforçadas pela suspensão das normas. O desrespeito às recomendações do Ibama e de outros notáveis organismos de fora do circuito governamental teve uma série de efeitos, sendo o primeiro deles um afrontamento direto à democracia. (Nascimento, 2017, p. 191)

De acordo com Barretto Filho (2020), a inserção da Amazônia na economia brasileira e, conseqüentemente, a inserção do Brasil na ordem econômica internacional sempre se caracterizou pelo fornecimento de recursos primários e pela produção de *commodities* de baixo *input* tecnológico. A manutenção dessa agenda de grandes obras de infraestrutura e o estreitamento dos vínculos com o agronegócio (pecuária de grande escala em pastagens de baixa produtividade; monocultivos de eucalipto, soja e cana; complexos minerários a céu aberto; minerodutos com quilômetros de extensão; megaprojetos de hidrelétricas), por meio do PAC, tem caracterizado uma econômica neoextrativista na Amazônia, cujos efeitos são os conflitos de territorialidade.

Com o presidente Jair Bolsonaro à frente do executivo nacional, o autor observa, pelo menos, duas questões. De um lado, reativaram-se “concepções geopolíticas autoritárias baseadas em preceitos de ‘segurança nacional’ e uma visão militarista de soberania, fundada na noção de ‘fronteira viva’, ou

vivificada pelas já referidas atividades econômicas neoextrativistas convencionais” (Barretto Filho, 2020, p. 5). De outro, há a sensação generalizada de que tudo passou a ser permitido. Não se trata de um autoritarismo clássico (que se baseia em leis e instituições sob o comando de um ditador), mas de um governo que se abre à violência opressiva e deixa correr um *laissez-faire* na sociedade civil, liberta de quaisquer limites legais:

Observa-se o desbloqueio absoluto – sem sequer um verniz de regulação – dos vetores que configuram a economia de fronteira, que sempre operaram na região [amazônica], por meio tanto de posicionamentos públicos, quanto de medidas governamentais, tais como: a reiteração do argumento xenófobo de que a interferência estrangeira em terras indígenas e na proteção ambiental dificulta o progresso do país, a que respondem as diretrizes de não demarcar mais Terras Indígenas, rever a criação de áreas protegidas e abrir tais territórios ao desenvolvimento comercial; a desarticulação do sistema de regulação ambiental, em especial a revisão em curso da legislação sobre licenciamento ambiental de empreendimentos, o relaxamento geral da fiscalização e o “assédio moral coletivo” a que estão submetidos os profissionais desta área; o uso sistemático de informações mentirosas e distorcidas sobre inúmeras questões ambientais; a afirmação de que os dados sobre o desmatamento gerados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais são manipulados – que é parte da ofensiva mais ampla contra a educação, a pesquisa científica e as instituições responsáveis por estas. (Barretto Filho, 2020, p. 6)

Percebe-se, assim, a complexidade de relações que atravessam a fronteira amazônica. Para esta tese, importa observar o território na medida em que se atribui significado ao lugar reivindicado por diferentes atores sociais. Gutsche Jr e Hess (2019) lembram que o território depende da capacidade dos poderosos de adotar práticas, valores, rituais, costumes e regras comuns num espaço ou lugar. O comportamento social, em um ciclo de manutenção pelas forças institucionais, incluindo o discurso perpetuado pelos meios de comunicação social, reforça o comportamento das pessoas, restabelecendo o território como a maneira correta de se apropriar desta parte do espaço. É na capacidade de mediar os discursos entre os diferentes públicos, bem como moldar valores, regras e práticas ritualísticas, que se estabelece a relação entre território e jornalismo.

Em síntese

O capítulo encerrou o preâmbulo necessário à compreensão da narrativa hermenêutica ao se debruçar acerca dos aspectos temporais, os quais são mais bem observados a partir da dimensão humana. As ideologias, segundo a visada crítica, formam crenças e valores que dão coerência a atitudes sociais específicas. Nos meios de comunicação social, as ideologias são expressas não apenas por meio do discurso, mas também por mecanismos de controle, a exemplo da restrição seletiva de assuntos e da promoção de interpretações específicas.

Os quadros de sentido funcionam como molduras que ajudam a fixar determinados consensos sociais, dado que repetem palavras e símbolos previamente existentes no estoque cultural, ou seja, recorrem às ideologias e, também, à experiência de vida das pessoas. O enquadramento feito pelos *media* conduz à articulação de narrativas por meio da tessitura da intriga. A partir dos fragmentos, que são as notícias publicadas todos os dias, o ato de leitura (de um jornal e, por consequência, do mundo) organiza o tempo ao (re)criar a história das pessoas (entendidas como personagens). A reunião dos acontecimentos num todo coerente, sob uma mesma identidade, é o que permite a criação de uma identidade narrativa, a qual põe em evidência uma memória e uma promessa. Mais: evidencia a relação entre um “nós”, um “outro” e um “outro generalizado”, que é, em geral, sobre quem se fala, no discurso jornalístico. Em vez de anular a diferença entre os interlocutores, a linguagem ocupa-a, ressaltando a outridade, ou seja, a relação dinâmica entre aquilo que é similar e aquilo que se revela novo e imprevisto.

Por fim, a apresentação da história social da Amazônia a partir de seus ciclos econômicos mostrou, narrativamente, como o tempo e o espaço, no território amazônico, são específicos e inerentes. Os diferentes grupos sociais que se fixaram na Amazônia estão em permanente conflito porque cada um entende a relação com a floresta de maneira própria: para as sociedades indígenas e povos tradicionais, a Amazônia representa a sobrevivência, enquanto para os grandes produtores rurais trata-se de um grande espaço “vazio” a ser tornado produtivo, por meio da pecuária ou da plantação de soja. Esses conflitos de territorialidade seguem acalorados na contemporaneidade, sobretudo com a gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Antes de avançar à *mimesis* II, é necessária uma seção intermediária para explicar os procedimentos metodológicos que, de fato, nortearão a análise das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia. Portanto, o capítulo a seguir detalhará questões de natureza instrumental, como o modelo de análise, o processo de amostragem e as técnicas e instrumentos de recolha e análise dos dados.

Mimesis II



A configuração narrativa

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Charron e Bonville (2016) afirmam que um dos principais desafios da investigação em Ciências da Comunicação consiste em esmiuçar as complexas relações entre as condições sociais de produção e as características do discurso jornalístico, cujos objetos, formas, regras e intenções de comunicação variam no tempo e no espaço. Por conseguinte, reconhecem-se nestes autores duas particularidades do jornalismo: 1) uma prática discursiva acerca de objetos reais de interesse público, tal como se manifesta nos jornais; 2) uma prática interdiscursiva, uma vez que, num mesmo suporte material (jornais ou outros meios de comunicação social), encontram-se diversos discursos e várias fontes de tais discursos. Assim, embora o jornalismo designe uma prática discursiva concreta situada em um tempo e lugar particulares, o conteúdo deste conceito apreende-se de maneira diferente do ponto de vista teórico, do pesquisador, e do ponto de vista empírico, do próprio jornalista.

O presente capítulo, de natureza teórico-metodológica, visa ao detalhamento dos procedimentos que irão nortear a análise das narrativas sobre o dia do fogo na Amazônia a partir dos jornais *Folha de S. Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal). Trata-se de uma transição entre a prefiguração narrativa, discutida nos capítulos anteriores (nomeadamente a partir da ideia do acontecimento apreendido pelo discurso jornalístico e, então, transformado em narrativa por meio da tessitura da intriga), e a configuração narrativa, que será realizada, de fato, no capítulo seis. Serão discutidos não apenas o paradigma e a abordagem metodológica nos quais se inscreve a presente investigação, como também o modelo de análise, o método e as técnicas e os instrumentos de recolha e análise dos dados. Os procedimentos articulam-se de acordo com as questões de investigação e com os objetivos propostos.

5.1 Problemas de investigação e objetivos

Os problemas de investigação revelam a maneira pela qual se observará o objeto de pesquisa, bem como expõem a orientação teórica escolhida de forma a obter um sistema conceitual organizado. Na explicação de Orozco e González (2012), quando se constrói uma pergunta de pesquisa, identificando um problema, também se decide, em grande parte, o caminho que se terá de percorrer e o que, em termos gerais, isto implicará. A pergunta, por conseguinte, consiste no elemento central que conduz à construção do objeto. Nesta investigação, partiu-se da pergunta geral: quais foram as narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia e como foram construídas?

Ainda de acordo com Orozco e González (2012), observa-se a relação expressa entre, pelo menos, quatro elementos: sujeitos, processos, cenário e temporalidade. Os sujeitos consistem nos atores ou

agentes (os jornalistas e, por consequência, os jornais) que realizam operações de algum tipo (produzem narrativas a partir dos acontecimentos apreendidos pelo discurso), que se sucedem em um espaço ou lugar e em algum momento. A partir da pergunta geral e, também, da prefiguração narrativa, foram formuladas perguntas específicas:

- Como ocorreu a construção do acontecimento pelos jornalistas, do ponto de vista das práticas e das rotinas das redações?
- Quais foram os quadros de sentido produzidos sobre o dia do fogo na Amazônia?
- De que maneira as crenças e os valores dos jornalistas contribuíram para a construção das narrativas sobre o dia do fogo na Amazônia?

Novamente, apoiada em Orozco e González (2012), reconhece-se que os objetivos gerais e específicos de uma investigação decorrem, respectivamente, das perguntas gerais e específicas. Segundo os autores, os objetivos da pesquisa devem se tornar elementos onipresentes na consciência da pesquisadora ou do pesquisador, em uma espécie de bússola ou lembrete constante e persistente que o ou a mantém na estrada para evitar divagações desnecessárias. Assim, para responder aos questionamentos propostos, foram elaborados os seguintes objetivos:

- Geral: compreender as estratégias de construção das narrativas sobre o dia do fogo na Amazônia.

Específicos:

- mostrar o processo de produção de notícias sobre o dia do fogo na Amazônia, de acordo com as práticas e as rotinas jornalísticas;
- identificar e perceber como foram acionados, na construção discursiva, os quadros de sentido sobre o dia do fogo na Amazônia;
- ser capaz de observar como a experiência dos jornalistas envolvidos na cobertura do dia do fogo na Amazônia contribuiu para a construção das narrativas.

Destaca-se, aqui, um quarto objetivo específico de natureza teórica, que vai além do cenário desta investigação:

- identificar as principais técnicas para a execução da análise narrativa em investigações que envolvem o jornalismo e contribuir para a clarificação do uso desta abordagem dos estudos do discurso.

5.2 Paradigma e metodologia hermenêuticos

Consoante a prefiguração narrativa apresentada nos capítulos anteriores, esta investigação inscreve-se no paradigma hermenêutico, o qual parte da premissa de que a realidade e/ou os objetos que serão conhecidos não existem de maneira independente do sujeito conhecedor. Orozco e González (2012) afirmam que não existe uma realidade objetiva lá fora, impermeável ao pensamento e à visão daqueles quem se objetivam a compreendê-la. Portanto, o papel e a capacidade da investigadora ou do investigador são essenciais, já que de suas destrezas e honestidade, disciplina e experiência, dependerá em boa medida a qualidade da investigação. Mais: a premissa hermenêutica de que a boa compreensão de um objeto investigado equivale a uma boa explicação tem se mostrado confiável. Um dos grandes ensinamentos deste paradigma tem sido que, ao priorizar a investigação para a compreensão, produz-se um conhecimento muito rico que conduz, no processo de reflexão e autorreflexão, ao entendimento dos objetos de estudo para além deles próprios.

Baxter, L. & Babbie (2003, p. 59) explicam que os seres humanos agem propositalmente com base na rede social de significados em que estão inseridos, de forma que suas ações recebem significado por outros de dentro deste mesmo sistema de significado: “os seres humanos são responsáveis por suas ações para com os outros em seu mundo social compartilhado e fazem sentido (para os outros e para si mesmos) com base na sua capacidade de tornar suas ações inteligíveis”. Desta forma, o objetivo principal da pesquisadora interpretativa ou do pesquisador interpretativo é entender a rede de significados em que os seres humanos atuam. Como pessoas de diferentes culturas ou grupos sociais estão inseridos em diferentes sistemas de significado, deve-se tentar entender os sistemas particulares de significado daquelas pessoas cujas ações estão sendo compreendidas, tal como se abraçasse seu mundo subjetivo para tentar ver o mundo por meio dos olhos delas.

Sendo o objetivo das pesquisadoras e dos pesquisadores em Comunicação inseridos no paradigma interpretativo identificar as regras que orientam as ações comunicativas em um determinado ambiente ou grupo social, faz-se necessário a associação a uma metodologia qualitativa. Nesta investigação, entendem-se as notícias acerca dos acontecimentos sociais, nomeadamente o dia do fogo na Amazônia, a partir de um caráter intencional, isto é, resultam das ideologias, da experiência e do enquadramento dos jornalistas que trabalham dentro das redações. Logo, há de se interpretar e compreender o significado destas notícias, tomadas como um todo, considerando a ambiência sociocultural onde tais discursos foram produzidos.

Conforme explicado desde o princípio, adotou-se a fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur como postura epistêmica e metodológica, uma vez que a investigação objetiva a (re)interpretação de

fenômenos simbólicos (os acontecimentos apreendidos pelo discurso) previamente interpretados (neste caso, pelos jornalistas). Armour, Rivaux e Bell (2009) lembram que a fenomenologia hermenêutica trata, essencialmente, do estudo da experiência vivida ou do mundo da vida. Ontologicamente, vê a experiência do ser como subjetiva e repousa no fato de que o homem é uma criatura interpretativa. Portanto, a realidade é construída, fluida e relativa. A natureza subjetiva do homem só pode ser conhecida por meio da interpretação ou da compreensão. Epistemologicamente, preocupa-se com a relação entre o pesquisador ou a pesquisadora e o objeto da pesquisa e a cocriação de significado. O conhecimento é considerado subjetivo, incompleto e transacional.

Conforme Thompson (2011), o mundo sócio-histórico não é apenas de um campo-objeto observado pelo analista, mas também de um campo-sujeito “construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor” (Thompson, 2011, p. 358). Isto significa que, por mais que se aproprie das ferramentas de investigação científica, não há como negar que as escolhas ora feitas são subjetivas e levam em conta minha trajetória como jornalista brasileira, natural da Amazônia.

De volta a Orozco e González (2012), a investigação qualitativa apoia-se mesmo em particularidades ou casos para compreender como o sujeito interpreta o mundo e atua nele. Para Coutinho (2014), ao interpretar ações de quem é também intérprete, revela-se a dupla hermenêutica em ação, ou seja, além de parciais e perspectivadas, as interpretações são circulares, uma vez que a interpretação da parte depende da interpretação do todo, da mesma forma que a interpretação do todo depende da interpretação das partes. Trata-se do círculo hermenêutico da interpretação, cuja produção do conhecimento é concebida como um processo circular, interativo e em espiral.

Segundo Dittrich e Leopardi (2015, p. 104), a interpretação ocorre no momento em que se tenta especificar o significado, decifrar o sentido aparente, desdobrar os sinais de significação que vão aparecendo no discurso: “a hermenêutica fenomenológica conduz o olhar da ciência para o reconhecimento do(a) pesquisador(a) como um corpo-criante, sensível-inteligível, por isso capaz de, por sua consciência, apresentar uma compreensão sistemática e correspondente sobre o seu objeto”. Contudo, Holroyd (2007) alerta que não existe método ou estrutura definida sobre a qual as pesquisadoras ou os pesquisadores possam confiar para esclarecer as condições de entendimento. O que está disponível, em variados graus, é um desejo de ampliar os horizontes atuais de entendimento. Ao assumir a postura hermenêutica de abertura, percebe-se que não podem existir verdades absolutas e que o que se entende e se sabe hoje está para sempre em processo de mudança.

5.3 Modelo de análise

O modelo de análise proposto para esta investigação, como prolongamento natural do trabalho desenvolvido nas instâncias anteriores, articula de forma operacional os marcos e as pistas reunidos para orientar o trabalho de observação e de análise. Para Quivy e Campenhoudt (2005), trata-se de uma “construção-seleção”, pois são definidas as dimensões que constituem o conceito e, em seguida, seus componentes e indicadores. Não foram levantadas hipóteses, dada a natureza qualitativa da investigação. Na explicação de Noor (2008), a investigação qualitativa implica uma ênfase em processos e significados que não são rigorosamente examinados ou medidos em termos de quantidade, intensidade ou frequência ou mesmo em testes de hipóteses, mas sim em discernimento, descoberta e interpretação.

As narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia trata-se do conceito principal a ser investigado. Dividiu-se o modelo de análise em duas partes:

- a primeira detalha como o dia do fogo na Amazônia foi apresentado, dos capítulos dois ao quatro, consoante a perspectiva teórico-metodológica de Paul Ricoeur (1983), que associa a narrativa hermenêutica à flexão do tempo com base em caracteres estruturais, simbólicos e temporais (quadro 1);
- a segunda concentra-se no processo, que são as narrativas jornalísticas, a partir das dimensões sócio-histórica, discursiva e (re)interpretativa – as quais enfatizam, respectivamente, os jornais e os jornalistas; o trabalho produzido por estes profissionais; e a releitura do que foi observado nas instâncias anteriores em direção a um novo significado (quadro 2).

Não é objetivo do modelo de análise apenas fixar uma lista de procedimentos pré-estabelecidos, mas sim examinar o fenômeno dedutivamente, a partir da revisão de literatura empreendida nos capítulos de prefiguração, e em contexto. Ao observar as narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia a partir de três dimensões, sócio-histórica, discursiva e (re)interpretativa, procura-se contemplar os objetivos de uma investigação inserida na metodologia fenomenológica-hermenêutica, conforme Larkin, Watts e Clifton (2006):

- o primeiro objetivo, de entender e descrever o mundo de seus participantes com base nas experiências deles de um acontecimento, processo ou relacionamento específico, reconhecendo que o acesso a esta experiência é parcial e complexo;
- o segundo objetivo, de desenvolver uma análise mais abertamente interpretativa, posicionando a descrição inicial em relação a um contexto social, cultural e talvez até teórico mais amplo. Este segundo momento oferece ao pesquisador ou a pesquisadora a oportunidade de lidar com os

dados de maneira mais especulativa, ou seja, de pensar em o que significa os participantes terem feito certas alegações e ter expressado determinados sentimentos e preocupações nesta situação específica.

Carvalho, C. A. (2012) exemplifica algumas possibilidades analíticas para as narrativas jornalísticas: quem são os atores em cena na disputa de sentidos que definirão os contornos dos acontecimentos narrados; quais são as personagens mobilizadas pelo texto; o que dizem as fontes ouvidas para a produção dos relatos, mas também o que elas sugerem e/ou querer ocultar; quais são as relações de poder que emergem e/ou são obscurecidas pela trama noticiosa; como as narrativas lidam com o tempo, não somente em sua dimensão cronológica, mas também psicológica e outras possíveis; como a memória ou o esquecimento são acionados nessas narrativas; entre outras.

Caso	Dimensão	Componentes	Indicadores
O dia do fogo na Amazônia	Hermenêutico-narrativa	Estrutural	Definições de Amazônia
			O dia do fogo na Amazônia
			Uso do fogo pela população local
			Amazônia como espaço socioeconômico
			Amazônia como fronteira regional, nacional e mundial
		Simbólico	Meio ambiente como discurso não neutro
			Discurso jornalístico ambiental
			Objetividade no discurso jornalístico ambiental
		Temporal	“Abertura” para o mundo por meio de rodovias
			Ciclo da borracha e o sistema de aviamento
			Crescimento moderado da economia regional
			Mineração e os grandes projetos de infraestrutura

Quadro 1: Modelo de análise (parte 1)

Conceito	Dimensões	Componentes	Indicadores
Narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia	Sócio-histórica	Trajetória dos jornais	Ano de fundação
			Expansão ao longo do tempo
			Produtos associados
			Audiência e circulação
			Presença em plataformas digitais
			Principais financiadores
			Associações e controvérsias políticas
		Estrutura das redações	Identificação dos cargos e funções
			Descrição das editorias e dos serviços
		Normas e valores jornalísticos	Estatuto editorial
			Manual de estilo e redação
			Percepção dos jornalistas
		Discursiva	Editorias
	Identificação de tópicos		
	Identificação da assinatura do jornalista		
	Identificação da localidade ou procedência		
	Gêneros		Identificação dos gêneros jornalísticos
	Enquadramento (<i>Framing</i>)		Identificação das fontes de informação
			Identificação de elementos visuais
			Reconhecimento dos quadros de sentido
			Repetição de objetos e características
	(Re)interpretativa		Identidade narrativa
		Identificação dos conflitos e funcionalidade dos episódios	
Construção das personagens jornalísticas			
Estratégias comunicativas			
Relação comunicativa e o “contrato cognitivo”			
Metanarrativas			

Quadro 2: Modelo de análise (parte 2)

A dimensão sócio-histórica das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia importa na medida que foca na ambiência sociocultural e na experiência dos indivíduos e dos grupos em determinado tempo e espaço, a saber os jornalistas dentro das redações dos periódicos. Inspirada pela explicação de Kafle (2013, p. 186), trata-se de uma “tentativa de desvendar o mundo vivenciado pelo sujeito por meio de suas histórias do mundo da vida”. Considerar-se-á a trajetória dos jornais (como surgiram e como se destacam nos cenários mediáticos nacionais), bem como a estrutura da redação (descrição das editorias e dos cargos ocupados pelos jornalistas) de forma a perceber o processo de produção das notícias a partir das práticas e rotinas jornalísticas. Esta dimensão será enriquecida pelo relato de atuais e antigos diretores de redação a fim de elucidar não apenas as normas e os valores jornalísticos preconizados pelos manuais de redação e estilo, mas também de clarificar o contexto de criação e estabelecimento dos jornais.

Por sua vez, a dimensão discursiva concentrar-se-á nas características do conjunto de notícias publicadas acerca do dia do fogo na Amazônia e, também, em informações obtidas a partir das entrevistas com os jornalistas envolvidos na cobertura do assunto. Importante destacar que o relato dos jornalistas é essencial para esta dimensão, porque foram eles que viveram a experiência de relatar o acontecimento e, por conseguinte, interpretaram o fenômeno a partir de entrevistas e demais técnicas de coleta de informações junto às fontes de informação. O objetivo é analisar as características das editorias em que foram publicadas as notícias (seções, tópicos, assinatura do jornalista, localidade ou procedência), os gêneros jornalísticos predominantes e os enquadramentos produzidos, uma vez que a caracterização desta dimensão facilitará a dimensão seguinte, que é (re)interpretativa.

Admite-se que o enquadramento se evidencia a partir da repetição de certos elementos no discurso jornalístico de forma a produzir uma resposta mais ou menos comum e desejável para o problema em questão. Entman (1993) explica que os quadros se manifestam num texto a partir da presença ou ausência de certas palavras-chave, frases-chave, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que fornecem agrupamentos de fatos ou julgamentos tematicamente reforçadores.

Para Van Gorp (2010), os jornalistas utilizam um repertório de quadros para construir uma notícia, portanto fatores organizacionais, condições externas e fontes jornalísticas podem influenciar a seleção de um quadro. Na explanação do autor, cada quadro reconstruído é apresentado por um pacote de quadros (*frame package*), isto é, por uma estrutura integrada de dispositivos de enquadramento. Assim, uma cadeia lógica de dispositivos de raciocínio demonstra como o quadro funciona para representar determinado problema. São exemplos de dispositivos de enquadramento metáforas, situações históricas das quais as lições são tiradas, bordões, representações e imagens visuais, temas e subtemas, tipos de

atores, ações e configurações, linhas de raciocínio e conexões causais, contrastes, escolhas lexicais, fontes, quantificações e estatísticas, tabelas e gráficos, e apelos (emocionais, lógicos e ética).

Coleman (2010) enfatiza que as mensagens visuais (fotografias, imagens em movimento, mapas, gráficos, desenhos e cores) e as mensagens verbais (textos) ocorrem juntas nos *media* e o público as processa simultaneamente. Por isso, acerca dos elementos visuais, o enquadramento se refere à seleção de uma vista, cena ou ângulo ao fazer a imagem, recortá-la, editá-la ou selecioná-la: “quando um jornalista escolhe qual fotografia ou vídeo usar, é um ato de enquadramento” (Coleman, 2010, p. 237).

Dadas as limitações impostas pelo problema de investigação, observar-se-á apenas a construção dos quadros (*frame-building*) no discurso jornalístico sobre o dia do fogo na Amazônia, o que significa, na explicação de Scheufele (1999), identificar que tipos de fatores organizacionais ou estruturais dos meios de comunicação social, ou quais características individuais dos jornalistas, impactam o enquadramento do conteúdo das notícias. Quero dizer que a presente investigação não avançará para questões relacionadas à configuração dos quadros (*frame-setting*), às consequências do enquadramento em nível individual (*individual-level consequences of framing*), tampouco aos jornalistas como audiência.

Seguir-se-á os procedimentos indicados por Linström e Marais (2012) para a análise de enquadramento, que, nesta investigação, começa pela seleção dedutiva da tipologia dos quadros – quadro de conflito, quadro de atribuição de responsabilidade, quadro de consequências econômicas e quadro de interesse humano, conforme Valkenburg et al. (1999) – seguida das suas definições operacionais, ou seja, de descrições precisas que especificam os fenômenos de interesse.

Segundo Linström e Marais (2012), a identificação dos quadros de notícias exige que a pesquisadora ou o pesquisador saiba “como” procurar quadros, bem como “o que” procurar ao identificá-los. Portanto, sugerem que após duas leituras dos textos jornalísticos (a primeira com anotações descritivas sobre o conteúdo; a segunda com identificação de certos temas, quadros, valores e categorias de tópicos recorrentes) seja feita a interpretação aprofundada dos artigos. Também, que se analise o texto em busca de “dispositivos simbólicos” ou “elementos de assinatura” que estão localizados nas notícias, por exemplo, dispositivos retóricos (metáforas, exemplos, frases de efeito, representações etc.) e dispositivos técnicos (manchetes, subtítulos, legendas de fotos, *leads*, seleção de fontes de informação, seleção de citações, declarações finais e parágrafos).

Por fim, em concordância com Paul Ricoeur, admite-se que as personagens jornalísticas não apenas são construídas a partir das características atribuídas pelos *media* a determinado ator social, mas também são elas as responsáveis por produzir as identidades narrativas – o terceiro momento do modelo de análise –, já que movimentam temporalidades ao acionar uma memória e projetar uma

expectativa, isto é, evocam um passado e imaginam um futuro a partir dos acontecimentos eclodidos no momento presente. Assim, são indicadores do componente identidade narrativa a recomposição da intriga ou acontecimento jornalístico (entendendo que cada notícia, em si, possui uma estrutura narrativa de começo, meio e fim, entretanto, apanhadas em conjunto num plano temporal definido, estabelece-se um olhar narrativizante); a identificação dos conflitos e funcionalidade dos episódios; as estratégias comunicativas; a relação comunicativa e o “contrato cognitivo”; e as metanarrativas. Estes indicadores são inspirados pela técnica da análise pragmática da narrativa jornalística, definida por Motta (2007), que será detalhada adiante.

Em consonância com a fenomenologia hermenêutica, a dimensão (re)interpretativa busca evidenciar a experiência de vida manifestada por meio da linguagem. Para Ricoeur (1975), a hermenêutica inicia-se quando, sem se contentar em pertencer à tradição transmitida, interpreta-se a relação de pertencimento a fim de significá-la. Da mesma forma, Ricoeur (2005) afirma que, em função da escrita, o discurso adquire uma autonomia semântica tripla: em relação à intenção do locutor, à recepção do público primitivo e às circunstâncias econômicas, sociais e culturais de sua produção. Portanto, o que está escrito se afasta dos limites do diálogo face a face e se torna a condição do devir-texto do discurso. Cabe à pesquisadora ou ao pesquisador explorar as implicações deste devir-texto para a tarefa interpretativa, a partir da organização dos acontecimentos desencadeados pelas personagens jornalísticas na forma de narrativas.

5.4 O estudo de caso como método

Numa pesquisa qualitativa, o método refere-se ao caminho, à maneira pela qual as pesquisadoras ou os pesquisadores coletam dados para construir seus argumentos. Para Tan, Wilson e Olver (2009), a fenomenologia hermenêutica não se trata de um método de pesquisa, mas sim de uma perspectiva teórica e uma metodologia, uma estratégia ou plano que está por trás dos métodos empregados em um estudo específico. Assim, debruçar-se sobre as narrativas jornalísticas envolve uma série de procedimentos para compreender um caso – aqui, o dia do fogo na Amazônia.

Orozco e González (2012) definem os estudos de caso como investigações em profundidade com finalidade comparativa em que deve ser possível captar outros elementos do contexto maior, sem necessariamente ser representativo dele. Na explicação de Noor (2008), um caso refere-se a um acontecimento, uma entidade, um indivíduo ou mesmo uma unidade de análise. Trata-se de uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Para tanto, utiliza várias fontes de evidência. Consoante o autor, os estudos de caso preocupam-se com como

e por que as coisas acontecem, permitindo a investigação das realidades contextuais e as diferenças entre o que foi planejado e o que realmente ocorreu. Mais: o estudo de caso não pretende ser um estudo de toda a organização, dado que se concentra numa questão, recurso ou unidade de análise específica. Como método, torna-se particularmente útil para entender profundamente algum problema ou situação em particular onde é possível identificar riqueza em informações.

Zainal (2017) considera o estudo de caso um método de pesquisa robusto, especialmente quando é necessária uma investigação holística e aprofundada. Da mesma forma, permite que a pesquisadora ou o pesquisador examine atentamente os dados dentro de um contexto específico. Na maioria das vezes, um método de estudo de caso seleciona uma pequena área geográfica ou um número muito limitado de indivíduos como sujeitos do estudo: “os estudos de caso, em sua verdadeira essência, exploram e investigam o fenômeno contemporâneo da vida real por meio da análise contextual detalhada de um número limitado de eventos ou condições e seus relacionamentos” (Zainal, 2017, p. 1).

Gerring (2004) define o estudo de caso como uma investigação aprofundada de uma única unidade (um fenômeno relativamente limitado), cujo objetivo consiste em elucidar características de uma classe maior de fenômenos semelhantes. Trata-se de uma maneira particular de definir casos e não de uma forma de analisar casos ou de modelar relações causais. Da mesma forma, representa uma investigação intensiva de uma única unidade a fim de compreender uma classe maior de unidades (semelhantes). Na explicação do autor, uma unidade representa um fenômeno espacialmente limitado observado em um único ponto no tempo ou durante algum período de tempo delimitado. O método de estudo de caso distingue-se de todos os outros métodos por “sua dependência da covariância demonstrada por uma única unidade e sua tentativa, ao mesmo tempo, de iluminar as características de um conjunto mais amplo de unidades” (Gerring, 2004, p. 343).

Não se deve esquecer que os estudos de caso, em geral, abordam assuntos sobre os quais pouco se sabe anteriormente ou que os conhecimentos existentes são fundamentalmente falhos. Por isso, caracterizam pesquisas originais de algum tipo. A oportunidade de investigar em profundidade uma única unidade é o que constitui uma das principais virtudes do método de estudo de caso: “muitos dos detalhes fornecidos pelo estudo de caso típico podem ser considerados ‘notas de campo’ de possível utilidade para futuros pesquisadores – talvez com um conjunto de inferências bastante diferente em mente” (Gerring, 2004, p. 346). O autor resume em seis principais pontos a utilidade do estudo de caso:

- quando as inferências são descritivas e não causais;
- quando a profundidade proposicional é valorizada sobre a amplitude e a delimitação;
- quando a comparabilidade (interna) do caso precede a representatividade (externa) do caso;

- quando a percepção dos mecanismos causais é mais importante do que a percepção dos efeitos causais;
- quando a proposição causal em questão é invariável e não probabilística;
- quando a estratégia de investigação é exploratória, e não confirmatória.

É importante lembrar as considerações de Flyvbjerg (2006), para quem a proximidade do estudo de caso às situações da vida real e sua riqueza múltipla de detalhes são importantes, para as pesquisadoras e os pesquisadores, por conta de dois aspectos. Primeiro, porque contribui para o desenvolvimento de uma visão diferenciada da realidade, incluindo a ideia de que o comportamento humano não pode ser compreendido de maneira significativa como simplesmente os atos governados por regras. Segundo, porque os casos, como uma experiência concreta e dependente do contexto, possibilitam à pesquisadora ou ao pesquisador o desenvolvimento das habilidades necessárias para se fazer uma boa pesquisa. Em vez de provar alguma coisa, o estudo de caso torna-se particularmente útil como instrumento de aprendizado.

Flyvbjerg (2006) apresenta cinco proposições na tentativa de desfazer a ideia, muitas vezes pré-concebida, de que o estudo de caso não possui validade científica:

- quando se investiga as ações humanas, teorias preditivas e universais não podem ser encontradas, de forma que o conhecimento concreto e dependente do contexto acaba por se tornar mais valioso;
- é possível fazer generalizações com base em um único caso e o estudo de caso pode ser central para o desenvolvimento científico via generalização como complemento ou alternativa a outros métodos, contudo a generalização formal é supervalorizada como fonte de desenvolvimento científico, ao passo que “a força do exemplo” é subestimada;
- o estudo de caso é útil para gerar e testar hipóteses, mas não se limita apenas a essas atividades de pesquisa;
- a experiência indica que o estudo de caso contém uma tendência maior à falsificação de noções pré-concebidas do pesquisador ou da pesquisadora do que à verificação, o que não significa que, em comparação a outros métodos de investigação, o estudo de caso contenha maior viés;
- é certo que é difícil resumir estudos de caso (mais por conta do processo do que por conta dos resultados), porém os problemas na síntese resultam mais frequentemente das propriedades da realidade estudada do que do estudo de caso como método de pesquisa. Amiúde, não é desejável resumir e generalizar estudos de caso, mas sim lê-los como narrativas na íntegra.

Para Baxter, P. & Jack (2008), a investigação que utiliza o estudo de caso como método tem o potencial de lidar com situações simples e complexas, dado que permite à pesquisadora ou ao pesquisador responder perguntas do tipo “como” e “por que”, levando em consideração como um fenômeno é influenciado pelo contexto em que está situado. Entretanto, as autoras reconhecem que relatar um estudo de caso pode ser uma tarefa difícil, principalmente no que diz respeito a apresentar as descobertas de maneira concisa. Portanto, é importante a pesquisadora ou o pesquisador descrever o contexto em que o fenômeno ocorre, bem como o próprio fenômeno.

Empreendida anteriormente, a revisão não sistemática acerca das investigações em Ciências da Comunicação que envolvem questões de jornalismo e meio ambiente, nomeadamente a Amazônia, revela a predominância do estudo de caso como método. Entretanto, apenas o estudo de Luft (2010), que se debruçou sobre as fontes de informação privilegiadas no discurso sobre desmatamento do jornal *O Liberal*, do Estado do Pará, preocupou-se em explicar teoricamente não somente o método estudo de caso, mas também sua associação ao modelo incendiário – entendido como o processo de articulação (ou triangulação) entre a situação empírica, as bases teóricas e o problema de pesquisa, cujos resultados podem ser submetidos a inferências referentes às logicas específicas do caso, à inserção do caso em determinados contextos sociais de interesse da investigação ou, ainda, de maneira transversal, à identificação de questões de caráter propriamente jornalístico. A autora considerou os indícios como a porta de entrada para as inferências, ou seja, a articulação entre teoria e objeto torna-se essencial para se compreender, de forma mais clara, o objeto de pesquisa, tanto em relação aos critérios de seleção dos materiais quanto aos procedimentos de análise.

É seguro afirmar que o método estudo de caso possibilita a investigação de fenômenos a partir do caráter quantitativo e do caráter qualitativo e que as duas tendências são observadas nas pesquisas que envolvem estudos de jornalismo e Amazônia. A presente investigação – de natureza qualitativa e que adota a fenomenologia hermenêutica como postura teórico-metodológica (figura 7) – debruça-se sobre o caso do dia do fogo na Amazônia, que foi abordado nos capítulos anteriores, consoante a prefiguração narrativa de Paul Ricoeur, e cujos componentes e indicadores foram apresentados no modelo de análise (quadro 1).

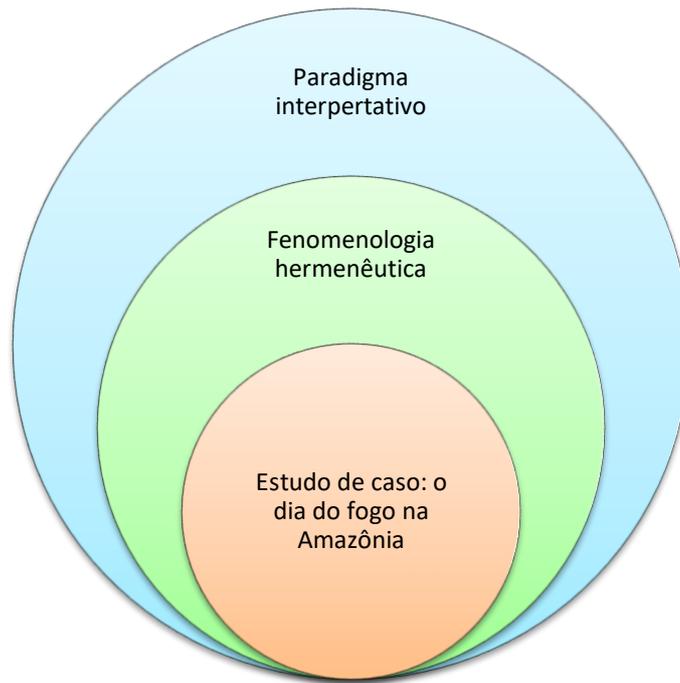


Figura 7: Inserção teórico-metodológica desta investigação

Reforça-se que, não havendo maneira única de abordar um caso, optou-se por apresentá-lo de acordo com os aspectos estrutural, simbólico e temporal, que não apenas antecedem a tessitura da intriga (aqui, entendida como as narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia) como são essenciais para que a configuração narrativa caminhe da explicação em direção à compreensão. Ademais, esta tese soma ao estado da arte ao propor uma comparação internacional, já que direciona o olhar para as narrativas sobre o dia do fogo na Amazônia produzidas por um periódico brasileiro e por um periódico português, a saber *Folha de S. Paulo* e *Público*, nesta ordem.

Considera-se que os dois jornais representam pontos de vistas estrangeiros, pois, conforme explicado anteriormente, Paes Loureiro (1995) destaca que o norte e o sul do Brasil constituíram-se de maneira desarticulada, de forma que a Amazônia se consolidou isoladamente não apenas da Europa e da América Latina, mas também dos demais centros político-econômicos brasileiros, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo. Isto reforçou a associação da Amazônia ao atraso no tempo e no espaço. Uma tentativa de integração nacional, a partir da ideia de vocação regional, iniciou-se somente a partir dos anos 1960, quando o governo central do Brasil passou a tratar a Amazônia como “uma fronteira de recursos a ser explorada, em discurso, para o desenvolvimento e garantia da segurança nacional” (Silva, M., 2019, p. 121). Consoante explicação da autora, a colonização do imaginário nacional, que precedeu à colonização do território, concebia a Amazônia como “espaço vazio” ou “terra sem gente”. Significa dizer que a política adotada pelo governo federal do Brasil desconsiderava a existência de mais de 170

povos indígenas e de alguns milhões de habitantes antigos, o que “corroborou para que a maioria dos brasileiros olhassem para a Amazônia como Lisboa olhava para o Brasil, de modo que até mesmo o comportamento da elite regional era carregado de uma postura antinativo” (Silva, M., 2019, p. 122).

A percepção do outro como inimigo remete ao pensamento de Kristeva (1994), cuja obra, originalmente publicada em 1988, reflete que, no plano da experiência, o outro assume o lugar do estrangeiro. Para a filósofa, o estrangeiro surge a partir da consciência da própria diferença, bem como se torna a diferença que não se pode ou não se sabe como aceitar. Em consonância, França (2002) destaca a presença do estrangeirismo nas narrativas gregas, nas quais aos metecos, que vinham de outras terras, era autorizado o exercício da atividade econômica, mas não a cidadania, bem como os bárbaros, que eram vistos como excêntricos ao universo grego em função dos costumes, da cultura e da língua. A ideia de conciliação, sob a bandeira da universalidade humana, de que as barreiras territoriais não deveriam separar as pessoas, desenvolve-se a partir do século de Péricles (período clássico). Contudo, na visão da investigadora, este modelo percebe a alteridade apenas para negá-la, dado que passou a associar os critérios de inclusão e de igualdade entre as pessoas aos critérios de humanidade, de forma que os diferentes são erigidos à categoria de acidente, de exceção.

Portanto, considera-se que um jornal brasileiro é tão estrangeiro quanto um jornal português na medida em que constrói narrativas sobre o outro amazônico, de quem está distante física e temporalmente, bem como de quem pouco se conhece.

5.4.1 O processo de amostragem: a constituição do *corpus* de textos jornalísticos e da amostra de entrevistados (jornalistas)

Coutinho (2014) apresenta três definições importantes para se pensar a metodologia das investigações em Ciências Sociais:

- a amostragem, que consiste no processo de seleção dos sujeitos que participam de uma pesquisa;
- a população (aqui, entendida como universo), que representa o conjunto de pessoas ou elementos a quem se pretende generalizar os resultados e que partilham uma característica comum. Para Quivy e Campenhoudt (2005), o universo de um estudo consiste na totalidade destes elementos ou das unidades constitutivas do conjunto considerado – podendo tanto designar um conjunto de pessoas como de organizações ou de objetos de qualquer natureza;

- a amostra, que representa o conjunto de sujeitos – pessoas ou documentos – de quem se recolherá os dados, com atenção para o fato de que este conjunto de sujeitos deve ter as mesmas características das da população/universo de onde foi extraído.

Quivy e Campenhoudt (2005) explicam que, além de determinar que tipos de dados deverão ser recolhidos numa investigação, é também preciso circunscrever o campo das análises empíricas no espaço (geográfico e social) e no tempo. Conforme tem se argumentado, o jornalismo e o discurso por ele produzido (sobre o dia do fogo na Amazônia) são o ponto de partida e o ponto de retorno desta investigação. O dado com o qual se trabalha é o discurso construído por jornais que, tradicionalmente, produzem edições impressas, embora disponibilizem parte do seu conteúdo também nos seus *sítes*.

Sabe-se que, nas últimas décadas, em todo o mundo, houve queda no consumo de jornais impressos, o que levou muitas empresas jornalísticas, diante do baixo faturamento, a demitir profissionais e a enxugar os recursos. Franklin (2012) explica que o quadro “crise no jornalismo” foi adotado para compreender e responder às mudanças pelas quais passaram as redações, principalmente, nos EUA, no Reino Unido e na Europa: o fechamento dramático de títulos de jornais, juntamente com a queda vertiginosa das circulações, empregos de jornalistas e receitas de publicidade. Entretanto, o autor pontua que este cenário, além de ser muito recente – considerando a trajetória da indústria jornalística –, serve para ilustrar que os jornais não são apenas notícias impressas em papel, uma vez que têm se adaptado editorial e financeiramente para acomodar inovações em tecnologias mediáticas e mudanças nos requisitos do mercado.

O estudo de Cho, Smith e Zentner (2016) revelou que a queda nas receitas decorrentes da redução da circulação de jornais e da publicidade impressa são, de fato, preocupantes para o setor jornalístico e têm causado fechamentos de jornais, diminuição do quadro de funcionários e contração do preço das ações de grandes jornais nos últimos anos. No entanto, não está claro se a internet é a origem da queda nas receitas, mesmo porque a tendência negativa nas receitas é anterior à introdução da internet.

Para O’Sullivan, Fortunati, Taipale e Barnhurst (2017), a materialidade do objeto impresso e as estruturas culturais construídas em torno dele funcionam como uma matriz que facilita a inovação, permitindo que os jornais coexistam com os *media* digitais. Muros de pagamento (*paywalls*) e recursos de plataforma cruzada (*cross-platform features*), como códigos de resposta rápida (*QR code*) e realidade aumentada (*augmented reality*), são exemplos de mudanças que põem à prova a ideia de que os jornais estão a morrer: “o que está em jogo (...) é a inovação recíproca, em vez de uma luta até a morte entre jornais ‘velhos’ e ‘novas’ tecnologias digitais. Os jornais estão se reinventando ao mesmo tempo em que acentuam seus pontos fortes” (O’Sullivan, Fortunati, Taipale & Barnhurst, 2017, p. 92).

Justifica-se a escolha dos jornais *Folha de S. Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal), pois, desde julho de 2020, os ambos passaram a ofertar assinaturas digitais conjuntas, sob argumento de que compartilham não apenas a língua portuguesa, mas também uma cultura e um código de valores, nomeadamente o compromisso com a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos. Em editorial assinado pelos atuais diretores da *Folha de S. Paulo* e do *Público*, Sérgio Dávila e Manuel Carvalho, respectivamente, defende-se o exercício de um jornalismo baseado no rigor, na independência, no pluralismo, na rejeição do sensacionalismo e na valorização do sentido de serviço público. Considera-se, ainda, o interesse da comunidade portuguesa que reside no Brasil e dos brasileiros que vivem em Portugal de forma a promover um diálogo mais estreito entre os cidadãos das duas margens do Atlântico: “é assim bem mais do que uma partilha paralela de notícias, reportagens ou textos de opinião. É um gesto original – primeira parceria transatlântica entre dois órgãos de comunicação social – que resulta da vontade de partilha das duas equipas” (Carvalho, M., & Dávila, 2020).

Convém mencionar o estudo comparado desenvolvido por Novais, Moreira e Silva, L. (2013), que revela que as práticas e as orientações jornalísticas no Brasil e em Portugal são determinadas pelos respectivos contextos nacionais. Significa dizer que os jornalismo brasileiro e português resultam de experiências institucionais, sociais e culturais específicas, de forma que não se pode falar de uma comunidade jornalística “desterritorializada” ou translocal de língua portuguesa. No entanto, as investigações comparadas entre os dois países tornam-se importantes na medida que consideram convergências e distinções de conceitos, não só a parte visível que materializa formas de pensar e de agir, mas também a ambiência política-cultural, bem como práticas que decorrem “dos significados atribuídos por diferentes indivíduos a uma realidade pelo menos aparentemente próxima” (Oliveira & Paulino, 2017, p. 59). Por conseguinte, propor comparações entre Brasil e Portugal consiste num desafio cultural, uma vez que

implica compreender formas de ser e de estar, tradições sociais, culturais e políticas e contextos específicos de ação. Significa, por outras palavras, conhecer o que é comum (estabelecer as leis gerais) a partir da consciência do que é diferente (compreender contextos), o que nem sempre pode ser aferido por critérios exatos, mas antes pela intuição de quem conhece a partir do interior. (Oliveira & Paulino, 2017, p. 59)

Para Livingstone (2003), de maneira geral, investigações que adotam comparações internacionais visam à identificação de similaridades e diferenças, evitando banalidades e estereótipos, bem como argumentam a favor da nação como unidade – ainda que se tenha plena ciência de que as nações não são autocontidas, fechadas ou homogêneas. Trata-se de uma tarefa difícil, porém necessária, se se pretende observar fenômenos relativamente globais. A partir das considerações da autora, pode-se

afirmar que a presente investigação trata Brasil e Portugal como objetos de estudo, dado que visa à compreensão, de maneira ideográfica, das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia produzidas por cada nação. A comparação, assim, fornece “um meio útil de determinar o que é diferente em um país”, da mesma forma que é “usada como uma estratégia para ‘ver melhor’, em vez de tirar conclusões comparativas mais gerais” (Livingstone, 2003, p. 484). Também, a relação histórica entre Brasil e Portugal, o primeiro tendo sido colônia do segundo de 1500 a 1815, faz das duas nações objetos de estudo com razoável ligação. A padronização metodológica ora adotada, por meio do modelo de análise (quadro 1 e quadro 2), objetiva conferir transparência às escolhas e aos procedimentos.

O início do recorte temporal – agosto de 2019 – justifica-se porque foi este o período em que as queimas da floresta se destacaram pelo caráter intencional, de acordo com Silvério et al. (2019). Significa dizer que, de acordo com a discussão desenvolvida nos capítulos anteriores, as queimadas fazem parte da ambiência cultural dos produtores da Amazônia. Contudo, o dia do fogo marcou a ação orquestrada de um grupo de pessoas – o que repercutiu negativamente no mundo todo. Verificou-se o acontecimento até setembro de 2020, pois, conforme a proposta hermenêutico-narrativa de Paul Ricoeur associada ao pragmatismo, admitiu-se que o acontecimento continuou a suscitar questionamentos e não se encerrou com o suposto controle das chamas mais perigosas. De fato, meses após o 10 de agosto de 2019, notícias relacionadas ao dia do fogo na Amazônia continuaram a ser publicadas na *Folha de S. Paulo* e no *Público*. Setembro de 2020 foi o período máximo em que foi possível para acompanhar o caso, sem atrasar as demais etapas da investigação.

Assim, para compreender as narrativas sobre o dia do fogo na Amazônia, foram analisados os textos jornalísticos publicados sobre o tema. Ainda que *Folha de S. Paulo* e *Público* produzam edições impressas, foram selecionados os textos disponibilizados nos respectivos *sites* de cada jornal. Considerando a distância física entre os dois países, optou-se pelo acesso digital para facilitar a recolha dos textos que, também, foram publicados em edições físicas. Em particular, a pandemia de covid-19 limitou o acesso a bibliotecas e arquivos públicos, onde, em geral, as edições impressas dos jornais são mantidas – o que reiterou a opção de recolha on-line.

Nesta investigação, o universo consiste no total de textos jornalísticos sobre o dia do fogo na Amazônia. Diante disto e das características do estudo, fez-se necessária a restrição a componentes não estritamente representativos, mas característicos do universo. Assim, selecionaram-se os textos produzidos pelos jornais *Folha de S. Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal), entre os meses de agosto de 2019 e setembro de 2020, cujo tema central tenha sido o dia do fogo na Amazônia. Na área de pesquisa de cada jornal, buscou-se pela associação das palavras-chave “Amazônia”, “incêndio” e “dia do fogo” –

em especial, no *Público*, teve-se o cuidado de observar a grafia da primeira palavra tanto em português brasileiro (“Amazônia”) como em português europeu (“Amazónia”). Em seguida, refinaram-se os resultados de ambos os periódicos, pois textos jornalísticos que destacavam questões sobre o meio ambiente de maneira mais geral ou que falavam sobre a Amazônia a partir de um contexto que não o dia do fogo não foram incluídos no *corpus*. Após esta avaliação preliminar, chegou-se a 60 textos do jornal *Folha de S. Paulo* e 61 textos do jornal *Público*, cuja frequência mensal está descrita na [figura 8](#).



Figura 8: Frequência mensal de textos sobre o dia do fogo na Amazônia nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Público*

É interessante notar que, em agosto de 2019, houve mais textos publicados no *Público* do que na *Folha de S. Paulo*, possivelmente por conta do verão europeu – quando as pessoas gozam de férias e, portanto, as atividades públicas ficam geralmente suspensas. O jornalista Ricardo Cabral Fernandes, que, na altura, trabalhava no jornal *Público*, reitera a inferência: “era verão, havia colegas de férias. Foi quando houve os incêndios no Brasil. Se não fosse no verão, provavelmente não teriam existido artigos mais de fundo, até por causa da condução do destaque internacional que os incêndios tiveram” (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020). Também, nos meses de março e abril de 2020, não houve quaisquer registros nos dois periódicos sobre o tema, possivelmente por conta da pandemia de covid-19 que, naquele período, estava a se espalhar da Europa para as Américas, com vários países a decretarem fechamento de fronteiras e a restringir a circulação de pessoas.

Trata-se, portanto, de um *corpus* constituído por amostragem não probabilística de casos típicos. Blalock (1960) afirma que uma amostragem não probabilística é particularmente apropriada em investigações que envolvem entrevistas a sujeitos que se encontram em posições privilegiadas para fornecer informações. Nesta investigação, não foram apenas selecionados os textos jornalísticos publicados nos *sites* dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia, entre agosto de 2019 e setembro de 2020, mas também se identificaram os jornalistas que mais produziram textos sobre o referido tema, bem como jornalistas que fazem ou fizeram parte da chefia de redação dos dois periódicos. O objetivo foi o de compreender o discurso jornalístico produzido pelos dois órgãos de comunicação social para além das características textuais, considerando o contexto sócio-histórico da *Folha de S. Paulo* e do *Público*, além da experiência dos próprios jornalistas envolvidos na cobertura jornalística sobre o dia do fogo na Amazônia.

Contribuíram, assim, o jornalista Phillippe Watanabe e o secretário de redação Vinicius Mota, da *Folha de S. Paulo*, além dos jornalistas Ricardo Cabral Fernandes e Joaquim Fidalgo, que prestaram informações sobre o *Público*. Num primeiro momento, tentou-se o contato com o atual diretor da *Folha de S. Paulo*, Sérgio Dávila, por meio da secretaria de redação do periódico. Diante da indisponibilidade de Dávila, foi sugerida a participação de Mota no estudo, dado que este também trabalha há muitos anos na empresa e, portanto, conhece de perto a ambiência organizacional da *Folha de S. Paulo*. Da mesma forma, optou-se pela entrevista ao jornalista Joaquim Fidalgo, e não ao atual diretor do *Público*, Manuel Carvalho, porque Fidalgo foi um dos fundadores do periódico português e, portanto, possui a noção privilegiada do contexto sócio-histórico em que o jornal surgiu.

5.4.2 Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Nesta etapa da investigação, apresentam-se os instrumentos capazes de recolher ou de produzir a informação prescrita pelos indicadores, no modelo de análise ([quadro 2](#)). Na presente pesquisa, adotou-se a observação direta¹³, ou seja, em que a recolha de informações procede sem interação com os sujeitos interessados, por meio da grelha de análise – a qual não objetiva produzir informações quantitativas, mas sim descrever o *corpus* de maneira a contemplar os indicadores do modelo de análise; também, a observação indireta, em que a investigadora ou o investigador dirige-se ao sujeito para obter

¹³ É importante esclarecer que a observação direta e a observação indireta fazem parte de uma das sete etapas do procedimento de investigação proposto por Quivy & Campenhoudt (2005). Segundo explicam, a observação se trata do conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é submetido ao teste dos fatos e confrontado com dados observáveis. Portanto, consiste numa fase intermediária entre a construção dos conceitos e o exame dos dados utilizados. Não se deve confundir com a observação direta como método, que se baseia na observação visual e cujas variantes são a observação participante de tipo etnológico ou a observação não participante.

a informação procurada, por meio de entrevistas. Quivy e Campenhoudt (2005) destacam que, na observação indireta, há dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida: o sujeito que responde às perguntas do investigador ou da investigadora e o próprio instrumento constituído pelas indagações. Mais: nas suas diferentes formas, a entrevista distingue-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana, bem como são deveras valorizadas por permitir que o investigador ou a investigadora retire delas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados:

Instaura-se, assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor [ou interlocutora] do investigador [ou da investigadora] exprime as suas percepções ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador [ou investigadora] facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor [ou interlocutora] aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade. Se a entrevista é, antes de mais, primeiro um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador [ou da investigadora] deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível. (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 192)

A partir de Guion, Diehl e McDonald (2011), entende-se as entrevistas em profundidade como uma técnica qualitativa de coleta de dados, deveras apropriadas para situações nas quais se deseja fazer perguntas abertas que suscitam profundidade de informações de relativamente poucas pessoas. Há uma postura acessível e orientada a descobertas, que permite à entrevistadora ou ao entrevistador explorar profundamente os sentimentos e as perspectivas do entrevistado ou da entrevistada sobre determinado tema. Os autores destacam quatro principais características das entrevistas em profundidade:

- questões em aberto, de forma que os/as respondentes expliquem o assunto, e não apenas respondam “sim” ou “não”. Em geral, perguntas em aberto iniciam-se com “por que” ou “como”, o que dá às entrevistadas ou aos entrevistados a liberdade para responder usando as próprias palavras;
- formato semiestruturado, pois embora seja importante planejar previamente as perguntas-chave, a entrevista também deve ser conversacional, com perguntas fluindo de respostas anteriores, quando possível;
- busca pela compreensão e interpretação. Neste ponto, as habilidades de escuta ativa ajudam a reflexão sobre o que a oradora ou o orador está dizendo, dado que o objetivo da investigadora ou do investigador é tentar interpretar o que está sendo dito a fim de obter clareza e compreensão ao longo da entrevista;

- gravação das respostas, em geral, em áudio e complementadas com anotações escritas (ou seja, anotações de campo) pela entrevistadora ou pelo entrevistador. As anotações escritas devem incluir observações de comportamentos verbais e não verbais à medida que ocorrem e reflexões pessoais imediatas sobre a entrevista: “em resumo, entrevistas em profundidade envolvem não apenas perguntas, mas também sistematicamente registram e documentam as respostas para buscar um significado e entendimento mais profundos” (Guion et al., 2011, p. 1).

Fraser e Gondim (2004) explicam que a entrevista se caracteriza pela interação entre duas ou mais pessoas, bem como pelo caráter dirigido da conversação em busca de um propósito definido. Valoriza, claramente, o uso da palavra, do símbolo e do signo, que são privilégios das relações humanas e, por meio dos quais, os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca. Como técnica de investigação associada à metodologia qualitativa, a entrevista favorece a relação intersubjetiva do entrevistador ou da entrevistadora com o entrevistado ou a entrevistada. A partir de trocas verbais e não verbais, é possível aceder a uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais. Ao dar atenção à fala dos atores sociais, a entrevista na pesquisa qualitativa “permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo” (Fraser & Gondim, 2004, p. 140). É mais comum a opção pelo formato semiestruturado ou não estruturado das entrevistas, dado que, assim, se concede liberdade ao entrevistado ou à entrevistada para discorrer sobre determinado assunto. Em geral, elabora-se um roteiro sob a forma de tópicos a fim de orientar a condução da entrevista, porém que não impeça o aprofundamento de aspectos que possam ser relevantes ao entendimento do objeto de investigação:

A defesa da não estruturação ou semiestruturação da entrevista na pesquisa qualitativa é que esta abordagem almeja compreender uma realidade particular e assume um forte compromisso com a transformação social, por meio da autorreflexão e da ação emancipatória que pretende desencadear nos próprios participantes da pesquisa. Para os defensores [ou defensoras] da abordagem qualitativa, a realidade humana é construída no processo de inserção do indivíduo em um contexto social particular e, em decorrência, os [ou as] participantes são vistos como pessoas que constroem seus discursos e baseiam suas ações nos significados derivados dos processos de comunicação com os outros, com quem compartilham opiniões, crenças e valores. Deste modo o poder de ação e transformação das pessoas pode ser ampliado ao ser propiciado a cada uma delas refletir sobre suas próprias concepções, crenças e ações. (Fraser & Gondim, 2004, p. 145)

É importante lembrar que, segundo Fraser e Gondim (2004), a entrevista em pesquisa qualitativa objetiva a compreensão parcial de uma realidade multifacetada em relação a um tempo e um contexto

sócio-histórico específicos. Isto implica reconhecer as diferentes visões de mundo existentes entre os grupos humanos. Torna-se indispensável que a investigadora ou o investigador, ao relatar os resultados, também deixe explícito sua própria concepção sobre o assunto, bem como forneça informações detalhadas sobre os participantes da investigação – o que permite ao leitor refletir e criticar os resultados a partir da compreensão do contexto em que as conclusões foram obtidas.

Ainda sobre o formato semiestruturado da entrevista em profundidade, Qu e Dumay (2011) reafirmam o uso de perguntas preparadas, guiadas por temas identificados, de maneira consistente e sistemática, interpostas com sondas projetadas para a obtenção de respostas mais elaboradas. O foco no guia de entrevistas, que incorpora uma série de temas amplos a serem abordados durante a entrevista, ajuda a direcionar a conversa para os tópicos e questões sobre os quais se desejam aprender. Para os autores, o formato semiestruturado da entrevista em profundidade torna-se relevante para as pesquisas qualitativas por conta da flexibilidade e acessibilidade, bem como pela capacidade de revelar facetas importantes e muitas vezes ocultas do comportamento humano. Por ter como base a conversa humana, torna-se não apenas possível, como altamente eficaz e conveniente a coleta de informações de forma que a entrevistadora ou o entrevistador modifique o estilo, o ritmo e a ordem das perguntas para evocar as respostas mais completas da entrevistada ou do entrevistado. Também, permite que as pessoas entrevistadas forneçam respostas em seus próprios termos e da maneira como pensam e usam a linguagem – o que acaba por revelar a maneira como percebem o mundo social em estudo.

A entrevista em profundidade não é inteiramente aberta, tampouco encaminhada a muitas perguntas precisas. Quivy e Campenhoudt (2005) explicam que, em geral, a investigadora ou o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, por meio das quais receberá informações por parte do entrevistado ou da entrevistada. Não é mandatório seguir todas as perguntas de acordo com a formulação prevista, dado que é possível alterar a sequência conforme o andamento da entrevista. O objetivo é que a entrevistada ou o entrevistado fale abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. Da parte da investigadora ou do investigador, espera-se que seja capaz de reencaminhar a entrevista para os objetivos inicialmente propostos a cada vez que o entrevistado ou a entrevistada deles se afastar. Da mesma forma, é esperado que o investigador ou a investigadora pergunte aquilo que o entrevistado ou a entrevistada não chega por si próprio ou própria no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível.

Para Noor (2008), o formato semiestruturado da entrevista em profundidade oferece flexibilidade suficiente para abordar diferentes entrevistados de maneira diferente, enquanto ainda abrange as mesmas áreas de coleta de dados. Vandermause e Fleming (2011) explicam que, pela perspectiva da

fenomenologia hermenêutica, a entrevista em profundidade consiste numa fonte comum de coleta de dados, uma vez que a pesquisadora ou o pesquisador procura descobrir o que significa ser – quando aparece ou se revela através da história. À medida que as histórias são desencadeadas, a interpretação começa. Mais: a pesquisadora ou o pesquisador deve permanecer aberto a respostas inesperadas ou desconhecidas, abrindo espaço para que uma troca interativa se manifeste, pois um objetivo importante desta técnica é entender (conhecer) o significado e dar sentido à experiência: “uma troca de linguagem emerge/evolui à medida que o texto narrativo é cocriado entre o pesquisador e o participante” (Vandermause & Fleming, 2011, p. 369). Os autores destacam, ainda, que a captura da natureza essencial do fenômeno é procurada quando o pesquisador ou a pesquisadora e o participante cocriam a história durante a entrevista. Ademais, a análise textual do processo de entrevista como uma atividade discreta consiste numa tarefa útil que pode preceder ou coincidir com a análise interpretativa textual.

Crowther, Ironside, Spence & Smythe (2017) reafirmam que a fenomenologia hermenêutica consiste numa abordagem metodológica não vinculada a estágios estruturados de um método; é como se sintoniza, se questiona e se pensa em e através de métodos em evolução. Portanto, as pesquisadoras ou os pesquisadores devem se tornar receptivos a nuances e mudanças no fenômeno de interesse à medida que surgem, em vez de ser atraídos para métodos prescritos e significados previstos. A entrevista em profundidade, como técnica de recolha de dados associada a uma metodologia qualitativa, é capaz de revelar maneiras de ser, pensar e agir no mundo, as quais lançam luz sobre o que é conhecido, no entanto coberto ou esquecido: “as histórias criadas na fenomenologia hermenêutica são, portanto, um meio provocador e poderoso de evocar respostas patológicas compartilhadas. Eles podem comunicar a maneira como nós humanos entendemos os eventos e os relacionamentos, tanto conosco como com os outros” (Crowther, Ironside, Spence & Smythe, 2017, p. 2).

Os autores afirmam que as informações obtidas por meio de entrevistas em profundidade, sob a perspectiva da fenomenologia hermenêutica, revelam que os seres humanos estão sempre em relação com os outros, que toda história envolve duas ou mais outras. Mais: as histórias abrangem não apenas outros, mas também lugares e épocas, proporcionando um senso de continuidade e unidade no ser humano compartilhado. Por meio da escuta e da leitura, os pesquisadores ou as pesquisadoras ficam atrelados ao enredo de uma história, sem, no entanto, conhecer toda a verdade, dado que se adentra no espaço da entrevista assumindo que a história compartilhada por um participante é um relato de sua compreensão de sua experiência, ou seja, reconhece-se que a história toda nunca será contada ou ouvida, que a verdade nunca será totalmente revelada: “A orientação na hermenêutica não é determinar uma hierarquia de verdades; uma versão da verdade não é entendida como mais significativa que a

outra. (...) Cada história é entendida como possuindo múltiplos significados” (Crowther et al., 2017, p. 3). Isto significa que se reconhece a veracidade de uma história pela maneira como crenças e valores se repetem no discurso dos entrevistados.

Nesta investigação, optou-se pela entrevista em profundidade individual semiestruturada mediada pela aplicação *Skype* – este último aspecto potencializado pela pandemia de covid-19, que dificultou muito os contatos presenciais, que teriam sido a modalidade preferencial.

5.4.3 Técnicas de análise

Com base na revisão não sistemática apresentada anteriormente, observou-se a diversidade de técnicas de análise utilizadas em investigações sobre Amazônia e jornalismo. Enquanto o trabalho de Costa, L. (2008) observou o fenômeno do desmatamento e das queimadas na Amazônia em 1.300 artigos e reportagens extraídos dos principais jornais e revistas brasileiros, da década de 1970 aos anos 2000, a partir do viés quantitativo (identificando as principais fontes de informação) e também qualitativo, apoiando-se no referencial teórico/metodológico da semiologia dos discursos sociais, Coelho e Julião (2008) concentraram-se, apenas, no discurso ambiental de uma única revista brasileira. Ainda que o período de análise tenha sido extenso (de 1969 a 2008), o caráter qualitativo prevaleceu, pois foram analisados dez textos jornalísticos a partir da técnica de análise do discurso.

Carvalho, C. P. (2009) utilizou a análise de conteúdo como técnica para analisar 206 notícias e reportagens sobre o desmatamento na Amazônia publicadas por três jornais impressos brasileiros nos anos de 2005, 2007 e 2008 a partir de cinco categorias: fontes de informação, atores, temas, focos e causas do desmatamento. A autora destacou que os resultados obtidos por ela não poderiam ser generalizados, dado que se investigou momentos e períodos específicos da divulgação das taxas de desmatamento da Amazônia: “os resultados podem ser tratados como indícios, evidências que apontam comportamentos e tendências do que se passa no variado e complexo universo dos meios de comunicação de massa em geral e, em particular, dos grandes jornais brasileiros” (Carvalho, C. P., 2009, p. 47).

Silva, R. (2013) fez uso da análise do discurso como técnica para analisar 15 reportagens sobre desmatamento na Amazônia selecionadas do periódico alternativo *Jornal Pessoal*, entre 1987 e 2012. Já Luft (2010) optou pela técnica da análise de conteúdo, cujas características, nos estudos de jornalismo, destacam-se, pelo menos, de três formas:

- ajudam a entender que são os produtores e receptores da notícia, quais os parâmetros culturais implícitos, bem como a lógica organizacional por trás das mensagens;

- servem para avaliar uma grande quantidade de informações manifesta a partir do uso de palavras, frases, parágrafos, temas, entre outros;
- tem se mostrado eficiente no enquadramento de grandes temas sociais e de alcance global, como violência, racismo e temas ambientais.

A investigadora utilizou a análise quantitativa para observar o conjunto de 230 notícias e reportagens publicadas ao longo do ano de 2008 e, dentro deste total, as características das fontes de informação, mas também da análise qualitativa ao interpretar o que foi dito pelas principais fontes de informação, “buscando identificar interesses contraditórios, ambiguidades, tendências, consensos etc., que possam contribuir para imprimir uma melhor qualidade da cobertura dos desmatamentos na Amazônia” (Luft, 2010, p. 84).

Como se vê, são recorrentes as técnicas de análise do conteúdo e de análise do discurso. A presente investigação propõe uma associação entre as técnicas de análise de enquadramento – predominante na dimensão discursiva do modelo de análise – e análise narrativa – característica da dimensão (re)interpretativa ([quadro 2](#)). O trabalho de Carvalho, A. (2000) revelou desafios e potencialidades da triangulação entre análise de enquadramento, análise narrativa e análise crítica do discurso. Consoante a autora, a associação entre as técnicas pode ser útil por aproveitar os pontos positivos de cada instrumento, permitindo a complementaridade do processo interpretativo. Entretanto, na presente investigação, optou-se por não utilizar a análise crítica do discurso, não apenas por conta da prefiguração narrativa, desenvolvida nos capítulos anteriores, que vai ao encontro da fenomenologia hermenêutica, mas também porque se torna inviável a aplicação da referida técnica a um número grande de textos. A [figura 9](#) mostra as escolhas teórico-metodológicas adotadas neste estudo acerca das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia.

Carvalho, A. (2000) explica que conceito de quadro evidencia o processo de seleção, ou seja, tanto a inclusão ou a exclusão de determinados aspectos. Significa dizer que há ênfase ou obscurecimento de acordo com a organização discursiva, o que permite a comparação entre vários textos a partir de múltiplas dimensões (social, econômica, política e/ou científica). Já a análise narrativa privilegia a sequência temporal de uma ação, bem como as relações entre pressupostos ou causas e consequências. Segundo a autora, a análise narrativa procura construir e dar sentido a uma história como um todo a partir dos fragmentos do discurso: “um dos traços próprios da análise de narrativas é a atenção dedicada ao texto, como um todo, e ao significado, como resultado de uma estrutura específica” (Carvalho, A., 2000, p. 146). Por conseguinte, esta forma de análise recusa fraturar tal estrutura em partes menores (por exemplo, em temas), bem como considera que uma história possui, pelo menos, três características:

- os acontecimentos são estruturados numa sequência temporal;
- deve existir uma coerência lógica na história, ou seja, os acontecimentos devem estar relacionados por uma ideia ou princípio organizador;
- uma história envolve mudança em determinada situação, por meio de uma série de acontecimentos.

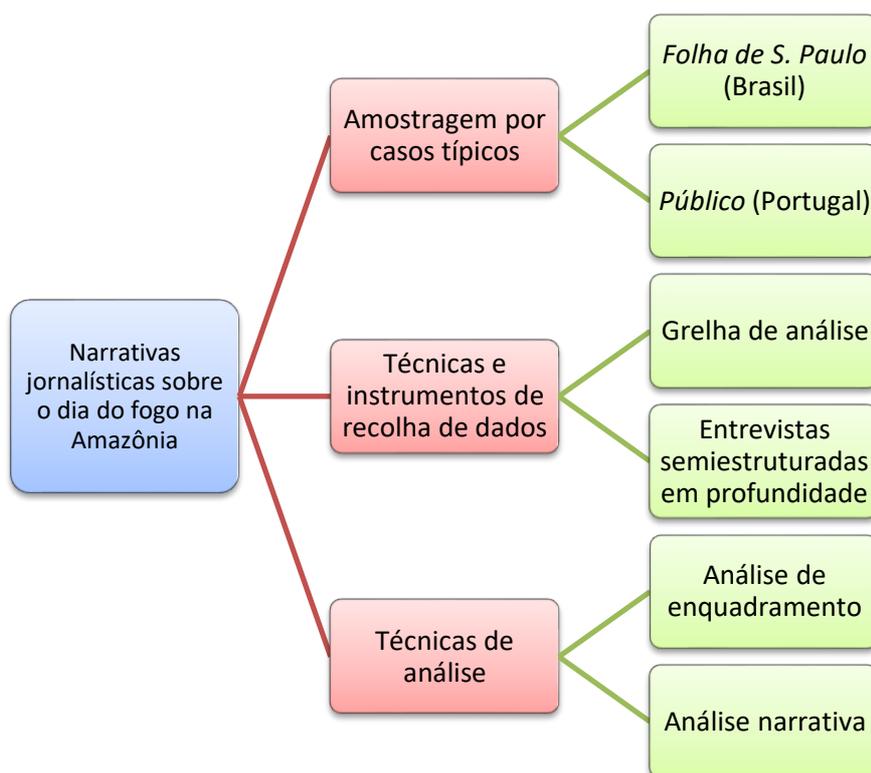


Figura 9: Procedimentos metodológicos adotados nesta investigação

Freeman (2015) acrescenta que o cerne da ideia de narrativa como um modo de compreensão reside na sua dimensão retrospectiva, ou seja, no fato de que as narrativas sempre e necessariamente envolvem olhar para trás, a partir de algum momento presente, e ver, no movimento dos acontecimentos, episódios que fazem parte de algum todo maior. Ainda segundo o autor, o entendimento narrativo abraça a natureza histórica da realidade humana, dado que o olhar em retrospecto não consiste num impedimento ao conhecimento, mas sim numa incursão, num caminho para dimensões de significado que não podem ser encontradas de nenhuma outra maneira. Mais do que entender “o que aconteceu quando”, como na crônica histórica, o movimento de olhar para trás busca compreender “como acontecimentos e experiências podem estar relacionados entre si, talvez até assumindo a forma de um enredo, uma constelação de significado que se mantém unida, em alguma aparência de unidade, os fios

dísparos do passado” (Freeman, 2015, p. 28). Importante ressaltar que o entendimento narrativo é irrevogavelmente interpretativo, portanto, provisório.

Para Riessman (2008), a análise narrativa refere-se a uma família de métodos analíticos para interpretar textos que têm em comum uma forma estratificada. A narrativa consiste numa unidade de discurso discreta e sua análise depende de como o pesquisador ou a pesquisadora relaciona os acontecimentos em sequência de forma a comunicar significado. Segundo a autora, a atenção às sequências de ação distingue métodos narrativos de outras abordagens qualitativas:

Analistas narrativos interrogam a intenção e a linguagem – como e por que os acontecimentos são registrados, não apenas o conteúdo a que a linguagem se refere. Os analistas narrativos fazem as seguintes perguntas: Para quem a história foi construída e com que finalidade? Como é composto? Quais são os recursos culturais que ele extrai ou dá como certo? Que armazém de parcelas culturais ele chama? O que a história conclui? Existem lacunas e inconsistências que podem sugerir preferências preferenciais, alternativas ou contrárias? (Riessman, 2008, p. 540)

Ainda de acordo com a autora, o estudo de caso pode gerar categorias ou, em outras palavras, generalização teórica, pois as histórias das ciências físicas e sociais estão repletas de exemplos em que proposições teóricas foram derivadas de um estudo minucioso de instâncias individuais. Por conseguinte, a análise narrativa une-se a essa longa tradição de investigação centrada em casos. Riessman (2005) destaca, ainda, que as narrativas não falam por si próprias, tampouco têm mérito não analisado, pois exigem interpretação quando utilizadas como dados em pesquisas sociais.

Earthy e Cronin (2008) lembram que a análise narrativa não é uma entidade homogênea e, dentro de sua ampla competência, existem diversos modelos que ajudam a compreender a produção social da história. Metodologicamente, as autoras classificam a análise narrativa a partir da unidade de análise (em categorias ou holística) e do foco da análise (conteúdo ou forma). Na abordagem em categorias, a análise narrativa deve comparar todas as referências ao fenômeno selecionado considerando uma ou várias entrevistas, enquanto a abordagem holística busca entender como uma seção específica do texto faz parte de uma história de vida narrada durante o curso de uma única entrevista ou várias entrevistas com o mesmo indivíduo. Por sua vez, o conteúdo da narrativa pode incluir o conteúdo da superfície (o que remete a perguntas como “o que aconteceu?”, “quem estava presente?”, “como as partes reagiram?”) ou o conteúdo subjacente (que envolve questionamentos acerca dos motivos ou intenções dos participantes, de quais itens específicos simbolizam para o narrador, de qual o significado e a importância de determinada história para o narrador, entre outros). Já a forma da narrativa concentra-se em aspectos como a estrutura da trama, a sequência de acontecimentos e a linguagem utilizada.

Labov (1997) reafirma que a análise narrativa raramente permite provar alguma coisa, uma vez que se trata, essencialmente, de uma proposta hermenêutica, na qual o envolvimento contínuo com o discurso, a partir da perspectiva do falante e do público, promove o intercâmbio de informações e experiências de maneira a aprofundar a compreensão sobre o que é linguagem e vida social. Para o autor, a narrativa consiste numa escolha específica de técnica para relatar acontecimentos passados. Portanto, explica que a junção temporal é o que, fundamentalmente, distingue a narrativa de outras formas de relatar o passado. Por junção temporal entende-se “uma relação de antes e depois que se mantém entre duas cláusulas independentes e corresponde à ordem dos acontecimentos no tempo. Tais sequências de cláusulas ordenadas formam a ação complicadora que é a estrutura esquelética da narrativa” (Labov, 2006, p. 37). Assim, inicia-se o entendimento de que uma narrativa é sobre algo. Na estrutura analítica oferecida pelo autor, a análise narrativa lida não apenas com organização temporal e avaliação, mas também com reportabilidade, credibilidade, objetividade, causalidade e a atribuição de louvor e culpa.

Para Esin, Fathi e Squire (2014), a análise narrativa permite entender as complexidades das relações pessoais e sociais, uma vez que fornece ferramentas úteis para compreender a diversidade e os diferentes níveis envolvidos nas histórias, em vez de tratá-las simplesmente como entidades coerentes, naturais e unificadas. Qualquer que seja a orientação teórico-metodológica e, da mesma forma, independente de lidar com histórias de vida biográficas ou com a estrutura linguística ou discursiva das histórias, descrevendo vários níveis de posicionamento realizados pelas narrativas, a análise narrativa tende a se concentrar nos significados gerados pelos participantes. Os autores defendem a abordagem construcionista, que pode se concentrar nas minúcias linguísticas da coconstrução de uma história entre orador e ouvinte, mas, geralmente, também leva em conta a construção social mais ampla desta história nas relações interpessoais, sociais e culturais. Isto significa que a abordagem construcionista interessa-se pela produção social das narrativas, pois entende que as histórias são, na verdade, fenômenos sociais. A partir do modelo de análise narrativa dialógica, observa-se que as histórias são coconstruídas em vários contextos: interacional, histórico, institucional e discursivo: “esta abordagem construcionista enfatiza os elementos em constante mudança na construção de narrativas, em vez de lê-los como produtos acabados de circunstâncias particulares que podem mudar com o tempo” (Esin, Fathi & Squire, 2014, p. 207).

É importante destacar, ainda, duas questões. A primeira refere-se ao papel da audiência na constituição e no entendimento das narrativas, embora em graus variados. Os autores explicam que os significados das narrativas são construídos não apenas em relação à audiência no momento, local e

contexto social em que a história é contada pela primeira vez, mas também por muitos públicos posicionados de maneira diferente: “a audiência inclui futuros leitores que interpretarão as palavras de uma história dentro de seus próprios quadros, talvez radicalmente diferentes. Uma história também pode ser recontada para diferentes públicos, ou contada para vários públicos diferentes ao mesmo tempo” (Esin et al., 2014, p. 207). Assim, a audiência torna-se um elemento importante na construção de subjetividades, dado que os sujeitos passam a existir durante e pela narrativa.

A segunda questão diz respeito às relações de poder, uma vez que analisar o contexto consiste numa maneira de descrever as relações de poder que moldam a prática de investigação em diferentes níveis. Segundo os autores, o poder é múltiplo, móvel e contestável, sempre relacional e herda a própria linguagem. A abordagem construcionista da análise narrativa torna-se fundamental para perceber os pontos em que o poder trabalha para reproduzir ou produzir determinadas narrativas como dominantes enquanto marginaliza outras. Mais: o próprio posicionamento das pesquisadoras e dos pesquisadores e (suas visões pessoais, sociais e culturais, bem como suas estruturas teórico-metodológicas) e as relações de poder que operam entre eles e elas, os participantes, os dados e interpretação, também devem ser levadas em consideração em uma análise construcionista. Somente assim a análise narrativa consegue ser não apenas criativa, mas também crítica e qualificada, em vez de apenas uma “história de dados”.

A investigação desenvolvida por Feldman, Sköldbberg, Brown e Horner (2004) entende a forma narrativa como uma sequência de eventos, experiências ou ações com um enredo que une diferentes partes em um todo significativo. Por meio dos acontecimentos, a narrativa inclui, exclui e enfatiza determinados aspectos, uma vez que a contadora ou o contador de histórias não apenas ilustra sua versão da ação, mas também interpreta ou tece um comentário avaliativo sobre o assunto. Em geral, o trabalho da pesquisadora narrativa ou do pesquisador narrativo é interpretar estas histórias (já previamente interpretadas pelas pessoas que as contaram), indagando-se por que foram contadas de tal maneira, bem como o que o contador ou a contadora de histórias quis dizer, considerando a forma, a estrutura e o conteúdo destas histórias.

Para Feldman et al. (2004), uma história consiste num subconjunto da narrativa, distinguindo-se por um início e um fim, isto é, uma história leva de um lugar específico para outro. Já a narrativa pode ser construída a partir de diferentes fontes, como entrevistas e documentos. O procedimento analítico proposto pelos autores baseia-se na oposição e no entimema, pois entendem que uma das formas de criar significado no discurso consiste na atenção dada aos opostos: “um contador de histórias pode criar um senso do que é certo sobre algo sem nunca falar sobre isso, apenas falando sobre o que está errado com seu oposto” (Feldman, Sköldbberg, Brown & Horner, 2004, p. 151). Explicam, ainda, que um

entimema é uma inferência lógica incompleta ou “descuidada”, ou seja, assume a forma de um argumento ou, mais formalmente, de uma parte que falta – que, geralmente, é a premissa principal, mas também pode ser a premissa secundária ou mesmo a conclusão. Uma segunda propriedade pouco conhecida do entimema “é que ele é uma inferência plausível, provável ou probabilística, em vez de uma inferência logicamente vinculativa (como em um silogismo perfeito)” (Feldman et al., 2004, p. 152). Para os autores, embora os entimemas sejam caracterizados como incompletos e descuidados, eles são, na verdade, habituais e até necessários na linguagem cotidiana, porque evitam o desacordo ao não explicitar aspectos potencialmente controversos ou não tidos como garantidos do argumento.

Portanto, Feldman et al. (2004) propõem que a análise narrativa decorra em três níveis, a saber:

- identificação da linha de história, isto é, do(s) ponto(s) básico(s) que resume(m) a história;
- identificação da(s) oposição(ões) implícita(s) ou mesmo explícita(s) na história;
- construção de silogismos a fim de tornar explícitos os argumentos do contador ou da contadora de histórias.

Este último nível “torna mais fácil analisar partes muito específicas de cada argumento”, bem como permite “mostrar como cada argumento progride por meio de uma série de silogismos, um construindo sobre o outro. Isto é particularmente eficaz devido à natureza multifacetada das histórias” (Feldman et al., 2004, p. 164). Entretanto, quem analisa deve sempre ter em mente que não é possível (nem se pode desejar) extrair todas as possibilidades interpretativas.

A presente investigação adota os procedimentos da análise pragmática da narrativa jornalística, conforme Motta (2007). A ideia é debruçar-se sobre um conjunto de notícias isoladas sobre o dia do fogo na Amazônia, publicadas entre agosto de 2019 e setembro de 2020, nos jornais *Folha de S. Paulo* (Brasil) e *Público* (Portugal). Num primeiro momento, pode-se pensar que não há narratividade, dado que os textos jornalísticos possuem uma unidade em si próprios. Contudo, ao integrar estas notícias isoladas em um conjunto significativo solidário, obtém-se uma história única, ou seja, um acontecimento. Para o autor, não se trata de capricho, tampouco mera justificação metodológica. É mesmo assim que se move a mente da audiência: percebe-se e constrói-se, por meio da memória, a realidade social. Ainda consoante Motta (2007), adotar o texto jornalístico como ponto de partida para estabelecer conexões e sínteses narrativas não significa se abster da análise do contexto comunicativo, uma vez que o texto jornalístico e suas significações são apenas os nexos entre o ato de enunciar e o ato de interpretar:

Concebemos a análise narrativa como caminho rumo ao significado porque o significado é uma relação, não há significado sem algum tipo de troca. As narrativas são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência

entre os seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e poder. (Motta, 2007, p. 146)

O autor reitera que nenhuma narrativa é ingênua, tampouco uma composição discursiva autônoma. Há um propósito, pois se trata de um dispositivo de argumentação na relação entre os sujeitos. Isto posto, as narrativas jornalísticas consistem em jogos de linguagem, em ações estratégicas de comunicação de significações em contexto. No total, a técnica da análise pragmática da narrativa jornalística propõe seis movimentos que visam “interpretar dinâmica e sistematicamente a essência do fenômeno observado”, bem como “compreender as diversas camadas significativas do objeto empírico como objeto intencional de nossa percepção” (Motta, 2007, p. 147), conforme mostra a [figura 10](#). Não há a necessidade de percorrer a ordem exata dos movimentos, uma vez que não se trata de um modelo, tampouco uma ordem gradual de aproximação. A única exigência a ser atendida é a exposição. Os movimentos são os seguintes:

- recomposição da intriga ou acontecimento jornalístico, cujo objetivo é conectar as partes (as notícias fragmentadas pelas edições diárias dos jornais) e identificar a serialidade temática, bem como o encadeamento narrativo cronológico. A determinação do início e do fim da nova narrativa jornalística, que será recomposta pelo analista, é decidida de forma mais ou menos arbitrária, todavia não deve prescindir de rigor, coerência e justificação;
- identificação dos conflitos e funcionalidade dos episódios. O autor explica que os conflitos, como elementos estruturadores da narrativa, abrem espaço para novas ações, sequências e episódios – os quais prolongam e mantêm a narrativa viva. Identificar os conflitos é o que permite discernir e compreender a funcionalidade dos episódios do novo enredo articulado pelo analista: “Episódios são unidades analíticas intermediárias que relatam conjuntos de ações relativamente autônomos (motivos) correspondentes às transformações no decorrer da história. Conectam-se ao todo, no qual significativamente se inserem. Devem receber nomes para designar essa funcionalidade” (Motta, 2007, p. 150);
- construção de personagens jornalísticas (discursivas), cujo reconhecimento e dinâmica funcional se relacionam diretamente com a identificação dos episódios. Isto, porque as personagens são atores que realizam coisas, ou seja, atuam na progressão da história;
- estratégias comunicativas, isto é, os dispositivos retóricos utilizados intencionalmente por repórteres e editores. Aqui, há a divisão em a) estratégias de objetivação (construção de efeitos de real) e b) estratégias de subjetivação (construção de efeitos poéticos);

- relação comunicativa e o “contrato cognitivo”, que significa observar o entorno ou a situação espaço-temporal onde as notícias são produzidas, bem como identificar supostas violações do “contrato cognitivo” implícito entre jornalistas e audiência – o qual se inspira pela objetividade e pelo entendimento do jornalismo como “lugar natural da verdade, o lugar do texto claro, isento, preciso e sem implicaturas nem suposições” (Motta, 2007, p. 164);
- metanarrativas (significados de fundo moral ou fábula da história), dado que, se as notícias representam rupturas ou transgressões em relação a algum significado estável, cabe ao analista identificar, interpretar e elucidar as novas possibilidades.



Figura 10: Seis movimentos da análise pragmática da narrativa jornalística
 Fonte: Motta (2007)

Sobre a recomposição da intriga ou acontecimento jornalístico, Motta (2007) explica que se trata da reescrita de uma nova história, uma nova síntese, diferente e mais completa do que as notícias isoladas, e que terá outra significação. Esta recomposição, chamada de acontecimento jornalístico, é o que vai orientar a análise. Importante é observar como funcionam os encaixes (ganchos) que ligam os incidentes fragmentados em sequências cronológicas coerentes. Indutivamente, “à medida que se remonta a intriga, reconstrói-se o objeto. O ato analítico em curso é uma interpretação reflexiva, uma experiência de si mesmo” (Motta, 2007, p. 149).

O movimento seguinte, de identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios, remete à situação inicial, ou seja, a uma situação-problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio e traz ambiguidades, da mesma forma que apresenta, pelo menos, dois lados em confronto. Segundo o autor, a narrativa jornalística gira em torno do ciclo equilíbrio-desequilíbrio, o qual evidencia interesses contraditórios. A tarefa do analista consiste em reconhecer os conflitos principais e secundários da história recomposta (da nova síntese), que podem ser de natureza política, econômica, psicológica, jurídica, policial, entre outras. A partir dos conflitos identificados, é possível nomear funcionalidades, por exemplo, situação estável (equilíbrio), complicação, clímax, resolução, vitória, desfecho, punição, recompensa etc.

Este segundo movimento favorece o próximo, que é a construção das personagens jornalísticas (discursivas), dado que a funcionalidade dos episódios permite a atribuição de papéis às personagens, tais como protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, entre outros. Motta (2007) lembra que as personagens jornalísticas representam uma pessoa com existência real, contudo esta pessoa real é sempre irredutível às narrativas que se contam a respeito dela. Há uma dimensão de pesquisa e inquérito que envolve o trabalho jornalístico, portanto não é possível uma mera reprodução ou reflexo do “real”, que são as pessoas. Trata-se de uma construção que mobiliza a subjetividade do repórter, por conseguinte não se limita à descrição de pessoas que existem na vida real: “a subjetivação pressupõe que se apresente a personagem como uma interpretação e uma construção e não como uma ilusão referencial, destinada a abolir a consciência de mediação jornalística” (Motta, 2007, p. 154).

O quarto movimento, que se concentra nas estratégias comunicativas, eleva a complexidade da análise, uma vez que a retórica jornalística é, por natureza, discreta. Isto significa que o jornalista busca camuflar seu papel como narrador, apagar sua mediação, de forma que o leitor tenha a impressão de que os fatos surgiram no horizonte, falando por si próprios. Esta etapa da análise pragmática da narrativa jornalística visa à identificação de dois tipos de construção:

- as estratégias de objetivação, que produzem efeitos de real, por exemplo a indicação sistemática de lugares ou de personagens, a datação, o uso de números e estatísticas, citações, entre outros;
- as estratégias de subjetivação, que constroem efeitos poéticos, como ilustrações, charges, fotografias, além de figuras de linguagem, de substantivos e de adjetivos etc.

O quinto movimento, nomeado a relação comunicativa e o “contrato cognitivo”, propõe um caminho do texto, como unidade estática, em direção à relação comunicativa intersubjetiva, ou seja, trata de identificar os elementos do contexto que condicionam a intenção comunicativa do emissor e a sua realização na audiência. O contexto físico (o meio de comunicação social), o contexto histórico e/ou

o contexto cultural são maneiras de observar o entorno cognitivo compartilhado. Da mesma forma, esta etapa atenta-se para o pacto entre os interlocutores (jornalistas e audiência) de coconstrução da “verdade dos fatos”. Na explicação de Motta (2007, p. 164), é apenas a partir da compreensão desta estabilidade onde se realiza a comunicação noticiosa que se torna possível ao analista “interpretar as violações das máximas jornalísticas e compreender as implicaturas, as pressuposições, as insinuações, as ironias e outros efeitos de sentido que simultaneamente se realizam”.

O movimento final da análise pragmática da narrativa jornalística consiste nas metanarrativas, que são os significados de fundo moral ou fábula da história. De acordo com o autor, o caráter ético, moral ou filosófico surge com nitidez ao longo da análise do acontecimento, pois é o plano da estrutura profunda da narrativa. Está-se, enfim, próximo das significações culturais mais profundas, por exemplo, que o crime não compensa, que a corrupção tem que ser punida, que o trabalho enobrece, que a família é um valor supremo, entre outras.

6. O DIA DO FOGO NA AMAZÔNIA EM ANÁLISE (2019-2020)

O presente capítulo dá início à mediação narrativa, ou seja, à própria composição da intriga, de acordo com a perspectiva ricoeuriana da *mimesis* II. Ao agenciar os fatos, consoante o modelo de análise proposto no capítulo anterior, busca-se transformar os acontecimentos individuais numa história tomada como um todo. Nas palavras de Ricoeur (1983, p. 104): “compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos levaram a essa conclusão, que, longe de ser previsível, deve, em última instância, ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos”.

Assim, serão discutidas as dimensões sócio-histórica, discursiva e (re)interpretativa, a partir de seus respectivos componentes, de forma que as narrativas sobre o dia do fogo na Amazônia produzidas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Público* sejam elucidadas, no capítulo sete, a partir de suas contiguidades e de seus distanciamentos.

6.1 Dimensão sócio-histórica

De acordo com a perspectiva hermenêutico-fenomenológica ora adotada, entende-se que as narrativas jornalísticas resultam não apenas da construção material dos periódicos, mas também da ambiência histórica e sociocultural que envolve os sujeitos – jornalistas e empresa jornalística, leitores e o outro generalizado, numa dimensão mais ampla. Significa dizer que o discurso jornalístico advém de condições de produção específicas, ou seja, trata-se de uma construção social forjada na redação e que mescla relações hierárquicas de trabalho com práticas, valores e princípios profissionais.

Portanto, para compor a dimensão sócio-histórica do estudo de caso serão convocadas a trajetória dos jornais, a estrutura das redações e as normas e valores jornalísticos da *Folha de S. Paulo* (Brasil) e do *Público* (Portugal), pois se entende que são estes elementos fundadores e caracterizadores do discurso jornalístico. Da mesma forma, o próprio caso precisa ser situado sócio-historicamente, já que não se limita a um fato, mas sim, como acontecimento, insere-se numa cadeia de temporalidades: ao eclodir no presente, recupera um passado e projeta um futuro.

Nesta investigação, a apreensão hermenêutico-narrativa do dia do fogo na Amazônia desenvolveu-se do capítulo dois ao quatro, em consonância com os componentes estrutural, simbólico e temporal, característicos da fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur ([quadro 1](#)). De maneira progressiva, revelou-se que as concepções de Amazônia, tradicionalmente associadas à floresta ou aos rios, são colocadas em xeque quando determinados acontecimentos ocorrem, a exemplo da queima generalizada provocada, em 10 de agosto de 2019, por fazendeiros do entorno da BR-163, no sudoeste do Estado do

Pará, no Brasil. Conhecida como dia do fogo, a ação havia sido anunciada no jornal *Folha do Progresso*, dias antes, no entanto as equipes de fiscalização do Ibama e do ICMBio, fragilizadas desde o início da gestão do presidente Jair Bolsonaro, não conseguiram impedir os incêndios. Os focos de calor foram registrados não apenas pelo Inpe, mas também pela Agência Espacial Europeia e pela *National Aeronautics and Space Administration* (Nasa). A intensa queima seguiu por todo o mês de agosto daquele ano e se espalhou por todo o bioma amazônico, inclusive para outros países da Pan-Amazônia.

Lideranças estrangeiras, como o presidente francês Emmanuel Macron, além de artistas internacionais, a exemplo do ator estadunidense Leonardo DiCaprio, fizeram críticas pelo *Twitter* ao governo brasileiro, que respondeu com grosserias e acusações de que ONG, povos indígenas e pequenos produtores rurais eram os responsáveis pelos fogos. Como acontecimento, o dia do fogo na Amazônia conduziu à discussão acerca do meio ambiente como discurso não neutro, principalmente quando em interface com o discurso jornalístico, o que obriga a revisão de questões normativas, como o próprio conceito de objetividade.

Também, voltou-se para a história social da Amazônia, entendida a partir de períodos econômicos (ciclo da borracha e o sistema de aviação; crescimento moderado da economia regional a partir da exploração de castanha-do-pará, pimenta-do-reino, arroz e madeira; a mineração e os grandes projetos de infraestrutura), para entender o território amazônico como espaço socioeconômico cuja característica de fronteira regional, nacional e mundial produz um tempo e um espaço inerentes e específicos, além de seguir o padrão “boom-colapso”, isto é, período de elevando crescimento econômico seguidos de conflitos de territorialidade.

É com base nesta apreensão que, a seguir, a investigação caminha para a compreensão do suporte jornalístico onde se evidencia o caso.

6.1.1 Trajetória do jornal *Folha de S. Paulo*

Informações disponibilizadas pela própria *Folha de S. Paulo*⁴ apontam que o jornal foi fundado em 19 de fevereiro de 1921 como *Folha da Noite*. A partir de julho de 1925, entrou em circulação a edição matutina do periódico, chamada *Folha da Manhã* e, pouco mais de duas décadas depois, a edição vespertina, *Folha da Tarde*. Somente de 1 de janeiro de 1960 em diante é que os três títulos da empresa foram reunidos sob a denominação *Folha de S. Paulo* – o que, segundo Silva, A. (2019), ocorreu para

⁴ Ver: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4

ser feita oposição ao jornal *O Estado de São Paulo*, também conhecido como *Estadão*, que circula no Brasil desde 1875.

Para Souza, S. (2019), quando fundada, em 1921, a então *Folha da Noite* procurava dialogar com leitores da classe média urbana, a exemplo de funcionários públicos, de pequenos comerciantes e de uma parcela da classe operária; da mesma forma, seguia um viés urbanístico em oposição aos demais periódicos, como o *Estadão*, que tratavam predominantemente dos interesses da oligarquia agrária. Lopes, M. (2012, p. 97) avalia que a integração dos três jornais – *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* – em torno da *Folha de S. Paulo* ocorreu, “em grande parte, pela necessidade de criação de um jornal ‘mais completo’, capaz de competir com os sentidos de imediatismo e completude das informações apresentadas pela televisão, recém-inserida na sociedade brasileira”. Consoante o estudo de Muniz (1999, p. 32), que a *Folha de S. Paulo* surgiu já organizada como empresa e com o objetivo claro de angariar lucros, “num período em que a imprensa era vista como atividade defensora de interesses públicos e porta-voz de grupos políticos”.

Ainda conforme a própria *Folha de S. Paulo*, em 1967, o jornal foi pioneiro ao adotar a impressão *offset* em cores, garantindo maior qualidade às impressões. Em 1971, foi descontinuada a composição a chumbo em função do uso do sistema eletrônico de fotocomposição. A instalação de terminais de computador deu-se em 1983, tornando-a a primeira redação informatizada na América do Sul. A partir de 1984, o jornal passou por uma expressiva modernização: “houve, por exemplo, um investimento maior em infográficos. É também nessa época que o cargo de *ombudsman*, jornalista responsável por dar voz às críticas de leitores, foi criado” (DeLuca, 2020). Em 1991, a *Folha de S. Paulo* foi novamente vanguardista ao se tornar o primeiro jornal brasileiro com um espaço fixo dedicado inteiramente à retificação dos próprios erros – a seção “Erramos”:

O Manual da Redação da *Folha* prevê um caminho para a notificação do erro e estabelece a política de transparência com os próprios tropeços: os leitores devem sempre ser informados dos erros e suas correções, mesmo que eles não os tenham percebido. Embora o jornal siga protocolos para ser o mais preciso possível, erros acontecem por diferentes razões, como pressa, desconhecimento ou falta de revisão. Daí a importância da seção Erramos, que promove lisura no processo de retificação, facilitando o acesso do leitor às imprecisões, graves ou não, cometidas pelo jornal. Ao mesmo tempo, abre canal de diálogo com o leitorado, que pode notificar o jornal quando detectar uma incorreção. Todos os apontamentos enviados pelos leitores são verificados e, se confirmados, corrigidos. (...) Na versão on-line, os textos são corrigidos assim que o erro é constatado. Ainda assim, a publicação mantém de forma definitiva uma indicação de que houve retificação. (DeLuca, 2020)

De acordo com Silva, A. (2019, p. 83), em 1993, a *Folha de S. Paulo* “criou uma rede de computadores em que os textos eram armazenados, podendo, assim, ser acessados por jornalistas nos

terminais. Em 1994, tornou-se o primeiro jornal no Brasil a possuir um banco de imagens digitalizado”. O Centro Tecnológico Gráfico-Folha (CTG-F) começou a funcionar em Tamboré (SP), em 1995. Neste mesmo ano, foi lançado o *FolhaWeb*, o primeiro site de notícias on-line do Brasil. Aguiar (2016) afirma que, em 1996, a direção da empresa decidiu deixar de ser apenas uma produtora de jornais impressos para se tornar um grupo mediático fornecedor de conteúdos em diferentes formatos e plataformas. Portanto, “foi criada uma *holding*, a *Folhapar*, a partir da qual foram angariados sócios e feitos novos empreendimentos. ‘A modernização deu resultados’ e o grupo chegou ao ano 2000 com o faturamento dobrado” (Aguiar, 2016, p. 136). A unificação das redações do jornal impresso e on-line ocorreu em 2010, bem como se reestruturou o próprio *site* do jornal (www.folha.uol.com.br). Também, foram lançadas aplicações do jornal compatíveis com diferentes sistemas operacionais (iOS e Android).

Desde 2012, a *Folha de S. Paulo* adota um modelo de negócios para o jornalismo digital conhecido como muro de pagamentos (*paywall*) poroso, em que o acesso ao noticiário on-line é gratuito até certo limite de textos. Segundo afirma, foi novamente pioneira nesta estratégia no Brasil. Hoje em dia, jornal impresso e *site* fazem parte do conglomerado mediático *Grupo Folha*, que também publica o jornal popular *Agora São Paulo* por meio da Empresa Jornalística Folha da Manhã S.A. Igualmente se juntam ao conglomerado o instituto de pesquisa *Datafolha*; a agência de notícias *Folhapress*; o CTG-F, “um dos maiores e mais modernos parques gráficos da América Latina com 25 mil metros quadrados e capacidade de imprimir até 16,6 milhões de páginas por hora”¹⁵.

Digitalizado, o jornal produzido na redação da *Folha de S. Paulo* é transmitido por fibra ótica ao CTG-F, onde o sistema de contagem, empacotamento e expedição dos jornais é inteiramente automatizado; a *TransFolha*, empresa logística que distribui os produtos do *Grupo Folha*; a *FolhaGráfica*, dedicada a jornais e folhetos para empresas, editoras e agências de publicidade; e a São Paulo Distribuição e Logística, empresa de distribuição e logística estabelecida em associação com o jornal *O Estado de S. Paulo*. Segundo Aguiar (2016, p. 130), o *Grupo Folha*, “sediado na cidade de São Paulo, alcança capilaridade nacional por meio do Portal UOL, do qual é sócio majoritário (59%)”. UOL refere-se à Universo On-line.

Conforme Lopes, M. (2012), observa-se a trajetória da *Folha de S. Paulo* e do *Grupo Folha*, como um todo, a partir de quatro períodos: de 1921 a 1930, marcado pela ausência de planejamento editorial; 1931 a 1945, quando a empresa se consolidou empresarialmente; de 1945 a 1962, em que se fortaleceu a estrutura organizacional e financeira da empresa; de 1962 aos dias atuais, em que a *Folha*

¹⁵ Ver: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/centro_grafico.shtml?fill=7

de S. Paulo transformou-se num dos periódicos com maior índice de circulação no Brasil. Juntas, as edições impressas e digitais do jornal *Folha de S. Paulo* consistem no meio de comunicação social de maior circulação e audiência do Brasil – seguido de perto pelos jornais *O Globo* e *Estadão*.

Segundo o Instituto Verificador de Comunicação, a circulação total (digital e impressa) média mensal da *Folha de S. Paulo*, em 2019, foi 328.438 exemplares diários pagos. Em 2020, a média mensal subiu para 337.854. O periódico também divulga, todos os meses, o número de páginas vistas e de visitante únicos, conforme o *Google Analytics*, além do tempo de leitura gasto pelos usuários, de acordo com a empresa estadunidense especializada em análise de tráfego, *Comscore*. Essas três métricas-chaves revelaram que, em 2020, a *Folha de S. Paulo* teve média mensal de 220,7 milhões de páginas vistas por 27,27 milhões de visitantes únicos, cujo tempo de leitura foi de 274 minutos (Folha de S. Paulo, 2021a).

Nas plataformas digitais, a *Folha de S. Paulo* mantém perfis atualizados no *Twitter* (@folha); no *LinkedIn*; e no *Instagram* (@folhadespaulo). No *YouTube*, o canal *TV Folha* apresenta vídeos a partir do que é veiculado no jornal. Há um perfil no *Facebook* (@folhadesp) que, de 8 de fevereiro de 2018 a 5 de julho de 2021, não foi intencionalmente atualizado. Segundo o periódico, a rede social criada por Mark Zuckerberg havia diminuído a visibilidade do jornalismo profissional nas páginas dos usuários em função das interações pessoais, reforçando “a tendência do usuário a consumir cada vez mais conteúdo com o qual tem afinidade, favorecendo a criação de bolhas de opiniões e convicções, e a propagação das ‘fake news’” (Folha de S. Paulo, 2018). Entretanto, diante da mudança de postura do *Facebook*, que chegou a suspender a conta do ex-presidente dos EUA, Donald Trump (2017-2021), o jornal reviu sua postura (Folha de S. Paulo, 2021b).

Azevedo (2006) afirma que uma das características do sistema mediático brasileiro é a concentração da propriedade por grupos familiares. Atualmente, o jornal *Folha de S. Paulo* pertence à segunda geração da família Frias. Segundo Dias (2012, p. 56), o periódico “foi comprado e vendido inúmeras vezes ao longo de quase cinco décadas, até se estabilizar na direção com a família Frias”. Criado em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, o jornal foi vendido em janeiro de 1931 para o cafeicultor Octaviano Alves Lima, que, por sua vez, o revendeu para a sociedade composta pelos jornalistas Clóvis Queiroga, José Nabantino Ramos e Alcides Ribeiro Meireles, em 1945. Foi em 1962 que o controle acionário da empresa passou para as mãos de Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho: “como Frias e Caldeira eram do ramo do empresariado, adotaram uma postura mais profissional frente ao jornal e se preocuparam, em um primeiro momento, em reorganizar e modernizar o jornal enquanto uma empresa capitalista” (Dias, 2012, p. 56).

No início dos anos 1980, após a morte de Caldeira Filho, “Frias passara a liderar sozinho a empresa e opera a transição da presidência do Grupo [Folha] para seu filho” (Lopes, M., 2012, p. 98). Otávio Frias Filho esteve à frente da empresa até 2018, quando faleceu. O empresário e banqueiro Luiz Frias, irmão mais novo de Frias Filho, é o atual proprietário do *Grupo Folha*. De acordo com o próprio periódico, em 2019, apenas 2% da receita total da empresa foram obtidos por meio de verbas governamentais e de empresas estatais alocadas em publicidade, anúncios e patrocínios.

Para Albuquerque (2019a), nas primeiras décadas após sua fundação, em 1921, a *Folha de S. Paulo* permaneceu sem grande importância, tampouco comprometida com a democracia. Inclusive, apoiou o golpe militar de 1964 e sustentou uma atitude aquiescente e discreta até quase o fim do período ditatorial. Somente a partir da década de 1970 é que o jornal deu início a uma postura mais ativa. O ponto de viragem ocorreu mesmo em 1983-1984 com o envolvimento do periódico na campanha *Diretas Já*, “um movimento político que levou multidões às ruas das principais cidades brasileiras para exigir uma emenda constitucional que restabelecesse eleições diretas para a Presidência” (Albuquerque, 2019a, p. 1548). A partir de então, com desempenho importante na redemocratização do Brasil, a *Folha de S. Paulo* conquistou prestígio político.

Na avaliação de Dias (2012), o jornal apoiou o golpe militar de 1964 porque, estando em déficit financeiro, dependia de capital externo para se estabilizar. Ademais, em termos ideológicos, não havia discordância entre o empresariado e o governo militar – ambos objetivavam combater as ideias comunistas:

De acordo com os próprios relatos de Frias, os primeiros dez anos de sua gestão foram destinados a pagar dívidas e empréstimos, tanto que a *Folha*, neste primeiro momento, não se caracterizava como um jornal “agressivo”. Frias relatou que nunca teve gosto pelo “fazer jornalismo”, principalmente no início de sua carreira. (...) Os primeiros anos, “agônicos”, foram momentos em que o empresário assumiu ter vontade de “pular fora”. (...) É evidente que, para que a empresa se consolidasse enquanto um grande conglomerado, as relações com a política deveriam ser amigáveis no sentido de que não barrassem a sua expansão. Neste período, a empresa manteve importantes relações com o Estado, sendo ele um dos seus principais anunciantes. Disto decorre o fato de que a grande expansão tecnológica da empresa, momento em que o jornal obtém lucros expressivos, se deu exatamente durante o período caracterizado pelos “anos de chumbo” do regime. (Dias, 2012, p. 57-58)

Ainda de acordo com o investigador, mesmo o apoio à campanha *Diretas Já* e a adoção de uma linha editorial mais combativa à ditadura militar se deu por estratégia mercadológica, pois os empresários perceberam que a *Folha de S. Paulo* só poderia prosperar num regime democrático. Assim, o periódico deixou de apoiar o regime militar no Brasil para se reestruturar e se consolidar como “um jornal de

resistência, uma espécie de ‘porta-voz’ das necessidades da sociedade civil no período de redemocratização” (Dias, 2012, p. 62).

O estudo de Silva, A. (2019) aponta que o atual posicionamento político do jornal é de centro-esquerda, entretanto, foram recorrentes as críticas aos governos do Partido Trabalhista, que estiveram à frente do executivo nacional entre 2003 e 2016. Na avaliação de Paixão Marcos (2018, p. 92), a *Folha de S. Paulo* afirma ser apartidária, independente e pluralista, porém, “na prática, mostra-se parcial na cobertura de determinadas questões”. Para Aguiar (2016, p. 137), o jornal mantém-se em permanente guerra com o *Estadão* pelo domínio da capital paulista, bem como pensa o Brasil “com os olhos de/em São Paulo, capital”.

6.1.2 Estrutura da redação da *Folha de S. Paulo*

Ainda de acordo com a própria *Folha de S. Paulo*, Luiz Frias é identificado como o *Publisher* a quem são subordinados o diretor de redação, dois superintendentes, o conselho editorial (formado por onze conselheiros, além do próprio Luiz Frias) e a diretoria executiva (que coordena as áreas comercial, financeira e planejamento e novos negócios). Por sua vez, o diretor de redação comanda dois secretários de redação e dois secretários-assistente de redação, bem como 21 editores, três editores-adjunto, uma coordenadora, um redator e uma gerente administrativa. Há uma sucursal em Brasília, capital do Brasil, onde atuam um diretor e dois secretários de redação.

Segundo o perfil da empresa no *LinkedIn*, a *Folha de S. Paulo* emprega até cinco mil colaboradores, entre as diversas profissões. De acordo com o secretário de redação Vinícius Mota, o jornal possui em torno de 300 jornalistas contratados, entre a sua sede, em São Paulo, e outros lugares, do Brasil e do exterior. Há correspondentes fixos em Buenos Aires (Argentina), Nova York (EUA) e Bruxelas (Bélgica). Destaca-se que o periódico conta com um correspondente no Estado de Manaus, o jornalista Fabiano Maisonave, para cobrir questões relacionadas à Amazônia.

Em geral, as edições da *Folha de S. Paulo* estruturam-se em torno das seguintes seções:

- Poder, que trata da vida política, institucional e relacionada a movimentos sociais;
- Mundo, que destaca as principais notícias internacionais, bem como dá acesso ao que é publicado nos mais influentes meios de comunicação do planeta;
- Mercado, cujo enfoque é a conjuntura econômica brasileira e internacional, da mesma forma que aborda o mundo dos negócios, com orientação de investimentos e indicadores econômicos;
- Cotidiano, que apresenta informações acerca das principais capitais brasileiras nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor;

- Esporte, que acompanha os principais campeonatos do Brasil, como espetáculo e fenômeno empresarial, além de apresentar temas relacionados a política, *marketing* e legislação;
- Ciência + Saúde, que aborda as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes nas áreas científica e médica no Brasil e no mundo, com destaque para o uso de recursos visuais na explicação de assuntos complexos;
- Folha Corrida, que, com o objetivo de ser lida em até cinco minutos na versão impressa, apresenta o resumo diário das notícias contidas no jornal. Trata-se de uma segunda “porta de entrada” além da primeira página; 8) Ilustrada, que abrange as áreas de cultura e entretenimento;
- Turismo, que mostra os principais destinos do Brasil e do mundo;
- Ilustríssima, que se dedica à cultura, à ciência e a reportagens em profundidade. Textos de ficção, poesia, dramaturgia, ensaios, cartum e quadrinhos também compõem o suplemento;
- Sobre Tudo, que abrange informações sobre imóveis, carro e carreira.

Ao consultar o *site* do jornal (que disponibiliza todo o conteúdo, para além do português brasileiro, em inglês e espanhol), nota-se que há, ainda, a seção Opinião, da qual fazem parte o editorial, as charges e os artigos relacionados ao tema “Tendências/Debates”. Esta seção é cara à *Folha de S. Paulo*, pois é publicada desde 1976 e se caracteriza pelos matizes ideológicos. Da mesma forma, há a seção Colunas e Blogs, composta por mais de 190 colunistas que abordam temas diversos e cujos textos são publicados alternadamente.

6.1.3 Normas e valores jornalísticos da *Folha de S. Paulo*

De acordo com a revisão proposta por Paixão Marcos (2018), linha editorial consiste num posicionamento político que parte da direção do meio de comunicação social e que interfere na escolha do tipo de informação a ser publicada e no tratamento que a empresa jornalística dará a essa informação. Trata-se de uma importante comunicação ao público materializada por meio dos manuais de redação e estilo. Conforme a investigadora, a *Folha de S. Paulo* foi pioneira, no Brasil, ao ser o primeiro periódico a organizar um manual de redação, como parte do projeto editorial do jornal, o chamado *Projeto Folha*, no qual manifesta expressamente uma declaração de princípios, bem como explicita sua linha editorial. Lançado em 1984, o documento também informa acerca dos procedimentos adotados na cobertura diária e das padronizações e estilos aplicados na redação das notícias.

Albuquerque e Holzbach (2009) esclarecem que, na verdade, outros jornais brasileiros, como o *Diário Carioca*, em 1950, já haviam produzido um manual de jornalismo como suporte a um projeto de

reforma política no Brasil, todavia o manual de redação da *Folha de S. Paulo* distinguiu-se das demais iniciativas não apenas pelo seu alcance (uma vez que se dirigia, para além dos jornalistas, ao público em geral), mas sobretudo pelos seus objetivos:

Mais do que um texto técnico, destinado a ensinar os procedimentos jornalísticos que o jornal considerava corretos, o manual da *Folha de S. Paulo* se constituiu um manifesto político sobre o lugar que caberia ao jornalismo em geral, e à *Folha* em particular, ocupar na nova democracia brasileira. Em apoio à reivindicação, pela *Folha de S. Paulo*, de uma efetiva participação na vida política do país, o seu Manual da Redação apresenta uma teoria sobre o papel que caberia ao jornalismo desempenhar numa sociedade democrática. Em linhas gerais, ele identifica este papel como o de um mediador nas relações entre os cidadãos comuns e as instituições políticas, e discute os fundamentos e as condições do seu exercício legítimo. (Albuquerque & Holzbach, 2009, p. 151)

Destacam-se três aspectos que conferem originalidade ao manual de redação da *Folha de S. Paulo*:

- a reivindicação explícita de que o jornal exerce um papel político;
- a legitimação desta reivindicação baseia-se num mandato conferido pelo leitor;
- a sustentação deste mandato pelo leitor dá-se por meio de uma relação comercial, isto é, pela compra do jornal.

Ainda de acordo com Albuquerque e Holzbach (2009), o *Projeto Folha* surgiu com o desígnio de definir normas do jornalismo dentro da *Folha de S. Paulo*, por isso definiu postulados editoriais, princípios e condutas de comportamento a fim de equiparar o jornalismo brasileiro ao jornalismo exercido nos países desenvolvidos, principalmente nos EUA. O controle de produção, a avaliação profissional, as reuniões exclusivas para críticas, a introdução do concurso como forma de neutralizar a admissão de novos funcionários e o rigor com os prazos, como o horário de fechamento da edição, foram ações implantadas pela *Folha de S. Paulo* para garantir maior eficiência no trabalho jornalístico. Contudo, mais do que aperfeiçoar as rotinas, o *Projeto Folha* tratava-se mesmo de uma estratégia de *marketing* para seduzir o leitor e aumentar as vendas do jornal:

O impacto do Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* foi inegável, uma indicação do sucesso da estratégia adotada pela empresa. Quando foi lançado, ele enfrentou relutância por parte de boa parte da mídia (sic) nacional, a começar pelos repórteres da própria *Folha*. Hoje, contudo, grande parcela dos jornalistas já teve contato com o manual e o utiliza como um guia, um tira-dúvidas que define o que é certo e errado na sua prática profissional. Além disso, ele passou a fazer parte do currículo de várias faculdades de jornalismo. (Albuquerque & Holzbach, 2009, p. 158)

A versão atual do *Projeto Folha*, intitulada “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância”, data de 2019. Entretanto, em fevereiro de 2021, por conta do aniversário de 100 anos do jornal, o manual de redação (que se trata de um dos produtos do *Projeto Folha*) foi atualizado e passou a incluir novos temas e verbetes (a exemplo de liberdade de expressão, *fake news* e agressão a jornalistas), bem como a requalificar condutas, ações e formatos jornalísticos para os desafios contemporâneos (tais como diversidade, assédio, acessibilidade e *podcasts*). Mais: foi introduzido um anexo temático sobre saúde com verbetes relacionados ao coronavírus SARS-CoV-2 e a questões científicas, médicas e sanitárias relacionados ao tema, além de “um novo anexo temático sobre mobilidade urbana, com verbetes ligados à acessibilidade, ao ciclismo e ao uso de tecnologia no transporte particular e público” (Mena, 2021).

Na avaliação do secretário de redação Vinícius Mota, os valores do *Projeto Folha* são constantemente desafiados:

É muito tentador para o nosso corpo de jornalistas e para os editores sair em campanha contra o presidente Jair Bolsonaro – porque, de alguma maneira, ele afronta várias conquistas civilizatórias. Muitas vezes, ele se insurge contra a institucionalidade democrática. Seria muito confortável se disséssemos que o manual de redação não vale para o Bolsonaro – mas é exatamente para essas situações que os princípios do jornal valem. O manual de redação é sempre testado em questões grandes, mas também em questões pequenas. Às vezes, acontece de ser publicada alguma acusação, sem os devidos cuidados de entender os argumentos da parte ofendida. Não por má fé, mas por pressa, por vontade de dar logo a informação. O manual de redação é importante justamente para entender os desvios que ocorrem e para corrigi-los. O jornalismo sem controle pode ser muito perigoso. (Mota, entrevista pessoal, 7 de outubro, 2020)

O *Projeto Folha* sistematiza doze princípios¹⁶ e compromissos editoriais, políticos e éticos, a saber:

- confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la;
- praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas;
- priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público;
- promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes;

¹⁶ Ver: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>

- abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores;
- cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa;
- obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório;
- manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão;
- preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário;
- estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo;
- rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei;
- identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção.

O manual de redação da *Folha de S. Paulo* apresenta, ainda, uma extensa seção acerca da conduta a ser adotada pelos jornalistas na cobertura diária, como a relação com as fontes, o conflito de interesses, a militância, presentes e privilégios, a atuação nos *media* sociais e as atividades fora do jornal, além da sua política de diversidade.

6.1.4 Trajetória do jornal *Público*

Segundo um dos fundadores do *Público*, o jornalista e professor universitário Joaquim Fidalgo, surgiu por volta de 1988 a ideia de criar um jornal diário de qualidade e de referência, em Portugal. Até então, a tradição era de jornais semanais, os quais marcavam a atualidade portuguesa, principalmente, no plano político. Os periódicos mais relevantes, naquele período, eram *Expresso*, *O Independente*, *O Jornal* (que, posteriormente, se transformou na revista *Visão*) e *Semanário*. Um grupo de jornalistas que trabalhava para o *Expresso* – incluindo o próprio Joaquim Fidalgo, além de nomes como Vicente Jorge

Silva, Jorge Wemans, José Manuel Fernandes, José Vitor Malheiros, Nuno Pacheco e Augusto Seabra – havia sugerido ao proprietário Francisco Pinto Balsemão que fosse criado um jornal diário português sob a tutela do *Expresso* – jornal este que deveria ser inspirado pelos europeus o *Le Monde*, em França, *El País*, em Espanha, *La Repubblica*, em Itália, *The Guardian* ou *The Independent*, em Inglaterra. Entretanto, o empresário não mostrou interesse no projeto, o que levou o grupo de jornalistas a criar o *Público* por vontade própria com o apoio de outro investidor – o grupo Sonae, que era liderado por Belmiro Mendes de Azevedo:

Não estávamos aborrecidos com o *Expresso*. Pessoalmente, sempre gostei de trabalhar num semanário, que tem seu lugar, de uma maneira mais distanciada. Entretanto, o ritmo da atualidade é diário, e não semanário. Naquela altura, o *Expresso* era um grande jornal diário, porque trazia muitas notícias, aos sábados. Mas um semanário não deve trazer notícias. A imprensa diária, em Portugal, estava a perder o comboio – isto numa altura em que ainda não havia grandes televisões privadas e a rádio era muito fraquinha. Nossa tentativa era de recuperar aquilo que havia em outros países europeus. (Fidalgo, entrevista pessoal, 2 de outubro, 2020)

De 1988 a 1989, os jornalistas reuniram-se “clandestinamente” – uma vez que continuavam a trabalhar para o *Expresso* enquanto avançavam com os estudos para a criação do *Público* –, aos sábados, no ateliê do *designer* gráfico Henrique Cayatte, em Lisboa. A ideia era que o jornal fosse lançado em 2 de janeiro de 1990, contudo, por conta de problemas técnicos, só foi possível lançar a primeira edição do *Público* em 5 de março de 1990. Na avaliação de Joaquim Fidalgo, apesar do mal-estar provocado pela saída de muitos jornalistas do *Expresso* – não apenas os envolvidos no grupo de trabalho inicial, mas também outros que, num segundo momento, foram seduzidos pela proposta de ordenados melhores –, obrigou os demais periódicos diários portugueses a melhorar a própria cobertura, bem como a oferecer melhores remunerações aos profissionais:

De início, tínhamos uma tabela com três escalões de vencimentos para oferecer às pessoas. Acabou por ser uma vantagem, já que obrigou os demais jornais a subir os ordenados dos seus jornalistas para os segurar. Não me lembro dos valores exatos (a moeda ainda não era o euro, e sim escudos), mas posso afirmar que os ordenados pagos pelo *Público* eram significativamente mais altos do que aqueles que se costumava pagar noutros jornais. Como era um projeto novo e arriscado, porque ninguém tinha certeza se ia dar certo, tínhamos que oferecer um bom ordenado de forma a convencer os jornalistas a trabalhar conosco. Tivemos que “subir a parada”, como se diz, em Portugal. Passados um ou dois anos do lançamento do *Público*, a imprensa diária em Portugal estava muito melhor, mais moderna, mais agressiva, mais atualizada – mesmo do ponto de vista gráfico. Desde a primeira edição, o *Público* saiu a cores – algo que os jornais diários não faziam, naquela época. A modernização da imprensa diária portuguesa foi, de alguma maneira, estimulada pela criação do *Público*. (Fidalgo, entrevista pessoal, 2 de outubro, 2020)

Em Fidalgo (2011), explicava-se que o maior periódico de Portugal em influência política e sociocultural, com 133 mil cópias vendidas por semana, tratava-se mesmo do *Expresso*. No entanto, o *Público* estava plenamente estabelecido no cenário português como jornal diário de qualidade e dirigido para a elite. O autor afirmava, que o jornal possuía independência editorial desde sempre e, embora não politicamente marcado, posicionava-se ao centro-esquerda.

Segundo informado no próprio *site*¹⁷ do *Público*, a empresa Público Comunicação Social S.A. faz parte da sub-holding Sonaecom e conta com duas redações, uma em Lisboa e outra no Porto. O jornal possui um modelo institucional com um conselho geral e uma direção. O perfil da empresa no *LinkedIn*¹⁸ informa que o periódico faz parte *World Media Network* desde 1991, uma associação de jornais de referência de vários países, entre os quais o espanhol *El País* e o francês *Libération*¹⁹. Desde 11 de maio de 1995, o *Público* tornou-se o segundo jornal diário português a apresentar o conteúdo num portal da internet (www.publico.pt). A partir de 1999, passou a integrar um serviço autônomo de notícias, atualizadas várias vezes por dia com a introdução do serviço “Última hora”. Assim, o *Público* lança edições diárias impressa e on-line, sendo que há publicações exclusivamente eletrônicas.

Na avaliação de Fidalgo, a grande característica do *Público* tem a ver com o aprofundamento das notícias que acontecem no mundo todo:

Uma das coisas que sempre foi muito importante para o *Público* é o jornalismo internacional. Com muita frequência, as primeiras páginas têm títulos principais ligados ao que se passa no estrangeiro. Antigamente, os jornais diários quase não se importavam com o que se passava lá fora. Para o *Público*, uma das coisas importantes é o jornalismo internacional. Também, a importância dada à cultura (mais do que ao entretenimento e à televisão), à economia, à política e à sociedade. Há uma tentativa de falar sobre o que se passa em diferentes níveis, em diferentes zonas e de modos muito abrangentes. De forma que não há uma hierarquia pré-estabelecida. Aquilo que é importante pode vir do desporto, da economia, da cultura ou da política – e o *Público* sempre tratou isto com a mesma nobreza, com a mesma dignidade. Este continua a ser um dos aspectos mais importantes do *Público*, no sentido de que é um jornal cosmopolita, um jornal que olha para o mundo como um todo, que faz noticiário local também, embora lhe interesse mais a perspectiva nacional e internacional. (Fidalgo, entrevista pessoal, 2 de outubro, 2020)

De acordo com a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação¹⁹, no terceiro trimestre de 2020, a circulação paga do *Público* em tiragem impressa foi de 13.260 exemplares ao passo que a circulação paga digital, que soma os conteúdos impressos e eletrônicos, foi de 34.673. Entre os periódicos de informação geral vendidos diariamente, nas edições impressas, o *Público* ficou

¹⁷ Ver: <https://www.publico.pt/nos/estrutura-accionista>

¹⁸ Ver: <https://www.linkedin.com/company/publico>

¹⁹ Ver: <http://www.apct.pt/analise-simples>

atrás do *Correio da Manhã* e do *Jornal de Notícias*, que, também no terceiro trimestre de 2020, venderam 58.443 e 27.041 exemplares, respectivamente. Todavia, nas edições digitais, o *Público* superou os referidos periódicos, cujas circulações foram de 1.489 e 9.532, nesta ordem. Nas plataformas digitais, o *Público* mantém perfis atualizados no *Facebook* (@Publico), no *Twitter* (@Publico), no *Instagram* (@publico.pt), no *YouTube* e no *LinkedIn* (@publico).

6.1.5 Estrutura da redação do *Público*

Conforme a ficha técnica disponível no próprio *site*²⁰, o *Público* conta com um Conselho de Administração, do qual participam um presidente e três vogais; a Mesa da Assembleia Geral possui um presidente e uma secretária; Fiscais Únicos Efetivo e Suplente. No Conselho Consultivo, há sete integrantes. Para cada uma das seguintes áreas, há um responsável: Área Financeira e Circulação, Recursos Humanos, Direção Comercial, Direção de Assinaturas e Apoio ao Cliente, Análise de Dados e Inovação Digital. Na Direção Editorial, além do diretor, fazem parte quatro diretores-adjunto, uma diretora de arte, duas editoras executivas, um editor de fecho e um editor do suplemento P2.

Joaquim Fidalgo afirma que, nos primeiros anos do *Público*, havia jornalistas deslocados em Washington (EUA), em Madrid (Espanha), em Paris (França) e em Bruxelas (Bélgica), além de não exclusivos numa série de países, a exemplo do Brasil. Atualmente, baseado na própria ficha técnica do *Público*, 20 profissionais (entre editores e jornalistas responsáveis pelos *media* sociais, áudio, vídeo e/ou dados) trabalham exclusivamente para a versão on-line do *Público*. Alocados na seção Política, estão 12 profissionais, com destaque para dois editores, uma redatora principal e dois grandes repórteres. Na seção Sociedade, 15 profissionais trabalham, entre os quais dois editores e um grande repórter. A seção Local conta com cinco colaboradores, sendo um deles editor.

Na seção Economia, são 11 jornalistas, dos quais dois são editores e dois são grandes repórteres. Na seção Mundo trabalham 13 profissionais, com destaque para uma editora e três redatores principais. A seção Ciência é composta por três jornalistas, sendo uma delas editora, ao passo que a seção Tecnologia conta com apenas um profissional. Na seção Cultura/Ípsilon há 12 colaboradores, dos quais três são editores, uma é subeditora, um é redator principal e dois são grandes repórteres. Para a seção Desporto, são alocados sete jornalistas, com destaque para dois editores. Há dois envolvidos nos Projetos Editoriais, sendo um deles editor; 11 envolvidos na Paginação, dos quais um editor de fecho e um subeditor; e quatro *copy-desks*.

²⁰ Ver: <https://www.publico.pt/nos/ficha-tecnica>

Na área Fotografia trabalham dez profissionais, dos quais dois são editores, uma é responsável pela digitalização e outra é documentalista. A Design Digital conta com cinco colaboradores, sendo um deles coordenador. Para a Infografia trabalham quatro profissionais, dos quais um é coordenador. Na Marketing Editorial trabalham três pessoas, uma delas é coordenadora. Para a seção P3, trabalham quatro jornalistas. Na seção Fugas, são cinco profissionais, dos quais dois são editores e um é grande repórter. A seção Culto é composta por três profissionais, sendo um deles editora. Para o Guia do Lazer trabalham três jornalistas. Pelo Secretariado respondem dois profissionais e apenas um profissional é responsável pelo Centro de Documentação.

Mendes (2018, p. 46)²¹ percebeu que “o *Público* conta hoje com vários suplementos e serviços que o distinguem dos demais meios de comunicação” portugueses, da mesma forma que “alguns conteúdos estão reservados a assinantes, existindo ainda uma quantidade limitada de artigos a que os utilizadores podem ter acesso gratuitamente na Internet”. Joaquim Fidalgo afirma que os suplementos são produzidos desde que o *Público* foi criado e, inicialmente, eram publicados todos os dias. As editorias do jornal relacionadas à atualidade são divididas em: Política, Sociedade, Local, Economia, Mundo, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia, Opinião, PGlobal, Multimédia e Podcasts. Há, também, seções específicas, a saber: P2, Ípsilon, Ímpar, Fugas, P3, Cidades e Inimigo Público. Segundo Mendes (2018, p. 46), a P2 trata-se de “um suplemento com conteúdos aprofundados sobre a atualidade nacional e internacional, artes e cultura”, ao passo que a P3 é direcionada ao público mais jovem.

Por fim, relacionadas ao lazer são as seções Cincartaz, Guia do Lazer e Programação de TV. Na avaliação de Esteves (2019), a versão on-line do *Público* consiste numa importante fonte de receita para o jornal, por meio das assinaturas digitais, entretanto os demais seguimentos têm propósitos e audiências distintas. Segundo o relatório de estágio produzido pelo estudante de mestrado, a seção P3 (que não acompanha as edições impressas, sendo possível acedê-la apenas na versão on-line) destina-se ao público mais jovem e, portanto, possui uma identidade bem definida; a revista Fugas, distribuída aos sábados, dedica-se a questões sobre estilo de vida, viagens, restauração e gastronomia; a revista P2, que é publicada aos domingos, apresenta reportagens investigativas mais extensas; e as seções Ípsilon e Inimigo Público, a primeira dedicada à cultura e às artes e a segunda ao humor e à sátira, saem com o jornal às sextas-feiras.

²¹ Tem-se a ciência de que os relatórios de Mendes (2018) e de Esteves (2019) representam observações produzidas enquanto estagiários. Entretanto, diante da pouca bibliografia acerca do *Público*, assumiu-se o risco de mantê-los nesta investigação.

6.1.6 Normas e valores jornalísticos do *Público*

Segundo Joaquim Fidalgo, o livro de estilo foi criado (mediante discussão e aprovação do grupo de jornalistas envolvidos na criação do *Público*) antes mesmo do jornal começar a ser publicado. Sua importância, para além de conferir qualidade e rigor à prática jornalística, reside no fato de que nenhum outro jornal se preocupava com questões de normas e valores jornalísticos, pelo menos até a última década do século XX, em Portugal:

A ideia é que o documento não fosse apenas cosmético, mas também fosse relevante para os jornalistas. De um modo geral, eu posso dizer que o livro de estilo era seguido e acompanhado, não só pelos jornalistas, como também pelos leitores. Não é fácil pôr as coisas em termos de permanência, claro que há e houve sempre, aqui e ali, alguns problemas – seja por andarmos depressa, esquecermos algo ou mesmo portarmo-nos mal. Fui provedor do leitor do *Público* (*ombudsman*), entre 1999 e 2000 – pouco tempo antes de deixar o jornal. Volta e meia, recebia críticas e queixas de leitores sobre coisas que não corriam bem. Eu costumava dizer que eram as críticas que eu mais gostava de receber, as relacionadas ao livro de estilo, porque significava que as pessoas conheciam e liam o documento. Era uma espécie de contrato. Se havia falha, os leitores apontavam. Eu achava isto ótimo, porque servia para que os jornalistas se lembrassem de que o livro de estilo não era só deles, era conhecido, era o contrato público. (Fidalgo, entrevista pessoal, 2 de outubro, 2020)

Em dez pontos, o estatuto editorial²² do *Público* afirma que o jornal:

- trata-se de um projeto de informação em sintonia com o processo de mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público contemporâneo;
- é um diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica;
- inscreve-se numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa;
- aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de atividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural;
- entende que as novas possibilidades técnicas de informação implicam um jornalismo eficaz, atrativo e imaginativo na sua permanente comunicação com os leitores;
- estabelece as suas opções editoriais sem hierarquias prévias entre os diversos sectores de atividade, numa constante disponibilidade para o estímulo dos acontecimentos e situações que, cotidianamente, são noticiados e comentados;

²² Ver: <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>

- considera que a existência de uma opinião pública informada, ativa e interveniente é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, que não fixa fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião;
- participa no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa na perspectiva da construção do espaço europeu e de um novo quadro internacional de relações;
- é responsável apenas perante os leitores, numa relação rigorosa e transparente, autônoma do poder político e independente de poderes particulares;
- reconhece como seu único limite o espaço privado dos cidadãos e tem como limiar de existência a sua credibilidade pública.

Em vigor desde dezembro de 1997, a segunda edição do livro de estilo do *Público* reúne “princípios que, partindo de uma ideia partilhada de início por um grupo de pessoas, encontraram depois forma e legitimidade na validação prática dos seus pressupostos”²³, atualizando questões colocadas em 1989, quando o documento foi lançado pela primeira vez. Na primeira parte, são discutidos ética e deontologia, que se dividem entre os itens: estatuto editorial, acima mencionado; princípios e normas de conduta profissional; informar sem manipular, difamar ou intoxicar; privacidade e responsabilidade; seriedade e credibilidade; e o jornalista não é um mensageiro. No total, são recomendadas treze normas pelo livro de estilo do *Público*, a saber:

- recusa de cargos e funções incompatíveis com o estatuto do jornalista;
- exclusividade e disponibilidade total para o jornal, exceto nas situações ponderadas e decididas com a direção, após consulta ao Conselho de Redação;
- não envolvimento público em tomadas de posição de carácter político, comercial, religioso, militar, clubístico ou outras que, de algum modo, comprometam a imagem de independência do jornal e dos seus jornalistas;
- tratamento distanciado e descomprometido de qualquer assunto de forma a não confundir as opções privadas com a atividade exercida publicamente;
- rigor na terminologia com determinada carga semântica;
- salvaguarda de quaisquer pressões ou diretivas de ordem institucional, política, militar, econômica, cultural, desportiva, religiosa ou sindical que pretendam orientar, condicionar ou instrumentalizar o trabalho jornalístico. Significa dizer que qualquer informação com características publicitárias ou proveniente de um serviço de relações públicas, a exemplo dos

²³ Ver: http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/nova/index.html

press releases ou *briefings*, deve constituir apenas uma pista para um trabalho jornalístico independente, da mesma forma que a propaganda oculta, em qualquer das suas formas políticas e comerciais, é inaceitável;

- estar bem informado, o que pressupõe, entre outras características, iniciativa e curiosidade profissional;
- persistência e motivação individual devem ser a meta saudável do jornalista na mesma medida em que o trabalho de colaboração e de equipa;
- respeito integral pela relevância dos fatos investigados, honestidade intelectual e defesa escrupulosa do interesse público;
- distanciamento do jornalista perante os fatos e as histórias que eles contêm, sem prejuízo da sua observação pessoal e do seu estilo, que se pretende vivo e característico;
- os jornalistas devem manter uma atitude independente e crítica perante todos os poderes e interesses estabelecidos, mas nunca de forma preconceituosa, ressentida ou hostil. Portanto, não se aceitam presentes, viagens, convites ou benesses de outro gênero, sempre que possam condicionar, de algum modo, a independência de quem escreve;
- após produzirem seus textos, os jornalistas devem sempre se perguntar se foram o mais rigorosos possível;
- os repórteres fotográficos e colaboradores redatoriais do jornal subordinam-se também aos princípios gerais de ética e deontologia previstos no livro de estilo.

Ainda na primeira parte, a seção “critérios, gêneros e técnicas” explana a diferença entre fatos e opinião; regras de construção; o rigor da escrita; a fotografia; e a publicidade. Já na segunda parte do livro de estilo, organizadas em ordem alfabética, são explicadas palavras, expressões e conceitos adotados pelo *Público*. Da mesma forma, esclarece-se sobre normas e nomenclaturas relativos à acentuação, aos verbos, ao uso de letras maiúsculas e minúsculas, aos topônimos estrangeiros, às siglas, aos fatores de conversão, às hierarquias (militares e policiais) e às religiões. Como anexos, são apresentadas as fichas da lei, que reproduzem informações jurídicas úteis para o exercício do jornalismo; o projeto *Público* na Escola; o regulamento do conselho de redação do *Público*; o estatuto do provedor do leitor do *Público*; e o código deontológico do jornalista.

6.2 Dimensão discursiva

Uma vez compreendidas as condições sócio-históricas em que os discursos jornalísticos da *Folha de S. Paulo* e do *Público* foram produzidos, ou seja, que o dia do fogo na Amazônia, como acontecimento, foi construído por jornais, cujos interesses e atuações são os mais diversos, bem como se organizam em torno de relações hierárquicas de trabalho centradas na redação e de normas e valores jornalísticos, caminha-se em direção à compreensão das peculiaridades deste discurso.

A partir do *corpus* reunido por amostragem de casos típicos, que totalizou 60 textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo* e 61 textos jornalísticos do *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia, selecionados entre agosto de 2019 e setembro de 2020, observar-se-á os componentes previstos no modelo de análise (quadro 2): as editoriais, os gêneros e os enquadramentos. Para melhor compreender cada um dos componentes e, assim, contemplar os indicadores, seguir-se-á a seguinte grelha de análise, não a fim de produzir dados quantitativos, mas sim para melhor caracterizar o *corpus*:

- Qual o gênero do texto jornalístico?
- Houve alguma retificação no texto?
- Quais os tópicos relacionados ao texto?
- A qual editoria pertencem os textos?
- É informada a procedência ou localidade dos textos? Se sim, qual?
- Quem é o autor dos textos?
- Quais os canais das fontes de informação do texto?
- Há colaboração de agências de notícias? Se sim, quais?
- Há elementos visuais que acompanham o texto? Se sim, quais?
- Caso fotografias acompanhem o texto, sobre o que são as fotografias?
- Caso fotografias acompanhem o texto, quem são os repórteres fotográficos?
- Quais os quadros de sentido produzidos pelos textos?
- Quais as repetições frequentes nos textos?

É importante ressaltar que as respostas às perguntas seis primeiras perguntas visam caracterizar os componentes editoriais e gêneros, ao passo que as respostas às demais perguntas objetivam a caracterizar o componente enquadramento.

6.2.1 Editorias e gêneros jornalísticos da *Folha de S. Paulo*

Com base em Melo e Assis (2016, p. 47), que definem o gênero a partir de duas características básicas (“sua capacidade de agrupar formatos diferentes – todos com personagens comuns, embora diferentes uns dos outros – e sua função social”), tem-se a seguinte visão geral dos gêneros jornalísticos e suas respectivas funções: informativo (vigilância social); opinativo (fórum de ideias); interpretativo (papel educativo, esclarecedor); diverso (distração, lazer); e utilitarista (ajuda nas decisões do dia a dia). Reconhece-se que a literatura acadêmica sobre gênero é diversa e muito mais complexa do que esta apresentada. Entretanto, para os objetivos desta investigação, a tipologia mostra-se suficiente para uma aproximação instrumental do *corpus*.

No total, foram identificados textos jornalísticos dos gêneros informativo, interpretativo, opinativo e diverso na *Folha de S. Paulo*. Não houve registros do gênero utilitarista. Observou-se que o discurso do jornal sobre o dia do fogo na Amazônia baseou-se principalmente em textos do gênero informativo, como notícias, reportagens e entrevistas individuais (*one-on-one interviews*, também conhecidas, no Brasil, como entrevistas *ping pong*, por conta do seu formato de perguntas e respostas). Houve dois registros, em setembro de 2019 e de 2020, de galerias de imagens em que, entre assuntos diversos, destacaram questões relacionadas ao dia do fogo na Amazônia. Considerou-se as duas ocorrências como gênero informativo, dado que imagens, e não apenas textos, compõem o discurso jornalístico.

Algumas notícias e reportagens, pelo caráter analítico das informações apresentadas, foram classificadas como gênero interpretativo – por exemplo, as publicações de setembro de 2019 e de 2020, que analisaram o discurso do presidente Jair Bolsonaro nas 74^a e 75^a Assembleias-Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), respectivamente, detalhando o que fora afirmado de maneira falsa ou parcialmente verdadeira. O gênero opinativo também foi identificado em editoriais, artigos, colunas e cartuns, bem como o gênero diverso, principalmente em textos jornalísticos que repercutiram o tema a partir dos *media* sociais, nomeadamente o *Twitter* e o *Google*.

Em geral, os textos jornalísticos publicados pela *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia não sofreram atualização, uma vez que somente em 13 textos havia a indicação de que o conteúdo fora atualizado. No entanto, pelo fato de que apenas em dois destes 13 textos havia a explicação do que fora corrigido, detalhando o que tinha sido publicado de maneira equivocada antes, sob a égide do “Erramos”, infere-se que as atualizações foram pontuais, a exemplo da correção gráfica de uma palavra ou da organização do *layout* da página. Normalmente, os textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia apresentaram de um a quatro tópicos (*tags*). Entre os 60 textos sobre o dia do fogo

na Amazônia foram observados 28 tópicos diferentes (figura 11). Os tópicos mais frequentes foram “Amazônia”, “Jair Bolsonaro” e “desmatamento”.



Figura 11: Nuvem de palavras gerada pela plataforma *Infogram* a partir dos tópicos sobre o dia do fogo na Amazônia, no jornal *Folha de S. Paulo*

A maior parte dos textos jornalísticos sobre o dia do fogo na Amazônia foi encontrada na editoria “Ambiente”, que é uma subseção da editoria “Ciência”, entretanto igualmente houve registros nas editorias “Poder”, “Fotografia” e “Mundo”, “F5”, *Ilustríssima*, *Ilustrada*, “Mercado”, “Revista São Paulo” e “Cotidiano”. Destacam-se, ainda, publicações na seção “Colunas e blogs”, em especial dois editoriais, identificados como “O que a Folha pensa” (parte da seção “Opinião”), que foram publicados em agosto de 2019 e setembro de 2020.

Já a procedência ou localidade dos textos jornalísticos foi apontada na maior parte das vezes, com predominância das cidades de São Paulo e de Brasília. As cidades de Manaus e de Novo Progresso, na Amazônia, também foram identificadas, além das cidades de Cuiabá, de Salvador, de Recife, a Terra indígena Menku, localizada no Estado do Mato Grosso, e a cidade estadunidense de Washington. Em duas situações, em agosto de 2019 e em setembro de 2019, os textos jornalísticos foram identificados

por duas localidades – Brasília e Washington e Manaus e São Paulo, respectivamente –, o que indica a colaboração de, pelo menos, dois jornalistas de locais diferentes.

Por fim, foram poucos os textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia em que não havia a identificação do repórter ou do colunista. Foram frequentes os trabalhos de Phillippe Watanabe, cuja identificação²⁴ disponível no *site* da *Folha de S. Paulo* aponta-o como repórter sediado em São Paulo que cobre temas relacionados ao ambiente, à ciência e à saúde, com foco em questões ambientais. Formado em Comunicação Social com habilitação em Midialogia pela Universidade Estadual de Campinas, Watanabe faz parte da *Folha de S. Paulo* desde 2016. Segundo o próprio jornalista, em 2020, por conta da pandemia de covid-19, ele foi deslocado para cobertura de temas relacionados à saúde, entretanto o jornalismo ambiental permanece como seu principal foco: “já na faculdade eu trabalhava com a área científica, mais com divulgação científica dentro da própria universidade em parceria com o Canal Futura²⁵. Então, desde a minha formação acadêmica, trabalho com áreas correlatas à ciência” (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020).

Em seguida, destacaram-se os textos produzidos pela jornalista Talita Fernandes²⁶ – apesar de que, em algumas situações, a produção tenha resultado de colaborações (num caso, com os jornalistas Ricardo Della Coletta e Marina Dias; noutro, com o jornalista Reynaldo Turolo Jr.). A informação pública sobre Talita Fernandes aponta que ela é repórter em Brasília e que cobre questões relacionadas à Presidência da República para a *Folha de S. Paulo*. Hoje em dia, o foco de Talita Fernandes é política, contudo, a jornalista tem experiência na cobertura sobre o judiciário e economia. Igualmente evidenciou-se o trabalho do jornalista Matheus Moreira²⁷, que também se identifica como repórter em São Paulo e que, atualmente, integra a equipe de *media* sociais da *Folha de S. Paulo* – embora já tenha sido repórter das seções “Cotidiano” e “Ciência”.

Foram identificados, ainda, o trabalho dos jornalistas Ana Carolina Amaral, André Shalders, Arthur Cagliari, Bianka Vieira, Bruna Chagas, Bruno Benevides, Carla Aranha, Daniel Camargos, Daniel Carvalho, Danielle Brant, Fabiano Maisonnave, Gustavo Uribe, Iara Lemos, João Valadares, Juliana Arini, Laura Castanho, Maurício Tuffani, Rafael Garcia, Renata Galf, Renato Machado e Rubens Valente. Em especial, houve registro de textos produzidos pelos colunistas Joel Pinheiro da Fonseca, Gregório Duvivier e Marcelo Leite, além dos textos do jornalista Mateus Camillo, pela coluna “Hashtag”, e da jornalista

²⁴ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/autores/phillippe-watanabe.shtml>

²⁵ O *Futura* trata-se de um canal de televisão brasileiro com sede na cidade do Rio de Janeiro e que pertence à Fundação Roberto Marinho, instituição educativa privada do conglomerado mediático Grupo Globo. Fundado em 1997, o sinal do Canal Futura alcança todo o Brasil por meio das principais operadoras de televisão por assinatura, bem como por meio de uma rede de televisões universitárias parceiras. Atualmente, são também mantenedores do Canal Futura a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e os bancos Itaú e Bradesco. Mais em: <https://www.futura.org.br>.

²⁶ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/autores/talita-fernandes.shtml>

²⁷ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/autores/matheus-moreira.shtml>

Joana Cunha, pela coluna “Painel S.A.”. Observou-se que as colunas da *Folha de S. Paulo*, diferente dos blogs, não são assinadas por uma única pessoa, dado que resultam de um trabalho em equipe. No caso da “Hashtag”, ainda que todos os registros sobre o dia do fogo na Amazônia tenham a marca do jornalista Mateus Camillo, notou-se que, em setembro de 2020, também colaborou em uma publicação o jornalista Renan Marra. Da mesma forma, a publicação da coluna “Painel S.A.”, assinada por Joana Cunha, teve a participação do jornalista Filipe Oliveira.

O secretário de redação da *Folha de S. Paulo*, Vinicius Mota, reiterou que o jornalista Fabiano Maisonnave é correspondente do jornal em Manaus e, portanto, cobre questões relacionadas à Amazônia com mais proximidade. Entretanto, o *corpus* indicou poucos registros de Maisonnave em notícias sobre o dia do fogo na Amazônia. Isto permite inferir que o discurso produzido pela *Folha de S. Paulo* sobre o tema não apenas partiu da cidade de São Paulo, mas sobretudo pelo ponto de vista de um jornalista que, em princípio, tem pouco contato com o território amazônico, que é Phillippe Watanabe. Mais: a variedade de profissionais que escreveu sobre o assunto indica que o dia do fogo na Amazônia não foi designado a uma só pessoa ou editoria, dado que os desdobramentos seguiram por diferentes áreas, como internet e *media* sociais. De acordo com Watanabe, seu conhecimento sobre Amazônia consolidou-se, em parte, por meio de leituras de jornais, não tanto por ter se deslocado ao território amazônico a trabalho:

Eu sempre fui um consumidor ativo de jornais. Amazônia, especificamente, é um tema sobre o qual eu lia com frequência. Nunca foi muito distante, para mim, o conhecimento sobre a floresta. Eu lembro que a primeira matéria sobre o dia do fogo não foi minha, foi do Fabiano Maisonnave, a partir de informações do jornal *Folha do Progresso*, do Adécio Piran. Não fui até o local onde ocorreu o dia do fogo. Só para alguns casos é que me desloco de São Paulo. Normalmente, nós tentamos fazer uma divisão econômica. O Fabiano como repórter especial, megaexperiente – com algumas décadas de bagagem nas costas de jornalismo ambiental –, fica localizado em Manaus. Como está mais próximo, é mais fácil para ele se deslocar pela Amazônia. Acaba ficando mais fácil e prático ele [Fabiano] fazer a parte *in loco* e nós fazermos uma parte mais de dados daqui [de São Paulo]. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

Melo e Assis (2016) explicam que apenas as análises textuais são insatisfatórias para a compreensão do objeto de investigação. É necessário atingir o cerne da questão, ou seja, a prática, sob pena de ser absorvido pela entonação ou pela aparente intenção do texto: “as formas corretas e consistentes de leitura da expressão jornalística – independentemente da finalidade – só são possíveis com a apreensão do processo, do pano de fundo e da história” (Melo & Assis, 2016, p. 50). Assim, a seção seguinte aprofunda a caracterização do *corpus* da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia com vistas à compreensão das narrativas jornalísticas produzidas pelo jornal.

6.2.2 Enquadramentos da *Folha de S. Paulo*

Para classificar as fontes de informação consultadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia, adotou-se a tipologia proposta por Wheatley (2020), que se baseia nas rotinas e práticas jornalísticas diárias para reconceituar canais rotineiros – promocionais ou comunicados de assessoria de comunicação, materiais não promocionais, outros *media* ou acontecimentos previsíveis – e não rotineiros – acontecimentos inesperados, vazamentos (*leaks*), empreendimento ou relatórios especiais – de produção de notícias, bem como reflete sobre o domínio e o uso subordinado de vários canais nas redações contemporâneas.

O investigador alerta que, pela natureza do noticiário, é diferentes canais são acionados à medida que as histórias se desenvolvem. Portanto, a fim de manter a clareza metodológica, a aplicação dos oito subcanais trata cada texto jornalístico como unidade, em vez de se basear no acontecimento noticioso geral e tentar rastrear suas origens. Isto importa, pois “o foco permanece no elemento de notícia específico apresentado como o desenvolvimento principal em cada reportagem publicada” (Wheatley, 2020, p. 8). Mais do que simplesmente identificar o nome e o apelido, profissão ou gênero das fontes de informação, a classificação proposta pelo investigador revela que determinados atores sociais só aparecem no discurso jornalístico como fontes porque são acionados com base em procedimentos rotineiros e/ou não rotineiros – isto, sim, relevante para reconhecer os enquadramentos produzidos.

Observou-se, assim, que o discurso jornalístico da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia construiu-se a partir de canais rotineiros e não rotineiros, com predominância do primeiro, dado que foram identificadas todas as quatro subcategorias das fontes de informação rotineiras, ao passo que foram reconhecidas apenas duas subcategorias das fontes de informação não rotineiras.

Pelo canais rotineiros, predominaram as fontes de informação consultadas a partir de materiais não promocionais, como os dados disponibilizados pelo programa Queimadas, do Inpe; informações prestadas por instituições públicas, a exemplo do Ibama, do ICMBio, do Instituto Nacional de Meteorologia, do Corpo de Bombeiros do Estado do Mato Grosso, do Corpo de Bombeiros do Acre, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal; bem como informações coletadas a partir de instituições internacionais, por exemplo, o Banco Mundial, a Agência Espacial Europeia e a Nasa, ou ONG, como o Observatório do Clima, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), a *Greenpeace* e a *World Wide Fund for Nature* Brasil.

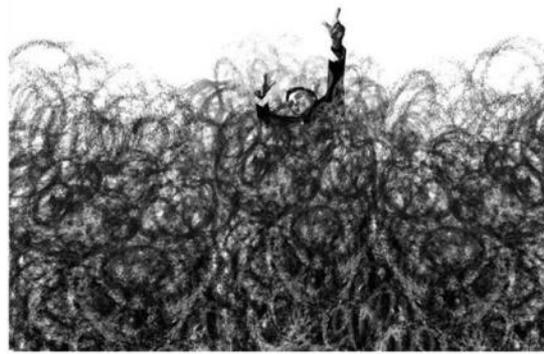
Da mesma forma, predominaram as fontes de informação consultadas a partir de outros *media*, nomeadamente o *Twitter* e o *Instagram* (de pessoas ligadas ao governo federal e, também, de artistas nacionais e internacionais, como o ator estadunidense Leonardo DiCaprio, a modelo brasileira Gisele

Bündchen e a cantora portuguesa Mariza), além das agências de notícias BBC News Brasil, *Agence France-Presse* (AFP), Reuters, Folhapress e Agência Brasil.

Ainda pelos canais rotineiros, destacaram-se as fontes de informação promocionais, por exemplo, o então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, e o então ministro da defesa, Fernando Azevedo e Silva, que, no final de agosto de 2019, apresentaram os procedimentos decorrentes do decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), bem como o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que, em setembro de 2019, anunciou a regulamentação da atividade mineradora em terras indígenas, no Estado do Amazonas; ou os comunicados de assessoria de comunicação, tais como a carta aberta redigida pelo ex-ministros do meio ambiente Rubens Ricupero, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc, Izabella Teixeira, Edson Duarte e Gustavo Krause ao Congresso Nacional, e o comunicado emitido por 230 fundos de investimento. Igualmente, identificaram-se fontes de informação previsíveis, como o presidente Jair Bolsonaro, que participou da 74^a e da 75^a Assembleias-Gerais da ONU, em setembro de 2019 e de 2020, respectivamente, e do vice-presidente Hamilton Mourão, que, em agosto de 2020, participou do Fórum Mundial Amazônia+21.

Já, pelos canais não rotineiros, evidenciaram-se as fontes de informação da subcategoria empreendimento, como a entrevista com o engenheiro florestal Tasso Azevedo, do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomass), a ameaça do fogo à aldeia Japuíra do povo myky, na Terra Indígena Menku, em Brasnorte, no Estado do Mato Grosso ou a ameaça à vida do jornalista Adécio Piran, que havia antecipado o dia do fogo no jornal *Folha do Progresso*. Por fim, as fontes de informação do subcanal relatórios especiais foram identificadas em textos de opinião ou nos textos dedicados à verificação dos fatos (*fact checking*).

Os elementos visuais estiveram presentes na maior parte dos textos jornalísticos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia. O mais comum foram fotografias (na forma de imagem única ou de galeria de imagens) da floresta amazônica e/ou de pessoas que se envolveram nas questões desencadeadas pelo tema. Entretanto, também foram identificadas imagens de satélite, gráficos, mapas, ligações para o *Twitter* e/ou *Instagram*, reproduções (*print screen*) de vídeos do *Facebook* e de localização do *Google Maps*, bem como uma ilustração, duas charges e um meme. A ilustração de Catarina Bessell, que acompanhou o texto do ator e escritor Gregório Duvivier, publicado em agosto de 2019 (figura 12), remeteu para as chamas, provocadas pelas queimadas na Amazônia, consumindo o presidente Jair Bolsonaro sem que o próprio demonstrasse alguma preocupação.



Catarina Bessel/Folhapress

Figura 12: Ilustração que acompanhou o texto do ator e escritor Gregório Duvivier

Fonte: Duvivier (2019)

As duas charges foram identificadas em dezembro de 2019. Uma delas, de autoria do cartunista João Montanaro, intitulada “Toco na floresta” (figura 13), repercutiu a postura brincalhona com ares de inconseqüência do presidente Jair Bolsonaro diante da destruição da floresta amazônica, ao passo que a outra, de autoria do cartunista Benett Alberto de Macedo, intitulada “Nação biruta” (figura 14), remeteu às polêmicas do discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2019. Biruta, no contexto meteorológico ou aeronáutico, remete ao instrumento, geralmente constituído por um tubo de tecido que lembra um saco cônico aberto nas duas extremidades, cujo objetivo é indicar a direção e a intensidade dos ventos de superfície; todavia, no português brasileiro popular, biruta é sinônimo de maluco. O meme (figura 15), que também foi identificado em dezembro de 2019, aludiu às acusações do presidente Jair Bolsonaro de que o ator estadunidense Leonardo DiCaprio teria financiado ONG – as quais, na visão de Bolsonaro, eram as responsáveis pelos incêndios na Amazônia.



Charge de 29 de agosto - João Montanaro/Folhapress

Figura 13: “Toco na floresta” é a charge de João Montanaro publicada na *Folha de S. Paulo*

Fonte: Folha de S. Paulo (2019e)



Figura 14: “Nação biruta”, de Benett, satirizou a postura do presidente Jair Bolsonaro

Fonte: Folha de S. Paulo (2019e)



Figura 15: As acusações do presidente Jair Bolsonaro contra o ator Leonardo DiCaprio renderam memes

Fonte: Camillo (2019)

Entre as várias galerias de imagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* junto com os textos sobre o dia do fogo na Amazônia, duas foram as mais frequentes. Na galeria “Fogo na Amazônia” (que, ainda em agosto de 2019, foi renomeada para “Queimadas se espalham pela Amazônia” e, em setembro de 2019, era intitulada “Desmatamento na Amazônia”), as imagens evidenciavam a floresta em chamas à noite; os restos das árvores queimadas; o contraste, lado a lado, da floresta em pé com a floresta queimada; clareiras abertas em meio à floresta; a fumaça a se espalhar entre as árvores; troncos de árvores empilhados sobre caminhões; um produtor rural (de acordo com a legenda, do Peru) entre as chamas; o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles; e uma reprodução da versão *on-line* do jornal *The Guardian* a repercutir os incêndios na Amazônia (figura 16). Os registros são das agências Reuters, AFP e do fotojornalista Lalo de Almeida, vinculado à agência Folhapress. A imagem de Ricardo Salles é de autoria da Câmara dos Deputados.

< VOLTAR

Queimadas se espalham pela Amazônia

Aumento dos incêndios na região norte em 2019 cria crise internacional

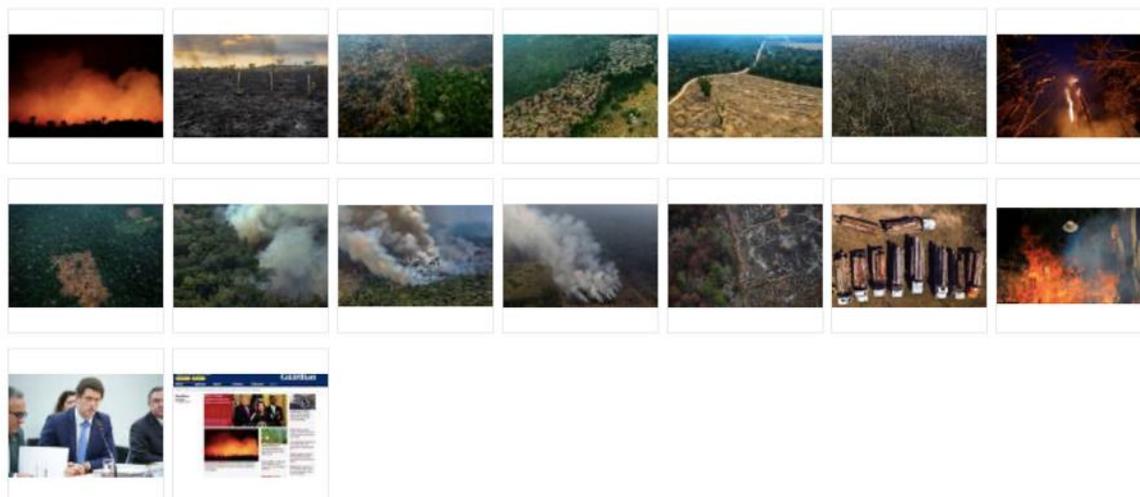


Figura 16: Galeria de imagens “Fogo na Amazônia” publicada frequentemente no jornal *Folha de S. Paulo*

Fonte: Amaral (2019)

Já a galeria de imagens “As queimadas de agosto” faz uma cronologia dos principais fatos decorrentes do dia do fogo na Amazônia. Há registros (diurno e noturno) da floresta em chamas, bem como da queima em unidade de conservação ambiental; da cidade de São Paulo escurecida pela fumaça; do presidente Jair Bolsonaro; do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles; do presidente francês Emmanuel Macron; do então presidente estadunidense Donald Trump (2017-2021); de manifestantes na cidade de São Paulo; do Exército brasileiro; do ministro da economia Paulo Guedes; do ex-juiz Sérgio Moro; da reunião do G7; dos índios Xikrin, da Terra Indígena Trincheira Bacajá, em São Félix do Xingu, no Estado do Pará; do presidente do Chile, Sebastián Piñera (2018-atual); da Amazônia na Guiana Francesa; de áreas desmatadas, lado a lado, com a floresta em pé; de árvores derrubadas e queimadas; e de agentes da Polícia Federal em atuação (figura 17). São registros das agências de notícias AFP, Reuters, Folhapress (dois dos quais do fotojornalista Lalo de Almeida) e da Agência Brasil, além de reproduções do ICMBio, do Corpo de Bombeiros Acre e divulgação da Presidência da República. É importante ressaltar que, nesta galeria de imagens “As queimadas de agosto”, um registro da agência Reuters e outro registro da AFP também fazem parte da galeria de imagens “Fogo na Amazônia”.



Figura 17: Galeria de imagens “As queimadas de agosto” mostra a cronologia do dia do fogo na Amazônia

Fonte: Folha de S. Paulo (2019b)

Com base em Valkenburg et al. (1999), buscou-se reconhecer nas notícias sobre o dia do fogo na Amazônia quatro tipos de enquadramentos, a saber:

- quadros de conflito, que enfatizaram as disputas de poder e de sentido entre pessoas ou instituições;
- quadros de interesse humano, que apresentaram um ângulo emocional ou humanizado acerca dos incêndios na Amazônia, de forma a personalizar ou dramatizar as notícias;
- quadros de responsabilidade, que evidenciaram a culpa ou a negligência de pessoas ou instituições em relação ao dia do fogo na Amazônia;
- quadros de consequências econômicas, que discutiram os prejuízos que o Brasil e o mundo poderiam sofrer caso a floresta amazônica seguisse em ritmo de destruição.

Identificou-se a predominância dos quadros de conflito no *corpus* da *Folha de S. Paulo*, dado que foram apresentados diferentes pontos de vista sobre o dia do fogo na Amazônia – a começar pelo argumento dos próprios responsáveis pela queima generalizada de 10 de agosto de 2019 (madeireiros, fazendeiros e empresários, segundo investigações policiais e do Ministério Público do Estado do Pará). Quando mencionados nos textos jornalísticos, os produtores apresentaram a visão de que não apenas se sentiam amparados por Jair Bolsonaro, como a iniciativa de incendiar áreas da Amazônia num único dia era uma forma de mostrar ao presidente brasileiro que “queriam trabalhar” – como se a floresta em pé estivesse relacionada ao ócio.

O confronto discursivo estabeleceu-se quando esta perspectiva foi questionada por pesquisadores e por instituições científicas, que demonstravam o quanto a derrubada de árvores da floresta amazônica e o consequente desmatamento são prejudiciais à vida no planeta Terra. Os quadros de conflito

adquiriram maiores proporções quando incorporaram as acusações do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores, de que ONG, povos indígenas e pequenos produtores eram os verdadeiros responsáveis pelo fogo na floresta; de que os incêndios eram naturais, por conta do clima “seco” da Amazônia; de que o Inpe divulgou dados falsos sobre o desmatamento no bioma amazônico com o objetivo de prejudicar a imagem do governo; de que os países estrangeiros possuíam “interesses escusos” na biodiversidade da Amazônia – esta última acusação resultou das críticas à política ambiental brasileira feita por líderes estrangeiros, como o presidente francês Emmanuel Macron e o ator estadunidense Leonardo DiCaprio.

Em seguida, observaram-se quadros de responsabilidade, que não apenas evidenciaram o aumento no número de focos de incêndio na Amazônia, a partir dos dados do Inpe, como argumentaram que Ibama e ICMBio, órgãos de fiscalização ambiental, vinham sofrendo uma série de desmontes desde o início da gestão de Jair Bolsonaro. Como consequência, não era possível coibir os crimes ambientais, tampouco responsabilizar judicialmente os envolvidos. Ao atacar os países desenvolvidos, nomeadamente Alemanha e Noruega, que suspenderam os repasses para o Fundo Amazônia, o presidente brasileiro abriu espaço para que o desmatamento continuasse impune.

A invocação à GLO, prevista na Carta Magna brasileira e que autoriza o uso das Forças Armadas, por exemplo, nos casos em que há esgotamento das forças tradicionais de segurança pública e/ou em situações graves de perturbação da ordem, da mesma forma que a moratória do fogo, como ficou conhecido o decreto presidencial nº 9.992, de 28 de agosto de 2019 (retificado dois dias depois), que proibiu o uso do fogo na Amazônia Legal durante 60 dias, foram as respostas do presidente Jair Bolsonaro aos incêndios na Amazônia. Alinhados com a postura de Bolsonaro, o então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, e o então ministro da defesa, Fernando Azevedo e Silva, cobraram participação dos Estados, da mesma forma que o então ministro da justiça e segurança pública do Brasil, Sérgio Moro, passou a investigar o dia do fogo por meio da Polícia Federal em colaboração com o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Civil do Estado do Pará.

É importante mencionar a entrevista do engenheiro florestal Tasso Azevedo, do MapBiomas, publicada em agosto de 2019, a qual destacava que o Brasil possuía tecnologia desenvolvida o bastante para utilizar satélites para monitorar áreas rurais, tais como as câmeras de vigilância controlam a velocidade do trânsito nas estradas e são capazes de identificar os proprietários dos veículos por meio do registro das matrículas. Segundo esta fonte de informação, caso fosse aproveitada pelo governo brasileiro, a iniciativa transformaria os alertas de focos de incêndio do Inpe em ações efetivas, pois, com as informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR), poderia ser revelada a localização precisa da queima

e, conseqüentemente, a quem pertence a área. Ainda, o engenheiro florestal criticou a contratação de um serviço privado de imagens de satélite pelo governo, quando o Inpe faz o mesmo serviço gratuitamente.

Em síntese, evidenciou-se a importância da fiscalização para coibir as queimadas e o desmatamento, entretanto reiterou-se que esta não é prioridade para o presidente Jair Bolsonaro. Tanto que, em setembro de 2019, identificou-se texto jornalístico que apresentou em detalhes o desmonte ambiental posto em prática por Bolsonaro e por Ricardo Salles.

Já os quadros de interesse humano evidenciaram como artistas brasileiros e internacionais chamaram a atenção para as queimadas na Amazônia, principalmente por meio do *Twitter* e do *Instagram* ao usar o marcador #prayforamazon ou #rezepeamazonia. Entretanto, em alguns casos, não era possível distinguir se as postagens utilizavam imagens que, de fato, eram relacionadas ao dia do fogo ou se eram de outras situações. Ainda neste enquadramento, foram identificadas as métricas do *Google* e do *Twitter* para ressaltar o fato das queimadas da Amazônia terem sido alvo de interesse de usuários do Brasil e do mundo, também em textos jornalísticos que checaram a veracidade de vídeos e informações compartilhadas de forma viral pelos *media* sociais, por exemplo, em agosto 2019, quando se descobriu que o vídeo em que a indígena Célia ãngohó chorava diante do fogo não era na Amazônia, tampouco havia sido registrado em agosto daquele ano: a aldeia de Célia ãngohó ficava em São Joaquim de Bicas, próximo à cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, e havia sido feito em 6 de julho de 2019.

Destacam-se aqui dois textos jornalísticos publicados em setembro de 2019, pois um deles mostrava como os incêndios na Amazônia afetaram a aldeia Japuira do povo myky, na Terra Indígena Menku, em Brasnorte, no Estado do Mato Grosso, interferindo nos rituais ou mesmo ameaçando a população a desaparecer, já que não era assistida pelo Ibama ou pela Fundação Nacional do Índio; o outro mostrava como o dia do fogo havia alterado a vida do jornalista Adécio Piran, que, após quase um mês fora de Novo Progresso, voltava a trabalhar sob escolta policial, uma vez que tinha sofrido ameaças após ter noticiado o dia do fogo no jornal *Folha do Progresso*.

Por fim, os quadros de consequências econômicas destacaram que os incêndios estavam a prejudicar o setor de hotéis de selva na Amazônia; que a suspensão dos recursos do Fundo Amazônia, pela Alemanha e pela Noruega, prejudicava ainda mais o desenvolvimento de políticas de conservação ambiental na Amazônia; e que os investidores estrangeiros cobravam ações do governo federal para combater os crimes ambientais e, em especial, o desmatamento na Amazônia. Um texto publicado em setembro de 2019, que abordava a regulamentação da atividade mineradora em terras indígenas no Estado do Amazonas, também foi classificado como consequências econômicas, dado que evidenciava

o ponto de vista defendido pelo presidente Jair Bolsonaro, por meio do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, de que era preciso “desenvolver” as terras indígenas e, assim, garantir “melhores condições de vida” àquela população.

As repetições identificadas no discurso do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia reforçaram a própria ideia de dia do fogo para se referir à queima de pasto e áreas em processo de desmate organizada por fazendeiros do entorno da BR-163, no sudoeste do Pará, em 10 de agosto de 2019. Neste dia, o Inpe registrou alta no número de focos de incêndio na Amazônia, o que se seguiu por todo o mês e, conseqüentemente, consolidou a recorrência as queimadas de agosto.

É importante destacar que, de acordo com o Programa Queimadas, focos de incêndio são monitorados todo o ano e em todo o Brasil, todavia a repetição “as queimadas de agosto” reforçou a ideia do aumento do número de incêndios na Amazônia, em 2019, principalmente a partir de propriedade privadas. Houve menções pontuais, em agosto de 2019 e outubro de 2019, ao aumento do fogo no Estado do Mato Grosso, cujo bioma é o Pantanal, entretanto o discurso jornalístico da *Folha de S. Paulo* enfatizou o caráter intencional das queimadas numa região brasileira específica, que é a Amazônia. As imagens de satélite, que indicavam os pontos de calor na Amazônia, e os gráficos que registravam anualmente o total de incêndios foram elementos reforçadores do argumento de que o desmatamento estava a aumentar na Amazônia.

Ainda neste contexto, enfatizou-se a justificativa atribuída pelos produtores rurais para o dia do fogo, de que queriam mostrar para o presidente Jair Bolsonaro que queriam trabalhar. As investigações da Polícia Federal e do Ministério Público do Estado apontaram que, na verdade, o objetivo dos fazendeiros era inviabilizar a fiscalização ambiental do Ibama e do ICMBio, órgãos estes já enfraquecidos desde o início da gestão de Jair Bolsonaro. Da mesma forma, foram noticiadas pesquisas científicas que apontavam a relação direta entre áreas da Amazônia cuja floresta fora previamente derrubada e o aumento dos focos de incêndio. Assim, inferiu-se que o trabalho a que os fazendeiros se referiam consiste mesmo em eliminar a floresta amazônica de maneira predatória para obter lucro com a plantação de soja e/ou a criação de gado.

A “noite na cidade de São Paulo”, registrada por volta das 15h do dia 19 de agosto de 2019, também foi uma ideia repetida amiúde para enfatizar que as queimadas na Amazônia afetavam não somente a região Norte do Brasil, mas também a região do sudeste e, como resultado, todo o país. A concepção de “crise diplomática” ou “crise internacional” foi utilizada para destacar as críticas do presidente francês Emmanuel Macron à política ambiental do governo de Jair Bolsonaro, bem como a resposta grosseira deste, que ofendeu a primeira-dama francesa Brigitte Macron; insultou o governo da

Alemanha e da Noruega, os principais financiadores do Fundo Amazônia (suspensão a partir das “queimadas de agosto”); e até acusou o ator estadunidense Leonardo DiCaprio de financiar ONG que, na visão de Bolsonaro, eram as verdadeiras responsáveis pelos incêndios na Amazônia. O presidente Jair Bolsonaro recusou os recursos financeiros (estimados em R\$ 83 milhões, na época) disponibilizados pelo G7 para combater os incêndios, sob justificativa de que havia interesses escusos dos países desenvolvidos na Amazônia.

Neste ínterim, as únicas ajudas bem-vindas para o governo brasileiro vinham dos EUA e de Israel. Com o tempo, verificou-se que os EUA nunca enviaram qualquer tipo de apoio ao Brasil e Israel, que prometera o envio de produtos químicos para retardar o fogo, diante do alto custo, disponibilizou apenas onze bombeiros especializados no combate a incêndios. Ainda no âmbito internacional, nas duas vezes em que participou da Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2019 e em setembro de 2020, Jair Bolsonaro agravou o mal-estar internacional ao proferir mentiras ou exageros, por exemplo, que as queimadas são causadas por povos indígenas; que o Brasil é o país que mais protege o meio ambiente; e que as “queimadas de agosto” foram espontâneas, dado o período de estiagem na Amazônia.

A menção à GLO e à moratória do fogo foram reiteradas como a resposta do presidente Jair Bolsonaro aos incêndios na Amazônia. Por fim, a profusão de imagens e vídeos falsos foi reforçada no discurso jornalístico da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia, o que desencadeou uma série de checagem de informações, pois, de um lado, estavam as acusações do presidente Jair Bolsonaro de que os incêndios não eram tão graves quanto pareciam e, também, o vice-presidente Hamilton Mourão e o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles a divulgar, pelo *Twitter*, dados falsos; do outro, estavam artistas e nomeadamente o presidente francês Emmanuel Macron enfatizando a gravidade do desmatamento generalizado, entretanto com imagens que não eram, de fato, registros do dia do fogo na Amazônia. A [figura 18](#) sintetiza os quadros de sentido e seus respectivos objetos e características enfatizados pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia.



Figura 18: Enquadramentos produzidos pela *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia

6.2.3 Editorias e gêneros jornalísticos do *Público*

De volta à proposta de Melo & Assis (2016), identificaram-se textos do gênero informativo, opinativo, interpretativo e utilitarista no *corpus* do *Público*, porém não houve registro do gênero diverso. Observou-se que o discurso construído pelo jornal *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia baseou-se principalmente no gênero informativo, pois foram identificadas notícias ou reportagens cujas funções eram de vigilância social, ou seja, apresentaram informações sobre os incêndios na Amazônia e seus desdobramentos. Reconheceu-se o gênero opinativo em textos jornalísticos produzidos por colunistas ou cronistas. Nestes casos, a assinatura do colunista ou cronista predominou para classificar o texto jornalístico a partir de um viés pessoal. O gênero interpretativo foi identificado em textos jornalísticos, cuja função de esclarecimento evidenciou o dia do fogo na Amazônia pelo ponto de vista científico. Apenas um texto foi classificado pelo gênero utilitarista, dado que apresentou uma série de iniciativas às quais era possível se associar para combater os fogos na Amazônia.

Em geral, os textos do *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia não sofreram qualquer mudança – ainda que, em certos casos, fosse necessária a correção gráfica de algumas palavras. Dos 61 textos jornalísticos reunidos, apenas quatro indicaram que havia sido feita uma retificação ou atualização. Destaca-se, ainda, que apenas um texto, que foi uma manifestação do leitor, publicada em agosto de 2019 na seção “Cartas ao director”, não apresentou tópico algum. Os demais continham de dois a dez

foram identificados os trabalhos de Ana Gomes Ferreira, Andrea Cunha Freitas, António Rodrigues, Carla B. Ribeiro, Clara Barata, Filipa Almeida Mendes, Hélio Carvalho, Inês Chaíça, João Ruela Ribeiro, Liliana Valente, Manuel Carvalho, Marcos Colón, Mariana Durães, Miguel Esteves Cardoso, Nilto Tatto, Pedro Filipe Soares, Pedro Rios, Renata Monteiro, Ricardo Garcia, Rui Tavares, Sofia Lorena, Sofia Neves, Teresa Sofia Serafim, Vítor Belanciano, Vítor Colaço Santos (que não é jornalista, mas sim “leitor de São João das Lampas, freguesia do concelho de Sintra”), além das seções “Culto” e “P3” e da agência Reuters.

É interessante notar que o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa e com mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), estava no quadro de jornalistas do *Público* em caráter de substituição – segundo afirmou, entrou em junho de 2019 e saiu em agosto de 2020. Entretanto, Cabral Fernandes produziu mais textos jornalísticos sobre o dia do fogo na Amazônia do que o jornalista João Ruela Ribeiro, que era correspondente no Brasil, na altura:

Enquanto estive no *Público*, trabalhei um pouco de tudo, no sentido de que, conforme havia colegas ocupados, de folga ou de férias, eu ia tocando as temáticas da agenda diária. Foi por isso que escrevi, também, sobre os fogos no Brasil. Quando há um tema novo e uma pessoa começa a seguir este tema, há a tendência para esta pessoa ir acompanhando, exceto quando está de folga e outro colega entra para suprir as necessidades. Portanto, há mais artigos meus sobre os fogos no Brasil porque calhou de ser comigo, foi-me atribuído. À medida que iam acontecendo os fogos no Brasil, eu já estava mais por dentro da situação. De certa forma, conseguia dar resposta ao que era pedido, ou seja, conseguia falar com pessoas, ter acesso a ativistas, a representantes de ONG. São lógicas de redação que são um pouco naturais. Como eu estava no *Público* em substituição, fazia um pouco de tudo, apesar de ter umas áreas mais específicas, como a extrema-direita europeia, o Médio Oriente, o norte da África, refugiados e, também, o Brasil. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020)

Ainda consoante o jornalista, a predominância de textos jornalísticos assinados como “Lusa” e/ou “Público” justificou-se pelo fato de que, quando ocorreu o dia do fogo na Amazônia, havia menos pessoas a trabalhar no jornal, por conta das férias de verão:

No caso dos incêndios no Brasil, muitas vezes, publicavam-se textos da Lusa. Acontecia muito, enquanto estava a preparar um artigo de duas páginas sobre os incêndios no Brasil, sair alguma coisa na Lusa que era chamativa. Por exemplo: “O Bolsonaro chamou colonialista ao Macron”. Como é uma coisa do minuto, publicava-se logo no on-line. Há os protocolos de publicação da Lusa. Ou seja, o *Público* paga certa quantia à agência de notícias e tem o direito de publicar *xis takes* por mês ou ilimitados. À medida que estamos sempre a ver a Lusa – porque dentro do *site* da Lusa há um acesso de utilizador e a informação cai, mas, também, no *back office* do *Público* há uma ligação direta à Lusa –, o editor vê e escolhe o que publicar. O editor pode mudar o título e a entrada ou pode dizer ao jornalista: “Este *take* está bem, mas, por favor, melhora um bocadinho, acrescenta mais coisas”. Nesta situação, assina-

se como Lusa e Público ou Lusa e o jornalista. Quando se assina só “Público”, são os jornalistas da redação que escrevem, mas há um sentimento de que não se acrescentou informação alguma à notícia para além do óbvio. Portanto, não se assina, porque se sente que não seja algo próprio. Não se fez análise, não se pensou no ângulo. Foi uma coisa rápida, feita com as três fontes – portanto, uma coisa séria e bem feita –, mas não há o sentimento de pertença do jornalista. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020)

Por conseguinte, observou-se que nem Ricardo Cabral Fernandes, nem os demais jornalistas e/ou colunistas que produziram textos sobre o dia do fogo na Amazônia são especializados em temas ambientais. O discurso foi construído em torno do caráter internacional dos acontecimentos.

6.2.4 Enquadramentos do *Público*

Novamente, a partir da classificação proposta por Wheatley (2020), observou-se que o discurso jornalístico do *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia foi construído com base em fontes de informação consultadas por meio de canais rotineiros e não rotineiros, com predominância dos primeiros. Entre os canais rotineiros de fontes de informação, foram reconhecidas as quatro subcategorias propostas pelo investigador – promocionais ou comunicados de assessoria de comunicação, materiais não promocionais, outros *media* e acontecimentos previsíveis. Já entre os canais não rotineiros de fontes de informação, identificaram-se apenas os subcanais empreendimento e relatórios especiais.

O comunicado assinado por “42 associações e colectivos – entre os quais Fórum Indígena de Lisboa, Habita, SOS Racismo, Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis, Casa Ninja Lisboa, Climáximo, Panteras Rosa, GAT – Grupo de Activistas em Tratamentos e Consciência Negra” (Lusa, 2019a) enviado às redações portuguesas para anunciar a concentração “Lisboa pela Amazônia”; a nota emitida pela associação ambiental *Earth Alliance*, impulsionada pelo ator estadunidense Leonardo DiCaprio em conjunto com a viúva de Steve Jobs, Laurene Powell Jobs, e o multimilionário Brian Sheth, acerca da atribuição de “cinco milhões de dólares (quase 4,5 milhões de euros) à preservação da zona da Amazônia atingida pelos incêndios” (Culto, 2019); a comunicação sobre a iniciativa “Uma Dança Pela Amazônia”, realizada em Lisboa e cuja receita de bilheteira foi doada à *Earth Alliance*; o vídeo divulgado pela Associação Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que clamou aos líderes e consumidores europeus que cobrassem responsabilidade ambiental do governo de Jair Bolsonaro; os dados do relatório independente encomendado pelo governo francês ao economista ambiental Stefan Ambec acerca dos

custos ambientais do acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul)²⁸; e a declaração oficial do presidente português Marcelo Rebelo de Sousa (2016-atual) são exemplos de fontes de informação consultadas a partir de canais promocionais ou comunicados de assessoria de comunicação.

O Inpe, o Ipam, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e a *Greenpeace*, que foram referência para as explicações sobre os focos de incêndios na Amazônia, bem como pesquisadores que tiveram seus trabalhos publicados em revistas científicas, a exemplo de David Lapola, investigador da Universidade Estadual de Campinas, no Brasil, que foi “um dos autores de um estudo publicado recentemente na revista *Nature Geosciences*” (Serafim, 2019) e “Newton de Magalhães Neto, investigador na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e primeiro autor do artigo” publicado na revista *Scientific Reports* (Freitas, A., 2019), foram classificados como fontes de informação ouvidas por meio de canais não promocionais.

Perfis no *Twitter*, como os dos presidentes francês e brasileiro, Emmanuel Macron e Jair Bolsonaro, e perfis no *Instagram*, por exemplo do ambientalista e filantropo Nick Rose, da cantora portuguesa Mariza e do humorista português António Raminhos, além dos jornais brasileiros *Estadão*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *El País* (Brasil), *Folha do Progresso*, o portal de notícias *G1*, a revista brasileira *Época*, o jornal britânico *The Guardian*, as agências de notícias Lusa, BBC Brasil, Reuters, AFP e *Associated Press* foram identificados como outros *media*, subcanal rotineiro de fontes de informação. Segundo o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, a consulta a outros meios de comunicação social é prática comum na seção internacional do jornal *Público* – o que se confirmou no caso do dia do fogo na Amazônia:

À medida que um tema vai ganhando relevância internacional, a tendência dos jornais portugueses é acompanhar esse destaque. No caso da seção Mundo do *Público*, conforme a importância do tema, o editor diz ou o jornalista por si próprio percebe que tem que ficar mais focado naquele tema, estar atento ao que vai acontecendo no dia a dia. No caso dos fogos no Brasil, ir mais vezes que o normal à *Folha de S. Paulo*, ao portal *UOL*, ao *G1*, ou seja, picar o ponto por vários órgãos de comunicação social para ver o que está a acontecer. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020)

As declarações do primeiro-ministro português António Costa (2015-atual), dos eurodeputados portugueses e de representantes de partidos políticos – nomeadamente, o Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD), o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português (PCP) e o

²⁸ Organização intergovernamental fundada em 1991 pelos governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Inicialmente, estabeleceu-se entre os países-membros uma integração econômica, atualmente na forma de união aduaneira, na qual há livre-comércio e política comercial comum.

Livre – são exemplos de fontes de informação ouvidas a partir de canais previsíveis, uma vez que as informações foram prestadas aos jornalistas a partir da relação com o parlamento português ou Parlamento Europeu. Destacaram-se, ainda pelos canais previsíveis, representantes do Pessoas-Animais-Natureza, do Partido Ecologista “Os Verdes” e da Coligação Democrática Unitária, que participaram de um protesto no Largo Camões, em Lisboa.

Já, pelos canais não rotineiros, a investigadora holandesa Fronika de Wit, da Universidade de Lisboa, foi classificada como fonte de notícia de empreendimento, uma vez que informou sobre a experiência de ter vivido na Amazônia Legal, entre 2011 e 2016, participando de projetos de investigação, no departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre e no Ipam. Por fim, são exemplos de fontes de informação identificadas por suas análises ou relatórios especiais os jornalistas Manuel Carvalho (atual diretor do *Público*) e Ricardo Garcia; o parlamentar do BE, Pedro Filipe Soares; o fundador do partido Livre, Rui Tavares; e o pesquisador Marcos Colón – cujos textos por eles assinados foram, em geral, publicados na seção “Opinião”.

Os elementos visuais estiveram igualmente presentes na maior parte dos textos jornalísticos sobre o dia do fogo na Amazônia publicados pelo *Público*. Em geral, apenas os textos da seção “Opinião” não foram acompanhadas por algum elemento visual. Os recursos mais comuns foram fotografias ou galerias de imagens, embora também tenham sido identificados imagens de satélite, ilustrações, infografia, um vídeo e ligações para publicações do *Twitter* e do *Instagram*. Normalmente, as fotografias foram feitas pela agência de notícias Reuters e mostraram parte da floresta devastada muito próxima de parte da floresta que se mantinha em pé, bem como destacavam, majoritariamente, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro. A [figura 20](#) mostra a galeria de ilustrações reunidas pelo *Público* por meio do *Instagram* ou por meio do envio direto para a seção “P3” ao passo que a [figura 21](#) indica a única infografia identificada no *corpus* do *Público* e que foi usada em três publicações diferentes de agosto de 2019:

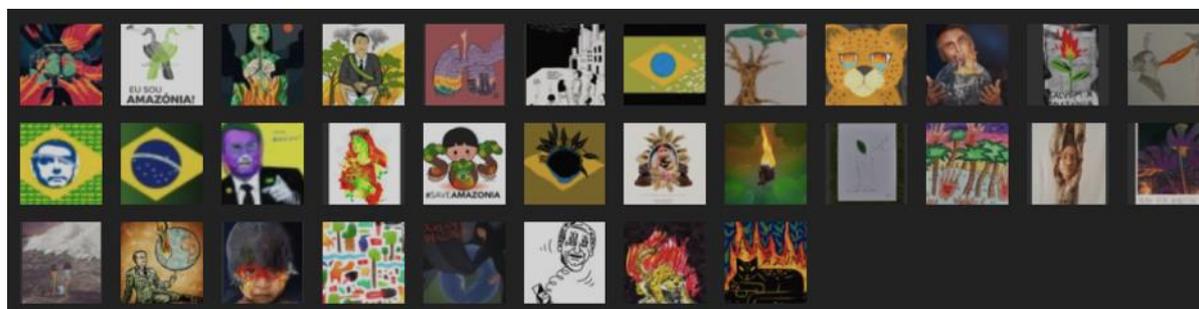


Figura 20: Galeria de ilustrações reunidas pela seção “P3”, do *Público*, sobre o dia do fogo na Amazônia

Fonte: P3 (2019)

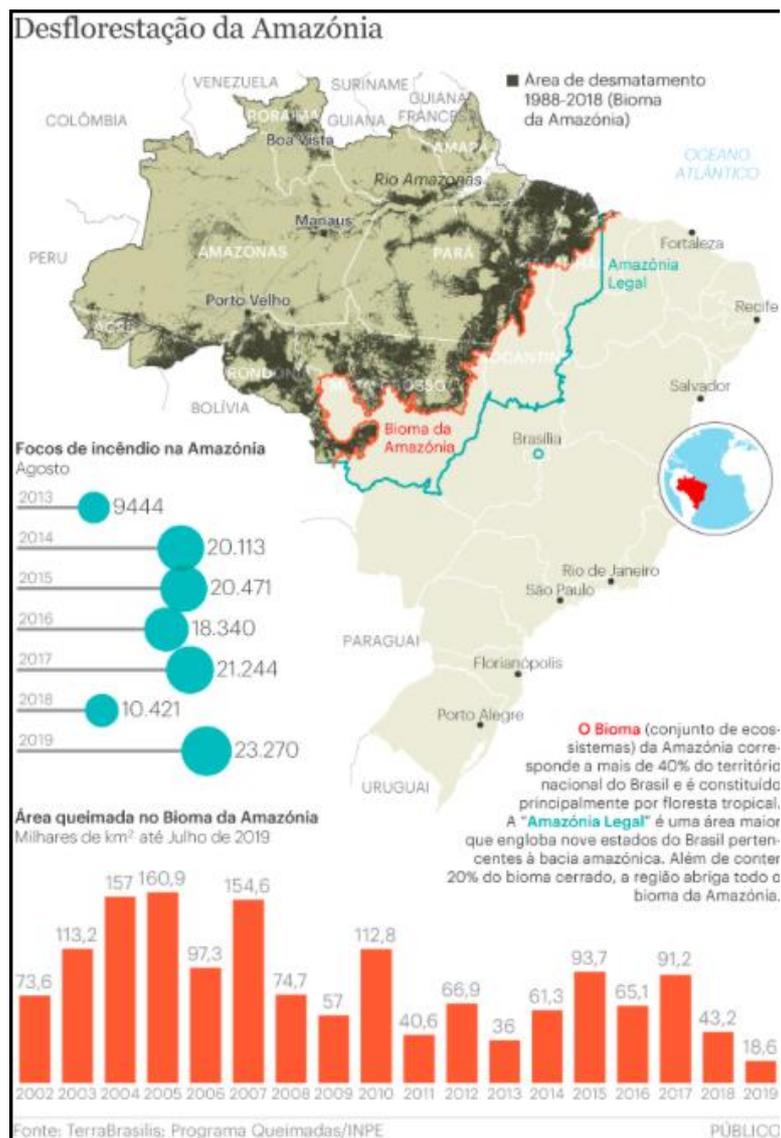


Figura 21: Infografia produzida pelo *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia

Fonte: Neves (2019)

Novamente, consoante o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, as ideias para construção de um infográfico podem partir dos repórteres ou dos editores. Entretanto, são geralmente produzidos para integrar as edições impressas do *Público*. Isto justifica o fato de a infografia identificada no *corpus* não dispor de uma natureza dinâmica, e sim estática, na apresentação dos dados:

A seção, em si, escreve, apesar de ter o forte cariz on-line, com o “Ao minuto” – ou seja, escreve-se de forma a que fique bem on-line. Mas as seções do *Público* ainda têm muito a ideia de escrever para o papel. Então, as infografias, muitas vezes, são pensadas para o papel. Porque o *Público* vende 11 mil exemplares por dia, segundo os últimos números. Portanto, o papel ainda tem uma grande preponderância. No caso dos incêndios no Brasil, dependia muito do cariz do artigo. Por exemplo, se fosse um artigo de apanhado dos últimos dois dias ou da reação do [presidente Jair] Bolsonaro aos fogos, as próprias bitaites com o [presidente Emmanuel] Macron, não se usavam infografias. Mas, se quiséssemos explicar um pouco mais, por exemplo,

sobre como a Amazônia já estava em risco antes dos fogos e como é que os fogos vieram aprofundar esse risco, talvez – tendo em conta que seria um artigo mais de fundo – se fizesse uma infografia. Mas era muito pontual e dependia, muitas vezes, da distribuição de recursos, de haver pessoas que pudessem deixar de trabalhar dois ou três dias para se focar num artigo mais de fundo, por exemplo, para edição do fim de semana. Nós temos doze pessoas, mas há sempre pessoas de folga, porque trabalharam no fim de semana – pelo menos, um editor e um jornalista trabalham ao fim de semana. Então, os restantes têm de deixar trabalho feito para preencher as páginas do jornal, principalmente para as edições de domingo e de segunda-feira. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020)

De volta à proposta de Valkenburg et al. (1999), que se adotou para reconhecer os quatro tipos de enquadramento no discurso jornalístico do *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia – quadros de conflito, de interesse humano, de responsabilidade e de consequências econômicas –, observou-se a predominância dos quadros de conflito, dado que a ênfase na ideia de que os incêndios que se espalhavam pela Amazônia sem controle algum. O conflito estabeleceu-se, também, pela ênfase nas divergências entre os presidentes francês e brasileiro, Emmanuel Macron e Jair Bolsonaro, uma vez que o primeiro se articulava, por meio do G7, para combater os fogos na Amazônia, ao passo que o segundo não só recusou a ajuda, como ofendeu o homólogo. Em grande parte, a troca de acusações entre os dois líderes nacionais deu-se pelo *Twitter*.

Da mesma forma, na esfera nacional, evidenciou-se a diferença entre o presidente brasileiro e os governadores da Amazônia Legal diante da oferta internacional – os segundos, em geral, defendendo que os esforços estrangeiros eram bem-vindos. As acusações de Jair Bolsonaro, endossadas pelo vice-presidente Hamilton Mourão, de que as ONG e os produtores rurais da Amazônia eram os responsáveis pelos incêndios; o discurso agressivo do presidente brasileiro nas 74^a e 75^a Assembleias-Gerais da ONU; os relatórios científicos comprovando a gravidade do aumento das emissões de gás carbônico (CO₂) para o planeta Terra; os projetos científicos brasileiros parados por falta de financiamento; e a campanha em vídeo da Associação Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que questionou diretamente o governo de Jair Bolsonaro e a postura de líderes e consumidores europeus diante dos incêndios na floresta amazônica, contribuíram para consolidar os quadros de conflito sobre o dia do fogo na Amazônia, no *Público*.

Em seguida, os quadros de responsabilidade evidenciaram, por exemplo, o que era possível ser feito, como cidadão ou cidadã, para atenuar a gravidade dos incêndios florestais na Amazônia – assinar petições on-line, contribuir financeiramente com ONG, participar de protestos, reduzir o consumo de papel e madeira, bem como de óleo de soja de origem não certificada e de carne bovina, entre outras iniciativas. Destacou-se, pelo viés do governo federal brasileiro, a ação dos militares para combater o

fogo na Amazônia, porém, pelo viés da sociedade portuguesa e da *Greenpeace*, que interveio em frente à sede do Parlamento Europeu, em Bruxelas, evidenciou-se a exigência de que as lideranças europeias fossem mais incisivas com o presidente Jair Bolsonaro para que ele não só controlasse o fogo na Amazônia, como desenvolvesse suas políticas com respeito ao meio ambiente. A articulação do presidente francês Emmanuel Macron durante a reunião do G7, em Biarritz, também consolidou o quadro de responsabilidade no discurso jornalístico do *Público*, já que os incêndios se espalharam por vários países da Pan-Amazônia, ameaçando também a Guiana Francesa (território ultramarino francês).

Já os quadros de interesse humano foram identificados em textos jornalísticos, tais como o que publicou as ilustrações produzidas pelos leitores do *Público* (figura 20), revelando visões particulares sobre o dia do fogo na Amazônia, bem como os que repercutiram o pronunciamento oficial do presidente português Marcelo Rebelo de Sousa; a manifestação, pelo *Twitter* ou pelo *Instagram*, de artistas portugueses e internacionais, além da utilização de imagens falsas por alguns deles, como o jogador de futebol português Cristiano Ronaldo. Igualmente, os textos que informaram acerca dos protestos ocorridos em Lisboa contribuíram para dar dramaticidade aos quadros de interesse humano.

Por fim, os quadros de consequências econômicas alertaram para a possível não conclusão do acordo comercial entre a UE e o Mercosul, já que era preciso garantias claras de que o governo brasileiro tinha condições de controlar o fogo na Amazônia e de mostrar “respeito pela independência das agências científicas, ambientais e de proteção dos povos indígenas” (Tavares, 2019). Destacaram-se ainda as pressões internas dos governos da Finlândia, da Irlanda e da França para que o acordo comercial não fosse concluído, bem como a possibilidade de empresas transnacionais (*Timberland, Dickies, Kipling, Vans, Kodiak, Terra, Walls, Workrite, Eagle Creek, Eastpack, JanSport, The North Face, Napapijri, Bulwark, Altra, Icebreaker, Smartwool e Horace Small*) boicotarem a compra do couro brasileiro, por conta da associação com o desmatamento na Amazônia.

Entre as repetições identificadas no discurso jornalístico do *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia, destaca-se a metáfora “pulmões do mundo” ou “pulmões do planeta” para se referir a capacidade de fixação de gás carbônico da floresta e, assim, atuar como um freio ao processo de aquecimento global. Conforme já se mencionou, esta é uma concepção equivocada e, muito por conta do crescente desmatamento, a Amazônia tem favorecido as emissões de CO₂. Da mesma forma, reforçou-se a definição de que um “bioma é formado por um conjunto de ecossistemas”, bem como a concepção de Amazônia a partir de suas características naturais e fronteiras políticas. O excerto abaixo foi identificado, sem nenhuma alteração, em mais de um texto:

A Amazónia é a maior floresta tropical do mundo e possui a maior biodiversidade registada numa área do planeta. Tem cerca de cinco milhões e meio de quilómetros

quadrados e inclui territórios do Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (território pertencente à França). (Lusa & Público, 2019a)

Foi reiterada, ainda, a ideia do aumento do número incêndios, no Brasil, em relação a 2018. Em geral, os textos exploraram a área ardida em quilômetros quadrados, entretanto não esclareceram como chegaram a tais números. A Amazônia a arder sem controle algum por parte do governo brasileiro e a desflorestação da Amazônia também foram concepções reforçadas no discurso jornalístico do *Público*, da mesma forma que o argumento de que era preciso proteger o “patrimônio da humanidade”. Portanto, a ameaça de não conclusão do acordo comercial entre UE e Mercosul seria uma das formas de exigir do governo de Jair Bolsonaro não apenas o controle dos incêndios, em agosto de 2019, mas a garantia de que a Amazônia permaneceria em pé para as gerações futuras.

Protestos em Lisboa e no Porto e o clamor ao consumo consciente (por exemplo, por meio da adoção de uma dieta livre de carne bovina e/ou da aquisição de produtos vendidos por empresas que não atuem em áreas de desmatamento) foram reiteradas como atitudes da sociedade portuguesa e europeia contra o desmatamento na Amazônia. Por fim, as fotografias que acompanharam os textos jornalísticos, geralmente, eram de Jair Bolsonaro, o que reforçou a associação do presidente brasileiro com a impunidade dos incêndios na Amazônia. A [figura 22](#) sintetiza os quadros de sentido e seus respectivos objetos e características enfatizados pelo jornal *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia.



Figura 22: Enquadramentos produzidos pelo *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia

6.3 Dimensão (re)interpretativa

A partir da dimensão sócio-histórica, foi possível conhecer a ambiência sociocultural da qual emergem os jornais *Folha de S. Paulo* e *Público*, ou seja, como se consolidaram nos cenários midiático brasileiro e português, respectivamente, bem como se estruturam suas redações, com base nos cargos e funções, e quais suas práticas, rotinas e valores jornalísticos, previstos nos manuais de redação e estilo. Já a dimensão discursiva permitiu esmiuçar as características do *corpus* desta investigação, constituído pelas notícias sobre o dia do fogo na Amazônia publicadas nos referidos periódicos entre agosto de 2019 e setembro de 2020.

A dimensão (re)interpretativa, portanto, resulta do contributo das seções anteriores. Serão seguidos os movimentos da análise pragmática da narrativa jornalística (Motta, 2007), de forma a organizar uma identidade narrativa: 1) recomposição da intriga ou acontecimento jornalístico; 2) identificação dos conflitos e funcionalidade dos episódios; 3) construção de personagens jornalísticas (discursivas); 4) estratégias comunicativas; 5) relação comunicativa e o “contrato cognitivo”; 6) metanarrativas. Quero dizer que nenhum movimento é mais importante do que outro, da mesma forma que o conjunto de todos facilitará o próximo capítulo, que será organizado em torno da *mimesis* III da narrativa hermenêutica ricoeuriana, ou seja, visa à releitura.

6.3.1 Recomposição da intriga ou acontecimento jornalístico, segundo a *Folha de S. Paulo*

O dia do fogo na Amazônia começou em janeiro 2019, quando Jair Bolsonaro tomou posse como Presidente da República e implantou uma série de medidas que favoreceu a destruição ambiental, por exemplo: extinguiu a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA); eliminou a Subsecretaria Geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores; transferiu o Serviço Florestal Brasileiro do MMA para o Ministério da Agricultura; deslocou a Agência Nacional de Águas do MMA para o Ministério do Desenvolvimento Regional; reduziu de 96 para 23 o número de conselheiros do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), prejudicando a representação de ONG e Estados; militarizou a diretoria e as chefias regionais do ICMBio; exonerou e substituiu lenta e incompletamente os 27 superintendentes estaduais do Ibama; aboliu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia; deu sucessivas afirmações negativas contra o trabalho de agentes do Ibama e do ICMBio, inibindo a fiscalização; agiu com desconsideração, desconfiança e descrédito em relação aos programas de instituições de pesquisa ambiental, como os sistemas de monitoramento de florestas do Inpe.

Em 5 de agosto de 2019, o jornalista Adécio Piran noticiou no jornal regional *Folha do Progresso* que fazendeiros, madeireiros e empresários do entorno da BR-163, no sudoeste do Estado do Pará, “amparados pelas palavras do presidente”, planejavam queimar pasto e áreas em processo de desmate com o objetivo de “mostrar para o presidente que querem trabalhar”. Segundo o MPF no Pará, uma das mensagens propagadas pelos articuladores dizia: “Precisamos mostrar para o presidente que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando. Para formar e limpar nossas pastagens é com fogo” (Tuffani, 2019). Em 7 de agosto, a instituição alertou o Ibama, por meio de ofício, a respeito do planejamento dos produtores rurais do município de Novo Progresso para o dia do fogo. O Ibama respondeu ao MPF no Pará que, apesar de ciente do evento, “as ações de fiscalização encontram-se prejudicadas pela ausência de apoio da Polícia Militar, o que acaba por colocar em risco a segurança das equipes em campo”:

Ao longo dos últimos anos, o Ibama mantinha uma base de fiscalização em Novo Progresso durante o período seco. Neste ano [2019], porém, a operação foi cancelada devido à falta de apoio tanto da PM do Pará, que há dois meses deixou de apoiar o órgão ambiental federal, quanto da Força Nacional, ligada ao Ministério da Justiça. (Shalders, 2019)

Em 10 e 11 de agosto de 2019, a cidade de Novo Progresso registrou 124 e 203 focos de incêndio, respectivamente, dando início a um intenso período de queimadas por todo o bioma amazônico. O cruzamento dos dados do programa Queimadas, do Inpe, com os dados do CAR revelaram que os incêndios se concentraram em propriedades privadas e delas se espalham para áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação estaduais e federal). O referido mês encerrou-se com 30.900 focos de incêndio na Amazônia, segundo o Inpe. O número não apenas superou em 196% o registro de agosto de 2018 (10.421), como o último registro superior ao de agosto de 2019 havia sido em agosto de 2010 (45.018). Ameaçado e difamado por Donizete Severino Duarte, administrador do grupo de WhatsApp denominado Direita Unida Renovada, o jornalista Adécio Piran saiu de Novo Progresso.

Ainda em 10 de agosto, o governo da Alemanha informou a suspensão dos recursos (na altura, estimados em US\$ 80 milhões) para o Fundo Amazônia. No dia 15 do mesmo mês, o governo da Noruega também bloqueou seus repasses ao fundo. Os governadores articularam-se para tentar retomar o financiamento:

“Nós, governadores da Amazônia Legal, somos defensores incondicionais do Fundo Amazônia. Já informamos oficialmente ao presidente da República e às embaixadas da Noruega, Alemanha e França, através de audiência e durante o Fórum em Palmas, que o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal estará dialogando diretamente com os países financiadores do Fundo”, afirmou, em nota, o governador do estado, Mauro Mendes. (Arini, 2019a)

Em 19 de agosto de 2019, uma nuvem de fumaça encobriu a cidade de São Paulo. No dia 21 de agosto, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que “as queimadas poderiam ser ação criminosa de ‘ongueiros’ para chamar a atenção contra o governo” (Folha de S. Paulo, 2019a). Em 22 de agosto de 2019, o presidente francês Emmanuel Macron afirmou, pelo *Twitter*, que as queimadas na Amazônia eram uma “crise internacional” e que discutiria o caso na reunião do G7.

No dia seguinte, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro assinou o decreto de GLO, autorizando que as Forças Armadas ajudassem os Estados a combater os incêndios. Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará foram as primeiras unidades federativas da Amazônia a solicitar os reforços do governo federal. No mesmo 23 de agosto, protestos foram feitos em São Paulo (Brasil) e em cidades europeias, como Londres (Reino Unido), Paris (França), Madri (Espanha), Dublin (Irlanda), Barcelona (Espanha), Lisboa (Portugal), Berlim (Alemanha), Genebra (Suíça), Nápoles (Itália) e Amsterdã (Holanda) de forma a pressionar que o governo de Jair Bolsonaro protegesse a floresta amazônica.

No dia 25 de agosto, o presidente brasileiro pediu ao então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que investigasse o dia do fogo por meio da Polícia Federal. No dia posterior, o G7 concordou em liberar US\$ 20 milhões para combater as queimadas na floresta amazônica, entretanto o governo brasileiro rejeitou os recursos. Em 28 de agosto, Bolsonaro decretou a moratória do fogo, proibindo as queimadas em todo o Brasil, exceto em casos de “controle fitossanitário quando autorizado pelo órgão ambiental competente, para práticas de prevenção e combate a incêndios e para práticas de agricultura de subsistência executadas pelas populações tradicionais e indígenas”²⁹. Dois dias depois, retificou o decreto restringindo as queimadas apenas na Amazônia Legal.

Em 1 de setembro, a Associação Brasileira de Imprensa enviou carta ao governador do Estado do Pará, Helder Barbalho (2019-atual), pedindo proteção a jornalista Adécio Piran. No dia seguinte, o profissional voltou a trabalhar em Novo Progresso sob escolta policial. As investigações sobre o dia do fogo avançaram. O presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso, Agamenon Menezes, e o empresário Ricardo de Nadai, proprietário da loja Agropecuária Sertão, foram indagados, entretanto ambos negaram participação no ataque incendiário.

Em 24 de setembro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro participou da abertura da 74ª Assembleia-Geral da ONU, em Nova York (EUA), e deu declarações falsas e imprecisas sobre a Amazônia. Os dados do Inpe indicaram redução do fogo na Amazônia: o mês de setembro de 2019 registrou 19.925 focos de incêndio, valor quase 20% menor do que o apontado em setembro de 2018 (24.803). Contudo,

²⁹ Ver: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9997-de-30-de-agosto-de-2019-213565411>

aumentaram os incêndios no Cerrado e no Pantanal. Ainda segundo o Inpe, no referido mês, os dois biomas registraram, respectivamente, 22.989 e 2.887 focos de incêndio – valores mais altos não apenas do que os apontados no mês anterior (agosto de 2019, com 12.906 e 1.690, nesta ordem) como também os registrados no mesmo período do ano anterior (setembro de 2018, com 11.467 e 785, respectivamente).

Em outubro de 2019, as investigações da Polícia Civil do Pará e da Polícia Federal revelaram que o dia do fogo fora coordenado por meio de um grupo de *WhatsApp* chamado “Sertão” e que os responsáveis dividiram os custos do combustível (uma mistura de óleo diesel com gasolina) e da contratação de “motoqueiros” para espalhar o líquido inflamável pela floresta:

O procurador Paulo de Tarso Moreira de Oliveira, do Ministério Público Federal em Santarém, também participa das investigações e afirma que o objetivo do dia do fogo era inviabilizar a fiscalização ambiental diante da profusão de focos de incêndio. “Investigamos se as lideranças locais se associaram para mascarar a identificação da autoria, porque não há fiscalização capaz de fiscalizar tantos focos ao mesmo tempo”, afirma Oliveira. “Dizer que não aconteceu o ‘dia do fogo’ é ignorar claramente as informações dos satélites.” (Camargos, 2019)

O inquérito apontou que os detalhes do ataque incendiário foram acertados no grupo “Sertão”, contudo as conversas sobre a ação foram iniciadas em outro grupo, com 256 pessoas, chamado “Jornal A Voz da Verdade”, do qual faziam parte autoridades locais, a exemplo do delegado da Polícia Civil Vicente Gomes, chefe da Superintendência da Polícia Civil do Tapajós, sediada em Itaituba (cidade localizada a 400 km de Novo Progresso). A relação entre as polícias Civil do Pará e Federal, que já estava desgastada desde 2018, ficaram ainda mais estremecidas, dado que a primeira instituição passou a restringir o acesso às informações pela segunda:

Os responsáveis pelo fogo também dificultam as investigações, segundo um policial federal que apura o caso e que foi ouvido pela Repórter Brasil na condição de anonimato. O policial afirma que os fazendeiros da região são bem relacionados com deputados e senadores do Pará e têm interlocução com o alto escalão do governo federal. Ele destacou ainda o poder do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso, que tem influência na Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa). Essa, por sua vez, é próxima da Frente Parlamentar Agropecuária, a chamada bancada ruralista. (Camargos, 2019)

O ano de 2019 encerrou-se sem a devida responsabilização dos envolvidos no dia do fogo e os incêndios seguiram em alta, não apenas na Amazônia. De acordo com o programa Queimadas, do Inpe, em 2019 totalizaram-se 89.176 focos de incêndios na Amazônia; 10.025, no Pantanal; e 63.874, no Cerrado. Os três valores superaram os registrados no ano anterior em 30%, 493% e 62%, respectivamente, já que o ano de 2018 havia sido totalizado com 68.345 focos de incêndio na Amazônia;

1.691, no Pantanal; e 39.449, no Cerrado. O objetivo dos fazendeiros e madeireiros de Novo Progresso tornou-se claro, um ano depois do ataque incendiário à floresta amazônica:

Ao sobrevoar os pontos que no ano anterior [2019] tiveram focos de calor, a equipe da ONG [*Greenpeace*] observou que praticamente todas as áreas que tinham florestas e foram queimadas já se transformaram em pastos. “Apenas um ponto não tinha pasto. Nos outros, já tinha pasto e gado sendo engordado”, afirma Rômulo Batista, porta-voz da campanha de Amazônia do *Greenpeace* Brasil. Além disso, a região, que tem forte atividade agropecuária, já se prepara para mais chamas, segundo Batista. Nos sobrevoos, ele afirma ter sido possível observar leiras, montes de material orgânico formados por árvores derrubadas que ficam secando e são empilhadas para posterior queima. Desmatamento e queimadas andam lado a lado, com o fogo vindo a seguir da derrubada da mata. Também foram identificados pontos com a floresta degradada. Basicamente, a ideia é tirar a vegetação que está abaixo da copa das árvores para que mais luz chegue ao chão da mata, o que recebe o nome de “brocar”. “Isso seca a matéria orgânica e ela fica mais suscetível ao fogo”, afirma Batista. (Watanabe, 2020)

Em 15 de julho de 2020, o presidente Jair Bolsonaro decretou nova moratória³⁰, proibindo o uso do fogo por 120 dias na Amazônia Legal e no Pantanal. Em 22 de setembro, participou da 75ª Assembleia-Geral da ONU (realizada de maneira virtual, por conta da pandemia de covid-19) e, novamente, deu declarações falsas e imprecisas sobre os dois biomas brasileiros. A exceção do Cerrado, que encerrou o ano de 2020 com registro de focos de incêndio ligeiramente menor do que em 2019 (63.819), os incêndios mantiveram o aumento: o Inpe registrou 103.161 focos de incêndio na Amazônia e 22.116, no Pantanal.

6.3.2 Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios na *Folha de S. Paulo*

Inicialmente, o dia do fogo na Amazônia evidenciou um conflito de natureza socioeconômica. A floresta, vista como empecilho ao desenvolvimento por fazendeiros, madeireiros e empresários do entorno da BR-163, no sudoeste do Estado do Pará, deveria ser derrubada – e a maneira mais rápida e barata de se fazer isto seria com fogo. Nesta concepção, os incêndios não representavam crimes ambientais, mas sim um alinhamento à postura do presidente Jair Bolsonaro “de ‘afrouxar’ a fiscalização do Ibama e quem sabe conseguir o perdão das multas pelas infrações cometidas ao Meio Ambiente” (Fernandes, T., 2019b).

Para o presidente brasileiro, a fiscalização ambiental, em si, não resolvia o problema do desmatamento na Amazônia: “para proteger a Amazônia, não bastam operações de fiscalização,

³⁰ Ver: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.424-de-15-de-julho-de-2020-267035345>

comando e controle. É preciso dar oportunidade a toda essa população para que se desenvolva junto com o restante do país” (Shalders, 2019). Além da pecuária e da exploração madeireira, a “oportunidade” também se relacionava à atividade mineradora, em especial, nas terras indígenas. O conflito adquiriu nuances políticas, quando os governos da Alemanha e da Noruega suspenderam o financiamento para o Fundo Amazônia.

Conforme o acontecimento jornalístico revelou, a decisão tomada pelos dois países resultou da discordância em relação a uma série de medidas implantadas pelo presidente Jair Bolsonaro, desde o início do mandato, em janeiro de 2019, as quais negligenciavam a fiscalização ambiental. É possível que a coincidência com o dia do fogo na Amazônia (10 de agosto de 2019), no caso da suspensão dos recursos alemães, tenha influenciado a decisão do governo norueguês (anunciada cinco dias depois) de também bloquear o dinheiro destinado ao Fundo Amazônia.

Entretanto, em vez de negociar com os países estrangeiros, como passaram a fazer os governadores, o presidente Jair Bolsonaro atacou os dois países, sugerindo, em especial, que a chanceler alemã Angela Merkel (2005-atual) utilizasse o dinheiro que repassaria ao Brasil para reflorestar a própria Alemanha. A situação agravou-se quando o presidente francês Emmanuel Macron, por meio do *Twitter*, chamou a atenção para os incêndios na Amazônia e sugeriu que o G7 tratasse do assunto, ao que Jair Bolsonaro respondeu-lhe, também pelo *Twitter*, que o problema era uma questão interna do Brasil. O tuíte de Macron tinha uma imagem de floresta em chamas que não correspondia a qualquer registro do dia do fogo na Amazônia, o que fez o presidente brasileiro acusar o homólogo de sensacionalismo. Mais: Bolsonaro ofendeu a primeira-dama da França, Brigitte Macron, e recusou a ajuda financeira do G7.

Os únicos aliados do governo brasileiro eram os EUA e Israel, ainda que os primeiros jamais tenham feito qualquer esforço para combater as chamas na floresta amazônica (apesar do então presidente estadunidense Donald Trump ter afirmado, também pelo *Twitter*, que o faria) e o segundo, que chegou a anunciar, num primeiro momento, que enviaria para o Brasil produtos químicos que retardavam as chamas, diante do alto custo, apenas tenha enviado onze bombeiros especialistas no combate ao fogo.

O caráter internacional do conflito reforçou-se com a participação do presidente brasileiro nas 74^a e 75^a Assembleias-Gerais da ONU, nas quais reiterou os ataques aos países europeus, dizendo que tinham “interesses escusos” na Amazônia, da mesma forma que passou a culpar o ator estadunidense Leonardo DiCaprio pelos fogos na floresta: “‘Agora, o Leonardo DiCaprio é um cara legal, não é?’, questionou. ‘Dando dinheiro para tacar fogo na Amazônia’, acrescentou em conversa com um grupo de

eleitores na entrada do Palácio do Alvorada” (Camillo, 2019). Na visão do presidente brasileiro, o ator estava associado a ONG – as verdadeiras responsáveis pelos incêndios:

“O pessoal da ONG, o que eles fizeram? O que é mais fácil? Botar fogo no mato. Tira foto, filma, a ONG faz campanha contra o Brasil, entra em contato com o Leonardo DiCaprio, e o Leonardo DiCaprio doa US\$ 500 mil para essa ONG. Uma parte foi para o pessoal que estava tocando fogo, tá certo? Leonardo DiCaprio tá colaborando aí com a queimada na Amazônia, assim não dá”, afirmou Bolsonaro no ano passado [2019]. (Carvalho, D., 2020)

A princípio, o ator respondeu que a fundação *Earth Alliance*, da qual é criador, “doaria US\$ 5 milhões a um fundo emergencial que destinaria o montante para ajudar entidades brasileiras no combate à série de queimadas” (Camillo, 2019). Por meio de comunicado de imprensa, Leonardo DiCaprio desmentiu as acusações do presidente brasileiro:

“Neste momento de crise para a Amazônia, eu apoio o povo do Brasil que trabalha para salvar seu patrimônio natural e cultural. Eles são um exemplo incrível, comovente e humilde do compromisso e da paixão necessários para salvar o meio ambiente”, disse DiCaprio em uma nota em 2019. “O futuro desses ecossistemas insubstituíveis está em jogo e tenho orgulho de apoiar os grupos que os protegem. Embora dignas de apoio, não financiamos as organizações citadas. Continuo comprometido em apoiar as comunidades indígenas brasileiras, os governos locais, cientistas, educadores e as pessoas que estão trabalhando incansavelmente para garantir a Amazônia para o futuro de todos os brasileiros”, afirmou o ator à época. (Carvalho, D., 2020)

Todavia, com o crescente aumento das queimadas não apenas na Amazônia, como no Pantanal e no Cerrado, Leonardo DiCaprio voltou a chamar a atenção para os fogos na floresta amazônica e criticou diretamente o governo brasileiro, pelo *Twitter*:

“O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, está sob pressão internacional para conter as queimadas, mas ele duvidou publicamente da gravidade delas no passado, alegando que oponentes e comunidades indígenas foram os responsáveis”, escreveu Leonardo DiCaprio. “Os incêndios florestais na Amazônia no ano passado [2019] foram devastadores o suficiente, mas com o clima mais seco neste ano até agora, assim como a pandemia do coronavírus, que matou mais de 99 mil brasileiros, há uma preocupação crescente de que o desmatamento em curso não esteja recebendo atenção suficiente”, continuou o ator. (Carvalho, D., 2020)

Para defender o governo brasileiro, o vice-presidente Hamilton Mourão e o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles divulgaram dados falsos sobre o desmatamento na Amazônia, alegando que houve redução nos focos de incêndio, quando, na verdade, os dados do Inpe comprovaram a tendência de aumento. Mourão e Salles também afirmaram que os incêndios se concentravam em áreas urbanizadas da região amazônica, entretanto os dados do Inpe reiteraram que as chamas se espalharam

de áreas de CAR (portanto, privadas) para terras indígenas e unidades de conservação. Da mesma forma, Mourão atacou o ator Leonardo DiCaprio:

“Eu gostaria de convidar nosso mais recente crítico, o nosso ator Leonardo DiCaprio, para ele ir comigo a São Gabriel da Cachoeira [Estado do Amazonas] e nós fazermos uma marcha de oito horas pela selva entre o aeroporto de São Gabriel e a estrada de Cucuí”, disse Mourão no Fórum Mundial Amazônia+21, debate entre governo e setor produtivo. “Ele vai aprender em cada socavão que ele tiver que passar que a Amazônia não é uma planície e aí entenderá melhor como funcionam as coisas nesta imensa região”, continuou o vice-presidente na resposta ao ator. (Carvalho, D., 2020)

Portanto, a partir deste conflito principal, que revelou características socioeconômicas, políticas e internacionais do dia do fogo na Amazônia, foi possível identificar, pelo menos, cinco episódios, como unidades narrativas analíticas intermediárias:

- o primeiro episódio relacionou-se às notícias falsas publicadas não apenas pelos apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, mas também por artistas brasileiros e estrangeiros, e mesmo pelo presidente francês Emmanuel Macron. O acontecimento jornalístico revelou, a partir de um conjunto de textos destinados à verificação dos fatos, questões mais científicas, como a Amazônia não ser o pulmão do mundo; os incêndios na floresta amazônica verdadeiramente afetarem todo o mundo; e o bioma mesmo consistir na maior reserva da biodiversidade do planeta. Contudo, igualmente foram averiguadas questões relacionadas à natureza política do conflito, como o fato de que não foram utilizados quaisquer aviões israelenses no combate aos incêndios na Amazônia e de que o presidente brasileiro mentiu, entre outras, sobre a culpa dos fogos ser dos povos indígenas. A função de averiguação deste episódio evidenciou o esforço da *Folha de S. Paulo* em produzir uma narrativa o mais fidedigna possível;
- o segundo episódio tratou da preocupação dos investidores estrangeiros na conservação da floresta amazônica. Não apenas os 230 fundos de investimentos, que se manifestaram por meio de comunicado conjunto, como também os empresários de hotéis de selva mostraram-se atribulados com o pouco esforço do governo federal brasileiro para a contenção das chamas no bioma amazônico. A função econômica revelou-se de forma clara, dado que os empresários e investidores necessitam da floresta em pé para a manutenção de suas riquezas, o que se dá por meio de cadeias de abastecimento livres de desmatamento, garantindo às empresas estabilidade nos riscos de reputação, operacionais e regulatórios e, conseqüentemente, acesso aos mercados internacionais:

Como investidores, vemos o desmatamento e os impactos associados sobre a biodiversidade e as mudanças climáticas como riscos sistêmicos para nossos

portfólios e vemos a redução do desmatamento como uma solução chave para gerenciar esses riscos e contribuir para mercados financeiros eficientes e sustentáveis no longo prazo. Considerando os riscos crescentes devido ao aumento do desmatamento no Brasil, Bolívia e outros países amazônicos, solicitamos urgentemente que as empresas redobrem seus esforços e demonstrem um compromisso claro para eliminar o desmatamento em suas operações e cadeias de abastecimento.³¹

- o terceiro episódio refletiu-se a partir dos textos jornalísticos que abordaram comportamentos na internet, por exemplo, o fato de paulistas terem tirado suas dúvidas sobre a Amazônia por meio do *Google*, bem como de os usuários das redes, em geral, terem criado memes para gozar com a acusação do presidente Jair Bolsonaro de que Leonardo DiCaprio estaria a financiar os incêndios na Amazônia. Destacou-se a função comportamental do episódio, já que se baseou em textos jornalísticos publicados fora das seções principais da *Folha de S. Paulo*, como a coluna #Hashtag, o suplemento Revista São Paulo e a seção Cotidiano, bem como pelo ligeiro matiz de humor;
- ainda com função comportamental, porém sem ênfase humorística, destacou-se o quarto episódio que evidenciou como os incêndios na Amazônia afetaram a aldeia Japuira do povo myky, na Terra Indígena Menku, em Brasnorte, Mato Grosso, dado que o Ibama havia reduzido as ações do programa de prevenção às queimadas em terras indígenas, o que não apenas tornou os povos indígenas mais vulneráveis às chamas como alterou seus rituais:

O fogo também trouxe atritos culturais entre os povos indígenas. Os homens da aldeia Japuira tiveram que interromper um ritual tradicional para correrem atrás das chamas. A maioria abandonou o combate ao segundo foco de incêndio para finalizar a cerimônia. Por conta do ritual, todas as mulheres da aldeia permanecem reclusas em uma casa construída com palha de buriti e deitadas em redes de algodão cru. “Aqui estamos seguras, temos que esperar os homens finalizarem o ritual”, diz Jemu Aquino, dos mykys. (Arini, 2019b)

- o quinto episódio concentrou-se nas ameaças à vida do jornalista Adécio Piran, após ele ter noticiado o dia do fogo, dias antes, no jornal *Folha do Progresso*. Piran precisou deixar a cidade de Novo Progresso por quase dois meses e, ao retornar, precisou ser acompanhado por escolta policial. Trata-se de uma função de complicação, uma vez que os incêndios florestais na Amazônia colocaram em xeque problemas mais amplos, como a diplomacia entre os países, mas também, de maneira muito específica, a vida do jornalista e seus valores profissionais, dado

³¹ Ver: <https://media.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/18/documento-fundos.pdf>

que, ao cumprir o dever de informar a respeito do caráter intencional e orquestrado da queima, Adécio Piran quase pagou com a própria vida:

Piran não sai mais de casa à noite. “Tenho medo sim de morrer. As pessoas não são fáceis. A região é de muito problema.” Declara que vai dar um tempo na cobertura dos problemas ambientais e não sabe se voltará a abordar o tema jornalisticamente. “Eu vivo exclusivamente disso.” (Valadares, 2019)

6.3.3 Construção de personagens jornalísticas (discursivas) na *Folha de S. Paulo*

A partir das fontes de informação ouvidas pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia e, também, da identificação do conflito e dos episódios, foi possível reconhecer as seguintes personagens jornalísticas (figura 23): os fazendeiros, madeireiros e empresários que organizaram os incêndios de 10 de agosto de 2019, em Novo Progresso; o presidente brasileiro Jair Bolsonaro e seus apoiadores, nomeadamente, o vice-presidente Hamilton Mourão e o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles; o então presidente dos EUA, Donald Trump, e o presidente francês Emmanuel Macron como aliado e inimigo de Bolsonaro, respectivamente; o ator Leonardo DiCaprio também como opositor ao presidente brasileiro; os investidores estrangeiros e empresários da Amazônia; os povos indígenas; e o jornalista Adécio Piran.



Figura 23: Personagens jornalísticas envolvidas no dia do fogo na Amazônia, segundo a *Folha de S. Paulo*

A recomposição do acontecimento jornalístico revelou que o dia do fogo se caracterizou pelo fato de que, num só dia (10 de agosto de 2019), áreas de pasto e/ou em processo de desmate em Novo

Progresso, no Estado do Pará, foram incendiadas. Em geral, os textos jornalísticos referiram-se aos responsáveis pela queima de maneira indeterminada, como “fazendeiros do entorno da BR-163 no sudoeste do Pará” ou “fazendeiros e grileiros do sul do Pará”. Identificaram-se nomes próprios somente em dois textos publicados em setembro e em outubro de 2019, como o comerciante Ricardo de Nadai e o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso, Agamenon Menezes. Entretanto, nenhuma fotografia dos dois foi registrada. Mais: de acordo com as investigações policiais, ambos estiveram envolvidos na organização do dia do fogo na Amazônia; contudo, no acontecimento jornalístico, as personagens pouco contribuíram para o desenvolvimento da história, uma vez que, especialmente Ricardo de Nadai, não prestou informações aos jornalistas da *Folha de S. Paulo*: “A reportagem foi duas vezes à loja para entrevistar Nadai, mas um funcionário informou que seu patrão não queria falar. Para a polícia, o empresário negou a existência da combinação das queimadas pelo *WhatsApp*” (Camargos, 2019). Agamenon Menezes, por sua vez, não apenas reiterou a distância do acontecimento, bem como reforçou a atribuição de causas naturais aos incêndios:

“Quem não deve não teme”, disse Menezes por telefone à reportagem após ter o seu computador apreendido nesta terça. Em entrevista anterior, realizada no início de outubro, Menezes negou que tenha havido uma combinação entre os produtores rurais para queimar a floresta e atribuiu o aumento dos focos de incêndio ao período seco. (Camargos, 2019)

Por conseguinte, pouco se conheceu os fazendeiros, madeireiros e empresários que provocaram o dia do fogo. Estas personagens revestiram-se de mistério, mostraram-se inacessíveis aos jornalistas e seguiram sem punição pelas autoridades brasileiras. O presidente Jair Bolsonaro, em nome de quem os produtores rurais justificaram a queima generalizada, contribuiu para que o crime ambiental fosse absolvido, dado que o chefe do executivo nacional tentou, inicialmente, atribuir a culpa pelos fogos ao Ibama, ao ICMBio e a ONG, depois tentou justificar os incêndios por meio de causas naturais:

Bolsonaro modificou o discurso que vinha fazendo ao longo da semana sobre a autoria do fogo. Ele antes falava em queimadas criminosas e chegou a lançar suspeitas de autoria das ONG sem apontar dados. Agora, falou que alguns incêndios podem ser espontâneos. “É lamentável o que acontece. Alguns incêndios são espontâneos, outros parecem criminosos. Geralmente começam na beira da pista, bituca de cigarro”, disse. Um dos apoiadores então interrompeu a fala do presidente e disse que o agronegócio tem como prática a realização de queimadas entre as safras. Ele endossou o comentário. “O pessoal mesmo faz essa queimada. É quase uma tradição. Não é apenas educar, não é fácil, lá são 20 milhões de habitantes. Depende em parte do incentivo do estado nesse sentido”, afirmou. (Fernandes, T., 2019a)

O acontecimento jornalístico avançou de acordo com Bolsonaro – mais por seus pronunciamentos do que, de fato, por atitudes para conter as chamadas. Integrantes do governo, nomeadamente o vice-presidente Hamilton Mourão e o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, seguiram a postura do

presidente brasileiro que, num primeiro momento, foi negligente – já que decretou a moratória do fogo apenas no final de agosto de 2019, o que não impediu que o fogo avançasse da Amazônia para o Cerrado e para o Pantanal, como também reiterou o apoio das Forças Armadas (neste caso, por meio do decreto de GLO) como solução para todo e qualquer problema do país.

Depois, Bolsonaro e seus seguidores resolveram atacar verbalmente seus opositores, principalmente o presidente francês Emmanuel Macron e o ator estadunidense Leonardo DiCaprio, além de divulgarem dados falsos de forma a convencer as pessoas de que o fogo na Amazônia não era como os *media* mostravam ou que não condiziam com os dados do Inpe. O então presidente estadunidense Donald Trump configurou-se como coadjuvante da história, uma vez que, ainda que tenha afirmado pelo *Twitter* que iria prestar assistência ao Brasil no combate às chamas na Amazônia, jamais tomou qualquer atitude. Trump foi invocado pelo presidente Jair Bolsonaro como aliado e como opositor a Emmanuel Macron, todavia não agiu para que a história avançasse. Já o presidente francês foi a personagem que chamou a atenção de líderes internacionais (a partir do G7) para o problema ambiental na Amazônia e, por isto, sofreu ofensas por parte de Jair Bolsonaro e de seus apoiantes (filho do presidente brasileiro, o senador Eduardo Bolsonaro chegou a compartilhar, pelo *Twitter*, um vídeo que chamava Macron de “idiota”):

O tuíte de Trump é um claro contraponto às críticas do presidente da França, Emmanuel Macron, que foi às redes sociais falar que as queimadas são uma “crise global” e convocar uma reunião de emergência a respeito da Amazônia na cúpula do G7 neste fim de semana, à qual Trump estará presente. A menção a comércio também faz parte da resposta, já que Macron ameaça barrar o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. (Fernandes, T., Coletta, & Dias, 2019)

Macron respondeu às ofensas de Jair Bolsonaro de maneira elegante, o que não apenas sedimentou a crise diplomática entre os dois países, como estabeleceu o conflito do dia do fogo na Amazônia com as duas personagens, Macron e Bolsonaro, em lados opostos:

Em entrevista na segunda [26 de agosto] no âmbito da cúpula do G7, o chefe de Estado francês classificou de “extremamente desrespeitosas” as palavras de Bolsonaro. “Penso que as mulheres brasileiras sentem vergonha ao ler isso”, disse Macron. “Como tenho grande amizade e respeito pelo povo brasileiro, espero que tenham logo um presidente que se comporte à altura do cargo.” (Marsiglia, 2019)

O ator estadunidense Leonardo DiCaprio, que num primeiro momento defendeu-se das acusações de que estava a financiar ONG que incendiavam a Amazônia, também se consolidou como personagem de oposição a Jair Bolsonaro. Por meio do *Twitter*, DiCaprio confrontou diretamente o presidente brasileiro ao utilizar as expressões #DefundBolsonaro, #AmazonOrBolsonaro e #WhichSideAreYouOn. Esta posição crítica ao governo brasileiro gerou reações dos apoiadores de Bolsonaro, tanto pessoas do

governo quanto usuários dos *media* sociais, que tentaram manipular dados de forma a falsear a realidade, isto é, a mostrar que a floresta não estava a arder.

Os investidores estrangeiros e empresários do setor de hotéis de selva, bem como os povos indígenas, também se configuraram como personagens secundárias e indeterminadas, pois ao mesmo tempo em que foram afetados pelos incêndios, não se envolveram ativamente na intriga tecida pelo presidente Jair Bolsonaro. Por mais que, em textos publicados em agosto e em setembro de 2019, tenham sido identificados nomes próprios, quando se observou o acontecimento jornalístico, percebeu-se que os investidores estrangeiros, os empresários do setor de hotéis de selva e os povos indígenas, à distância, esperavam que o governo brasileiro solucionasse o problema, dado que, por mais que os 230 fundos de investimentos representassem interesses trilionários, não tinham poderes para efetivamente reduzir as chamas e/ou responsabilizar os envolvidos – este poder cabe ao executivo nacional por meio de suas instituições.

Por fim, igualmente de maneira secundária, o jornalista Adécio Piran tratou-se de uma personagem importante por ter noticiado, em primeira mão, a organização em torno do dia do fogo na Amazônia, contudo a vida dele passou a estar sob risco por conta de difamações e ameaças feitas por aliados dos “fazendeiros, madeireiros e empresários do entorno da BR-163”. Numa estratégia de sobrevivência, no retorno para Novo Progresso, após ter deixado a cidade por quase dois meses, resolveu concentrar-se em notícias fora do conflito em questão.

6.3.4 Estratégias comunicativas da *Folha de S. Paulo*

Os elementos visuais identificados no discurso da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia foram importantes recursos de linguagem que remeteram aos efeitos de real, ou seja, consistiram em estratégias de objetivação. Observou-se o uso de imagens de satélite, gráficos e mapas de forma a enfatizar a gravidade dos incêndios, bem como a contrapor os argumentos do Jair Bolsonaro e seus aliados, que diziam que a floresta amazônica, por ser quente e úmida, não permitiria a propagação de fogo.

Na 75ª Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2020, o presidente brasileiro chegou a afirmar que “os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas” (Benevides & Castanho, 2020). Entretanto, as imagens de satélite – geralmente, fornecidas pelo Inpe, embora em um texto jornalístico, publicado em agosto de 2019, o registro tenha sido feito pela Agência Espacial Europeia – indicavam pontos de calor por boa parte do bioma amazônico. Em certa medida, as

imagens de satélite reiteraram as informações de que a Amazônia estava a arder, dado que era possível visualizar onde os incêndios se concentravam. As figuras 24 e 25 mostram imagens de satélite que acompanharam dois textos jornalísticos publicados em agosto de 2019.

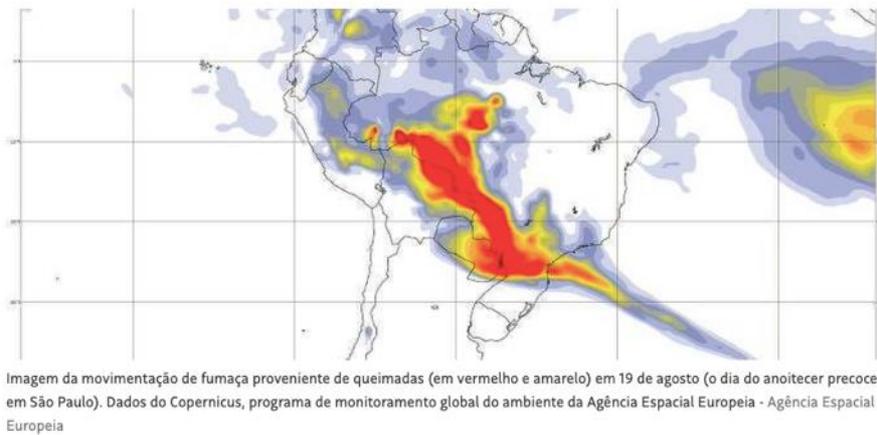


Figura 24: Imagem de satélite utilizada pela *Folha de S. Paulo* reforçou elementos da realidade empírica

Fonte: Maisonnave (2019)



Figura 25: *Folha de S. Paulo* utilizou imagem de satélite como recurso para se contrapor as afirmações de Jair

Bolsonaro de que a floresta amazônica não estava a arder

Fonte: Folha de S. Paulo (2019a)

Observou-se que os gráficos – igualmente apoiados no registro do programa Queimadas, do Inpe – mostraram a evolução no número de queimadas ao longo do tempo, não apenas no bioma amazônico, mas também no Pantanal e no Cerrado, bem como o avanço da área desmatada na Amazônia. Houve, ainda, um gráfico que indicou os estados brasileiros que mais registraram focos de incêndio em 2019 (a saber: Mato Grosso, Pará, Amazonas, Tocantins e Rondônia). Este mesmo recurso foi utilizado no

texto jornalístico que abordou o crescimento da procura sobre Amazônia no *Google* e no *Twitter*. Os gráficos mostraram os países que mais buscaram por palavras relacionadas à Amazônia, bem como os marcadores (*hashtags*) mais utilizados. Da mesma forma que os gráficos reforçaram o argumento de que os incêndios aumentaram na Amazônia, também fortaleceram a ideia de que várias partes do mundo estavam atentas ao problema.

Já os mapas produzidos pelo jornal *Folha de S. Paulo* indicavam a localização da cidade de Novo Progresso, bem como sua posição física em relação a cidades mais conhecidas nacionalmente, como Altamira e a capital do Estado do Pará, Belém. Reforçou-se, assim, o senso de lugar. Também se identificaram mapas que indicavam os focos de incêndio registrados não apenas na Amazônia, em 2019, mas também em outros biomas brasileiros e até em outros países da América do Sul. Com esta referencialidade, como mostra a [figura 26](#), solidificou-se o ponto de vista das queimadas como um problema internacional.



Figura 26: Mapa mostrou que o fogo afetou vários países e não só a Amazônia

Fonte: Moreira (2020)

Os próprios dados do programa Queimadas, não apenas quando utilizados nos gráficos, mas também nos textos jornalísticos, para mostrar percentualmente aumento do número de queimadas em relação a períodos anteriores, foram estratégias de objetivação que o jornal *Folha de S. Paulo* usou para conferir veracidade ao dia do fogo na Amazônia. Principalmente quando o presidente Jair Bolsonaro e seus aliados começaram a divulgar dados falsos sobre as queimadas, o Inpe funcionou como fonte de informação confiável.

De acordo com o jornalista Phillippe Watanabe, há uma editoria de arte na *Folha de S. Paulo* que cuida exclusivamente da produção de recursos gráficos para serem incorporados aos textos jornalísticos, entretanto, quando um jornalista está a trabalhar em algum tema e adquire familiaridade com as informações, pode sugerir alguma apresentação desses dados:

“No jornal, há a editoria de arte, que cuida exclusivamente da parte gráfica das matérias. Em geral, envio os dados para os gráficos como uma sugestão – até para facilitar o trabalho, porque, por estar acompanhando determinado assunto mais de perto, talvez eu consiga enxergar como um gráfico pode ser construído de forma a tornar a compreensão do leitor um pouco mais fácil. Também, porque os editores de arte precisam atender dezenas de pessoas num só dia, não apenas a mim. Então, quanto mais mastigado eu passar as informações para eles, o resultado será melhor. Mas, claro, eles são muito mais experientes do que eu e sabem o que pode funcionar ou não. De vez em quando, vêm gráficos de exemplo, como as pesquisas do *Greenpeace*. São informações visuais feitas por pesquisadores e que valem a pena ser incorporadas às matérias para ajudar a visualizar melhor o que está acontecendo. É um processo que se mescla, não necessariamente só eu falo como um gráfico vai sair ou ele já vem completamente pronto – acaba sendo um pouco de cada um.”
(Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

Ainda sobre os elementos visuais, as fotografias das principais personagens envolvidas no conflito, nomeadamente o presidente Jair Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão, o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, o presidente estadunidense Donald Trump, o presidente francês Emmanuel Macron, o ator estadunidense Leonardo DiCaprio e o jornalista Adécio Piran, conferiram efeitos de real, uma vez que foi possível associar as pessoas às suas imagens. Não se verificou este mesmo efeito referencial quando, por exemplo, se falou sobre os madeireiros, fazendeiros e empresários que provocaram o dia do fogo, uma vez que não foram identificadas fotografias deles. Também, os registros dos protestos feitos na cidade de São Paulo, em agosto de 2019, e em Bruxelas (Bélgica), em setembro de 2020 (figuras 27 e 28), corroboraram o envolvimento de cidadãos e cidadãs que vivem fora da Amazônia no problema ambiental.

< VOLTAR

Protesto em SP contra o governo Bolsonaro e o desmatamento na Amazônia

Grupo fechou pistas da avenida paulista



Figura 27: Protesto na cidade de São Paulo reforçou o envolvimento nacional no dia do fogo na Amazônia

Fonte: Tuffani (2019)

1/7 Ativistas fazem ato em Bruxelas contra destruição na Amazônia; veja fotos de hoje



Ativistas do Greenpeace colocam faixa do lado externo da sede da União Europeia, em Bruxelas, para protestar contra danos e queimadas na Amazônia Yves Herman/Reuters

Figura 28: Agência Reuters registrou o protesto da *Greenpeace* na sede do Parlamento Europeu

Fonte: Folha de S. Paulo (2019d)

A identificação da procedência ou localidade dos textos jornalísticos, conforme mencionado na seção anterior, fundamentou que a *Folha de S. Paulo*, apesar de majoritariamente situada na cidade de São Paulo, deslocou-se pela Amazônia para averiguar o dia do fogo, conforme mostraram os textos jornalísticos feitos a partir das cidades de Novo Progresso e de Manaus. O secretário de redação do jornal, Vinícius Mota, lembrou que este esforço de ir à campo visou produzir informações da maneira o mais fiel possível:

Nós temos um correspondente no Estado de Manaus, o jornalista Fabiano Maisonnave, e também muitos parceiros nacionais e internacionais que ajudam a financiar a cobertura ambiental, de uma maneira mais ampla – principalmente do ponto de vista das imagens, que são bem impactantes. Até porque não é fácil, nem barato se deslocar pela Amazônia. Como a maior parte do nosso leitorado não vive na região amazônica, tampouco conhece a situação, nosso desafio é retratar os problemas da forma mais fidedigna possível – que leve em conta as questões ambientais, sociais, políticas e econômicas. (Mota, entrevista pessoal, 7 de outubro, 2020)

De maneira similar, as fotografias funcionaram como estratégias de subjetivação, ou seja, incorporaram efeitos poéticos ao acontecimento produzido pela *Folha de S. Paulo*. As galerias de imagem que trataram do dia do fogo na Amazônia, em geral, apresentaram registros da floresta a arder (de dia e de noite, neste último caso reforçando a oposição claro/escuro, conforme as figuras 29 e 30) ou do contraste entre áreas desmatadas lado a lado da floresta ainda em pé. A pouca presença humana nestas imagens, bem como a ausência do registro exato de alguém ter ateadado fogo à floresta, reforçou o efeito dramático do conflito – como se, sozinho, o bioma amazônico não conseguisse resistir às chamas, pois quem deveria protegê-lo (Ibama e ICMBio) estava impossibilitado; o próprio presidente Jair Bolsonaro havia inviabilizado esta proteção ambiental. Também, sem o registro dos autores do ataque incendiário, corroborou-se o sentido de que os problemas ambientais envolveram pessoas poderosas o suficiente para cometer crimes e seguirem impunes, da mesma forma que, na Amazônia, havia um vazio de pessoas. O sentimento de solidão e de indignação foram ressaltados.

1 / 31 As queimadas de agosto



1º de setembro - ABI, Associação Brasileira de Imprensa, pede ao governador do Pará, Helder Barbalho, que proteja o jornalista que denunciou o Dia do Fogo. Profissional que vive em Novo Progresso, no Pará, vem sofrendo ameaças por parte de fazendeiros locais João Laet/AFP

Figura 29: Imagem inicial da galeria “As queimadas de agosto” destacou os fogos na Amazônia durante o dia
Fonte: Folha de S. Paulo (2019c).

2 / 31 As queimadas de agosto



10 de agosto - Fazendeiros do Pará declaram Dia do Fogo e focos de incêndio disparam no estado. A cidade de Altamira teve aumento de 743% (Foto tirada em 30/08) Nacho Doce/Reuters
[Leia Mais](#)

Figura 30: Galeria “As queimadas de agosto” também destaca para os fogos durante a noite
Fonte: Folha de S. Paulo (2019c)

Ainda nas galerias de imagens, especialmente a que falou sobre “as queimadas de agosto”, destacaram-se dois registros que evidenciaram a tensão entre os presidentes Emmanuel Macron, da França, e Jair Bolsonaro, do Brasil. Na [figura 31](#), observou-se o sentido de animosidade e de tensão entre eles, quando participaram da 74ª Assembleia-Gerais da ONU. Já a [figura 32](#), ao opor diretamente os dois representantes eleitos, refletiu a maneira antagônica como trataram os incêndios na Amazônia. Nesta figura, pela troca de olhares entre Macron e Bolsonaro e pelo ligeiro riso de ambos, construiu-se o efeito de enfrentamento e que um representava o bem e o outro o mal; um tinha qualidades positivas e o outro qualidades negativas; um ouvia e respeitava os dados científicos e o outro apoiava-se teorias conspiratórias. Obteve-se este sentido porque enquanto Macron procurou envolver líderes internacionais para viabilizar financiamento no combate às chamas, Bolsonaro ofendeu instituições e exaltou a soberania brasileira sobre a floresta.



Figura 31: Expressões faciais de Emmanuel Macron e Jair Bolsonaro ressaltam os efeitos de subjetivação

Fonte: Folha de S. Paulo (2019c)



Figura 32: *Folha de S. Paulo* utilizou recursos poéticos para opor Emmanuel Macron a Jair Bolsonaro

Fonte: Folha de S. Paulo (2019c)

Os editoriais publicados pela *Folha de S. Paulo*, em agosto de 2019 e em setembro de 2020, utilizaram registros dos incêndios na Amazônia e no Pantanal, respectivamente, porém com filtro preto e branco, o que reforçou a tragédia ambiental (figuras 33 e 34). Ao tirar a cor das imagens, o sentido era de que a vida estava a se perder. Do mesmo modo, a ilustração de Catarina Bessell, que acompanhou o texto do ator e escritor Gregório Duvivier, publicado em agosto de 2019 (figura 12), reiterou que a floresta em chamas estava a corroer o presidente Jair Bolsonaro e, conseqüentemente, o Brasil. Já as charges de João Montanaro (“Toco na floresta”) e de Benett Alberto de Macedo (“Nação biruta”), bem como o meme que satirizou a acusação do presidente Jair Bolsonaro de que o ator estadunidense Leonardo DiCaprio estaria a financiar os incêndios na Amazônia (figuras 13, 14 e 15, respectivamente), provocaram riso diante da catástrofe ambiental.



Figura 33: Imagem em preto e branco enfatizou a tragédia ambiental

Fonte: (Folha de S. Paulo, 2019b)



Figura 34: Sentido de tragédia foi reforçado pela *Folha de S. Paulo*

Fonte: Folha de S. Paulo (2020)

O fato do dia do fogo na Amazônia, além do espaço tradicionalmente reservado ao noticiário, ter sido explorado por colunistas e cartunistas consolidou a estratégia de subjetivação, uma vez que tornou o acontecimento produzido pela *Folha de S. Paulo* mais complexo, promovendo a compreensão do conflito a partir de diferentes aspectos. Em especial, os textos jornalísticos que abordaram como os incêndios na Amazônia afetaram a aldeia Japuira do povo myky, na Terra Indígena Menku, em Brasnorte, no Estado do Mato Grosso, e o jornalista Adécio Piran evidenciaram a natureza dramática do problema ambiental, pois eram pessoas cujas vidas foram diretamente ameaçadas. Reiterou-se o sentimento de compaixão. Por fim, a metáfora da noite ter caído sobre São Paulo, explorada em diferentes textos jornalísticos para enfatizar as nuvens de fumaça que se espalharam pela cidade, fortaleceu o argumento de que, sem controle, os incêndios são fatais para todo o mundo, ou seja, “a noite cairá sobre todos nós” (Fonseca, 2019).

6.3.5 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo” na *Folha de S. Paulo*

Centenário, o jornal *Folha de S. Paulo* consolidou-se como apoiador do regime democrático no Brasil, nomeadamente após o envolvimento com a campanha *Diretas Já*. Entretanto, é válido o questionamento à égide de “um jornal a serviço da democracia” sob a qual o periódico se ampara atualmente, dado que, antes da gestão da segunda geração da família Frias, o periódico havia compactuado com valores antidemocráticos da ditadura militar. No contexto do dia do fogo na Amazônia, observou-se o esforço da *Folha de S. Paulo* em produzir uma narrativa que não apenas se opusesse às teorias conspiratórias incitadas pelo presidente Jair Bolsonaro, mas em fazê-lo com base em fontes de informação confiáveis, como o Inpe, bem como interpretando as afirmações falsas ou imprecisas de Bolsonaro – por exemplo, os textos jornalísticos que esmiuçaram o discurso do presidente brasileiro nas 74ª e 75ª Assembleias-Gerais da ONU, além do “Bolsonômetro”, que apurou a veracidade das falas de Bolsonaro desde a sua posse, em janeiro de 2019.

A prevalência de textos jornalísticos do gênero informativo e interpretativo corroboraram a ideia de que o dia do fogo na Amazônia demandou compreensão, porque os fatos ocorreram distantes espacialmente do centro econômico do país, que é a cidade de São Paulo; também porque o presidente Jair Bolsonaro criou uma atmosfera de dúvidas acerca do tema ao criticar publicamente não apenas o Inpe, como quaisquer outras pessoas ou instituições que tivessem manifestado preocupação com a queima. Para o jornalista Phillippe Watanabe, a construção de um discurso científico ambiental sobre o dia do fogo na Amazônia a partir de fontes de informação confiáveis, como o Inpe, ONG, universidades

e/ou institutos de pesquisa, consistiu na forma encontrada pela *Folha de S. Paulo* de conferir objetividade ao acontecimento:

Algumas coisas são invariavelmente opinativas. Em questões políticas, principalmente, há conflitos ideológicos e partidários nos quais dificilmente é possível afirmar que um lado está completamente certo e o outro completamente errado. Mas em ciência há pouco mais de facilidade. Nem sempre dá para apontar algo com certeza, mas nós conseguimos trabalhar com uma margem de erro um pouco menor. Minha tentativa é sempre não transformar em um debate de opiniões, senão a gente corre o risco de colocar lado a lado coisas que são impossíveis de serem pesadas igualmente. É uma pessoa falando que a terra é plana e outra pessoa falando que não faz sentido. Não são coisas opinativas, são coisas mensuráveis. É um pouco mais objetivo do que o jornalismo declaratório, que, às vezes, deixa a desejar exatamente por aparentar que tudo pode ser tratado como uma opinião – e nem tudo pode ser tratado como uma opinião. Eu acho importante apresentar os dados e mostrar de onde esses dados vieram, além, claro, de opiniões e de estudos científicos feitos por pessoas que dedicam a vida a isto. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

O *corpus* da *Folha de S. Paulo* não conteve textos jornalísticos produzidos pelo *ombudsman* (cargo atualmente ocupado pela jornalista Flávia Lima, na época), o que reiterou a fiabilidade das informações divulgadas e dos procedimentos adotados pelos jornalistas envolvidos na cobertura sobre o dia do fogo na Amazônia. No Brasil, onde as verbas públicas geralmente consistem numa das principais fontes de financiamento das empresas mediáticas, somente um jornal que não depende de anúncios do governo poderia ter condições materiais de fazer oposição ao atual representante máximo do executivo nacional, sobre quem recaem suspeitas de envolvimento com milicianos do Estado do Rio de Janeiro. Afinal, conforme Mourão & Sturm (2018, p. 69) ilustram, os *media* brasileiros têm dependido tradicionalmente de subsídios estatais, investimentos em infraestrutura, publicidade oficial e subornos: “uma das principais restrições econômicas à liberdade jornalística, a publicidade do governo é frequentemente usada para punir ou recompensar as organizações de notícias, especialmente em mercados menores distantes dos centros urbanos do sul”.

Para a *Folha de S. Paulo*, a possibilidade de falta de apoio governamental não representou um problema, pois seu financiamento público chega a apenas 2% do faturamento do periódico, conforme informação disponível no *site*. O jornalista Phillippe Watanabe confirmou o apoio do jornal aos profissionais, principalmente quando se trata de questões ambientais:

Nunca cheguei a sofrer qualquer tipo de ameaça física. No máximo, ofensas em redes sociais – mas nada ao ponto de eu considerar estar em risco de morte. Tenho, pelo menos, dois privilégios. O primeiro é de trabalhar numa grande corporação que dá proteção aos jornalistas que estejam ameaçados. Isto já me tranquiliza muito com relação a qualquer coisa que possa vir a acontecer. Jornais locais, veículos de imprensa menores, provavelmente, têm muito mais problemas. Até mesmo pelo nível

de exposição. Meu segundo privilégio é estar em São Paulo, não estou *in loco*, no meio da floresta, pelo menos, não o tempo inteiro tendo que ir a campo para trabalhar. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

Ainda, o dia do fogo na Amazônia ocupou espaço em colunas diversas, bem como repercutiu entre os usuários dos *media* sociais. Novamente, reforçou-se a preocupação em tratar o assunto por diversos pontos de vista. Há que se observar, todavia, que o discurso jornalístico da *Folha de S. Paulo* sobre o assunto, construído principalmente a partir de canais rotineiros de fontes de informação, sobretudo os materiais não promocionais e os outros *media* (nomeadamente o *Twitter* e o *Instagram*), indicou que o jornalismo ambiental, em especial temas relacionados à Amazônia, tem um espaço garantido no maior jornal diário do Brasil, porém com algumas restrições.

Conforme mencionado pelo secretário de redação Vinicius Mota, deslocar uma equipe jornalística pela Amazônia demanda custos. Do ponto de vista empresarial, é preciso fazer opções. De novo, o *corpus* da *Folha de S. Paulo* deu pistas de que o jornal preferiu investir na compra de imagens de agências de notícias, como a Reuters e a AFP, confiando nos jornalistas da redação, sobretudo em Phillippe Watanabe, a responsabilidade de produzir informações sobre o assunto sem se mover pela Amazônia.

Do ponto de vista pragmático, o acontecimento jornalístico iniciou-se com o texto de Fabiano Maisonnave, produzido na cidade de Manaus e publicado na edição de 14 de agosto de 2019, que repercutiu o dia do fogo a partir do aumento do número de queimadas nas cidades de Novo Progresso e Altamira, e encerrou-se com o texto de Daniel Camargos, produzido na cidade de Novo Progresso e publicado na edição de 23 de outubro de 2019, que detalhou o resultado das investigações conduzidas pelas polícias Civil do Pará e Federal, em parceria com o Ministério Público do Estado do Pará – que fazendeiros, madeireiros e empresários do sul do Pará organizaram-se, por meio de um grupo de *WhatsApp*, para dividir os custos da queima.

Contudo, do ponto de vista narrativo, o acontecimento jornalístico continuou a demandar compreensão, uma vez que o presidente Jair Bolsonaro havia desestabilizado as instituições responsáveis para punir os responsáveis pelos incêndios (Ibama e ICMBio), permitindo que a queima da floresta amazônica seguisse em alta, como revelaram os dados do programa Queimadas do Inpe. Mas, esta compreensão foi desenvolvida à distância, uma vez que a narrativa da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia construiu-se a partir dos centros econômico e político do Brasil, que são as cidades de São Paulo e Brasília, respectivamente. Isto se refletiu na caracterização socioeconômica e política do conflito, além de reiterar o argumento de que o jornal fala sobre problemas nacionais a partir de São Paulo – não apenas sua localização física, mas suas ideologias como centro econômico. Este

distanciamento espacial entre São Paulo e a Amazônia foi observado nos mapas produzidos pela *Folha de S. Paulo* para acompanhar os textos jornalísticos que detalharam os fatos ocorridos em cidades da Amazônia, como Novo Progresso e Altamira – como se fosse necessário garantir um senso de lugar aos leitores.

Por sua vez, o “contrato cognitivo” entre jornal e audiência foi reforçado pelos textos jornalísticos destinados à verificação dos fatos. Ao preocupar-se em demonstrar os procedimentos utilizados para verificar se determinadas informações eram falsas, novamente a *Folha de S. Paulo* validou suas práticas e rotinas conforme os valores jornalísticos preconizados no manual de redação. No entanto, o mesmo “contrato cognitivo” de coconstrução da “verdade dos fatos” foi colocado em xeque, quando se comparou a publicação on-line dos textos jornalísticos com a edição impressa do jornal. Alerta-se, aqui, que esta comparação só foi possível ser feita, porque, para cada texto publicado no site, a *Folha de S. Paulo* direciona uma ligação para a versão impressa. Em geral, os textos jornalísticos, quando publicados em papel, eram menores do que a versão digital ou eram mesclados a outras matérias com o mesmo tema. As fotografias que acompanhavam os textos jornalísticos publicados on-line não eram totalmente aproveitadas nas edições impressas. Observou-se também que a data de publicação dos textos jornalísticos no *site* não coincidiu com a data das edições impressas. Normalmente, as matérias on-line antecediam as impressas em um ou dois dias.

De acordo com Phillippe Watanabe, as matérias são publicadas no *site* da *Folha de S. Paulo* pelos próprios jornalistas tão logo são finalizadas e aprovadas pelos editores. Dependendo da apuração, um dia pode não ser o suficiente para produzir e publicar o texto jornalístico:

Sei que a realidade dos jornais brasileiros não a mesma, mas na *Folha* (e, até onde sei, nas redações do sudeste do país, como *O Globo*, *Estadão* etc.) não há o compromisso de publicar um número determinado de matérias por dia. Até porque tem histórias que não são feitas em uma hora, em uma hora e meia. É preciso se dedicar, ler relatórios, analisar dados, checar com pesquisadores. Há dias em que publico três matérias e outros em que fico três, quatro dias sem soltar texto algum. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020).

Assim, entendeu-se que a edição impressa do jornal se apoia nos textos jornalísticos já publicados no *site* da *Folha de S. Paulo*. É compreensível que o noticiário sofra reduções nas edições impressas, já que uma parte considerável do espaço é ocupada pelos anunciantes. Porém, não se trata apenas de uma diferença entre manchetes e submanchetes das edições impressas e digitais. Se o jornal e os leitores constroem juntos a realidade social, as diferenças entre as edições impressa e digital revelaram que esta construção se dá da melhor forma para aqueles que têm acesso ao *site* da *Folha de S. Paulo*. Mais: o compromisso que o periódico demonstrou nos textos jornalísticos destinados à verificação dos

fatos e, também, quando informou que determinados conteúdos do *site* do jornal sofreram atualização ou foram retificados, não se repetiu quando se observou as diferenças entre as edições impressas e digital – o que pode levar ao entendimento de que os textos são iguais nas duas plataformas, quando em verdade não são.

6.3.6 Metanarrativas da *Folha de S. Paulo*

O discurso jornalístico da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia produziu alguns sentidos estáveis, tais como as queimadas na Amazônia serem mesmo um grave problema ambiental – cientificamente atestado pelo monitoramento do programa Queimadas, do Inpe. A reflexão do jornalista Phillippe Watanabe mostrou que o jornalismo científico e ambiental foi uma importante ferramenta para enfrentar a situação, principalmente diante de diversas notícias falsas que circularam pelos *media* sociais, na internet e das inverdades proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro:

Penso que não conseguiremos evitar as grandes catástrofes, os eventos extremos que estão por vir. Acho que há um consenso na comunidade científica quanto a isto: teremos que viver com as consequências do que plantamos até aqui. Pode ser que a devastação ambiental chegue a um ponto realmente irreversível, mas é preciso continuar agindo enquanto dá para tornar a situação menos ruim. Por mais que, dependendo do caso, o jornalismo ambiental seja uma voz abafada, uma voz minoritária, uma voz que não é levada a sério como deveria ser, vale a pena continuar falando – porque alguém, em algum lugar, vai ouvir. E se quem ouvir mudar individualmente – porque as mudanças políticas e econômicas, talvez, sejam um pouco mais difíceis de conseguir –, repensar o que come ou as escolhas de consumo, já terá valido a pena. Enquanto tivermos a chance de conversar e de tentar fazer do futuro um lugar um pouco menos ruim, já vale a tentativa. Desistir não é uma opção. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

Em relação às práticas, rotinas e valores jornalísticos adotadas pela *Folha de S. Paulo*, entendeu-se que o jornal produziu um discurso honesto e atento aos dados científicos, mas também aberto às opiniões qualificadas diversas. Todavia, o jornalista Phillippe Watanabe reconheceu as limitações:

É um pouco clichê, mas é honesto: dificilmente, eu termino uma reportagem achando que ela deu tudo o que tinha que dar. Sempre acho que poderia ter feito um pouco mais, ter-me dedicado um pouco mais, mas nem sempre isto é possível no jornalismo diário. Querendo ou não, o espaço é limitado. Temos a atenção do leitor por um intervalo de tempo muito pequeno. O leitor não está diante de uma revista ou de grande reportagem, por isso é preciso ir direto ao ponto – e, nisto, algumas coisas que poderiam ser interessantes, às vezes, ficam de fora. Em todas as matérias sobre o dia do fogo dava para ter ido muito a mais além. Foi feito o possível naquele momento. Em questão de justiça, penso que não se deixou de ouvir fonte de notícia alguma. Todas as partes envolvidas estavam bem delimitadas. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020).

Em geral, o mundo ocidental esteve atento à importância da floresta amazônica, desde governantes europeus a ativistas. Entretanto, o presidente Jair Bolsonaro não apenas ignorou o alerta ambiental, como, de certa forma, autorizou a impunidade. Esta interpretação tornou-se possível não apenas pelo aumento comprovado do desmatamento na Amazônia, como pelo fato de que as respostas do governo federal (dadas tardiamente e apenas após pressão internacional), que foram o uso das forças armadas, por meio da GLO, e a moratória do fogo, revelaram-se insuficientes para cessar os incêndios na Amazônia. As forças armadas não têm o poder de fiscalizar atividades ambientais, tampouco de multar aqueles que estiverem a cometer alguma irregularidade. Estas são atribuições de órgãos como o Ibama e o ICMBio, que foram fragilizados desde o início da gestão de Jair Bolsonaro.

Da mesma forma, o presidente brasileiro não assumiu qualquer responsabilidade pelos incêndios na Amazônia, confirmando a inabilidade e a infantilidade do governo federal, pois, em vez de olhar para si e para a sua gestão, Jair Bolsonaro atribuiu culpa aos povos indígenas e caboclos que vivem no território amazônico; às ONG e a ativistas, como o ator estadunidense Leonardo DiCaprio; bem como brigou com o presidente francês Emmanuel Macron, que tentou intervir para cessar os fogos. Para os envolvidos no dia do fogo na Amazônia, o crime ambiental compensou, já que não foram responsabilizados e, um ano após a queima generalizada, alcançaram o objetivo de transformar grandes áreas da Amazônia em pasto para a criação de animais.

O discurso jornalístico da *Folha de S. Paulo* mostrou, também, que há interesses econômicos diversos na Amazônia, desde a política ambiental do presidente Jair Bolsonaro, que visa unicamente a exploração dos recursos naturais, sem respeito às terras indígenas e unidades de conservação, até aos fundos de investimentos interessados em aproveitar o potencial de fixação de gás carbônico da floresta e/ou em constituir cadeias de produção sustentáveis, com vistas ao mercado consumidor europeu, cada vez mais consciente das alterações climáticas. Há, ainda, o setor de turismo e hotelaria, que explora o lado exótico do território.

Essas preocupações, porém, pouco se estendem às pessoas que vivem na Amazônia, como os povos indígenas – reféns do desmatamento e da imperícia do governo federal em garantir-lhes proteção e assistência. A ideia de Amazônia como “lugar de pistolagem” foi reiterada com as ameaças à vida do jornalista Adécio Piran, que teve que deixar a cidade de Novo Progresso por quase dois meses. Reforçou-se que há perigos em se fazer jornalismo ambiental, principalmente na Amazônia e de maneira independente, sem a égide dos grandes jornais.

Por fim, destacaram-se os *media* sociais como espaço para brigas, mobilização e diversão, uma vez que o dia do fogo na Amazônia provocou discussões entre os presidentes brasileiro e francês, Jair

Bolsonaro e Emmanuel Macron, por meio do *Twitter*. Igualmente pela plataforma, o ator estadunidense Leonardo DiCaprio chamou a atenção para o desgoverno do chefe do executivo brasileiro diante da tragédia ambiental, bem como circularam vários memes que ridicularizaram a possibilidade (levantada por Jair Bolsonaro) de Leonardo DiCaprio estar envolvido, de alguma forma, com os incêndios na Amazônia.

6.3.7 Recomposição da intriga ou acontecimento jornalístico, segundo o *Público*

Em julho de 2019, o presidente Jair Bolsonaro demitiu o então presidente do Inpe, Ricardo Galvão, “por divergir sobre os métodos utilizados pela agência espacial brasileira para medir a desflorestação na maior floresta tropical do mundo” (Lusa, 2020b). Segundo Bolsonaro, não apenas os dados apresentados pelo órgão eram falsos, como os cientistas que trabalham no Instituto eram “pessoas de má-fé e funcionários públicos com interesses políticos que tinham interesse em prejudicar o seu Governo” (Lusa, 2020b).

Em 9 de agosto de 2019, a floresta amazônica brasileira começou a arder com mais intensidade do que o ano anterior. O Cerrado, igualmente. Neste mesmo dia, o Estado do Amazonas decretou situação de emergência no sul da unidade federativa e no entorno da capital Manaus. No dia seguinte, 10 de agosto de 2019, fazendeiros do sul do Estado do Pará organizaram o dia do fogo (em “homenagem” ao presidente Jair Bolsonaro), conforme havia sido revelado pelo jornal local *Folha do Progresso*, da cidade de Novo Progresso:

O objectivo era mostrar ao Presidente, que disse querer transformar a Amazônia na “alma económica” do Brasil, que “queriam trabalhar” na exploração da floresta. Com rédea solta, atearam fogos em massa. Nesse dia [10 de agosto de 2019], o Inep (sic) registou em Novo Progresso, no Pará, um aumento de 300% de focos de incêndio, num total de 124 casos e, no dia a seguir, ainda mais: 203 casos. E, em Altamira, no mesmo estado, a subida foi ainda maior: 743%, um total de 194 focos no sábado e 237 no domingo. O fumo tomou o horizonte. (Fernandes, R., 2019a)

Os incêndios em várias áreas protegidas e habitadas da Amazônia foram tamanhos a ponto de deixar “a cidade de São Paulo, a mais de três mil quilómetros de distância, às escuras em pleno dia, depois de atingida pela cortina de fumo” (Ribeiro, C., 2019). Em 16 de agosto de 2019, foi a vez do Estado do Acre declarar o estado de alerta ambiental. O fogo na Amazônia propagou-se para além das fronteiras brasileiras, atingindo Bolívia e Paraguai.

Em 20 de agosto de 2019, o governo da Noruega suspendeu o apoio financeiro ao Fundo Amazônia após os gestores brasileiros terem bloqueado as operações do fundo: “o Governo de Bolsonaro mudou unilateralmente a estrutura de governação do Fundo Amazônia e acabou com a comissão que

selecciona os projectos a apoiar, sem fazer qualquer proposta formal para a composição de um novo órgão colegial de administração” (Neves, 2019). Pelos mesmos motivos e, também, pelo aumento do ritmo de desflorestação, o governo da Alemanha, que era o segundo maior financiador do Fundo Amazônia, descontinuou o apoio de 35 milhões de euros.

A resposta do presidente Jair Bolsonaro ao governo dos dois países europeus foi que a Amazônia era soberania do Brasil. Também em 20 de agosto de 2019, “um dia quente em São Paulo transformou-se numa noite fria – que chegou antes do pôr do Sol. Uma frente fria encontrou-se com a fuligem das queimadas provocando um ‘fenómeno óptico que escureceu o céu’” (P3, 2019). Todavia, é possível que, na verdade, o fumo tenha chegado à cidade de São Paulo dias antes ou apenas em 21 de agosto de 2019, quando “o resto do ‘mundo acordou’. O fumo pode ver-se do espaço” (Monteiro, 2019). Em 21 de agosto de 2019, Jair Bolsonaro acusou ONG de terem ateado fogo à floresta amazônica em retaliação ao corte de 40% no financiamento governamental:

Bolsonaro disse que “tudo indica” que as ONG estão a ir à Amazônia para “incendiar” a floresta. Quando lhe perguntaram se tinha provas que sustentassem a acusação, respondeu que não tinha “nada escrito”, já que “não é assim que estas coisas são feitas”. “O crime existe”, disse o Presidente brasileiro num directo no Facebook. “Essas pessoas estão a perder dinheiro.” (Reuters, 2019a)

No outro dia, 22 de agosto de 2019, o presidente Jair Bolsonaro admitiu que fazendeiros poderiam ter provocado os fogos na Amazônia, porém não descartou as suspeitas de que ONG eram as responsáveis pelas ações criminosas. Neste mesmo dia, Bolsonaro confessou que os incêndios na Amazônia estavam descontrolados e que o Brasil não dispunha de “meios adequados para combater os mais de 70 mil fogos em todo o país” (Fernandes, R., 2019a), além de ter ameaçado abandonar o Acordo de Paris³². Neste mesmo 22 de agosto de 2019, “o governador do Acre declarou emergência ambiental por causa das queimadas não autorizadas e do fumo que escondia o verde da floresta, provocado para dar terreno a zonas de cultura e pasto” (Monteiro, 2019) – embora isto também tenha ocorrido em 16 de agosto de 2019.

Ainda em 22 de agosto de 2019, Fabiano Contarato, senador da Rede e presidente da Comissão de Meio Ambiente, pediu ao STF o afastamento do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, considerando que este havia cometido crimes de responsabilidade e perseguição de agentes públicos a mando de latifundiários. Na avaliação de Contarato, Salles (o “rosto das políticas antiambientais” de

³² O Acordo de Paris consiste num plano de ação para limitar o aquecimento global. Entre suas ambições, objetiva-se manter o aumento da temperatura média mundial abaixo dos 2 °C. Os governos acordaram em estabelecer metas cada vez mais ambiciosas a cada cinco anos. Todos os países da UE ratificaram o acordo, que entrou em vigor em 4 de novembro de 2016. Ver: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/>

Bolsonaro) havia violado a Constituição brasileira quando alterou a composição do Conama para atender os interesses do agronegócio – portanto, deveria ser destituído das suas funções.

Em 23 de agosto de 2019, o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou que uma comissão externa deveria analisar o impacto das queimadas na Amazônia, “enviando para o terreno deputados” (Fernandes, R., 2019b). Ainda neste dia, o presidente Jair Bolsonaro reuniu-se, em Brasília, com seus ministros para que estes fizessem levantamentos sobre os incêndios na floresta amazônica, bem como prometeu o envio de militares dos três ramos das Forças Armadas brasileiras para combater os fogos na Amazônia Legal.

Em 25 de agosto de 2019, dois aviões militares brasileiros Hércules C-130 começaram a ser usados no Estado de Rondônia para deitar água sobre os incêndios florestais na Amazônia. No dia seguinte, 26 de agosto, a ONG *Earth Alliance*, impulsionada pelo ator estadunidense Leonardo DiCaprio, informou que iria destinar cinco milhões de dólares para projetos de preservação da Amazônia, em especial às áreas atingidas pelo dia do fogo. Em 28 de agosto de 2019, o presidente brasileiro assinou decreto de proibição de queimadas no país durante 60 dias.

No dia seguinte, 29 de agosto de 2019, o vice-presidente Hamilton Mourão reconheceu que o governo federal cometeu erros e que se atrasou no combate às queimadas na Amazônia. O mês de agosto de 2019 encerrou-se com o registro de 52 mil focos de incêndios no Brasil, o que resultou em 24 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica ardida.

Em 24 de setembro de 2019, como resultado da atuação das Forças Armadas na Amazônia, o Ministério da Defesa brasileiro informou que havia aplicado mais de 112 multas, que somavam mais de 36,3 milhões de reais, além de ter detido 63 pessoas e apreendido 20 mil metros cúbicos de madeira, 15 caminhões, cinco tratores e uma escavadora. A desflorestação seguiu em alta na Amazônia, no mês de setembro de 2019 – ritmo que se manteve no ano seguinte. Estudos científicos relacionaram o derretimento do gelo na Cordilheira dos Andes aos incêndios florestais na Amazônia.

Em 2 de dezembro de 2019, soube-se que o presidente Jair Bolsonaro havia acusado o ator estadunidense Leonardo DiCaprio de ser responsável pelas queimas da floresta amazônica ao que o segundo negou qualquer envolvimento com atos criminosos. Em 11 de fevereiro de 2020, a *Greenpeace* criticou o governo brasileiro, que havia reativado, por decreto presidencial, o Conselho Nacional da Amazônia e o colocado sob a supervisão do vice-presidente Hamilton Mourão com participação de 14 ministérios, porém excluído o envolvimento dos governadores. Dois dias depois, em 13 de fevereiro de 2020, Jair Bolsonaro chamou a ONG de lixo. No mês de junho de 2020, registraram-se “2.248 focos activos de incêndio na Amazônia brasileira, quebrando a barreira dos dois mil fogos pela primeira vez

desde 2007 – um dos anos de maior destruição da floresta, em que houve 3.519 incêndios só em Junho” (Ribeiro, J., 2020a). Em 11 de agosto de 2020, Jair Bolsonaro insistia na afirmação de que não havia incêndios na Amazônia.

6.3.8 Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios no *Público*

Consoante o discurso jornalístico produzido pelo *Público*, o dia do fogo na Amazônia caracterizou-se como um conflito político-ambiental, uma vez que se explorou, de um lado, a dimensão dos fogos em área ardida e na propagação da fumaça decorrente da queima da floresta até a cidade de São Paulo, no sudeste do Brasil; por outro lado, as ações do governo federal brasileiro para conter as chamas na floresta amazônica – nomeadamente o decreto de proibição do uso de fogo na Amazônia por 60 dias, o envio das Forças Armadas para o território amazônico a fim de conter as chamas e a reativação do Conselho Nacional da Amazônia. Esta última ação, alvo de críticas:

O órgão, fundado em 1995 para coordenar políticas governamentais vinculadas aos territórios que abrigam a floresta amazônica, não funciona há anos. (...) “Este conselho não tem plano, meta ou orçamento. Ele não reverterá a política ambiental do Governo e não visa combater a desflorestação”, afirmou em comunicado, na terça-feira [11 de fevereiro de 2020], a organização ambientalista *Greenpeace*. (Lusa, 2020a)

Por terem sido tomadas tardiamente, as ações do presidente Jair Bolsonaro e do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles foram alvo de processos administrativos com vistas à remoção de ambos de suas funções. Mais: na tentativa de se esquivar da responsabilidade pelo dia do fogo, já que os fazendeiros do sudeste do Estado do Pará afirmaram terem queimado a floresta para mostrar ao presidente brasileiro que “queriam trabalhar”, Bolsonaro passou a acusar ONG pelo fogo na Amazônia.

Evidenciou-se o caráter internacional do acontecimento jornalístico não apenas quando a *Earth Alliance*, impulsionada por Leonardo DiCaprio, anunciou a doação de recursos financeiros para iniciativas de combate aos incêndios na Amazônia, mas também quando Jair Bolsonaro acusou o ator estadunidense de ser o responsável pelos incêndios ao financiar ONG na floresta amazônica. Apesar de terem sido identificadas apenas duas características no conflito principal, o dia do fogo na Amazônia, no *Público*, apresentou cinco episódios secundários:

- o primeiro episódio revelou-se a partir da manifestação de leitores do jornal, por meio de ilustrações artísticas enviadas diretamente ao *Público* ou publicadas nos *media* sociais *Twitter* e/ou *Instagram* (figura 20).

Ainda nos *media* sociais, circularam imagens falsas dos fogos na Amazônia (compartilhadas pelo presidente francês Emmanuel Macron, pelo ator estadunidense Leonardo DiCaprio, pela modelo brasileira Gisele Bündchen, pela cantora estadunidense Madonna e pelo jogador de futebol português Cristiano Ronaldo, por exemplo); mas também se multiplicaram os pedidos para ações incisivas no combate às chamas, tais como na forma de “comunicados de ONG e de formações políticas como a Rede, da antiga ministra do Ambiente e candidata à presidência Marina Silva” (Fernandes, R., 2019a).

Os marcadores (*hashtags*) #PrayforAmazonia e #AmazoniaSOS foram tendências no *Twitter*, bem como postagens de artistas brasileiros e estrangeiros foram compartilhadas no *Instagram* para criticar a inação do governo Bolsonaro, a destruição das terras indígenas e a perda de biodiversidade da floresta amazônica. Portugueses, a fadista Mariza, o humorista António Raminhos e o músico Pedro Abrunhosa endossaram o coro dos *media* sociais. Igualmente portugueses, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa e o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, também se manifestaram a respeito do dia do fogo. O primeiro, por meio da mensagem “Presidente da República sublinha importância da Amazônia”, publicada no *site* da Presidência da República Portuguesa. O segundo, pelo *Twitter*.

Entretanto, o conflito caracterizou-se não apenas pelas declarações pelos *media* sociais, como também pela ausência delas:

Num momento em que as *hashtags* #AmazoniaSOS e #PrayforAmazonia estão entre as mais populares do *Twitter*, tendo já originado milhões de entradas, sobretudo depois de a NASA ter, no início da semana, divulgado imagens a partir do espaço da destruição, o que mais se nota são as ausências. Nomes ligados à defesa do planeta, como o ex-candidato à Casa Branca Al Gore, a embaixadora da UNICEF [United Nations International Children's Emergency Fund] Selena Gomez ou a sempre activista Emma Watson, parecem estar alienados do tema. (Ribeiro, C., 2019)

Portanto, este episódio, que teve repercussão majoritária nos *media* sociais, evidenciou a função de comoção perante a tragédia ambiental – tanto pelo lamento da perda de biodiversidade da floresta amazônica, como pela indignação com a ausência de ações urgentes e concretas do presidente Jair Bolsonaro para combater as chamas;

- outro conflito secundário do dia do fogo na Amazônia revelou-se pela discordância entre os presidentes brasileiro e francês, Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron, respectivamente, e que reverberou pelo G7.

Em 22 de agosto de 2019, o presidente francês Emmanuel Macron afirmou, por meio do *Twitter*, que os incêndios na Amazônia eram uma crise internacional, portanto deveriam ser discutidos na reunião do G7, que se realizaria dentro de dois dias, em Biarritz, no sudoeste da França. Em resposta, também

pelo *Twitter*, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro imputou o homólogo de evocar uma “mentalidade colonialista descabida no século XXI” e de instrumentalizar “uma questão interna do Brasil para ‘ganhos políticos pessoais’, em ‘tom sensacionalista’ com fotos falsas” (Público & Lusa, 2019). Filho do presidente brasileiro, o senador Eduardo Bolsonaro chamou Macron de idiota, pelo *Twitter*. No dia seguinte, 23 de agosto de 2019, o presidente francês Emmanuel Macron acusou o homólogo brasileiro de mentir e de não respeitar os compromissos ambientais que havia assumido na reunião do G20, realizada em 28 e 29 de junho de 2019, na cidade de Osaka, no Japão. Também neste dia, Bolsonaro recusou a aplicação de sanções internacionais ao Brasil e falou com o então presidente estadunidense Donald Trump ao telefone:

O chefe de Estado norte-americano escreveu no *Twitter* que as “perspectivas comerciais futuras” entre os dois países “são muito excitantes”. “A nossa relação é forte, se calhar mais forte do que alguma vez foi”, acrescentou. Bolsonaro também sublinhou no seu *tweet* sobre a conversa que “as relações entre o Brasil e os EUA estão melhores do que nunca” e foi mais além, dizendo que os dois países querem “lançar uma grande negociação comercial em breve”. (Rodrigues, A., 2019b)

Em 25 de agosto de 2019, o G7 concordou em ajudar técnica e financeiramente os países da Pan-Amazônia afetados pelos incêndios: “os líderes do G7 recusaram uma abordagem de confronto preferindo o diálogo e a conciliação com Bolsonaro – a chanceler alemã, Angela Merkel, deixou bem claro que não ia pôr em causa o acordo Mercosul-União Europeia” (Fernandes, R., 2019c). O presidente Jair Bolsonaro agradeceu às “‘dezenas de chefes de Estado’ que ajudaram o Brasil ‘a superar’ a crise dos incêndios na Amazônia e garantiu que ‘desde o princípio’ procurou dialogar com os líderes do G7” (Lusa & Público, 2019b).

Entretanto, ainda em 25 de agosto de 2019, também pelo *Twitter*, o então ministro da educação, Abraham Weintraub, voltou a insultar o presidente francês, chamando-o de calhorda oportunista. No dia seguinte, 26 de agosto de 2019, quando se soube que o G7 havia fixado ajuda de emergência de, pelo menos, 20 milhões de dólares para combater os incêndios na Amazônia, sendo a maior parte deste recurso financeiro representada pelo envio de aviões de combate a incêndios Canadair, o presidente Jair Bolsonaro, mais uma vez, atacou Emmanuel Macron, pelo *Twitter*:

“Não podemos aceitar que um Presidente, Macron, dispare ataques descabidos e gratuitos à Amazônia, nem que disfarce suas intenções atrás da ideia de uma ‘aliança’ dos países do G7 para ‘salvar’ a Amazônia, como se fôssemos uma colônia ou uma terra de ninguém”, reagiu Bolsonaro na rede social [*Twitter*], sublinhando que o mínimo que se pode exigir é “respeito à soberania de qualquer país”. (Público, 2019)

Bolsonaro, que havia tecido comentários desfavoráveis à primeira-dama francesa, Brigitte Macron, pelo *Facebook*, anunciou ter aceitado a ajuda oferecida pelo primeiro-ministro israelita Benjamin

Netanyahu de um avião e técnicos especializados para as operações de luta contra os incêndios florestais. O então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, declarou que a oferta financeira do G7 era bem-vinda, contudo, ressaltou que Brasília é quem decidiria como gerir o dinheiro. Já o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, declarou que o governo brasileiro iria rejeitar os recursos oferecidos pelo G7.

O presidente francês Emmanuel Macron não apenas classificou os comentários de Bolsonaro como “tristes”, como também afirmou que o “Brasil merece ter um Presidente à altura do cargo” (Público, 2019) e que “as mulheres brasileiras têm sem dúvida um pouco de vergonha [de Bolsonaro]” (Fernandes, R., 2019c). Mais: Macron “voltou a deixar avisos, atijando os ânimos: ‘Se um Estado soberano toma, de forma clara, concreta, medidas que estão em evidente oposição aos interesses de todo o planeta, há todo um trabalho jurídico e político a ser feito’” (Fernandes, R., 2019c).

Em 27 de agosto de 2019, Jair Bolsonaro participou de reunião com os governadores da Amazônia Legal, que lhe pediram para aceitar a ajuda financeira internacional. O presidente brasileiro afirmou que aceitaria dialogar com os líderes europeus, desde que o presidente francês Emmanuel Macron lhe pedisse desculpas por tê-lo chamado de mentiroso. Todavia, o governo federal aceitou a ajuda financeira do Reino Unido, no valor de 10 milhões de libras esterlinas. Também em 27 de agosto de 2019, o então presidente estadunidense Donald Trump declarou que Bolsonaro tem o apoio completo e total dos EUA.

Em 30 de agosto de 2019, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro (2013-atual)³³, acusou o homólogo brasileiro de entregar a Amazônia aos latifundiários. Por conseguinte, neste episódio secundário do dia do fogo, evidenciou-se a função bélica do acontecimento jornalístico. Poder-se-ia caracterizar o conflito pelo viés diplomático, todavia a troca de insultos e acusações, principalmente por meio do *Twitter*, destacou a divergência entre lideranças mundiais, de forma que se formou duas frentes: do lado brasileiro, o presidente Jair Bolsonaro e seus ministros, que buscaram os EUA e Israel como aliados; do outro, o presidente francês Emmanuel Macron, que procurou obter do G7 ajuda financeira para as áreas da floresta Pan-Amazônica atingidas pelos incêndios, porém disposto a aplicar sanções, caso o governo federal do Brasil desrespeitasse as garantias ambientais.

As críticas ao líder do executivo nacional brasileiro também ecoaram pela América do Sul, com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, contudo o peso maior da oposição à Bolsonaro recaiu mesmo sobre Macron, que tinha suas próprias motivações para fazê-lo: “Macron esforçou-se por assumir a dianteira nas críticas ao Presidente brasileiro, numa estratégia de aproximação à esquerda francesa e

³³ Desde 2019, é questionada a legitimidade da presidência da Venezuela sob acusação de fraude no processo e no resultado das eleições de 2018. Não apenas os próprios venezuelanos, como também os líderes mundiais se dividem no apoio a Nicolás Maduro ou ao opositor Juan Guaidó. Em fevereiro de 2021, em resposta a novas sanções do bloco europeu, o regime de Maduro classificou como *persona non grata* a embaixadora da UE em Caracas, a portuguesa Isabel Pedrosa, exigindo que ela deixasse o país (AFP & Reuters, 2021).

de conquista do eleitorado preocupado com as alterações climáticas, e não lhe correu como esperava, vendo-se isolado” (Fernandes, R., 2019c);

- o terceiro episódio do dia do fogo na Amazônia envolveu tentativas de boicote ao couro brasileiro, por conta da suspeita de produção agropecuária em áreas desmatadas na Amazônia, bem como de anulação do acordo comercial entre UE e Mercosul.

Em 23 de agosto de 2019, os governos da Irlanda e da França ameaçaram bloquear o referido tratado, alcançado em junho de 2019 após 20 anos de negociações. Neste mesmo dia, o governo da Finlândia, que até o final de 2019 deteve a presidência rotativa da UE, pediu aos Estados-membros que considerassem “a possibilidade de banir as importações de carne brasileira como resposta à devastação causada pelos fogos na floresta amazônica” (Rodrigues, A., 2019a). Em Portugal, o primeiro-ministro António Costa sustentou o empenho do governo para que as partes envolvidas na assinatura do tratado garantissem o “respeito pelas regras de defesa e conservação da natureza e salvaguarda dos ecossistemas” (Valente, 2019), entretanto, os partidos políticos (PS, PSD, BE, PCP e Livre) divergiram quanto à posição que Portugal deveria adotar nas negociações do acordo entre UE e Mercosul.

Em 28 de agosto de 2019, divulgou-se que, pelo menos, 18 marcas de roupas e calçados internacionais haviam solicitado a suspensão de compras de couro do Brasil em função dos incêndios na Amazônia, no entanto, neste mesmo dia, o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), associação que representa produtores de couro do país, negou a veracidade da informação:

“A carta foi divulgada [pelo próprio CICB] antes da verificação com a empresa importadora. (...) Esse importador estaria supostamente a suspender as compras. Foi um equívoco nosso. Vamos corrigir a informação junto do Governo federal”, disse o presidente executivo do CICB, Fernando Bello, ao portal de notícias Estadão. (Lusa, 2019c)

Em 18 de setembro de 2020, com base num relatório independente, o presidente francês Emmanuel Macron fez novas exigências para que o acordo entre UE e Mercosul entrasse em vigor. Holanda, Áustria, Bélgica, Irlanda, Luxemburgo e Alemanha também apresentaram dúvidas quanto ao tratado. Assim, este terceiro conflito do dia do fogo na Amazônia ressaltou a função político-econômica do acontecimento jornalístico;

- o quarto episódio referiu-se às participações do presidente brasileiro Jair Bolsonaro e do então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, em conferências internacionais.

Em 24 de setembro de 2019, Bolsonaro, durante participação na 74ª Assembleia-Geral da ONU, em Nova York (EUA), atacou Cuba e Venezuela, bem como “voltou a considerar ‘colonialistas’ as críticas

à sua política para a Amazônia” (A. G. Ferreira & Barata, 2019). O então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, que participou da 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizada de 8 a 13 de dezembro de 2019, em Madrid, recusou-se a estabelecer alguma meta para limitar a desflorestação no Brasil, em 2020. No ano seguinte, em 22 de setembro de 2020, durante participação na 75ª Assembleia-Geral da ONU, o presidente brasileiro “denunciou ‘uma das maiores campanhas de desinformação sobre a Amazônia e Pantanal’, com origem em ‘interesses escusos’, com o objectivo de desestabilizar o Governo e pôr em causa a soberania brasileira sobre estes territórios” (Ribeiro, J., 2020b). Mais: acusou povos indígenas e caboclos pelos incêndios nos dois biomas brasileiros.

Este conflito secundário destacou a função institucional do acontecimento jornalístico, dado que evidenciou as declarações oficiais do governo brasileiro acerca da sua (falta de) política ambiental e, também, do dia do fogo na Amazônia – ainda que, ao fim e ao cabo, Bolsonaro tenha feito de duas participações nas Assembleias-Gerais da ONU novas oportunidades para atacar alguns líderes mundiais;

- o quinto episódio distinguiu-se por conta dos protestos, presenciais e virtuais, em diversas partes do mundo, contra o presidente brasileiro:

Esta sexta-feira [23 de agosto de 2019], activistas do movimento *Extinction Rebellion* cercaram a embaixada brasileira em Londres e atiraram tinta vermelha para o edifício, como símbolo do sangue indígena. Em Berlim, Paris, Amesterdão, Mumbai, Barcelona, Madrid e Berna, manifestantes saíram à rua em protesto. No Brasil, há protestos marcados para 40 cidades que começam esta sexta-feira e se prolongam durante o fim de semana. (Durães, 2019)

Na Praça dos Restauradores, em Lisboa, realizou-se a manifestação “Vigília pela Amazônia” em 23 de agosto de 2019. No dia seguinte, 24 de agosto de 2019, “algumas dezenas de pessoas, entre manifestantes e curiosos”, participaram da concentração #PortoPelaAmazônia na Praça dos Leões, no Porto, “apostados em ‘entrar no mapa das mobilizações internacionais’ para pressionar a saída de Bolsonaro do poder” (Lusa, 2019a). Também neste dia, houve debate, exibição de filmes e construção de propostas coletivas para a defesa da floresta amazônica na Casa Ninja, em Lisboa. Em 26 de agosto de 2019, cerca de 700 pessoas (entre as quais, representantes de partidos políticos portugueses de esquerda) participaram da concentração #LisboaPelaAmazônia na Praça Luís de Camões, na capital portuguesa. Em 31 de agosto de 2019, vários músicos e DJs promoveram a festa “Uma Dança Pela Amazônia”, na Anjos70, em Lisboa, cuja receita de bilheteria foi doada à ONG *Earth Alliance*.

Em 2 de setembro de 2020, a Associação Articulação dos Povos Indígenas do Brasil divulgou vídeo apontando Jair Bolsonaro como o principal responsável pelos incêndios que se espalharam pelo Brasil,

bem como lançando apelo, em especial aos cidadãos europeus, para que pressionassem os governantes e as empresas que investem no Brasil a respeitar os direitos humanos e ambientais. Em 7 de fevereiro de 2020, 2.776 personalidades (entre as quais os músicos Chico Buarque, Sting e Caetano Veloso; o filósofo Noam Chomsky; os escritores Valter Hugo Mãe, Mia Couto e Milton Hatoum; a realizadora Petra Costa; o ator William Dafoe e o fotógrafo Sebastião Salgado) assinaram artigo, publicado no jornal britânico *The Guardian*, contra o “regime de direita do Brasil”, chefiado por Jair Bolsonaro. O grupo condenou a postura do presidente brasileiro que retaliou cientistas que alertaram para a desflorestação da Amazônia, como o ex-diretor do Inpe, Ricardo Galvão.

Em 11 de setembro de 2020, de forma a pressionar a UE para que atuasse em defesa da Amazônia, a *Greenpeace* afixou uma faixa na sede da Comissão Europeia, em Bruxelas, com a mensagem: *Amazon fires, Europe guilty*. Por conseguinte, evidenciou-a função de protesto deste episódio sobre o dia do fogo na Amazônia.

6.3.9 Construção de personagens jornalísticas (discursivas) no *Público*

Com base nas fontes de informação ouvidas pelo *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia e, também, nos conflitos principal e secundários do acontecimento jornalístico, identificaram-se cinco personagens discursivas (figura 35): o presidente brasileiro Jair Bolsonaro; o presidente francês Emmanuel Macron; o então presidente estadunidense Donald Trump; a UE (nomeadamente, a partir dos representantes do governo da Alemanha, da Áustria, da Bélgica, da Finlândia, da França, da Holanda, da Irlanda, de Luxemburgo e de Portugal); e a *Greenpeace*.

Bolsonaro foi quem deu início ao dia do fogo na Amazônia não apenas ao criar condições para que a queima intencional da floresta, com a fragilização dos órgãos de fiscalização ambiental (Ibama e ICMBio) e com as críticas e consequente exoneração do então diretor do Inpe, Ricardo Galvão. Por mais que não tenha sido ele próprio a atear fogo no bioma amazônico, os fazendeiros e madeireiros do sudeste do Estado do Pará, que foram os responsáveis pelo ato supostamente criminoso, fizeram-no em nome do presidente brasileiro. Em vez de assumir seu envolvimento involuntário nos incêndios e/ou cobrar investigações para tentar responsabilizar os supostos criminosos, Jair Bolsonaro passou a atacar ONG e até o ator estadunidense Leonardo DiCaprio, bem como a se intrigar com líderes mundiais, a exemplo do presidente francês Emmanuel Macron.

Mais: o líder do executivo brasileiro tomou atitudes concretas tardiamente, que foram a assinatura do decreto de proibição do uso de fogo na Amazônia por 60 dias, a convocação das Forças Armadas nas operações de combate aos incêndios e a reativação do Conselho Nacional da Amazônia. Isto significa

que os fogos na floresta amazônica seguiram por praticamente todo o mês de agosto de 2019 sem controle algum, expandindo-se até para outros países, como Bolívia e Paraguai. Com o decreto de proibição do uso de fogo na Amazônia, outros biomas brasileiros passaram a sofrer com as chamas: o Pantanal e o Cerrado.



Figura 35: Personagens jornalísticas envolvidas no dia do fogo na Amazônia, segundo o *Público*

O presidente francês Emmanuel Macron foi a personagem que antagonizou Jair Bolsonaro, pois considerou os fogos na Amazônia uma crise internacional (dado que a Guiana Francesa também faz parte da Pan-Amazônia) e mobilizou o G7 para oferecer ajuda financeira com vistas a combater aos incêndios. Entretanto, Macron e Bolsonaro passaram a trocar acusações e ofensas pelo *Twitter*, uma vez que o segundo, em nome da soberania brasileira sobre a floresta amazônica, levantou suspeitas sobre as verdadeiras intenções europeias. O presidente francês não obteve grande apoio do G7, dado que os líderes não quiseram pôr em causa o acordo comercial entre UE e Mercosul, finalizado em junho de 2019.

A *Greenpeace* também foi uma personagem antagonista ao presidente brasileiro, este que desde o começo do acontecimento jornalístico procurou responsabilizar a ONG pelos incêndios na Amazônia, bem como lhes ofendeu quando a *Greenpeace* criticou a reativação do Conselho Nacional da Amazônia. Os ativistas tentaram mobilizar o Parlamento Europeu, em Bruxelas, para que fossem tomadas atitudes em defesa da floresta amazônica:

“Os fogos na Amazónia estão longe, mas a Europa lança achas na fogueira: com a compra de soja e de outros produtos provenientes de zonas desflorestadas, a Europa é cúmplice da destruição em curso”, quer na região, quer noutros ecossistemas, segundo um comunicado da *Greenpeace*. A ONG ambiental considera também que “os europeus devem poder fazer as suas compras confiantes de que nenhum artigo no seu supermercado terá contribuído para os fogos florestais ou violações dos direitos humanos”. Segundo a *Greenpeace*, com as importações de carne de vaca, soja, óleo de palma, café e cacau, a UE é “responsável por mais de 10% da desflorestação no mundo”. Um militante da *Greenpeace* presente junto ao Berlaymont disse à AFP que apesar dos compromissos assumidos por empresas de não contribuir para a desflorestação através das suas cadeias de abastecimento, o controlo sobre a origem dos produtos importados é insuficiente. (Lusa, 2020c)

O então presidente dos EUA, Donald Trump, foi uma personagem coadjuvante, porque não se envolveu ativamente em quaisquer desdobramentos do dia do fogo na Amazônia, todavia reiterou amiúde sua estima por Jair Bolsonaro – principalmente pelo *Twitter*. Para o presidente brasileiro, o apreço de Donald Trump foi apoio suficiente para validar suas respostas aos incêndios e para antagonizar Emmanuel Macron, apesar do próprio Trump não ter assumido claramente um lado na briga entre os presidentes brasileiro e francês:

O Presidente dos EUA não ficou contente com a atitude do chefe de Estado francês de introduzir na agenda da cimeira a questão da floresta amazónia (sic), em particular, e da protecção ambiental em geral, bem como da igualdade de género, temas que são propensos a deixar Trump isolado. (...) Macron e Trump conversaram este sábado [24 de agosto de 2019] num almoço em Biarritz, à chegada do Presidente dos EUA a França. No Twitter, o líder norte-americano fez questão de sublinhar o tom amigável do encontro, apesar de os dois estarem em cumprimentos de onda diferentes. (Rodrigues, A., 2019b)

Por fim, outra personagem coadjuvante foram os Estados-membros da UE, nomeadamente Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Holanda, Irlanda, Luxemburgo e Portugal. De alguma forma, todos os líderes dos referidos países mostraram alguma preocupação com finalização do acordo comercial entre EU e Mercosul. Finlândia, França e Irlanda, pressionados por agricultores nacionais, aproveitaram a condução desastrosa de Jair Bolsonaro em relação ao dia do fogo na Amazônia para travar a acordo comercial – ao qual sempre se opuseram: “Holanda e Áustria recusam-no tal como foi negociado (as negociações técnicas terminaram em Junho de 2019), a Bélgica, a Irlanda e o Luxemburgo disseram-se reticentes e a Alemanha expressou ‘sérias dúvidas sobre a sua entrada em vigor’ (Lorena, 2020). Portugal, por meio do primeiro-ministro António Costa, adotou posição moderada, por respeito às relações diplomáticas com o Brasil e aos aliados europeus, pedindo que os incêndios florestais na Amazônia e o acordo comercial entre a UE e o Mercosul fossem tratados de formas diferentes.

6.3.10 Estratégias comunicativas do *Público*

Entre os recursos de linguagem que remeteram aos efeitos de real, ou seja, que construíram estratégias de objetivação, as fotografias ou galerias de imagem destacaram-se no acontecimento jornalístico produzido pelo *Público*. Em geral, as fotografias eram registros feitos por agências de notícias, como a Reuters ou a Lusa, do presidente brasileiro Jair Bolsonaro ou da floresta amazônica a arder ou devastada (figura 36). Também foram identificadas fotografias das demais personagens discursivas, por exemplo, o presidente francês Emmanuel Macron, o então presidente estadunidense Donald Trump e o primeiro-ministro português Antonio Costa.



Figura 36: Fotografia da agência Reuters, utilizada pelo *Público*, realçou a desflorestação da floresta amazônica

Fonte: Neves & Lusa (2019)

Houve, ainda, fotografias divulgadas pela Nasa (figura 37), que observou os incêndios na Amazônia a partir do espaço, além dos registros feitos pelo fotojornalista Pedro Fazeres do protesto no Largo Camões, em Lisboa (figura 38), e os registros feitos pela Lusa, do protesto da *Greenpeace*, em Bruxelas (figura 39) – os quais reforçaram os efeitos de real, ou seja, de que os protestos em favor da Amazônia, de fato, ocorriam na Europa. Da mesma forma, o mapa sobre a desflorestação da Amazônia, produzido pelo jornal em agosto de 2019 (figura 21) e repetido em diversas oportunidades, enfatizou a estratégia de objetivação, pois revelou visualmente quais unidades federativas brasileiras compunham o bioma amazônico, com destaque para a área do Arco do Desmatamento, bem como salientou a variação de área queimada, em quilômetros quadrados, no intervalo de 2002 a 2019.



Nesta imagem de satélite de 13 de Agosto é possível ver o fumo dos fogos na floresta amazónica NOAA

Figura 37: Registro da Nasa evidenciou a gravidade dos fogos na Amazônia

Fonte: Lusa & Público (2019a)



Figura 38: Registro do protesto no Largo Camões, em Lisboa, reforçou os efeitos de real

Fonte: Lusa (2019b)



Figura 39: Polícia acompanhou de perto o protesto da *Greenpeace*, em Bruxelas

Fonte: Lusa (2020c)

O dia do fogo na Amazônia foi construído pelo *Público* não apenas com as fotografias como estratégias de objetivação. Observaram-se os efeitos de real nos próprios textos jornalísticos, por exemplo, quando se destacou que, em dimensões espaciais, a Amazônia era “uma área de floresta tropical contínua maior do que a Europa ocidental” (Neves, 2019) ou mesmo quando se enfatizou os fogos no bioma amazônico a partir dos quilômetros quadrados de área ardida: “Entre Agosto do ano passado [2019] e o fim de Maio [2020], mais de 6000 km² foram desflorestados, de acordo com o sistema de alerta do INPE” (Ribeiro, J., 2020a).

A noção de tempo e espaço foi igualmente reforçada quando se destacou a hora e o local dos protestos em favor da Amazônia, em Portugal: dia 23 de agosto, às 22h, na Praça dos Restauradores, em Lisboa; dia 24 de agosto, às 17h30, na Praça dos Leões, no Porto, e às 19h, na Casa Ninja, em Lisboa; e dia 26 de agosto, às 18h, no Largo Camões, em Lisboa. A precisão dos eventos, este último tendo envolvido 700 pessoas, conforme estimativa da Polícia de Segurança Pública, reiteraram não apenas que as ações eram concretas, mas também que não eram isoladas – impulsionados pela comunidade brasileira³⁴ que vive em terras lusitanas, os portugueses envolveram-se no dia do fogo na Amazônia.

Por outro lado, o *Público* igualmente lançou mão de estratégias de subjetivação com vistas a construção de efeitos poéticos no acontecimento jornalístico. De novo, as fotografias da floresta amazônica a arder durante o dia e durante a noite (figuras 40 e 41) realçaram não apenas a oposição entre o claro e o escuro, entre a vida e a morte, entre o bem e o mal, mas também que as chamas estavam, de fato, incontroláveis – ao contrário do que dizia Jair Bolsonaro. Igualmente revelaram-se efeitos poéticos na galeria que reuniu ilustrações dos leitores do *Público*, publicadas no *Instagram* ou enviadas diretamente à redação do jornal (figura 20), evidenciando a maneira subjetiva pela qual viam o dia do fogo na Amazônia.

³⁴ Dados provisórios do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do ano de 2020 apontam que em torno de 7% da população portuguesa (707.848 pessoas) é imigrante residente regular (Miranda, G., 2021). Ainda não foi atualizada a distribuição deste número por nacionalidade, entretanto, com base no relatório do ano anterior, reconhece-se que os brasileiros compõem a maioria dos estrangeiros em Portugal: em 2019, do total de 590.348 imigrantes com residência regular, 151.304 eram brasileiros (o que representava 25,6% dos imigrantes). O número real de imigrantes pode ser ainda maior, uma vez que as estatísticas desconsideram os que obtêm a nacionalidade portuguesa. Ver: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>



Figura 40: Contraste entre o fogo e a escuridão produziu efeitos subjetivos sobre os fogos na Amazônia

Fonte: Carvalho, H. (2020)



Figura 41: Fogos na Amazônia durante o dia produziram efeito poético ao se opor às imagens feitas à noite

Fonte: Carvalho, H. (2020)

Identificaram-se, ainda, recursos poéticos em construções discursivas de alguns textos jornalísticos (principalmente, artigos de opinião). No excerto a seguir, por exemplo, evidenciou-se a dramaticidade na descrição de como os incêndios consumiram a floresta amazônica, a começar pelo próprio título da notícia – “O céu nunca fica negro quando a Amazônia arde”, da mesma forma que se ressaltou a oposição entre o claro e o escuro, o dia e a noite, semelhante às [imagens 40](#) e [41](#) (mostradas anteriormente):

Não há luzes à vista, mas o céu da noite exibe um tom amarelado porque a Amazônia está a arder. O ar cheira a queimado, da madeira a arder. Durante o dia, o sol, geralmente tão ardente nesta parte do mundo, é obscurecido por uma cortina densa de fumo cinzento. (Reuters, 2019b)

A mesma oposição entre o claro e o escuro foi reforçada pelo artigo “Até os céus ficam de luto”, enfatizando a estratégia de subjetivação: “A noite chegou antes da hora marcada e o dia desapareceu quando o sol ainda deveria estar no horizonte. As cinzas dos incêndios da Amazônia tomaram os céus de São Paulo, a 2700 quilômetros de distância. Enlutados os céus, a urgência ecológica não nos deixa desistir” (Soares, 2019). Já no próximo trecho, que utiliza o comboio como metáfora para a desflorestação da Amazônia – “difícil de travar, mas fácil de destravar” (Garcia, 2019) –, reconheceram-se os efeitos poéticos na narração e descrição de um voo saído de Brasília, capital do Brasil, em direção a Manaus. O verde da floresta amazônica foi frequentemente evocado, tanto pela abundância das árvores quanto pela ausência delas, nas propriedades rurais demarcadas:

O avião saiu de Brasília perto da hora do almoço, rumo a Manaus. Durante pouco mais de uma hora, a moldura da janela exibiu uma sucessão regular de grandes propriedades rurais, ocupando o espaço do cerrado — a vegetação do centro-oeste do Brasil. Do alto, é tudo harmonia. O campo lavrado, verdinho, interrompido por vales, montes e manchas esparsas de árvores, um interessante mosaico. Há poucas coisas tão aprazíveis como a natureza moldada. Um pouco mais à frente, a paisagem assume outra configuração. Quando a aeronave se aproxima do rio Xingu, o espesso tapete da floresta impõe-se. A transição é brusca, nota-se o limite retilíneo das últimas parcelas agrícolas, como se a mata tivesse sido cortada com um xis-ato. E a partir daquele ponto, é verde a perder de vista. Ou quase. Entramos na Amazônia pelo estado do Mato Grosso, sobrevoamos a divisa do Pará e logo surgem as cicatrizes da desflorestação. Lá em baixo está uma estrada, a BR163, ao longo da qual a floresta foi retalhada para dar lugar à agricultura, junto a cidades com nomes sintomáticos como Castelo dos Sonhos e Novo Progresso. É a imagem perfeita para assinalar que estamos sobre o “arco do desmatamento”, que circunda a floresta pelo sul, de Belém ao Acre. Daí em diante, a selva engole tudo, até nossa respiração. A intensidade da paisagem é tal que, mesmo sabendo que há grandes urbes na Amazônia, parece impossível que na região vivam 25 milhões de pessoas. (Garcia, 2019)

Por fim, é importante mencionar que o texto jornalístico sobre o vídeo produzido pela Associação Articulação dos Povos Indígenas do Brasil reforçou as estratégias de subjetivação ao destacar, nas construções discursivas, o conteúdo do vídeo, bem como ao disponibilizar o mesmo vídeo junto à notícia (figura 42): “Num vídeo com pouco mais de um minuto, narrado por crianças, vemos parques infantis, prédios e sapatos numa loja a arder. (...) ‘A Amazônia está em cada respiração sua’, afirmam no vídeo” (Público, 2020).

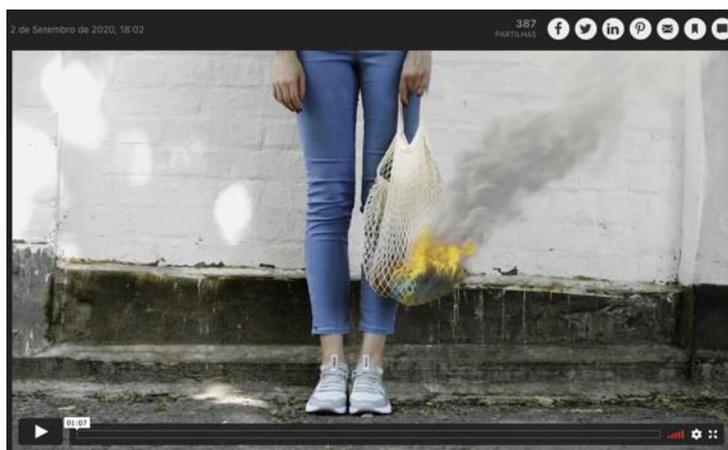


Figura 42: Vídeo reforçou as estratégias de subjetivação do acontecimento jornalístico

Fonte: Público (2020)

6.3.11 A relação comunicativa e o “contrato cognitivo” no *Público*

Apesar de predominantemente político-ambiental, o dia do fogo na Amazônia foi construído, pelo *Público*, a partir do viés internacional do conflito, que envolveu o embate entre os presidentes brasileiro e francês, Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron, nesta ordem. Conforme já mencionado, o noticiário internacional sempre foi caro ao jornal desde a sua criação, em 1990. De acordo com um dos fundadores, Joaquim Fidalgo, na contemporaneidade, são publicadas mais notícias sobre o Brasil, em geral, do que nos primeiros anos do periódico: “o fato de haver cada vez mais brasileiros em Portugal acaba por criar um interesse maior, não por ser o Brasil, mas por ser o que está mais presente na vida cotidiana dos portugueses” (Fidalgo, entrevista pessoal, 2 de outubro, 2020). O jornalista Ricardo Cabral Fernandes corroborou que o jornalismo internacional é mesmo de uma das particularidades do *Público*: “Em termos de jornais portugueses, para além do *Expresso*, o *Público* é um jornal que dá muito destaque ao internacional. Eu diria até que é o jornal que mais destaca o internacional, pelo menos em termos de capa” (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020).

Por conseguinte, o acontecimento jornalístico construiu-se dada a natureza do próprio *Público*, de dar atenção a questões internacionais, mas também pela conveniência, uma vez que, em concordância com as seções anteriores, o dia do fogo na Amazônia ganhou espaço no noticiário do periódico por ter acontecido no mês de agosto, quando tradicionalmente os jornalistas e os trabalhadores em geral tiram férias. Isto contribuiu para que o acontecimento jornalístico, no *Público*, tenha terminado em anticlímax, pois se explicou o começo, quando fazendeiros do sudeste do Estado do Pará organizaram-se para atear fogo à floresta; se explicou o meio, com os conflitos secundários – a comoção de várias pessoas, principalmente pelos *media* sociais; a crise diplomática entre o Brasil e a França; a possibilidade de

boicote aos produtos brasileiros e a pressão para a anulação do acordo comercial entre UE e Mercosul; a participação do Brasil em fóruns mundiais; e os protestos em favor da Amazônia pela Europa. Entretanto, não se explicou o fim.

Os incêndios florestais seguiram em alta em 2019 e 2020, bem como se espalharam por outros biomas brasileiros (Pantanal e Cerrado), porém o final do acontecimento jornalístico não diferiu do começo, dado que o presidente brasileiro Jair Bolsonaro insistia na negação aos registros do Inpe. As personagens discursivas que se destacaram não foram os fazendeiros do sudeste do Estado do Pará (os quais sequer foram consultados pelo *Público*), mas sim os envolvidos nos episódios secundários. Um texto publicado em agosto de 2019 anteviu o final do acontecimento: “Ninguém assume a origem dos incêndios. Apenas as causas: o agronegócio, a desflorestação ilegal, as queimadas não autorizadas” (Fernandes, R., 2019^a). De acordo com o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, a distância espacial entre Brasil e Portugal contribuiu para que a narrativa tenha sido inconclusiva:

Até pode ser um pouco insensível o que estou a dizer, mas nós [portugueses] estamos a milhares de quilômetros de distância. Houve frases do Bolsonaro que me irritaram, claro, é humano. Mas, como jornalista, é tentar ao máximo não criar essa ligação emocional, o que é diferente quando se vai ao terreno. É completamente diferente. Portanto, a questão aqui é que estamos a lidar com o tema através do computador, a milhares de quilômetros de distância. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020)

Percebeu-se, assim, que o dia do fogo na Amazônia só ganhou relevância por conta do destaque já conferido por outros *media*. Consoante as seções anteriores, o *Público* apenas acompanhou a tendência dos demais meios de comunicação social. Além disso, o acontecimento jornalístico pautou-se mais pelo caráter declaratório (nomeadamente, a intriga entre Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron, com seus desdobramentos) do pela complexidade socioeconômica da floresta amazônica.

Houve dois textos que repercutiram publicações de revistas científicas – um, de agosto de 2019, baseado em modelos computacionais, mas sem comprovação experimental, explicou que a “capacidade de absorção de CO₂ da floresta amazônica é condicionada pela limitação de fósforo que existe no seu solo, o que significa que a capacidade da floresta absorver CO₂ da atmosfera no futuro será menor do que estudos anteriores sugeriam” (Serafim, 2019); o outro, de novembro de 2019, destacou que os incêndios florestais na Amazônia contribuem para o derretimento de gelo na Cordilheira dos Andes, porém o estudo havia se concentrado em dados de 2007 a 2010, ou seja, quase dez anos antes do dia do fogo na Amazônia. Ainda que válidos para constituição do acontecimento jornalístico, os textos forçaram explicações científicas para o dia do fogo na Amazônia, quando uma interpretação mais

eficiente dos dados disponibilizados pelo programa Queimadas, do Inpe, aliada a um conhecimento básico acerca da história social do Brasil e da Amazônia faria melhor serviço.

De novo, segundo o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, a compreensão do acontecimento resultou mais de um investimento dos próprios jornalistas do que de uma preocupação formal do jornal:

Não há grande formação, no *Público* – nem para temas ambientais, nem para os assuntos do Brasil. Pelo menos eu não vi e duvido que haja. No máximo, o que os jornalistas podem fazer – de sua espontânea e livre vontade, para se informarem em certas temáticas – é ir a *workshops* e eventos, até mesmo para cultivar fontes. Portanto, parte muito do jornalista em si. Depois, é a leitura de livros, é acompanhar, é fazer a seleção de certos órgãos de comunicação social, mais dedicados a esta temática ou outra, revistas científicas etc. Ou seja, referenciar fontes bastante credíveis e ler muito. E, aos poucos, ir aprendendo. É um trabalho muito autodidata, muito de interesse do próprio jornalista, e não tanto como uma estrutura do jornal, uma preocupação mais formal da redação em termos de preparação do jornalista para aquela temática. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020).

Já a respeito do “contrato cognitivo”, reconheceu-se a ênfase na diferença entre as informações obtidas pelo *Público* e as informações obtidas a partir de outros *media*, as quais, conforme mencionado previamente, foram as principais fontes de informação do dia do fogo na Amazônia. No primeiro caso, a expressão “disse ao PÚBLICO” revelou que o próprio periódico obteve a informação: “‘As queimadas não são de agora. A Amazônia vem tendo prejuízos constantes’, disse ao PÚBLICO Puyr Tembé, líder indígena e vice-presidente da Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará” (Fernandes, R., 2019a). No segundo caso, o nome do meio de comunicação social foi indicado, às vezes, com a ligação (*hiperlink*): “Segundo a edição on-line do jornal *Estado de São Paulo*, em números absolutos Mato Grosso é o estado com mais focos de incêndio registados no Brasil, com mais de 13 mil, seguido pelo Pará, com 7975” (Lusa & Público, 2019a).

Todavia, observaram-se algumas falhas de apuração e de compreensão que comprometeram a coconstrução do acontecimento jornalístico. A começar pelo nome da instituição responsável pelo monitoramento dos focos de incêndio no Brasil, o Inpe. Num texto de agosto de 2019, identificou-se: “O Centro de Pesquisas Espaciais do Brasil (INPE) detectou 72.843 incêndios neste ano” (Reuters, 2019a). Em outra publicação do mesmo mês, observou-se:

Entre os estados atingidos, Mato Grosso é o campeão com 13.682 focos de incêndio, num total de 72.843 no país inteiro, entre Janeiro e 19 de Agosto deste ano, um aumento de 87% face ao mesmo período do ano passado, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inep). (Fernandes, R., 2019a)

A referência incorreta ao Instituto deixou dúvidas se os jornalistas sequer chegaram a acessar o banco de dados do Inpe ou se confiaram apenas nas informações publicadas por outros *media*, além de

revelar displicência nas fases de apuração e de edição, dado que os textos seguem sem retificação. Ademais, Inep refere-se a outro órgão brasileiro ligado ao Ministério da Educação, que é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – cujas atribuições são de avaliação dos sistemas educacionais brasileiros e da qualidade da educação no país.

Outro equívoco de edição foi identificado no valor da ajuda financeira oferecida pelo G7 ao Brasil: “20 milhões de dólares (quase 18 milhões de euros)” (Fernandes, R., 2019c). No mesmo texto, contudo, foi informado outro montante: “O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, reagiu à oferta de 20 milhões de euros dizendo ser ‘uma excelente medida’, ‘muito bem-vinda’, e que Brasília vai decidir como serão usados, num claro desafio soberanista ao G7” (Fernandes, R., 2019c). Novamente, observou-se incompreensão quando foi mencionada a participação de ativistas da rede descentralizada mediática de esquerda *Mídia Ninja* (sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) numa manifestação em Lisboa:

Segundo a brasileira Samara Azevedo, do Movimento Coletivo Andorinha, um dos movimentos responsáveis pela manifestação, esta foi uma das maiores iniciativas da comunidade brasileira em Lisboa. “Estamos aqui juntamente com outras associações, com a Casa do Brasil, Fórum Indígena de Lisboa, Media Ninja, para falar sobre a situação na Amazônia e para continuar o desmonte das políticas públicas ambientais que estão a acontecer no Brasil”, referiu a activista, acrescentando que no seu país até o próprio ministro do Ambiente “é uma piada de mau gosto”. (Lusa, 2019b)

Como se sabe, *media*, em português brasileiro, é escrito “mídia”. Em português europeu, entretanto, é considerada errada a grafia com “i”. Não é possível saber se a “correção” no referido texto foi intencional, impulsionada pelo senso comum de que brasileiros falam um português “errado”. Contudo, o efeito produzido foi de que os jornalistas do *Público* não conhecem o trabalho da *Mídia Ninja* – a qual, independente de estar grafada “corretamente”, tem nome próprio. Este sentido é reafirmado, pois a declaração foi dada por uma brasileira que certamente conhece o trabalho da *Mídia Ninja* e, portanto, não erraria ao citar a rede mediática.

Configuraram-se, ainda, como falhas de apuração e de edição as diferentes datas atribuídas para o começo do dia do fogo na Amazônia. Num mesmo texto, por exemplo, identificaram-se duas datas diferentes:

De acordo com os meios de comunicação social brasileiros, os fogos em várias áreas da floresta amazônica começaram no dia 9 de Agosto. O Estado do Amazonas decretou, nesse mesmo dia, a situação de emergência no Sul do estado e na região da cidade de Manaus por causa dos incêndios. (...) A 10 de Agosto, fazendeiros do Sul do Pará organizaram o dia do fogo, revelou o jornal local Folha do Progresso, da cidade de Novo Progresso. (Neves, 2019)

A mesma imprecisão foi reconhecida na declaração do estado de emergência ambiental do Estado do Acre, dado que se observaram duas datas: 16 e 22 de agosto de 2019. Também, quando a fumaça tomou conta da cidade de São Paulo em plena tarde. Conforme mencionado previamente, foram informadas duas datas para a noite cair sobre a capital paulista por volta das 15 horas: 20 e 21 de agosto de 2019. Todavia, o fenômeno não ocorreu em nenhuma das datas informadas pelo *Pública*:

Em 19 de agosto deste ano [2019], os paulistanos tiveram uma amostra das conexões à distância que interligam a atmosfera amazônica com o clima da cidade de São Paulo. Por volta das 15h, no meio da tarde, um temporal invernal escureceu o céu da metrópole. O dia que vira noite chama a atenção, mas não chega a ser um fenômeno raro. Incomum foi a chuva preta que caiu durante a tempestade. Análises feitas no Instituto de Química da USP [Universidade de São Paulo] encontraram na água da chuva o composto orgânico reteno, da classe dos hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), formado apenas quando ocorre a queima de biomassa, como árvores. Como a data da chuva negra em São Paulo coincidiu com um pico de queimadas na região Norte e em países vizinhos, o reteno deve ter sido produzido pelos incêndios florestais que levaram a Amazônia a ser notícia de primeira página no mundo naquele mês. A fumaça das queimadas foi transportada até a capital paulista, onde se juntou às nuvens de chuva. (Pivetta, 2019)

Igualmente se verificou certa confusão acerca das características climáticas da Amazônia. Para além da ênfase na ideia errônea de Amazônia como “pulmão do mundo”, consoante já mencionado, as personagens discursivas, a exemplo do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, atribuíram a causa dos incêndios ao “tempo seco”. Para contrapor esta visão equivocada, o periódico explicou que os incêndios foram, na verdade, provocados pela ação antrópica, pois era necessário alguém ter ateado fogo a uma área previamente desflorestada para que o incêndio ocorresse:

Ao *Estadão*, o investigador Alberto Setzer explicou que o tempo em 2019 está mais seco do que no ano passado, o que propicia incêndios, mas garante que grande parte deles não tem origem natural. “Nesta época do ano não há fogo natural. Todas essas queimadas são originadas em actividade humana, seja acidental ou propositada. A culpa não é do clima, ele só cria as condições, mas alguém coloca o fogo”, afirmou Setzer. A expectativa do especialista é que a situação piore ainda mais nas próximas semanas com a intensificação da seca. (Lusa & Público, 2019a)

Todavia, o esclarecimento acima deveria ser, da mesma forma, contextualizado, pois quando se afirmou que o tempo estava mais seco, na verdade, quis-se dizer que choveu menos em 2019 do que nos anos anteriores. Conforme Fisch, Marengo e Nobre (1998), a Amazônia situa-se na região equatorial da Terra e possui um clima quente e úmido, ou seja, elevadas temperaturas (em geral, com médias anuais em torno de 25°C) com pequena amplitude térmica (pouca variação entre a maior e a menor temperatura registrada) e médias pluviométricas acima de dois mil milímetros por ano. Mais: segundo os autores, o período de chuvas (chamado de forte atividade convectiva) no bioma amazônico concentra-

se entre novembro de um ano e março do ano seguinte, ao passo que o período de seca (sem grande atividade convectiva) vai de maio a setembro. Abril e outubro são meses de transição entre um regime e outro. Portanto, período de seca não é equivalente a tempo seco, já que as chuvas são mais ou menos frequentes o ano todo. De acordo com Pivetta (2019), as florestas úmidas tropicais (como a floresta amazônica) são literalmente florestas de chuva, uma vez que suas coberturas vegetais densas e exuberantes resultam da intensa e contínua chuva – entre 2 mil e 4.500 milímetros por ano.

Outra violação no “contrato cognitivo” foi identificada na falta de entendimento dos jornalistas do *Público* acerca das instituições brasileiras. Com frequência, reproduziram-se as acusações de Jair Bolsonaro às ONG, de que estas teriam colocado fogo à floresta amazônica em resposta aos cortes no financiamento. Como a própria sigla informa, ONG são organizações não governamentais, ou seja, não são ligadas a instituições públicas quaisquer (portanto, não recebem dinheiro do governo) e não tem fins lucrativos. O que o presidente brasileiro fez, desde o início do mandato, em janeiro de 2019, foi enfraquecer o Ibama e o ICMBio, ao trocar seus dirigentes por militares e reduzir os recursos financeiros dos órgãos de fiscalização ambiental – os quais podem até ser parceiros de ONG no trabalho cotidiano, entretanto não são equivalentes –, além de desacreditar o ex-diretor do Inpe, Ricardo Galvão.

Revelou-se o desconhecimento não apenas acerca das instituições brasileiras, mas também de suas atribuições. Na [figura 38](#), a legenda para a foto da Reuters informou: “Bombeiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tentam combater as chamas em Apuí” (Carvalho, H., 2020). Corpo de Bombeiros Militares são órgãos estaduais (isto é, cada unidade federativa possui o seu) que atuam nas atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos. Por sua vez, o Ibama trata-se de uma autarquia federal que atua na prevenção e no controle do patrimônio natural brasileiro, no controle e na fiscalização sobre o uso dos recursos naturais (água, flora, fauna, solo etc.), além de conceder licenças ambientais. A identificação “bombeiros do Ibama” é equivocada, porque mistura duas instituições de natureza completamente diferente.

Por fim, o *Público* reproduziu a ideia de que as Forças Armadas aplicaram multas e apreenderam ferramentas durante seu deslocamento para a Amazônia, no entanto, o exército não possui tal atribuição. Em concordância com o que foi dito, o poder de fiscalização compete ao Ibama, pois as Forças Armadas apenas dão apoio às operações do Instituto:

O Exército foi enviado para monitorizar a situação na Amazônia, mas a sua resposta tem-se mostrado pouco eficaz, diz o deputado federal. “O Exército faz observações, vai aos locais, diz às pessoas para pararem de derrubar a floresta, mas ninguém está a ser multado, nenhum equipamento está a ser destruído”, lamenta [Rodrigo Agostinho]. Em Maio, o balanço de uma das operações dava conta da apreensão de

cerca de uma centena de veículos e máquinas usadas para a desflorestação. (Ribeiro, J., 2020a)

No excerto acima, tentou-se mostrar que a atuação das Forças Armadas não estava a reduzir os incêndios na Amazônia, contudo não se explicou que a fiscalização ambiental não é atribuição do exército. Soou como se as Forças Armadas não estivessem a fazer um bom trabalho.

6.3.12 Metanarrativas do *Público*

Entre os sentidos estáveis produzidos pelo *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia, destacaram-se a ideia de que a Amazônia se trata de um patrimônio da humanidade e que portugueses e europeus, em geral, são responsáveis não apenas por manter a floresta em pé, mas também por deixá-la como herança para as futuras gerações. Os protestos, as festas cujas rendas foram doadas para ONG, a exigência para que as empresas mantenham suas cadeias de produção livres de desmatamento, além da possibilidade de boicote ao couro produzido no Brasil, foram os principais poderes de barganha dos portugueses e dos europeus identificados no acontecimento jornalístico. Da mesma forma, os *media* sociais consolidaram-se como espaço de comoção e de brigas, dado que, de um lado, artistas e líderes mundiais lamentaram a perda da biodiversidade (ainda que, em alguns casos, utilizando imagens que não correspondiam ao dia do fogo na Amazônia); do outro, os presidentes brasileiro e francês, Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron, nesta ordem, insultaram-se mutuamente. Nesta cimeira, o governo português não tomou partido, pois procurou oferecer solidariedade ao povo brasileiro, porém reafirmando que as cláusulas ambientais deveriam ser respeitadas para que o acordo comercial entre a UE e o Mercosul entrasse em vigor. De acordo com o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, apesar de Jair Bolsonaro ter tido um comportamento pouco adequado a um chefe de estado, a objetividade norteou o acontecimento jornalístico:

Um jornalista não pode ser imparcial quando há valores democráticos a serem completamente pisados – e o caso do Bolsonaro é claramente um deles. Ou seja, as mentiras que ele diz, a hostilização que faz aos jornalistas... não se pode ser imparcial e se limitar apenas a reproduzir o que o Bolsonaro diz. Podemos e devemos questionar, tendo essa consciência de não deixar que as emoções dominem. Porque, às vezes, estamos chateados, estamos a escrever uma notícia e se formos um bocadinho mais dominados pelas emoções (raiva, frustração etc.), as nossas palavras acabam por se tornar adjetivos. Portanto, há que se manter certa distância emocional para essa objetividade não ser afetada de alguma forma. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

De fato, por mais que as ações do governo federal tenham sido tomadas tardiamente e tenham surtido pouco efeito na redução das queimadas, além das ofensas à *Greenpeace* e ao presidente Emmanuel

Macron, a personagem Jair Bolsonaro foi construída com o decoro reservado ao representante máximo de um país soberano. Recorreu-se a cientistas e a representantes do Congresso brasileiro, opositores de Bolsonaro, para questionar as inverdades proferidas pelo presidente brasileiro. Entretanto, quiçá pela distância, alguns eventos foram mal interpretados ou apresentados de maneira equivocada, a exemplo de diferença nas datas do dia do fogo ou da declaração do estado de alerta ambiental, no Acre, bem como na atribuição de instituições ambientais, como Ibama e ICMBio. De novo, segundo o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, o dia do fogo na Amazônia foi produzido pelo *Público* por conta de uma oportunidade – o verão europeu de 2019 –, contudo, o jornal não conseguiu acompanhar a complexidade do acontecimento: “Com esse fluxo de notícias, 24 horas por dia, as coisas mal acontecem e o jornalista já as tem de noticiar, mas, às vezes, ele próprio ainda não as conseguiu compreender” (Fernandes, R., entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020).

Mimesis III



A refiguração narrativa

7. NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE O DIA DO FOGO NA AMAZÔNIA

O círculo hermenêutico ricoeuriano encerra-se na *mimesis* III, que evidencia o sentido pleno da narrativa restituindo o tempo do agir e do padecer. Esta etapa destaca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor, dado que “é o ato de ler que acompanha a configuração da narrativa e atualiza sua capacidade de ser seguida. Seguir uma história é atualizá-la na leitura” (Ricoeur, 1983, p. 116). De acordo com o filósofo, é chegada a hora de observar a completude do acontecimento – não apenas porque foram identificadas suas estratégias de construção pelos *media*, no capítulo anterior, mas também porque objetiva-se trazê-lo para a linguagem a fim de compartilhar uma nova experiência: “Porque estamos no mundo e somos afetados pelas situações, procuramos nos orientar nele no modo de compreender e temos algo a dizer, uma experiência a trazer para a linguagem e a compartilhar” (Ricoeur, 1983, p. 133).

Assim, este capítulo final apresentará a compreensão acerca das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia construídas pela *Folha de S. Paulo* (Brasil) e pelo *Público* (Portugal), com ênfase nos pontos de semelhança e de divergência entre os periódicos. Para facilitar o entendimento, recorrer-se-á às questões de pesquisa gerais e específicas, explanadas no capítulo 6. Destaca-se, por fim, que as interpretações ora consolidadas resultam do trabalho desenvolvido nas instâncias anteriores, portanto consistem numa apreciação possível – sem pretensões de ser absoluta, porém coerente com a orientação metodológica adotada ao longo da investigação.

7.1 Aproximações e distanciamentos entre *Folha de S. Paulo* e *Público*

Conforme as contribuições do pragmatismo, explicadas no capítulo 3, sobretudo o pensamento de Queré (2012) e as investigações de Simões (2014) e França (2012b), o acontecimento carrega em si um poder de afetação e um poder hermenêutico, ou seja, as ocorrências sociais podem ser apreendidas na forma de um acontecimento porque afetam as pessoas e a sociedade, como um todo, da mesma forma que demandam compreensão, pois, ao desorganizar o presente, recuperam um passado e projetam um outro futuro diferente do que se esperava antes da eclosão do acontecimento. Martins (2017) e Babo-Lança (2006), em particular, evidenciam a importância dos meios de comunicação social como espaços privilegiados para a observação do acontecimento na forma de discurso, bem como sua apreensão, ao longo do tempo por meio das narrativas.

Portanto, partiu-se da pergunta geral: quais foram as narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia e como foram construídas? É importante ter em mente que, apesar de defenderem uma

afinidade nas suas práticas e nos seus valores jornalísticos, a *Folha de S. Paulo* é um jornal centenário, ao passo que o *Público* possui apenas 31 anos de atividade. Isto para dizer que ambos se assemelham por terem sido inovadores nos seus respectivos países ao sistematizar manuais de redação e de estilo, bem como apostar na coexistência entre as edições digitais e impressas. Atualmente, os dois são líderes em acesso digital entre os jornais diários do Brasil e de Portugal, nesta ordem; possuem perfis de destaque nos *media* sociais e contam com vários correspondentes nas principais capitais mundiais. Entretanto, não há paralelo que considere as muitas transformações pelas quais o periódico brasileiro passou, desde as várias mudanças de propriedade (e, conseqüentemente, de linha editorial) ao envolvimento explícito num movimento civil, como a *Diretas Já*.

Como mostraram Dias (2012), Albuquerque e Holzbach (2009) e Albuquerque (2019a), o *Projeto Folha*, do qual deriva o manual de redação, caracteriza-se como projeto político, porque a empresa jornalística, ao longo destes 100 anos de existência, já viveu períodos de censura e de liberdade, ao passo que o jornal português felizmente desconhece ditaduras. A democracia brasileira é muito mais frágil do que a portuguesa, como Albuquerque (2019b) bem lembrou ao mencionar o golpe parlamentar contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Por isso, a *Folha de S. Paulo* reafirma-se como um dos guardiões da soberania popular com mais proeminência. Entretanto, não se deve esquecer que o jornal já apoiou a ditadura militar no Brasil, portanto os seus interesses são capazes de mudar de acordo com as circunstâncias. Esta ambiência sócio-histórica distinguiu-se na construção das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia, especialmente porque o confronto com o presidente Jair Bolsonaro se manifestou de forma mais evidente no jornal brasileiro do que no jornal português.

Com base nas estratégias discursivas utilizadas por ambos, analisadas no capítulo seis, inferiu-se que o mesmo acontecimento foi construído narrativamente de maneira própria pelos dois periódicos. Uma das principais razões para tal peculiaridade foi mesmo o poder de afetação – característica enfatizada por Simões (2014) –, ou seja, a proximidade com os incêndios florestais na Amazônia. Conforme explicaram o secretário de redação Vinícius Mota e o jornalista Phillippe Watanabe, a *Folha de S. Paulo* conta com o jornalista Fabiano Maisonave como repórter especial para cobrir temas relacionados à Amazônia. Isto significa que Maisonave tem autonomia para se deslocar pelo território amazônico e, de São Paulo, Watanabe e os demais jornalistas aprofundam e contextualizam os acontecimentos. Revelou-se esta divisão do trabalho no dia do fogo na Amazônia quando certos textos, a exemplo dos produzidos por Fabiano Maisonave, em agosto de 2019, e por Daniel Camargos, em outubro de 2019, apresentaram informações-chave para a construção narrativa, as quais só puderam ser obtidas por conta da apuração no local, ou seja, resultou da ida dos repórteres a campo para ouvir

os fazendeiros, madeireiros e empresários envolvidos na organização do dia do fogo, bem como para obter informações diretamente das instituições responsáveis por investigar o caso (as polícias Civil e Federal, além do Ministério Público).

Assim, a *Folha de S. Paulo* sustentou a narrativa de que o dia do fogo na Amazônia foi articulado por grandes produtores do Estado do Pará, que, em concordância com o presidente Jair Bolsonaro, queriam desmatar amplas áreas da floresta para criação agropecuária. A ação foi organizada na certeza de que não haveria responsabilização dos envolvidos, uma vez que os órgãos de fiscalização e controle ambiental (Ibama e ICMBio) foram fragilizados pelo governo federal. A narrativa adquiriu maior complexidade com a articulação dos episódios secundários, como a crise diplomática entre Brasil e França, a ameaça à vida dos povos indígenas e à vida do jornalista Adécio Piran, que havia antecipado a articulação do dia do fogo, além da repercussão nos *media* sociais. O jornalismo científico-ambiental, apoiado principalmente na interpretação dos dados do programa Queimadas, do Inpe, norteou a narrativa sobre o dia do fogo na Amazônia produzida pela *Folha de S. Paulo*, que apresentou uma estrutura de começo, meio e fim delimitada. Igualmente, as informações científicas e a verificação de notícias falsas conferiram credibilidade à narrativa, pois se atentou para a gravidade dos incêndios florestais num contexto mais amplo (socioeconômico, político-internacional e ambiental), em oposição ao negacionismo do presidente Jair Bolsonaro.

Por sua vez, a narrativa construída pelo *Público* sobre o dia do fogo na Amazônia favoreceu-se de uma oportunidade: o verão europeu de 2019. Neste período, em que parte da população tradicionalmente sai de férias, o caso ocupou o noticiário, contudo perdeu o fôlego ao longo do tempo, de forma que sequer apresentou uma conclusão satisfatória. Na narrativa produzida pelo jornal português, um dos patrimônios da humanidade, a floresta amazônica, estava em risco de ser dizimada e o governo brasileiro pouco se articulou para evitar tal tragédia. Por isso, em benefício das gerações futuras, era necessário pressionar as lideranças mundiais para que cobrassem alguma responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro. A narrativa do periódico português privilegiou os aspectos internacionais do caso, sendo coerente com a natureza do *Público* (apontada por um dos fundadores do jornal, o jornalista Joaquim Fidalgo) de estar atento ao que se passa no mundo e no Brasil, em especial, dado que pelo menos 1,4% da população portuguesa era composta por brasileiros, em 2019.

Evidenciou-se, por conseguinte, um poder de afetação indireto no dia do fogo na Amazônia, o que justificou sua apreensão pelo *Público*. Contudo, estando parte dos jornalistas do periódico também de férias quando o acontecimento eclodiu, a narrativa apoiou-se em informações coletadas à distância, ou seja, sem se deslocar ao terreno (ainda que, na altura, houvesse um correspondente no Brasil, o

jornalista João Ruela Ribeiro), em geral, cruzando informações da agência Lusa com informações veiculadas por outros meios de comunicação social brasileiros. Consoante o jornalista Ricardo Cabral Fernandes, observou-se que a narrativa construída pelo *Público* resultou mais de um esforço individual do que de uma iniciativa do jornal de compreensão da fronteira amazônica e do Brasil, numa dimensão mais ampla. Isto contribuiu para que os episódios secundários, por exemplo os protestos pelas principais cidades europeias e as diferentes posições do Parlamento Europeu acerca do acordo comercial entre UE e Mercosul, tivessem mais destaque.

De maneira geral, enquanto a narrativa da *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia destacou as causas e as pessoas responsáveis pelas chamas, a narrativa do *Público* enfatizou as consequências da perda da floresta amazônica. No jornal brasileiro, houve uma postura ativa e mais plural, porque envolveu o trabalho de vários correspondentes espalhados pelo Brasil, enquanto, no jornal português, houve uma postura passiva diante do acontecimento, dado que as informações foram quase sempre reinterpretadas de outras fontes, como agências de notícias e *media* brasileiros.

Procurou-se responder, de maneira específica, à questão sobre como ocorreu a seleção do acontecimento pelos jornalistas, do ponto de vista das práticas e das rotinas das redações. Em diálogo com o paradigma crítico dos estudos de jornalismo, principalmente Deuze e Witschge (2018), admitiu-se a redação como o lugar por excelência para o exercício do jornalismo profissional, na contemporaneidade. Alerta-se que muitas das interpretações aqui apresentadas refletem um cenário pré-pandemia de covid-19, em que a redação não apenas consistia no local de trabalho dos jornalistas da *Folha de S. Paulo* e do *Público*, como este lugar era materializado pela concentração dos profissionais num local específico em São Paulo e em Lisboa/Porto, nesta ordem. Atualmente, por respeito às normas de biossegurança, o teletrabalho tem predominado com mais ou menos intensidade nos dois periódicos.

Conforme indicado em Ahva (2017), as práticas jornalísticas centradas na redação caracterizam-se pela dinâmica entre atividade, materialidade e reflexividade. Ou seja, na construção discursiva, o lugar físico da redação é tão importante quanto a consciência do próprio jornalista acerca do seu exercício profissional. Em diálogo com o que afirmam Berkowitz (2009) e Neveu (2005), no capítulo três, parte importante da prática jornalística (para lidar com a imprevisibilidade dos acontecimentos) é adotar procedimentos de rotina, a exemplo da coleta de informações junto a fontes, para a produção de um discurso, segundo características indicadas por França (1998) e McNair (1998), objetivo, singular, atual e que carrega em si valores da ideologia profissional dos próprios jornalistas e das empresas para as quais trabalham. Como as fontes podem divulgar informações por meio de diversos canais, dependendo

das suas intenções, o modelo proposto por Wheatley (2020), de canais de produção rotineiros e não rotineiros, mostrou-se particularmente útil para observar como os jornalistas produzem seu discurso.

No caso do dia do fogo da Amazônia, inicialmente o acontecimento ganhou destaque por conta da apuração do jornalista Fabiano Maisonnave, na *Folha de S. Paulo*, e por conta dos textos das agências de notícias, nomeadamente a Reuters e a Lusa, no *Público*. Todavia, à medida que o acontecimento continuou a demandar compreensão, a construção narrativa passou a contar com o esforço conjunto de diversos profissionais – não apenas vários jornalistas, uma vez que o acontecimento ocupou diversas seções de ambos os periódicos, com predominância para a seção Ambiente, na *Folha de S. Paulo*, e para a seção Mundo, no *Público*; mas também repórteres fotográficos e profissionais ligados ao *design*, dado que as galerias de imagens, os mapas e os infográficos consistiram nos principais recursos discursivos utilizados. Isto vai ao encontro do estudo de Canavilhas et al. (2016), que mostrou que o discurso jornalístico resulta, também, da contribuição de vários profissionais da redação (chamados de tecnoatores, pelos investigadores). Em geral, o jornal brasileiro apropriou-se melhor dessas soluções gráficas, não apenas porque apresentou mais variedade, mas também porque os recursos foram mais bem incorporados na versão digital do periódico, ao passo que o jornal português se limitou a repetir, amiúde, uma única infografia ausente de características interativas (figura 21).

Tanto na *Folha de S. Paulo* quanto no *Público*, prevaleceu o uso de fotografias de agências de notícias como fonte de informação, especialmente a Reuters. Isto reiterou, em alguma medida, a discussão de Boyd-Barrett (2012) e de Bielsa (2008) acerca de como agências de notícias se consolidaram como fontes de informação, na contemporaneidade. Observou-se, no dia do fogo da Amazônia, dois aspectos. Pelo lado positivo, o uso de imagens de agências de notícias não representou custos adicionais para as empresas jornalísticas para além do fixado em contrato, permitindo mais investimento nos jornalistas, ou seja, nos textos (em sentido estrito). Entretanto, pelo lado negativo, corroborou a baixa diversidade de pontos de vista. Fotografias, como as figuras 43 e 44, registros da Reuters, foram incorporados à narrativa sobre o dia do fogo na Amazônia de ambos os jornais. Na *Folha de S. Paulo*, de maneira específica, apesar de os jornalistas entrevistados Phillippe Watanabe e Vinicius Mota terem destacado o trabalho do fotógrafo Lalo de Almeida na produção de imagens sobre a Amazônia, observou-se que os direitos das fotografias assinadas por Almeida, na verdade, pertenciam à Folhapress, a agência de notícias do periódico brasileiro. Isto reforça que, em geral, valorizou-se mais o trabalho dos jornalistas do que dos repórteres fotográficos, ou seja, priorizou-se mesmo o texto às imagens sobre o dia do fogo na Amazônia.



Figura 43: Fotografia da Reuters utilizada pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Público*

Fonte: Reuters (2019b)



Figura 44: Reuters foi uma das principais fornecedoras de imagens para a *Folha de S. Paulo* e para o *Público*

Fonte: Lusa & Público (2019a)

Ainda que se perceba o contributo de diferentes profissionais na seleção do acontecimento, os jornalistas Phillippe Watanabe, na *Folha de S. Paulo*, e Ricardo Cabral Fernandes, no *Público*, foram mesmo fundamentais para a construção das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia. De acordo com Deuze e Witschge (2018), no capítulo três, os jornalistas tentam desenvolver o seu trabalho da melhor forma possível dentro das redações, a fim de se destacar neste ambiente altamente competitivo, entretanto o fazem sobretudo pelo seu impulso pessoal, dado que não há garantias envolvidas. No caso estudado, percebeu-se o esforço de dois jovens repórteres (em torno de 30 anos cada um) em regime de dedicação exclusiva às empresas jornalísticas e que não se deslocaram à Amazônia para apurar as informações. Como se vê, a metáfora dos jornalistas sentados, apontada por Neveu (2005), permanece válida.

Pelo jornal brasileiro, Watanabe apoiou-se principalmente no banco de dados do programa Queimadas, do Inpe, e em fontes de informação não promocionais, como ONG e investigadores de universidades e/ou instituições de pesquisa, de forma a reforçar a contextualização científica e socioambiental dos incêndios florestais na Amazônia para combater as mentiras do presidente Jair Bolsonaro. Pelo jornal português, Cabral Fernandes privilegiou outros *media*, como a própria *Folha de S. Paulo*, para produzir conteúdo para a seção internacional do *Público*, sobretudo num período de escassez. Nos dois periódicos, predominou a consulta a fontes de informação através de canais rotineiros, porém a utilização de um ou outro canal demonstrou a diferença entre as práticas jornalísticas da *Folha de S. Paulo* e do *Público*, o que, por consequência, consolidou a heterogeneidade das narrativas sobre o dia do fogo na Amazônia.

Outrossim, percebeu-se que os perfis nos *media* sociais, nomeadamente o *Twitter* e o *Instagram*, estão consolidados como fonte de informação na contemporaneidade, conforme haviam apontado Zhang e Li (2020). A narrativa de ambos os jornais avançou, com mais ou menos força, em função das discussões e até ofensas proferidas pelas personagens jornalísticas nos seus perfis nos *media* sociais, por exemplo, os presidentes brasileiro e francês, Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron, nesta ordem. De novo, destaca-se que a *Folha de S. Paulo* não apenas encadeou as falas das personagens jornalísticas, como se propôs para desarticular aquelas que continham informações falsas. Sobre as fontes de informação não rotineiras, nos dois periódicos destacaram-se os relatórios especiais, por meio de análises e comentários. Na *Folha de S. Paulo*, diferentes colunistas apresentaram seus pontos de vista sobre o dia do fogo na Amazônia, ao passo que, no *Público*, evidenciaram-se as crônicas, reforçando o estilo poético na escrita.

Também, é preciso mencionar que os jornalistas Phillippe Watanabe e Ricardo Cabral Fernandes se empenharam pessoalmente no caso, em certa medida superando as limitações das próprias empresas jornalísticas. Ambos revelaram que há pouco ou nenhum investimento da *Folha de S. Paulo* e do *Público*, nesta ordem, para aperfeiçoar o exercício do jornalismo ambiental ou de temas relacionados ao Brasil e à Amazônia, de maneira específica. Igualmente, os dois jornalistas ressaltaram a importância do relacionamento com os editores para os seus trabalhos. Isto evidenciou que as considerações de Neveu (2005), apresentadas no capítulo três, permanecem atuais, pois os editores são mesmo uma das figuras centrais da redação. Na *Folha de S. Paulo*, percebeu-se que as relações são mais informais e há mais independência dos jornalistas, sem perder de vista a orientação política dos proprietários do jornal, enquanto o *Público* prima pelas tradicionais reuniões com os repórteres:

Antes da pandemia [de covid-19], a rotina da redação era um pouco mais clara. Normalmente, o dia já começa com pautas de dias anteriores a serem finalizadas.

Sempre fica o meio termo entre ver o que chega de sugestão ou de dica no *WhatsApp* ou no e-mail e acabar o que ficou pendente. Há, ainda, os pedidos que costumam chegar da chefia imediata (no caso, a minha editora) ou mesmo alguns pedidos que vêm de diretores que ocupam cargos mais altos na hierarquia do jornal. Existe esse diálogo, essa troca com nossos editores e outros superiores, mas mal se chega à redação e já se está apurando alguma coisa. Às vezes, é preciso interromper esta apuração e começar outra, por conta de alguma situação mais urgente. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

O trabalho diário era distribuído conforme a importância e conforme os recursos da seção: se havia seis, sete pessoas a trabalhar; se havia um ou dois editores; quem estava de folga ou de férias. Ao mesmo tempo, havia sempre uma pessoa por semana dedicada exclusivamente ao on-line – que faz o ‘Ao minuto’, que acompanha o que acontece em todo o lado, das 8h da manhã até as 4h ou 5h da tarde. Há uma primeira reunião entre editores e os jornalistas às 9h da manhã. Depois, uma segunda, às 11h da manhã, e uma terceira, entre 3h e 3h30 da tarde – que é, basicamente, a reunião final. Às 9h da manhã, os jornalistas não contribuem muito, porque ainda não começaram a chegar. Em geral, os jornalistas começam a chegar à redação às 10h, 10h30, 11h da manhã – ou mais tarde, se tiverem trabalho de rua, uma entrevista ou uma reportagem. Então, antes da reunião das 11h da manhã, os editores vão falar com cada jornalista, perguntar o que têm. Os editores estão sempre alerta a tudo o que se passa no mundo. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020)

O relacionamento com os editores, aliado às orientações previstas nos respectivos manuais de redação e estilo, fez com que a objetividade norteasse a construção das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia na *Folha de S. Paulo* e no *Público*. Discutiu-se extensamente essa questão, no capítulo três, justamente porque se entende que a objetividade não é uma característica impermeável ao jornalista, mas sim uma norma permanentemente colocada à prova no exercício profissional, sobretudo no jornalismo ambiental. Por mais que Bueno, W. (2007) defenda que não é possível ser objetivo diante de tragédias ambientais ou de ameaça a valores democráticos, destacando as funções pedagógicas, políticas e informativas do jornalismo ambiental, os jornalistas entrevistados reiteraram o compromisso com a objetividade jornalística de outra forma: no apoio a fontes de informação confiáveis para compreender o dia do fogo na Amazônia, bem como na permanente vigilância sobre seus trabalhos. Em certa medida, corroboraram as considerações de Fahy (2018): no jornalismo ambiental, a objetividade tem mais a ver com um julgamento treinado, com a implementação de métodos transparentes e com a busca pluralista de consenso. Watanabe e Cabral Fernandes enfatizaram a importância de não adjetivar seus textos, ainda que a devastação da floresta amazônica tenha lhes causado comoção, bem como ambos tenham se indignado com o descaso do presidente Jair Bolsonaro:

É um desafio não só para mim, mas para o jornalismo como um todo ter cuidado para que as opiniões ou julgamentos pessoais não passem para o texto. No nosso dia a dia, adjetivamos muito as coisas. A *Folha*, em especial, tem o cuidado de olhar para a forma como os repórteres inserem adjetivos dentro de uma matéria. Em alguns

momentos é muito difícil, por isso o papel da edição é muito importante. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

Identificaram-se textos de perguntas e respostas sobre o dia do fogo na Amazônia em ambos os periódicos. Entretanto, a estratégia discursiva para esclarecer as dúvidas acerca do dia do fogo na Amazônia não evitou que o *Público* frequentemente reafirmasse que a floresta representava o “pulmão do mundo”. Este e outros erros de apuração e de edição, como a troca nos nomes e nas atribuições das instituições públicas brasileiras, bem como a menção a diferentes datas para ocorrências relacionadas ao caso, foram comuns no periódico português. Aliás, a *Folha de S. Paulo*, ao enfatizar que alguns textos haviam sido corrigidos, por meio do “Erramos”, reiterou o contrato cognitivo com o leitor, ou seja, mostrou que se pode confiar na sua narrativa sobre o dia do fogo na Amazônia. Contudo, essas questões aqui apontadas não querem dizer que um jornal produziu melhor narrativa do que outro, mas sim que, conforme apontado pelo paradigma crítico, a produção discursiva do jornalismo resulta das condições de produção na redação, porém, em primeiro lugar, trata-se de pessoas que, em alguns casos, estão a tentar dar o seu melhor um dia de cada vez. É por isso que, desde o começo, tem se reforçado que não se pode desprezar o paradigma normativo do jornalismo, pois os erros são perdoáveis diante da vontade de contribuir para uma sociedade melhor.

Ainda de maneira específica, procurou-se apurar quais foram os quadros de sentido produzidos sobre o dia do fogo na Amazônia. Sobretudo partir das contribuições Entman (1993), Entman et al. (1999) e Scheufele (1999), apresentadas no capítulo quatro, admitiu-se que o processo de enquadramento envolve a seleção de alguns aspectos da realidade de forma a promover a definição e a interpretação de determinado problema. Essa seleção ocorre quando as pessoas recorrem a crenças culturais armazenadas na memória. Nos textos, os quadros de sentido são formados quando há a repetição de algumas ideias.

Com base na definição de Valkenburg et al. (1999), que observou os quadros de sentido mais frequentes nas investigações em Ciências da Comunicação, percebeu-se que a *Folha de S. Paulo* privilegiou os quadros de conflito, ao passo que o *Público* privilegiou os quadros de responsabilidade. No periódico brasileiro, a narrativa sobre o dia do fogo na Amazônia articulou mais personagens jornalísticas, bem como enfatizou que os incêndios se iniciaram porque os fazendeiros, em concordância com o presidente Jair Bolsonaro, queriam trabalhar, isto é, desmatar a floresta amazônica para expandir a criação agropecuária. As divergências entre Bolsonaro, de um lado, e o presidente francês Emmanuel Macron e o ator estadunidense Leonardo DiCaprio, do outro; e a demora do governo federal brasileiro em tomar providências para o controle do fogo, especialmente o decreto de proibição do uso do fogo na

Amazônia Legal e o apoio das Forças Armadas, por meio da GLO, foram igualmente mais exploradas pela *Folha de S. Paulo*.

Já no periódico português, a narrativa sobre o dia do fogo na Amazônia enfatizou que o caso se tratava de uma tragédia ambiental, portanto a UE, pressionada pelos cidadãos e por ONG, como a *Greenpeace*, deveria agir para responsabilizar o governo brasileiro. Também, o G7 poderia oferecer ajuda econômica às áreas diretamente afetadas pelo fogo. No *Público*, evidenciou-se que o exército brasileiro estava a agir para diminuir os incêndios, entretanto, por conta da apuração baseada em outros *media* e pelo fraco entendimento dos jornalistas portugueses acerca do funcionamento das instituições brasileiras, não se esclareceu que os militares brasileiros não têm poder de fiscalização e controle ambiental, mas sim de apoio logístico e humanitário.

Em ambos os periódicos, os quadros de interesse humano fortaleceram-se pela metáfora de que a noite estava a cair sobre a cidade de São Paulo, de forma a evidenciar que as chamas tomaram praticamente todo o território brasileiro, da Amazônia à região sudeste, bem como pela comoção de artistas brasileiros e estrangeiros pelos *media* sociais. Entretanto, nos quadros de interesse econômico, percebeu-se mesmo o jogo de interesses envolvido no caso, pois a *Folha de S. Paulo* articulou questões relacionadas aos empresários do setor de hotéis de selva na Amazônia, à atividade de mineração em terras indígenas, ao Fundo Amazônia e aos fundos de investimento estrangeiros, enquanto o *Público* associou a ameaça ao acordo entre a UE e o Mercosul e a possibilidade de boicote ao couro brasileiro.

Assim, os principais quadros de sentido identificados por Valkenburg et al. (1999) permanecem como tipologias válidas para investigar o processo de enquadramento mediático. No caso do dia do fogo na Amazônia, os quadros de conflito e os quadros econômicos foram predominantes na *Folha de S. Paulo* e no *Público*. Isto vai ao encontro da literatura que discute a Amazônia como sistema econômico, nomeadamente Petit (2003), Trindade Jr. (2013) e Schmink e Wood (2012). Entretanto, isto não quer dizer que os mesmos quadros de sentido, de conflito e econômicos, foram produzidos pelos dois periódicos. Novamente, cada um foi acionado de uma forma ou de outra, consoante as diferentes práticas jornalísticas.

Por fim, perguntou-se de que maneira as crenças e os valores dos jornalistas contribuíram para a construção das narrativas sobre o dia do fogo na Amazônia. Conforme se explicou no capítulo quatro, em concordância com França (1998, 2002), as narrativas tecem a experiência dos seres humanos, agrupando o “nós” e o “outro” em torno do “outro generalizado”, ou seja, aquele sobre quem se fala. É por isso que, especialmente para Freitas, C. e Benetti (2017), as narrativas jornalísticas revelam o par identidade e alteridade a partir da relação “eu-sujeito-jornalista/veículo” com os “outros-sujeitos”. Nesta

investigação, observou-se apenas o ponto de vista do “nós”, dos jornais e dos jornalistas envolvidos na produção discursiva acerca do outro generalizado, representado pelos envolvidos no dia do fogo na Amazônia.

Na *Folha de S. Paulo*, embora tenham sido identificados algumas pessoas supostamente envolvidas no caso, como o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Progresso, Agamenon Menezes, e o empresário Ricardo de Nadai, proprietário da loja Agropecuária Sertão, geralmente, na construção discursiva, referiu-se a esses atores de maneira indeterminada, como “fazendeiros, madeireiros e empresários do sudeste do Pará”. Isto reforçou a ideia dos perigos que envolvem a cobertura ambiental na Amazônia (dada as próprias ameaças à vida do jornalista Adécio Piran), embora o jornalista Phillippe Watanabe tenha afirmado que se sente seguro trabalhando de São Paulo, já que quase não se desloca a campo. Para Watanabe, trabalhar na cobertura sobre o dia do fogo na Amazônia não se tratou de advocacia ou de militância, mas sim de interpretação dos dados científicos – ou seja, de objetividade jornalistas, no que entende Fahy (2018), mencionado anteriormente:

Entendo que acabem enxergando o jornalismo ambiental como uma forma de militância, mas penso que a ideia não se encaixa muito bem. Por definição do senso comum, militante seria de alguém que defende apaixonadamente uma causa, independente do que se fale sobre o assunto – e eu não considero que falar sobre fatos mensuráveis, objetivos e concretos seja uma forma de militância. Se se pensar em militante ambiental como alguém que acha importante preservar o meio ambiente, neste caso, eu sou militante. Vejo pelo lado óbvio: se há depredação do meio ambiente em algum lugar, necessariamente vai haver impactos negativos para a população daquele lugar. Lógico que um repórter ambiental vai falar sobre os prejuízos da devastação ambiental e dos benefícios da preservação ambiental. Há provas, há uma vasta literatura científica que mostra, independente das correntes políticas em que uma pessoa acredite ou esteja inserida, que se não se preservar o meio ambiente, necessariamente se terá problemas. É o que se vê no mundo, hoje em dia – e veremos, cada vez mais. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

Na visão do jornalista brasileiro, o dia do fogo na Amazônia, somado a outras tragédias ambientais que ocorreram no país em 2019, tornou o caso representativo do descaso do governo de Jair Bolsonaro com o ambiente e, por consequência, com a economia, a política e a diplomacia:

Entre agosto de dezembro do ano passado [2019] foi um período muito intenso no meu trabalho diário. Precisei parar e respirar várias vezes. Porque houve as queimadas na Amazônia, que chamaram a atenção internacional – embora, neste ano [2020], o número de incêndios tenha sido ainda maior. Não era uma questão de tamanho necessariamente. A gente não estava acostumado a ver algo naquela intensidade. Ao mesmo tempo, era assustador ver como as autoridades estavam tratando o assunto, constantemente dizendo que nada estava acontecendo. Juntou a isto o derramamento de óleo no Nordeste, que começou a afetar diversas praias. Foi um período um pouco enlouquecedor, porque era muita coisa ao mesmo tempo: reação internacional, atualização constante nos dados de queimada e desmatamento,

questões financeiras – ainda que eu não cubra esta área, preciso estar minimamente a par do que acontece na economia ou na política do país. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

Já no *Público*, sobretudo por conta de o caso ter ocorrido no período de férias na Europa, observou-se um envolvimento parcial na construção discursiva sobre o dia do fogo na Amazônia. Como o periódico português baseou-se, em grande parte, nos textos disponibilizados pela agência Lusa e/ou nos *media* brasileiros, não se pode afirmar que as crenças e os valores dos jornalísticas contribuíram para a construção narrativa. Com base no depoimento do jornalista Ricardo Cabral Fernandes, percebeu-se mesmo que o interesse no caso foi transitório:

O tema dos incêndios no Brasil não me marcou muito. Vou ser um pouco sincero e durante a pandemia [de covid-19] aconteceu bastante – em março, abril e maio [de 2020] foi o pandemônio nas redações, por assim dizer, com teletrabalho, adaptação etc. Hoje, estou a escrever sobre a covid-19 no Reino Unido. Daqui a algum tempo, estarei a escrever sobre a covid-19 na Argentina. Ou seja, passa-se muito. A ligação emocional entre o jornalista e o tema demora um pouco a ser criada. (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020)

É interessante que notar que, apesar de as crenças e dos valores dos jornalistas terem sido mais bem percebidos na narrativa produzida pela *Folha de S. Paulo* sobre o dia do fogo na Amazônia do que na narrativa produzida pelo *Público*, Watanabe e Cabral Fernandes têm concepções inversas acerca do resultado do próprio trabalho. Para o jornalista português, foram explorados os ângulos possíveis do caso: “Pessoalmente, só entrego um trabalho quando estou satisfeito com ele. Há erros? Sim – provavelmente cometi alguns. Se fosse um erro grave, lembrar-me-ia” (Fernandes, R., entrevista pessoal, 17 de dezembro, 2020). Já, para o jornalista brasileiro, era possível ir além:

Em todas as matérias sobre o dia do fogo dava para ter ido muito a mais além. Foi feito o possível naquele momento. Em questão de justiça, penso que não se deixou de ouvir fonte de notícia alguma. Todas as partes envolvidas estavam bem delimitadas. (Watanabe, entrevista pessoal, 15 de dezembro, 2020)

Em suma, há semelhanças entre as práticas jornalísticas da *Folha de S. Paulo* e do *Público*, sobretudo no que se refere ao princípio da objetividade e à consulta a fontes de informação por meio de canais rotineiros. As narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia foram diversas, dada a experiência dos jornalistas envolvidos e a ambiência sociocultural em que cada empresa se insere. O conflito foi mais bem caracterizado no periódico brasileiro, contudo se percebe um interesse cada vez maior do periódico português em compreender a realidade natal de uma parte considerável dos imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito sabiamente, minha orientadora disse, há alguns anos, que concluir esta investigação seria como concluir uma maratona, pois não exigiria rapidez, e sim persistência. Se a leitora ou o leitor chegou até aqui, creio que deve sentir algo semelhante à exaustão provocada por uma corrida de 42 quilômetros. Mergulhar em Paul Ricoeur requer disposição não apenas para adentrar nos seus escritos originais, mas também para questionar o próprio lugar que se ocupa no mundo. A consciência da fugacidade da vida torna-se tão arrebatadora que, somente por meio da compreensão narrativa, têm-se alguns instantes de paz. Mas, se as narrativas são construídas contextualmente e não se pode admitir que exista uma correta e outra errada, o que as torna pacificadoras?

Assim como duas palavras definem a essência deste trabalho (Amazônia e jornalismo), duas palavras definem o âmago das narrativas: palavras e pessoas. Note que o par Amazônia/jornalismo está no singular, enquanto a dupla palavras/pessoas está no plural. Isto revela, de antemão, o universo das possibilidades. Narrativas só fazem sentido, porque utilizam as palavras para exprimir o que as pessoas sentem. Uso o verbo sentir menos associado ao substantivo sentimento (embora não seja equivocado percebê-lo dessa forma) e mais próximo da sua versão no imperativo, como verbo de ação. O sentir advém do movimento da própria vida. As narrativas jornalísticas, de maneira particular, elevam a complexidade do binômio palavras/pessoas, porque, por baixo, envolvem a complexa relação mediada entre sete bilhões de seres humanos que não compartilham as mesmas palavras, tampouco sentem o mundo da mesma forma (nem se deseja que sintam). É por isso que os *media* mesmo são desafiadores: porque ousam permitir a troca de palavras entre tantas pessoas, ainda que os ruídos sejam certos.

Nesta investigação, que se propôs discutir as estratégias de construção das narrativas jornalísticas sobre o dia fogo na Amazônia, percebeu-se o quanto podem ser diversas as interpretações dos acontecimentos, ainda que se olhe para a realidade social consoante os mesmos procedimentos. As práticas, rotinas e valores jornalísticos observados na *Folha de S. Paulo* e no *Público* revelaram que os profissionais envolvidos na produção discursiva se apoiaram em fontes de informação confiáveis, como o Inpe e outras instituições científicas, para tentar compreender a tragédia ambiental. Em princípio, não haveria razão para a divergência de narrativas. Contudo, o ponto de partida pessoal e institucional não foi e jamais será o mesmo. Conseqüentemente, as leituras de mundo foram e serão diversas.

O jornalismo representa um ambiente privilegiado para se observar os sentidos compartilhados socialmente, porque dá visibilidade aos acontecimentos (ainda que os acontecimentos existam independente de aparecerem nos *media*). Na vida cotidiana, o discurso jornalístico está presente não

apenas em si próprio, mas se encontra pulverizado nas crenças e nos valores que as pessoas formam. Portanto, não se pode ignorar sua importância. As narrativas jornalísticas resultam da apreensão temporal dos acontecimentos, porém não pretendem obter uma “verdade” única, incontestável e definitiva. Os resultados obtidos nesta tese precisamente mostraram que as condições de produção são determinantes para que uma interpretação seja mais bem produzida e, portanto, mais consistente do que outra – mas isso não equivale dizer que uma esteja certa e a outra errada. Não se trata de oposição, sim de pluralidade. Quanto mais interpretações sobre determinada questão existirem, melhor se perceberá. Esta não é uma perspectiva necessariamente nova. A ideia de “espelho da realidade” já não faz mais sentido para explicar a importância do jornalismo. A relevância deste trabalho reside em reforçar que o poder hermenêutico e narrativo do jornalismo é sobretudo contextual.

Se se puder destacar uma das principais contribuições deste trabalho para as Ciências da Comunicação e para a sociedade, ela decorre do objetivo teórico que se traçou para experimentar as principais técnicas para a execução da análise narrativa, de forma a clarificar o uso desta abordagem dos estudos do discurso. A fenomenologia hermenêutica configurou-se como instrumento analítico para explicar as narrativas jornalísticas. Conforme mencionado, mergulhar na obra de Paul Ricoeur não é tarefa simples, porque envolve um encontro existencial da pesquisadora ou do pesquisador com o seu objetivo de estudo e, também, consigo própria(o). É preciso não só reconhecer os seus próprios juízos e limitações como estar vigilante a eles, o tempo todo. Objeto e investigadora ou investigador não se separam, porém devem desafiar a lógica e não se aproximar demais. Felizmente, as técnicas e os instrumentos de recolha e análise dos dados ajudam a manter os próximos distantes.

Os procedimentos metodológicos aqui detalhados permitem a aplicação da análise narrativa em investigações diversas. Neste trabalho, optou-se por combinar a análise de enquadramento e a análise narrativa, em diálogo com o percurso teórico. Como vantagem, destaca-se que a aproximação gradual do *corpus*, pela descrição de suas características e pela aplicação da análise de enquadramento, permitiu ver melhor como os jornais produziram seus discursos. Os elementos que mais se destacaram nesta fase preliminar, de alguma forma, foram realçados na análise narrativa, que se revelou mais completa. Entretanto, como desvantagem, claramente a associação entre duas técnicas de análise robustas levou à redundância e à prolixidade de informações. Dependendo das limitações da investigação, é preferível que se utilize apenas a análise de enquadramento ou a análise narrativa. Por outro lado, a repetição de informações pode ter valor de validação: se duas abordagens metodológicas conduzem às mesmas observações, ratificam-se a análise e os resultados encontrados. Em trabalhos futuros, espera-se ser capaz de explorar o potencial de combinação entre as análises de enquadramento e narrativa,

destacando-as, também, de maneira sintética. Ou seja, há que se desenvolver uma forma de condensar os resultados, sem renunciar à qualidade e à densidade dos dados.

Uma segunda relevância desta investigação está no próprio caso, o dia do fogo na Amazônia. As questões ambientais mostram-se cada vez mais urgentes, dada a escassez de recursos naturais, e a Amazônia, como maior celeiro de biodiversidade da Terra, representa um importante patrimônio a ser defendido para as gerações atuais e futuras. No entanto, desde o começo desta narrativa (que é a própria tese), não se escondeu a relação existencial que mantenho com o lugar. Sendo a Amazônia uma das minhas principais preocupações, o caso revelou-se de forma natural: como acontecimento, afetou-me, ainda que eu não estivesse lá fisicamente, e demandou compreensão. Aliás, este é mesmo um ensinamento: se se mantiver atenta ou atento, se não se esquecer do que realmente importa para os objetivos da investigação, o caso ou o cenário surgirá involuntariamente.

No começo desta investigação, não estava definido que seria o dia do fogo na Amazônia a ser analisado, entretanto o olhar sempre esteve direcionado para o bioma amazônico. À medida que aconteceram, percebeu-se que as queimas envolveram não apenas questões ambientais, mas também aspectos político-econômicos (dado o retardo do governo federal brasileiro para conter as chamas) e internacionais (pois líderes mundiais estiveram atentos e questionaram, em alguma medida, as ações do presidente Jair Bolsonaro). Essas características evidenciaram a importância de compreender o dia do fogo na Amazônia, ainda que o caso não seja representativo da Amazônia como um todo. Como o próprio nome do método de investigação indica: esta tese trata-se do estudo de um caso, de uma situação particular. Contudo, os resultados mostraram a importância de se apreender o bioma amazônico não apenas pelas suas características naturais, como os rios e as florestas, mas sobretudo como conjunto político-econômico.

Neste aspecto, revelou-se particularmente desafiadora a compreensão das narrativas jornalísticas sobre o dia do fogo na Amazônia, dado o meu envolvimento pessoal com o caso. Seguiu-se à risca os procedimentos metodológicos para evitar que minhas crenças e valores se misturassem aos resultados, entretanto, de alguma forma, esse distanciamento não foi absoluto – e me pergunto se haveria de sê-lo. Tal como o paradigma normativo norteia os estudos e a prática jornalística, ainda que, na realidade, nem sempre seja possível garantir a pluralidade de vozes (necessária para o fortalecimento da democracia), propus-me olhar para o dia do fogo conforme as técnicas e os instrumentos de recolha e análise dos dados. Entretanto isto não significa que os resultados encontrados estiveram dissociados da postura crítica que tenho não só do atual executivo brasileiro, como de toda a política exploratória implantada na

Amazônia até hoje. Conforme mencionado anteriormente, as narrativas jornalísticas resultam de contextos específicos. Como narrativa científica, esta tese também está imbricada num contexto próprio.

Por fim, este trabalho mostra-se relevante porque apresenta mais um olhar para a dinâmica entre Brasil e Portugal. Ambos os países compartilham (em princípio) a mesma língua, entretanto suas realidades socioeconômicas e políticas não poderiam ser mais diversas. O número cada vez mais crescente de brasileiros residentes em Portugal faz com que o jornalismo, como instrumento de observação da sociedade por ela própria, se dedique a explorar temas caros aos dois lados do Atlântico. A decisão de investigar o discurso de um jornal brasileiro e outro português não foi mera parcialidade, tampouco decorreu simplesmente do fato de eu ser brasileira numa instituição de ensino e investigação portuguesa. É a própria força da realidade que demanda compreensão.

Folha de S. Paulo e *Público* dispõem-se a compartilhar não apenas um conjunto de valores e práticas, mas também o compromisso com a democracia (em diálogo com o paradigma normativo). Todavia os resultados deste estudo mostraram que, por conta de suas próprias trajetórias institucionais e dos contextos nacionais, não é possível (nem deve se buscar) tal paralelo. Também, que não se pode admitir suas produções discursivas como dominantes no Brasil e em Portugal, nesta ordem. São apenas duas narrativas entre tantas possíveis. Ainda que os valores normativos, nomeadamente a objetividade, tenham sido evocados pelos jornais e pelos jornalistas entrevistados neste estudo, percebeu-se que as narrativas da *Folha de S. Paulo* e do *Público*, ao fim e ao cabo, pouco apresentaram a diversidade de vozes necessária para o fortalecimento democrático. Ambos os periódicos mantêm procedimentos de rotina, portanto os principais sentidos sobre a Amazônia, compartilhados internacionalmente, ainda são aqueles proferidos pela elite político-econômica mundial. Dependendo da liderança, o ponto de vista apresentado pode não ser o mais correto. Como mostrado neste estudo, a errônea metáfora de Amazônia como “pulmão do mundo” ainda precisa ser desconstruída.

Em trabalhos futuros, espera-se aprimorar o instrumento analítico ora desenvolvido e aplicá-lo a novos casos. Também, seguir na observação das questões ambientais por meio dos *media* e, em especial, das narrativas jornalísticas. Paraphrasing Margaret Atwood: uma palavra após palavra após palavra é poder. Talvez, o poder desta investigação seja limitado, porque está direcionado aos rituais acadêmicos. Contudo, as palavras e os sentidos aqui articulados narrativamente de certo representam a luta de uma brasileira em busca de um mundo melhor.

BIBLIOGRAFIA

- Acselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 103–119. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>
- AFP, & Reuters. (2021, February 24). Venezuela expulsa embaixadora da UE após novas sanções do bloco. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/venezuela-expulsa-embaixadora-da-ue-apos-novas-sancoes-do-bloco.shtml>
- Agarwal, S. D., & Barthel, M. L. (2015). The friendly barbarians: Professional norms and work routines of online journalists in the United States. *Journalism*, 16(3), 376–391. <https://doi.org/10.1177/1464884913511565>
- Aguiar, S. (2016). *Territórios do jornalismo: geografias de mídia local e regional no Brasil*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; Editora PUC-Rio.
- Ahva, L. (2017). Practice Theory for Journalism Studies. *Journalism Studies*, 18(12), 1523–1541. <https://doi.org/10.1080/1461670x.2016.1139464>
- Albuquerque, A. de. (2005). Another “Fourth Branch”: Press and political culture in Brazil. *Journalism*, 6(4), 486–504. <https://doi.org/10.1177/1464884905056817>
- Albuquerque, A. de. (2019a). Journalism and Multiple Modernities: The Folha de S. Paulo Reform in Brazil. *Journalism Studies*, 20(11), 1546–1562. <https://doi.org/10.1080/1461670x.2018.1528881>
- Albuquerque, A. de. (2019b). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, 20(7), 906–923. <https://doi.org/10.1177/1464884917738376>
- Albuquerque, A. De, & Holzbach, A. D. (2009). Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 5(14), 149–170. <https://doi.org/10.18568/cmc.v5i14.141>
- Althusser, L. (1970). Idéologie et appareils idéologiques d’État. *La Pensée*, (151). Retrieved from <http://gesd.free.fr/althu70.pdf>
- Amaral, A. C. (2019, August 23). Amazônia ajuda a regular clima global, mas não é o pulmão do mundo. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/amazonia-ajuda-a-regular-clima-global-mas-nao-e-o-pulmao-do-mundo.shtml>
- Anderson, A. (2015). News organization(s) and the production of environmental news. In A. Hansen & R.

- Cox (Eds.), *The Routledge Handbook of environmental and communication*. London; New York: Routledge.
- Antunes, E. (2007). Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, 5(1, 2). <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.9771/1809-9386contemporanea.v0i0.3517>
- Arini, J. (2019a, August 21). Mato Grosso lidera queimadas na Amazônia. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/mato-grosso-lidera-queimadas-na-amazonia.shtml>
- Arini, J. (2019b, September 3). Índios lamentam fim de brigadas de incêndio em aldeia em Mato Grosso. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/indios-lamentam-fim-de-brigadas-de-incendio-em-aldeia-em-mato-grosso.shtml>
- Armada, C. A. S. (2020). Os desastres ambientais de Mariana e Brumadinho em face ao estado socioambiental brasileiro. *Territorium*, 28(1), 13–22. https://doi.org/10.14195/1647-7723_28-1_1
- Armour, M., Rivaux, S. L., & Bell, H. (2009). Using context to build rigor: Application to two hermeneutic phenomenological studies. *Qualitative Social Work*, 8(1), 101–122. <https://doi.org/10.1177/1473325008100424>
- Arquembourg, J. (2006). De l'événement international à l'événement global: Émergence et manifestations d'une sensibilité mondiale. *Hermès*, (46), 13. <https://doi.org/10.4267/2042/24050>
- Azevedo, F. A. (2006). Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 12(1), 88–113. Retrieved from <https://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29399.pdf>
- Babbie, E. (1992). The ethics and politics of social research. In *The practice of social research* (6th ed.). Belmont: Wadsworth Publishing Company.
- Babo-Lança, I. (2006). *A configuração dos acontecimentos públicos: o "caso República" e as manifestações nos Açores em 1975*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Bakhtin, M. M. (1986). *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin: University of Texas Press.
- Barkin, S. M. (1984). The Journalist as Storyteller. *American Journalism*, 1(2), 27–34. <https://doi.org/10.1080/08821127.1984.10731015>
- Barlow, J., Berenguer, E., Carmenta, R., & França, F. (2020). Clarifying Amazonia's burning crisis. *Global Change Biology*, 26(2), 319–321. <https://doi.org/10.1111/gcb.14872>

- Barrett, O. B. (2012). As Agências Nacionais de Notícias na Turbulenta era da Internet. *Comunicação & Sociedade*, 33(57), 7–56. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v33n57p7-56>
- Barretto Filho, H. T. (2020). Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, 29(2), 1–9. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe178663>
- Baxter, L. A., & Babbie, E. (2003). *The basics of communication research*. Boston: Wadsworth.
- Baxter, P., & Jack, S. (2008). Qualitative Case Study Methodology: Study Design and Implementation for Novice Researchers. *The Qualitative Report Volume*, 13(4), 544–559. <https://doi.org/10.2174/1874434600802010058>
- Becker, B. K. (1996). *Amazônia* (4th ed.). São Paulo: Ática.
- Becker, B. K. (2009). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Belair-Gagnon, V. (2019). Sociology of News Work. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (pp. 1–8). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0031>
- Benetti, M. (2010). O jornalismo como acontecimento. In M. Benetti & V. Fonseca (Eds.), *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos* (pp. 143–164). Florianópolis: Insular.
- Benevides, B., & Castanho, L. (2020, September 22). Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU com checagens e contextualização. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-onu-com-checagens-e-contextualizacao.shtml>
- Bentes, R. (2005). A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19(54), 225–240. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200013>
- Benton, T. (1996). Ambientalismo. In W. Outhwaite & T. Bottomore (Eds.), *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Berkowitz, D. A. (2009). Reporters and Their Sources. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), *The handbook of journalism studies* (pp. 102–115). New York; London: Routledge.
- Berkowitz, D., & Beach, D. W. (1993). News Sources and News Context: The Effect of Routine News, Conflict and Proximity. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 70(1), 4–12. <https://doi.org/10.1177/107769909307000102>
- Bielsa, E. (2008). The pivotal role of news agencies in the context of globalization: A historical approach. *Global Networks*, 8(3), 347–366. <https://doi.org/10.1111/j.1471-0374.2008.00199.x>
- Blalock, H. M. (1960). *Social statistics*. New York: McGraw-Hill.

- Boudana, S. (2011). A definition of journalistic objectivity as a performance. *Media, Culture and Society*, 33(3), 385–398. <https://doi.org/10.1177/0163443710394899>
- Boumans, J., Trilling, D., Vliegthart, R., & Boomgaarden, H. (2018). The Agency Makes the (Online) News World go Round: The Impact of News Agency Content on Print and Online News. *International Journal of Communication*, 12(0), 1768–1789. Retrieved from <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/7109>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta.
- Brandão, H. H. N. (2002). *Introdução à análise do discurso* (8th ed.). Campinas: Editora da Unicamp.
- Brüggemann, M., Engesser, S., Büchel, F., Humprecht, E., & Castro, L. (2014). Hallin and Mancini Revisited: Four Empirical Types of Western Media Systems. *Journal of Communication*, 64(6), 1037–1065. <https://doi.org/10.1111/jcom.12127>
- Bueno, M. F. (2002). *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.8.2003.tde-11052004-103058>
- Bueno, W. da C. (2007). Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 15. <https://doi.org/10.5380/dma.v15i0.11897>
- Bunce, M. (2019). Management and resistance in the digital newsroom. *Journalism*, 20(7), 890–905. <https://doi.org/10.1177/1464884916688963>
- Calcutt, A., & Hammond, P. (2011). *Journalism studies: a critical introduction*. London; New York: Routledge.
- Camana, Â. (2018). Conflitos ambientais: uma pauta central para o jornalismo. In I. M. T. Girardi, C. H. de Moraes, E. B. Loose, & R. V. Belmonte (Eds.), *Jornalismo ambiental: teoria e prática* (p. 175). Porto Alegre: Metamorfose.
- Camana, Â., & Almeida, J. (2017). Periodismo ambiental y los “ambientes posibles.” *Espacio Abierto*, 26(2), 27–40. Retrieved from <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=122/12252818003>
- Camargos, D. (2019, October 23). Fazendeiros e empresários organizaram “dia do fogo”, apontam investigações. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/fazendeiros-e-empresarios-organizaram-dia-do-fogo-apontam-investigacoes.shtml>
- Camillo, M. (2019, December 28). Relembre os memes e piadas que dominaram as redes sociais em 2019. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from

- <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2019/12/28/retrospectiva-de-memes-2019/>
- Campelo, E. L. G. (2018). *Mecanismos de gestão ambiental e eficiência ambiental no comando e controle do desmatamento no Estado do Pará: subsídios para a formatação de ação*. Universidade Federal do Pará. Retrieved from <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12208>
- Canavilhas, J., Satuf, I., De Luna, D., Torres, V., Baccin, A., & Marques, A. (2016). Jornalistas e tecnoatores: a negociação de culturas profissionais em redações on-line. *Revista FAMECOS*, 23(3). <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.3.24292>
- Carey, J. W. (2007). A short history of journalism for journalists: a proposal and essay. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 12(1), 3–16. <https://doi.org/10.1177/1081180X06297603>
- Carlson, M., Robinson, S., Lewis, S. C., & Berkowitz, D. A. (2018). Journalism studies and its core commitments: The making of a communication field. *Journal of Communication*, 68(1), 6–25. <https://doi.org/10.1093/joc/jqx006>
- Carvalho, A. (2000). Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. *Cadernos Do Noroeste: Série Comunicação*, 14(1–2), 143–156. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/5520>
- Carvalho, C. P. G. (2009). *Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil*. Universidade de Brasília. Retrieved from <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3989>
- Carvalho, D. (2020, August 19). Após críticas de Leonardo DiCaprio, Mourão convida ator para marchar oito horas na selva. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/apos-criticas-de-leonardo-dicaprio-mourao-convida-ator-para-marchar-oito-horas-na-selva.shtml>
- Carvalho, C. A. de. (2012). Understanding the journalistic narratives from the triple mimesis proposed by Paul Ricoeur. *Matrizes*, 6(1–2), 169–187. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v6i1-2p169-188>
- Carvalho, C. A. de, & Lage, L. R. (2012). Narrativa como mediação fundamental da experiência dos acontecimentos: a mise en intrigue midiática. *Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura*, 10(1), 207–222. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.9771/1809-9386contemporanea.v10i1.5804>
- Carvalho, C. A. de, & Lage, L. R. (2014). Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricoeur para estudos em Comunicação: ação, narrativa e acontecimento. In V. R. V. França, A. Aldé, & M. C. Ramos (Eds.), *Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas* (p. 295). Salvador:

Edufba.

- Carvalho, H. (2020, August 12). Amazônia volta a arder. Bolsonaro diz que é “mentira.” *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/08/12/p3/fotogaleria/amazonia-volta-arder-bolsonaro-mentira-402182>
- Carvalho, M., & Dávila, S. (2020, July 9). Carta aos leitores do PÚBLICO e da Folha de S. Paulo. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/07/09/opiniao/editorial/carta-leitores-publico-folha-spaulo-1923602>
- Casadei, E. B. (2010). A construção de personagens no jornalismo: entre a matriz de verdade presumida e a imaginação das urdiduras de enredos. *Ciberlegenda*, (22). Retrieved from <https://doaj.org/article/66784e553c62451291112c3e66f51b26>
- Castelló, E., & Montagut, M. (2019). Framing forest fires and environmental activism: A storytelling contest about human intervention in nature. *Communication and Society*, 32(4 Special Issue), 291–306. <https://doi.org/10.15581/003.32.4.291-306>
- Castro, F. F. de. (2015). Intencionalidade, experiência banal e comunicação. Esboço de prospecção fenomenológica do quotidiano. *Logos*, 22(2), 58–70. <https://doi.org/10.12957/logos.2015.19617>
- Castro, E. (2005). Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, 8(2), 5–39. <https://doi.org/10.5801/ncn.v8i2.51>
- Celentano, D., & Verissimo, A. (2007). *O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.
- Chalaby, J. K. (1996). Journalism as an Anglo-American Invention. *European Journal of Communication*, 11(3), 303–326. <https://doi.org/10.1177/0267323196011003002>
- Chalaby, J. K. (2001). Le Journalisme: une invention moderne et anglo-américaine. *Swiss Journal of Sociology*, 27(2), 281–295. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=snh&AN=27142689&site=ehost-live>
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- Charron, J., & Bonville, J. de. (2016). *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis; Brasília: Insular; FAC.
- Cho, D., Smith, M. D., & Zentner, A. (2016). Internet adoption and the survival of print newspapers: A country-level examination. *Information Economics and Policy*, 37, 13–19. <https://doi.org/10.1016/j.infoecopol.2016.10.001>
- Chong, D., & Druckman, J. N. (2007). Framing theory. *Annual Review of Political Science*, 10, 103–126.

<https://doi.org/https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.10.072805.103054>

- Christians, C. G., Glasser, T. L., McQuail, D., Nordenstreng, K., & White, R. A. (2009). *Normative theories of the media: journalism in democratic societies*. Chicago: University of Illinois Press.
- Coelho, L. R., & Julião, L. R. (2008). O verde como questão política: a construção do discurso ambiental da revista *Veja* sobre a Amazônia. *Signum: Estudos Da Linguagem*, 11(2), 83–101. <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2008v11n2p>
- Coleman, R. (2010). Framing the pictures in our heads: exploring the framing and agenda-setting effects of visual images. In P. D'Angelo & J. A. Kuypers (Eds.), *Doing News Framing Analysis: Empirical and Theoretical Perspectives*. New York: Routledge.
- Costa, A. C. S. da, Costa, V. T., Kabuenge, N. N., Ferreira Junior, S. E. S., & Braga, T. L. C. (2018). A Hermenêutica de Profundidade e os apontamentos teórico-metodológicos de análise das narrativas jornalísticas. In M. Maia & M. Martinez (Eds.), *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas* (pp. 211–224). Santa Cruz do Sul: Catarse.
- Costa, L. M. (2004). *Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia*. Universidade Federal do Pará. Retrieved from <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/2323>
- Costa, L. M. (2008). O boom ambiental na imprensa: uma análise das notícias sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia da década de 70 aos anos 2000. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 17, 47–68. <https://doi.org/10.5380/dma.v17i0.13412>
- Couldry, N., & Andreas, H. (2017). *The Mediated Construction of Reality*. Cambridge: Polity Press.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática* (2nd ed.). Coimbra: Almedina.
- Crowther, S., Ironside, P., Spence, D., & Smythe, L. (2017). Crafting Stories in Hermeneutic Phenomenology Research: A Methodological Device. *Qualitative Health Research*, 27(6), 826–835. <https://doi.org/10.1177/1049732316656161>
- Culto. (2019, August 26). Leonardo DiCaprio avança com cinco milhões para a Amazônia. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/26/impar/noticia/associacao-dicaprio-avanca-cinco-milhoes-amazonia-1884469>
- Cunha, L. M. (2007). Fronteira, memória e narrativa. In J. M. U. Oyarbide (Ed.), *En-clave ibérica: vecinos, caminos y mudanzas culturales* (pp. 69–89). Navarra: Universidad Pública de Navarra.
- Cunningham, B. Y. B. (2003). Re-thinking Objectivity. *Columbia Journalism Review*, (4). Retrieved from https://archives.cjr.org/feature/rethinking_objectivity.php

- Davidson, S., & Vallée, M.-A. (2016). *Hermeneutics and Phenomenology in Paul Ricoeur*. (S. Davidson & M.-A. Vallée, Eds.), *Hermeneutics and phenomenology in Paul Ricoeur: between text and phenomenon* (Vol. 2). Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-33426-4>
- De Vreese, C. H. (2005). News framing: theory and typology. *Information Design Journal*, *13*(1), 51–62. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1075/idjdd.13.1.06vre>
- DeLuca, N. (2020, November 10). Folha foi o 1º jornal brasileiro a ter espaço fixo para correção de erros. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/11/folha-foi-o-1o-jornal-brasileiro-a-ter-espaco-fixo-para-correcao-de-erros.shtml>
- Deuze, M. (2007). Journalism studies beyond media: on ideology and identity. *Ecquid Novi: African Journalism Studies*, *25*(2), 275–293. <https://doi.org/10.3368/ajs.25.2.275>
- Deuze, M., & Witschge, T. (2018). Beyond journalism: theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, *19*(2), 165–181. <https://doi.org/10.1177/1464884916688550>
- Dewey, J. (2012). *Essays in experimental logic*. Project Gutenberg.
- Dias, A. B. (2011). Pensar o acontecimento: jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica. *Verso e Reverso*, *25*(60), 172–182. <https://doi.org/10.4013/ver.2011.25.60.04>
- Dias, A. B. (2012). *O presente da memória : uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda.”* Universidade Federal do Paraná. Retrieved from <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27381>
- Dias, A. B. (2017). Course of Recognition: A Theoretical and Methodological Approach to Understanding Journalism as a Subject in Communication. *Brazilian Journalism Research*, *13*(3), 104. <https://doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.976>
- Dionizio, P. M. (2011). *Entre mundos: um encontro com o outro na tessitura da narrativa jornalística*. Universidade Federal de Minas Gerais. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9DWEMX>
- Dittrich, M. G., & Leopardi, M. T. (2015). Hermenêutica fenomenológica: Um método de compreensão das vivências com pessoas. *Discursos Fotográficos*, *11*(18), 97–117. <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2015v11n18p97>
- Dornelles, B. (2008). O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. *Brazilian Journalism Research*, *4*(2), 121–131. <https://doi.org/10.25200/BJR.v4n2.2008.167>
- Durães, M. (2019, August 23). A Amazônia está a arder. Como podemos ajudar? *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/p3/noticia/amazonia-esta-a-arder-como-podemos-ajudar-1884237>

- Dutra, M. (1999). *O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós*. Belém: UFPA/NAEA/PLADES.
- Duvivier, G. (2019, August 21). A mula que só queria ver o circo pegar fogo. *Folha de S. Paulo*, p. C5.
- Earthy, S., & Cronin, A. (2008). Arrative analysis. In N. Gilbert (Ed.), *Researching Social Life* (3rd ed.). London: SAGE.
- Elden, S. (2011). Territory: part I. In J. A. Agnew & J. S. Duncan (Eds.), *The Wiley-Blackwell companion to human geography*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Entman, R. M., Matthes, J., & Pellicano, L. (2009). Nature, Sources, and Effects of News Framing. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), *The Handbook of Journalism Studies* (pp. 175–190). New York; London: Routledge.
- Esin, C., Fathi, M., & Squire, C. (2014). Narrative Analysis: The Constructionist Approach. In *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis* (pp. 203–216). London: SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781446282243.n14>
- Esteves, P. R. P. de C. (2019). *A mediatização de regiões na secção Local de um jornal nacional: o caso do jornal Público*. Universidade do Minho. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/60160>
- Fahy, D. (2018). Objectivity as Trained Judgment: How Environmental Reporters Pioneered Journalism for a “Post-truth” Era. *Environmental Communication*, 12(7), 855–861. <https://doi.org/10.1080/17524032.2018.1495093>
- Feldman, M. S., Sköldberg, K., Brown, R. N., & Horner, D. (2004). Making sense of stories: A rhetorical approach to narrative analysis. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 14(2), 147–170. <https://doi.org/10.1093/jopart/muh010>
- Fernandes, R. C. (2019a, August 22). Bolsonaro admite que fogos estão descontrolados: “Como vamos combater incêndios numa área destas?” *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/22/mundo/noticia/amazonia-arde-bolsonaro-ataca-ambientalistas-1884178>
- Fernandes, R. C. (2019b, August 23). Bolsonaro pondera enviar militares para travar queimadas na Amazônia. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/noticia/brasil-arde-bolsonaro-pondera-enviar-militares-travar-queimadas-amazonia-1884289>
- Fernandes, R. C. (2019c, August 26). G7: Macron oferece ajuda para Amazônia, Bolsonaro responde com insultos. *Público*. Retrieved from

<https://www.publico.pt/2019/08/26/mundo/noticia/bolsonaro-macron-trocam-insultos-amazonia-arde-1884522>

Fernandes, T. (2019a, August 24). Bolsonaro contraria dados do governo e diz que fogo é restrito a regiões desmatadas. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-contraria-dados-do-governo-e-diz-que-fogo-e-restrito-a-regioes-desmatadas.shtml>

Fernandes, T. (2019b, August 25). Bolsonaro pede que PF investigue “dia do fogo” após pecuarista lançar suspeitas sobre ICMBio. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-pede-que-pf-investigue-dia-do-fogo-apos-pecuarista-lancar-suspeitas-sobre-icmbio.shtml>

Fernandes, T., Coletta, R. Della, & Dias, M. (2019, August 23). Trump oferece ajuda para conter queimadas no Brasil, e país costura também apoio israelense. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/sob-pressao-europeia-brasil-costura-com-eua-e-israel-sobre-ajuda-para-amazonia.shtml>

Ferreira, A. G., & Barata, C. (2019, September 24). Assembleia Geral da ONU: “É falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade”, diz Bolsonaro. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/09/24/mundo/noticia/bolsonaro-gracas-deus-brasil-renasceu-socialismo-1887744>

Ferreira, M. C. L. (2003). O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. *Letras*, 0(27), 39–46. <https://doi.org/https://doi.org/10.5902/2176148511896>

Fidalgo, J. (2011). Portugal. In *On media monitoring: the media and their contribution to democracy* (pp. 209–234). Peter Lang Publishing. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/29983>

Figaro, R. (2014). Jornalismo e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social Da FIAM-FAAM*, 2(2), 23–37. Retrieved from <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/231>

Fisch, G., Marengo, J. A., & Nobre, C. A. (1998). Uma revisão geral sobre o clima da Amazônia. *Acta Amazonica*, 28(2), 101–126. <https://doi.org/10.1590/1809-43921998282126>

Flyvbjerg, B. (2006). Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, 12(2), 219–245. <https://doi.org/10.1177/1077800405284363>

Folha de S. Paulo. (2018, February 8). Folha deixa de publicar conteúdo no Facebook. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-deixa-de-publicar-conteudo-no-facebook.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=fbfolha

- Folha de S. Paulo. (2019a, August 22). Corinthians divulga escudo do clube com protesto contra queimadas na Amazônia. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/corinthians-divulga-escudo-do-clube-com-protesto-contra-queimadas-na-amazonia.shtml>
- Folha de S. Paulo. (2019b, August 22). Onde há fumaça. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/08/onde-ha-fumaca.shtml>
- Folha de S. Paulo. (2019c, September 2). As queimadas de agosto. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1643579288701521-cronologia-das-queimadas-de-agosto>
- Folha de S. Paulo. (2019d, September 11). Ativistas fazem ato em Bruxelas contra destruição na Amazônia; veja fotos de hoje. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1677527280958122-nova-york-marca-19-aniversario-do-11-de-setembro-veja-fotos-de-hoje#foto-1677577084557124>
- Folha de S. Paulo. (2019e, December 14). Das hienas ao óleo, faça um passeio por 2019 em 19 charges. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://saopaulo.folha.uol.com.br/revista/2019/12/das-hienas-ao-oleo-faca-um-passeio-por-2019-em-19-charges.shtml>
- Folha de S. Paulo. (2020, September 19). Brasil em chamas. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/brasil-em-chamas.shtml>
- Folha de S. Paulo. (2021a, March 27). Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>
- Folha de S. Paulo. (2021b, July 5). Folha volta a publicar conteúdo no Facebook. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/folha-volta-a-publicar-conteudo-no-facebook.shtml>
- Fonseca, J. P. da. (2019, August 20). A longa noite do meio ambiente. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2019/08/a-longa-noite-do-meio-ambiente.shtml>
- Fox, C. (2013). Public reason, objectivity and journalism in liberal democratic societies. *Res Publica*, 19(3), 257–273. <https://doi.org/10.1007/s11158-013-9226-6>
- França, V. R. V. (1998). *Jornalismo e a vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- França, V. R. V. (2002). Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In V. R. V. França (Ed.), *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver* (pp. 27–43). Belo Horizonte: Autêntica.
- França, V. R. V. (2012a). A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In V. R. V. França & L. Oliveira (Eds.), *Acontecimento: reverberações* (pp. 21–38). Belo Horizonte: Autêntica.
- França, V. R. V. (2012b). O acontecimento e a mídia. *Galáxia*, (24), 10–21. Retrieved from <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>
- França, V. R. V. (2016). O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In C. P. de Moura & M. I. V. de Lopes (Eds.), *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas* (pp. 153–174). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- França, V. R. V., & Lopes, S. C. (2017). Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. *MATRIZES*, 11(3), 71–87. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i3p71-87>
- França, V. R. V., & Simões, P. G. (2014). Escola de Chicago. In A. Citelli, C. Berger, M. A. Baccega, M. I. V. de Lopes, & V. R. V. França (Eds.), *Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto.
- Franklin, B. (2012). The future of journalism: developments and debates. *Journalism Studies*, 13(5–6), 663–681. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2012.712301>
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 139–152. <https://doi.org/10.1590/s0103-863x2004000200004>
- Freedman, E. (2020). In the crosshairs: The perils of environmental journalism. *Journal of Human Rights*, 0(0), 1–16. <https://doi.org/10.1080/14754835.2020.1746180>
- Freeman, M. (2015). Narrative as a mode of understanding: method, theory, praxis. In A. De Fina & A. Georgakopoulou (Eds.), *The Handbook of Narrative Analysis* (pp. 21–37). Sussex: Wiley-Blackwell.
- Freitas, A. C. (2019, November 29). Quanto mais a Amazônia arde, mais derrete o gelo dos Andes. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/11/29/ciencia/noticia/amazonia-arde-derretem-glaciares-andes-1895594>
- Freitas, C., & Benetti, M. (2017). Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. *Brazilian Journalism Research*, 13(2), 10–29. <https://doi.org/https://doi.org/10.25200/BJR.v13n2.2017.989>
- Gadamer, H. (1999). *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (3rd ed.). Petrópolis: Vozes.

- Gaiman, N. (2016). *Alerta de risco: contos e perturbações* (1st ed.). Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Garcia, R. (2019, August 22). A floresta vista de cima. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/22/mundo/cronica/floresta-vista-cima-1884179>
- Geertz, C. (2015). *A interpretação das culturas* (1st ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Gerring, J. (2004). What is a case study and what is it good for? *American Political Science Review*, *98*(2), 341–354. <https://doi.org/10.1017/S0003055404001182>
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Hanover; London: University Press of New England.
- Gomes, M. (2018). Debates da história: a evolução do conceito de objetividade em Umberto Eco. *Mídia & Jornalismo*, *18*(32), 105–117. https://doi.org/https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_8
- Gondim, N. (1994). *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- Guimarães, G. T. D., Paula, M. C., & Hirai, W. G. (2020). Análise De Discurso Aplicada a Investigação Qualitativa: Perspectiva Metodológica Em Debate, 40–54. <https://doi.org/10.36367/ntqr.4.2020.40-54>
- Guion, L. A., Diehl, D. C., & McDonald, D. (2011). *Conducting an In-depth Interview*. Retrieved from https://www.betterevaluation.org/en/resources/guide/conducting_an_in-depth_interview
- Gutsche Jr, R. E., & Hess, K. (2019). *Geographies of journalism: the imaginative power of place in making digital news*. London; New York: Routledge.
- Haesbaert, R. (2010). *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Hallin, D. C., & Giles, R. (2005). Presses and democracies. In G. Overholser & K. H. Jamieson (Eds.), *Institutions of american democracy: the press*. New York: Oxford University Press.
- Hanitzsch, T. (2019). Journalistic Roles. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (pp. 1–9). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0029>
- Herte de Moraes, C. (2017). A mudança climática no enquadramento discursivo da revista *Época*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, *40*, 37–56. <https://doi.org/10.5380/dma.v40i0.49071>
- Hildebrand, D. (2018). John Dewey. In Edward N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Retrieved from <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/dewey/>
- Homma, A. K. O. (2020). *Roça sem fogo: da tradição das queimadas à agricultura sustentável na Amazônia*. (R. N. B. Alves & M. de S. Modesto Júnior, Eds.). Brasília: Embrapa.
- James, W. (2004). *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking*. Project Gutenberg.

- Joas, H. (1996). Pragmatismo. In W. Outhwaite & T. Bottomore (Eds.), *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Joseph, B. (2013). De-coupling journalism and democracy: Or how much democracy does journalism need? *Journalism*, 14(4), 441–445. <https://doi.org/10.1177/1464884913489000>
- Josgrilberg, R. (2017). Que é hermenêutica? *Revista Internacional d'Humanitats*, (39), 75–86. Retrieved from Revista Internacional d'Humanitats 39 jan-abr 2017
- Kafle, N. P. (2013). Hermeneutic phenomenological research method simplified. *Bodhi: An Interdisciplinary Journal*, 5(1), 181–200. <https://doi.org/10.3126/bodhi.v5i1.8053>
- Kakkori, L. (2010). Hermeneutics and Phenomenology Problems When Applying Hermeneutic Phenomenological Method in Educational Qualitative Research. *Philosophical Inquiry in Education*, 18(2), 19–27. Retrieved from <https://journals.sfu.ca/pie/index.php/pie/article/view/214>
- Klanovicz, J. (2019). Amazônia em chamas e uma nova cidadania ecológica global. *Estudios Rurales*, 9(18). Retrieved from <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/181/181890004/html/index.html>
- Kristeva, J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Labov, W. (1997). Some Further Steps in Narrative Analysis. *Journal of Narrative and Life History*, 7(1–4), 395–415. <https://doi.org/10.1075/jnlh.7.49som>
- Labov, W. (2006). Narrative pre-construction. *Narrative Inquiry*, 16(1), 37–45. <https://doi.org/10.1075/ni.16.1.07lab>
- Lage, L. R. (2018). Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur para uma teoria da narratividade jornalística. *Estudos Em Jornalismo e Mídia*, 15(2), 09–19. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2018v15n2p09>
- Lage, L. R., & Salgado, T. P. B. (2011). Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos - Entrevista com Louis Quéré. *Revista EcoPós*, 14(2), 176–183. <https://doi.org/https://doi.org/10.29146/eco-pos.v14i2.1213>
- Larkin, M., Watts, S., & Clifton, E. (2006). Giving voice and making sense in interpretative phenomenological analysis. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 102–120. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp062oa>
- Leal, B. S. (2006). Saber das narrativas: narrar. In C. Guimarães & V. R. V. França (Eds.), *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano* (pp. 19–28). Belo Horizonte: Autêntica.
- Legg, C., & Hookway, C. (2019). Pragmatism. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Metaphysics Research Lab, Stanford University. Retrieved from

- <https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/pragmatism/>
- Lešić, B. P. (2017). Ferdinand de Saussure: le Cours de linguistique générale source inépuisable d'idées et de concepts pour la recherche du langage. In *Francontraste 3: Structuration, langage, discours et au-dela. Tome 2: Sciences du langage* (pp. 291–304). Mons, Belgija: Editions du CIPA.
- Lewis, S. C. (2019). Journalism. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (pp. 1–7). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0001>
- Lima, C. (2019). El conflicto en el Amazonas en perspectiva histórica. *Estudios Rurales*, 9(18). Retrieved from <https://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/estudios-rurales/article/view/16462/45454575769141>
- Linström, M., & Marais, W. (2012). Qualitative news frame analysis: a methodology. *Communitas*, 17, 21–37.
- Livingstone, S. (2003). On the Challenges of Cross-National Comparative Media Research. *European Journal of Communication*, 18(4), 477–500. <https://doi.org/10.1177/0267323103184003>
- Lobato, J. A. M., & Lobato, M. L. A. M. (2018). Alteridade, empatia e afetividade no jornalismo: um estudo sobre a desinstrumentalização e compreensão do outro na narrativa de informação. *Revista Comunicação Midiática*, 13(1). Retrieved from <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/15>
- Lopes, F. (2016). Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. *Observatorio (OBS*)*, 10(4), 180–191. <https://doi.org/10.15847/obsOBS1042016951>
- Lopes, M. (2012). *Folha: do manual ao jornal ou do jornalístico ao pedagógico*. Universidade Estadual de Campinas. Retrieved from <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270535>
- Lorena, S. (2020, September 19). Macron rejeita acordo UE-Mercosul em nome da luta contra as alterações climáticas. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/09/19/mundo/noticia/macron-rejeita-acordo-uemercosul-nome-luta-alteracoes-climaticas-1932154>
- Loureiro, V. R. (2002). Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, 16(45), 107–121. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142002000200008>
- Luft, M. S. (2010). *Jornalismo ambiental na Amazônia: as fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no jornal O Liberal do Pará*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Retrieved from <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4120>
- Lusa. (2019a, August 25). Mais de 40 associações exigem posicionamento do Governo português sobre

- Amazónia. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/25/sociedade/noticia/amazonia-40-associacoes-exigem-posicionamento-governo-portugues-1884370>
- Lusa. (2019b, August 26). Manifestação em Lisboa reuniu 700 pessoas pela defesa da Amazónia. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/26/sociedade/noticia/cerca-700-pessoas-manifestaramse-lisboa-defesa-amazonia-1884533>
- Lusa. (2019c, August 29). Indústria de curtumes recua e desmente boicote de marcas ao couro brasileiro. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/29/impar/noticia/industria-curtumes-recua-nega-boicote-marcas-couro-brasileiro-1884778>
- Lusa. (2020a, February 13). Presidente do Brasil chama “lixo” à Greenpeace. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/02/13/mundo/noticia/presidente-brasil-chama-lixo-greenpeace-1904061>
- Lusa. (2020b, June 12). Desflorestação da Amazónia no Brasil até Maio foi a maior desde 2015. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/06/12/mundo/noticia/desflorestacao-amazonia-brasil-ate-maio-maior-desde-2015-1920413>
- Lusa. (2020c, September 11). Greenpeace afixa cartaz na sede da Comissão Europeia contra fogos na Amazónia. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/09/11/p3/noticia/greenpeace-afixa-cartaz-sede-comissao-europeia-fogos-amazonia-1931205>
- Lusa, & Público. (2019a, August 21). A Amazónia está a arder — e já se vê do espaço. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/21/mundo/noticia/amazonia-bioma-afetado-incendios-brasil-1883965>
- Lusa, & Público. (2019b, August 25). Macron anuncia convergência no G7 para criação de mecanismo internacional de protecção da Amazónia. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/25/mundo/noticia/macron-anuncia-convergencia-g7-criacao-mecanismo-internacional-proteccao-amazonia-1884389>
- Machado, J. C. de S. da M. (2019). *Notícias do massacre em Pau D’Arco: a produção de sentidos sobre as mortes por violência no campo*. Fundação Oswaldo Cruz. Retrieved from <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/35821>
- Machill, M., Köhler, S., & Waldhauser, M. (2007). The Use of Narrative Structures in Television News. *European Journal of Communication*, 22(2), 185–205. <https://doi.org/10.1177/0267323107076769>
- Maisonave, F. (2019, August 14). Em “dia do fogo”, sul do PA registra disparo no número de

- queimadas. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/em-dia-do-fogo-sul-do-pa-registra-disparo-no-numero-de-queimadas.shtml>
- Marques, I. da F. M. (2016). *A construção da personagem nas narrativas do jornalismo digital*. Universidade de Coimbra. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/31489>
- Márquez, G. G. (2011). Jornalismo: o melhor ofício do mundo. In *Eu não vim fazer um discurso* (pp. 88–100). Rio de Janeiro: Record.
- Marsiglia, I. (2019, August 27). Gasolina na fogueira. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ivan-marsiglia/2019/08/gasolina-na-fogueira.shtml>
- Martino, L. M. S. (2016). De um eu ao outro: narrativa, identidade e a comunicação com a alteridade. *Parágrafo*, 4(1), 40–49. Retrieved from <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/377>
- Martins, M. de L. (2005). O poder hermenêutico do acontecimento e os media. *Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 123–137. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/23784>
- Martins, M. de L. (2010). Jornalismo e sonho de comunidade. In M. Oliveira (Ed.), *Metajornalismo - Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso* (pp. 9–13). Grácio Editor. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/30049>
- Martins, M. de L. (2017). *A linguagem, a verdade e o poder: ensaio de semiótica social* (2nd ed.). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- McManus Holroyd, A. E. (2007). Interpretive Hermeneutic Phenomenology: Clarifying Understanding. *Indo-Pacific Journal of Phenomenology*, 7(2), 1–12. <https://doi.org/10.1080/20797222.2007.11433946>
- McNair, B. (1998). *The sociology of journalism*. London: Arnold.
- McNair, B. (2017). After Objectivity? Schudson's sociology of journalism in the era of post-factuality. *Journalism Studies*, 18(10), 1318–1333. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1347893>
- McQuail, D. (2010). *McQuail's mass communication theory* (6th ed.). London: SAGE.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago; London: The University of Chicago Press.
- Meinhof, U. (1996). Discurso. In W. Outhwaite & T. Bottomore (Eds.), *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Melo, J. M. de, & Assis, F. de. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências Da Comunicação*, 39(1), 39–56.

<https://doi.org/10.1590/1809-5844201613>

- Mena, F. (2021, February 27). Manual atualiza práticas jornalísticas para os novos tempos. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/manual-atualiza-praticas-jornalisticas-para-os-novos-tempos.shtml>
- Mendes, F. A. (2018). *Práticas jornalísticas no meio online: o caso do jornal Público*. Universidade Nova de Lisboa. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10362/61266>
- Mercier, A. (2006). Logiques journalistiques et lecture événementielle des faits d'actualité. *Hermès*, (46), 23. <https://doi.org/10.4267/2042/24051>
- Miranda, G. (2021, February 15). Imigração volta a subir, e estrangeiros já representam 7% da população de Portugal. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/02/imigracao-volta-a-subir-e-estrangeiros-ja-representam-7-da-populacao-de-portugal.shtml>
- Miranda, J., Fidalgo, J., & Martins, P. (2021). Jornalistas em Tempo de Pandemia: Novas Rotinas Profissionais, Novos Desafios Éticos. *Comunicação e Sociedade*, 39, 287–307. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3176](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3176)
- Monteiro, R. (2019, August 23). É preciso mostrar que a Amazônia “tem valor de pé”, antes que seja tarde. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/p3/noticia/e-preciso-mostrar-que-a-amazonia-tem-valor-de-pe-antes-que-seja-tarde-1884256>
- Moreira, M. (2020, January 14). Bolsonaro dá carta branca ao desmate ilegal, diz ONG de direitos humanos. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/01/bolsonaro-da-carta-branca-ao-desmate-ilegal-diz-ong-de-direitos-humanos.shtml>
- Motta, L. G. (2002). Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In *O jornal: da forma ao sentido* (2nd ed., p. 588). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Motta, L. G. (2007). A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In C. Lago & M. Benetti (Eds.), *Metodologias de pesquisa em jornalismo* (pp. 143–167). Petrópolis: Vozes.
- Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Mourão, R. R., & Sturm, H. A. (2018). Environmental Journalism in Brazil: History, Characteristics, and Framing of Disasters. In B. Takahashi, J. Pinto, M. Chavez, & M. Vigón (Eds.), *News media coverage of environmental challenges in Latin America and the Caribbean: Mediating demand, degradation and development*. Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-70509-5>

- Muniz, A. da C. (1999). *As mudanças de linha editorial na folha de são paulo (1979-1989)*. Universidade Federal do Ceará. Retrieved from <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1116>
- Mussalim, F. (2000). Análise do discurso. In F. Mussalim & A. C. Bentes (Eds.), *Introdução à linguística: domínios e fronteiras* (pp. 101–142). São Paulo: Cortez.
- Nascimento, S. M. do. (2017). *Violência e estado de exceção na Amazônia brasileira um estudo sobre a implantação da hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu (PA)*. Universidade Federal do Pará. Retrieved from <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/SABRINA MESQUITA DO NASCIMENTO.pdf>
- Natali, J. B. (2004). *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto.
- Neves, S. (2019, August 22). Amazônia arde há duas semanas. Dez respostas para entender a destruição. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/22/mundo/noticia/amazonia-perguntas-respostas-1884120>
- Neves, S., & Lusa. (2019, September 3). Há nove anos que a Amazônia não ardia tanto no mês de Agosto. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/09/03/mundo/noticia/amazonia-incendios-agosto-1885304>
- Neveu, É. (2005). *Sociologia do jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Neveu, E., & Quéré, L. (1997). The age of events. The spume of history - or an information master-frame? *Réseaux. The French Journal of Communication*, 5(1), 9–25. <https://doi.org/10.3406/reso.1997.3320>
- Nisbet, M. C. (2010). Knowledge into action: framing the debates over climate change and poverty. In P. D'Angelo & J. A. Kuypers (Eds.), *Doing News Framing Analysis: Empirical and Theoretical Perspectives*. New York: Routledge.
- Noor, K. B. M. (2008). Case study: A strategic research methodology. *American Journal of Applied Sciences*, 5(11), 1602–1604. <https://doi.org/10.3844/ajassp.2008.1602.1604>
- Novais, R. A., Moreira, S. V., & Silva, L. (2013). Brothers in arms? Portuguese and Brazilian journalistic worlds compared. *Brazilian Journalism Research*, 9(1), 76–95. <https://doi.org/10.25200/BJR.v9n1.2013.486>
- O'Sullivan, J., Fortunati, L., Taipale, S., & Barnhurst, K. (2017). Innovators and innovated: Newspapers and the postdigital future beyond the “death of print.” *Information Society*, 33(2), 86–95. <https://doi.org/10.1080/01972243.2017.1289488>
- Oliveira, N. C. de. (1991). Amazônia, pulmão do mundo? *Revista Conjuntura Econômica*, 45(2), 14. Retrieved from <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/55274/0>

- Oliveira, M., & Paulino, F. O. (2017). Serviço público de mídia em Portugal e no Brasil: problemas e desafios da pesquisa comparada. *Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, 6(2), 56–67. Retrieved from <http://www.surlejournalisme.kinghost.net/rev/index.php/slj/article/view/317>
- Orozco, G., & González, R. (2012). *Una coartada metodológica: abordajes cualitativos en la investigación en comunicación, medios y audiencias*. México: Tintable.
- Oyama, T. (2020). *Tormenta: o governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- P3. (2019, August 21). Os “pulmões do planeta” estão a arder. Estas ilustrações são um protesto. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/21/p3/fotogaleria/pulmoes-mundo-estao-arder-ilustra-amazonia-396678>
- Paes Loureiro, J. de J. (1995). *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup.
- Paixão Marcos, P. S. M. (2018). Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. *Revista Alterjor*, 17(1), 90–108. Retrieved from <http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/137224>
- Palmer, R. E. (2011). *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70.
- Pan, Z., & Kosicki, G. M. (1993). Framing analysis: an approach to news discourse. *Political Communication*, 10, 55–75. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1080/10584609.1993.9962963>
- Peirce, C. S. (1995). Como tornar as nossas ideias claras. *Collected Papers V*, 388–410. Retrieved from www.lusosofia.net/textos/peirce_como_tornar_as_nossas_ideias_claras.pdf
- Peixinho, A. T. (2016). Procedimentos retórico-narrativos de construção de personagens jornalísticas: o caso do jornal Expresso durante o verão de 2013. *Revista de Estudos Literários*, 4(4), 323–347. https://doi.org/10.14195/2183-847X_4_14
- Pereira, F. H. (2009). O mundo dos jornalistas: aspectos teóricos e metodológicos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências Da Comunicação*, 32(2), 217–235. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v32i2.268>
- Petit, P. (2003). *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu.
- Pinto, M. (1999). O jornalismo como campo social e como domínio de formação. *Comunicação e Sociedade*, 12(1–2), 75–95. [https://doi.org/10.17231/comsoc.1\(1999\).1439](https://doi.org/10.17231/comsoc.1(1999).1439)
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas - contributos para o “mapeamento” do campo. *Comunicação e*

- Sociedade*, 2(1–2), 277–294. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1401](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1401)
- Piran, A. (2019, October 5). Dia do fogo: produtores planejam data para queimada na região. *Folha Do Progresso*. Retrieved from <https://www.folhadoprogresso.com.br/dia-do-fogo-produtores-planejam-data-para-queimada-na-regiao/>
- Pivetta, M. (2019, November). A floresta de chuva. *Pesquisa Fapesp*, 18–23. Retrieved from https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2019/11/018-023_capa-amazonia_285.pdf
- Pivetta, M. (2020, January). Amazônia, agora, é fonte de CO2. *Pesquisa Fapesp*, 48–51. Retrieved from <https://revistapesquisa.fapesp.br/amazonia-agora-e-fonte-de-co2/>
- Plummer, K. (1996). Identidade. In *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Público. (2019, August 26). Macron anuncia 18 milhões de ajuda de emergência do G7 para a Amazônia. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/26/mundo/noticia/brasil-manda-avioes-militares-combater-fogo-amazonia-1884447>
- Público. (2020, September 2). “Quando a Amazônia arde, tudo o que ama arde com ela.” *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/09/02/video/amazonia-arde-ama-arde-20200902-175735>
- Público, & Lusa. (2019, August 23). “A nossa casa está a arder.” Macron fala em crise internacional na Amazônia, Bolsonaro em “colonialismo.” *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/noticia/casa-arder-macron-fogos-amazonia-sao- crise-internacional-1884192>
- Qu, S. Q., & Dumay, J. (2011). The qualitative research interview. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 8(3), 238–264. <https://doi.org/10.1108/11766091111162070>
- Quéré, L. (2012). A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In V. R. V. França & L. de Oliveira (Eds.), *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais - Trajectos* (4th ed.). Lisboa: Gradiva.
- Raeijmaekers, D., & Maesele, P. (2017). In objectivity we trust? Pluralism, consensus, and ideology in journalism studies. *Journalism*, 18(6), 647–663. <https://doi.org/10.1177/1464884915614244>
- Raetzsch, C. (2015). Innovation Through Practice. *Journalism Practice*, 9(1), 65–77. <https://doi.org/10.1080/17512786.2014.928466>
- Rapport, F. (2005). Hermeneutic phenomenology: the science of interpretation of texts. In I. Holloway (Ed.), *Qualitative Research in Health Care*. Berkshire: Open University Press.

- Reichert do Nascimento, C. (2011). Identidade pessoal e ética em Paul Ricoeur: da identidade narrativa à promessa e à responsabilidade. *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies*, 2(2), 48–62. <https://doi.org/10.5195/ERRS.2011.78>
- Reuters. (2019a, August 21). Bolsonaro acusa ONG de incendiarem a Amazônia para o prejudicar. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/21/mundo/noticia/bolsonaro-acusa-ong-estarem-incendiar-amazonia-prejudicarem-1884008>
- Reuters. (2019b, August 22). O céu nunca fica negro quando a Amazônia arde. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/22/mundo/noticia/incendios-na-amazonia-brasil-bolsonaro-1884107>
- Ribeiro, C. B. (2019, August 22). Amazônia, o assunto esquecido dos famosos? *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/22/impar/noticia/amazonia-assunto-esquecido-famosos-1884092>
- Ribeiro, J. R. (2020a, July 2). Aumento histórico de incêndios na Amazônia antecipa ano destrutivo. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/07/02/mundo/noticia/aumento-historico-incendios-amazonia-antecipa-ano-destrutivo-1922841>
- Ribeiro, J. R. (2020b, September 22). Bolsonaro responsabiliza índios por incêndios na Amazônia. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2020/09/22/mundo/noticia/bolsonaro-responsabiliza-indios-incendios-amazonia-1932459>
- Ricoeur, P. (1975). Phenomenology and Hermeneutics. *Noûs*, 9(1), 85. <https://doi.org/10.2307/2214343>
- Ricoeur, P. (1976). *Interpretation theory: discourse and the surplus of meaning*. Texas: Texas Christian University Press.
- Ricoeur, P. (1983). *Temps et récit (tome I)*. Paris: Éditions du Seuil.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris: Éditions du Seuil.
- Ricoeur, P. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus.
- Ricoeur, P. (2005). Narratividade, fenomenología y hermenéutica. *Anàlisi: Quaderns de Comunicació i Cultura*, (25), 189–207. Retrieved from <https://www.raco.cat/index.php/Analisi/article/view/15057>
- Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos media*. Porto: Porto Editora.
- Riessman, C. K. (2005). Narrative Analysis. In *Narrative, Memory & Everyday Life* (pp. 1–7). Huddersfield: University of Huddersfield. Retrieved from <http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/4920/>
- Riessman, C. K. (2008). Narrative analysis. In L. M. Given (Ed.), *The Sage Encyclopedia of Qualitative*

- Research Methods* (pp. 539–540). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Rodarte, L. K. de S. (2017). *A Amazônia codificada: a configuração narrativa da comunicação institucional*. Universidade Federal do Pará. Retrieved from <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9296>
- Rodrigues, A. (2019a, August 23). Política de Bolsonaro pode travar acordo “histórico” entre UE e Mercosul. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/noticia/fogos-amazonia-finlandia-apela-ue-considera-banir-carne-brasil-1884213>
- Rodrigues, A. (2019b, August 24). Nem as árvores queimadas da Amazônia estragam o bromance Bolsonaro-Trump. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/24/mundo/noticia/arvores-queimadas-amazonia-estragam-bromance-bolsonarotrump-1884350>
- Rodrigues, A. D. (2000). Comunicação e experiência. In *IX Compós*. Porto Alegre. Retrieved from http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1406.pdf
- Rodrigues, A. D. (2002). Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In S. D. Porto (Ed.), *O jornal: da forma ao sentido* (2nd ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Rodrigues, A. S., & Costa, G. S. (2015). Accuracy and Independence in Journalistic Coverage of Extreme Weather Conditions In the Amazon. *Brazilian Journalism Research*, *11*(2), 66–91. <https://doi.org/10.25200/BJR.v11n2.2015.846>
- Roeh, I. (1989). Journalism as storytelling, coverage as narrative. *American Behavioral Scientist*, *33*(2), 162–168. <https://doi.org/0803973233>
- Rögner, W., & Wormer, H. (2017). Defining criteria for good environmental journalism and testing their applicability: An environmental news review as a first step to more evidence based environmental science reporting. *Public Understanding of Science*, *26*(4), 418–433. <https://doi.org/10.1177/0963662515597195>
- Saussure, F. de. (1931). *Cours de linguistique générale* (3rd ed.). Paris: Payot.
- Scheufele, D. A. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, *49*(1), 103–122. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x>
- Scheufele, D. A. (2000). Agenda-setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication. *Mass Communication and Society*, *3*(2&3), 297–316. https://doi.org/https://doi.org/10.1207/S15327825MCS0323_07
- Scheufele, D. A., & Tewksbury, D. (2007). Framing, agenda-setting and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, *57*(1), 9–20.

- https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00326_5.x
- Schmink, M., & Wood, C. H. (2012). *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: ed.ufpa.
- Schneider, J. (2010). Making space for the “nuances of truth”: communication and uncertainty at an environmental journalists’ workshop. *Science Communication*, 32(2), 171–201. <https://doi.org/10.1177/1075547009340344>
- Schudson, M. (2001). The objectivity norm in American journalism. *Journalism*, 2(2), 149–170. <https://doi.org/10.1177/146488490100200201>
- Schudson, M. (2011). *The sociology of the news* (2nd ed.). New York; London: W. W. Norton and Company.
- Schudson, M. (2020). A Revolução nas Notícias que ninguém nomeou. *Mídia & Jornalismo*, 20(37), 19–27. https://doi.org/https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_1
- Schwaab, R. (2018). Jornalismo, ambiente e reportagem ampliada. In I. M. T. Girardi, C. H. de Moraes, E. B. Loose, & R. V. Belmonte (Eds.), *Jornalismo ambiental: teoria e prática* (p. 175). Porto Alegre: Metamorfose.
- Serafim, T. S. (2019, August 23). “Se queremos que a Amazônia fique para os nossos filhos, precisamos de protestar.” *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/ciencia/noticia/queremos-amazonia-fique-filhos-precisamos-protestar-1884176>
- Serafim, T. S. (2021, June 25). Quando surgiu o primeiro caso de covid-19? Novo estudo sugere 17 de Novembro de 2019. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2021/06/25/ciencia/noticia/surgiu-caso-covid19-novo-estudo-sugere-17-novembro-2019-1967508>
- Shalders, A. (2019, August 24). Queimadas disparam, mas multas do Ibama despencam sob Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/queimadas-disparam-mas-multas-do-ibama-despencam-sob-bolsonaro.shtml>
- Sigal, L. V. (1986). Sources make the news. In R. K. Manoff & M. Schudson (Eds.), *Reading the News* (pp. 9–37). New York: Pantheon.
- Silva, A. L. P. da. (2019). *O discurso midiático sobre mudanças climáticas: análise da cobertura ambiental de O Liberal e Folha de S. Paulo*. Universidade Federal do Pará. Retrieved from <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/11279>
- Silva, J. M. da. (2014). Ideologia e poder na comunicação. In A. Citelli, C. Berger, M. A. Baccega, M. I. V. de Lopes, & V. R. V. França (Eds.), *Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São

Paulo: Contexto.

- Silva, R. S. da. (2013). *Jornalismo alternativo na Amazônia: o discurso do desmatamento no Jornal Pessoal (1987-2012)*. Universidade Federal do Pará. Retrieved from <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/5399>
- Silva, T. T. da. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 73–102). Petrópolis: Vozes.
- Silva, M. B. (2019). *Colonialismo e colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense*. Universidade Federal do Pará, Universidade de Brasília. Retrieved from <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37833>
- Silvério, D., Silva, S., Alencar, A., & Moutinho, P. (2019). Amazônia em chamas. *Nota Técnica Do Instituto de Pesquisa Ambiental Da Amazônia - Ipam*. Brasília. Retrieved from http://queimadas.cptec.inpe.br/~rqueimadas/material3os/2019_Silverio_etal_AmazoniaChamas_ago_IPAM_DE3os.pdf
- Simões, P. G. (2014). O acontecimento e o campo da Comunicação. In *Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas* (p. 295). Salvador: Edufba.
- Soares, P. F. (2019, August 23). Até os céus ficaram de luto. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/opiniao/ate-ceus-ficaram-luto-1884168>
- Sodré, G. R. C. (2019). *Fogo e queimadas: histórico, risco e calendário meteorológico na Amazônia Oriental*. Universidade Federal do Pará. Retrieved from <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12212>
- Souza, M. L. de. (2018). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial* (4th ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, S. M. B. de. (2019). *Jornalismo e mobilidade: características do app do jornal Folha de S. Paulo*. Universidade Federal do Tocantins. Retrieved from <http://hdl.handle.net/11612/1905>
- Souza, M. (2009). *História da Amazônia*. Manaus: Valer.
- Sundar, S. S., & Nass, C. (2001). Conceptualizing sources in online news. *Journal of Communication*, 51(1), 52–72. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2001.tb02872.x>
- Takahashi, B., Pinto, J., Vigón, M., & Chavez, M. (2018). *News Media Coverage of Environmental Challenges in Latin America and the Caribbean*. (B. Takahashi, J. Pinto, M. Chavez, & M. Vigón, Eds.), *News media coverage of environmental challenges in Latin America and the Caribbean: Mediating demand, degradation and development*. Cham: Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-70509-5>

- Tan, H., Wilson, A., & Olver, I. (2009). Ricoeur's Theory of Interpretation: An Instrument for Data Interpretation in Hermeneutic Phenomenology. *International Journal of Qualitative Methods*, 8(4), 1–15. <https://doi.org/10.1177/160940690900800401>
- Tavares, R. (2019, August 23). Que fazer quando tudo arde? *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/opiniao/opiniao/arde-1884184>
- Thomas, R. J. (2019). Helpfulness as journalism's normative anchor: addressing blind spots and going back to basics. *Journalism Studies*, 20(3), 364–380. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1377103>
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (9th ed.). Petrópolis: Vozes.
- Tiffen, R., Jones, P. K., Rowe, D., Aalberg, T., Coen, S., Curran, J., ... Soroka, S. (2014). Sources in the News: A comparative study. *Journalism Studies*, 15(4), 374–391. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2013.831239>
- Tong, J. (2017). The Epistemology of Environmental Journalists: The case of China. *Journalism Studies*, 18(6), 771–786. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1076707>
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são* (2nd ed.). Florianópolis: Insular.
- Treanor, B. (2006). *Aspects of alterity: Levinas, Marcel and the contemporary debate*. New York: Fordham University Press.
- Trindade Jr., S.-C. C. da. (2013). Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. *Papers Do NAEA*, (321), 1–22.
- Trindade Júnior, S.-C. C. da, & Madeira, W. do V. (2016). Polos, Eixos E Zonas: Cidades E Ordenamento Territorial Na Amazônia. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades Do Curso de Ciências Sociais Da UNIFAP*, 9(1), 37. <https://doi.org/10.18468/pracs.2016v9n1.p37-54>
- Tuchman, G. (1993). Contando estórias. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (1st ed., p. 360). Lisboa: Vega.
- Tuchman, G. (2018). Objectivity as strategic ritual: An examination of Newsmen's Notions of Objectivity. *The Media, Journalism and Democracy*, 7(4), 127–146. <https://doi.org/10.4324/9781315189772-9>
- Tuffani, M. (2019, September 1). Bolsonaro sempre sinalizou que afrouxaria preservação ambiental. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/bolsonaro-sempre-sinalizou-que-afrouxaria->

preservacao-ambiental.shtml

- Valadares, J. (2019, September 4). Ameaçado, jornalista que denunciou “Dia do Fogo” no Pará diz ter medo de morrer. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/ameacado-jornalista-que-denunciou-dia-do-fogo-no-para-diz-ter-medo-de-morrer.shtml>
- Valente, L. (2019, August 23). Gestão ambiental do Brasil põe Costa e Macron às avessas sobre acordo com Mercosul. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/08/23/politica/noticia/gestao-ambiental-brasil-poe-cheque-acordo-comercial-mercosul-1884286>
- Valkenburg, P. M., Semetko, H. A., & De Vreese, C. H. (1999). The effects of news frames on readers' thoughts and recall. *Communication Research*, 26(5), 550–569. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/009365099026005002>
- Van Dijk, T. A. (1995). Power and the news media. In D. Paletz (Ed.), *Political Communication and Action* (Vol. 9). Cresskill, NJ: Hampton Press. Retrieved from [http://www.discourses.org/OldArticles/Power and the news media.pdf](http://www.discourses.org/OldArticles/Power%20and%20the%20news%20media.pdf)
- Van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: a multidisciplinary approach*. Thousand Oaks: SAGE.
- Van Dijk, T. A. (2015). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. A. (2017). *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso* (2nd ed.). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Van Dijk, T. A., & Kintsch, W. (1983). *Strategies of discourse comprehension*. New York; London: Academic Press.
- Van Gorp, B. (2007). The Constructionist Approach to Framing: Bringing Culture Back In. *Journal of Communication*, 57(1), 60–78. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9916.2007.00329.x>
- Van Gorp, B. (2010). Strategies to take subjectivity out of framing analysis. In P. D'Angelo & J. A. Kuypers (Eds.), *Doing news framing analysis: empirical and theoretical perspectives*. New York: Routledge.
- Van Witsen, A., & Takahashi, B. (2018). Knowledge-based journalism in science and environmental reporting: opportunities and obstacles. *Environmental Communication*, 12(6), 717–730. <https://doi.org/10.1080/17524032.2018.1455723>
- Vandermause, R. K., & Fleming, S. E. (2011). Philosophical Hermeneutic Interviewing. *International Journal of Qualitative Methods*, 10(4), 367–377. <https://doi.org/10.1177/160940691101000405>
- Vieira Junior, P. A., Buainain, A. M., & Contini, E. (2019). Amazônia Um mosaico em construção. *Revista*

- de *Política Agrícola*, 28(4), 134–136. Retrieved from <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1122347>
- Volosinov, V. N. (1973). *Marxism and the Philosophy of Language*. New York; London: Seminar Press.
- Watanabe, P. (2020, August 9). “Dia do fogo” em 2019 gerou poucas multas ambientais. *Folha de S. Paulo*. Retrieved from <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/dia-do-fogo-em-2019-gerou-poucas-multas-ambientais.shtml>
- Wheatley, D. (2020). A Typology of News Sourcing: Routine and Non-Routine Channels of Production. *Journalism Practice*, 14(3), 277–298. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1617042>
- Wien, C. (2017). Defining objectivity within journalism. *Nordicom Review*, 28(2), 3–15. <https://doi.org/10.1515/nor-2017-0255>
- Zainal, Z. (2017). Case Study As a Research Method. *Jurnal Kemanusiaan*, 5(1), 1–6. Retrieved from <https://jurnalkemanusiaan.utm.my/index.php/kemanusiaan/article/view/165>
- Zamim, A., & Schwaab, R. (2017). Um acidente no relato, um atentado na edição; e outras reflexões acerca das práticas jornalísticas. *Galáxia (São Paulo)*, (34), 163–174. <https://doi.org/10.1590/1982-2554201727205>
- Zelizer, B. (2004). *Taking journalism seriously: news and the academy*. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Zelizer, B. (2011). Journalism in the Service of Communication. *Journal of Communication*, 61(1), 1–21. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2010.01524.x>
- Zelizer, B. (2017). *What journalism could be*. Cambridge: Polity Press.
- Zhang, X., & Li, W. (2020). From Social Media with News: Journalists’ Social Media Use for Sourcing and Verification. *Journalism Practice*, 14(10), 1–18. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1689372>

APÊNDICE I – DESAFIOS ATUAIS DA *FOLHA DE S. PAULO*

Depoimento do secretário de redação do jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Vinícius Mota, coletado por meio de entrevista semiestruturada em profundidade realizada em 7 de outubro de 2020, via *Skype*.

“A *Folha* não tem dependência financeira de quaisquer governos ou anunciantes e, por isso, fica mais fácil se manter fiel ao projeto de ser crítico, independente e pluralista. O jornal tem bastante independência editorial e tem sido muito vigilante dos governos, principalmente após a redemocratização. Essa insistência numa linha editorial crítica gera frutos ao longo do tempo. A *Folha* também foi pioneira na transição digital ao ser o primeiro jornal brasileiro a cobrar por assinaturas na internet. O muro de pagamentos (*paywall*) funciona há quase oito anos, inspirado pelo *New York Times* e pelo *Financial Times*, por exemplo. No início da década passada, pouca gente se arriscava a cobrar assinaturas digitais. Hoje, a *Folha* tem a maior carteira de assinantes digitais e é a parte que mais se expande no jornal. No momento em que nós atravessamos algumas crises – como a atual –, essa expansão do leitorado pelo lado digital nos dá um certo conforto. A empresa é muito saudável do ponto de vista financeiro (não tem dívidas) e integra um grupo mediático maior, de distribuição gráfica, de material impresso, de logística – porque se aproveita a rede de distribuição do jornal impresso para, também, fazer a entrega de produtos que são comprados, em geral, no comércio eletrônico. Da mesma forma, não temos um único grande anunciante, e sim várias empresas. Não é só a *Folha* que faz um jornalismo de qualidade, no Brasil. Temos, pelo menos, dois concorrentes: *O Globo*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo*, da cidade de São Paulo. Também gostamos de olhar para outros jornais importantes do mundo, como *The Guardian* e *Financial Times*, para citar os europeus. Os valores do manual de redação são colocados à prova o tempo todo. Por exemplo, é muito tentador para o nosso corpo de jornalistas e para os editores sair em campanha contra o presidente Jair Bolsonaro – porque, de alguma maneira, ele afronta várias conquistas civilizatórias. Muitas vezes, ele se insurge contra a institucionalidade democrática. Seria muito confortável se disséssemos que o manual de redação não vale para o Bolsonaro – mas é exatamente para essas situações que os princípios do jornal valem. O manual de redação é sempre testado em questões grandes, mas também em questões pequenas. Às vezes, acontece de ser publicada alguma acusação, sem os devidos cuidados de entender os argumentos da parte ofendida. Não por má fé, mas por pressa, por vontade de dar logo a informação. O manual de redação é importante justamente para entender os desvios que ocorrem e para corrigi-los. O jornalismo sem controle pode ser muito perigoso. A *Folha* tem em torno de 300 jornalistas, entre a sua sede, em

São Paulo, e outros lugares, do Brasil e do exterior. Há correspondentes fixos em Buenos Aires (Argentina), Nova York (EUA) e Bruxelas (Bélgica). Nós temos um correspondente no Estado de Manaus, o jornalista Fabiano Maisonave, e também muitos parceiros nacionais e internacionais que ajudam a financiar a cobertura ambiental, de uma maneira mais ampla – principalmente do ponto de vista das imagens, que são bem impactantes. Até porque não é fácil, nem barato se deslocar pela Amazônia. Como a maior parte do nosso leitorado não vive na região amazônica, tampouco conhece a situação, nosso desafio é retratar os problemas da forma mais fidedigna possível – que leve em conta as questões ambientais, sociais, políticas e econômicas. O fotógrafo Lalo de Almeida praticamente tem se especializado em captar imagens noticiosas da Amazônia.”

APÊNDICE II – CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO DE DADOS

Depoimento do jornalista da *Folha de S. Paulo*, Phillippe Watanabe, coletado por meio de entrevista semiestruturada em profundidade realizada em 15 de dezembro 2020, via *Skype*.

“Tenho 30 anos e estou na *Folha* desde 2016. Entrei no jornal pelo programa de *trainee*, em fevereiro daquele ano, e acabei ficando. Há um *trainee* específico para ciência e saúde, mas não foi este que eu fiz. Fiz um *trainee* mais geral, dentro do qual tivemos algumas semanas de treinamento de dados – que servia para nos dar a mínima familiaridade. Trabalho com jornalismo ambiental, mas também cubro saúde e ciência – áreas que acabam por se relacionar, dependendo do assunto. Este ano de 2020, fui deslocado para a área de saúde [por conta da pandemia de covid-19], mas meu foco é mesmo a área ambiental. Sou formado em [Comunicação Social com habilitação em] Midialogia pela Unicamp – um curso relativamente novo, com quase duas décadas de existência, e que tem uma ideia *multimedia* de apresentar um pouco de cada *medium* (impresso, filmico etc.). É um curso muito legal, mas claro que, como tudo, tem suas limitações. Já na faculdade eu trabalhava com a área científica, mais com divulgação científica dentro da própria universidade em parceria com o Canal Futura. Então, desde a minha formação acadêmica, trabalho com áreas correlatas à ciência. Eu sempre fui um consumidor ativo de jornais. Amazônia, especificamente, é um tema sobre o qual eu lia com frequência. Nunca foi muito distante, para mim, o conhecimento sobre a floresta. Para um jornalista de ambiente, aqui no Brasil, é um pouco impossível não falar de Amazônia boa parte do tempo, porque é a floresta mais biodiversa do mundo. Possivelmente, o maior patrimônio brasileiro. Por mais que a Amazônia seja importante, a gente busca, no dia a dia do jornal, não deixar de lado outros biomas que são tão importantes quanto. Não sei em métricas, mas eu não duvidaria que o número de matérias publicadas sobre a Amazônia e sobre o Pantanal tenha sido semelhante num ano como 2020. Então é isso: não tem como a gente ignorar a Amazônia, mas, ao mesmo tempo, a gente tenta não abrir mão de outros biomas e tenta cobri-los da melhor forma possível. A Mata Atlântica, por exemplo, é o bioma brasileiro mais ameaçado de extinção. Se você pensar em porção restante de Mata Atlântica, é um pouquinho mais de 12%. Recentemente, até fiz uma matéria sobre um vestígio de Mata Atlântica aqui em São Paulo ameaçado por construtoras que queriam construir imóveis de luxo. Eu lembro que a primeira matéria sobre o dia do fogo não foi minha, foi do Fabiano Maisonnave, a partir de informações do jornal *Folha do Progresso*, do Adécio Piran. Tudo começou com as reportagens do Fabiano e do que se teve de contato com um grupo de *WhatsApp* local. Depois, claro, esses indícios foram seguidos pela polícia civil e pela polícia federal. Ainda não teve julgamento, mas o que se sabe é que realmente houve certo acordo, um combinado de se colocar fogo

em determinadas áreas ao mesmo tempo para se criar uma sinalização. Não fui até o local onde ocorreu o dia do fogo. Só para alguns casos é que me desloco de São Paulo. Normalmente, nós tentamos fazer uma divisão econômica. O Fabiano como repórter especial, megaexperiente – com algumas décadas de bagagem nas costas de jornalismo ambiental –, fica localizado em Manaus. Como está mais próximo, é mais fácil para ele se deslocar pela Amazônia. Inclusive, o fotógrafo Lalo de Almeida e ele estão fazendo uma série de reportagens chamada ‘Amazônia sob Bolsonaro’. Acaba ficando mais fácil e prático ele [Fabiano] fazer a parte *in loco* e nós fazermos uma parte mais de dados daqui [de São Paulo]. Tanto que um dos meus pontos centrais em relação à Amazônia e a outros biomas é muito focado em dados. Algumas coisas são invariavelmente opinativas. Em questões políticas, principalmente, há conflitos ideológicos e partidários nos quais dificilmente é possível afirmar que um lado está completamente certo e o outro completamente errado. Mas em ciência há pouco mais de facilidade. Nem sempre dá para apontar algo com certeza, mas nós conseguimos trabalhar com uma margem de erro um pouco menor. Minha tentativa é sempre não transformar em um debate de opiniões, senão a gente corre o risco de colocar lado a lado coisas que são impossíveis de serem pesadas igualmente. É uma pessoa falando que a terra é plana e outra pessoa falando que não faz sentido. Não são coisas opinativas, são coisas mensuráveis. É um pouco mais objetivo do que o jornalismo declaratório, que, às vezes, deixa a desejar exatamente por aparentar que tudo pode ser tratado como uma opinião – e nem tudo pode ser tratado como uma opinião. Eu acho importante apresentar os dados e mostrar de onde esses dados vieram, além, claro, de opiniões e de estudos científicos feitos por pessoas que dedicam a vida a isto. Eu nem diria que sou superfamiliar com dados, mas até que me viro bem. No dia a dia do trabalho no jornal, acabei me desenvolvendo um pouco mais nesta área. Tive que aprender por contra própria a lidar com bancos de dados, a mexer com *excel* e até mesmo com um pouco de linguagem de programação. O jornal, sem dúvida, incentiva. De tempos em tempos, há cursos específicos para raspagem de dados, para aprender a usar códigos de programação, essas coisas. Mas, também, parte da minha vontade, do meu interesse. No jornal, há a editoria de arte, que cuida exclusivamente da parte gráfica das matérias. Em geral, envio os dados para os gráficos como uma sugestão – até para facilitar o trabalho, porque, por estar acompanhando determinado assunto mais de perto, talvez eu consiga enxergar como um gráfico pode ser construído de forma a tornar a compreensão do leitor um pouco mais fácil. Também, porque os editores de arte precisam atender dezenas de pessoas num só dia, não apenas a mim. Então, quanto mais mastigado eu passar as informações para eles, o resultado será melhor. Mas, claro, eles são muito mais experientes do que eu e sabem o que pode funcionar ou não. De vez em quando, vêm gráficos de exemplo, como as pesquisas do *Greenpeace*. São informações visuais feitas por

pesquisadores e que valem a pena ser incorporadas às matérias para ajudar a visualizar melhor o que está acontecendo. É um processo que se mescla, não necessariamente só eu falo como um gráfico vai sair ou ele já vem completamente pronto – acaba sendo um pouco de cada um. É um pouco clichê, mas é honesto: dificilmente, eu termino uma reportagem achando que ela deu tudo o que tinha que dar. Sempre acho que poderia ter feito um pouco mais, ter me dedicado um pouco mais, mas nem sempre isto é possível no jornalismo diário. Querendo ou não, o espaço é limitado. Temos a atenção do leitor por um intervalo de tempo muito pequeno. O leitor não está diante de uma revista ou de grande reportagem, por isso é preciso ir direto ao ponto – e, nisto, algumas coisas que poderiam ser interessantes, às vezes, ficam de fora. Em todas as matérias sobre o dia do fogo dava para ter ido muito a mais além. Foi feito o possível naquele momento. Em questão de justiça, penso que não se deixou de ouvir fonte de notícia alguma. Todas as partes envolvidas estavam bem delimitadas. Antes da pandemia [de covid-19], a rotina da redação era um pouco mais clara. Normalmente, o dia já começa com pautas de dias anteriores a serem finalizadas. Sempre fica o meio termo entre ver o que chega de sugestão ou de dica no *WhatsApp* ou no e-mail e acabar o que ficou pendente. Há, ainda, os pedidos que costumam chegar da chefia imediata (no caso, a minha editora) ou mesmo alguns pedidos que vêm de diretores que ocupam cargos mais altos na hierarquia do jornal. Existe esse diálogo, essa troca com nossos editores e outros superiores, mas mal se chega à redação e já se está apurando alguma coisa. Às vezes, é preciso interromper esta apuração e começar outra, por conta de alguma situação mais urgente. Sei que a realidade dos jornais brasileiros não a mesma, mas na *Folha* (e, até onde sei, nas redações do sudeste do país, como *O Globo*, *Estadão* etc.) não há o compromisso de publicar um número determinado de matérias por dia. Até porque tem histórias que não são feitas em uma hora, em uma hora e meia. É preciso se dedicar, ler relatórios, analisar dados, checar com pesquisadores. Há dias em que publico três matérias e outros em que fico três, quatro dias sem soltar texto algum. Não digo que já houve algum caso especial que tenha me marcado, mas entre agosto de dezembro do ano passado [2019] foi um período muito intenso no meu trabalho diário. Precisei parar e respirar várias vezes. Porque houve as queimadas na Amazônia, que chamaram a atenção internacional – embora, neste ano [2020], o número de incêndios tenha sido ainda maior. Não era uma questão de tamanho necessariamente. A gente não estava acostumado a ver algo naquela intensidade. Ao mesmo tempo, era assustador ver como as autoridades estavam tratando o assunto, constantemente dizendo que nada estava acontecendo. Juntou

a isto o derramamento de óleo no Nordeste³⁵, que começou a afetar diversas praias. Foi um período um pouco enlouquecedor, porque era muita coisa ao mesmo tempo: reação internacional, atualização constante nos dados de queimada e desmatamento, questões financeiras – ainda que eu não cubra esta área, preciso estar minimamente a par do que acontece na economia ou na política do país. É um desafio não só para mim, mas para o jornalismo como um todo ter o cuidado para que as opiniões ou julgamentos pessoais não passem para o texto. No nosso dia a dia, adjetivamos muito as coisas. *A Folha*, em especial, tem o cuidado de olhar para a forma como os repórteres inserem adjetivos dentro de uma matéria. Em alguns momentos é muito difícil, por isso o papel da edição é muito importante. Jornalistas que conseguem simplificar temas muito complexos e que mantêm o brilho nos olhos, mesmo depois de muito tempo trabalhando com o mesmo assunto, pra mim, são os que servem de exemplo, independente da área que cobrem. Posso citar alguns pelos quais eu me norteio. Tive a sorte de, desde que entrei na redação, estar perto da Cláudia Colucci, que é repórter especial de saúde – exclusivamente saúde pública. Ela trata de temas como o Sistema Único de Saúde (SUS), Estratégia de Saúde da Família etc. Igual ao Fabiano, ela tem décadas de bagagem nas costas. Ela é o exemplo mais próximo, porque eu a vejo trabalhando diariamente e a apuração dela é impecável. É muito difícil ver algum erro ou imprecisão (ou, como disse antes, até mesmo adjetivação) nas matérias dela, que são tão claras, tão concretas, tão calcadas em coisas sólidas. As matérias da Cláudia falam por si. Vejo nela uma profissional exemplar, que transpira pelo trabalho e não está acomodada no que faz, mesmo depois de tantos anos. Além dela, claro, há outros repórteres que vieram antes de mim e que estão na *Folha* há anos fazendo um trabalho sensacional, mas dos quais eu sou um pouco mais distante. Como eu citei, o Fabiano faz ótimas matérias e tem uma experiência gigantesca na área ambiental. O Marcelo Leite é outro exemplar jornalista de ciência e meio ambiente. O Rubens Valente, que agora está no UOL, também tem uma experiência ampla. O Reinaldo José Lopes, que nem é ambiente, é um repórter de ciência, é sensacional. Ele é muito claro em tudo o que fala. Por mais que um assunto seja complexo, ele consegue simplificar de uma forma apaixonante. É muito legal ver as coisas que ele escreve. O Salvador Nogueira, que é um repórter de ciência focado em astronomia, também tem essa pegada de transformar o assunto (por mais complexo que seja) em algo que dá realmente gosto de ler. De cara, diria que não sou militante. Entendo que acabem enxergando o jornalismo ambiental como uma forma de militância, mas penso que a ideia

³⁵ Entre 28 e 29 de julho de 2019, quase mil toneladas de petróleo cru (com alta concentração de hidrocarbonetos poliaromáticos, uma substância altamente tóxica) vazaram da embarcação grega *Bouboulina*, que navegava a cerca de 730 quilômetros da costa nordestina brasileira. Investigações da Polícia Federal apontaram que o *Bouboulina* havia sido carregado na Venezuela e seguia para a África do Sul. Além de vários municípios da região nordeste do Brasil, o litoral da região sudeste também foi afetado pelo desastre ambiental. Ver: https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?73944/O-que-se-sabe-ate-agora-sobre-o-derramamento-de-oleo-no-Nordeste

não se encaixa muito bem. Por definição do senso comum, militante seria de alguém que defende apaixonadamente uma causa, independente do que se fale sobre o assunto – e eu não considero que falar sobre fatos mensuráveis, objetivos e concretos seja uma forma de militância. Se se pensar em militante ambiental como alguém que acha importante preservar o meio ambiente, neste caso, eu sou militante. Vejo pelo lado óbvio: se há depredação do meio ambiente em algum lugar, necessariamente vai haver impactos negativos para a população daquele lugar. Lógico que um repórter ambiental vai falar sobre os prejuízos da devastação ambiental e dos benefícios da preservação ambiental. Há provas, há uma vasta literatura científica que mostra, independente das correntes políticas que uma pessoa acredite ou esteja inserida, que se não se preservar o meio ambiente, necessariamente se terá problemas. É o que se vê no mundo, hoje em dia – e veremos, cada vez mais. Nunca cheguei a sofrer qualquer tipo de ameaça física. No máximo, ofensas em redes sociais – mas nada ao ponto de eu considerar estar em risco de morte. Tenho, pelo menos, dois privilégios. O primeiro é de trabalhar numa grande corporação que dá proteção aos jornalistas que estejam ameaçados. Isto já me tranquiliza muito com relação a qualquer coisa que possa vir a acontecer. Jornais locais, veículos de imprensa menores, provavelmente, têm muito mais problemas. Até mesmo pelo nível de exposição. Meu segundo privilégio é estar em São Paulo, não estou *in loco*, no meio da floresta, pelo menos, não o tempo inteiro tendo que ir a campo para trabalhar. Penso que não conseguiremos evitar as grandes catástrofes, os eventos extremos que estão por vir. Acho que há um consenso na comunidade científica quanto a isto: teremos que viver com as consequências do que plantamos até aqui. Pode ser que a devastação ambiental chegue a um ponto realmente irreversível, mas é preciso continuar agindo enquanto dá para tornar a situação menos ruim. Por mais que, dependendo do caso, o jornalismo ambiental seja uma voz abafada, uma voz minoritária, uma voz que não é levada a sério como deveria ser, vale a pena continuar falando – porque alguém, em algum lugar, vai ouvir. E se quem ouvir mudar individualmente – porque as mudanças políticas e econômicas, talvez, sejam um pouco mais difíceis de conseguir –, repensar o que come ou as escolhas de consumo, já terá valido a pena. Enquanto tivermos a chance de conversar e de tentar fazer do futuro um lugar um pouco menos ruim, já vale a tentativa. Desistir não é uma opção.”

APÊNDICE III – OS PRIMEIROS ANOS DO *PÚBLICO*

Depoimento de um dos fundadores do jornal *Público*, o jornalista e professor Joaquim Fidalgo, coletado por meio de entrevista semiestruturada em profundidade realizada em 2 de outubro de 2020, via *Skype*.

“Eu fiz parte de um grupo de oito jornalistas, entre os quais Vicente Jorge Silva (1945-2020), Jorge Wemans, José Manuel Fernandes, José Vitor Malheiros, Nuno Pacheco e Augusto Seabra, que trabalhava para o *Expresso* e que, durante quase um ano, clandestinamente, esteve a preparar o lançamento do *Público*. Era o início de 1988 quando nós, entre conversas, chegamos à conclusão de que fazia falta, em Portugal, um jornal diário, parecido com os que havia na Europa. Naquela altura, de modo geral, os jornais diários eram muito fraquinhos. Em contrapartida, os jornais semanários, sobretudo o *Expresso*, tinham muito prestígio, muita informação – todos os jornalistas tinham como objetivo trabalhar para o *Expresso*, pois era onde se fazia o melhor jornalismo. Já nós, que trabalhávamos para o *Expresso*, achávamos que a experiência do semanário deveria ser transposta para o jornalismo diário. Em Portugal, o que marcava, de facto, a agenda e o debate político eram os jornais semanários. Pensávamos que, se as notícias acontecem todos os dias, deveria haver, portanto, um jornal diário de referência, de qualidade, parecido com o *Le Monde*, em França, o *El País*, em Espanha, o *La Repubblica*, em Itália, o *The Guardian* ou o *The Independent*, em Inglaterra. Não estávamos aborrecidos com o *Expresso*. Pessoalmente, sempre gostei de trabalhar num semanário, que tem seu lugar, de uma maneira mais distanciada. Entretanto, o ritmo da atualidade é diário, e não semanário. Naquela altura, o *Expresso* era um grande jornal diário, porque trazia muitas notícias aos sábados (quando ainda hoje é publicado). Mas um semanário não deve trazer notícias. A imprensa diária, em Portugal, estava a perder o comboio – isto numa altura em que ainda não havia grandes televisões privadas e a rádio era muito fraquinha. Nossa tentativa era de recuperar aquilo que havia em outros países europeus. O curioso é que, na generalidade dos países, não há semanários – há revistas. Portugal, neste aspecto, sempre foi um bocado estranho. Na altura em que avançamos com o *Público*, havia quatro semanários muito importantes – *Expresso*, *O Independente*, *O Jornal* (que depois se transformou na revista *Visão*) e *Semanário*. Depois do 25 de abril, formou-se a tradição de que os semanários é que marcavam a atualidade, sobretudo no plano político. Tentou-se fazer algumas revistas, mas elas não vingaram, precisamente porque os semanários ocupavam o espaço todo. Os jornais diários eram mais lidos pelos nossos avós, pelas pessoas velhinhas, no café. Num primeiro momento, sugerimos indiretamente ao dono do *Expresso*, o senhor Francisco Pinto Balsemão, que fosse lançado um jornal diário, em Portugal, sob a tutela do *Expresso*. No entanto,

como não houve interesse, este grupo de jornalistas do qual eu fazia parte resolveu avançar com o projeto. Entramos em contato com um investidor, o grupo Sonae, que era liderado pelo senhor Belmiro Mendes de Azevedo (1938-2017). Ele aceitou avaliar a proposta e, a partir disto, criamos um grupo de trabalho – como disse, clandestino, porque ainda estávamos a trabalhar para o *Expresso*. Geralmente, reuníamos-nos aos sábados pela manhã, no ateliê do *designer* gráfico Henrique Cayatte, em Lisboa. Durante meses preparamos o projeto do *Público*, com estudos gráficos, econômicos e editoriais. Havia uma pessoa neste grupo de trabalho que era ligada ao investidor e acompanhava o projeto do ponto de vista empresarial. Em meados de 1989, estávamos preparados o suficiente para lançar o jornal e, portanto, saímos do *Expresso*, porém o *Público* só foi mesmo lançado em 1990. Houve um ligeiro mal-estar na nossa saída do *Expresso*, pois eram muitas pessoas (e de grande importância) que deixavam, de uma só vez, o jornal, que também não tinha uma redação muito grande (no máximo, 50 jornalistas). Mais: não apenas saímos do *Expresso*, como, depois, ainda fomos buscar mais alguns, pois quando o projeto despontou, de facto, começamos a contratar e queríamos os melhores jornalistas conosco. De início, tínhamos uma tabela com três escalões de vencimentos para oferecer às pessoas. Acabou por ser uma vantagem para os profissionais, já que o *Público* oferecia ordenados melhores – o que obrigou os demais jornais a subir os ordenados dos seus jornalistas para os segurar. Não me lembro dos valores exatos (a moeda ainda não era o euro, e sim escudos), mas posso afirmar que os ordenados pagos pelo *Público* eram significativamente mais altos do que aqueles que se costumava pagar noutros jornais. Como era um projeto novo e arriscado, porque ninguém tinha certeza se ia dar certo, tínhamos que oferecer um bom ordenado de forma a convencer os jornalistas a trabalhar conosco. Tivemos que ‘subir a parada’, como se diz, em Portugal. Outra questão é que nós procuramos os jornalistas mais experientes, mas também queríamos meter juventude no jornal. Abrimos, então, um concurso para contratar 50 jornalistas jovens, sem experiência. Demos a eles um curso de formação durante três meses. Ao final, 25 deles passaram a integrar os quadros do *Público* – entre os quais, o atual diretor Manuel Carvalho e um dos atuais diretores-adjuntos, David Pontes. De facto, houve algum mal-estar no princípio, inclusive o senhor Balsemão fez críticas fortes ao senhor Belmiro de Azevedo, acusando-o de lhes ‘roubar os craques’ – parecido com o que os presidentes dos clubes de futebol dizem sobre os jogadores. O *Expresso* sentiu a nossa saída, mas o jornal é um barco muito grande, é um cruzador e acabou por ultrapassar aquele momento. Nossa saída do *Expresso* também deu oportunidade a outras pessoas que gostavam de trabalhar para o jornal, já que se abriram novas vagas e a equipa passou a contar com novos jornalistas. A criação do *Público*, um jornal novo, bem feito e completamente diferente dos que havia até então, obrigou os outros diários a melhorar imenso. Passados um ou dois anos do

lançamento do *Público*, a imprensa diária em Portugal estava muito melhor, mais moderna, mais agressiva, mais atualizada – mesmo do ponto de vista gráfico. Desde a primeira edição, o *Público* saiu a cores – algo que os jornais diários não faziam, naquela época. A modernização da imprensa diária portuguesa foi, de alguma maneira, estimulada pela criação do *Público*. O momento mais difícil de todos foi, precisamente, o falso começo. O *Público* foi preparado para sair em 2 de janeiro de 1990. Isto foi anunciado com meses de antecedência. Em outubro de 1989, já tínhamos toda a redação a funcionar. Estávamos a fazer edições número zero quase diariamente para treinar as máquinas. Só que, do ponto de vista da impressão e, também, da transmissão entre Lisboa e Porto, houve problemas. Porque um dos aspectos inovadores era que o *Público* tinha duas redações e, portanto, produziam-se duas edições diárias ligeiramente diferenciadas. A tecnologia, em 1989, não era o que é hoje em dia. Uma página de jornal é um ficheiro pesado e nós tínhamos que transmitir, entre as duas cidades, todos os dias, 64 páginas. Foi muito difícil, do ponto de vista tecnológico. Nos primeiros ensaios, cada página demorava uma hora e meia a ser transmitida. Depois, tivemos que instalar uma rotativa no Porto, que também deu problemas – logo nos primeiros meses, a máquina não funcionava muito bem. Conclusão: estivemos até o dia 31 de dezembro de 1989 a anunciar que iríamos sair no dia 2 de janeiro de 1990, mas no dia 2 de janeiro não saímos. Fizemos um jornal – aliás, ele existe. Era uma edição especial, tínhamos enviados especiais a cobrir a passagem de ano em Berlim, em Praga, em Paris e em outros sítios de forma a mostrar o novo mundo na Europa. Era uma edição muito bonita. Nós até conseguiríamos publicar o jornal no dia 2 de janeiro, mas já não conseguiríamos no dia 3, nem no dia 4. Portanto, resolvemos cancelar. Isto foi um primeiro choque muito grande, mesmo nosso ânimo foi um pouco abalado. Na altura, fomos muito criticados – chamavam-nos de arrogantes, porque dizíamos que iríamos fazer o melhor jornal de todos e, afinal, não o fizemos na data anunciada. A verdade é que do ponto de vista jornalístico e editorial estava tudo pronto, entretanto, do ponto de vista técnico, que envolve a transmissão entre Lisboa e Porto e a impressão, que era simultânea nas duas cidades, era necessário fazer correções. Trabalhamos e conseguimos sair em 5 de março de 1990 e, a partir de então, todos os dias. Outra questão difícil, ainda no começo do jornal, foi que, apesar de tudo, a circulação ficou aquém do esperado. Os estudos de mercado que foram feitos davam a entender que o *Público* seria um enorme sucesso, apontavam uma tiragem de 400 mil exemplares vendidos diariamente. Ora, isto nunca aconteceu. Conseguíamos vender em torno de 60 mil exemplares, mas era preciso o dobro para rentabilizar o projeto, pois a estrutura do jornal era muito cara. Portanto, o *Público* demorou a ‘arrancar’. O que nos

deu uma ajuda muito grande foi a invasão do Kuwait³⁶, em agosto de 1990, que foi algo marcante no cenário mundial. Fizemos uma excelente cobertura da guerra, tínhamos enviados especiais permanentes em Washington (EUA), no Iraque e no Kuwait. Fizemos algo que, na época, nenhum jornal fazia: mapas e gráficos. Aquilo era completamente novo em Portugal e fez grande sucesso, ajudou a alavancar as vendas. Um terceiro aspecto que não correu muito bem, no começo, é que, todos os dias, tínhamos um jornal e um suplemento de 32 páginas. Após um ano, acabamos com isto e o suplemento passou a sair apenas em determinados dias. Percebemos que as pessoas se frustravam por não conseguir ler todo o jornal diariamente. Elas diziam que se sentiam afogadas com tanta informação, afinal era praticamente um semanário a sair todos os dias. O que deveria ser um aspecto positivo, acabava por afastar os leitores. Também para nós era cansativo fazer os suplementos todos os dias, porque mobilizava várias equipas. Nós tínhamos uma redação igual a de um grande jornal europeu, mas só vendíamos um décimo do que vende um grande jornal europeu. Portanto, era muito difícil rentabilizar um projeto com aquela ambição num país como Portugal, que nunca foi um grande comprador de jornais – inclusive, tem uma das médias de leitura de jornal mais baixas da Europa. Um dos suplementos que fazíamos – e que, quando acabou, foi transformado em seção do jornal – era dedicado a ciência. Não tratávamos especificamente questões relacionadas à Amazônia, mas sim questões mais abrangentes relacionadas, por exemplo, à ecologia, à genética, à biologia, às alterações climáticas, entre outras. Era uma das seções mais populares entre os leitores mais jovens, creio porque estávamos a tratar, de maneira acessível, daquilo que diziam ser apenas do interesse de cientistas e da academia. Esta atenção à ciência existia – embora, hoje em dia, haja bastante mais – muito por força de pessoas sensíveis à causa, nomeadamente o jornalista José Vitor Malheiros. Passados os cinco primeiros anos do *Público*, a direção inicial demitiu-se, precisamente porque houve algumas tensões com o investidor, que queria diminuir os custos e, portanto, precisava demitir uma série de jornalistas. No entanto, do ponto de vista da independência editorial, tudo correu bem. Isto foi muito claro desde o princípio. Nós, do grupo de jornalistas fundador do jornal, dissemos ao investidor que só iríamos avançar com o projeto se houvesse a garantia de que não haveria interferência no conteúdo. O senhor Belmiro de Azevedo portou-se muito bem, pois percebeu que se as pessoas vissem que o jornal não era independente, não o comprariam. Havia vantagem, era um bom negócio a independência do *Público*. Na primeira edição do jornal, foi publicado um texto

* A Guerra do Golfo Pérsico foi o conflito que durou de 2 de agosto de 1990 a 27 de fevereiro de 1991. Sob comando do presidente Saddam Hussein (1937-2006), tropas do Iraque invadiram o Kuwait. A acusação principal era de que o emirado árabe praticava uma política de superextração de petróleo, o que causava uma queda nos preços e prejudicava a economia iraquiana. Diversos países mobilizaram-se para acabar com o conflito, principalmente os EUA, pois, com a guerra, o Golfo Pérsico foi fechado e o país norte-americano perdeu seus fornecedores de petróleo: Iraque e Kuwait. Em 29 de novembro de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) autorizou um ataque contra o Iraque e determinou que até 15 de janeiro de 1991 o exército iraquiano se retirasse do Kuwait. Sem avanço nas negociações, em 17 de janeiro de 1991 iniciou-se um gigantesco ataque aéreo. Em pouco tempo, o Iraque foi destruído. No dia 28 de fevereiro, o presidente estadunidense George Bush (pai) declarou cessar fogo, porém o Iraque só o aceitou em abril.

conjunto – a nossa magna carta – em que se declarou formalmente os papeis de cada um, dos jornalistas e do investidor. O senhor Belmiro de Azevedo contava-nos que havia pessoas dentro do grupo Sonae que ficavam aborrecidas com algumas matérias incômodas que nós fazíamos, ao que ele respondia que não podia se meter no trabalho do *Público*. A única coisa que pedia é que sempre fossem ouvidas as duas partes – podíamos ‘falar mal’ do grupo, entretanto também tínhamos que ouvir a versão deles dos fatos. Neste aspecto, foi uma história exemplar, da qual muita gente tinha dúvidas. Nestes 30 anos de existência, o jornal passou por diferentes fases. Eu próprio já tive alguns aborrecimentos com o *Público* e, ao fim de dez anos de trabalho, acabei por ser convidado a ir embora. Naquelas alturas de poupanças, as pessoas mais antigas e mais caras foram se afastando. Embora não politicamente marcada, o jornal sempre foi de centro-esquerda e, nestes 30 anos, houve períodos em que o jornal pareceu perder não apenas um bocadinho da sua independência política, mas também perder algum do seu elã jornalístico e, portanto, ficar muito igual aos outros. Quando foi criado, havia uma grande diferença entre o *Público* e os demais jornais diários – depois, esta diferença diminuiu um pouco. Continuo a achar que a grande característica do *Público* tem a ver não apenas com dar as notícias, mas ir além, procurar o que está por trás das notícias, investigá-las. É mais ou menos a lógica do semanário: dar sentido às coisas que acontecem à nossa volta e no mundo todo. Uma das coisas que sempre foi muito importante para o *Público* é o jornalismo internacional. Com muita frequência, as primeiras páginas têm títulos principais ligados ao que se passa no estrangeiro. Antigamente, os jornais diários quase não se importavam com o que se passava lá fora. Para o *Público*, uma das coisas importantes é o jornalismo internacional. Também, a importância dada à cultura (mais do que ao entretenimento e à televisão), à economia, à política e à sociedade. Há uma tentativa de falar sobre o que se passa em diferentes níveis, em diferentes zonas e de modos muito abrangentes. De forma que não há uma hierarquia pré-estabelecida. Aquilo que é importante pode vir do desporto, da economia, da cultura ou da política – e o *Público* sempre tratou isto com a mesma nobreza, com a mesma dignidade. Este continua a ser um dos aspectos mais importantes do *Público*, no sentido de que é um jornal cosmopolita, um jornal que olha para o mundo como um todo, que faz noticiário local também, embora lhe interesse mais a perspectiva nacional e internacional. No início, tínhamos jornalistas nossos, do *Público*, a trabalhar em Washington (EUA), em Madrid (Espanha), em Paris (França) e em Bruxelas (Bélgica). Para além disto, tínhamos correspondentes não exclusivos numa série de países, precisamente o Brasil. Entretanto, devo dizer que não dávamos uma atenção particular ao Brasil. Como as novelas brasileiras foram marcantes, em Portugal, depois do 25 de abril, acabava por o plano cultural ter um bocadinho mais de exposição, e não apenas o plano político. Atualmente, no *Público*, há muito mais contato e proximidade com o Brasil do

que havia naquela altura. O fato de haver cada vez mais brasileiros em Portugal acaba por criar um interesse maior, não por ser o Brasil, mas por ser o que está mais presente na vida cotidiana dos portugueses. Hoje em dia, certamente há mais gente a trabalhar para o jornal – como os profissionais ligados aos dados e à informática. Mas, naquela altura, além dos jornalistas, também tinham grande importância *designers*, ilustradores e repórteres fotográficos – funções ligadas aos aspectos visuais. Embora isto seja banal, na época era muito importante. A fotografia, desde sempre, teve uma importância enorme no *Público*, pois era um elemento novo. Antes, eu havia trabalhado para o *Jornal de Notícias*, no Porto. Como nós sabemos, o jornalista sempre escreve mais do que deve. Portanto, muitas vezes, a tradição era que, se não coubesse todo o texto na página, que fosse cortada a fotografia – o texto era mais nobre e os repórteres fotográficos não eram muito considerados. No *Público*, ao contrário. Nós tínhamos *templates* prontos de várias páginas (para agilizar o trabalho) e o espaço da fotografia era sempre muito importante. Se o jornalista escrevia demais e não cabia, era o jornalista que tinha que cortar o texto, porque a fotografia não podia sair. Isto foi uma disciplina gráfica muito importante que nós demos aos jornalistas. Do ponto de vista da ilustração, a mesma coisa. A ilustradora e cartunista Cristina Sampaio, que faz um trabalho fabuloso, está desde o princípio do *Público*. No começo, por conta da guerra, tínhamos duas ou três pessoas cujo trabalho diário era fazer ilustrações do Iraque, do Kuwait e do que se passava por ali. Hoje em dia, há a infografia digital e tudo está mais desenvolvido – pode-se dizer até que o que fazíamos era um bocado arcaico. Entretanto, naquela altura, era uma novidade completa. Nós dizíamos que um jornal não era só para ler, era também para ver. Era curioso: nos primeiros meses, eu estava na direção do jornal, no Porto, e por vezes alguns colegas e amigos meus mandavam cópias de pequenos jornais regionais que alteravam as suas imagens e que copiavam o *design* do *Público*. O aspecto visual do jornal acabou por ser um aspecto marcante – sua forma, e não apenas seu conteúdo. Do lado da informática, tínhamos algum apoio mais para manutenção dos equipamentos e, em alguns casos, para automatizar certos tipos de tarefas. Nada que comparar ao que se tem hoje em dia. O computador que eu usava tinha 64K de memória – isto porque eu era da direção. Os telemóveis, hoje em dia, têm muito mais capacidade do que os nossos computadores tinham, na altura. Mas não havia máquina de escrever na redação – já começamos informatizados, com computadores Macintosh. São dois os momentos que eu acho os mais marcantes, nos primeiros anos do *Público*: a Guerra do Golfo, que, de facto, deu o saltinho que estávamos a precisar; depois, a questão dos colecionáveis, que aumentou muito a tiragem do jornal aos domingos. Novamente, inspiramo-nos em outros jornais, nomeadamente o *El País*, da Espanha – que chegou a ser acionista do *Público*, junto com o *La Repubblica*, de Itália, por algum tempo. O *El País*, durante a semana, tinha tiragem de 300 a

400 mil exemplares, mas aos domingos era de um milhão a 1,5 milhão. Isto por causa dos colecionáveis que eram distribuídos com as edições de domingo – por exemplo, uma enciclopédia em fascículos. Ora, nós fizemos isto no *Público* também e com um sucesso enorme. As nossas tiragens aos domingos eram sempre o dobro da semana, precisamente por conta destes colecionáveis. Andamos a fazer estas coisas por uns cinco anos. O livro de estilo do *Público* foi criado antes mesmo do jornal nascer – foi discutido e aprovado pelos jornalistas. É importante, porque foi algo novo, na altura. A ideia é que o documento não fosse apenas cosmético, mas também fosse relevante para os jornalistas. De um modo geral, eu posso dizer que o livro de estilo era seguido e acompanhado, não só pelos jornalistas, como também pelos leitores. Não é fácil pôr as coisas em termos de permanência, claro que há e houve sempre, aqui e ali, alguns problemas – seja por andarmos depressa, esquecermos algo ou mesmo portarmo-nos mal. Fui provedor do leitor do *Público* (*ombudsman*), entre 1999 e 2000 – pouco tempo antes de deixar o jornal. Volta e meia, recebia críticas e queixas de leitores sobre coisas que não corriam bem. Por acaso, esta figura dos provedores do leitor é muito importante – é uma pena que quase tenham desaparecido. O próprio senhor Belmiro de Azevedo, às vezes, mandava críticas. Eu costumava dizer que eram as críticas que eu mais gostava de receber, as relacionadas ao livro de estilo, porque significava que as pessoas conheciam e liam o documento. Era uma espécie de contrato. Se havia falha, os leitores apontavam. Eu achava isto ótimo, porque servia para que os jornalistas se lembrassem de que o livro de estilo não era só deles, era conhecido, era o contrato público.”

APÊNDICE IV – UM ANO DE JORNALISMO NO PÚBLICO

Depoimento do jornalista Ricardo Cabral Fernandes coletado por meio de entrevista semiestruturada em profundidade realizada em 17 de dezembro de 2020, via *Skype*.

“Tirei a licenciatura em Relações Internacionais na Universidade Lusíada de Lisboa. Depois, fiz o mestrado em Ciência Política, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Entrei no jornalismo por acaso, há três anos e meio [2017]. Sempre gostei de escrever. Tinha a curiosidade de ser jornalista, mas nunca pensei que, um dia, isto pudesse se concretizar. Acabei o mestrado e comecei a trabalhar num *hostel*. Por acaso, candidatei-me, passei no concurso e comecei a trabalhar no jornal *I* e no semanário *Sol*, que têm a mesma redação de vinte e poucas pessoas. Comecei na seção internacional. Depois, passei pela seção de Sociedade e pela seção on-line. Não cheguei a concluir, ainda faltam três cadeiras da pós-graduação de Marketing e Comunicação Política, que fui fazendo ao mesmo tempo em que estava a trabalhar no *I* e no *Sol*. Um dia, recebi uma chamada, basicamente, para perguntar se eu estaria interessado em ir para o *Público*, trabalhar lá um ano a substituir uma colega, na seção Mundo. Eu aceitei e comecei a trabalhar lá em junho de 2019. Saí no final de agosto de 2020. Neste momento, estou a trabalhar como jornalista *freelancer*. Enquanto estive no *Público*, trabalhei um pouco de tudo, no sentido de que, conforme havia colegas ocupados, de folga ou de férias, eu ia tocando as temáticas da agenda diária. Foi por isso que escrevi, também, sobre os fogos no Brasil. Era verão, havia colegas de férias e eu tinha entrado no *Público* há pouco tempo – cerca de dois meses antes. Quando há um tema novo e uma pessoa começa a seguir este tema, há a tendência para esta pessoa ir acompanhando, exceto quando está de folga e outro colega entra para suprir as necessidades. Portanto, há mais artigos meus sobre os fogos no Brasil porque calhou de ser comigo, foi-me atribuído. Tal como calhou eu escrever mais sobre a Síria, sobre a guerra na Líbia e sobre os refugiados. À medida que iam acontecendo os fogos no Brasil, eu já estava mais por dentro da situação. De certa forma, conseguia dar resposta ao que era pedido, ou seja, conseguia falar com pessoas, ter acesso a ativistas, a representantes de ONG. São lógicas de redação que são um pouco naturais. Como eu estava no *Público* em substituição, fazia um pouco de tudo, apesar de ter umas áreas mais específicas, como a extrema-direita europeia, o Médio Oriente, o norte da África, refugiados e, também, o Brasil. O *Público* tem jornalistas dedicados especialmente à questão do ambiente, mas, sobre os fogos no Brasil, houve poucos trabalhos feitos sob a ótica ambiental. Ficaram mais dentro da seção Mundo. A seção internacional do *Público* é composta por (se incluirmos os grandes repórteres) dez, dozes pessoas. Há pessoas que têm áreas definidas – Estados Unidos, Alemanha, questões europeias, Médio Oriente, África, América Latina, Ásia, China. Há

uma correspondente em Bruxelas, que é a Rita Siza. Quando estive lá, também havia o repórter João Ruela Ribeiro, no Brasil (que, depois, teve de regressar a Portugal por conta da pandemia [de covid-19]). O trabalho diário era distribuído conforme a importância e conforme os recursos da seção: se havia seis, sete pessoas a trabalhar; se havia um ou dois editores; quem estava de folga ou de férias. Ao mesmo tempo, havia sempre uma pessoa por semana dedicada exclusivamente ao on-line – que faz o ‘Ao minuto’, que acompanha o que acontece em todo o lado, das 8h da manhã até as 4h ou 5h da tarde. Há uma primeira reunião entre editores e os jornalistas às 9h da manhã. Depois, uma segunda, às 11h da manhã, e uma terceira, entre 3h e 3h30 da tarde – que é, basicamente, a reunião final. Às 9h da manhã, os jornalistas não contribuem muito, porque ainda não começaram a chegar. Em geral, os jornalistas começam a chegar à redação às 10h, 10h30, 11h da manhã – ou mais tarde, se tiverem trabalho de rua, uma entrevista ou uma reportagem. Então, antes da reunião das 11h da manhã, os editores vão falar com cada jornalista, perguntar o que têm. Os editores estão sempre alertas a tudo o que se passa no mundo. À medida que um tema vai ganhando relevância internacional, a tendência dos jornais portugueses é acompanhar esse destaque. No caso da seção Mundo do *Público*, conforme a importância do tema, o editor diz ou o jornalista por si próprio percebe que tem que ficar mais focado naquele tema, estar atento ao que vai acontecendo no dia a dia. No caso dos fogos no Brasil, ir mais vezes que o normal à *Folha de S. Paulo*, ao portal *UOL*, ao *G1*, ou seja, picar o ponto por vários órgãos de comunicação social para ver o que está a acontecer. No caso dos incêndios no Brasil, muitas vezes, punham-se textos da [agência] Lusa. Nesta altura [dos incêndios no Brasil], eu estava a usar um método que, depois, abandonei, porque era preciso muito trabalho para manter. Eu dividia as fontes de informação em órgãos de comunicação social *mainstream* e órgãos de comunicação social alternativos. Ou seja, ia vendo quais eram os jornais mais citados, ia conhecendo, ia pedindo dicas aos editores etc. Por exemplo, se estava a fazer um trabalho sobre determinado país, ia à Wikipédia e via quais eram os jornais daquele país. Depois, ia lendo cada um, ia vendo várias notícias, ia comparando os fatos para ver se eram credíveis, ia vendo qual era a linha [editorial], quais eram os fatos que davam mais destaque, se tinham vídeos ou entrevistas, ia ver quem eram os jornalistas. O que eu tentava fazer era: para ter fontes alternativas ou contextos alternativos e saber melhor a realidade, meses antes ia lendo com bastante frequência órgãos de comunicação social alternativos e comparando os fatos que apresentavam para ver se eram credíveis ou não. Ou seja, fazia um trabalho de vários meses antes para saber se a informação geral daquele *website* alternativo era credível ou não. E ia confrontando com outros jornais, ia vendo se havia críticas on-line ou denúncias de *fake news* ou qualquer coisa do género. Comecei a fazer isso quando trabalhei questões da Síria e do norte da África. Fazia essa verificação de credibilidade

ao longo dos meses para o caso de, um dia, precisar. Depois, em termos de notícia de contexto, o que eu fazia era: tinha uma série de *media mainstream* e alternativos que ia seguindo. Sempre que via uma notícia mais de fundo ou um artigo mais explicativo que eu achava que tinha informação nova ou não noticiada, por assim dizer – em termos de análise, de contexto, de ângulo –, eu guardava o *link* num documento *word* e, se um dia voltasse a trabalhar naquele tema, já tinha uma base de dados de artigos para ir buscar informação, ler, reler etc. Em termos de notícias, fazia um processo que tentei automatizar ao máximo: pegar uma migalha e transformar numa perspectiva mais geral. Ou seja, dependendo da gravidade do assunto, eu ia ler coisas bastante mais atrás, ia à minha base de dados para ver se tinha alguma coisa sobre o tema e, depois, tentava criar um guarda-sol. Dependendo, também, do tamanho do artigo que os editores me dessem no dia, abria a notícia com o particular e passava para o geral – explicando, arranjando e, através das outras notícias que ia lendo, referenciava os nomes das pessoas com quem os jornalistas tinham falado. Depois, se fosse necessário, eu tentava, das mais variadas formas, entrar em contato com essas pessoas – pelo *Facebook* ou por e-mails pessoais ou institucionais. Nem sempre dava para ter acesso às fontes de informação, dependia do prazo que os editores davam. Se me dissessem ao meio-dia para escrever um artigo, dependendo do tamanho ou do ângulo que era pedido, era difícil falar com alguém. Principalmente por causa da diferença de fuso horário. Mas, se me dessem dois ou três dias, ou dissessem, por exemplo, numa terça-feira, para começar a preparar duas páginas para a edição do fim de semana, então já conseguia trabalhar de forma mais aprofundada, mais devagar e mais focada. Numa tarde, se eu quisesse falar com pessoas, nunca podia garantir que conseguiria antes do fecho da edição. Portanto, tornava-se mais complicado. Havia pessoas que respondiam na hora, outras pessoas que respondiam dois dias depois. É sorte, muitas vezes. Sim, eu recebia *feedback* dos editores, às vezes, uma crítica ou outra. Era sempre antes da edição. Ou seja, quando estavam a editar, diziam: ‘Pá, olha aqui, tem atenção’ – um erro de português ou uma formação de sintaxe menos clara. Se o trabalho estivesse bem, diziam: ‘Pá, parabéns, está fixe’. Mas é um ‘parabéns, está fixe’, não é muito mais do que isso. Eu não sou do jornalismo, sou de Relações Internacionais e da Ciência Política. Portanto, quando entrei no *I*, tive a sorte de ter o jornalista António Rodrigues, que também está no *Público* (atualmente, ele é coeditor da seção Mundo), que me deu a formação toda pela prática e por situações concretas, também na teoria, em termos de princípio. Para além disso, li muitos livros sobre jornalismo – jornalismo de investigação, ética jornalística, fundamentos do jornalismo, história do jornalismo, livros jornalísticos, reportagens etc. Lia muito as notícias, não tanto focado no conteúdo, mas sim na forma, na apresentação, na estruturação narrativa. Durante um ano e meio, tive esse trabalho muito intenso para aprender, sempre com o acompanhamento do António

Rodrigues. Tive que ultrapassar uma dificuldade que os meus colegas que vêm da comunicação social não têm. Não há grande formação, no *Público* – nem para temas ambientais, nem para os assuntos do Brasil. Pelo menos eu não vi e duvido que haja. No máximo, o que os jornalistas podem fazer – de sua espontânea e livre vontade, para se informar em certas temáticas – é ir a *workshops* e eventos, até mesmo para cultivar fontes. Portanto, parte muito do jornalista em si. Depois, é a leitura de livros, é acompanhar, é fazer a seleção de certos órgãos de comunicação social, mais dedicados a esta temática ou outra, revistas científicas etc. Ou seja, referenciar fontes bastante credíveis e ler muito. E, aos poucos, ir aprendendo. É um trabalho muito autodidata, muito de interesse do próprio jornalista, e não tanto como uma estrutura do jornal, uma preocupação mais formal da redação em termos de preparação do jornalista para aquela temática. O *Público* é um órgão de comunicação social muito virado para o on-line. As fotos são basicamente de agências de notícias. Na seção Mundo, então, isto é claro em todos os artigos. As pessoas do on-line, muitas vezes, fazem fotogalerias. Em termos de grafismo, a ideia de uma infografia pode partir de várias secções que se interligam ou do próprio editor. Por exemplo, quando há conflitos militares entre dois países soberanos, faz-se um mapa dos principais focos do conflito, onde é que estão as tropas etc. Depende muito do trabalho que se queira. A seção, em si, escreve, apesar de ter o forte cariz on-line, com o ‘Ao minuto’ – ou seja, escreve-se de forma que fique bem on-line. Mas as secções do *Público* ainda têm muito a ideia de escrever para o papel. Então, as infografias, muitas vezes, são pensadas para o papel. Também para o on-line, mas, muitas vezes, é para o papel. Porque o *Público* vende 11 mil exemplares por dia, segundo os últimos números. Portanto, o papel ainda tem uma grande preponderância. Mas, cada vez mais, uma das grandes preocupações da seção on-line é de melhorar as habilidades dos jornalistas para trabalhar para o on-line – e aí, sim, há formações internas voltadas para questões do digital. No caso dos incêndios no Brasil, dependia muito do cariz do artigo. Por exemplo, se fosse um artigo de apanhado dos últimos dois dias ou da reação do [presidente Jair] Bolsonaro aos fogos, as próprias bitaites com o [presidente Emmanuel] Macron, não se usavam infografias. Mas, se quiséssemos explicar um pouco mais, por exemplo, de como a Amazônia já estava em risco antes dos fogos e como é que os fogos vieram aprofundar esse risco, talvez – tendo em conta que seria um artigo mais de fundo – se fizesse uma infografia. Mas era muito pontual e dependia, muitas vezes, da distribuição de recursos, de haver pessoas que pudessem deixar de trabalhar dois ou três dias para se focar num artigo mais de fundo, por exemplo, para edição do fim de semana. Nós temos doze pessoas, mas há sempre pessoas de folga, porque trabalharam no fim de semana – pelo menos, um editor e um jornalista trabalham ao fim de semana. Então, os restantes têm de deixar trabalho feito para preencher as páginas do jornal, principalmente para as edições de domingo e de segunda-feira. Portanto, conforme

a dificuldade (o número de pessoas disponível na semana), podia dar ou não (muitas vezes, dava) para escrever artigos para o fim de semana. A situação mais crítica era sempre o verão, porque as pessoas iam de férias. Ou seja, havia muitas flutuações de recursos humanos e, portanto, o verão era mais difícil. Foi, por exemplo, quando houve os incêndios no Brasil. Isto é relevante, porque, se não fosse no verão, provavelmente teriam existido artigos mais de fundo, até por causa da condução do destaque internacional que os incêndios tiveram. Por isso é que há muitos textos da Lusa. Acontecia muito de, enquanto estava a preparar um artigo de duas páginas sobre os incêndios no Brasil, saía alguma coisa na Lusa que era chamativa. Por exemplo: ‘O Bolsonaro chamou colonialista ao Macron’. Como é uma coisa do minuto, metia-se logo uma Lusa ao on-line. Há os protocolos de publicação da Lusa. Ou seja, o *Público* paga certa quantia à agência de notícias e tem o direito de publicar xis *takes* por mês ou ilimitados. À medida que estamos sempre a ver a Lusa – porque dentro do *site* da Lusa há uma parte de utilizador e aquilo cai, mas também no *back office* do *Público* tem uma ligação direta à Lusa –, o editor vê e escolhe o que publicar. O editor pode mudar o título e a entrada ou pode dizer ao jornalista: ‘Este *take* está bem, mas, por favor, melhora um bocadinho, acrescenta mais coisas’. Nesta situação, assina-se como Lusa e *Público* ou Lusa e o jornalista. Portanto, funciona um pouco assim. Quando se assina só “Público”, são os jornalistas da redação que escrevem, mas há um sentimento de que não se acrescentou informação alguma à notícia para além do óbvio. Portanto, não se assina, porque se sente que não seja algo próprio. Não se fez análise, não se pensou no ângulo. Foi uma coisa rápida, feita com as três fontes – portanto, uma coisa séria e bem feita –, mas não há o sentimento de pertença do jornalista. Em termos de jornais portugueses, para além do *Expresso*, o *Público* é um jornal que dá muito destaque ao internacional. Eu diria até que é o jornal que mais destaca o internacional, pelo menos em termos de capa. O tema dos incêndios no Brasil não me marcou muito. Vou ser um pouco sincero e durante a pandemia [de covid-19] aconteceu bastante – em março, abril e maio [de 2020] foi o pandemônio nas redações, por assim dizer, com teletrabalho, adaptação etc. Hoje, estou a escrever sobre a covid-19 no Reino Unido. Daqui a algum tempo, estarei a escrever sobre a covid-19 na Argentina. Ou seja, passa-se muito. A ligação emocional entre o jornalista e o tema demora um pouco a ser criada. Até pode ser um pouco insensível o que estou a dizer, mas nós [portugueses] estamos a milhares de quilômetros de distância. Ok, há vídeos que nos revoltam, há situações que nos revoltam, mas, para fazer análises e compreender o tema, é necessário pôr os sentimentos um pouco de lado. Não é a ideia de ser imparcial, é mais a ideia de ser objetivo, de confirmar as informações, de usar certa metodologia automatizada, de pensar nas coisas e deixar que o racional domine o emocional. Houve frases do Bolsonaro que fizeram-me chamar nomes, claro, é humano. Mas, como jornalista, é tentar ao máximo

não criar essa ligação emocional, o que é diferente quando se vai ao terreno. É completamente diferente. Portanto, a questão aqui é que estamos a lidar com o tema através do computador, a milhares de quilômetros de distância. Quanto aos valores e princípios jornalísticos, é um desafio em permanência, não é um desafio que aconteça neste caso ou em outro. Eu vejo o jornalismo não como trabalho, mas como vocação. Sou muito dessa linha, ainda um bocado romântico. Há esse espírito crítico de curiosidade, de interrogação, de pôr em causa declarações, de questionar atitudes e comportamentos que põem em causa os sentidos mais basilares de uma sociedade democrática. Portanto, um jornalista não pode ser imparcial quando há valores democráticos a serem completamente pisados – e o caso do Bolsonaro é claramente um deles. Ou seja, as mentiras que ele diz, a hostilização que faz aos jornalistas... não se pode ser imparcial e se limitar apenas a reproduzir o que o Bolsonaro diz. Podemos e devemos questionar, tendo essa consciência de não deixar que as emoções dominem. Porque, às vezes, estamos chateados, estamos a escrever uma notícia e se, formos um bocadinho mais dominados pelas emoções (raiva, frustração etc.), as nossas palavras acabam por se tornar adjetivos. Portanto, há que se manter certa distância emocional para essa objetividade não ser afetada de alguma forma. Pessoalmente, só entrego um trabalho quando estou satisfeito com ele. Há erros? Sim – provavelmente cometi alguns. Se fosse um erro grave, lembrar-me-ia. Para já, quero continuar a fazer jornalismo, a escrever e, mais do que tudo, a escrever mais sobre os temas que me interessam, e não tanto ser marcado pela agenda, porque, para além de não conseguirmos fazer um trabalho de fundo (de investigar, de cultivar fontes etc.), é muito frustrante. Deixamos de ser jornalistas e acabamos por ser mais escribas. Com esse fluxo de notícias, 24 horas por dia, as coisas mal acontecem e o jornalista já as tem de noticiar, mas, às vezes, ele próprio ainda não as conseguiu compreender.”

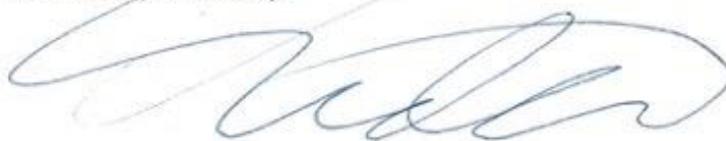
ANEXO I – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Às pessoas que voluntariamente prestaram informações (a saber, o secretário de redação do jornal *Folha de S. Paulo*, Vinícius Mota; o jornalista da *Folha de S. Paulo*, Phillippe Watanabe; o jornalista e fundador do jornal *Público*, Joaquim Fidalgo; e o jornalista Ricardo Cabral Fernandes), foram explicados os objetivos da investigação.

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Vinícius Mota, secretário de redação do jornal *Folha de S. Paulo*, declaro que aceitei participar de livre vontade do estudo conduzido pela investigadora Thais Luciana Corrêa Braga, sob orientação da professora Sandra Cristina dos Santos Monteiro Marinho, no âmbito do Programa Doutoral em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, Portugal. Declaro, ainda, que me foram explicados os objetivos do estudo, que visam à compreensão de narrativas jornalísticas sobre o “dia do fogo” na Amazônia, e que minha participação foi gravada e transcrita. Autorizo a divulgação do meu nome e das informações por mim prestadas para fins acadêmicos, bem como reitero que não recebi qualquer pagamento por esta participação.

Assinatura (local e data):



ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Phillippe Watanabe, jornalista da *Folha de S. Paulo*, declaro que aceitei participar de livre vontade do estudo conduzido pela investigadora Thaís Luciana Corrêa Braga, sob orientação da professora Sandra Cristina dos Santos Monteiro Marinho, no âmbito do Programa Doutoral em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, Portugal. Declaro, ainda, que me foram explicados os objetivos do estudo, que visam à compreensão de narrativas jornalísticas sobre o “dia do fogo” na Amazônia, e que minha participação foi gravada e transcrita. Autorizo a divulgação do meu nome e das informações por mim prestadas para fins acadêmicos, bem como reitero que não recebi qualquer pagamento por esta participação.

Assinatura (local e data):

Phillippe de C.T. Watanabe

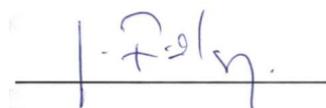
25 de janeiro de 2021

São Paulo, SP

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Joaquim Fidalgo, jornalista e um dos fundadores do jornal *Público*, declaro que aceitei participar de livre vontade do estudo conduzido pela investigadora Tháís Luciana Corrêa Braga, sob orientação da professora Sandra Cristina dos Santos Monteiro Marinho, no âmbito do Programa Doutoral em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, Portugal. Declaro, ainda, que me foram explicados os objetivos do estudo, que visam à compreensão de narrativas jornalísticas sobre o “dia do fogo” na Amazônia, e que minha participação foi gravada e transcrita. Autorizo a divulgação do meu nome e das informações por mim prestadas para fins académicos, bem como reitero que não recebi qualquer pagamento por esta participação.

Espinho, 21 de outubro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J. Fidalgo', is written over a horizontal line.

(Joaquim Fidalgo)

ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Ricardo Cabral Fernandes, declaro que aceitei participar de livre vontade do estudo conduzido pela investigadora Tháís Luciana Corrêa Braga, sob orientação da professora Sandra Cristina dos Santos Monteiro Marinho, no âmbito do Programa Doutoral em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, Portugal. Declaro, ainda, que me foram explicados os objetivos do estudo, que visam à compreensão de narrativas jornalísticas sobre o “dia do fogo” na Amazônia, e que minha participação foi gravada e transcrita. Autorizo a divulgação do meu nome e das informações por mim prestadas para fins acadêmicos, bem como reitero que não recebi qualquer pagamento por esta participação.

Assinatura (local e data):

Ricardo Cabral Fernandes

Liuboa, 16 de Março de 2020

ANEXO II – LISTA DE TEXTOS DA *FOLHA DE S. PAULO* E DO *PÚBLICO*

Apresentam-se, em ordem cronológica, as ligações para os textos jornalísticos que compuseram o *corpus* desta investigação.

- *Folha de S. Paulo*

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/em-dia-do-fogo-sul-do-pa-registra-disparo-no-numero-de-queimadas.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinheiro-da-fonseca/2019/08/a-longa-noite-do-meio-ambiente.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduivier/2019/08/a-mula-que-so-queria-ver-o-circo-pegar-fogo.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/mato-grosso-lidera-queimadas-na-amazonia.shtml>

<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2019/08/de-demi-lovato-a-camila-pitanga-famosos-fazem-apelo-contra-serie-de-queimadas-no-pais.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/08/onde-ha-fumaca.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/corinthians-divulga-escudo-do-clube-com-protesto-contra-queimadas-na-amazonia.shtml>

<https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2019/08/23/interesse-por-amazonia-dispara-no-google-e-no-twitter/>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/amazonia-ajuda-a-regular-clima-global-mas-nao-e-o-pulmao-do-mundo.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/sob-pessao-europeia-brasil-costura-com-eua-e-israel-sobre-ajuda-para-amazonia.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/video-em-que-indigena-chora-por-incendio-e-de-julho-e-foi-gravado-em-minas-gerais-nao-na-amazonia.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/queimadas-disparam-mas-multas-do-ibama-despencam-sob-bolsonaro.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/governo-federal-cobra-participacao-dos-estados-no-combate-ao-fogo-na-amazonia.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-contraria-dados-do-governo-e-diz-que-fogo-e-restrito-a-regioes-desmatadas.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/08/noticias-sobre-queimadas-fazem-turista-cancelar-hospedagem-em-hoteis-da-amazonia.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-pede-que-pf-investigue-dia-do-fogo-apos-pecuarista-lancar-suspeitas-sobre-icmbio.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ivan-marsiglia/2019/08/gasolina-na-fogueira.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/operacao-de-combate-a-incendios-se-concentra-em-rondonia-diz-governo.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/nao-podemos-ficar-sem-os-recursos-do-fundo-amazonia-diz-governador-do-am.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/brasil-deveria-aplicar-multa-como-a-de-radar-de-transito-a-desmatadores-diz-tasso-azevedo.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/bolsonaro-sempre-sinalizou-que-afrouxaria-preservacao-ambiental.shtml>

<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1643579288701521-cronologia-das-queimadas-de-agosto#foto-1643579289223990>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/ate-agosto-brasil-tem-maior-numero-de-incendios-desde-2010.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/indios-lamentam-fim-de-brigadas-de-incendio-em-aldeia-em-mato-grosso.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/barbara-paz-faz-protesto-em-favor-da-amazonia-no-festival-de-veneza.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/governo-vai-iniciar-regulamentacao-da-mineracao-em-terra-indigena-diz-onyx.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/investigacao-do-dia-do-fogo-tem-dezenas-de-investigados-e-celular-atirado-no-rio.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/ameacado-jornalista-que-denunciou-dia-do-fogo-no-para-diz-ter-medo-de-morrer.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/incendios-na-amazonia-estao-concentrados-em-propriedades-privadas.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/desmatamento-na-amazonia-em-agosto-cresce-222-em-relacao-ao-mesmo-mes-de-2018.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/mato-grosso-decreta-situacao-de-emergencia-apos-queimadas.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/e-falso-que-avioes-israelenses-tenham-sido-enviados-para-apagar-incendio-na-amazonia-brasileira.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-onu-com-checagens-e-contextualizacoes.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/230-fundos-que-administram-r-65-trilhoes-exortam-brasil-a-protoger-a-amazonia.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/salles-comemora-dados-do-inpe-sobre-reducao-de-queimadas-em-setembro.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/desmatamento-na-amazonia-cresce-96-em-setembro-indicam-alertas-do-inpe.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/10/fazendeiros-e-empresarios-organizaram-dia-do-fogo-apontam-investigacoes.shtml>

<https://arte.folha.uol.com.br/poder/2019/afirmacoes-falsas-ou-imprecisas-de-bolsonaro/#/meio-ambiente>

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleite/2019/12/nuvens-sinistras-de-porto-alegre-a-alter-do-chao.shtml>

<https://saopaulo.folha.uol.com.br/revista/2019/12/das-hienas-ao-oleo-faca-um-passeio-por-2019-em-19-charges.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/casos-que-verificamos-aviao-nao-apagava-incendio-na-amazonia-brasileira-mas-sim-na-bolivia.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/tire-suas-duvidas-e-se-prepare-para-discussoes-politicas-na-ceia-de-natal.shtml>

<https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2019/12/28/retrospectiva-de-memes-2019/>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/01/no-auge-das-queimadas-amazonia-sofreu-perda-similar-a-da-australia.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/01/bolsonaro-da-carta-branca-ao-desmate-ilegal-diz-ong-de-direitos-humanos.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/saiba-quais-sao-as-perguntas-que-o-paulistano-mais-fez-ao-google.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/mesmo-com-pandemia-de-covid-19-pantanal-tem-recorde-historico-de-queimadas-no-inicio-de-2020.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/06/amazonia-tem-maior-numero-de-queimadas-nas-primeiras-semanas-de-junho-desde-2007.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/em-junho-amazonia-teve-maior-numero-de-queimadas-dos-ultimos-13-anos.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/amazonia-registra-novo-aumento-de-queimadas-em-julho.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/mourao-atraversa-o-inpe-e-divulga-supostos-dados-de-desmame-de-julho.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/dia-do-fogo-em-2019-gerou-poucas-multas-ambientais.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/apos-criticas-de-leonardo-dicaprio-mourao-convidador-para-marchar-oito-horas-na-selva.shtml>

<https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/09/10/para-defender-amazonia-salles-publica-video-com-mico-leao-dourado-especie-da-mata-atlantica/>

<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1677527280958122-nova-york-marca-19-aniversario-do-11-de-setembro-veja-fotos-de-hoje#foto-1677577084557124>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/tem-criticas-desproporcionais-a-amazonia-e-ao-pantanal-diz-bolsonaro.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/em-14-dias-do-mes-amazonia-ja-tem-mais-queimadas-que-em-todo-setembro-do-ano-passado.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/brasil-em-chamas.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-onu-com-checagens-e-contextualizacao.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/governo-divulga-informacao-falsa-de-que-queimada-no-brasil-e-a-menor-em-18-anos.shtml>

- *Público*

<https://www.publico.pt/2019/08/21/mundo/noticia/bolsonaro-acusa-ong-estarem-incendiar-amazonia-prejudicarem-1884008>

<https://www.publico.pt/2019/08/21/mundo/noticia/amazonia-bioma-afetado-incendios-brasil-1883965>

<https://www.publico.pt/2019/08/21/p3/fotogaleria/pulmoes-mundo-estao-arde-ilustra-amazonia-396678>

<https://www.publico.pt/2019/08/22/politica/noticia/marcelo-profundamente-sensibilizado-tragedia-ambiental-amazonia-1884187>

<https://www.publico.pt/2019/08/22/impar/noticia/amazonia-assunto-esquecido-famosos-1884092>

<https://www.publico.pt/2019/08/22/mundo/noticia/incendios-na-amazonia-brasil-bolsonaro-1884107>

<https://www.publico.pt/2019/08/22/mundo/noticia/amazonia-perguntas-respostas-1884120>

<https://www.publico.pt/2019/08/22/mundo/noticia/amazonia-arde-bolsonaro-ataca-ambientalistas-1884178>

<https://www.publico.pt/2019/08/22/mundo/cronica/floresta-vista-cima-1884179>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/noticia/amazonia-arde-fotos-sao-mentirosas-1884196>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/p3/noticia/amazonia-esta-a-arde-como-podemos-ajudar-1884237>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/editorial/sectarismo-desastre-amazonia-1884157>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/p3/noticia/e-preciso-mostrar-que-a-amazonia-tem-valor-de-pe-antes-que-seja-tarde-1884256>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/noticia/casa-arde-macron-fogos-amazonia-sao-crise-internacional-1884192>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/noticia/brasil-arde-bolsonaro-pondera-enviar-militares-travar-queimadas-amazonia-1884289>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/ciencia/noticia/queremos-amazonia-fique-filhos-precisamos-protestar-1884176>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/opinio/ate-ceus-ficaram-luto-1884168>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/politica/noticia/gestao-ambiental-brasil-poe-cheque-acordo-comercial-mercosul-1884286>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/opinio/opinio/arde-1884184>

<https://www.publico.pt/2019/08/23/mundo/noticia/fogos-amazonia-finlandia-apela-ue-considerar-banir-carne-brasil-1884213>

<https://www.publico.pt/2019/08/24/mundo/noticia/arvores-queimadas-amazonia-estragam-bromance-bolsonarotrump-1884350>

<https://www.publico.pt/2019/08/24/opinioao/cronica/amazonia-1884276>

<https://www.publico.pt/2019/08/24/mundo/noticia/bolsonaro-incendios-existem-mundo-nao-podem-servir-pretex-to-sancoes-1884314>

<https://www.publico.pt/2019/08/25/mundo/noticia/macron-anuncia-convergencia-g7-criacao-mecanismo-internacional-proteccao-amazonia-1884389>

<https://www.publico.pt/2019/08/25/sociedade/noticia/amazonia-40-associacoes-exigem-posicionamento-governo-portugues-1884370>

<https://www.publico.pt/2019/08/26/mundo/noticia/fogos-amazonia-seguem-trilho-estradas-1884527>

<https://www.publico.pt/2019/08/26/mundo/noticia/brasil-manda-avioes-militares-combater-fogo-amazonia-1884447>

<https://www.publico.pt/2019/08/26/mundo/noticia/bolsonaro-macron-trocam-insultos-amazonia-arde-1884522>

<https://www.publico.pt/2019/08/26/mundo/noticia/macron-insultado-twitter-ministro-brasileiro-1884426>

<https://www.publico.pt/2019/08/26/sociedade/noticia/cerca-700-pessoas-manifestaram-se-lisboa-defesa-amazonia-1884533>

<https://www.publico.pt/2019/08/26/opinioao/opinioao/cartas-director-1884293>

<https://www.publico.pt/2019/08/26/impar/noticia/associacao-dicaprio-avanca-cinco-milhoes-amazonia-1884469>

<https://www.publico.pt/2019/08/27/mundo/noticia/ministro-brasileiro-rejeita-ajuda-g7-amazonia-lembra-notredame-1884547>

<https://www.publico.pt/2019/08/27/culturaipsilon/noticia/amazonia-musicos-dj-juntam-se-sabado-lisboa-angariacao-fundos-1884558>

<https://www.publico.pt/2019/08/28/impar/noticia/marcas-roupas-calcados-internacionais-suspenderam-compras-couro-brasil-1884760>

<https://www.publico.pt/2019/08/28/mundo/opinioao/brasil-brasileiro-1884595>

<https://www.publico.pt/2019/08/27/mundo/noticia/bolsonaro-recusa-disposto-negociar-g7-exige-desculpas-macron-1884648>

<https://www.publico.pt/2019/08/29/politica/noticia/be-quer-governo-portugues-diga-bolsonaro-atacar-pulmao-mundo-1884779>

<https://www.publico.pt/2019/08/29/impar/noticia/industria-curtumes-recua-nega-boicote-marcas-couro-brasileiro-1884778>

<https://www.publico.pt/2019/08/29/mundo/noticia/bolsonaro-proibe-queimadas-brasil-durante-60-dias-1884784>

<https://www.publico.pt/2019/08/30/mundo/noticia/brasil-amazonia-cometemos-erros-1884908>

<https://www.publico.pt/2019/09/03/mundo/noticia/amazonia-incendios-agosto-1885304>

<https://www.publico.pt/2019/09/24/mundo/noticia/bolsonaro-gracas-deus-brasil-renasceu-socialismo-1887744>

<https://www.publico.pt/2019/09/24/mundo/noticia/amazonia-setembro-incendios-1887780>

<https://www.publico.pt/2019/10/12/mundo/noticia/desflorestacao-amazonia-aumentou-96-setembro-face-2018-1889770>

<https://www.publico.pt/2019/11/29/ciencia/noticia/amazonia-arde-derretem-glaciares-andes-1895594>

<https://www.publico.pt/2019/12/02/impar/noticia/amazonia-bolsonaro-acusa-dicaprio-queimadas-actor-ja-negou-1895790>

<https://www.publico.pt/2019/12/08/mundo/noticia/brasil-nao-parar-desflorestacao-amazonia-ajuda-paises-ricos-ministro-1896617>

<https://www.publico.pt/2020/01/01/mundo/noticia/ano-i-bolsonaro-deixou-real-maos-congresso-brasileiro-1898927>

<https://www.publico.pt/2020/02/08/mundo/noticia/chico-buarque-sting-willem-dafoe-chomsky-duas-mil-personalidades-assinam-artigo-bolsonaro-1903365>

<https://www.publico.pt/2020/02/13/mundo/noticia/presidente-brasil-chama-lixo-greenpeace-1904061>

<https://www.publico.pt/2020/05/19/mundo/noticia/area-desflorestada-amazonia-brasileira-cresce-171-abril-1917157>

<https://www.publico.pt/2020/06/12/mundo/noticia/desflorestacao-amazonia-brasil-ate-maio-maior-desde-2015-1920413>

<https://www.publico.pt/2020/07/02/mundo/noticia/aumento-historico-incendios-amazonia-antecipa-ano-destrutivo-1922841>

<https://www.publico.pt/2020/07/02/mundo/opiniao/amazonia-enigma-pura-sorte-1922744>

<https://www.publico.pt/2020/08/12/p3/fotogaleria/amazonia-volta-arder-bolsonaro-mentira-402182>

<https://www.publico.pt/2020/09/22/mundo/noticia/bolsonaro-responsabiliza-indios-incendios-amazonia-1932459>

<https://www.publico.pt/2020/09/02/video/amazonia-arde-ama-arde-20200902-175735>

<https://www.publico.pt/2020/09/11/p3/noticia/greenpeace-afixa-cartaz-sede-comissao-europeia-fogos-amazonia-1931205>

<https://www.publico.pt/2020/09/19/mundo/noticia/macron-rejeita-acordo-uemercosul-nome-luta-alteracoes-climaticas-1932154>

<https://www.publico.pt/2020/09/24/opinioao/opinioao/brasil-arde-chamas-luta-vida-1932617>